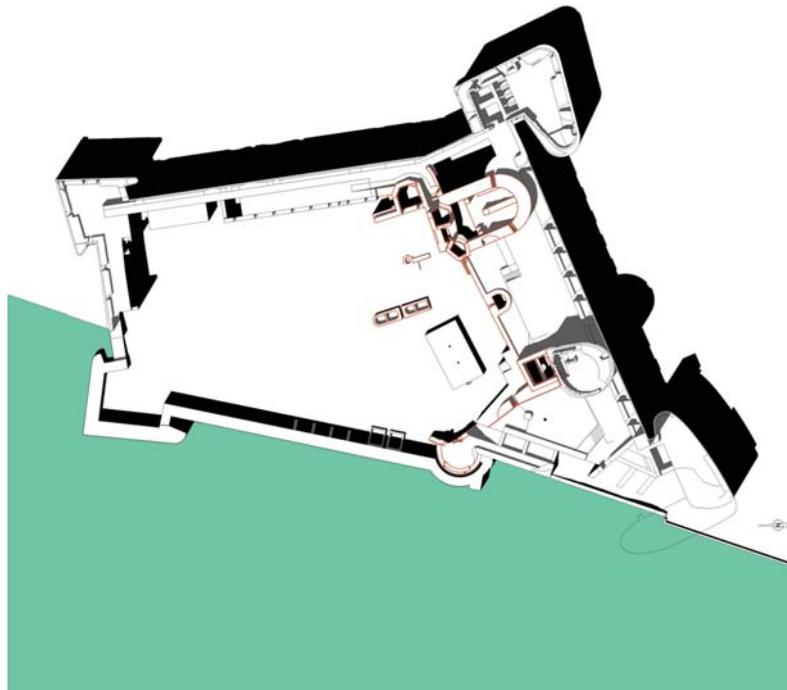


JOÃO DOS SANTOS DE SOUSA CAMPOS



**ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NO GOLFO PÉRSICO  
- ORMUZ, KESHM E LARAK**

**DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO  
APRESENTADA À FACULDADE DE LETRAS DA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
NA ÁREA DE HISTÓRIA, ESPECIALIDADE DE HISTÓRIA DA ARTE,  
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR PEDRO DIAS**

COIMBRA, 2008



# ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NO GOLFO PÉRSICO - ORMUZ, KESHM E LARAK

## ÍNDICE

pág.

- Agradecimentos.....	7
<b>1 - ENQUADRAMENTO E PROPÓSITOS</b>	
1.1 - INTRODUÇÃO.....	11
1.2 - PRINCÍPIOS E OBJECTIVOS.....	12
1.2.1 - DA PRÁTICA À TEORIA: OS TRATADOS DE ARQUITECTURA.....	13
1.2.2 - A PRODUÇÃO NO GOLFO PÉRSICO E INOFRE DE CARVALHO.....	14
1.2.3 - RESUMO / ABSTRACT.....	15
<b>2 - INTERCÂMBIOS EXPERIMENTAIS PRÉ-MODERNOS</b>	
2.1 - MONTANHA E MAR.....	17
2.1.1 - AS BARREIRAS ARTILHEIRAS E OS PROTOBALUARTES DO SÉCULO XV....	19
2.2 - A PIROBALÍSTICA E O IMPULSO DA ARTILHARIA.....	20
2.3 - OS GRANDES CONSTRUTORES E AS PRIMEIRAS INOVAÇÕES.....	25
2.4 - INTERACÇÕES E INTERPRETAÇÕES .....	30
<b>3 - A ORDEM DOS CAVALEIROS DO HOSPITAL DE SÃO JOÃO DE JERUSALÉM</b>	
3.1 - UMA FONTE INSPIRADORA E FORMADORA.....	45
3.1.1 - A INFLUÊNCIA DOS CAVALEIROS DO HOSPITAL.....	48
3.2 - A ORDEM DOS HOSPITALÁRIOS E PORTUGAL.....	49
3.2.1 - ARTICULAÇÃO DE ACTIVIDADES.....	50
3.3 - A ARQUITECTURA DA ORDEM EM RODES.....	51
3.3.1 - AS GRANDES REFORMAS DE PIERRE D’AUBUSSON.....	54
3.4 - CARACTERIZAÇÃO E INTERACÇÃO.....	59
3.4.1 - O BALUARTE DE S. JORGE, OU DE AUVERGNE, EM RODES.....	63
3.5 - UMA EXCURSÃO MALTESA.....	66
<b>4 - A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NO CAMINHO DA MODERNIDADE</b>	
4.1 - DA EXPERIÊNCIA PRÉ-MANUELINA.....	71
4.1.1 - O AL’GHARB D’ALÉM-MAR (OS EXEMPLOS DE CEUTA, ALCÁCER-CEGUER, ARZILA E TÂNGER).....	73
4.1.2 - A GUINÉ.....	76
4.1.3 - AS ILHAS ATLÂNTICAS.....	80
4.2 - O DESAFIO IMPERIAL.....	81

4.2.1 - IDEIA E SIMBOLOGIA IMPERIAL .....	82
4.2.2 - DE UM PROGRAMA IDEOLÓGICO A UMA ARQUITECTURA DE ESTADO.....	88
4.2.3 - DA FUNÇÃO GUERREIRA À FUNÇÃO DA REPRESENTAÇÃO.....	90
4.2.4 - O PERÍODO MANUELINO E A ARQUITECTURA MILITAR EM PORTUGAL....	99
4.3 - EM TORNO DE UMA ARQUITECTURA DE TRANSIÇÃO.....	105
4.4 - OS PRIMEIROS EXEMPLARES DE FORTALEZAS PORTUGUESAS ABALUARTADAS.....	114

## **5 - ICONOGRAFIA SOBRE O GOLFO PÉRSICO E AS FORTIFICAÇÕES PORTUGUESAS**

5. 1 - PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA E DIVULGAÇÃO GEOGRÁFICA.....	123
5. 2 - UMA ICONOGRAFIA DE NOVO TIPO.....	148

## **6 - A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA**

6.1 - A CHEGADA DOS PORTUGUESES A ORMUZ.....	155
6.2 - O SIGNIFICADO DE ORMUZ.....	157
6.2.1 - ENQUADRAMENTO DE ORMUZ NA PÉRSIA DE SEISCENTOS.....	159
6.3 - COMPARAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO.....	164
6.4 - BREVE INCURSÃO À ILHA DE ORMUZ.....	170
6.5 - A FORTALEZA DE ORMUZ.....	175
6.5.1 - LEITURA DA EVOLUÇÃO DA FORTALEZA.....	182
6.5.1.1 - ESPECIFICIDADES INTERPRETATIVAS DE QUESTÕES DA EVOLUÇÃO..	212
6.6 - RESTITUIÇÃO DESENHADA DOS MONUMENTOS E ALGUMAS PROPOSITURAS .....	221
6.6.1 - AS RUÍNAS DA MÍTICA FORTALEZA DE ORMUZ.....	221
6.6.1.1 - ÁGUA: O MAIS PRECIOSO BEM.....	221
6.6.1.2 - SOBRE A CONSTRUÇÃO ISOLADA NO INTERIOR DA FORTALEZA.....	224
6.6.2 - A FORTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR DE KESHM.....	231
6.6.2.1 - COMENTÁRIOS SOBRE ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DO FORTE.....	233
6.6.2.2 - PARA UMA TEORIA DA ARQUITECTURA DO FORTE DE KESHM.....	248
6.6.3 - A DESCONHECIDA FORTIFICAÇÃO DE LARAK.....	251
6.6.3.1 - DESCRIÇÃO DA FORTIFICAÇÃO.....	256

## **I - ADENDA SOBRE O “BASTIÃO DE MAR” DE BANDAR-E-KONG**

I.1 - UMA LEITURA HISTÓRICA.....	265
I.2 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA FEITORIA PORTUGUESA.....	267
I.3 - IMPORTÂNCIA FINANCEIRA DA FEITORIA.....	270
I.4 - BREVE DESCRIÇÃO DAS RUÍNAS DE BANDAR-E KONG.....	276

## **II - ADENDA SOBRE QAL' AT AL-BAHRAIN E O ARQUITECTO INOFRE DE CARVALHO**

II.1 - A ILHA DE BAHREIN E A FORTALEZA PORTUGUESA.....	279
II.2 - DESCRIÇÃO DA FORTALEZA.....	282

II.2.1 - O BALUARTE SUDESTE.....	286
I.2.2 - O BALUARTE SUDOESTE.....	287
II.2.3 - O BALUARTE NOROESTE.....	287
II.2.4 - OUTROS DISPOSITIVOS DA CONSTRUÇÃO.....	290
II.2.5 - A ADAPTAÇÃO DO PROJECTO À BALÍSTICA.....	292
II.3 - EM BUSCA DO PERFIL BIOGRÁFICO DE INOFRE DE CARVALHO.....	293

<b>7 - CONCLUSÃO: O ORIENTE PORTUGUÊS E O ARQUITECTO INOFRE DE CARVALHO NA EMERGÊNCIA DA MODERNA ARQUITECTURA MILITAR EUROPEIA.....</b>	<b>297</b>
---	------------

<b>- ANEXO - RELAÇÃO DE FACTOS SINGULARES DA HISTÓRIA PORTUGUESA RELACIONADOS COM A PRESENÇA LUSITANA NO GOLFO PÉRSICO, ACOMPANHADA DE ALGUMAS TÁBUAS CRONOLÓGICAS SOBRE OS REIS DE PORTUGAL E OS TITULARES DOS REINOS E GOVERNOS DA PÉRSIA, DE ORMUZ E DO “ESTADO DA ÍNDIA”, DOS CAPITÃES DE ORMUZ E DE MASCATE E DOS GOVERNADORES DE BASSORÁ.....</b>	<b>307</b>
---	------------

- CRONOLOGIA PRINCIPAL RELATIVA A ACONTECIMENTOS ENVOLVENDO PORTUGAL NO GOLFO PÉRSICO.....	309
--	-----

- REIS DE PORTUGAL E XÁS DA PÉRSIA.....	313
---	-----

- VICE-REIS, GOVERNADORES E JUNTAS DE GOVERNO DO “ESTADO DA ÍNDIA” E REIS DE ORMUZ, NO PERÍODO DA PRESENÇA PORTUGUESA NO GOLFO PÉRSICO.....	314
---	-----

- CAPITÃES DE ORMUZ E DE MASCATE.....	316
---------------------------------------	-----

- GOVERNADORES DE BASSORÁ (1515 - 1747) NO PERÍODO DO TRATO PORTUGUÊS DO COMÉRCIO DO GOLFO PÉRSICO - ORMUZ, MASCATE E BANDAR-E KONG.....	317
--	-----

<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>319</b>
--------------------------	------------

**RELAÇÃO DAS PEÇAS COM A RESTITUIÇÃO DESENHADA DOS MONUMENTOS INSERIDAS NO CAPÍTULO 6**

	pág.
<b>- FORTALEZA DE ORMUZ</b>	
PLANTA DO PISO TÉRREO.....	183
PLANTA DO PISO INTERMÉDIO.....	185
PLANTA DO PISO SUPERIOR E DAS COBERTURAS.....	187
PLANTA GERAL DE COBERTURAS (COM UM PISO SUPLEMENTAR).....	189
PERFIS GERAIS .....	191
ALÇADOS.....	193

INTERPRETAÇÃO DA EVOLUÇÃO PRINCIPAL DO SÍTIO MONUMENTAL NOS ÚLTIMOS 500 ANOS.....	197
BALUARTE SUL / NASCENTE - PLANTAS DO PISO TÉRREO E DO PISO INTERMÉDIO.....	203
BALUARTE SUL / NASCENTE - PLANTA DO PISO SUPERIOR, ALÇADOS E PERFIS.....	205
BALUARTE NORTE / NASCENTE - PLANTAS DO PISO TÉRREO E DA COBERTURA E PERFIS.....	209
PROPOSTA DE SALVAGUARDA - PLANTA DO PISO TÉRREO.....	215
PROPOSTA DE SALVAGUARDA - PLANTA DE COBERTURAS.....	217
PROPOSTA DE SALVAGUARDA - PERFIS.....	219
A GRANDE CISTERNA - PLANTA E PERFIS.....	223
A IGREJA MANUELINA - PLANTA E PERFIS COM MEDIDAS PRELIMINARES DE PROJECTO (PLANTA, CORTES LONGITUDINAL E TRANSVERSAL E ALÇADO DA ENTRADA).....	229
<b>- FORTE DE KESHM</b>	
PLANTA DO PISO TÉRREO E ALÇADO SUL.....	235
CORTES 1, 2 E 3.....	237
ALÇADOS (NASCENTE, NORTE E POENTE).....	239
PLANTA, CORTE E ALÇADO DA ENTRADA.....	241
<b>- FORTE DE LARAK</b>	
PLANTA DO PISO TÉRREO.....	253
PLANTAS DOS PISOS INTERMÉDIO E DO CAMINHO DE RONDA.....	254
CORTES 1, 2 E 3.....	255
ALÇADOS (SUL / NASCENTE, NASCENTE / NORTE, POENTE / SUL E NORTE / POENTE).....	256

## AGRADECIMENTOS

À Academia de Coimbra, que se propõe acolher-me como um dos seus - nela não tendo feito tarimba - na pessoa do Senhor Professor Doutor Pedro Dias que soube induzir esta apresentação, apreciando os meus materiais e orientando-me com o mais alto saber da docilidade, que é o da Ciência (e) da Amizade, e a quem me rendo profundamente reconhecido;

À Fundação Calouste Gulbenkian, de quem fui bolseiro e com quem mantenho, desde há quarenta anos, relacionamentos de diversa natureza - sublinhando num deles a memória da participação em todos os trabalhos que no domínio do Património Construído o meu saudoso Amigo e Mestre Arquitecto Alfredo Viana de Lima elaborou para a instituição -, para além dos trabalhos de consultoria, projecto e obra desenvolvidos em missões a 18 países de todo o mundo (dentre os quais o Irão, suporte geográfico basilar do trabalho de campo desta dissertação), ao longo dos últimos 15 anos;

Ao Senhor Dr. José Blanco, que me dá a honra de me ter por seu Amigo, primeiro enquanto Administrador, que foi, da Fundação Calouste Gulbenkian, responsável por um Serviço Internacional que guindou as preocupações e as práticas culturais da instituição a alturas memoráveis, e por ter depositado em mim confiança para coadjuvar num rumo de salvaguarda do património de origem portuguesa fora de Portugal, e a quem tive o privilégio de entregar, entre 1993 e 2004, 11 projectos de intervenção em 8 diferentes países, juntamente com os relatórios de reconhecimento e avaliação de 14 situações de património de matriz portuguesa, em outros tantos países do mundo;

Ao Designer Paulo Melo Veiga, meu companheiro colaborador profissional de há praticamente um quarto de século, que me sabe a idiossincrasia e sempre me ajuda, como superiormente o fez na elaboração de toda a parte gráfica desta dissertação, para além de também ter suportado as agruras dos trabalhos dos levantamentos no Irão, com o

Desenhador Jaime Campos - artista do Desenho que me cumpre igualmente invocar - e com ele ajudado a restituir a documentação vasta e qualificada que agora aqui apresento;

Ao Sr. Embaixador Dr. José Manuel Arsénio, anfitrião sedutor e interessado, conhecedor e entusiasta do recobro cultural das ligações portuguesas com as terras da Pérsia, que sempre fez das várias estadas da missão ao Irão motivo de minha grande satisfação pessoal;

Ao Dr. Armand Sáber, dentista iraniano em Teerão, diplomado no Brasil e intérprete (ou vice-versa),

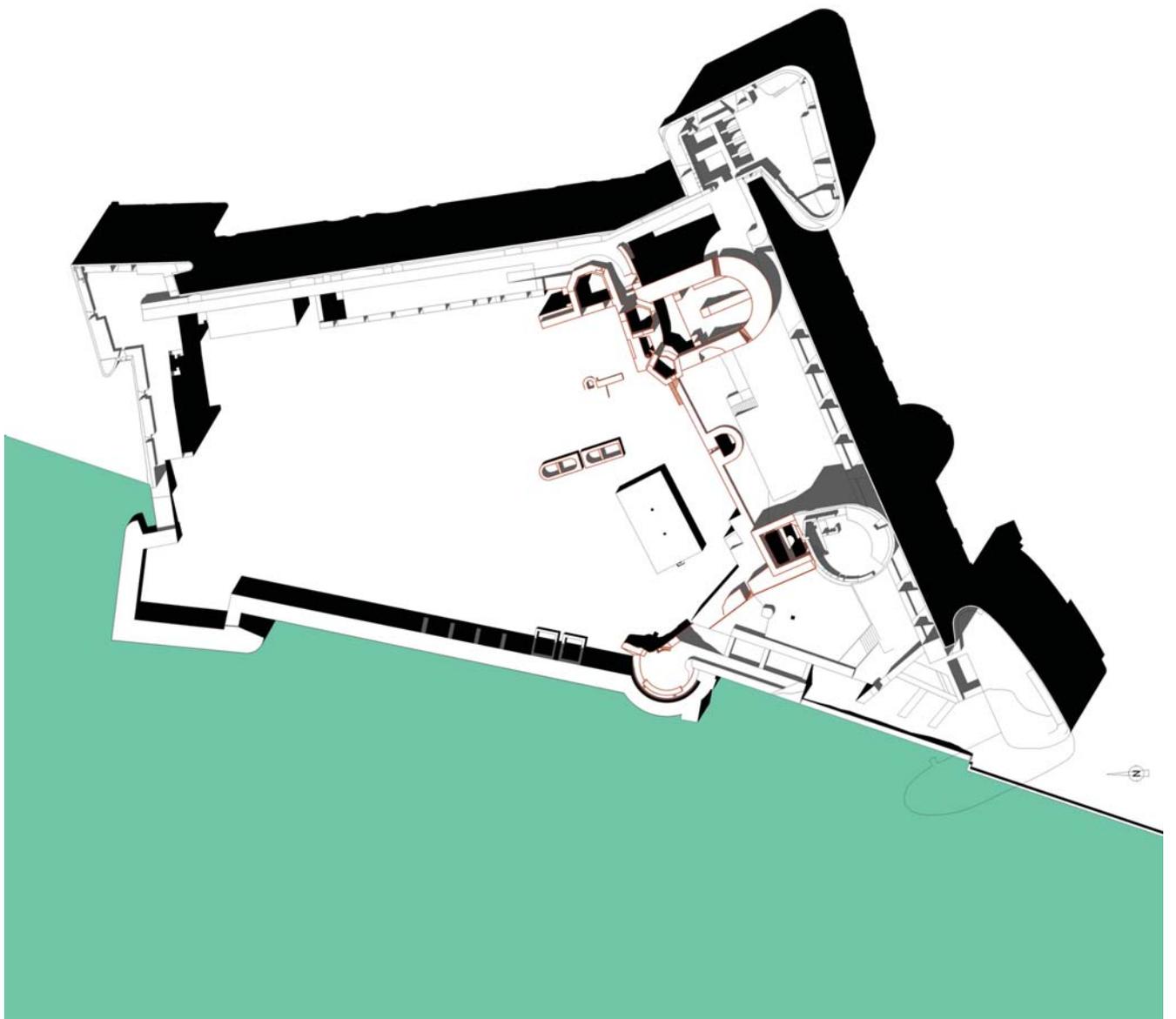
ao Sr. Bijan, fotógrafo e amante da Natureza, responsável do Parque Natural de Keshm,

ao Sr. Ashemian e ao Sr. Bétisfar (que entretanto decidiu começar a aprender a falar português),  
a cuja “guarda” ficávamos, a mando da Administração iraniana,

ao Sr. Shamsipour (morador ao lado do Forte de Keshm) informante precioso que muito amavelmente nos recebeu em sua casa, e ao Sr. Yadegari, guarda da Fortaleza de Ormuz - para além de outros iranianos que compartilharam um pouco do seu quotidiano e do seu saber durante as minhas estadas no Golfo Pérsico.

A minha Mulher, Maria José, para quem todos os agradecimentos serão sempre escassos, também a propósito da consumição e consumação destes trabalhos, em prejuízo da atenção que por mim lhe seria devida. Por isso esta dissertação lhe vai dedicada, com a insuficiente ternura de que sou capaz, e

aos nossos Netos que estão para vir, com um beijo para os Filhos Matilde João e Eduardo Luís - que sempre foi tempo de lhes darmos da vida testemunho de aventura construída, servindo de estímulo para o Futuro.



**ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NO GOLFO PÉRSICO  
- ORMUZ, KESHM E LARAK**





AFFONSO DE ALBUQUERQUE. II  
AFONSO DE ALBUQUERQUE FILHO 2º DE GONÇALLO DE ALBUQUERQUE SENHOR DE VILLAVERDE, E DE DONA LEONOR DE MENEZES, QUE FOI ESTRIBEIRO-MOR DEL REY D. JOÃO 2º.

PRIMEIRO GOVERNADOR DA ÍNDIA E SEGUNDO NO GOVERNO DELLA... - Pedro Barreto de Resende, *Livro do Estado da Índia Oriental*, 1635, Biblioteca Nacional, Paris, in «Oceanos» nº 35, Jul/Set 1998, p. 107, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

Seu filho, Brás de Albuquerque (*Commentários*, 1576, parte IV, cap. XLVI) diz-nos que era este grande Capetaão homem de meaã estatura, o rosto comprido, e córado, o nariz um pouco grande...

<sup>1</sup>Para além de António Dias Farinha (designadamente com o trabalho inaugural - que tanto tardou - versando as primeiras décadas da presença em Ormuz, *Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538). Contribuição Documental e Crítica para a sua História* - 1991, «Mare Liberum», nº 3, pp.1-159, Lisboa, retêm-se poucas referências bibliográficas que possam considerar-se seminais sobre o tema, especialmente devidas a autores nacionais. Rafael Moreira, associado à equipa internacional de investigadores e restauradores da fortaleza ormuzina-portuguesa de Bahrain, agregou interessante ensaio sobre o arquitecto em *Inofre de Carvalho,*

## 1 - ENQUADRAMENTO E PROPÓSITOS

### 1.1 - INTRODUÇÃO

A apresentação do labor de alguns anos, em torno da problemática (extensa e ainda em larga medida desconhecida e controversa) dos primórdios da arquitectura abaluartada portuguesa, tornou-se um imperativo pessoal: em primeiro lugar, por dever de divulgação de um trabalho de que a comunidade científica poderá, de algum modo, retirar proveito, tratando-se de uma matéria em que persiste largo desconhecimento factual (sendo mesmo útil que se promova um tratamento comparativo e interpretativo das fontes disponíveis), e depois por julgarmos ser portadores de pistas novas para ajudarmos a fazer um pouco do caminho, eficaz e fecundo, do conhecimento.

Talvez se encontre, em algumas das linhas de pesquisa propostas ou em tentames explicativos que avançámos, heterodoxia estimuladora para dormentes interrogações. O Golfo Pérsico, estamos crentes, é o espaço de relação intercultural de Portugal com toda uma geografia, em que o país foi activo ao longo dos tempos, que mais tem sido negligenciado por parte da historiografia portuguesa<sup>1</sup>. Importa sair deste estado algo letárgico, onde parece instituído que nada acontecerá de novo ou ilustrado, à força de nada ter acontecido, e postergando-se a repetição, como conclusões, de ignorâncias por desvendar.

Numa rara manifestação que foi a edição, no ano da passagem dos 500 anos da chegada de Afonso de Albuquerque a Ormuz, de um livro de divulgação sobre a presença lusitana no Golfo<sup>2</sup>,

*a Renaissance Architect in the Gulf* (in «Bahrain in the 16th Century - An Impregnable Island», ed. by Monik Kervran, French Archaeological Mission at Bahrain, Min. of Information, State of Bahrain).

Dos autores estrangeiros lembram-se os nomes incontornáveis de Charles R. Boxer (*Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf* - 1935, in «Chapters in Anglo Portuguese Relations», Edgar Prestage ed., pp. 112-113, Voss & Michael Limited, Watford) e de Jean Aubin (*Le Royaume d'Ormuz au début du XVIIe siècle* - 1996-2000, in «Le Latine et l'Astrolabe», 3 vols., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa e Paris).

Publicações mais recentes merecem ser citadas, pela abrangência e relevância do conteúdo: Luís Gil Fernandez, *El Império Luso-Español y la Pérsia Safávida*, tomo I: 1582-1605 (- 2006, Fundación Universitaria Española, Madrid) e a monumental síntese de Willelm Floor, *The Persian Gulf - A Political and Economical History of the Five Port Cities, 1500-1730* (- 2006, Mage Publishers, Washington, D.C.).

<sup>2</sup>Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, *Ormuz /1507 e 1622 / Conquista e Perda* - 2007, Tribuna da História, Lisboa. Independentemente de não concordarmos com alguns aspectos, nome-

adamente em torno da datação do Forte de Quexome, a edição disponibiliza novos elementos que podem interessar e motivar um público alargado.

<sup>3</sup>Op. cit, “Posfácio”, p. 119.

os seus autores dedicaram uma reflexão pertinente sobre aquilo a que chamam “um verdadeiro enigma lusitano, que poderá talvez ser explicado por motivos simultaneamente sociológicos e psicológicos. Os portugueses mantiveram intensas relações políticas e económicas com as regiões que circundam o Golfo Pérsico, durante pelo menos dois séculos, desde a conquista de uma posição dominante na ilha de Ormuz por Afonso de Albuquerque, nos primeiros anos de Quinhentos: a fortaleza de Ormuz será decerto, ainda hoje, um dos mais imponentes vestígios materiais da presença lusitana na Ásia marítima; e os arquivos ibéricos estão recheados de documentos da mais variada natureza sobre Ormuz, a Pérsia e o Golfo Pérsico.

"Contudo, com raríssimas e honrosas excepções, os investigadores portugueses têm persistentemente ignorado as *cousas de Ormuz*, o mesmo sucedendo com as entidades oficiais lusitanas que poderiam estar vocacionadas para estas temáticas.(...) O mesmo se diga, aliás, do mundo académico, pois se dispomos já de numerosas dissertações sobre o Brasil, a África, a Índia, o Japão, a China, e mesmo a Insulíndia, quase nada foi feito a respeito do Golfo Pérsico e das áreas vizinhas<sup>3</sup>."

## 1.2 - PRINCÍPIOS E OBJECTIVOS

Esta, pois, é uma dissertação sobre matéria em falta.

Ela é fruto de uma metodologia que muito deve ao acreditar num espírito de missão que nos pertence, resquícios talvez do espírito empírico e do deslumbramento que impulsionou os nossos maiores na vontade de construir naus e de desenhar novos céus. Trabalhámos no gabinete e no terreno, a maior parte das vezes por motivação própria, em convívio com realidades quotidianas e suas dificuldades, mas sempre buscando o prazer de encontrar algo novo ou útil.

A complexidade da vida e das coisas não admite, geralmente, explicações simplistas (sem com isto deixarmos de perseguir a simplicidade...): os fenómenos, na sua dificuldade mesma e no seu contraditório, requerem por vezes deambulações e incursões no campo amável do “a propósito...” - o que sempre permite partilhar mais, na sedução e na entrega da companhia.

O exercício de dissertação que quisemos fazer resulta também dessa espécie de vício de coloquiador, precisando dos seus compassos de espera para tomar fôlego, ou então para captar a atenção do circunstante (serão saudades de uma docência

interrompida...) - enfim, uma chamada de atenção para o que se passa à volta, mas que sobretudo conta para a vida.

Tentámos ensaiar, pois, uma espécie de entrecortado discurso paralelo percorrendo o corpo principal da exposição, um complemento ilustrativo da riqueza do pensamento que se quer criativo, e que geralmente pediu de empréstimo exemplos e excertos de outros trabalhos.

A dificuldade foi sempre a da contenção. Não obstante, quisémos sempre deixar margem para a discussão, numa postura de potenciação da dialéctica - por vezes deixando em suspenso um discurso, como que supondo (ou querendo) que alguém o continuará, adoptando-o, adaptando-o e enriquecendo-o, ou questionando-o e, por essa via, enriquecendo-o também.

Vimos de uma área profissional que lida com a expressão do desenho e da imagem. Fazendo jus ao valor da informação que o grafismo, a captação de uma perspectiva e a semiologia em geral detêm, vertemos nas páginas que se seguem um manancial que em muito nos ajudou a conferir maior dimensão e rigor expositivo aos temas tratados.

Temos consciência do trabalho que realizámos (tanto mais volumoso e complexo quanto sintético o quisémos produzir). Gostaríamos por isso que, para além da apreciação que possa ser reconhecida a propósito das restituições desenhadas ou das imagens dos monumentos que trabalhámos na República Islâmica do Irão, o nosso contributo assinalasse uma maneira outra de observar o fenómeno da arquitectura abaluartada portuguesa e sua emergência no quadro da Expansão.

### **1.2.1 - DA PRÁTICA À TEORIA: OS TRATADOS DE ARQUITECTURA**

Outro traço que distingue a nossa ligação aos assuntos abordados decorre do tipo de relacionamento pessoal com os assuntos específicos, os quais são chamados à colação por já haverem sido objecto de atenção em contexto de trabalho aplicado, e a maior parte das vezes com trabalho de campo realizado.

Se por um lado nos traz a vantagem de um conhecimento da realidade mais acutilante, por outro poderá deixar-nos a sensação de já haveremos dispensado a nossa atenção ao caso e, quiçá, não valorizarmos algo que seria justo sublinhar do ponto de vista da teoria.

É este um dos aspectos que nos merece reflexão, o de saber qual

o papel do arquitecto e o do teórico da arquitectura na criação de uma nova atitude construtiva e, por esta via, como situarmos os tratadistas (sobretudo "os italianos"), de que a transição para o século XVI foi pródiga.

A nossa abordagem dos assuntos versados tentou não privilegiar o papel dos Tratados de Arquitectura como fundamento da nova pragmática arquitectónica. Somos dos que pensam que os tratadistas têm um papel importante, mas limitado, na obra que foi realizada. Tal como a Arquitectura é o espaço que se habita, e não o projecto delineado no papel, nenhum Tratado foi escrito para levar a cabo um empreendimento - mas antes porque a sagacidade do seu autor reuniu o que de notável captou nas concretizações que apreendeu. Os Tratados de Arquitectura não são fontes ratificadoras para a explicação da história de uma dada peça ou corrente arquitectónica, sem prejuízo da útil análise comparativa entre realizações concretas e os exemplos maiores. Afinal a teoria aparece sempre depois de experienciada, sob pena de ser cientificamente invalidada... Por isso haveremos que reconhecer que "os italianos" (porque nessa altura mais desocupados de obras, ao contrário dos espanhóis, dos franceses, dos portugueses ou dos suecos...) estavam disponíveis para escrever sobre os progressos que se iam alcançando na arte da castramentação, tendo-nos por isso legado dezenas de compilações imbuídas do clássico espírito geral do Renascimento, com a novidade extraordinária que o âmbito militar comporta, a saber: o avanço da pirobalística e a consequente nova arte da guerra.

Nesse quadro, o papel de Portugal é primordial e o emblema de tal notoriedade é a singular peça de arquitectura que, em lugar de se chamar "Baluarte" (de São Vicente), é conhecida por "Torre" (de Belém)...



<sup>4</sup>Designadamente o Cap. IV, *The Hormuzi-Portuguese fortress*, «*New Fortress of Qal-at al-Bahrain*», N. Faucherre, M. Kervran, M. Remizio, G. Rizzi, A. Rougeulle e C. Vogt, pp. 345-412, «*Qal-at al-Bahrain / A Trading and Military Outpost / 3rd millennium B.C. - 17th century A.D.*» - 2005, Monique Kervran, C.N.R.S., Fredrik Hiebert, N.G.S. e Axelle Rougeulle, C.N.R.S., Brepols. Publishers, Turnout, Bélgica.

## 1.2.2 - A PRODUÇÃO NO GOLFO PÉRSICO E INOFRE DE CARVALHO

O nosso trabalho de investigação é igualmente resultado de aturada pesquisa de campo, na leitura das arqueologias que se ofereceram aos nossos olhos, espantados da descoberta de tão impressionantes marcas da História.

Tomando de empréstimo o que está publicado sobre a Fortaleza árabe-ormuzina-portuguesa de Qal-at al-Bahrain<sup>4</sup>, a dissertação junta materiais desenhados, relevantes e em grande quanti-

dade, relativos à produção de um técnico português muito qualificado, supostamente relativa a obras levadas a cabo num curto período de tempo, podendo não ter chegado a meia dúzia de anos (posto se desconhecendo a cronologia da reforma de Keshm e da construção de Larak).

Este núcleo ganha uma consistência própria, servindo para o prosseguimento de linhas de investigação e de conservação e reabilitação relacionadas com a arquitectura militar de origem portuguesa na frente marítima do Oriente arábico e pérsico. Quanto a esta última componente, almeja-se uma atenção consentânea com a importância dos monumentos estudados, como testemunhos únicos da Memória do Tempo.

A pré-existência manuelina (1507/1515) da Fortaleza de Ormuz, protegida ainda pelas derruídas camadas protectoras da grande reforma de Inofre de Carvalho, é o documento mais eloquente da arquitectura militar europeia a que se convencionou chamar «de transição»: conjuntamente com o exemplar do Forte de Quíloa, na Tanzânia (este, a primeira edificação de raiz construída por europeus, em pedra e cal, no lado oriental do mundo), deverá merecer instante atenção, sob risco de inexoravelmente se perder mais um pouco do conhecimento do sentido do Futuro.

### 1.2.3 - RESUMO

Trata-se da dissertação para ser presente à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com vista à obtenção do grau académico de Doutor em Letras, na Área de História e na Especialidade de História da Arte<sup>5</sup>.

São submetidos a apreciação os resultados do trabalho de reflexão e de levantamento arquitectónico de três monumentos: a Fortalerza de Ormuz e os Fortes de Keshm e de Larak, pela primeira vez ficando disponíveis os registos documentais da situação actual das ruínas.

Em relação à Fortaleza de Ormuz e ao Forte de Keshm são igualmente apresentadas propostas de projecto de salvaguarda patrimonial.

Aproveita-se para juntar materiais (alguns inéditos) relativos à Feitoria de Bandar-e Kong, assim se cobrindo o substancial da produção da arquitectura militar portuguesa na Pérsia, nos séculos XVI e XVII.

Discute-se o perfil do Arquitecto Inofre de Carvalho, abrangendo-se na análise a grande reforma realizada na

<sup>5</sup>Regulamento dos Doutoramentos pela Universidade de Coimbra - *Diário da República*, II Série nº 76, de 29 de Março de 1996.

fortificação de Bahrein.

Do ponto de vista teórico merece especial relevo o enquadramento da arquitectura militar portuguesa «de transição» para a produção abaluartada. Equaciona-se, por vezes com novo escopo, os movimentos ocorridos desde o último quartel do século XV, e em especial da artilharia e o pioneirismo desempenhado por Portugal, bem como o intercâmbio técnico internacional, designadamente em torno das alterações ocorridas no Próximo Oriente, com a actividade da Ordem dos Cavaleiros de S. João na Ilha de Rodas.

## **ABSTRACT**

This thesis is the dissertation to be present to the Faculty of Humanities of the University of Coimbra, in order to obtain the academic degree of Philosophiae Doctor in History, Speciality of Art History.

The results of reflexions and the works of architectural surveys of three monuments are submitted to appreciation: the Fortress of Hormuz and the Forts of Keshm and of Larak, for the first time becoming available the documented records of the actual situation of the ruins.

Relating to the Fortress of Hormuz and the Fort of Keshm, we also present proposals of projects for the heritage safeguarding. We take this opportunity to attach materials (some of them news) relative to the Factory of Bandar-e Kong, this way covering the substantial of the production of Portuguese military architecture in Persia, in the 16th and 17th centuries.

We discuss the profile of Architect Inofre de Carvalho, comprising in the analysis the great reform made on the fortification of Bahrain.

From the theoretical point of view, it deserves a special place the framing of the Portuguese military architecture «of transition» to the bulwarked production. We equated, sometimes with a different scope, the movements that occurred since the last quarter of the 15th century, specially the evolution of the artillery and the pioneer role played by Portugal, as well as the international technical interchange, namely around the changes occurred in the Near East with the activity of the Order of the Knights of St. John in the Rhodes Island.



Castelo Artilheiro de Vila Viçosa, considerado como exemplar anunciador da moderna arquitectura militar, fotografia aérea da Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana publicada in Francisco Sousa Lobo, *Um olhar sobre o Castelo Artilheiro-2007*, «Monumentos» N° 27, Dez., Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Lisboa, p 36.

Nas reproduções ao lado e em baixo, vemos a Estampa LXI (à esquerda, com o Castelo Artilheiro e a Cerca de Vila Viçosa) e a Estampa LII, referente ao projecto não realizado, abrangendo quase toda a vila, com sete baluartes e quatro meio-baluartes e ainda um revelim e quatro obras cornas (in Gastão de Mello de Mattos, *Nicolau de Langres e a sua Obra em Portugal - 1941*, Comissão de História Militar, Gráfica Santelmo, Lisboa).

Nicolau de Langres, engenheiro do rei de França, foi recrutado por Portugal através de contrato celebrado em 31 de Março de 1644, estando ao serviço no Alentejo em 14 de Junho. Tinha boas recomendações, inclusivamente do engenheiro-mor Lassart, que havia sido interveniente, em 1641, no desenho da Praça-forte de Almeida (embora o rei se queixe, em carta ao Conde da Vidigueira, nosso embaixador, de que o engenheiro *Niculao de Langres que me remetestes tem cá parecido muito menos do que delle se esperava* - parece que por dificuldade de relacionamento com o superintendente das fortificações Cosmander, sob cujas ordens Langres trabalhava). No fundamental, acabou por se ter em muito apreço o desempenho de Nicolau, do qual ficaram obras de reconformação de várias praças

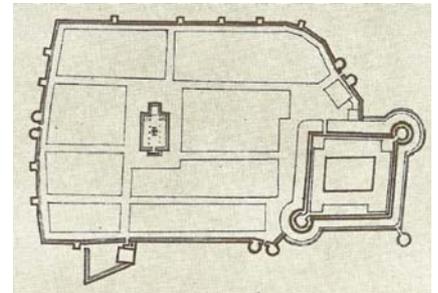
## 2 - INTERCÂMBIOS EXPERIMENTAIS PRÉ-MODERNOS

### 2.1 - MONTANHA E MAR

De certo modo, no imaginário mais recôndito é admissível, que a representação do castelo ocupe a proeminência rochosa de uma serrania, tirando partido do escarpado da morfologia do território. Porém, a civilização ocidental (que transmutou entretanto esses entendimentos para o romantismo do “chateau de plaisance”), formou-se muito mais à custa da edificação de fortalezas à beira da água, e designadamente no convívio com o mar, fazendo da horizontalidade a expressão dominante da sua presença.

Tal constatação é pelo menos asseverável, mesmo do ponto de vista quantitativo, no caso português, posto o número (na casa das centenas) de fortificações realizadas no período da Expansão, no Atlântico e no Índico. E o contributo lusitano pode ser, eventualmente, originário, em primeira linha, de uma

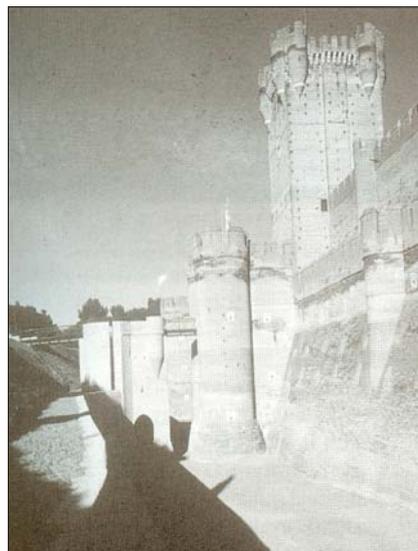
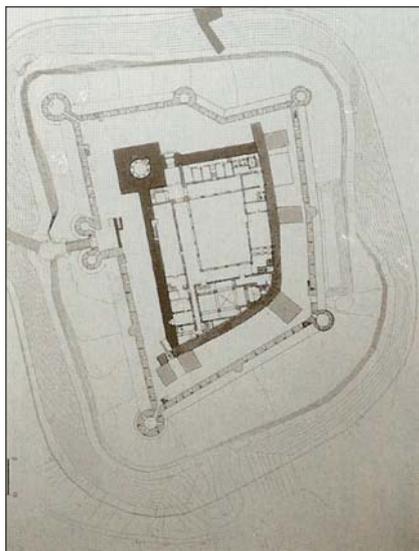
seiscentista da raia alentejana, antes de se passar para as forças castelhanas, em 1661, e o livro de projectos que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa (recuperado possivelmente nos despojos da batalha do Ameixial, em que as tropas inimigas perderam toda a documentação que traziam).



Planta e foto do fosso com o “baluarte de anteporta” do Castelo de La Mota (Valladolid, Espanha, 1476-1483), depois das obras de reabilitação de 1997 - in Fernando Cobos, *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)” - 2002, C.M. Palmela, Ed. Colibri, Lisboa, p. 679.

<sup>1</sup>“as barbacãs eram muros mais baixos do que as muralhas, construídos no exterior destas (ou das cercas vilãs), a apenas alguns metros de distância. Tinham como função oferecer uma primeira barreira aos que pretendiam assaltar a praça e às respectivas máquinas de cerco e, sobretudo depois da divulgação das armas de fogo, cumpriram uma função muito importante na detenção do fogo rasante da artilharia inimiga. Em alguns casos (como acontece, por exemplo, no Sabugal ou em Marvão), as barbacãs (um dispositivo que não era inteiramente estranho à arte de fortificar praticada pelos Romanos) rodeavam toda (ou quase toda) a fortaleza constituindo aquilo a que se convencionou chamar de “barbacãs extensas”. Noutros casos (como acontece, por exemplo, nos castelos de Aguiar da Pena, de Monsanto ou de Terena), a barbacã cobria apenas um ponto sensível e que exigia uma melhor protecção, constituindo, neste caso, uma “barbacã de porta” - in João Gouveia Monteiro, *Reformas Góticas nos Castelos Portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Ed. Colibri, Lisboa, p. 661.

<sup>2</sup>João Gouveia Monteiro, *Reformas Góticas nos Castelos Portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 661.



proveniência que não tem directamente a ver com a edificação propriamente dita, ainda que sempre com a defesa: o uso da artilharia naval.

Por certo, a disponibilidade da artilharia, mesmo nos castelos dos territórios do interior - que, obviamente, continuaram a existir, mas tiveram que ser adaptados, juntamente com outros elevados *ex-novo* -, obrigou a inventar dispositivos de construção que anulassem as mais imediatas consequências nefastas do ataque da artilharia, apostada no tiro rasante: a esses anteparos protectores chamou-se “barbacãs”<sup>1</sup>. Pode ver-se daqui a evolução que conduziu à adopção do princípio dos baluartes, passando primeiro por outras fases e tipologias.

“Ora, durante muito tempo admitiu-se que a primeira barbacã portuguesa teria sido a edificada em Lisboa no Verão de 1384, no início do cerco castelhano à capital tão dramaticamente relatado por Fernão Lopes. Todavia (...) construíram-se dispositivos deste género desde, pelo menos, 1338 - data da edificação da cava e barbacã das vilas do Crato e da Amieira por iniciativa do prior do Hospital, D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira! E estes nem sequer são os únicos casos do género que conhecemos, datando ainda do reinado d’«O Justiceiro»”<sup>2</sup>.

Estamos a referir-nos a obras relativamente menores, adaptações a um sistema preparado para outro modo de fazer a função. Os tempos não estão de fazer castelos: “os reinados de D. Fernando (1367-1383), D. João I (1385-1433), D. Duarte (1433-1438), bem como o período de Regência do Infante D. Pedro (1439-1448), não terão trazido, no plano da arquitectura militar, a exuberância e a renovação que caracterizaram os cem anos anteriores.” (...) “esteve presente a intenção de garantir que as fortificações estivessem equipadas com Torres de Menagem

<sup>3</sup>João Gouveia Monteiro, *Reformas Góticas nos Castelos Portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p, 662.

sólidas e agressivas, assim como com torreões numerosos, capazes de se defenderem mutuamente, e de formato variado (cada vez tendendo mais para a configuração circular, que garantia uma maior capacidade de tiro e também uma maior resistência aos projecteis lançados do exterior). Nota-se igualmente uma presença generosa de robustas barbacãs (“extensas” ou “de porta”), muitas vezes elas próprias reforçadas por cubelos e outros torreões. Detecta-se também, claramente, a intenção de dar continuidade ao processo de alargamento dos adarves (...), a tendência para o alargamento das ameias ou merlões, com os parapeitos das aberturas a apresentar muitas vezes esbarros ou cortes oblíquos para o exterior, de maneira a facilitar o tiro mergulhante”<sup>3</sup>.

### **2.1.1 - AS BARREIRAS ARTILHEIRAS E OS PROTO-BALUARTES DO SÉCULO XV**

A partir de meados de Quatrocentos, outros desafios se colocaram, sendo o mais importante tudo quanto resulta da generalização da aplicação da pirobalística à circunstância da guerra. A fisionomia das fortificações altera-se, reduzindo-se a altura das muralhas, ao mesmo tempo que se reforçam consideravelmente na espessura, “de forma a oferecerem um alvo menor à moderna artilharia adversária e, simultaneamente, a reforçarem a sua capacidade de resistência.” (...) “Paralelamente, haveria tendência para reforçar as barreiras avançadas, do género das barbacãs, já que elas poderiam oferecer um antemuro, uma barragem preciosa ao fogo rasante do inimigo. Começaram, pois, a criar-se as condições para o aparecimento dos primeiros baluartes, com os seus característicos formatos angulosos, muitas vezes reforçados por escarpas acentuadas, que dificultavam as abordagens directas e, sobretudo, provocavam o ressalto ou ricochete dos projecteis lançados pelos sitiadores.” Primeiro só nos terraços (ao contrário de Inglaterra, onde a evolução para o interior se consumara já no século XIV), as peças de fogo vão sendo instaladas no interior dos torreões e, “quando, cerca de 1509, o escudeiro Duarte de Armas, a mando de D. Manuel I, desenhou os castelos portugueses da fronteira terrestre, então sim, eram já numerosas as troneiras a representar. Mais de metade das 57 praças debuxadas por Duarte de Armas apresenta elementos deste tipo, localizados, quer no topo, quer na base de Torres

de Menagem, de torreões adossados e de cubelos, de panos de muralha e de cercas vilãs, de barbacãs, de couraças e de “baluartes”, confirmando que uma nova ‘revolução’ começava a tomar conta das nossas fortalezas”<sup>4</sup>.

Os recintos baixos que rodeiam porções mais ou menos extensas dos edifícios principais, existem desde os primórdios da chegada da balística de explosão: “*es lógico que fueran la barrera y la torre avanzada pentagonal la respuesta ya ensayada que se empleó en las primeras adaptaciones de la fortificación a la artillería moderna. Los ingenios y la artillería eran especialmente eficaces para destruir los almenajes del recinto principal de forma que la barrera permitía emplazar las piezas al nivel del campo circundante y proteger la base de los muros principales*”<sup>5</sup>.

A grande actividade fortificadora que se verificou aquando da guerra da sucessão de Henrique IV, participada pelo apoiante português D. Afonso V, culminou com o notável exemplar de La Mota, em Medina del Campo, fortaleza construída entre 1476 e 1483, *en los tiempos de las guerras del rey de Portugal com sus altezas, ocho o nueve años... mientras duro la obra de la barrera. E acrescenta o autor: “...Y todo el sistema se articulaba a partir de un “baluarte” exento en mitad del foso a la manera del revellín moderno y que relacionaba los 2 niveles del foso y cubría del tiro directo la puerta principal, gracias a sus dos puertas desenfiladas*”<sup>6</sup>.

<sup>4</sup>João Gouveia Monteiro, *Reformas Góticas nos Castelos Portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 665.

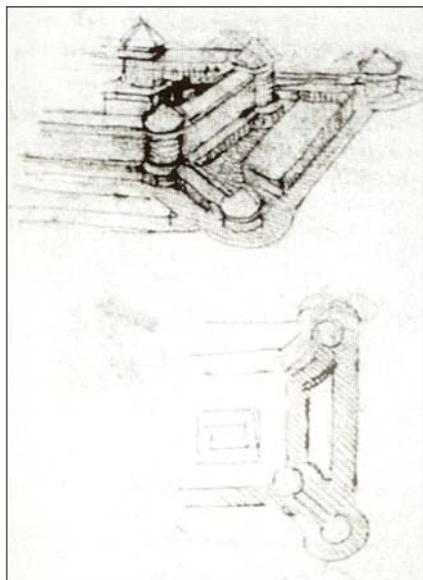
<sup>5</sup>Fernando Cobos Guerra in *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 678. Além disso, segundo Cobos Guerra, “Las primeras barreras artilleras, generalizadas en Castilla hacia 1470, protegían sus accesibles cámaras de tiro con fosos que evitaban el asalto directo sobre las bocas de tiro y cubrían el lecho del foso con el fuego de flanco de las torres circulares de las esquinas”.

<sup>6</sup>Fernando Cobos Guerra in *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 678.

## 2.2 - A PIROBALÍSTICA E O IMPULSO DA ARTILHARIA

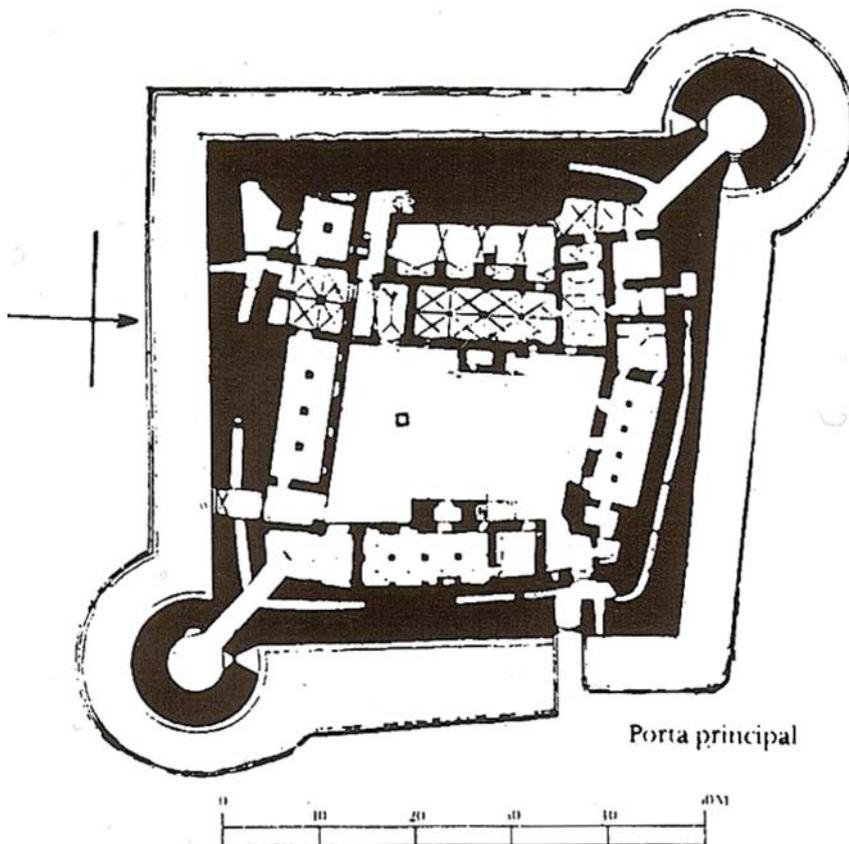
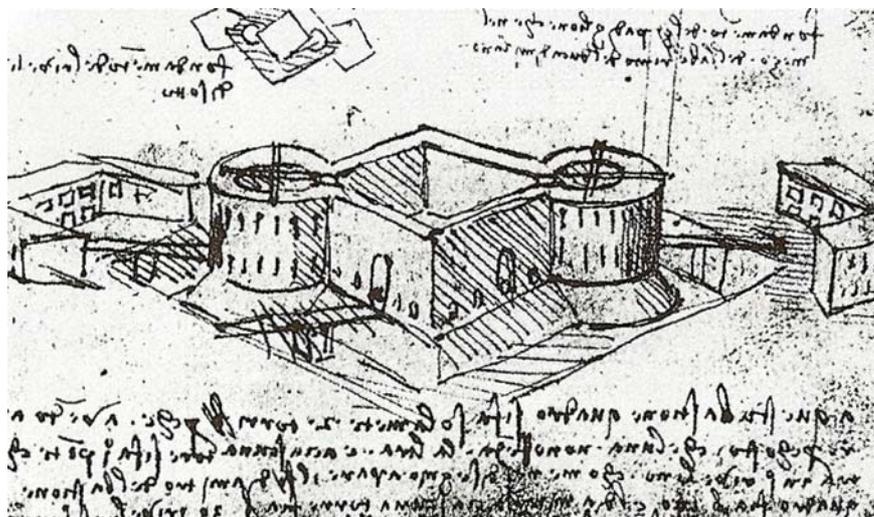
O século XV europeu é, porventura, um dos tempos em que se assiste a grande corrida ao armamento, impressionada que ficara a Cristandade com o aparato da artilharia apresentada pelo Sultão Moamet II durante o Cerco imposto antes da queda de Constantinopla, em 1453.

As notícias da época dão conta de que o duque de Borgonha, Carlos-o-Temerário, equipa o seu exército com artilharia superior a 400 canhões. Nos estados italianos, Génova e Veneza desenvolveram uma poderosa marinha já equipada com artilharia. Em França, Luís XI, Carlos III e Francisco I incrementaram aquele armamento. “Na 3<sup>a</sup> década do século XVI os Portugueses contavam com umas duas mil peças de artilharia pesada numa área que ia de Moçambique às



Baluartes avançados em esquina, por Leonardo da Vinci, início do século XVI, Biblioteca Nacional de Madrid (*Códice Madrid*) - in Fernando Cobos, *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, C. M. Palmela, Ed. Colibri, Lisboa, p. 684.

Em cima à direita, projecto de fortaleza por Leonardo da Vinci e, em baixo, planta do piso térreo do Castelo Artilheiro de Vila Viçosa. “Avancei a hipótese de que neste período [inícios do 2º quartel do séc. XVI] Benedetto possa ter estado ao serviço de um sobrinho do condestável de Castilha, a saber, D. Jaime, quarto duque de Bragança (1479-1532), para desenhar o notável “Castelo Artilheiro” de Vila Viçosa, que segue de perto, tanto na disposição como nas dimensões, desenhos feitos por Leonardo da Vinci que datam de c.1490 e c.1507 (John Bury, “A Leonardo Project realized in Portugal”, in *The Burlington Magazine*, vol. CXXVI, 1984, pp. 499-501/ anunciado pela primeira vez no *Diário de Notícias*, Lisboa, 22/06/83 - in John B. Bury, Benedetto da Ravenna (c.1485-1556)-1994, in AA VV, *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Comissão Nac. para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, p. 131.



“Os primeiros elementos de modernização defensiva de Évoramonte foram os baluartes curvilíneos desenhados e levantados por Francisco de Arruda [na cerca do castelo] numa campanha que se pode situar entre 1525 e 1531. São cinco, razoavelmente conservados (...), idênticos aos que erguera, em 1514, em Azamor (...). No seu conspecto geral, o Paço de Évoramonte parece ser uma plataforma de artilharia. O mais certo, porém, é que, com a sua decoração

de teor arcaizante e manuelino, não passasse de um edifício sumptuário, palácio de configuração retoricamente militar, peça de paisagem e sinal de poder do Ducado, visível a quilómetros de distância, residência de caça mais do que dispositivo de guerra”- in Paulo Pereira, *Évora-monte: A Fortaleza. Monografia* - 1989, Catálogo da exposição fotográfica, Set./Out., Maria do Céu Pina, Coord., Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, p. 12.

Molucas, igualmente distribuídas pela marinha de guerra e pelas fortalezas”<sup>7</sup>.

Na discussão sobre a transição dos princípios arquitectónicos militares todos concordam sobre a essencial alteração que a chegada da pólvora e o abandono da neurobalística produziu. Também é recorrente a afirmação da razão das barbacãs, e, mesmo, uma generalizada concordância quanto à vantagem sentida na adopção da forma redonda para os torreões, e nalguns pontos mais, desde a razão da diminuição da altura ao espessamento das paredes.

No entanto, são escassas as referências à aplicação da questão da artilharia ao meio naval, não deixando tal de ser um tanto intrigante sobretudo tratando-se de Portugal, um país posto à aventura pelos mares...

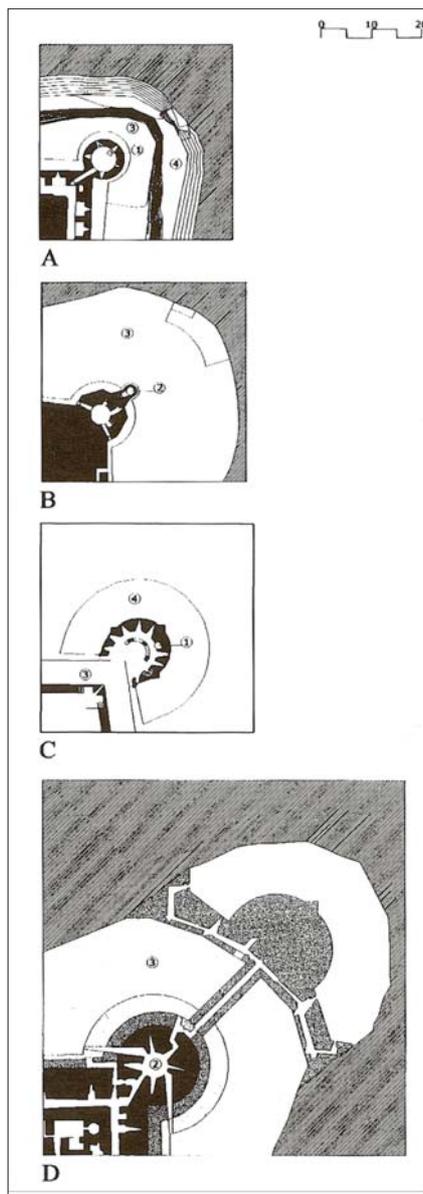
Claro, depois, será útil passar à extracção de eventuais consequências de tal facto. Temos para nós que, embora não tenhamos sido dos primeiros a montar peças de fogo a bordo<sup>8</sup>, teremos sido aqueles que mais cedo disso beneficiámos, explorando todas as versatilidades da técnica da fundição e das descobertas do manuseamento da artilharia em conjugação com a arte da navegação.

Na verdade, é conhecido o registo da especial apetência do Príncipe Perfeito para o estudo e aperfeiçoamento das questões em que se empenhava. E é facto que quanto envolveu a defesa (e o ataque) através de meios marítimos despertou-lhe atenção: “Os cronistas salientam o seu *maravilhoso engenho e subida agudeza* (Rui de Pina), *o muito vivo saber, e mui pronto e esperto e muito sutil engenho* (Garcia de Resende), que o levou, porque *era ingenhoso em todos os officios*, a promover pessoalmente experiências de artilharia, e até mesmo, segundo Resende, a ser o inventor de um sistema de armamento das caravelas”<sup>9</sup>. E do navio passou à base da fortaleza, com a nau fazendo um castelo de novo tipo para defender a barra do Tejo. Diz o autor que estamos a citar: “Para precaver-se contra um possível ataque nessa zona vital do Reino, o rei traçou em 1494 o plano de defendê-la pelo cruzamento de fogos entre fortalezas situadas nos seus pontos mais próximos e junto aos principais desembarcadouros: as Torres de Cascais, Porto Brandão e Restelo. Apenas as de Cascais e Caparica foram então erguidas, sendo a entrada do rio defendida por uma nau ancorada a meio da barra, *que era a mayor, e mais forte e armada nao que nunca se vio*, como diz Resende (caps. 147 e 181)... uma linha de defesa passiva concebida em tempo de

<sup>7</sup>Rafael Moreira, *A Época Manuelina*, in AA VV, «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 108.

<sup>8</sup>“A colocação de artilharia a bordo de navios não era inédita na Europa. Em 1340, na batalha naval de Écluse, foram empregues bocas de fogo, e em 1358 há notícias, através de uma memória inglesa, da utilização, a bordo, de dois canhões de ferro, um canhão de ferro com duas câmaras, um de bronze com uma câmara... Mais tarde, em 1381, a esquadra inglesa estacionada no Tejo defendeu-se da esquadra castelhana com grossas bombardas colocadas na proa” - in Miguel Sanches de Baena, *A Artilharia Moderna*, in AA VV, Rafael Moreira (dir.) «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 78.

<sup>9</sup>Rafael Moreira, *A Época Manuelina*, in AA VV, «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 99.



Bastões redondos de esquina em fortificações espanholas “de transição”, com representação à mesma escala - in Fernando Cobos Guerra, *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)* - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 684: A - LA MOTA, 1476-83 / MEDINA DEL CAMPO, VALLADOLID B - COCA, 1474-96 / SEGÓVIA C - CARMONA, c.1490 / SEVILHA D - SALCES, 1492 (reforços posteriores a cinza) / PERPIGNAN, FRANÇA.

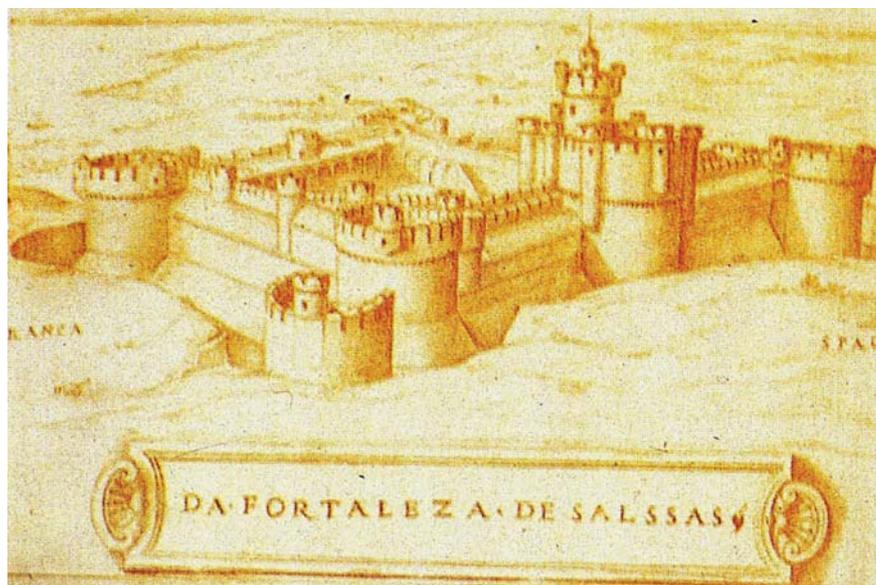
paz, mas constituindo uma máquina militar de poder simbólico e dissuasor ímpar no seu tempo”<sup>10</sup>.

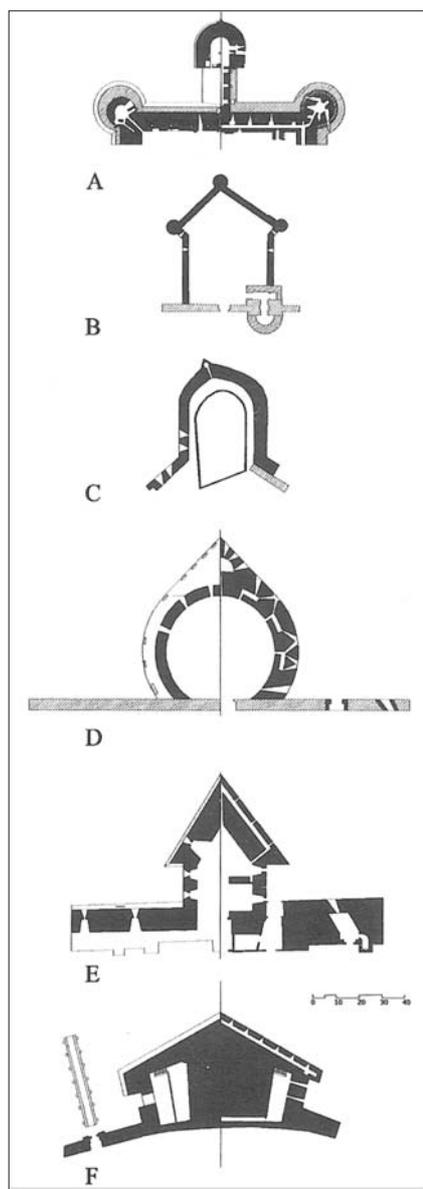
E completa-nos cabalmente a explicação Pedro Dias: “Os cronistas, e particularmente Garcia de Resende, anotam a edificação da ...*torre de Cascaes com sua caua, com tanta e tam grossa artelheria, que defendia o porto; e assi outra torre, e baluarte de Caparica defronte de Belem...* Também ordenou uma outra fortaleza onde, depois, Francisco de Arruda edificaria, para D. Manuel, a cenográfica Torre de Belém, cujo primeiro projecto foi da autoria do próprio Garcia de Resende, como ele testemunha: ...*A qual fortaleza eu per seu mandado debuxey, e com elle ordeney a sua vontade...* O cronista afirma ainda que o sistema era completado através do fundeamento, no meio do Tejo, da enorme nau que o rei mandara construir, poucos anos antes, com essa finalidade e não com a de navegar, como seria natural”<sup>11</sup>.

**DA FORTALEZA DE SALSSAS**, desenho da metade superior do f. 43v do manuscrito da Biblioteca do Escorial, in Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* - (c. 1540), 1989, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa. O registo foi feito em 1538, na viagem de ida de Francisco de Holanda a Itália. Salces, situada nos Pirinéus, era na altura pertencente a Espanha, sendo território francês desde meados do século XVII. A fortaleza, de autoria de Ramiro Lopez, foi construída entre 1503 e 1507 e ainda subsiste em muito boa condição.

<sup>10</sup>Rafael Moreira, *A Época Manuelina*, in AA VV, «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 100.

<sup>11</sup>Pedro Dias, *Fortificações Portuguesas, Além-mar, no Tempo de D. João II (1481-1495)*-1998, Actas do Colóquio “A Arte na Península Ibérica ao Tempo do Tratado de Tordesilhas”, p.22, Com. Nac. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Coimbra.



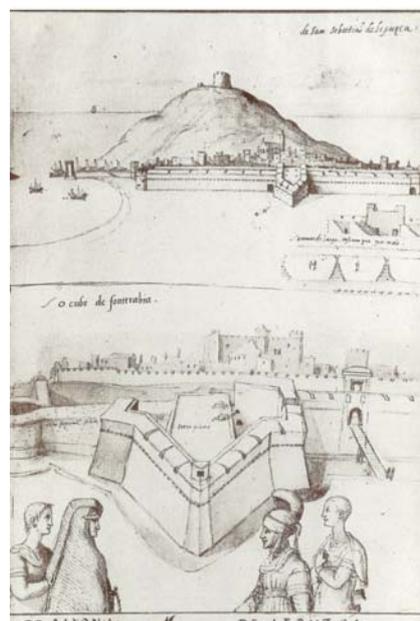


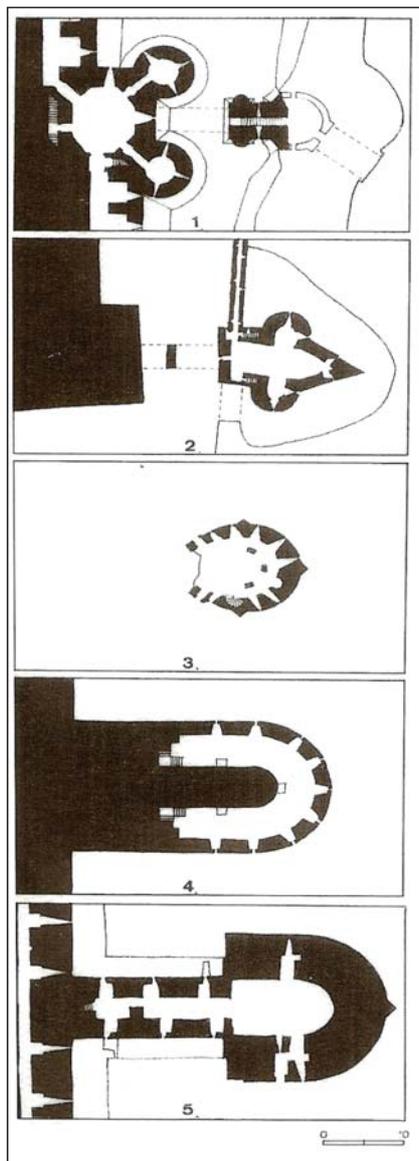
Torreões frontais e baluartes «de transição» espanholas (à mesma escala) - in F.C.Guerra, *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)», 2002, C.M. Palmela, Ed.Colibri, Lisboa, p. 692: A-SALCES, 1497-1505 (reforços posteriores a cinza)/PERPIGNAN, FRANÇA B- ARÉVALO, 1504-17 (obras medievais a cinza) / ÁVILA C-FUENTERRABIA (Bastião de Sancho Leyba), 1524 /GUIPÚZCOA D- PAMPLONA (projecto), 1521-32 E-SAN SEBASTIÁN, c.1527 (Imperial)/GUIPÚZCOA F-FUENTERRABIA (Madalena), 1530/GUIPÚZCOA.

Os Portugueses rapidamente compreenderam o poder de uma artilharia naval moderna, empenhando-se no seu desenvolvimento. Há mesmo investigadores que admitem que a vantajosa técnica de carregamento das peças pela retaguarda foi derivada da racionalização do uso da artilharia a bordo dos navios, trazendo cedo muitas vantagens aos portugueses devido ao acréscimo do rendimento de tiro que proporcionava, e sobretudo ao associar-se a outros avanços tecnológicos associados, como a câmara múltipla.

“Não se tratava de uma atitude ocasional, mas de uma necessidade de que os nossos monarcas tinham absoluta consciência. Embora já o rei D. Afonso V procurasse incrementar o novo tipo de armamento, seu filho D. João II representa um marco fundamental no desenvolvimento da artilharia naval em Portugal. É no reinado deste monarca que a artilharia toma a sua verdadeira dimensão no nosso país. Para além de ter mandado edificar tercenas e contratado ferreiros fundidores e mestres de tiro de metal, D. João II deu ordens para que todos os navios portugueses fossem equipados com pesadas peças de artilharia colocadas em linha. Isto modificou completamente a estratégia naval e suscitou enorme admiração. Garcia de Resende, aludindo na sua “Crónica” ao facto, refere que D. João II *ordenou em pequenas caravelas andarem muito grandes bombardas, e tiraram tão rasteiras que hião tocando na água: e elle foi o primeiro que isso inventou. E poucas caravellas destes grandes tiros fazem amainar muitas*

Ao lado, desenhos quinhentistas de *San Sebastián de Lepuzca* e de *Fuenterrabia*. O desenho da cidade guipuzcoana documenta um espécime que não mais existe, com muralhas preparadas para artilharia e uma entrada protegida por um dispositivo moderno, abaluartado, decerto de recente feitura à data da viagem de Francisco de Holanda. No que se refere a *O cubo de Fonterabia*, com um terraço *terra pleno*, apresenta no plano da cortina, à esquerda, a inscrição *Esta fizeram franceses*. Trata-se de obra “à moderna”, antecedendo as muralhas medievais que se observam em segundo plano - in Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* (parcial) - (c. 1540), 1989, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, p. 42r.





Plantas de “baluartes de transição” em Espanha e em França, com representação à mesma escala - in Fernando Cobos Guerra, *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) - 2002*, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 680: 1 - LA MOTA (entrada) / MEDINA DEL CAMPO, VALLADOLID 2 - LOCHES / INDRE ET LOIRE, FRANÇA 3 - CARMONA / SEVILHA 4 - SIETE SUELOS EN LA ALHAMBRA / GRANADA 5 - SALCES (leste) / PERPIGNAN, FRANÇA.

naos grossas: porque até então não andavão no mar tiros grossos<sup>12</sup>.

Aparentemente, o que o “Livro das Fortalezas” mostra como “o único elemento novo, que aliás o autor não se cansa de nos mostrar, é o uso intensivo de bombardeiras nas mais diversas posições, bem como a predilecção pelos torreões circulares reforçados na base por jorramento e consequente adopção do partido do forte costeiro no interior do País (Vimioso, Alpalhão, Salvaterra, Castro Marim)”<sup>13</sup>. Posto que mostra, exactamente, como um “forte costeiro” sobe até às montanhas da raia de Espanha...

### 2.3 - OS GRANDES CONSTRUTORES E AS PRIMEIRAS INOVAÇÕES

Não sendo nosso objectivo compendiar as realizações arquitectónicas de uma história da arquitectura militar europeia, achamos contudo pertinente trazer à reflexão alguns casos que permitirão, talvez, sensibilizarmo-nos para hipóteses de compreensão do fenómeno da emergência da moderna fortificação abaluartada, de modo diverso daquele em que usualmente é apresentado.

Daremos, por isso, tratamento especial, no capítulo seguinte, a um grande construtor, normalmente analisado num contexto isolado, e que por isso retira conteúdo determinativo à acção que desenvolveu. Referimo-nos à Ordem dos Hospitalários e ao seu próprio percurso geográfico e arquitectónico, irradiando, pelo seu carácter internacionalista, uma influência enorme e, a maior parte das vezes, negligenciada na apreciação teórica.

Também não queremos deixar de referir, neste jogo de interacções, alguns exemplos maiores da produção dos grandes países nos alvares do Renascimento, atentando na importância de algumas realizações. Não sendo exaustivos, seguimos de perto os registos excepcionais de um português viajando para se inteirar do que se passava nos principais centros produtores de inovação - e assim recuperamos as imagens do *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* de Francisco de Holanda.

Quando o artista empreende a sua viagem até Itália (1538),

<sup>12</sup>Miguel Sanches de Baena, *A Artilharia Moderna*, in AA VV, Rafael Moreira (dir.) “História das Fortificações Portuguesas no Mundo” - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 76.

<sup>13</sup>Rafael Moreira, *A Época Manuelina*, in AA VV, “História das Fortificações Portuguesas no Mundo” - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 117.

Ao lado, imagem do Google Earth sobre o estado presente da fortaleza de Salces, no Perpignan francês.

Em baixo, plantas de “fortalezas de transição” em Itália, em Espanha e em França, com representação à mesma escala - in Fernando Cobos Guerra, *Artilheria y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 688:

1 - MONDAVIO, 1488-89 / URBINO, ITÁLIA

2 - ÓSTIA, 1483-86 / ROMA, ITÁLIA

3 - LA MOTA, 1476-83 / MEDINA DEL CAMPO, VALLADOLID

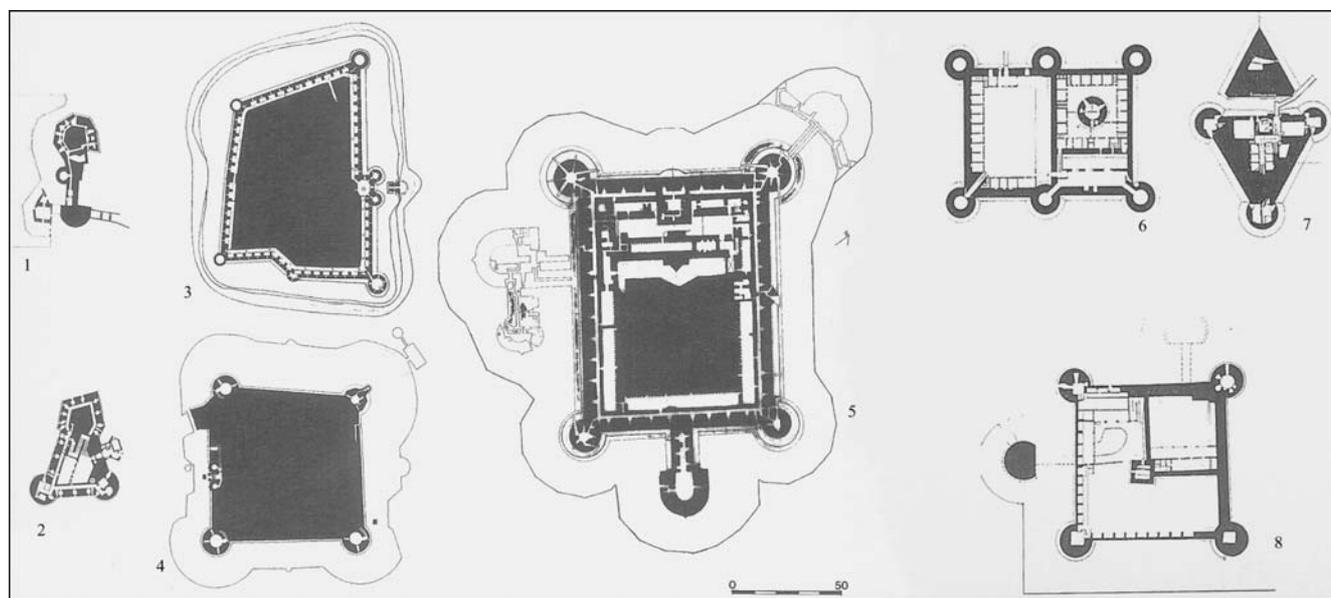
4 - COCA, 1474-96 / SEGÓVIA

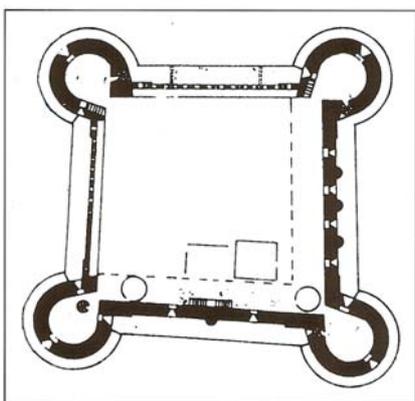
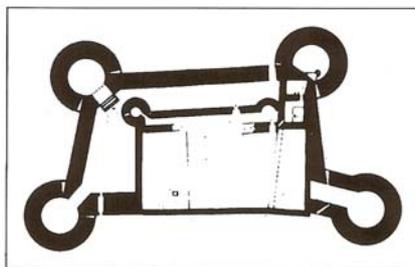
5 - SALCES, 1497-1505 (com acrescentos posteriores a cinzento) PERPIGNAN, FRANÇA

6 - IMOLA, 1502-05 / ITÁLIA

7 - SARZANA, 1500-07 / ITÁLIA

8 - SARZANELLO, 1500-07 / ITÁLIA





Em cima, planta dos Castelos de Berlanga del Duero (1516-1528) e de Grajal de Campos, de 1517-1519 (respectivamente em Soria e a Sudeste de Leão, Espanha) - in John B. Bury, *Benedetto da Ravenna (c. 1485-1556)*-1994, in AA VV «A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa», pp. 130-134, Com. Nac. Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, p. 130.

estava em conclusão em Portugal o Castelo Artilheiro de Vila Viçosa : “Trata-se de uma obra revolucionária ao tempo, pelo partido inovador que revela na planta adoptada e na disposição funcional das dependências e das torres e, bem assim, na sua subordinação à pirobalística. O conceito é moderno e para a sua execução foi necessário o sacrifício de mais de cem casas da antiga alcáçova medieval, o que dá bem a medida do investimento realizado.

A planta é sensivelmente quadrada, de 55 x 50 m de lado, possuindo dois baluartes cilíndricos colocados em ângulos opostos. Nisto corresponde à configuração dos castelos artilheiros italianos, como o de Pesaro (que, conforme anota Túlio Espanca, foi desenhado por Francisco da Holanda no seu *Livro das Antigualhas*, de 1540-48, sinónimo da modernidade deste partido arquitectónico). John Bury viu nesta planta influência de um protótipo, com as mesmas características, de planta quadrada com duas torres opostas, desenhado por Leonardo da Vinci no manuscrito “B” de Paris (fólio 12), o que não deixa de ser curioso se atendermos a outras correspondências com a obra «arquitectónica», ou paraarquitectónica, do artista italiano em realizações dos Arrudas, nomeadamente em Évoramonte”<sup>14</sup>.

Se, porém, quisermos admitir a hipótese de a influência provir, de modo mais temporão e por outras vias, não deixa de ser interessante notar que o Paço de Évoramonte será da década de 1520, e que em Leão ou em Sória (para só falarmos em reinos vizinhos), se construía os castelos de Grajal de Campos<sup>15</sup> e de Berlanga del Duero, antes do final da década de 1510.

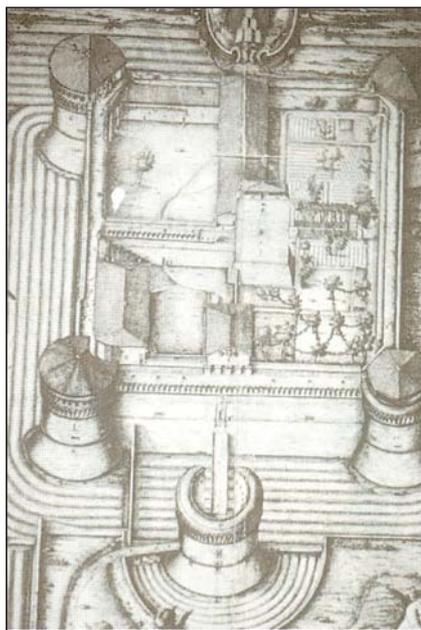
A generalização das grandes torres redondas “parece estenderse más en Castilla hacia finales del siglo XIV y en el XV es practicamente universal en el país, com excepción en Galicia. Por la coincidência de cronologia, se puede vincular la tendencia com un aumento en el uso de las armas de fuego por los asediadores. Ya se nota la técnica de proteger las aristas com

<sup>14</sup>Paulo Pereira, *Évoramonte: A Fortaleza. Monografia* - 1989, Catálogo da exposição fotográfica, Set./Out., Maria do Céu Pina, Coord., Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, p. 22.

<sup>15</sup>Grajal de Campos (Leão, 1517), apresenta semelhanças com o forte de Pamplona, não só por causa das guaritas nos parapeitos, mas também por serem fortificações terraplanadas interiormente, sendo, no caso de Grajal, totalmente maciço, com excepção das torres - as quais se apresentam abobadadas em dois níveis, com tectos esféricos de tijolo.

“Ya estamos ante una fortaleza netamente artillera, aunque todavía presenta detalles simbólicos de un horizonte castral anterior, como los matacanes ciegos, las escaraguaitas aboceladas o, curiosamente, la supervivencia en uno de los adarves de una hermosa bombardera del siglo XV, que ya estaba tecnológicamente superada cuando se labraba el nuevo

castillo de los Veja”, Luís de Mora-Figueroa, *Transformaciones Artilleras en la Fortificación Tardomedieval Española*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 655.



Em cima, o Castelo de Imola, Itália (1502-1505), com o seu “baluarte de anteporta”- in Fernando Cobos, *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, pp. 677-696, C.M. Palmela, Ed. Colibri, Lisboa, p. 679.

<sup>16</sup>Edward Cooper, *Desarrollo de la Fortificación Tardomedieval Española*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, C.M.Palmela, Ed. Colibri, Lisboa, p. 675.

<sup>17</sup> “...fueran las minas explosivas de Ramiro López y Pedro Navarro el arma decisiva del enfrentamiento hispano francés de 1503 en Salsas y en Nápoles y se comprende el origen del diseño de esquina que se desarrolló en Salsas por Ramiro López, donde aparece el avance del cubo sobre la diagonal y el baluarte avanzado...” - Fernando Cobos, *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, C.M.Palmela, Ed. Colibri, Lisboa, p. 682.

mochetas de piedra tallada. Estas resultan inadecuadas para resistir los balazos, dando lugar al redondamento liso de los ângulos de los torreones”<sup>16</sup>.

E já antes, em Medina del Campo (Castelo La Mota, perto de Valladolid, 1476-1483) ou em Salces (1497-1503, actualmente no Rossillon francês), aparecem extraordinárias realizações para responder às táticas da introdução de grandes capacidades de fogo que as fundições de artilharia começavam a possibilitar tecnicamente.

Andando sempre em torno do avanço da pirobalística<sup>17</sup>, tudo isto ocorre ao mesmo tempo que aparecem os desenhos de Leonardo da Vinci, numa altura em que, como nota Fernando Cobos “la relación de Leonardo, primero con la familia del Papa español Alejandro Borgia y luego con los franceses posibilita hipotéticamente tanto el conocimiento y el intercambio como el puro espionaje de ideas, pero sin entrar en un debate de fechas posibles para los dibujos del artista italiano (entorno a 1505), es evidente que lo construido por Ramiro López proviene de um desarrollo técnico propio y bien anclado en obras hispanas anteriores. Aceptando que necesitásemos un inventor genial no se tratase simplemente de un proceso más anónimo y enraizado en la cultura de la época, seria más lógico pensar que Leonardo conocería Salsas que suponer que Ramiro López tuvo acceso a diseños de aquél, sobretudo teniendo en cuenta que Salsas era desde sus inicios un edificio famoso en toda Europa e, incluso muchos años después, Durero reconoce su importancia en su tratado o el portugués Francisco de Holanda, acude allí para dibujarlo”<sup>18</sup>.

O precioso manuscrito da Biblioteca do Escorial mostra ainda outras realizações vanguardistas na Península Ibérica, contribuindo para a discussão da emergência de uma nova atitude formal para os bastiões e a génese dos primeiros baluartes modernos: as fortificações registadas por Francisco de Holanda no País Basco (a fortaleza de San Sebastián, com o seu baluarte imperial, 1527) e o estado em que se encontravam as obras do Baluarte da Madalena, ou de São Nicolau, em Fuenterrabia, no ano de 1538. Esta obra “cuyo tracista es desconocido, es casi con seguridad el baluarte «canónico» más antiguo conservado en la península ibérica y ello porque presenta, para su temprana fecha de 1530, interesantes novedades. Primeramente, su punta se cubre desde el tiro de flanco de los baluartes contiguos, el cubo de Leyva y el cubo de la Reina, proyectado con el mismo diseño que el

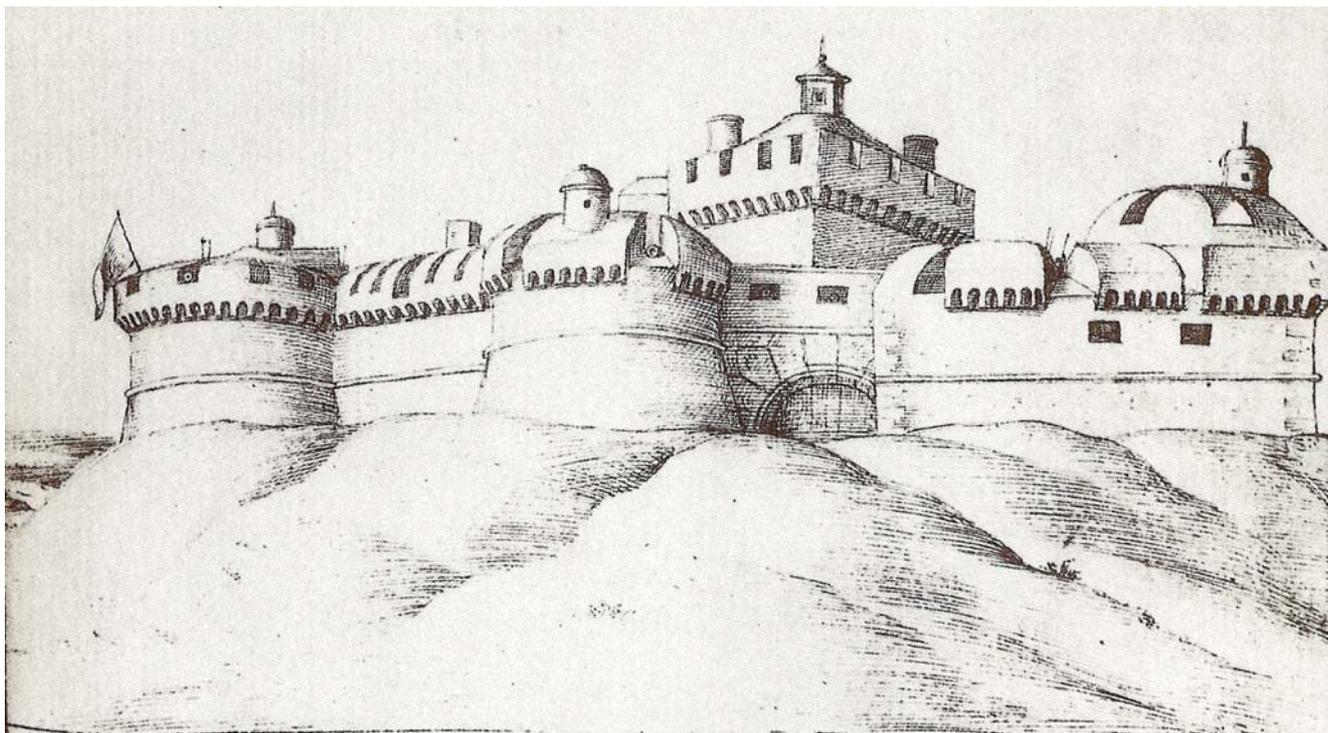
<sup>18</sup>Op. cit., p. 682.

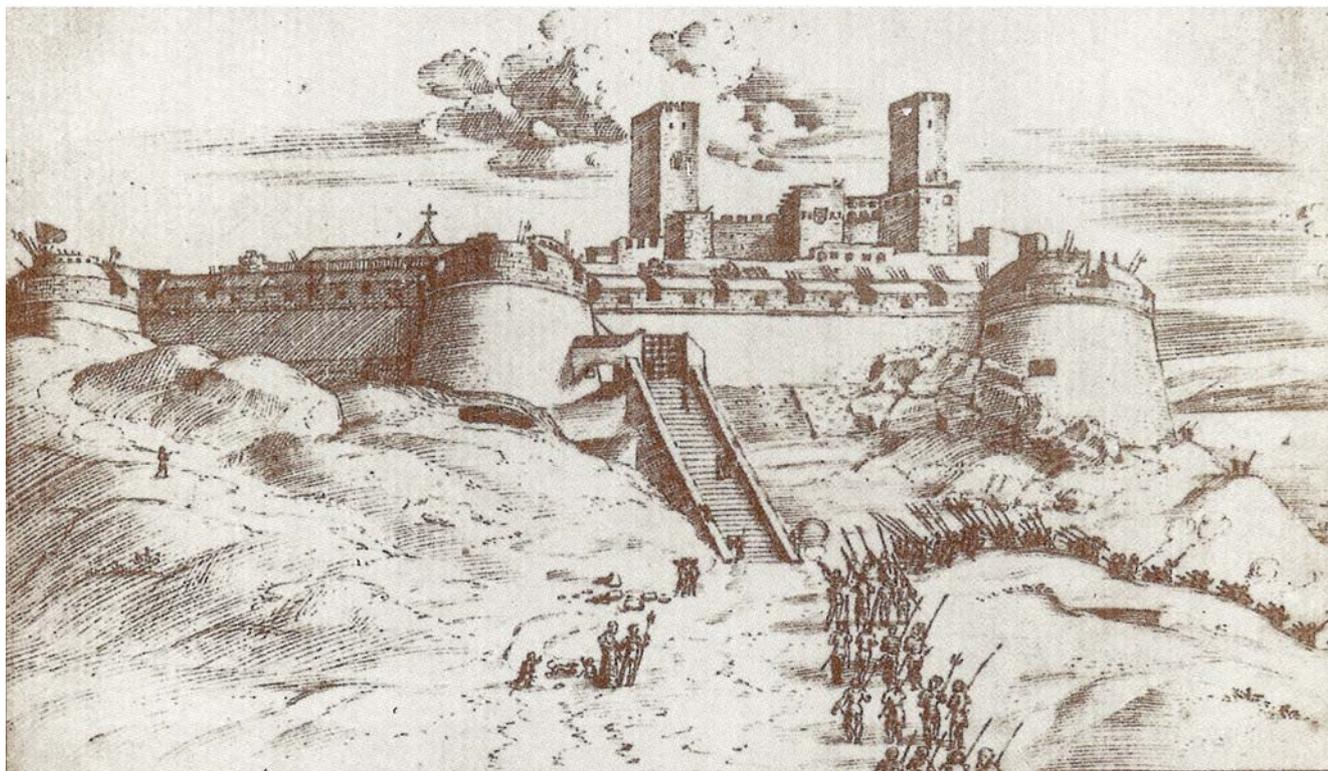
<sup>19</sup>Fernando Cobos, *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, pp. 692-693.

Em baixo, *Sarzanello, Senhora de Génova*. A fortaleza data de 1497 /1502. Dispondo de profundo fosso em redor, é um quadrado muito bem fortificado, com torres redondas nos ângulos e uma forte torre de menagem ao centro. A expressividade dos machicoulis corridos e dos maciços merlões parabólicos transporta ainda um cariz profundamente recuado em termos de imagem - in Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* (parcial) - (c. 1540), 1989, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, *Livros Horizonte*, Lisboa, p. 37v.

de la Magdalena en 1530, aunque su construcción se prolongó dos décadas al menos. Ambos son obra maciza de tierra, con sendas plazas bajas, con dos troneras cada una e ocultas por sus respectivos orejones. Presenta además un segundo flanco intermedio retranqueado, que dispara a través de un grane arco abierto en la parte alta del flanco - que sólo se conserva en el baluarte de la Reina - y un tercero flanco aún más retranqueado, en la coronación del baluarte, y cuyos cañones pueden disparar a través del mismo arco, «buzando» el tiro sobre el foso, tal como muestra el dibujo del portugués Francisco de Holanda, quién además quiebra artificialmente las caras del baluarte en el dibujo para indicar la presencia de orejones.. El baluarte de Fuenterrabia incorpora lógicamente la ya consabida galería de pie de escarpa pero representa además una solución de baluarte «moderno» muy original, que se aproxima - pero no es copia directa - a las soluciones que en esos años desarrollaba la escuela veneciana de Sanmicheli y otros y que llegaron a formular el prototipo de baluarte de plazas descubiertas que dominaría todo el siglo XVI<sup>19</sup>.

Pode (ou deve) carecer de sentido a discussão de qual foi o objecto (e o seu autor), que primeiro corporizaram a tipologia. E continuando a usara mesma citação daquele estudioso da arquitectura miliatar: “posiblemente muchos ingenieros de finales del XV podrían haberlo planteado a partir de los «baluartes» frontales que se desarrollaran en España, Francia -





**Fortaleza de Nice.** No tempo da viagem de Francisco de Holanda, Nice pertencia ao Senhorio dos Sabóias, tendo o português feito o registo da fortaleza aquando da ida a Itália (Maio de 1538). De contraponto à imagem medieval do burgo, a nova cintura de muralhas apresenta-se preparada para a artilharia, com os seus bastiões redondos e merlões parabólicos - in Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antigua-lhas* (parcial) - (c. 1540), 1989, Intro-dução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, p. 37r.

<sup>20</sup>O local onde foi erigido o Mausoléu de Adriano (117-138), cedo foi fortificado, tendo sido transformado em fortaleza papal no século XIV, com o Papa Nicolau III, ligando o sítio ao Vaticano, através de um longo corredor fortificado ("Passeto di Borgo"). Depois da morte de Lourenço de Medici, Giuliano da Sangallo (c.1443-1516) foi para Roma a convite de Alexandre VI. Entre outras importantes missões, o Papa Júlio II utilizou os serviços de Sangallo, designadamente para o trabalho de reconstrução do Castelo de Sant'Ângelo.

e Italia - y si Francisco di Giogio o Ramiro López no lo hicieron fue, como hemos visto en Salsas, porque no lo necesitaron. (...) Porque no es tan evidente que Salsas en 1503 fuera peor diseño que la Goleta en 1574, que una ciudadela de Vauban en el XVII o que un fuerte con caponeras del XIX; simplemente cambiaban los medios de ataque y de defensa y las propias «reglas del juego» de la guerra.”

E, continuando a folhear o *Álbum*, lá somos remetidos para o Papado - esse outro grande construtor de obras militares - e para outros senhores da Península Itálica, lugar onde, à míngua propriamente do número (e até importância) de exemplares inovadores da moderna arquitectura, nos foram legados tratados...

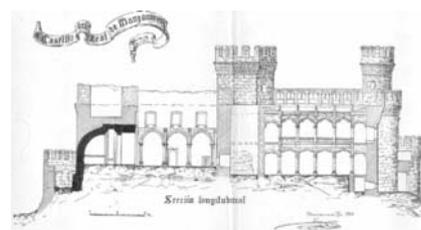
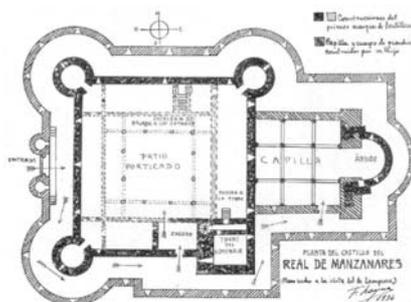
## 2.4 - INTERACÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Na busca de explicações para o entendimento dos fenómenos perguntamo-nos que relações poderão existir entre os desenhos dos dispositivos de Rodes e os bastiões da reconversão do mausoléu das margens do Tibre para o Castelo papal de Sant'Ângelo<sup>20</sup>, cujas concretizações são contemporâneas, dos

finais do século XV. Competirá à pesquisa histórica determinar quais influenciaram quais: não obstante, o “perito” da ordem de S. João, Fra António de S. Martino, que fora cedido a Alexandre Borgia para obras na fortaleza do Papa, levava para as margens do Tibre a ideia da imponência dos cilindros das torres da Marina. Ou seriam já, e também, os impositivos bastiões redondos do Castel Nuovo, marcando a paisagem urbana da Nápoles aragonesa (por sua vez previamente tocada por quanto chegava do laboratório do Mar Egeu), a determinarem os caminhos da reforma do castelo papal? A introdução de cinco enormes torres cilíndricas coroadas por matacães, à semelhança de Rodes, acontece sob as ordens de Afonso V de Aragão em 1442.

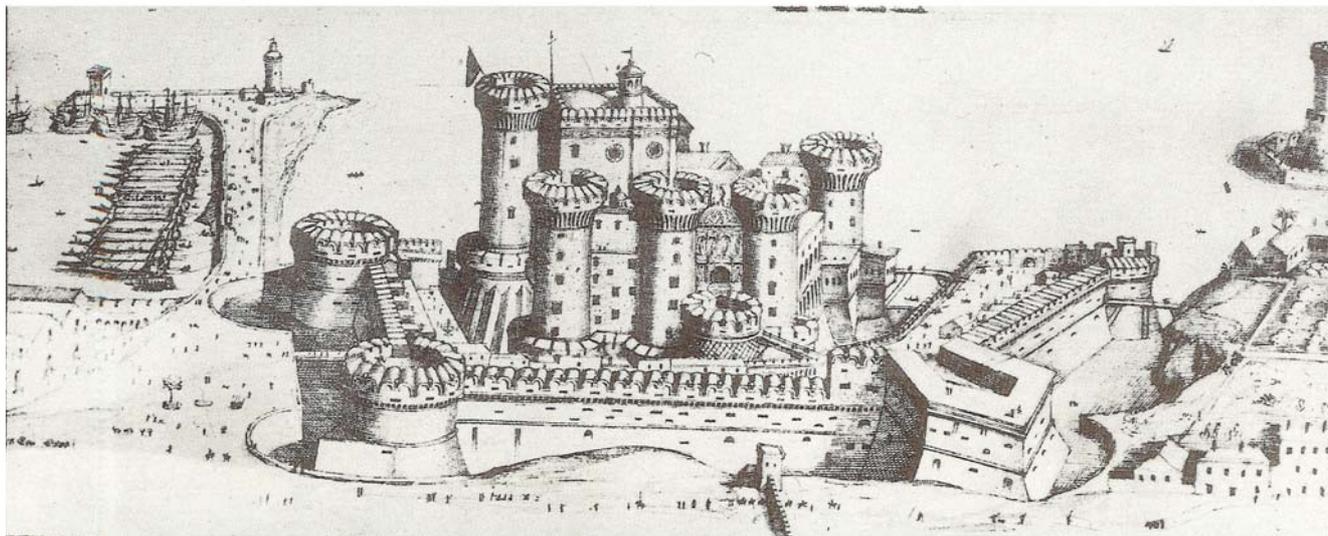
Um pouco mais tarde, em 1475, na mesma linha de gosto e de tecnologia da arte da guerra, a Casa dos Mendoza, em Castela, refaz os seus domínios uns 50 quilómetros a Norte de Madrid, mandando construir o castelo-palácio de Manzanares, concebido por um francês, Jean de Guas.

Note-se que estamos em presença, não apenas de uma obsessiva marca da forma redonda, mas igualmente do seu coroamento com um contínuo de machicoulis complexo e construtivamente



O Castelo de Manzanares-el-Real tem uma configuração quadrangular, com lados de aproximadamente 30 metros. As torres cilíndricas, em três dos seus ângulos, têm um diâmetro de 6,5 metros na base; a quarta torre, de menagem é hexagonal. A construção é contornada, em todo o perímetro, por uma barbacã, dispondo de um portal de entrada flanqueado por dois torreões.





O *Castel Nuovo* de Nápoles é uma edificação impositiva, resultando de profunda reforma levada a cabo sobre a fortificação inaugurada no século XIII por Charles d'Anjou. A entrada, com o duplo arco triunfal que glorifica a entrada de Afonso V de Aragão na cidade, constitui a obra-prima do Renascimento de autoria de Francesco Laurana.

Com as suas cinco fortes e altas torres redondas, cuja construção terminou por volta de 1453, consta do álbum de desenhos de Francisco de Holanda (c. 1540), reproduzido parcialmente em cima. A cortina de muralha da esquerda, unindo os torreões respectivos datam de 1509/10, sendo o torreão exterior da direita de 1516, assim como a cortina da frente. Nesta, surpreende o baluarte pentagonal, mostrando novos rumos arquitectónicos, bem diferentes de quando o castelo era a corte literária do rei de Aragão, Afonso V (falecido em 1458), grande mentor do Renascimento - in Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antiquilhas* - (c. 1540), 1989, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, p.53v.



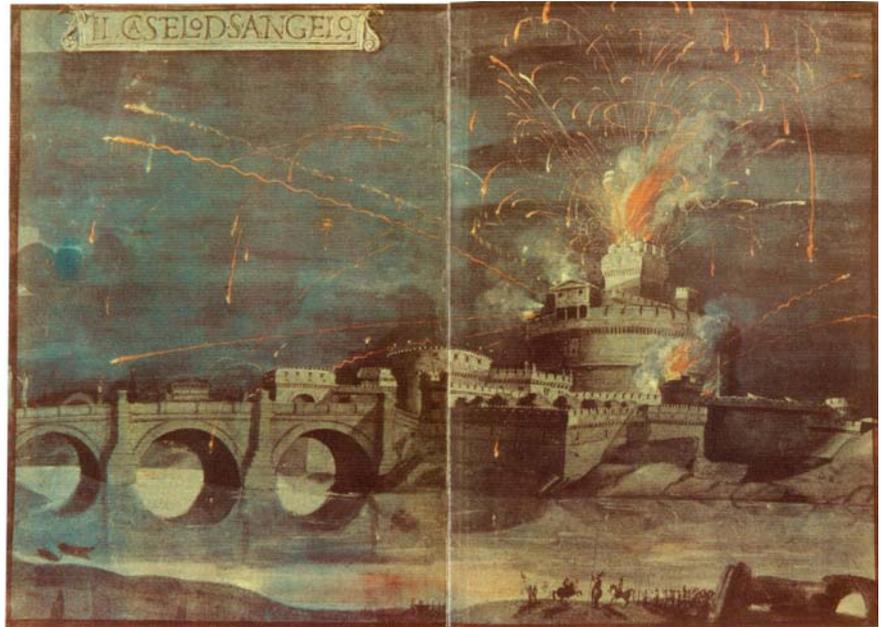
# ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

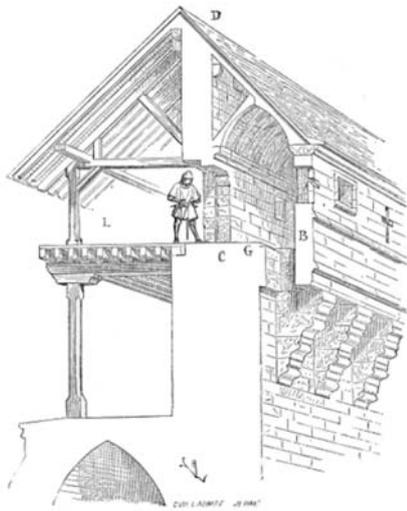


Baluartes redondos do Castelo Sant'Ângelo, em Roma.

Em baixo à direita, imagem de satélite (colhida do "Google Earth"). As outras imagens foram também obtidas através da Internet ([http://en.wikipedia.org/wiki/Castel\\_Sant%27Angelo](http://en.wikipedia.org/wiki/Castel_Sant%27Angelo), em 21/01/08). As muralhas que desenhavam um pentágono e que possuíam baluartes modernos, com forma pentagonal canónica, dataram já do século XVII.

Em cima à direita, girândola de fogos-de-vista no Castelo di S. Angelo. Francisco de Holanda, para além do registo da arquitectura militar, documentou um acontecimento que testemunhou aquando da sua estada em Roma: os festejos do casamento do neto do Papa Paulo III, Octávio Farnese, com Margarida, filha adoptiva de Carlos V, em 4 de Novembro de 1538. Os merlões e as adaptações da massa cilíndrica da fortaleza são dos finais do século XV, bem como os torreões angulares da base e a torre albarrã. Mais tarde adicionaram-se obras baixas para tiro rasante, desenhando uma cidadela em estrela pentagonal - in Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* - (c. 1540), 1989, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, p.10/11.





Em cima, desenho de Eugène Viollet-Le-Duc (1814-1879), no seu *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle*, 1856, “Coupe d’un hourd installé sur une courtine”. A especialização decorre da importância estratégica que sempre representaram os coroaamentos das muralhas, gerando por certo um grau de fiabilidade aos defensores, como se depreende quando se observam restauros conhecidos, como o da imagem em cima à direita, relativa ao castelo suíço de Chillon, em Veytaux, junto ao lago Lemán. Em baixo, pormenor da galeria coberta com machicoulis, no coroaamento de uma torre redonda do Crac des Chevaliers.



imponente. Segundo Viollet-Le-Duc, os matacões poderiam apresentar um grau de complexidade arquitectónica elevado, capaz de explicar a sua teoria em situações como as de alguns restauros existentes ou para, retornando às origens, percebermos melhor a razão de ser das realizações arquitectónicas em que os Cavaleiros de Jerusalém se notabilizaram, como é desde logo o caso do coroaamento das muralhas do Crac des Chevaliers.





Em Azamor (Marrocos) o Bastião de S. Cristóvão, ao lado do paço do governador, ostenta uma inventiva solução de coroamento que serve como compromisso entre as bocas de canhoneiras da nova artilharia, as seteiras e troneiras e os postos de tiro de mosquete, formando um tambor que protege de toda a aproximação ao baluarte.

Também o Baluarte do Raio, outra peça experimental da arquitectura militar portuguesa adopta, num hibridismo de solução, o remate explorado no coroamento do outro bastião. Neste conjunto de imagens juntámos em cima uma fotografia com a vista de S. Cristóvão a partir do interior da cidade muralhada, mostrando a sua perfeição geométrica.

<sup>21</sup> Carlos Barquero Goni, *Los Castillos de la Orden Militar del Hospital en la Corona de Castilla durante la Edad Media (Siglos XII-XV)*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e na Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, pp. 899-907.

<sup>22</sup> «Entre estes exemplos hesitantes ou mais arcaicos, avultam alguns mais característicos ou em situação limite de quase ruptura com o modelo tradi-



È esta, de facto, uma época em que a tendência para o abaixamento da altura das muralhas se contradiz no apuro da obra de coroamento de uma posição de tiro que tem mais a ver com tempos mais recuados.

E, neste jogo de interacções, talvez não pareça excessivo induzir um pouco de especulação a propósito da realização do Bastião de S. Cristóvão pelos Arrudas, na cidade marroquina de Azamor, pelo cuidado construtivo e pela invenção do desenho do remate do parapeito - e deixando o largo terraço da cobertura para as manobras das peças da artilharia, finalizando um baluarte já moderno, com diferentes níveis de casamatas para canhoneiras, conquanto ainda redondo...

A influência da Ordem de Rodes fazia, como sabemos, o seu curso nos reinos cristãos, como o detecta Carlos Goni<sup>21</sup>, por exemplo no já sinalizado castelo de Grajal de Campos, ao assinalar o perfil tronco-cónico dos bastiões e todo o aparato do remate do terraço e do coroamento da cortina da muralha, idêntico ao que se passa nas torres de La Isleta, El Campelo e Escaletes, em Alicante, nestes casos tutelados pela Ordem dos Cavaleiros castelhana.

Também em Portugal, já no período manuelino, as torres redondas diminuíram em altura e aumentaram em diâmetro para receber artilharia, à qual convinha a vantagem do tiro rasante. Foi esse o caso dos castelos de Portel, de Viana do Alentejo, de Arraiolos ou de Torres Vedras, em soluções<sup>22</sup> que o ultramar já ensaiara: Arzila, Alcácer-Ceguer e Safi, no Norte de África, ou as de Chalé, na Índia.

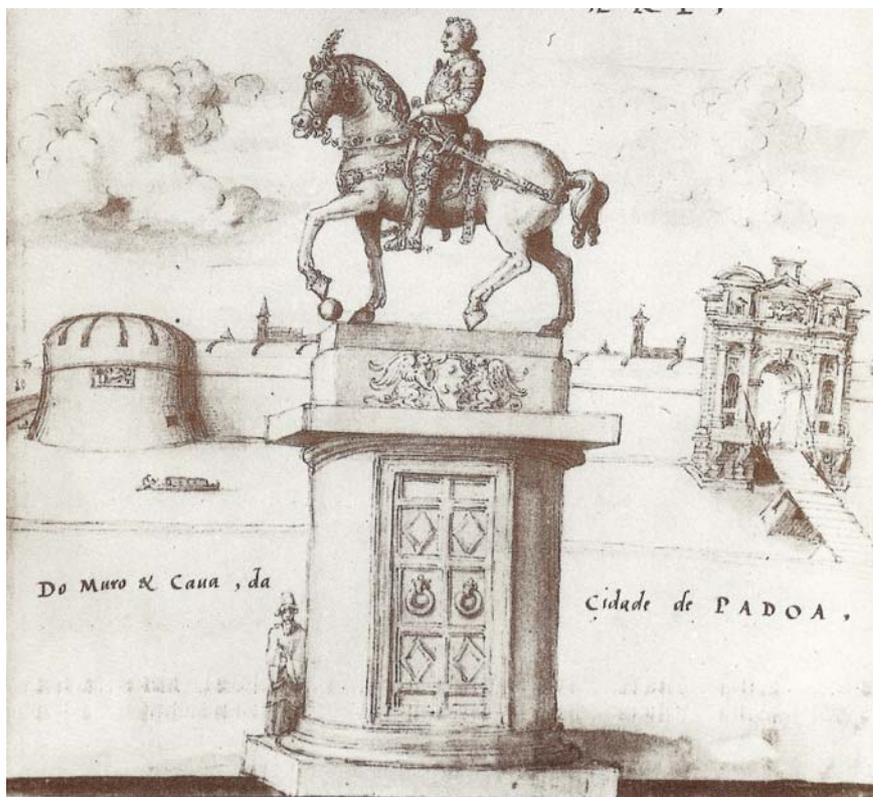
As barbacãs passam a ser mais complexas, como bastiões ou baluartes em situação de cobertura angular, dotando-se de troneiras, de forma a cruzarem fogo sobre a entrada.

Não é menos importante a forma típica que se adopta no período manuelino para a edificação de novas fortalezas, no

cional. Em Castro Marim, comenda da Ordem de Cristo, foram levadas a cabo obras de fortificação no reinado de D. Manuel, certamente concluídas antes de 1510, visto que Duarte D'Armas as representa já no seu códice. Culminaram com a construção de um amplo quadrilátero central, com muralhas direitas unindo, em cada vértice, torres redondas de baixa altura.

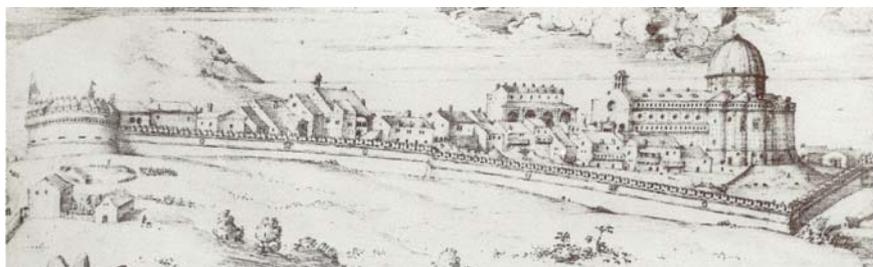
O Castelo de Torres Vedras sofreu, igualmente, importantes obras de beneficiação por volta de 1519, marcadas iconicamente no portal principal da fortaleza, encimado por duas enormes esferas armilares em meio relevo. Uma das torres do perímetro amuralhado é de planta quase circular, dotada de merlões muito largos e de troneiras no piso térreo. Possui uma estrutura “telescópica”, isto é, de tambores, estreitando da base para cima, muito semelhantes, de resto, aos das torres de canto do Paço de Évoramonte., embora mais simples, pelo que parecem ser um primeiro ensaio.

O Castelo de Portel sofreu, também, importantes alterações no período manuelino, recebendo o perímetro do castelo propriamente dito, seis torres semicirculares de alvenaria, na empreitada de obras devida a Francisco de Arruda que aqui trabalhou em 1510, abobadando o último piso da torre de homenagem (com a respectiva construção iniciada no reinado de D. Dinis mas só então acabada), e na altura da campanha de obras do Paço dos Duques de Bragança e da Capela de S. João Baptista, atribuíveis ali ao mesmo mestre. As torres semicirculares possuem merlões largos e baixos no coroamento, bem como pequenas janelas de tiro com rasgamento oblíquo” - in Paulo Pereira, *Évoramonte: A Fortaleza. Monografia* - 1989, Catálogo da exposição fotográfica, Set./Out., Maria do Céu Pina, Coord., Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, p. 9.



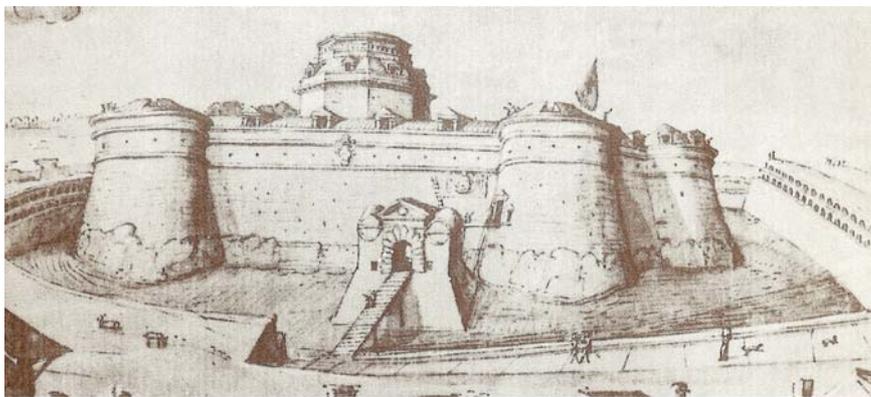
Em cima, Pádua, com a estátua equestre em bronze do Condottieri Gattamelata, de autoria de Donatello, esculpida em 1447. Em segundo plano, *Do Muro e Cava, da Cidade de Padoa*, com o hibridismo das soluções: a exuberância neoclássica do Renascimento na porta da cidade, a cortina de muralha com canhoneiras de fortes merlões curvos e um baluarte redondo coberto com ranhuras para bocas de artilharia - in Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* (parcial) - (c. 1540), 1989, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, p. 35r.

Em baixo, vista da cidade de Loreto com parte do Palácio Apostólico (projecto de Bramante executado por Antonio Sangallo, o Moço, 1530/38), com a nave da basílica gótica reformada por Giuliano da Maiano e cúpula brunelleschiana de Giuliano Sangallo (obra de Paulo II, 1479/99) e as muralhas que muram o recinto urbano com o grande torreão redondo da fortaleza mandados executar por Leão X (1513/21) - in Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* (parcial) - (c.1540), 1989, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, p. 52r.

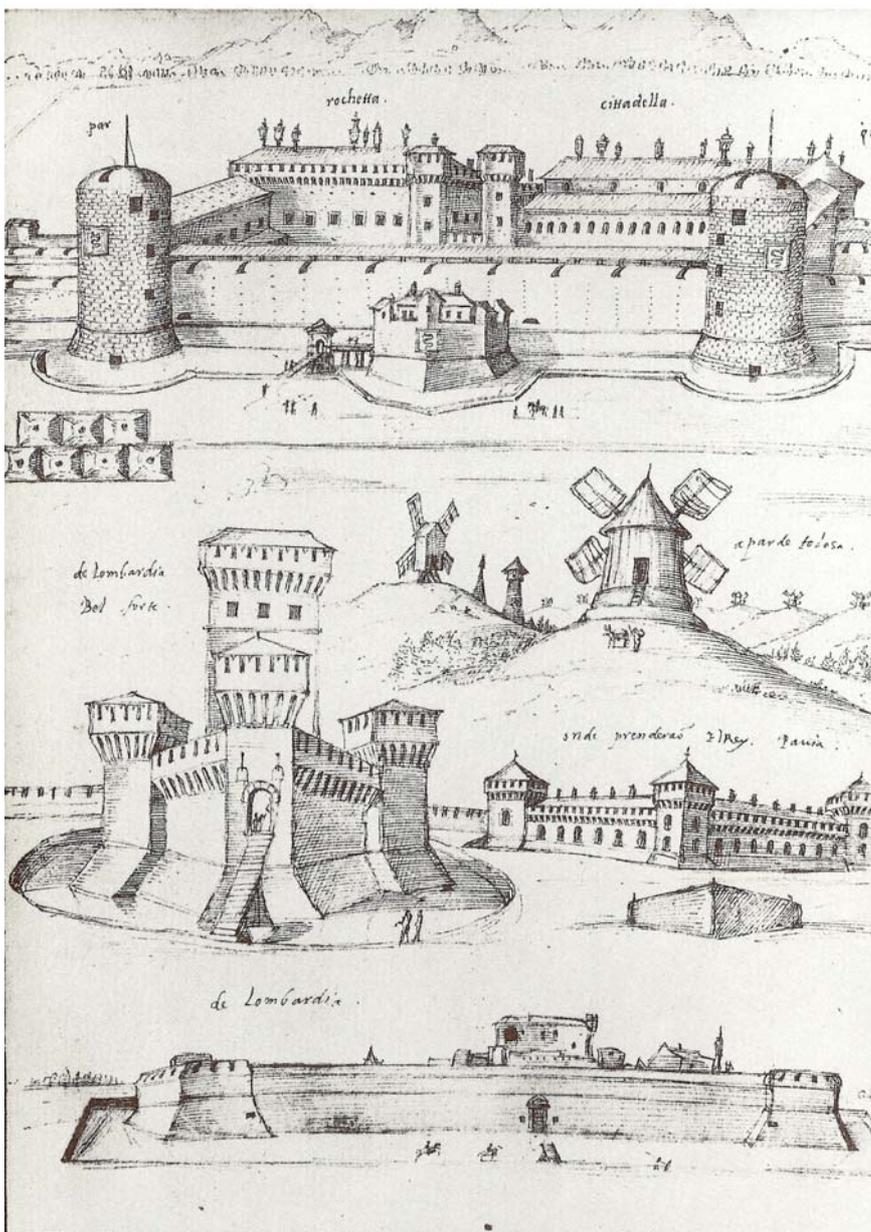


## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

Em cima à direita, *La Rocca, Civita Castellana*. Fortaleza mandada construir pelo Papa Alexandre VI, sob projecto de Antonio de Sangallo, o Velho (1499/1500). Júlio II mandou acrescentar-lhe a grande torre, em 1512. Conserva-se ainda hoje quase intacta, depois de ter sido prisão política no tempo do Papa Pio IX - in Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* (parcial) - (c. 1540), 1989, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, p. 39v. op. cit., p. 39r.



Castelos do Milanesado, Moinhos de Toulouse. Os apontamentos sobre moinhos foram realizados no regresso de Francisco de Holanda a Portugal em 1540, na região da Aquitânia. Quanto à arquitectura militar representada, desconhece-se qual seja a cidadela abaluartada da Lombardia, na parte inferior do desenho, sendo Bel Forte, de Lombardia talvez em Monferrato, a noroeste de Génova. Neste, como no de Pavia (onde prenderão El Rey, Francisco I de França pelos exércitos de Carlos V, em 1527) sobressaem os coroaamentos das muralhas e das torres, ainda marcadas pelas soluções medievais da fortificação. Em cima, aquele que era considerada a máquina de guerra mais forte do mundo de então, o Castelo de Milão, do Duque Francisco de Sforza, reforma executada a partir de 1450 sobre castelo existente, por Giovanni da Milano (falecido em 1452), sucedendo-lhe Jacopo da Cortona e, depois, o célebre Filarete, Antonio Averolino da Firenze. Atente-se nas situações evolutivas que demonstra, desde a componente do paço à nova entrada com revelim avançado e às torres redondas com coberturas de merlões parabólicos - in op. cit., p. 39r.



continente e no ultramar: a de um quadrilátero regular, dotado de torres quadradas ou redondas nos ângulos, às vezes com a torre maior ou “de homenagem” (se existe) quer adossada ao pano da muralha, quer em posição central. Eis o que acontece nas obras manuelinas de Castro Marim (no Algarve), ou em Sofala, Calecute e Malaca (no ultramar).

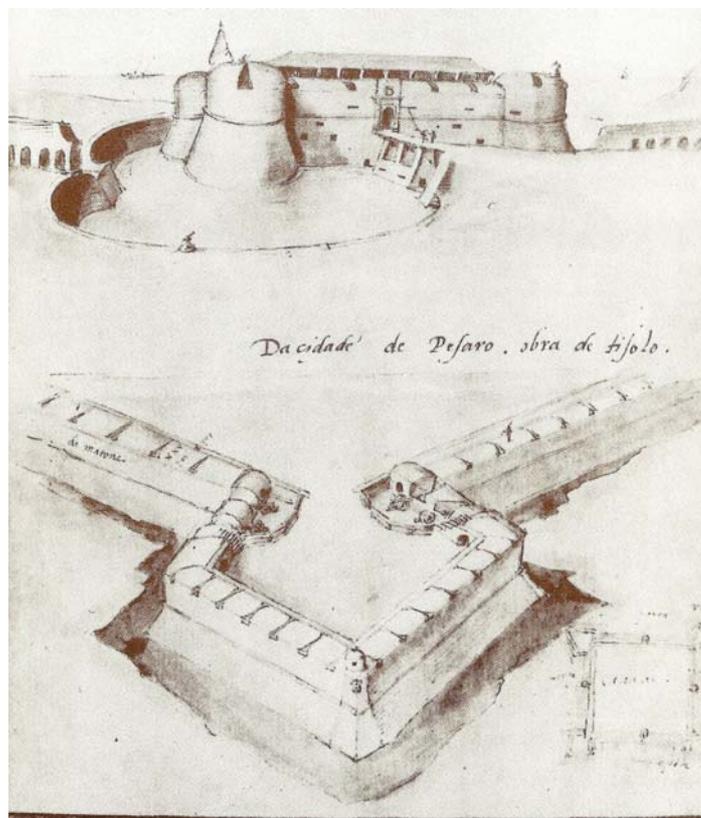
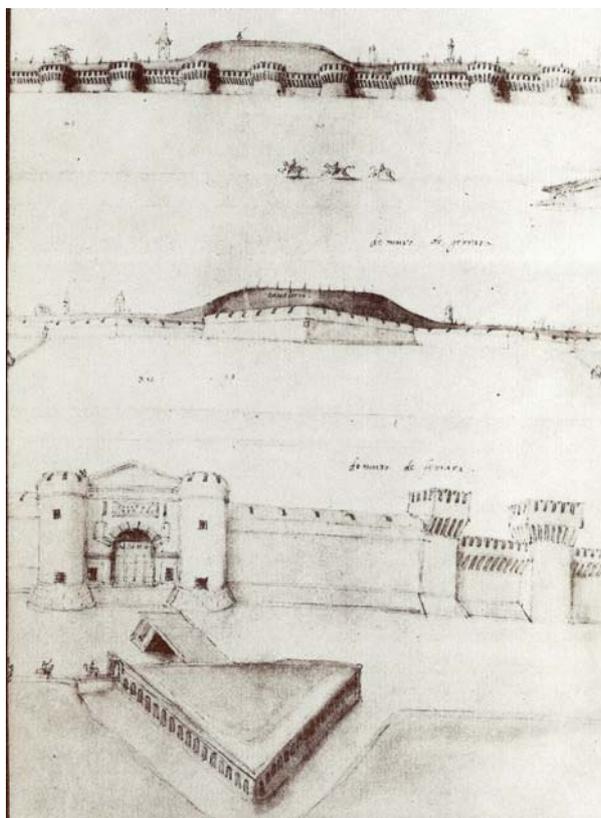
São soluções expeditas, de compromisso, experimentadas nos ensaios executados, entre uma cultura tardo-medieval e a vanguarda. “Tratavam-se de edificações híbridas. E, nem mesmo as construções castrenses mais importantes se eximiam desta situação de compromisso: efectivamente, quer o Baluarte do Paço da Ribeira, quer a Torre de Belém, do reinado de D. Manuel, quer ainda o Paço de Évoramonte, do reinado de D. João III, encontravam-se nesta zona de experimentação da modernidade militar, estavam, todavia, um passo adiante da generalidade dos sistemas defensivos que operavam de modo tradicional a passagem da neurobalística para a pirobalística.

Estas obras denotam a resistência das formas tradicionais às inovações da pirobalística e, ao mesmo tempo, as várias facetas. O Paço de Évoramonte, que se encontra parcialmente em situação idêntica, é já do reinado seguinte e, por isso, mais moderno nos sistemas que adoptou, prolongando aquilo que em tempos de D. Manuel fora a excepção, como sejam o Baluarte do Paço da Ribeira ou a Torre de Belém. Não é certamente por acaso que estas obras foram dirigidas pelos irmãos Arruda, cujos trabalhos revelam uma impressionante coerência na unidade do estilo e no desenho de pormenor”<sup>23</sup>.

(...)

“Porém, as características de residência paçã, mais luxuosa e valorizada arquitectonicamente por acabamentos estruturais e decorativos, bem como a adição ao quadrilátero central de um conjunto de quatro bastiões subcirculares em disposição radiada, obriga-nos a tentar perceber até que ponto a planta centrada era corrente nos tempos manuelinos e nos inícios do reinado de D. João III, independentemente da qualidade ou função dos edifícios. E dizemos independentemente, posto que, em termos de cultura prática e teórica, a noção de planta centrada, do domínio do desenho, esboço ou “mostra”, isto é, no domínio do traçado da “plataforma” (ou planta), prévia à construção, jogavam apenas nexos de ordem geométrica cujo domínio podia ser, ou não, familiar junto do mestre-pedreiro ou arquitecto. E era sobretudo isto que contava, em primeira instância e em detrimento da função do edifício projectado.

<sup>23</sup>Paulo Pereira, *Évoramonte: A Fortaleza. Monografia* - 1989, Catálogo da exposição fotográfica, Set./Out., Maria do Céu Pina, Coord., Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, p. 9.



Ferrara. Situação mostrando várias atitudes arquitectónicas na fortificação das defesas da cidade, desconhecendo-se se se trata de documentação sobre o estado da época da visita ou, porventura, de uma “discussão” sobre o modo de actuação possível ou previsto. De todo o modo, no final da década de 1530, o panorama era o que pode extrair-se desta súmula, resumindo o desenho na parte inferior um núcleo central das ocupações que estavam a ser prestes ultrapassadas, definitivamente a favor da arquitectura abaluartada - in op. cit., p. 35v.

Em cima à direita, Pesaro. Para além do interesse biográfico de Francisco da Holanda (por causa do desenho correu o risco de ser condenado por espião) há aspectos a realçar: o croquis no canto inferior direito com o belo apontamento perspectivado inferior não se coadunam com a representação na parte superior. Na verdade, a chamada *Rocca Costanza* (derivado de ter sido Costanzo Sforza a ordenar a edificação do castelo a Luciano Laurana, 1474/83) ainda

A grande maioria dos edifícios de planta centrada do período do gótico tardio e do manuelino são sagrados e funerários (Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha, Capela do Jesus do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Rotunda de Celas). Outra prática corrente da planta centrada é a que se encontra em edifícios militares manuelinos, em torres especialmente, como a Torre das Águias<sup>24</sup> (Brotas) e, por exemplo, na dependência térrea (despensa ou adega) da Torre maior do Paço-fortaleza da Flor da Rosa<sup>25</sup> (remodelada nos tempos manuelinos), esta dotada de uma coluna central de onde parte uma abóbada de nervura radiada.

hoje existe com a aparência do desenho com as torres de canto redondas (embora sem os compactos merlões da ilustração, que nos parecem indicar uma transmutação em abóbada com canhoneira...). Tratar-se-ia de um exercício arquitectónico, para o que se advogaria o uso de material cerâmico? (já que o castelo existente é em pedra) in Francisco de Holanda, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* - (c. 1540), 1989, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, p. 36v.

<sup>24</sup> A Torre das Águias, por se erigir também no Alentejo é outro dos marcos comparativos de uma série tipológica que ajuda a delimitar os critérios de intervenção (e de invenção) em Évoramonte. Trata-se de um imponente edifício de planta quadrangular, erguido na pleniplanície alentejana, perto de Brotas. D. Nuno Manuel, senhor da vila, terá sido o principal senão único patrocinador da construção, começada em 1520.(...) Pelas suas características, não deixa de deter certos paralelismos com o Paço de Évoramonte...

<sup>25</sup> A sede lusitana dos Hospitalários.



Baluarte curvilíneo quinzentista de Évoramonte (Francisco de Arruda, finais da década de 1520-1531). À direita, Porta do Freixo do circuito dionisino das muralhas da vila, reformadas após o grande terramoto de 1531.



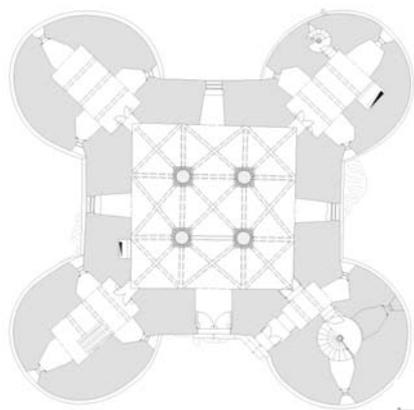
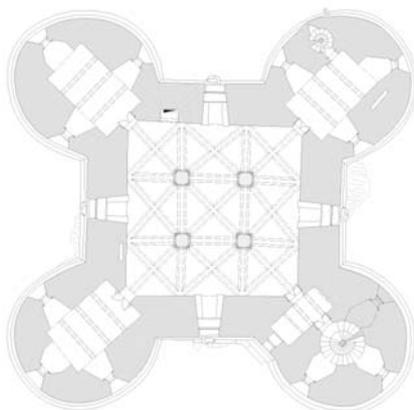
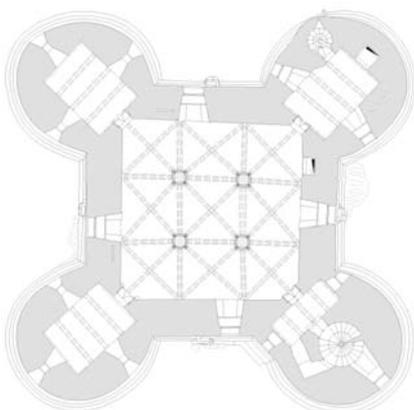
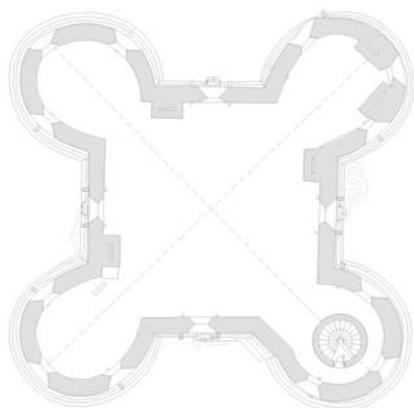
Uma das preocupações da arquitectura do Paço de Évoramonte, já depois de 1530, é a do aparato, recorrente nas obras dos Arrudas. Rompendo a dominante horizontal do morro em que se implanta, torna-se visível a grande distância no recorte da elevação.

Em termos estruturais, o uso da forma arredondada e da planta centrada reforça-se com a utilização das colunas do quadrilátero.

“Por outro lado, a impressionante simbólica da arquitectura dos Arrudas teve como principal veículo a aplicação da decoração heráldica. Em Évoramonte, a sua presença faz-se sentir de forma clara no uso repetido do “corpo de empresa”, os

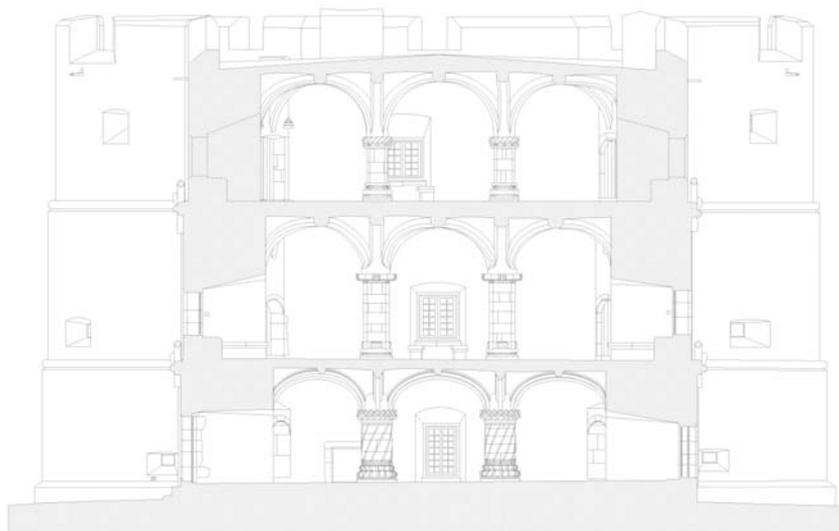
nós ou laços, da heráldica brigantina. (...) Formalmente ainda, a tendência manifestada para uma certa “abstracção do desenho”, partindo de figuras volumétricas básicas, de grande clareza, como o cubo e o cilindro ou o tronco de cone, parece corresponder à formação dos Arrudas - e especialmente de Francisco - no âmbito da arquitectura militar de vanguarda, aplicada na Torre de Belém, mas também, e depois de ensaiada em Évoramonte, no Castelo roqueiro de Vila Viçosa” - in Paulo Pereira, *Évoramonte: A Fortaleza. Monografia-1989*, Catálogo da exposição fotográfica, Set./Out., Maria do Céu Pina, Coord., Inst. Port. do Património Cultural, Lisboa, p. 25.





É bem possível, assim, que o Paço de Évoramonte reúna em si estas duas direcções da arquitectura do período: por um lado deriva claramente do desenho arquitectónico militar; por outro, deriva do desenho de capelas de planta centrada, uma e outra partes integrantes da cultura arquitectónica manuelina e tardo-manuelina”<sup>26</sup>.

O pendor retórico afirma-se na insistente afirmação da semiologia do poder, passando as formas a assumirem posturas cortesãs, camuflando ou adornando o conteúdo castrense, ou então exibindo a sua especificidade para dar maior expressividade à grandiloquência do cenário. Évoramonte é paradigmático de tal atitude, até pela singularidade da iconografia que ostenta.



<sup>26</sup>Paulo Pereira, *Évoramonte: A Fortaleza. Monografia* - 1989, Catálogo da exposição fotográfica, Set./Out., Maria do Céu Pina, Coord., Inst. Port. do Património Cultural, Lisboa, pp.13-14.

**Plantas dos vários níveis do Paço de Évoramonte (incluindo o piso parcial da semicave do torreão lateral ao da entrada e o terraço) e o corte geral-Levantamento D.G.E.M.N..interior com uma coluna do piso inferior**





Como epílogo, e à laia de reflexão, sobre a actividade edilícia e a capacidade inovadora da produção arquitectónica de Portugal, poderemos questionar-nos quanto à actividade levada a cabo num outro contexto imaginado, pensada desde o início da Expansão mas, por vicissitudes de vária ordem, só tardiamente implementada na Abissínia.

Partindo da reconstituição da memória da imagem do Castelo de Montemor-o-Novo (onde D. Manuel entrega o regimento da viagem de Vasco da Gama, que incluía a questão do contacto com o Reino do Preste João),



passando à criação de um estilo arquitectónico imperial em Gondar e com o perfil do Castelo-palácio de Guzara, em pleno planalto etíope do Lago Tana, onde nasce o Nilo - fazendo lembrar a afirmação paisagística de Évoramonte na planície alentejana, e no todo remetendo para uma linguagem regionalista da arquitectura portuguesa -, também aqui existiu um pré-programa a implementar.

Não obstante, a teoria da arquitectura militar, como a de outras áreas da pretendida “geminção” luso-etíope, não se adequava a uma realidade cultural e material diversa, gerando equívocos singularmente gratuitos, como o da concretização de miríficas imagens medievalizantes de castelos-residência para uma corte nómada, desconhecadora da arte da guerra europeia.

Em meio século de um serôdio e errado contacto civilizacional Portugal deixou, nos altos planaltos da África Oriental, uma marca ultrapassada desse reportório arquitectónico que tinha programado para exportar e oferecer um século antes. No caso, a insistência na realização do paço imperial teria mais o interesse de mostrar a condição do novo Cristianismo da família real, católico e jesuítico, posto que as extraordinárias catedrais barrocas, que também existem em ruínas, eram do que mais moderno e belo os artífices portugueses e indianos (transplantados para essas realizações na Etiópia)

faziam em Goa e em Diu.

Nesta página mostramos uma selecção de imagens que extraímos do nosso *Relatório da Viagem à Etiópia, ao Quênia e à Indonésia, Março de 2004* (João Campos - 2004, Abril, polycopiado, Fund. Calouste Gulbenkian, Porto), incluindo uma fotografia da ruína do Paço de Montemor-o-Novo (ao alto, à esquerda) com o perfil das suas torres cilíndricas nos cantos, e um extracto da carta de Diogo Homem, pertencente à Biblioteca do British Museum. Nesta imagem assinala-se na *India maior ethiopi* a existência do Preste, com os atributos da sua soberania, tendo à sua frente o acampamento em que a corte assentava o seu procedimento nomadístico tradicional. Esta situação só veio a ser mudada com os portugueses, com a estabilização da Etiópia após o longo período de assédio islâmico (e que culminou com a derrota do Granhe pelo corpo expedicionário português, em 1543), não existindo até então construções em alvenaria. Do outro lado das tendas aparece o desenho de um castelo-palácio, cujas linhas gerais se assemelham ao partido arquitectónico das ruínas de Guzara, o que verdadeiramente poderá constituir elemento signifiicante na discussão que interessa à forma como foram mantidos arquétipos e como se produziu uma imagem arquitectónica para um império mítico aliado de Portugal.

Quanto aos dois castelos-residência



etíopes, o da foto da página anterior em cima à direita é o do Imperador Fasilidas, em Gondar, c. 1530. O da imagem em baixo (página anterior), e igualmente retratado nesta página, é relativo às ruínas do castelo de Guzara, peça arquitectónica de grande impacto paisagístico, fazendo lembrar a arquitectura regional alentejana e o Paço dos Arrudas em Évora-monte.

Admitindo-se que o Palácio de Guzara date de cerca de 1560-1570, então a figuração da miniatura na carta de Diogo Homem apresentaria o projecto da obra ou, quando muito, a imagem da mesma em execução, visto o trabalho do cartógrafo ser de 1558 (Armando Cortesão e Henry Thomas, *Carta das Novas que Vieram a El Rei Nosso Senhor do Descobrimento do Preste João - Lisboa, 1521 - 1938*, Bertrand, Irmãos, Lisboa).

De acordo com Paulo Pereira, que vimos seguindo de perto no seu estudo sobre o Paço da Casa de Bragança, "esses princípios retóricos, tendo como modelo a «fortificação ideal», podem ser pesquisados no elenco dos «castelos imaginários» que a Europa do gótico tardio e do Renascimento criou, a um passo da utopia. Realizados alguns deles, tornaram-se depois modelos reais que, noutra escala, inspiraram os mestres que se encontravam melhor informados da cultura visual e arquitectónica do seu tempo". E depois de admitir que possam estabelecer-se paralelismos entre o caso alentejano e Castel Nuovo ("o partido da construção de torres redondas nos ângulos das fortalezas de panos rectilíneos, modalidade que, numa forma mais compacta, Évoramonte respeitou"), o Autor invoca o Castelo de Chambord (Domenico da Cortona, 1519), construído como residência para o rei de França, "passou a fazer parte do repertório de arquitecturas imaginárias"<sup>27</sup>, um chateau ideal como moradia de planta centralizada de aparência compacta, com torres cilíndricas ou prismáticas nos cantos, como também é desenhado por Francisco de Holanda, repercutindo visões de modelos estrangeiros *em hus Paços fortes Dêtro do Castello q faleçe a Lisboa*, no fl. 10 de «Da Fábrica q falece à Cidade de Lisboa», de 1571.

...Castelos imaginados, no Império e para a sua capital. Mas já eram realmente outros os tempos: acabava de ser na Etiópia que se sepultara a última configuração medieval da Europa, no sacrifício da juventude de D. Cristóvão da Gama, e em sua honra levantavam-se estranhos castelos na bruma de um ideal.



<sup>27</sup> Paulo Pereira, *Évoramonte: A Fortaleza. Monografia* - 1989, Catálogo da exposição fotográfica, Set./Out., Maria do Céu Pina, Coord., Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, p. 26.





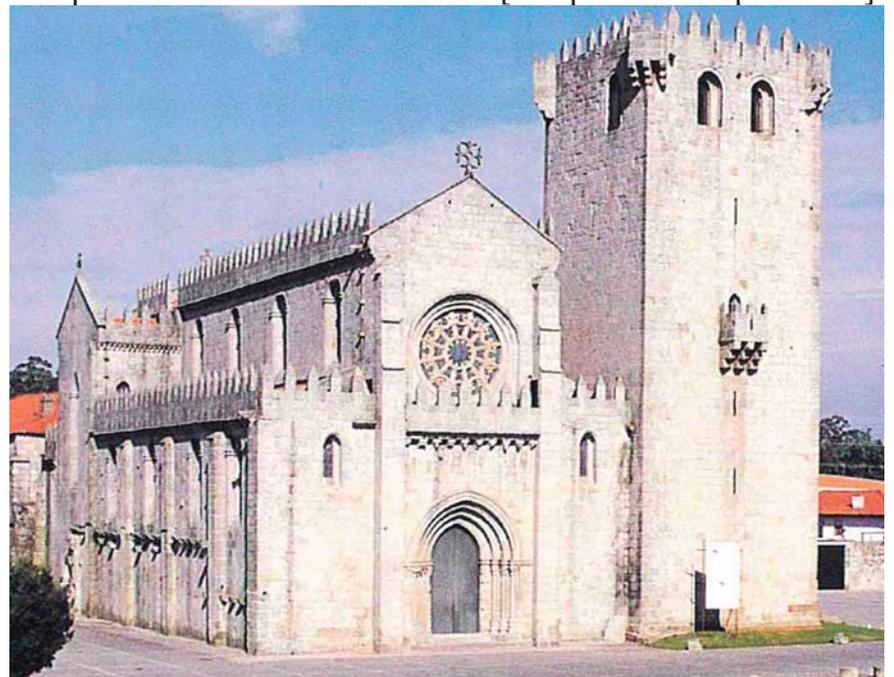
### 3 - A ORDEM DOS CAVALEIROS DO HOSPITAL DE SÃO JOÃO DE JERUSALÉM

#### 3.1 - UMA FONTE INSPIRADORA E FORMADORA

Entroncando a questão da produção portuguesa da arquitectura militar com o sucesso dos Descobrimentos, haverá que perscrutar as hipóteses de elaboração de pistas de trabalho que, simultaneamente, convirjam desde os diferentes factores que se perspectivaram para o seu sucesso. Entre estes, o espírito religioso - e mesmo de autêntica Cruzada (de que chega a ser pedida serôdia equivalência ao Papa) -, a apurada visão militar, aliando maleabilidade estratégica na articulação da táctica naval com o avanço das técnicas da artilharia, o saber científico cultivado com base em rendimentos e património adquiridos numa luta de afirmação de soberania. Um tal quadro era corporizado em Portugal pela Ordem Militar de Cristo.

Esta estrutura replica, em tons nacionalistas, a ambição multinacional com que a Ordem Militar dos Cavaleiros do Hospital de São João Baptista de Jerusalém passou, também ela naquela época, a funcionar, ao ser designada como depositária dos bens e das missões espirituais da entretanto extinta Ordem dos Templários.

“... No nosso país não se conhece a influência que, a diversos níveis [incluindo a Arquitectura, diremos nós], foi exercida pelos Templários nos séculos XII e XIII [e depois os Hospitalários].



Em cima, motivo da cercadura do frontispício iluminado do Livro da *Estremadura IV* - «Leitura Nova» de D. Manuel I, 1509, com a charola do Convento de Tomar servindo de fundo à apresentação das armas da Ordem Militar de Cristo.

Ao lado, fotografia da igreja da primeira casa-mãe dos Hospitalários em Portugal, Leça do Balio.

<sup>1</sup>Nuno Villamariz Oliveira, *A Influência do Oriente em Portugal através da Arquitectura Militar Templária: o paralelo entre Chastel Blanc e Castelo Branco*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 909.

Esta carência de pesquisas também é patente quando se procura compreender o alcance obtido pelo ramo português, no âmbito internacional da Ordem do Templo, ou analisar as relações que se estabeleceram entre a Terra Santa e Portugal, quer no âmbito das mentalidades, quer no que se refere à transposição de conceitos, ideias e técnicas da arte militar”<sup>1</sup>.

Não descuremos, em todo o caso, a circunstância de a Ordem dos Cavaleiros de Jerusalém estar, desde os primórdios, muito implantada em Portugal, sendo portanto de atender aos ecos que chegariam à linha de actuação do estado português.

Neste contexto, uma inusitada linha de investigação que, quanto a nós, poderá trazer alguma contribuição para a explicação de uma teoria da evolução da arquitectura ou, porventura, de um momento ou contributo originário da arquitectura moderna, estará por fazer: qual o papel desempenhado pela Ordem dos Cavaleiros do Hospital de São João Baptista de Jerusalém?

O cerzimento de uma tessitura europeia que aquela Ordem militar desempenhou na transição da Idade Média para a Idade Moderna, e o singular desempenho de algumas relações mantidas por Portugal em certos períodos históricos, não deixarão de apelar a uma busca historiográfica. Tanto mais quanto os próprios Descobrimientos portugueses são protagonizados por uma formação cavaleiresca similar e paralela à do Hospital, havendo que reportar uma intensa troca de conhecimentos, certamente produzida em torno de assuntos cruciais aos objectivos centrais de ambas as partes: a navegação, a defesa através do uso da artilharia montada a bordo, a protecção do litoral e a nova arquitectura militar.

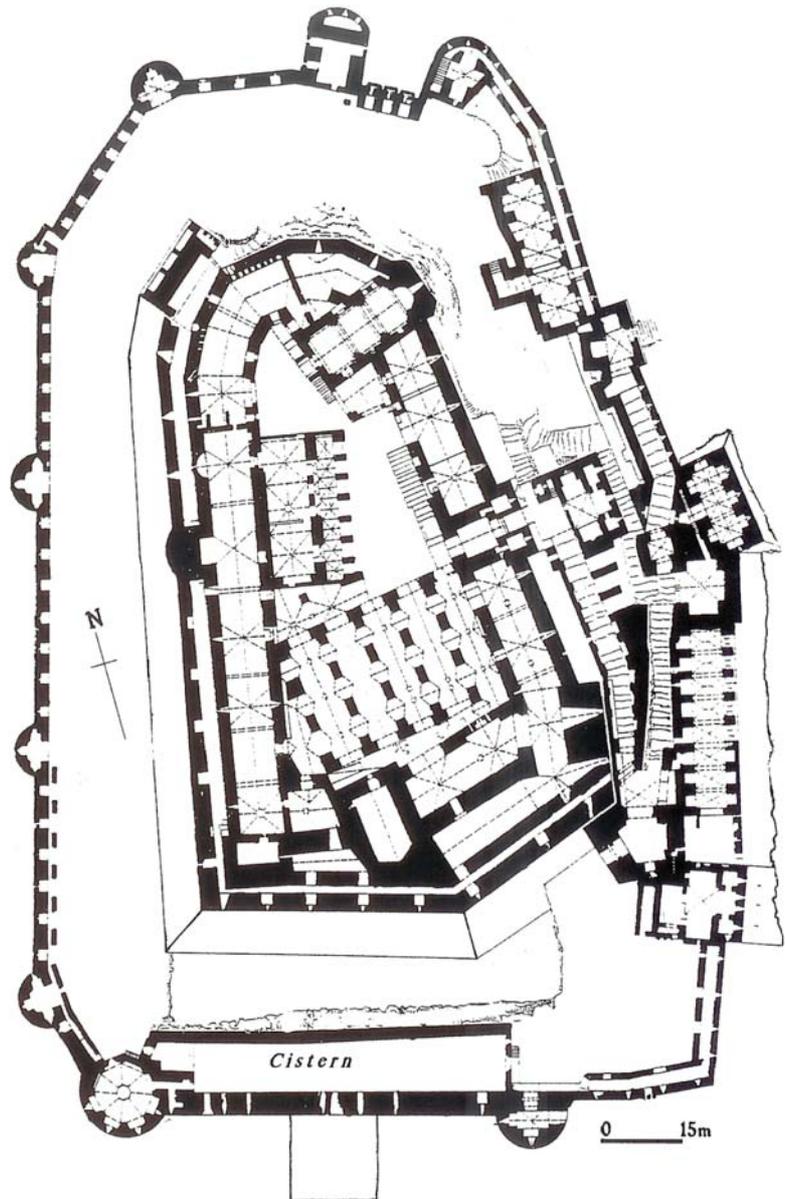
Desde os primórdios, através das grandes fortalezas que adaptaram dos castelos muçulmanos no Próximo Oriente, os Cruzados (primeiro os Templários e depois os Hospitalários) ocuparam formidáveis bastiões militares, como o Crac des Chevaliers, evolucionando na arte da edificação no período de Rodes e afirmando-se, depois, em Malta, como os mais requintados executantes de um sistema inexpugnável de protecção e de afirmação bélicas.

Imagem de satélite da colina com o castelo do Crac des Chevaliers, “Google Earth”, Janeiro / 2008 e fotografia do conjunto.



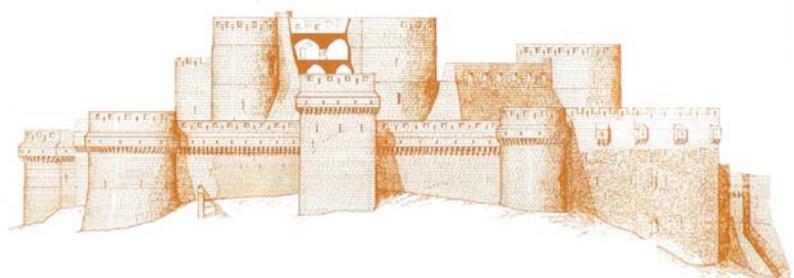


Não é crível que a Europa em geral tenha sido imune ao exemplo que irradiava da situação e acção dos Hospitalários. Para Portugal, a influência terá sido redobrada, devido aos desdobrados vínculos que se foram estabelecendo em diversos momentos, e especialmente quando o concerto da actuação da Cristandade passava pelo acerto prévio das estratégias das partes, sendo as decisões sufragadas pelo poder papal.



Em cima, fotografias do enorme castelo, sendo a imagem inferior referente a parte interna da cerca muralhada.

Ao lado, planta e alçado do lado Sudoeste da fortaleza do “Crac des Chevaliers”, em Hosn el-Akrad, Síria (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, p. 89, adaptado). A enorme construção serviu, ao longo de século e meio, para um programa experimental de optimização das concepções da arquitectura militar medieval. Naturalmente que muitos princípios e sinais da imagem do “Crac” estão presentes nas soluções de transição adoptadas em Rodes, desde uma prevalência do bastião redondo à impositiva e contínua cachorrada monumental de machi-coulis defendendo as cortinas de muralhas.



### 3.1.1 - A INFLUÊNCIA DOS CAVALEIROS DO HOSPITAL

Talvez por facilidade de arrumação na descrição historiográfica, aliada a uma certa busca de simplificação na classificação espaço-temporal, é costume atribuir-se a Itália a origem do pensamento vanguardista da nova arquitectura militar. Não poderemos, contudo, esquecer a determinante prática que constituíram os estaleiros do Mediterrâneo Oriental, ensaiando no terreno a evolução que desabrochou no abaluartado.

Em Rodes (e, ainda a seguir, em Malta), a colossal obra dos Hospitalários não pode ser ignorada, sobretudo, ou até pela circunstância, de não ter sido particularmente tocada pela influência italiana. Haveria uma espécie de latente desconfiança na dualidade de algumas posições dos interesses das repúblicas do Adriático, pese embora as próprias origens da Ordem, nos recônditos anos dos inícios do século XII se deverem às pias intenções dos comerciantes de Amalfi<sup>2</sup>...

A utilização de técnicos italianos ao serviço da Ordem é muito tardia: “the first documented reference to an Italian military engineer working in Rhodes dates to 1502, when the *Cremonese ingeniere e architecto Bartholino de Castellione* is reported as being in the service of the Hospitallers. Batholino appears to have been in the Order’s employ for a number of years (*é stato stipendiato ali servitij nostri*) and was employed also at Kos and at *castello sancti petri quanto alter nostre isole*. Apparently he was still in the employ of the Order at Bodrum in 1507”<sup>3</sup>.

Curioso é até assinalar o facto contrário, mencionado por Pietro Spagnesi (*Castel Sant’Ângelo, La Fortezza di Roma*, 1995, Roma), de o Papa ter mandado chamar para o seu serviço um experimentado engenheiro dos Cavaleiros de S. João, a fim de *sovrintendere alla fabbrica* da edificação sobre as margens do Tibre para a construção do Castelo de Sant’Ângelo. Ora, neste jogo de interacção permanente<sup>4</sup>, é de assinalar aqui o mesmo princípio das obras de requalificação que vinham nesse tempo sendo feitas na Fortaleza de Rodes, com a construção de protobaluartes circulares junto de algumas torres das cortinas de muralha, designadamente na Torre de Itália.

A enorme parecença entre as adaptações feitas na base de algumas das torres das muralhas de Rodes e os baluartes do Castelo de Sant’Ângelo em Roma, fazem admitir que o autor seja comum, tratando-se do Cavaleiro do Hospital Fra Antonio di S. Martino, requisitado por Alexandre VI.

<sup>2</sup>Na verdade, não poucas vezes, no dealbar do Período Moderno, Veneza mostrou-se aliada do crescente Império Otomano, com quem ambicionava manter os privilégios do trato comercial com o Oriente.

<sup>3</sup>Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, p. 33. Segundo o autor, “it is evident that at Rhodes important developments were taking place on parallel lines throughout the same period”.

<sup>4</sup>“The great similarity between the bulwarks erected by D’Aubusson at Rhodes and those built by the Pope at Castel Sant’Angelo tends to indicate a common author, though historians have yet to determine which influenced which”-op.cit., p. 34.

**Interior do castelo de Belver, pertencente aos Cavaleiros de São João, com a torre de menagem, vigiando a linha do Tejo.**



<sup>5</sup>*Bula Piae Postulatio*, 15 de Fevereiro de 1113.

<sup>6</sup>“Independentemente do momento exacto em que os freires de São João chegaram ao território que viria a ser Portugal [decerto antes do final da segunda década do século XII], foi no reinado de D. Afonso Henriques que os Hospitalários se integraram na vida do reino (em 1140 D. Afonso Henriques concede carta de couto a Leça do Balio), através de um processo célere, uma vez que já tinham adquirido uma experiência de adaptação em outros reinos da Cristandade e contavam com o apoio de uma estrutura supranacional, que lhes imprimia força e orgânica” - in Paula M. C. Pinto Costa e Lúcia M. Cardoso Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital* - 2001, Edições INAPA, Lisboa, p. 23.

<sup>7</sup>D. Afonso tivera um papel relevante na 3ª Cruzada (1188-1182), ao lado de Ricardo, Coração-de-Leão. Abdicou do Mestrado em 1206, regressando a Portugal, estando sepultado em Santarém.

<sup>8</sup>“O culminar deste processo teve lugar em 1532, altura em que o priorado do Crato foi confiado ao infante D. Luís, o qual, por sua vez, o deixou ao seu filho D. António, quando morreu, corria, então, o ano de 1551. Estes dois personagens da família real exerceram um controlo sobre a Ordem, colocando-a na órbita da Coroa, à semelhança do que aconteceu com os freires de Cristo, Santiago e Avis” (Paula M. C. Pinto Costa e Lúcia M. Cardoso Rosas, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital* - 2001, Edições INAPA, Lisboa, p.27).

## 3. 2 - A ORDEM DOS HOSPITALÁRIOS E PORTUGAL

Se bem que a existência formal da Ordem dos Hospitalários se deva ao Papa Pascoal II<sup>5</sup>, a sua razão original assenta no patrocínio que os comerciantes de Amalfi fizeram de um hospital em Jerusalém, para tratar os peregrinos enfermos, em 1070, ainda antes da conquista desta cidade por Godofredo de Bulhão no decorrer da 1ª Cruzada (1099). Nesta altura estamos a meio século da formação de Portugal. Desde o início<sup>6</sup>, os laços entre Portugal e os Cavaleiros de S. João Baptista foram muito fortes. O filho do primeiro rei português, D. Afonso de Portugal, ascende mesmo ao mais elevado grau da hierarquia da Ordem (é o 12º Grão-Mestre eleito, 1203-1206), depois da sua gloriosa participação na defesa de S. João de Acre<sup>7</sup>.

As relações entre Portugal e a Ordem foram muito complexas<sup>8</sup>, devido à extinção dos Templários pelo Papa Clemente V, em 1312, sendo incorporado o respectivo património na Ordem dos Hospitalários, com excepção da situação portuguesa. Neste caso o Papa concedeu a aprovação de uma nova Ordem cavaleiresca nacionalista, a Ordem de Cristo, tornada herdeira da banida agremiação, e na base da qual mais tarde se deu começo à Expansão europeia, com a conquista de Ceuta e os Descobrimentos, eivados de um espírito de verdadeira cruzada religiosa.

Não obstante, a Ordem do Hospital foi-se acrescentando em importância e poder territorial: Leça do Balio, a casa-mãe, Oliveira do Hospital, Belver, Santiago do Cacém, Flor da Rosa e Amieira são, entre outras, importantes comendas que testemunham a grandeza atingida pelos Cavaleiros de S. João em Portugal - e com cuja disponibilidade contribuiriam na vida

**Fortaleza-convento da Flor da Rosa, última sede da Ordem dos Hospitalários em território nacional.**



da comunidade internacional que balizava as fronteiras da fé no leste do Mediterrâneo.

Em meados do século XV (1462), a estrutura orgânica da Ordem acrescentava-se da “Língua de Portugal e Castela”<sup>9</sup>, separando-se de Aragão-Navarra, por certo fruto do protagonismo crescente que aquelas nações protagonizavam.

<sup>9</sup>“Cada circunscrição administrativa, ou seja, cada «Língua» estava sob a responsabilidade de um bailio conventual. Assim, da «Língua» da Provença provinha o Grão-Comendador, da Alvéria o marechal, da França o Grão-Hospitalário, da Itália o almirante, de Aragão o *drapier* ou conservador, da Alemanha o Grão-Bailio, de Castela o Grão-Chanceler e da Inglaterra o *turco-polier* ou general da cavalaria” - op.cit., p. 17. O cargo de Grão-Chanceler, considerado de topo na hierarquia administrativa da Ordem, só teve consagração tardiamente (reinado de Pedro Raimundo Zacosta, 1481-1467), coincidindo com a circunstância da especificação administrativa da nova «Língua de Portugal e de Castela» (1462), tendo as nomeações contado tradicionalmente com representantes portugueses.

<sup>10</sup>Todos estes frades Cavaleiros desempenharam o elevado cargo de Chanceler-Mor da Ordem, posto que era amiudadas vezes atribuído a um português, tanto em Rodes, como depois em Malta.

### 3.2.1 - ARTICULAÇÃO DE ACTIVIDADES

No último quartel do século XV, isto é, no período do Grão-Mestre Pierre d’Aubusson (1476-1503), a presença de Cavaleiros portugueses em Rodes era muito notada pelo seu número, sendo tal intensidade de relacionamento incentivada pelos reis D. João II e D. Manuel I. Assinalamos o nome de D. Diogo Fernandes de Almeida, irmão do primeiro Vice-rei da Índia, presente na defesa de Rodes durante o Cerco de 1480, para além de ilustres bailios de Leça e priores do Crato, como Garcia Martins, João Coelho, Álvaro Pinto, Henrique Teles, Cristávão de Cernache Pereira<sup>10</sup>, etc..

Portugal contou sempre com a estratégica situação da Ordem dos Hospitalários, na leitura da conformação geográfica do mundo de então. Por exemplo, o lançamento da expedição de busca desencadeada por D. João II sobre a localização do Reino do Preste João, os enviados Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã partiram de Rodes para a verdadeira aventura da viagem, viajando daí até Alexandria sob protecção dos Hospitalários. A articulação entre Portugal e a Ordem foi crucial noutros momentos, mesmo para operações militares no Oriente. Por

exemplo, é transmitido o conhecimento que havia da derrota da armada Turco-Egípcia em Alexandreta, o que, tornando impossível o socorro árabe através do Mar Vermelho, possibilitaria a campanha vitoriosa de Afonso de Albuquerque que culminou com a conquista de Ormuz.

Para outras operações levadas a cabo espanta também a mobilidade conseguida, como é o caso do registo da acção de Cristóvão de Cernache Pereira, bailio de Leça (mais tarde prior do Crato e que cumpriu funções de Chanceler-Mor em Rodes), tendo comandado a armada na subjugação do Barhain, no Golfo Pérsico, estando a combater na fase final da presença da Ordem em Rodes, e ainda no Grande Cerco de 1565, em Malta.

E se até para a coordenação de actividades militares eram postos em prática planos de actuação conjunta, mais natural será admitirmos a possibilidade de concertação prévia quanto à partilha de técnicas e métodos que a ambos os lados interessavam, desde o avanço da piobalística à sua utilização nos navios, passando pela visão de uma arquitectura militar de novo tipo.

A intensificação de relacionamento entre Portugal e a Ordem de Malta ocorreu no século XVIII, preenchido com quase cinquenta anos de liderança portuguesa<sup>11</sup>. O primeiro período, o do 66º Grão-Mestre, António Manoel de Vilhena (1722-36), deixou sementes que ainda hoje perduram nas lendas e na memória popular. Vilhena fora eleito na sequência do papel que desempenhara no comando da batalha naval de Lepanto, decisiva para travar o avanço do Império Otomano em direcção à Europa Central, ao permitir ao Príncipe Eugénio salvar Belgrado.

Quanto ao período que vai de 1741 a 1773, Manuel Pinto da Fonseca, cumprindo o mais longo reinado de sempre na história da Ordem, elevou ao superlativo o poder e esplendor da soberania temporal dos Cavaleiros de São João.

### 3.3 - A ARQUITECTURA DA ORDEM EM RODES

É sobretudo o hiato histórico da presença da Ordem no Mar Egeu que aqui mais nos interessa, visto concentrar-se sobre o fim das grandes realizações arquitectónicas medievais e as obras de transição. Como noutros pontos da Europa em busca de avanços civilizacionais, incluindo Portugal, as alterações

<sup>11</sup>No século XVII, o 55º Grão-Mestre da Ordem foi o português Frei Luís Mendes de Vasconcellos.

<sup>12</sup>A imensa mole de construção do Crac des Chevaliers assenta sobre a proeminência de uma colina basáltica com 650 metros de altitude, situada a 35 quilómetros da costa do Mediterrâneo, num ponto de grande importância estratégica, Hosn el-Akrad, na estrada de Tripoli para Homs.

técnicas da arte da guerra e da situação face ao território, levam a que se assista a intensa experimentação para adaptar a arquitectura aos novos tempos.

Com a queda de Acre em 1271 (que os Cruzados haviam tomado aos Curdos em 1099 e Raimundo I, conde de Tripoli, havia cedido aos Cavaleiros do Hospital de S. João Baptista de Jerusalém, em 1142), começou o período final em que, de Acre a Chipre e Malta, passando por Rodes, a Ordem não mais voltará a uma condição de feudo militar autista, implantado em extensos domínios.

Dantes internada no território<sup>12</sup>, de início na própria Cidade Santa, a existência da Ordem passará agora a constituir também (ou especialmente) uma extraordinária força naval, com poderosíssimas bases terrestres, responsabilizada pela segurança da Cristandade a Oriente do Mediterrâneo.

Desde 1309 ocupando a cidade de Rodes, os Hospitalários vão desenvolver um magistério de influência que está por compreender em toda a sua extensão no que se refere às implicações produzidas nas actividades da guerra em Portugal, nas diferentes vertentes da organização militar enquanto potência marítima, na adaptação do poder de fogo à marinha e na concepção da arquitectura abaluartada.

Ao lado, imagem de satélite da cidade de Rodes, “Google Earth”, Janeiro /2008. Na página seguinte, dois esquemas com a planta do esquema geral das fortificações da cidade na altura dos cercos de 1480 e de 1522, mostrando a distribuição dos diferentes sectores (“postos”) da fortaleza afectos à responsabilidade de defesa das diferentes “Línguas” da Ordem (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Dist. Limited, Malta, p. 124, adaptado). Notem-se as alterações profundas introduzidas na linha de contorno da grande cidade após a tentativa de assalto de 1480, correspondendo à modernização do dispositivo arquitectónico numa época de transição.





Porta da Marina da cidade de Rodas, com o impressionante coroamento da galeria de machicoulis ameados.

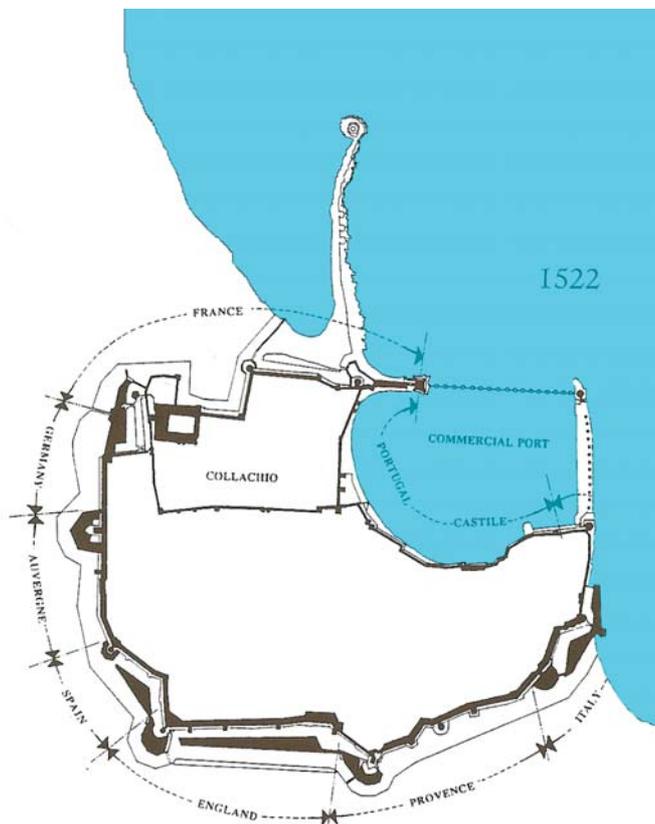
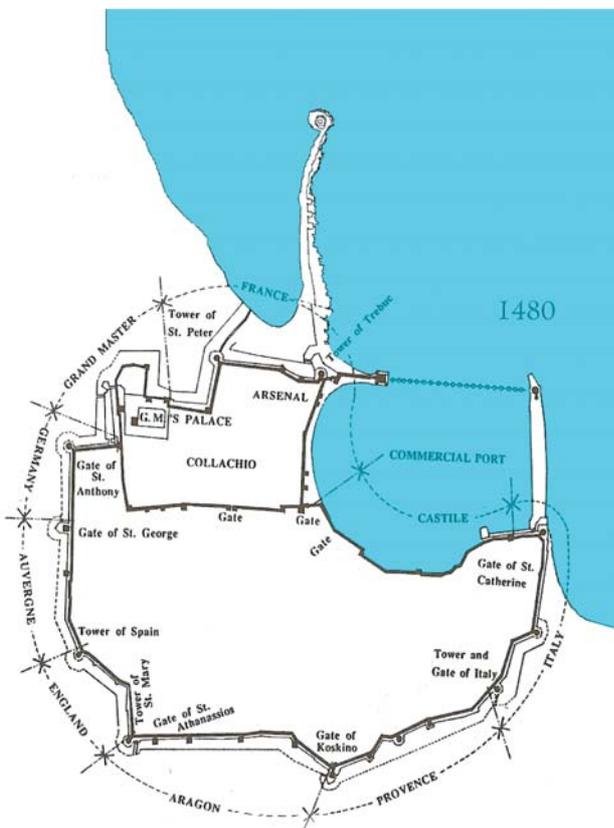
As ligações institucionais do nosso país com a Ordem dos Cavaleiros<sup>13</sup> decerto explicarão a importante interacção verificada. A partir desses laços talvez se expliquem algumas razões para a adopção, no tempo e na modernidade conceptual, de alguns dos traços essenciais da evolução da arte militar.

A extensão da acção construtiva dos Cavaleiros passou a estar à escala de todo o arquipélago do Dodecaneso, frente à Anatólia, senhoreando o Mar Egeu e as rotas de intercepção do Turco, mesmo à vista do seu território.

Em Rodas, até ao final de 1522, julgamos poder ver-se similitude ou paralelismos com o que ocorria em Portugal e em outros, pontos de um laboratório de ensaios em curso na altura em que se inventa um novo tipo de fortificação.

Não será por acaso que, nesse jogo de competências técnicas espelhadas nas “Línguas” dos Cavaleiros, se constata ser a Portugal (com Castela) que cabe assegurar a defesa das muralhas da cidade relativas ao grande porto, incluindo as monumentais Portas da Marina.

<sup>13</sup>Presente no nosso país, com a casa matricial em Leça do Balio, ainda antes da formação de Portugal, já em 1202-1206 o Infante D. Afonso de Portugal, filho bastardo de D. Afonso Henriques, ascendia ao mais elevado grau da hierarquia da Ordem Militar como Grão-Mestre.



<sup>14</sup>Para além da ilha de Rodas, e sem contar com torres de vigia, arrolamos 18 castelos: Kastro na ilha de Leros, Monte Aghios Konstantinos em Telendos, Pothia, Methoki e Horio em Kalymnos, a cidade fortificada da ilha de Pserimos, o castelo de S. Pedro, em Bodrum, na terra firme sobre a costa da Turquia, Narangia, Paleo Pily Andimacchia e Kefalos na ilha de Kos, Mendraki em Nisyros, Horio em Symi, Megalo Horio e Mikro Chorio em Telos, o forte na ilha de Alimonia, o castelo de s. Nicolau na de Chalki e Kastellorizo em Megisti. Por sua vez, na ilha de Rodas, com os seus 80 Km de extensão por uma largura média da ordem dos 38 Km, a somar a uma vintena de torres costeiras de observação (algumas proto-abaluartadas), e sem referir a enorme cidade fortificada da sede conventual, citamos outra vintena de castelos, alguns deles de apreciáveis dimensões: Trianda, Kremasti, Villanova, Philerimos, Fanes, Psinthos, Salakos, Kritinia, Apollona, Archangelos, Ketallah, Laerma, Pheraclos, Sianna, Monolithos, Askiplion, Lardos, Lindos, Apolakkia, Lahania e Kattavia.

<sup>15</sup>“To design the city’s new fortifications Del Carreto employed mostly italian engineers like the Sicilian Matteo Gioeni (Zuenio), *Ingiere della Religione* who, in 1521, prepared a relief model of Rhodes that was presented to Pope Leo X de Medici in Rome. Another engineer was Basílio della Scuola di Vicenza, military engineer to Emperor Maximilian who was loaned to the Order in 1520. The Order also sought to obtain the services of the military engineer Scarpagnino in 1516, but the request was refused by the Venetian Republic”, op. cit., p. 123.

**O baluarte poligonal do “Posto da Provença”, com a torre redonda anterior interligada com a muralha (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, p. 114).**

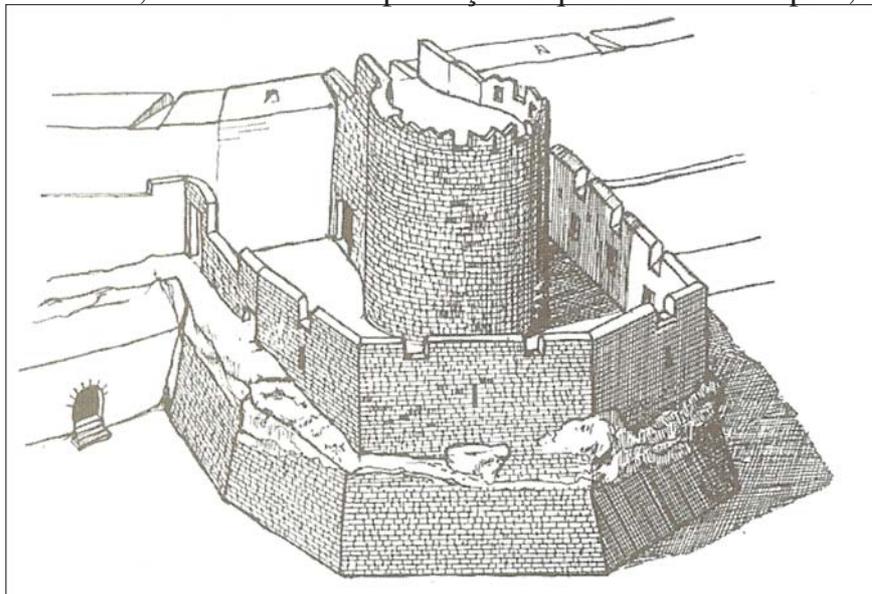
### 3.3.1.- AS GRANDES REFORMAS DE PIERRE D’AUBUSSON

Foi o Grão-Mestre Pierre d’Aubusson (reinando entre 1476 e 1503) quem impulsionou as grandes reformas levadas a cabo em Rodas, depois de a cidade ter sofrido o assédio de um importante cerco Turco, em 1480. Ele próprio especialista em engenharia militar, sob seu directo comando promovem-se intercâmbios e realizações que não deixarão de influenciar o percurso da moderna arquitectura.

O número das intervenções assinaladas nas paredes das muralhas atesta a importância quantitativa do esforço: nos muros da fortaleza de Rodas existem dezenas de pedras com as armas de d’Aubusson que assinalam, ainda hoje, a memória do patrocínio da realização ou do melhoramento. Sucedendo-lhe, os Grão-Mestres D’Amboise e Fabrizio del Carreto, acabarão a forma final atingida com pouco mais de dois séculos de permanência dos Cavaleiros na ilha do mar Egeu.

Para além da cidade conventual, a Ordem tinha a seu cargo cerca de quatro dezenas de fortificações espalhadas pelo arquipélago, repartidas por mais uma dúzia de ilhas<sup>14</sup>.

Quanto ao aspecto qualitativo, as adaptações construtivas efectuadas nas últimas décadas do século XV e no começo do seguinte mostram um “aggiornamento” técnico bastante apurado, embora só na recta final tivesse contado com o estágio de nomes importantes da engenharia italiana<sup>15</sup>. E foi lá que se experimentaram os efeitos de opções de projecto que iriam posteriormente estabilizar, não só com os Cavaleiros de S. João em Malta, mas com toda a produção arquitectónica europeia, a

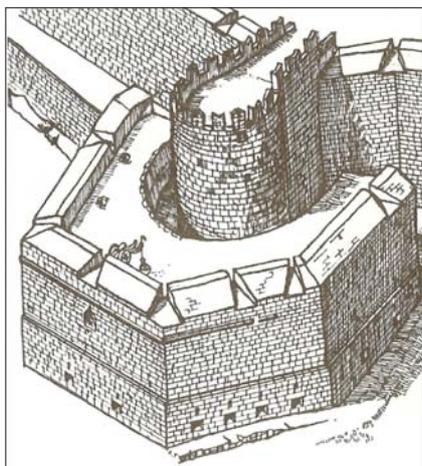


partir dos meados do século XVI.

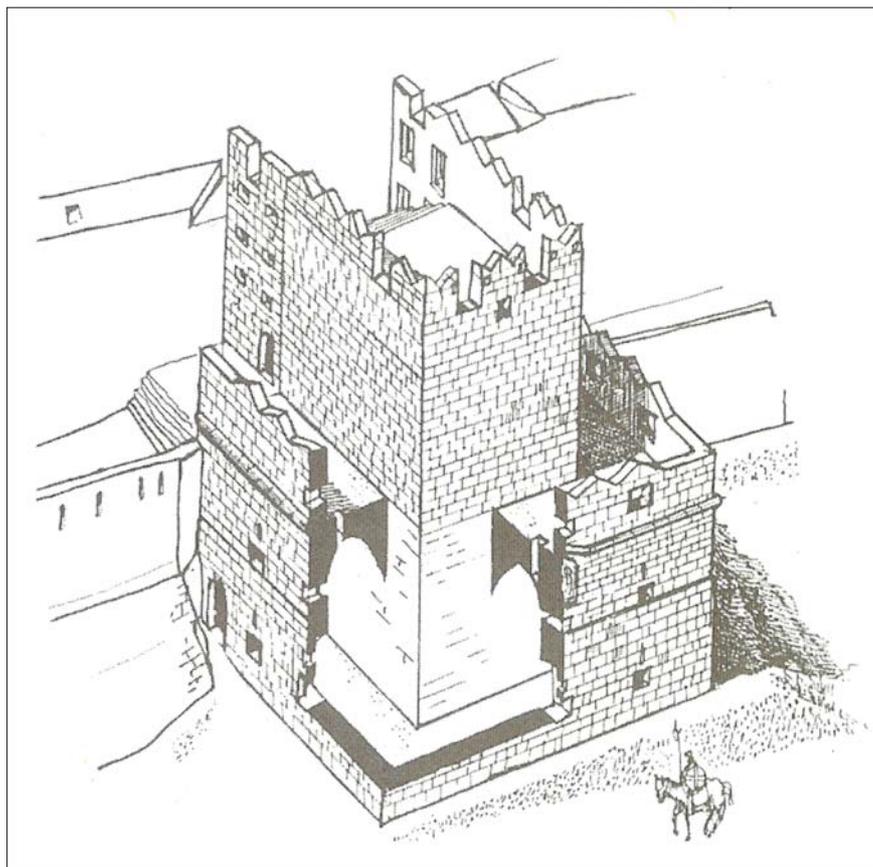
Um dos grandes conflitos conceptuais que se sente existir, nas opções quanto aos baluartes, a partir dos finais do século XV em Rodes, é quanto à supremacia da forma redonda, a que parece dar-se primazia. Disso é sintomático o enorme baluarte redondo do Posto de Itália, realizado por Fabrizio del Carreto entre 1515 e 1517.

Já as próprias Portas, que haviam sido objecto de cuidados mais recuados - a Porta da Marina (Pierre d'Aubusson, 1478) e a Porta D'Amboise (feita pelo Grão-Mestre Emmercy d'Amboise, em 1512) - apresentam uma expressão marcada pela impressividade da força transmitida pelos elementos cilíndricos que ladeiam a passagem.

Neste caso, do ponto de vista da imagem urbana, a marca dos volumes cilíndricos deveria ter muitas ressonâncias, dadas as fortíssimas relações paisagísticas que as dezenas de moinhos de vento tinham na definição da leitura urbana em torno da relação com a água, seja no alinhamento do cais/quebramar entre a torre redonda de canto no topo do porto e a designada Torre dos Moinhos (cilíndrica, ainda subsistente), seja no molhe de ligação desde a Torre de Trebuc (redonda) ao Forte de S. Nicolau, igualmente pontuado por uma torre



Em cima, desenho e foto do proto-baluarte do Posto de Espanha, com casamatas abobadadas e canhoneiras rasantes ao terreno e plataforma com posições para artilharia no terraço, mantendo completa separação do interior da fortificação, mas permitindo o circuito da falsabrega. Ao lado, desenho com a demonstração perspectivada do bastião quadrangular de d'Aubusson, agregado à cortina do "Posto da Provença" (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, pp. 114 e 117).



<sup>16</sup>Esta obra, reabilitada por d'Aubusson, depois do cerco posto pelos Turcos em 1480, resistiu a todas as tentativas de assalto sofridas, tendo igual comportamento em 1522. Lembra o Forte de S. Lourenço da Cabeça Seca, em frente a S. Julião da Barra (um século depois), sendo como é uma obra para confronto com a artilharia naval.

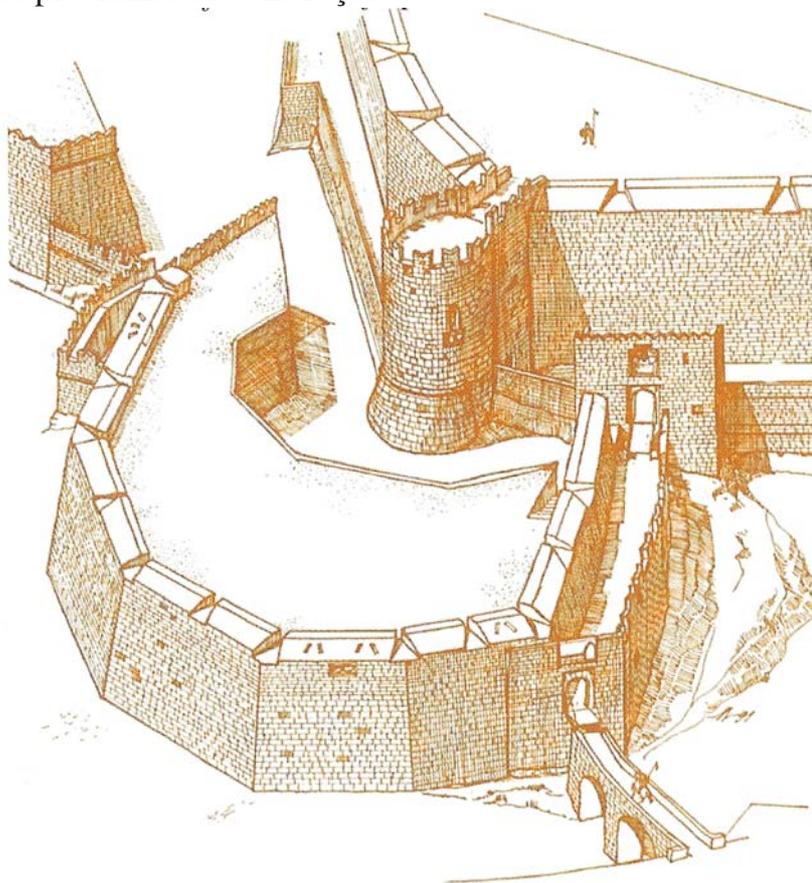
<sup>17</sup>Há que ter em conta que se trata de uma reconstrução parcial, realizada entre 1937 e 1940, sob direcção do Arquitecto Vittorio Mesturino, durante o Protectorado italiano do Dodecaneso, sendo Governador Cesare Maria de Vecchi.

<sup>18</sup>No castelo de Bodrum, na costa da Turquia, os Cavaleiros de Rodes exploraram também o princípio do balcão contínuo com machicoulis, sendo marcante a utilização formal que ali se terá pretendido, nomeadamente na Torre Marítima e na Torre da Alemanha.

redonda reconvertida em fortificação moderna por Pierre d'Aubusson<sup>16</sup>.

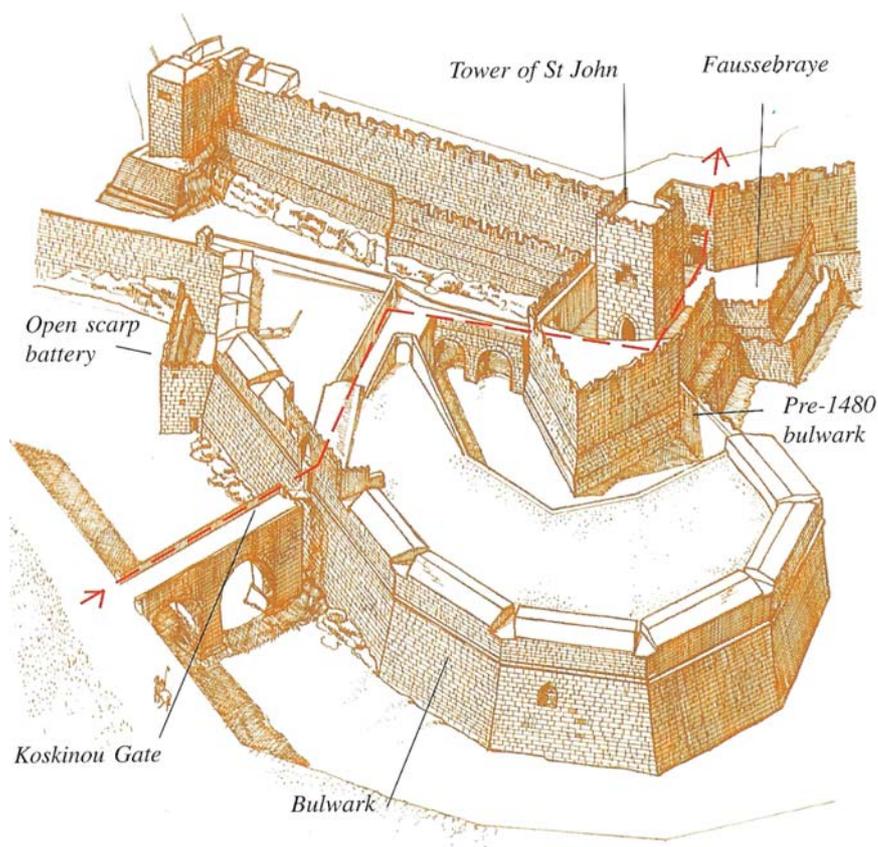
Às Portas referidas havemos que juntar também o portal do acesso principal ao Palácio Magisterial, retirando proveito de uma imagem<sup>17</sup> próxima da da Porta da Marina. A magestática monumentalidade retirada por d'Aubusson das duas enormes massas elípticas com que reconstrói a porta marítima da cidade em 1478, são a marca mais assinalável dos últimos cinco séculos de Rodes, associada ao coroamento da série contínua de "machicoulis", formando um balcão único rematado por singelos merlões ondeados e aberturas para bocas de artilharia. Não esqueçamos que esta é a imagem de marca estética do Crac des Chevaliers, assim recuperado na entrada grande da cidade - a porta do mar - e no portal de honra do palácio do Grão-Mestre<sup>18</sup>.

Sente-se, nas marcas da edificação ainda presentes, que Pierre d'Aubusson introduz uma diferente maneira de atender à produção arquitectónica. Ele próprio freire e engenheiro militar, ocupa o lugar de "Provediteur des Fortifications", ainda antes de ser elevado ao Grão-Mestrado, em 1476, transmitindo uma diferente maneira de relacionar a actividade e o equacionamento dos problemas da construção.



**O baluarte do "Posto de Espanha"**  
(in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, p. 115).

“During the last two decades of the Order’s stay in Rhodes, the Hospitallers made increasing use of the services of Italian engineers, a practice they were to retain in Malta throughout the rest of the sixteenth and first half of seventeenth centuries. Both Grand Masers Del Carreto and L’Isle Adam employed mostly Italian engineers like Basilio della Scuola and the Sicilian Maestro Zuenio (Geoini), the Bergamese Gabriele Tardini da Martengo, and the Florentine Gerolamo Bartolucci. During this period, one can also begin to encounter the two categories of engineers employed by the Order, a practice that is well documented in Malta; that is, the distinction between a resident engineer, the ‘Ingeniere della Religione’, who was employed by the Hospitallers and was responsible for executing and maintaining all works of fortification like Maestro Zuenio, and the foreign expert loaned by some European monarch to design specific projects, such as Basilio della Scuola. *Ingegniero dell’Imperatore Massimiano, il quale era il maggiore huomo di quella professione ch’in quei tempi vivesse* (G. Bosio, *Dell’Istoria della Sacra Religione et Illustrissima Militia di San Giovanni Gerosolimitano*, Roma, 1629, p. 624). Gabriel refers also to a request by the Hospitallers, in 1516, for the services of the military engineer Scarpagnino which request, however, was



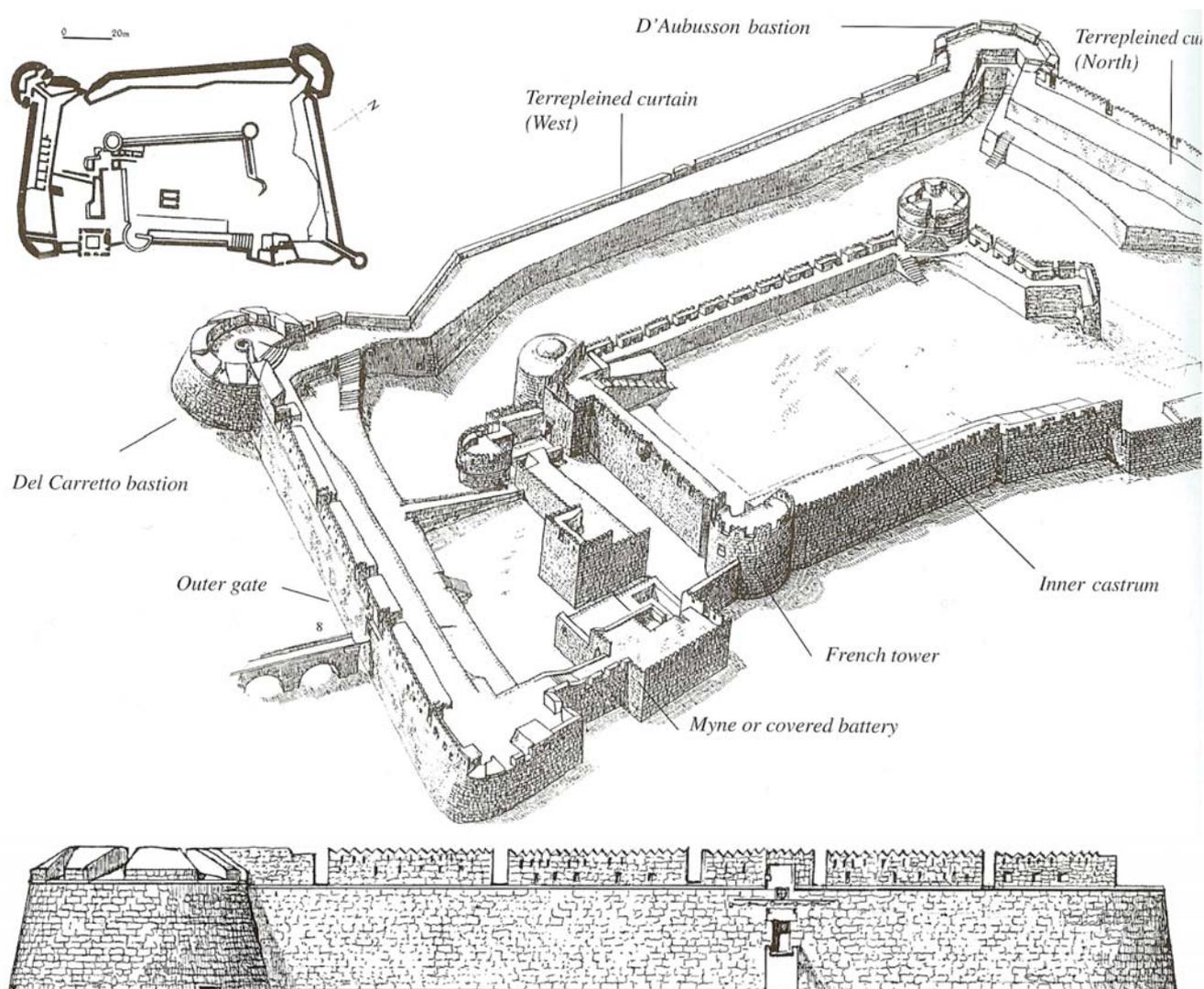
**Kouskinou Gate e Torre de S. João.** A primeira fase consistiu no aproveitamento da velha falsabraga numa barbaca pentagonal. A segunda fase, post-1480, assistiu ao fecho das antigas estruturas por meio de um vasto baluarte poligonal (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, p. 115).

turned down by the Venetian Republic” (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, p. 34).

Não apenas na sede do poder da Ordem dos Cavaleiros de S. João se procedia a continuado esforço construtivo. Naturalmente, a actividade edilícia estendia-se a dezenas de locais, sendo, como era, vasta a soberania exercida nos mares do Mediterrâneo oriental. A título de exemplo, referimos o caso de Narangia, onde o castelo medieval foi reforçado no terceiro quartel do século XV e, por volta de 1495, o mesmo foi envolvido por uma cintura de muralhas nova com terraplenos. Do lado Norte, com a data de 1503 e uma pedra de armas de d’Aubusson, subsiste um proto-baluarte poligonal, sucedendo-se um conjunto de intervenções levadas a efeito pelos sucessivos Grão-Mestres, incluindo a nova porta, datada de 1511, e sobrepujada pelas armas de d’Amboise.

Atestando a preferência pela configuração circular das obras

**Planta geral, perspectiva de conjunto e alçado Sul, com o novo bastião del Carreto, realizado em 1514 na fortaleza de Narangia, ilha de Kos (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, pp. 176 e 177, adaptado).**



<sup>19</sup>Narangia situa-se na ilha de Kos, a terceira maior do arquipélago do Dodecaneso, e constituía a possessão mais importante dos Hospitalários a seguir a Rodas.

<sup>20</sup>“The embrasures were designed to enable the cannon to enfilade the adjoining curtain walls. Internally the walls of the outer enceinte were backed by a thick terreplein, including that section of the inner castle incorporated into the outer east wall. The overall result of the new works was a formidable castle rebuilt *alla moderna*”, op. cit., p. 175.

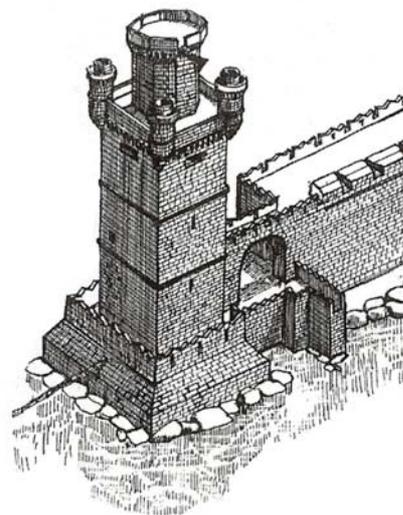
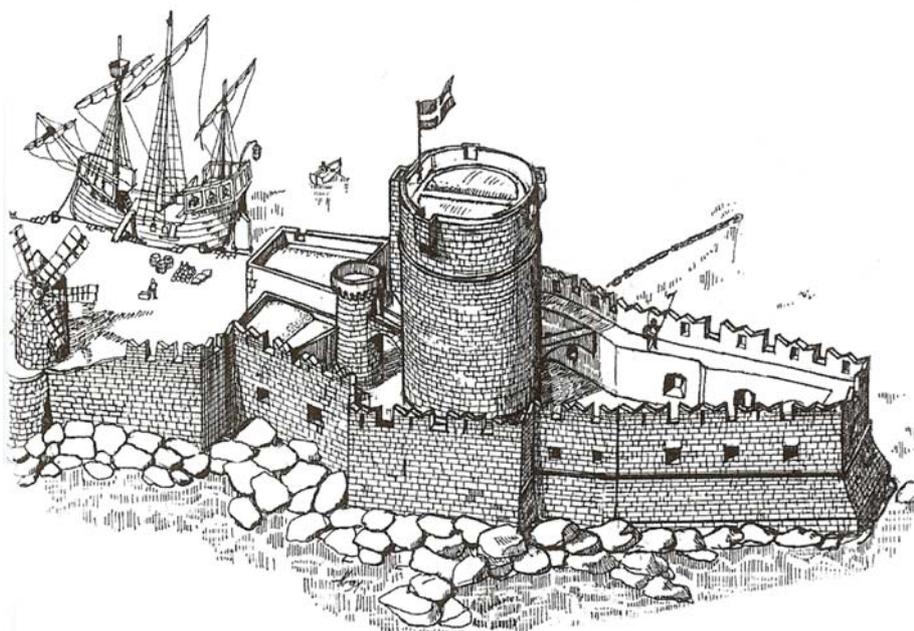
<sup>21</sup>Como por exemplo A. Gabriel em *La Cité de Rhodes - 1921-23*, 2 vols., Paris, pp. 226-227.

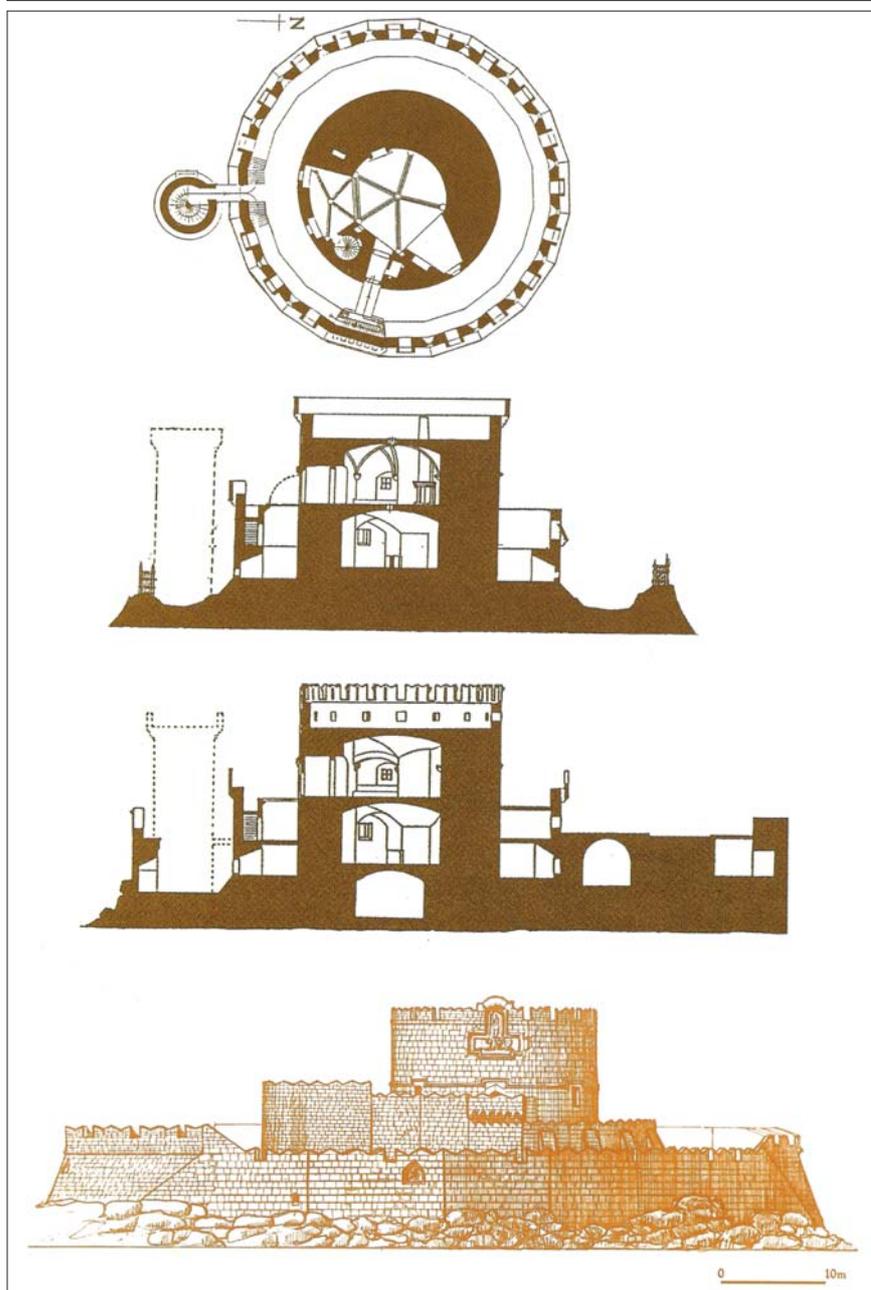
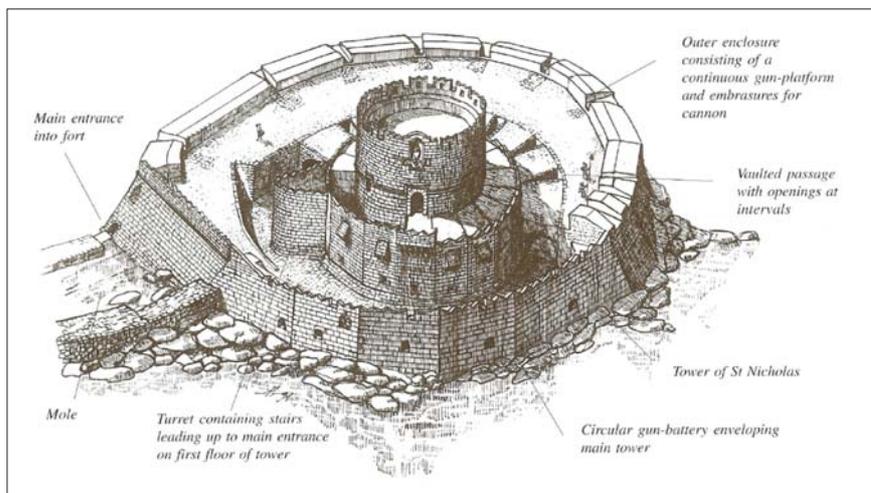
À esquerda a Torre dos Moinhos e, no lado oposto, a Torre de Naillac, na entrada do porto de Rodas. Da Torre de Naillac apenas resta a base, após a destruição causada por um terramoto, em 1863 (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights - 2001*, Book Distributors Limited, Malta, pp. 110 e 111).

de actualização e melhoramento das fortificações, na fortaleza de Narangia<sup>19</sup>, o ângulo Sul/Poente apresenta-se-nos com o massivo bastião circular de 1514, com as armas de del Carreto, dispondo de um parapeito largo com chanfro muito inclinado, com grandes canhoneiras. O bastião foi realizado com casamatas abobadadas em dois pisos, sendo um ao nível do solo<sup>20</sup>, com bocas para fogo rasante dos canhões.

### 3.4 - CARACTERIZAÇÃO E INTERACÇÃO

Do ponto de vista da teoria da arquitectura, o maior contributo da obra construída pelos Hospitalários em Rodas é a explicação de uma transição dos castelos medievais para as defesas organizadas a partir da pirobalística, gerando os traços da nova fisionomia do baluarte. Essa distinção foi desde cedo notada por diversos autores<sup>21</sup>, sem prejuízo de reconhecer o percurso feito desde a chegada dos Cavaleiros à Ilha, nos alvares do século XIV.



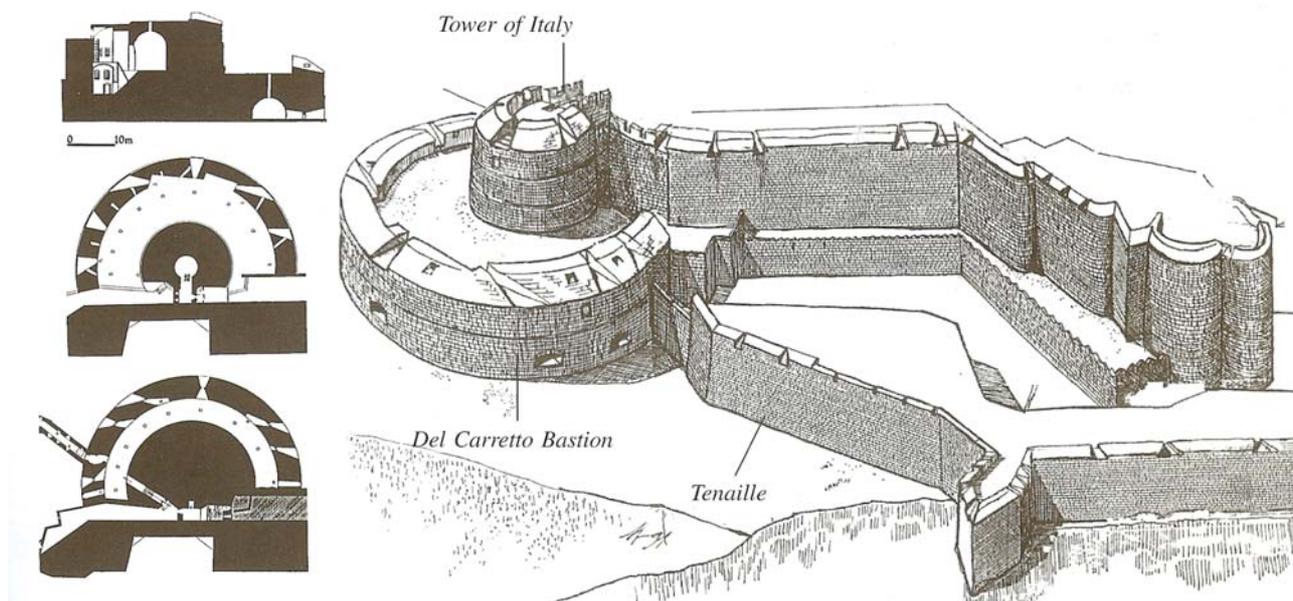
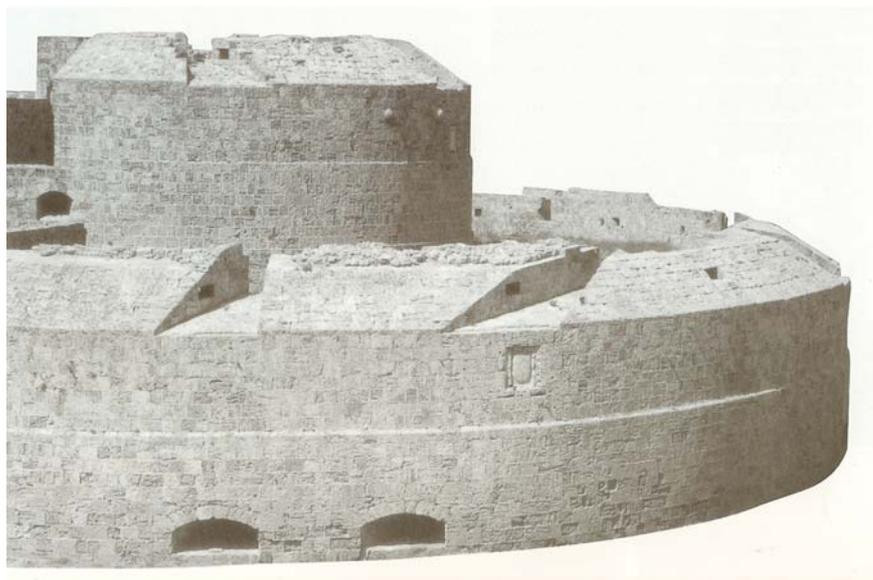


A Torre de S. Nicolau, depois de ter provado, como posto avançado de artilharia contra os assaltos turcos, durante o cerco de 1480, foi posteriormente alvo de grandes atenções por parte do Grão-Mestre d'Aubusson, com a inclusão de uma obra de defesa com casamatas envolvendo a sua base, e originando uma larga plataforma para manobras de artilharia. Como posto avançado na entrada do porto, a sua posição e funcionalidade equivaliam-na a uma verdadeira fortaleza. Vista de conjunto, planta e sucessão de dois cortes da torre, mostrando a adição da plataforma proto-abaluartada da base e outras alterações (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, pp. 110 e 111, adaptado).

<sup>22</sup>Os Cavaleiros de S. João de Jerusalém tomaram a cidade bizantina de Rodas em 1309 e adaptaram apenas uma parte da mesma para sua sede. Adoptaram um sistema básico de duplo recinto de muralhas formado por espessas cortinas de muralhas pontuadas por torres quadrangulares. No espaço entre os dois muros defensivos fizeram posteriormente importantes adaptações construtivas, em função da evolução da arte da guerra, designadamente da artilharia.

A realização do bastião circular do Posto de Itália é uma obra de muito grande fôlego, pelo arrojado técnico e pelo esforço prático que representou. Concretizado entre 1515 e 1517, no tempo do Grão-Mestre del Carreto, em torno da pré-existente torre redonda, o bastião desce a cota do seu coroamento para uma relação rasante com as naus do inimigo que assediasse o flanco do porto da cidade sob sua cobertura. Fica assim o dispositivo com três níveis de fogo utilizáveis nas melhores condições. A medida do diâmetro do círculo é de cerca de 50 metros e, para além do terraço da cobertura para o movimento da artilharia com o posicionamento das peças para o tiro, o interior do baluarte, acasamatado, forma um túnel encurvado com uma abóbada de berço com canhoneiras (in Stephen Spiteri, *Fortresses of the Knights*-2001, Book Dist. Ltd, Malta, p. 121).

“The earliest type of wall-towers built on the enceinte of the city of Rhodes were squarish ones<sup>22</sup>. (...) Rounded towers appeared relatively late in Rhodian fortifications and not until the first half of the fifteenth century when they coincide with the appearance of gunpowder-operated weapons. By this date, the design of Rhodian fortifications was being heavily influenced by Iberian ideas. Thus, wall-towers were built in the Portuguese *albarrã* style, i. e. detached from the main walls to facilitate their isolation in case these fell to the enemy. The major towers, such of the Tower of Naillac and the French Tower at Bodrum, were built tall and slender, and were provided with short turrets or *echaugettes* (*guaritas*) at the corners in the manner of Spanish



<sup>23</sup>Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, pp. 30-31.

<sup>24</sup>Op. cit., p. 33.

<sup>25</sup>“The Naillac tower, with its corner-echaugettes, marked a departure from the Byzantine and eastern styles of fortification till then employed in the fortification of the city and introduced instead Spanish and Provençal elements into Rhodian military architecture” - op. cit., p. 34.

and Portuguese *menagem*”<sup>23</sup>.

A introdução da artilharia e, em nossa opinião, a conjugação da descentração do teatro de operações militares por excelência desde os pontos elevados da orografia para a relação de cota baixa com o meio marítimo, conduziu a uma revolução tecnológica, com a avassaladora ocupação da artilharia nos diferentes níveis e plataformas dos bastiões.

Num período inicial são adaptadas as coberturas das torres para funcionarem como plataformas de tiro e, num momento posterior, de 1454 a 1467, os Hospitalários acrescentaram “various large but low polygonal towers liberally supplied with gun-ports along the *faussebraye* of the city’s land front defences. The addition of these works performed a function not unlike the medieval barbican although here these served not only to cover gateways and entrances but also enable enfilading fire to be directed along the faces of the adjoining curtain walls. In effect, these projections of the *faussebraye* were actually bulwarks built specifically for use with cannon”<sup>24</sup>.

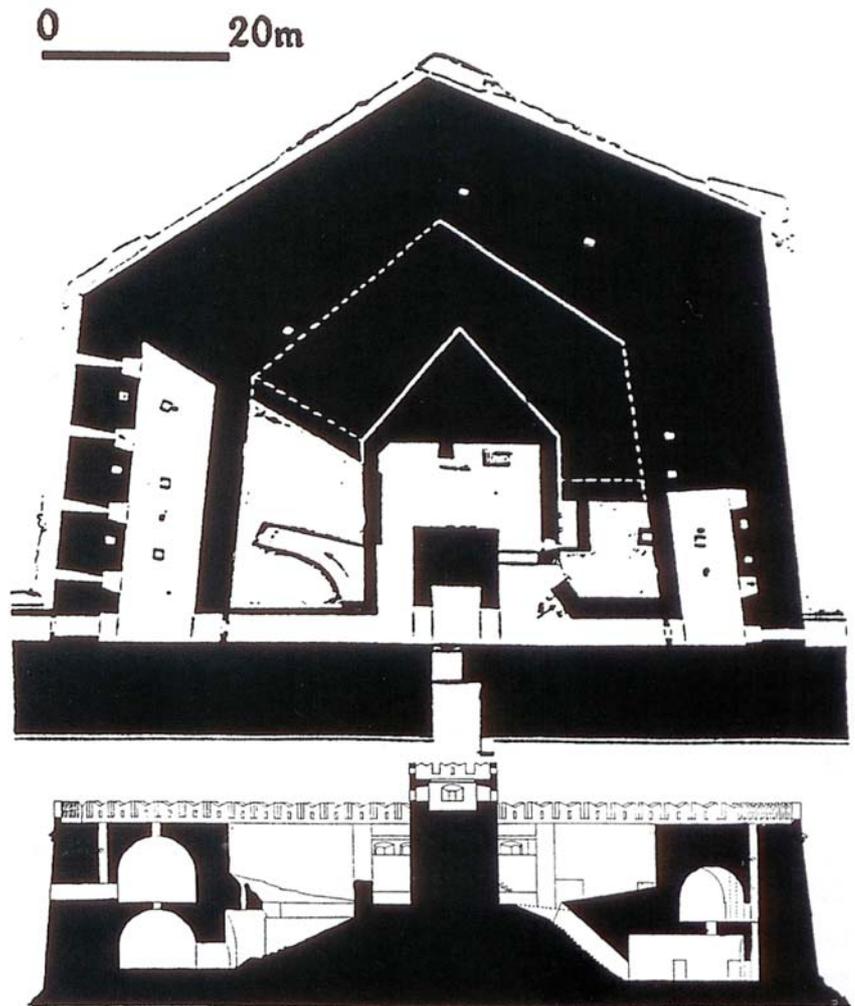
Assim, imediatamente depois do cerco de 1480, quatro das torres principais das cortinas das muralhas vão sofrer profundos reenquadramentos. As dos Postos de Espanha, de Santa Maria e de S. João viram adicionar-se-lhes, na base, um proto-baluarte poligonal. O mesmo acontecerá, de um modo mais desenvolvido, com a criação do baluarte de Inglaterra (1487) e com o baluarte da Porta Koskinou (1489), todos eles proto-baluartes da próxima arquitectura militar moderna.

A Torre de Naillac e a Torre dos Moinhos balizavam a entrada o porto de Rodes, inclusivamente a elas se amarrando a cadeia de ferro com que, em época de perigo, se encerrava a navegação. O Grão-Mestre Philibert de Naillac (que reinou entre 1396 e 1421) promoveu grandes melhoramentos portuários, incluindo a realização da torre cuja memória conserva o seu nome, embora fosse da invocação de S. Miguel. Atingindo 46 metros, balizava o rumo da marina, e poderá ter servido para fogos de orientação, funcionando como farol. A torre terá tido compartimentos habitáveis nos seus diversos níveis, sendo o inferior reservado para o mecanismo do encerramento do porto.

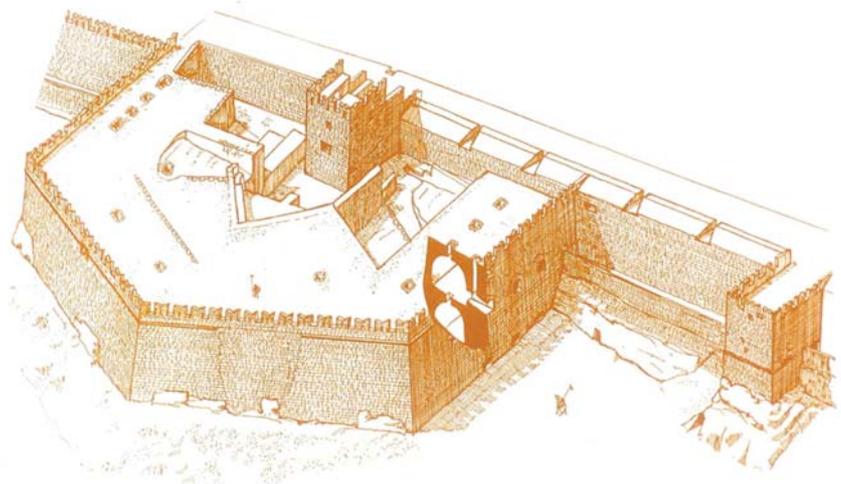
Atribui-se à Torre de Naillac uma importância particular, por assinalar a mudança de estilo, bizantino e oriental, em favor de uma visão mais ocidental<sup>25</sup>, isto é, receptiva às novidades com que as nações que iniciavam a Expansão se apresentavam, tendo a seu favor o crescente impacto da tecnologia naval e da aplicação da artilharia em ambiente marítimo.

### 3. 4. 1 - O BALUARTE DE S. JORGE DE RODES OU DE AUVERGNE

Não podemos ignorar que as máquinas de defesa que estavam a ser construídas no final do século XV foram verdadeiramente testadas pelo poder equiparável da "Sublime Porta", conferida



Planta do piso inferior, corte (vendo-se as casamatas abobadadas, com chaminés para escape de fumos de explosão da pólvora dos canhões), perspectiva geral e fotografia do flanco esquerdo do baluarte de S. Jorge ou de Auvergne (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, p. 118).





Em cima, desenho à vol-d'oiseau dando uma imagem da reconstituição da fortaleza de Giuliano da Sangallo, segundo painel explicativo do Parque Arqueológico de Poggio Imperiale, em Poggibonsi, Itália (in <http://www.colonialvoyage.com/viaggi/itapoggibonsi3.html>, em 14/01/08).

A fotografia aérea e a imagem inferior (<http://www.colonialvoyage.com/viaggi/itapoggibonsi1.html>, em 14/01/08) ilustram o carácter da fortaleza pré-moderna, com uma forma geral rectangular, dispendo de bastiões rectos nos ângulos, situada na extremidade nordeste do recinto fortificado, na crista aplanada de uma elevação montanhosa. As características arquitectónicas dos bastiões, embora longe ainda de possuírem um sistema articulado de resposta às novas exigências da artilharia, apresentam um desenho prenunciador dos futuros baluartes.

a queda do Império Romano do Oriente (1453) e a formação e ascensão de um poder imperial Otomano. Depois, o cerco de Rodes de 1480 foi a primeira grande prova de fogo das teorias emergentes do desenho arquitectónico. Após esse momento da verdade, os trabalhos retomaram grande ímpeto com o Grão-Mestre d'Aubusson, tendo sido realizados “baluartes” (também chamados na altura “boulevards”) com diversas dimensões e formas poligonais. A diferente maneira como se apresentam não deixa de sugerir estar-se, na verdade, frente a um processo laboratorial, como se se tratasse de obras experimentais, com vista a medir a optimização de processos e de efeitos no campo virtual de batalha respectivo.

Uma tendência para um desenho mais canónico poderá antever-se no “boulevard” de Auvergne, o qual data de 1496. Trata-se, na verdade, do maior bastião realizado, contendo uma forma pentagonal que aproxima a planta do desenho dos baluartes à italiana. Porém, funcionalmente, não existe “gola”, isto é, o dispositivo está seccionado do conjunto, faltando-lhe a unidade orgânica para ser declarado como o protótipo do baluarte da moderna fortaleza.

Não obstante, quão mais longe está o “Cassero” de Giuliano da Sangallo em Poggio Imperiale<sup>26</sup>.

A hesitação sobre a prevalência da forma redonda (que vai ter um recrudescimento durante as duas décadas finais dos Hospitalários em Rodes) irá ser resolvida a favor do pentágono, na produção massiva que a Ordem vai realizar quando se transfere para Malta. Porém é o próprio Sangallo que em Roma irá reincidir na forma circular.

Mas a obra do baluarte de Auvergne, pela sua escala e sentido de desenho, com uma complexa solução de casamatas em dois pisos com chaminés de extracção dos gases de explosão e um amplo terraço, dispendo de amplo acesso e movimentação facilitada para as peças de artilharia, bem como uma galeria para contramina sob o nível do fosso, está muito longe da concepção defensiva da barbacã. Estamos perante uma máquina

<sup>26</sup>Situado entre Florença e Siena, dos quais dista, respectivamente, 40 e 25 km, Poggio Imperiale é um vasto campo arqueológico resultante de trabalhos extensos, tendentes à criação de uma nova cidade, que acabaram por ser abandonados em Julho de 1513. O chamado “Cassero Mediceo” da Fortaleza, de autoria de Giuliano da Sangallo,

foi promovido pelos Medici na região de Siena/Toscânia, em Janeiro de 1498, embora os trabalhos tenham sido suspensos após a morte de Lourenço, o Magnífico, em Abril de 1492. Sendo retomados seis anos depois, foram porém lentos e limitados, surgindo novas interrupções, para apenas serem finalizadas as obras numa tardia empreitada, já entre 1505 e 1510.

<sup>27</sup>Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, pp. 118-119.

<sup>28</sup>O local onde foi erigido o Mausoléu de Adriano (117-138), cedo foi fortificado, tendo sido transformado em fortaleza papal no século XIV, com o Papa Nicolau III, ligando o sítio ao Vaticano, através de um longo corredor fortificado a que se chamou “Passeto di Borgo”. Depois da morte de Lourenço de Medici, Giuliano da Sangallo (c. 1443-1516) trabalhou especialmente para o Papado, tendo ido para Roma a convite de Alexandre VI. Entre outras importantes missões, o Papa Júlio II utilizou os serviços de Sangallo, designadamente para o trabalho de reconstrução do Castelo de Sant’Ângelo.

de guerrear, preparada para protagonizar o resultado da luta, e não somente para ser tomada como escudo defensivo.

“Many historians have suggested that the boulevard of Auvergne, as this bastion was then known, was in fact the first example of the true Italian pentagonal bastion, having two outer faces designed to be flanked from adjacent works, and two straight flanks connected to the curtain. It appears, however, that this bulwark was originally isolated from the main curtain wall with the flanks reaching back only to the line of the *faussebraye*. (...) The flanks seems to have been only extended backward to abut the curtain wall in 1522 by Grand master Villiers de L’Isle Adam. Furthermore, the two faces of the bastion could not be easily flanked from he adjacent works, especially from the northern section of the city walls, while none of the embrasures on the adjacent ramparts on either side of the work were designed to provide enfilading fire along the faces of the bastion. Although the boulevard of Auvergne was not conceived as a true bastion in the later sense of the word, its design is considered to have certainly been a step in the right direction of the later Italian solutions”<sup>27</sup>.

Estamos nos finais do século XV, e que outros avanços tem a produção europeia disponíveis como exemplarmente modernos?

Vimos já, no capítulo anterior, a expressão realista de uma panorâmica europeia, designadamente nos domínios nacionais ou senhoriais economicamente mais pujantes, ou nos centros produtores das teorias usualmente vertidas nas edições dos *Tratados de Arquitectura*.

No capítulo a seguir, e antes de nos centrarmos na matéria específica da nossa investigação, daremos conta do enquadramento português, por si mesmo identificador e explicativo do fenómeno mais vasto da Expansão, e correlativa produção de uma arquitectura que lhe fosse adaptada.

Mas neste enfoque que trazemos sobre a prática da arquitectura militar desenvolvida pelos Cavaleiros de S. João, permita-se-nos realizar ainda uma breve passagem pela exemplar consequência da experiência posta em prática pela Ordem em Malta, a partir de meados do século XVI - comprovando a superior e inultrapassada qualificação adquirida para a arquitectura abaluartada, expressão máxima da capacidade de realização que faz parte da arte da guerra, até à Revolução Francesa.

<sup>28</sup>A Ordem acatou, em 24 de Dezembro de 1522, a proposta honrosa de rendição, com honras militares, oferecida por Suleimão, o Magnífico, e abandonou o arquipélago em 1 de Janeiro de 1523, levando todos os pertences e armas que foi possível transportar.

<sup>29</sup>Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta, p. 34.

### 3.5 - UMA EXCURSÃO MALTESA

As realizações dos Cavaleiros em Malta vão assombrar o panorama europeu da arquitectura e do urbanismo nas suas diferentes vertentes, e em especial na arte da fortificação.

A fama da excelência dos sistemas defensivos que tanto impressionavam os soberanos de então, não impediram a queda de Rodes. “The relief model in wax of the fortified city of Rhodes which ‘Maestro Zueino’ prepared for Pope Leo X in 1521 must have shown the latest improvements in the art of fortification - the semicircular and polygonal bulwarks, the use of caponiers and curved parapets and gun embrasures. The fortifications were soon put to the test in the course of the following year. In effect, the siege of 1522 proved to be a complete departure from contemporary medieval siege warfare and was instead fought out with powerful artillery and explosive subterranean mines. The fact that 6 000 men were able to resist 200 000 Turks for six months<sup>28</sup> says much about the effectiveness of the early bulwarks of Rhodes. Had he knights received substantial reinforcements from Europe they would probably not have had to surrender the city”<sup>29</sup>.

Afinal, novo ciclo haveria de começar, revendo a teoria e aperfeiçoando o abaluartamento numa situação geográfica ímpar, com a disponibilidade de extraordinários portos naturais de águas profundas, até chegar a uma estabilização garantida no sucessivo apuramento das suas características.

Simbolicamente, nesta incursão maltesa, referimo-nos a dois singelos monumentos, um primeiro e contido momento da fortificação regular de puro escopo militar - o Forte de São Telmo -, e o solene Forte Manoel, espécie de tratado de arquitectura em pedra e representação da magnificência e do poder.

No princípio de Janeiro de 1552, perante rumores de eminência de ataque dos Turcos (e consabido o descuido de protecção adequado e a grande vulnerabilidade do sítio), o Grão-Mestre Juan de Homedes y Coscón (1536-1553) solicitou ao Vice-Rei da Sicília os serviços urgentes de um engenheiro militar, tendo Juan de Veja enviado prontamente Pietro Prato, chegado a Malta no Dia de Reis. O traçado do Forte demorou apenas seis dias e o prazo da empreitada foi fixado em seis meses. A primeira pedra foi solenemente colocada numa quinta-feira, 14 de Janeiro...

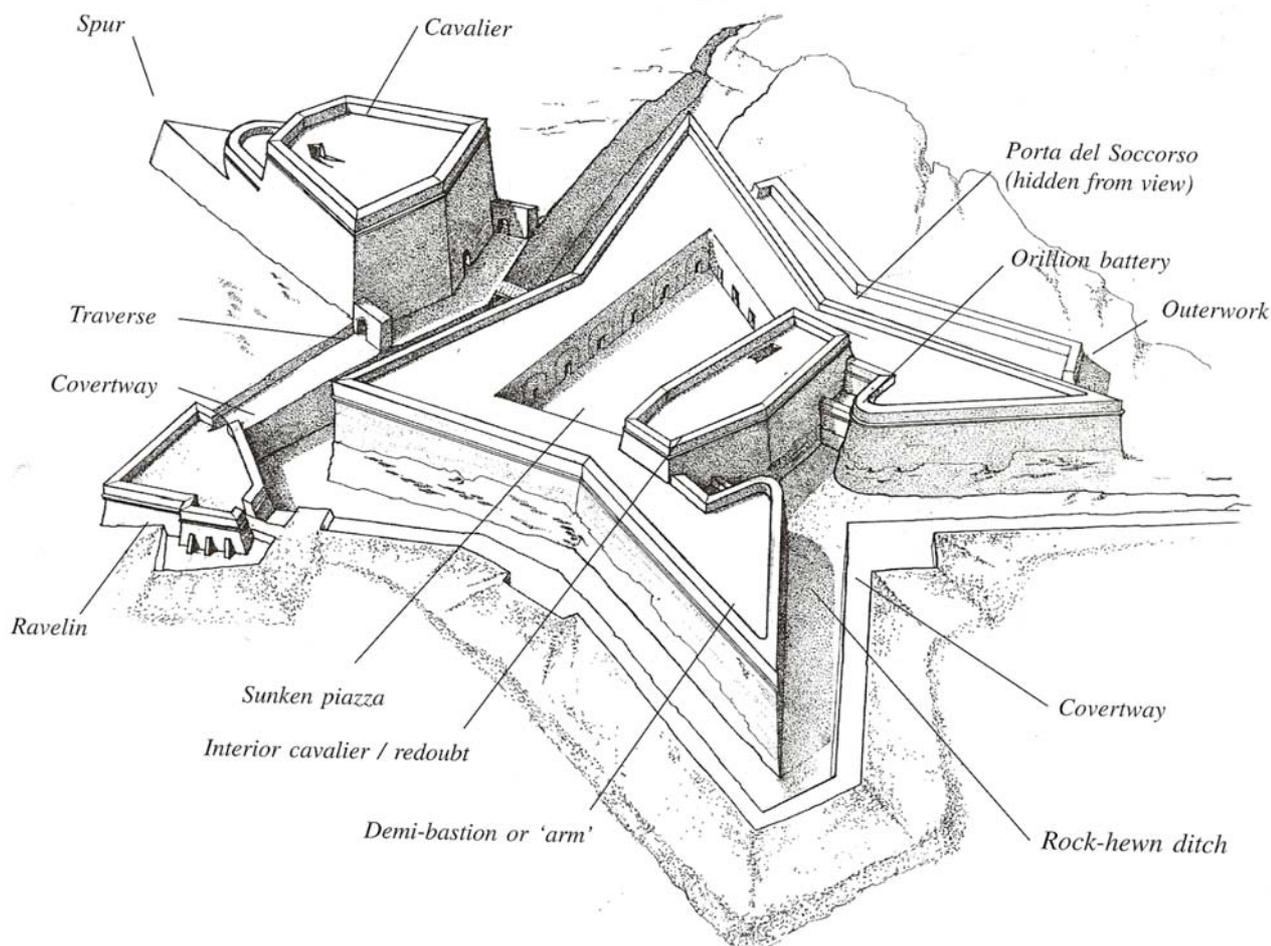
Parece ser esta urgência a razão fundamental para a característica

# ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK



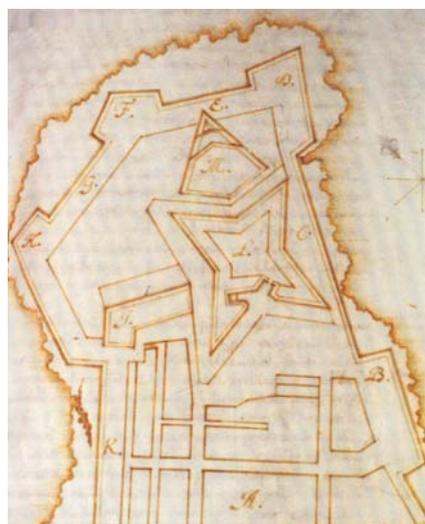
Ponta de La Valetta e parte do *Isolletto* com o “Forte Manuel”, “Google Earth”, Janeiro / 2008. Em baixo, Plan de la Ville Capitale de Malta, Palmeus, Paris, 1751.





Planta da ponta da península de Sciberras, em La Valetta, com a implantação do Forte de São Telmo e mostrando o envolvimento da muralha abaluartada implementada pelo Grão-Mestre Gregorio Carafa della Rocella (reinando entre 1680 e 1690). O Forte de São Telmo que surge na reprodução da perspectiva mostra

a aparência que deveria possuir na altura do Grande Cerco (1565), durante o qual certamente desempenhou papel insubstituível para o sucesso da Ordem (in Stephen C. Spiteri, *Fortresses of the Knights - 2001, Book Distributors Limited, Malta, pp. 253 e 260*).



despojada e pragmática, contendo apenas o essencial, predisposto com uma metodologia própria de uma disciplina ferreamente precisa e militar.

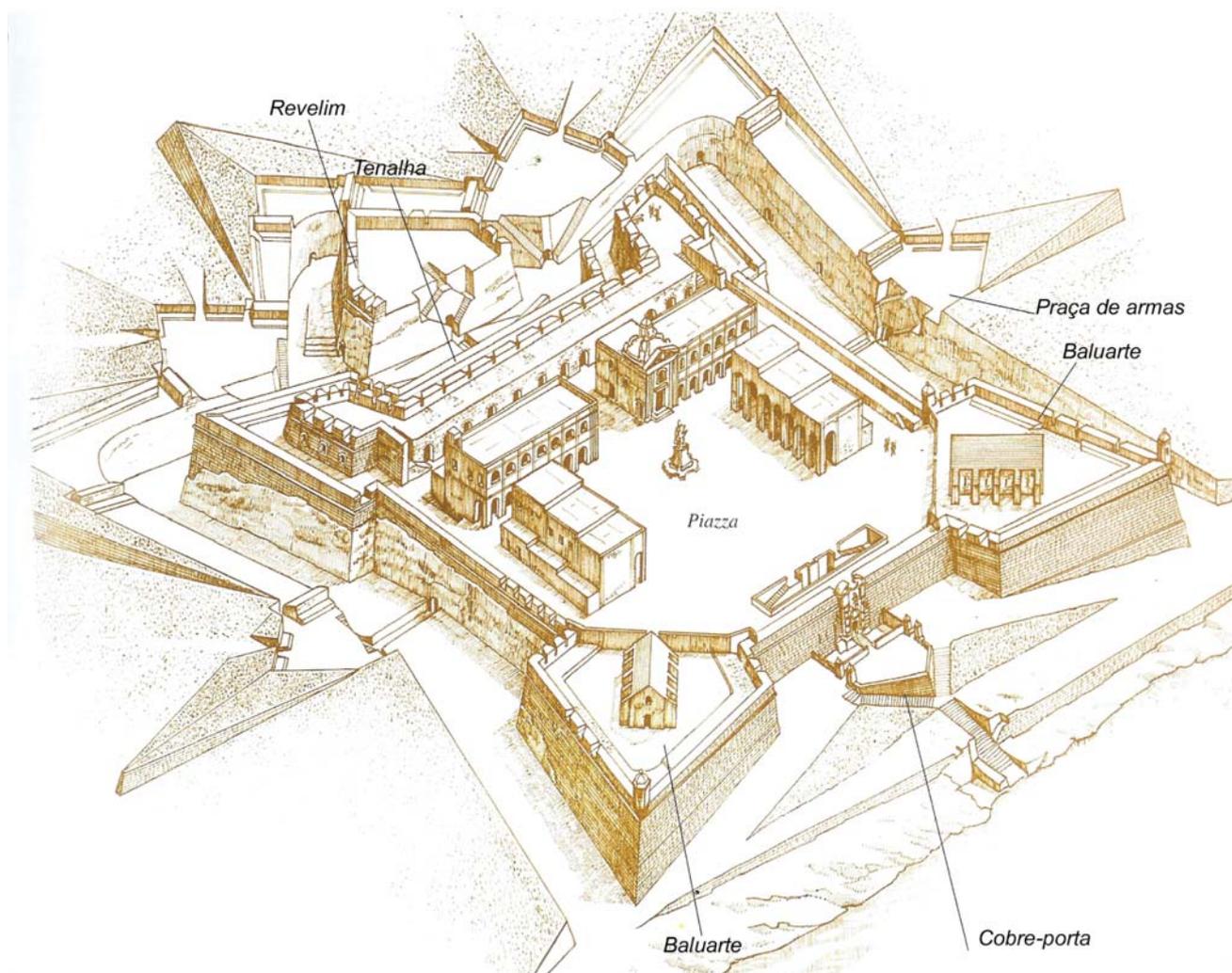
A forma de estrela de quatro pontas foi consumada conforme pretendido. Porém, verificou-se ser desajustada a altura do coroamento das cortinas, por ser padrasto do Forte o terreno do lado da cidade. Decidiu-se, por isso, fazer um baluarte cavaleiro em 1554, provavelmente desenhado por Nicolò Bellavanti, o qual foi concluído em 1556. O ataque, finalmente, veio mais tarde e a prestação da fortificação na defesa da Ilha durante o Grande Cerco de 1565 foi enorme, embora tivesse chegado a ser tomado. Mais tarde, para obviar a inconvenientes conhecidos, e depois de sucessivos remedeios, foram construídos os chamados

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

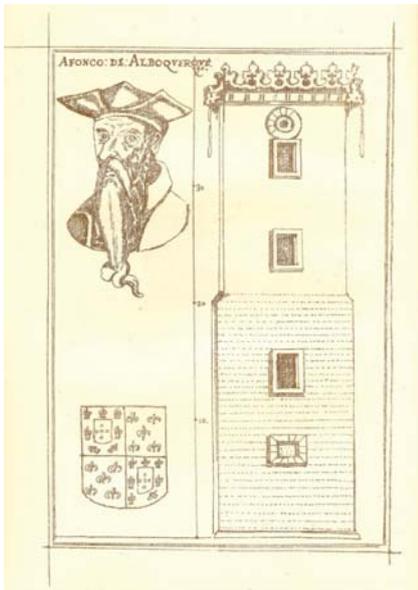
Exemplar soberbo do abaluartado à francesa, o Forte Manoel no “Isolleto” de La Valetta foi construído por René Jacques Tigné, com adaptações de Charles Mondion, no final do primeiro quartel do século XVIII, patrocinado pelo Grão-Mestre António Manoel de Vilhena, o qual reinou de 1722 a 1736.

“Basthões Carafa” (Grão-Mestre Gregorio Carafa della Rocella, reinando entre 1680 e 1690), desenhados por Carlos de Grunemberg e construídos em 1687, sob a supervisão de Blondel, então o Engenheiro residente da Ordem.

Quanto ao Forte Manuel, eis o exemplar da fortaleza abaluartada à italiana / à francesa do primeiro quartel do século XVIII, aí compreendendo toda a virtualidade clássica do desenho arquitectónico da máquina de guerra, verdadeiro herdeiro das experiências revolucionárias de quase duzentos anos antes.







**Retrato de Afonso de Albuquerque com as armas do Governador da Índia, desenhados por Manuel Godinho de Herédia ao lado do alçado da Torre de Menagem de Malaca - in *Malaca, l'Inde Méridionale et le Cathay, manuscrit original autographe de - 1882*, por Léon Janssen, Librairie Européenne C. Mucquardt, Bruxelas.**

<sup>1</sup>D. Afonso V realiza uma pouco conhecida expedição militar marítima, chegando a subir o Sena para requerer apoio às suas pretensões à sucessão de Castela, a pretexto da disputa pelo trono de França, prestando ajuda a Carlos-o-Temerário, duque da Borgonha e conde da Flandres (filho de Filipe o Bom e de D. Isabel, filha de D. João I de Aviz). Luís XI virá a firmar com os Reis Católicos, em 1479, o Tratado de Saint-Jean-de-Luz, reconhecendo-lhes o direito à realeza castelhana e, por sua vez, pelo Tratado de Alcáçovas de 2 de Setembro de 1479 (ratificações espanhola e portuguesa, respectivamente a 6 de Março e 8 de Setembro de 1480), Portugal abandona definitivamente as suas pretensões quanto aos direitos sucessórios sobre aquele reino e, também, sobre a soberania das Ilhas Canárias, passando a vigorar uma partilha dos mares a Norte e a Sul do paralelo desse arquipélago (salvo para os Açores e Madeira).

## 4 - A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NO CAMINHO DA MODERNIDADE

### 4.1- DA EXPERIÊNCIA PRÉ-MANUELINA

A assumpção de um destino pluricontinental para a configuração do Estado português foi a pedra de toque do reinado de D. Afonso V. Em 1457, Fra Mauro elaborara em Veneza, para o rei de Portugal, um mapa-mundi onde se expressava a convicção da circum-navegabilidade de África.

Esta espécie de premonição tornara-se todo um programa de acção. Aquele que cognominamos de “O Africano” esteve, a maior parte do tempo, embrenhado nas campanhas marroquinas pela posse de cidades marítimas, enquanto o seu sucessor, acompanhado inicialmente pelo tio-avô D. Henrique, o mentor dos Descobrimentos, se dedicava especialmente à gestão dos negócios ultramarinos.

Um destino marcadamente europeu, através do grande projecto da união ibérica, fora clamorosamente inviabilizado na derrota de Toro (2 de Março de 1476) e na inconsequência e frustração das diligências gaulesas (1476-77) de D. Afonso V<sup>1</sup>, tendo fracassado as tentativas de retoma do projecto (sempre por via matrimonial) do filho de D. João II e de D. Manuel I.

No domínio das realizações arquitectónicas, chegamos ao século XV com um panorama edilício pobre, face às necessidades de uma demografia debilitada.

Quando subiu ao trono, “a primeira prioridade construtiva de D. João II foi a reparação dos castelos fronteiriços, muitos com as estruturas abaladas devido às recentes guerras contra Castela ou apenas por descuido ou abandono. Ruy de Pina diz-nos que *...no começo do anno de mi quatrocentos, e oitenta, e oito, com quanto ElRey estava em pacífica paz e amizade com Castella,... mandou proveer a fortalecer, e reparar, totalas Cidades e Villas, e Castelllos dos extremos de seus Regnos, assy no repario, e defensam dos muros, e torres, como em munições, e bastecimentos d’artelharias, pólvora, salitre, armas, almazões, pera o que mandou fazer em totalas Fortalezas, novos apousentamentos, e casas deputadas pera isso. E pera que estas cousas per negligencia, e pouco provimento dos Alcaldes se nõ perdessem, ordenou logo novos Officiaes mores, pessoas discretas, e d’autoridade, que per repartiçam das Comarcas com grande cuidado*



Septa, Ceuta - gravura de G. Braurnio e Francis Hogenberg, in *Civitates Orbis Terrarum-1572*, Colónia.

<sup>2</sup>Pedro Dias, *Fortificações Portuguesas, Além-mar, no Tempo de D. João II (1481-1495)* - 1998, Actas do Colóquio "A Arte na Península Ibérica ao Tempo do Tratado de Tordesilhas", Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Coimbra, p. 21.

Em baixo, estrutura das muralhas de Ceuta do tempo de D. João II, marcadas a negro sobre a carta de 1774, desenhada por J.G. Deschermont e dedicada ao Marquês de Pombal, existente na Sociedade de Geografia de Lisboa, in Pedro Dias,



*proveessem, e fizessem reparar as sobreditas cousas...* E adianta, especificando, que mandou edificar a terecena de Pinhel e a cava e torres de Olivença, o que provocou os protestos dos Reis Católicos (Ruy de Pina, *Croniqua del Rey Dom Joham II*, pp. 80-81)<sup>2</sup>.

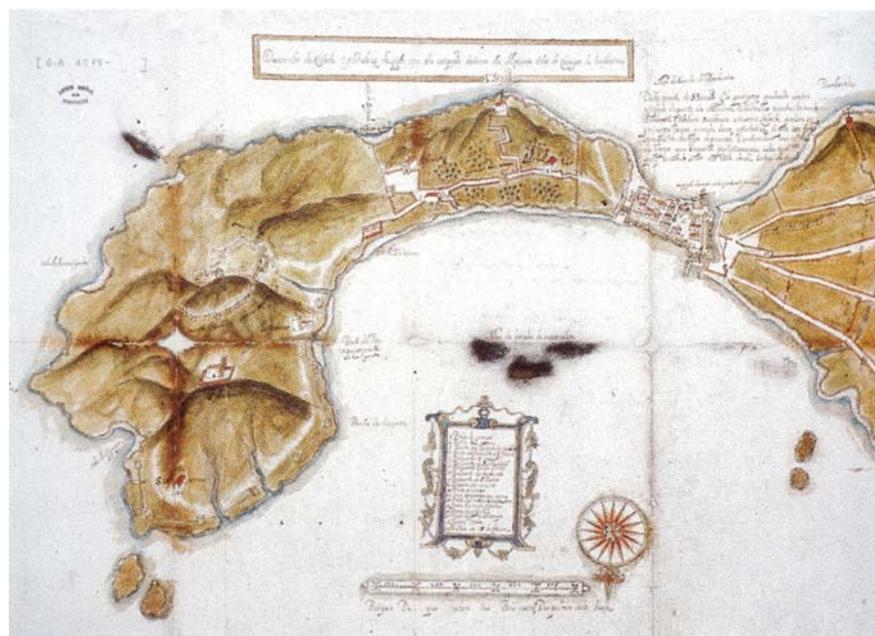
O *Livro das Fortalezas* de Duarte Darmas é o principal documento que reporta o estado da construção militar do país no momento em que se começa a processar a reforma dos castelos e dos sistemas de muralhas promovidas por D. Manuel I. A verdade é que o panorama suscita um comentário geral de obsolescência, tanto mais evidente quanto se coteja com a novidade nascente que já aparece nalguns dos casos que mostram as obras novas de vulto levadas a cabo na primeira década do reinado do Venturoso.

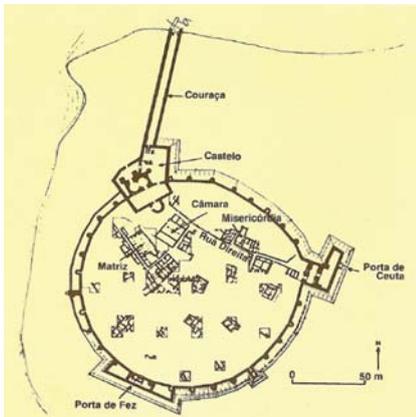
Sendo pouco avançado o panorama do estado e da evolução da maior parte da linha de defesa do território nacional, é por via das navegações e dos estabelecimentos além-mar que alguns sinais de modernização se detectam.

As praças africanas chamaram, de resto, a atenção para a particularidade da política da sua gestão e manutenção, tendo mesmo sido criado, em 1473, o cargo de *mestre das obras dos lugares d'Além*, entregue ao escalabitano Rodrigo Anes. Um

*Fortificações Portuguesas, Além-mar, no Tempo de D. João II (1481-1495)* - 1998, Actas do Colóquio «A Arte na Península Ibérica ao Tempo do Tratado de Tordesilhas», Com. Nac. Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Coimbra, p.30.

Planta da Península de Ceuta, desenho anónimo de cerca de 1585, Archivo General de Simancas, in Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos, 1415-1769* - 2000, Livraria Minerva Editora, Coimbra, p. 46.





Alcácer-Ceguer, planta da campanha arqueológica de Charles Redman, 1977, com o traçado circular da cerca e do fosso e a couraça da praia. Ocupada e transformada em 1548, a Vila e o seu castelo foram destruídos e abandonados em 1551 - in Rafael Moreira, *A Época Manuelina*, in AA VV, «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, p. 122, Publicações Alfa, Lisboa.

*Arzila*, Arzila - gravura de G. Braunio e Francis Hogenberg, in *Civitates Orbis Terrarum* - 1572, Colónia. Muito do que Boytac realizou em Arzila pode ainda hoje ser visto nesta cidade do Norte marroquino, quase sem alterações (com excepção de umas quantas demolições, do entulhamento parcial do fosso e da nova entrada aberta pelo Protectorado Espanhol em 1912, do topo Nascente da cerca muralhada. O mestre de obras reais adaptou a fortaleza árabe depois da sangrenta tomada da cidade, encurtando o seu perímetro e reconstruindo os seus cubelos com jorramentos pronunciados na base e transforou as torres em tambores



dos princípios adoptados, porém, foi o de se procurar aproveitar, sempre que possível, o essencial do sistema muçulmano, apenas reforçado pela prática dos atalhos (muralhas transversais que reduziam o perímetro defensivo das grandes cidades árabes tradicionais), podendo receber tranqueiras externas, estâncias para artilharia ou barbacãs.

#### 4.1.1 - O AL'GHARB D'ALÉM-MAR (OS EXEMPLOS DE CEUTA, ALCÁCER-CEGUÉR, ARZILA E TÂNGER)

Começamos por fazer uma súmula dos casos patrimoniais mais salientes da experiência de fortificação pré-manuelina, nos quais se fundamenta a nossa “arquitectura de transição” para a moderna arte de fortificação abaluartada.

##### A - Ceuta

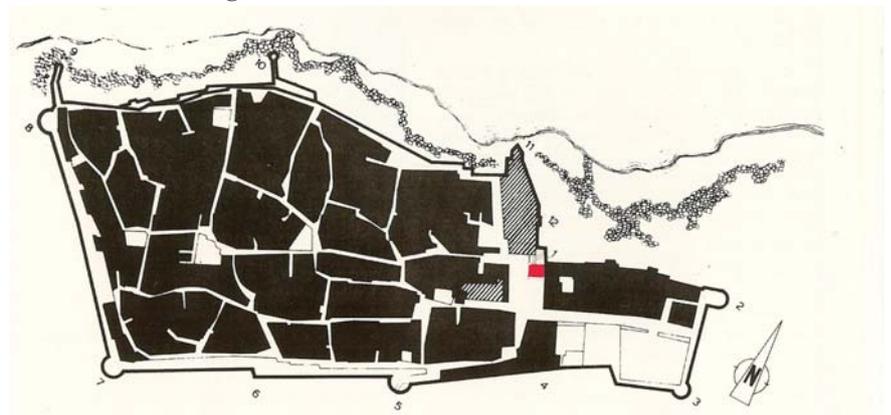
Durante quase todo o século XV, desde a sua conquista em 1415, a estrutura defensiva da cidade vai manter-se com a configuração muçulmana.

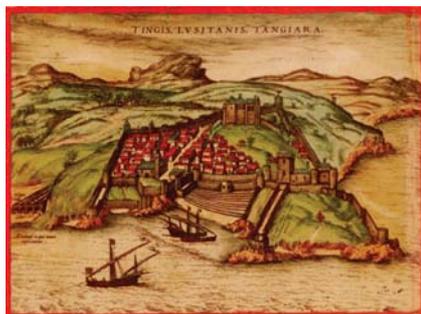
Por seu turno, D. Manuel I, à semelhança do pendor construtivo geral que dedicou às fortificações ultramarinas, interveio extensamente no reforço de Ceuta, tendo D. João III dedicado igualmente muita atenção ao recinto fortificado, mandando inovar consideravelmente.

circulares para canhoneiras, ao mesmo tempo que refazia o paço com uma torre de menagem medieval, tão elevada que o cronista Bernardo Rodrigues a compara à Giralda de Sevilha.

Planta da cidade intra-muros de Arzila, com a designação das portas e dos bastiões e localização da torre de menagem: 1- Porta da Ribeira e Torre de Menagem 2- Bastião

da Praia 3- Bastião de Santa Cruz 4- Bastião de Pite João 5- Porta e Baluarte da Vila 6- Bastião de António Fonseca 7- Baluarte do Tambalalão 8- Baluarte da Couraça 9- Couraça 10- Baluarte de S. Francisco 11- Baluarte da Perna de Aranha 12- Bastião do Miradouro, in João Campos (Coord.), *Arzila, Torre de Menagem / Le Donjon d'Asilah* - 1995, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 55.





**Tingis, Lvsitanis, Tangiara, Tânger**  
- gravura de G. Braunio e Francis Hogenberg, in *Civitates Orbis Terrarum* - 1572, Colónia.

Mas já no reinado de D. João II se assistira a algumas adaptações de vulto: “Sem nos querermos alongar sobre esta profunda alteração do velho castelo de Ceuta [‘atalho do muro da parte do Estreito’, bombardeiras, ‘cubelos’ com casamatas jogando com a cava], julgamos interessante ainda anotar a preocupação com as cavas. Assim, a que ficava virada à povoação teria doze metros de largo e a altura necessária para se poderem varar barcos a remos, e mesmo para passarem de um lado para o outro, de mar a mar, como explicita o autor dos apontamentos (*As Gavetas da Torre do Tombo*, 1965, vol. V, pp. 79-81). O outro, o do lado oposto, ficava com sete metros de largura e a altura que já então tinha.

“Outras indicações preciosas são dadas na parte final do documento que estamos a citar: *...esta fortaleza avera tres portais nos muros de fora nos lugares omde vam elegidos e asy avera outro portal no muro do atalho velho que se possam por ele servir do castelo ao dito atalho...* (...) É, por certo, esta a fortaleza que Braunio tentou representar na gravura acima citada, pois o desenho que lhe deu origem, como os restantes do Magreb, devem datar do final da primeira década de Quinhentos. Só as fortificações joaninas obliterariam o cariz destes trabalhos ordenados ainda em tempo de Afonso V, posto que já sob o governo efectivo do Príncipe D. João”<sup>3</sup>.

#### B - Alcácer-Ceguer

Enquanto as grandes cidades de Tânger e de Arzila resistiam à cobiça portuguesa, D. Afonso V tomou outra em 1458 (de fraco interesse pela vulnerabilidade da morfologia da sua implantação), e ensaiou, sobre os escombros da cidade árabe, a realização de uma cidade europeia nova (cerca circular com matriz urbana regular e uma couraça ligando ao mar)<sup>4</sup>.

Segundo Pedro Dias, “os muros da vila, datados de 1287 e dos anos subsequentes, levantados por ordem do sultão merimida Abu Yaqub Yussuf, com uma altura aproximada de onze metros, e vinte e nove torres cilíndricas espaçadas regularmente, mantiveram-se, sendo fortalecidos e diminuídos em altura para os adequar à defesa contra as novas armas de fogo que foram surgindo”<sup>5</sup>.

Quando a vila é abandonada, em 16 de Julho de 1560, diversos melhoramentos haviam sido implementados na fortificação, designadamente na couraça, nas portas e nos dispositivos das torres, de modo a adaptá-los à artilharia, mas sem nunca verdadeiramente alcançarem características significativamente distanciadas de uma imagem medievalizante.

<sup>3</sup>Pedro Dias, *Fortificações Portuguesas, Além-mar, no Tempo de D. João II (1481-1495)* - 1998, Actas do Colóquio “A Arte na Península Ibérica ao Tempo do Tratado de Tordesilhas”, Com.Nac. Come-morações dos Descobrimentos Portugueses, Coimbra, pp.31-32.

<sup>4</sup>Numa época em que o panorama da produção urbanística no Velho Continente vai ser de um longo compasso de espera. Pode mesmo contextualizar-se a importância histórica do urbanismo da Expansão legado por Espanha e por Portugal no Norte de África, no Novo Mundo, no Brasil e no Oriente, como o laboratório, vasto e profícuo da actividade europeia (com poucas excepções, como por exemplo a Suécia).

<sup>5</sup>Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos, 1415-1769* - 2000, Liv. Minerva Editora, Coimbra, p. 57.

<sup>6</sup>Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos, 1415-1769* - 2000, Liv. Minerva Editora, Coimbra, p. 36.

<sup>7</sup>Op. cit., p. 40.

A primeira fortificação de raiz construída fora de Portugal terá sido em Arguim, depois de a ilha ter sido visitada por Gonçalo de Sintra em 1445. Segundo Valentim Fernandes, era muito povoada, ficando hua legoa em largo e duas em longo e quatro em redondo. A primitiva função era a de apoiar a feitoria ali estabelecida para comerciar o ouro e os escravos, bem como o peixe, de que aquela área do Atlântico sempre foi fértil.

A mais antiga iconografia que conhecemos de Arguim pertence ao *Atlas de Vingboon*, com data provável de c. 1633, isto é, do início do período holandês - e, portanto, ainda com a imagem da construção portuguesa. A forma da implantação era mais ou menos a de um quadrilátero regular, tendo os ângulos do lado de terra forma abaluartada. Tratar-se-ia de uma estrutura de média dimensão para a época: nos anos 1505 / 08 viviam 41 pessoas no forte, sendo 18 soldados e 5 marinheiros. Por volta de 1555 a guarnição rondava os 30 habitantes no total.

Desde 1592 foram concessionados ao conde de Atouguia os interesses comerciais de Arguim, mantendo-se o regime de donataria até à ocupação levada a cabo pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, no início de 1633.

Vistas do lado de terra e de mar do Forte de Arguim, do *Atlas de Vingboon*, um Códice de 1665, in F. C. Wieder (ed.), «*Monumenta Cartographica*» (The Hague, 1925, 1933).

In: <http://www.colonial voyage.com/arguin.html>

#### C - Arzila

O reduto muçulmano foi consideravelmente reduzido na sua dimensão, após a sangrenta tomada da cidade, em 24 de Agosto de 1471. Por razões de defesa, os muros, que deveriam ser de taipa e remontariam ao século X, foram objecto de reconstrução com pedra, provavelmente alteando-os e engrossando-os, para além da abertura de uma “cava” em derredor.

“A bem divulgada gravura de George Braunio mostra Arzila antes das grandes reformas manuelinas que se sucederam ao assédio de 1508; no entanto, estes trabalhos já vinham do reinado de D. João II”<sup>6</sup>.

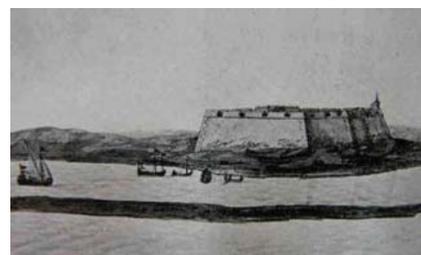
#### D - Tânger

Resistindo às sucessivas acometidas dos Portugueses, Tânger rendeu-se sem luta perante a perspectiva de derrota e a fronta de carnificina que recaíra sobre Arzila dias antes.

Já em 1436 Portugal tentara conquistar a cidade (deixando prisioneiro o Infante Santo, morto em Fez), e voltara a tentar em 1464, igualmente sem sucesso, desta vez por D. Afonso V. Eram fortes as muralhas, por isso foram largamente conservadas depois da ocupação, sem prejuízo das benfeitorias que imediatamente terão sido planeadas.

De facto, “na vista de Tânger incluída no “*Civitates Orbis Terrarum*” - como as restantes portuguesas ou das suas possessões, feita a partir de desenhos que julgamos serem de autoria de Duarte Darmas e, neste caso, de 1507 - pode ler-se uma legenda, em latim, cuja tradução é a seguinte: Castelo edificado por D. João Rei de Portugal, o segundo deste nome. Trata-se do castelo novo, por oposição ao castelo velho, o muçulmano, que também se pode ver no alto da cidade, onde se lê que era a residência do Governador: *Domus Praefecti*. Este castelo tem uma fortíssima torre de menagem com dois andares, além do piso térreo e do último coberto por um telhado com acentuada inclinação, vendo-se uma varanda envolvente com balcões de matacães, nos ângulos”<sup>7</sup>.

A outra obra que certamente mereceu grande atenção e afã construtivo, foi a couraça que a gravura em análise nos mostra em primeiro plano, posicionada a eixo da torre de menagem do



<sup>8</sup>Segundo João de Barros, o forte foi erigido por ordem de D. Afonso V em 1461, para o que *mandou Soeiro Mendes, de Évora, fidalgo de sua casa, fazer o castello Darguim a que deu alcaydaria.*

castelo joanino. Este aparenta um pouco a situação que ocorrerá com a construção do Castelo de Mar de Safi, erigido mais tarde, por D. Manuel, na frente atlântica do Magrebe.

#### 4.1.2 - A GUINÉ

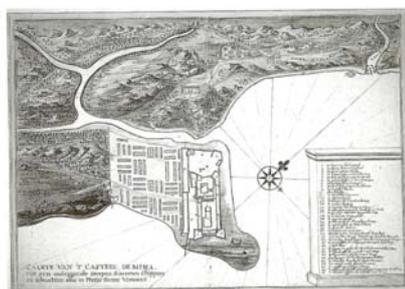
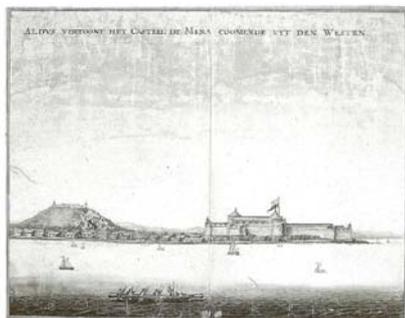
A progressão para Sul, na senda das Descobertas, levou à necessidade de realizar edificações *ex-novo*, a primeira das quais, em alvenaria europeia, se elevou a mando do Infante D. Henrique, talvez ainda em 1448<sup>8</sup>, na ilha de Arguim. Tratava-se de “um simples recinto quadrado com torre circular, que se manteve na ampliação seiscentista sob projecto de 1607 do engenheiro Leonardo Turriano (hoje um monte de ruínas no Parque Nacional do Banco de Arguim, criado em 1976 na Mauritània, entre Nuakchot e Dakhala) -, viu a sua esfera de influência alargada em 1488 por uma fortaleza erguida na foz do rio Senegal, com o fim de desviar o comércio caravaneiro

Castelo da Mina, vista e planta, após a conquista holandesa, in Pedro Dias, *Fortificações Portuguesas, Além-mar, no Tempo de D. João II (1481-1495)* - 1998 a, Actas do Colóquio «A Arte na Península Ibérica ao Tempo do Tratado de Tordesilhas», p. 58, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Coimbra.

“A 21 de Janeiro [de 1482], começaram os trabalhos, rebentando-se os penedos, para fundar os alicerces da torre de menagem, o que causou grande agitação entre os nativos, que os tinham por lugar sagrado. Sanado o incidente, logo a torre passou acima do sobrado, começando-se a cerca, para o que foi necessário derribar algumas palhotas. O ritmo do trabalho foi elevadíssimo o que provocou baixas entre os Portugueses, mas apesar disso, em vinte dias, a torre e a cerca, bem como algumas casas no seu interior, tinham as paredes galgadas: *...tanta pressa se deu aa obra, com quanto da gente adoeciam muitos, e morriam alguns, que em vinte dias o muro da Fortaleza foy posto em toda sua altura, e assi a Torre, e muitas casas de dentro acabadas. E poslhe entam nome o Castello de Sam jorge por devaçam delle, que é Padroeiro, e Protector de Portugal* (Ruy de Pina, *Croniqua delRey Dom Joham II.* p. 12)” - in Pedro Dias, *Fortificações Portuguesas, Além-mar, no Tempo de D. João II (1481-1495)* - 1998, Actas do Colóquio «A Arte na Península Ibérica ao Tempo do Tratado de Tordesilhas», Com. Nac. Comemorações dos Descobrimentos

Portugueses, Coimbra, p. 52.

“Do que ainda resta e da documentação antiga depreende-se que consistia num bloco quadrado de uns 25 m de lado e muros em alvenaria de pedra local de quase 3 m de espessura, rodeado por um fosso, com pátio ao centro (onde foi escavada uma cisterna) e torres circulares em três dos ângulos, tendo cada uma 5 m de diâmetro, em média. Segundo o arqueólogo A. W. Lawrence (irmão do poeta inglês), que explorou, nos anos 50, essas torres seriam maciças até uma altura de 6 m: mas trata-se de um enchimento tardio, e mais provavelmente elas teriam casamatas com bombardeiras no piso inferior, a que se seguiam um ou dois andares com quartos e janelas - em particular na do ângulo sudoeste, voltado ao mar, que sabemos ter sido caiada de branco e servir de residência ao capitão. A torre principal (que João de Barros, escrevendo no século seguinte, chama «de menagem») era rectangular e maior, de 6 m por 9 m, aproximadamente, em ressalto suficiente do muro para permitir a defesa, por tiro lateral, da porta e ponte levadiça que lhe ficavam encostadas a oeste. Apesar de demo-





lida pelos Holandeses (restando apenas a base, toda em cantaria), os documentos gráficos permitem afirmar que tinha três pisos com grandes janelas decorativas e terraço coberto por coruchéu, conferindo-lhe aspecto caracteristicamente manuelino. Rodeava-a uma barbacã com bombardeiras que se prolongava em linha recta por todo o lado nascente do castelo, o mais exposto a um ataque do mar”- in Rafael Moreira, *A Época Manuelina*, in AA VV, «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 103.

Em cima, *S. Georgis Oppidum Mina, Castelo de S. Jorge da Mina* - gravura de G. Braunio e Francis Hogenberg, in *Civitates Orbis Terrarum* - 1572, Colónia: ...”à Aldeia das Duas Partes, où aborde le 19 janvier 1482 la flotte du capitaine Diogo de Azambuja, chargé de l’exécution de l’ouvrage [la construction d’une forteresse]. En dehors des matériaux de construction nécessaires et du personnel, les Portugais emportent avec eux du matériel d’artillerie, des munitions... tout ce qu’il faut pour rendre autonome et largement autosuffisante la vie de la garnison.(...)Les travaux

se réalisent en deux phases. La première qui se fait en vingt jours voit la construction d’une muraille tout au tour du site et d’une tour pour mettre ainsi les Portugais en sécurité.

La deuxième phase se caractérise par l’édification des logements, des magasins et l’aménagement d’autres structures pour assurer à la fois l’autonomie et la défense de la forteresse, et le début des activités commerciales dans de bonnes conditions.

...en date du 15 mars 1486, le Roi de Portugal accorde à la forteresse le statut de Cité “avec toutes les libertés, privilèges et honneurs”.

Edifiée en pierres de taille dont la plupart proviennent des rochers qui lui servent de fondations, la structure forme un bel ensemble bien fortifié qui se rapproche pour l’essentiel des forteresses du Moyen Âge. Le fort est composé essentiellement de deux grands corps de bâtiments abritant les logements des résidents, les magasins d’entrepôts de marchandises, de munitions, et du matériel divers, et une chapelle; les deux grands corps de bâtiments sont disposées au tour d’une grande cour

carrée. Un périmètre de 198 mètres de murs et de remparts, d’une épaisseur d’un mètre, et de 4,40 m de hauteur, refaits et dotés de nouvelles fortifications au temps du capitaine Fernão Lopes Correia entourent l’ensemble.

La forteresse est munie de deux portes extérieures. La première, à l’Ouest, est la porte principale : elle est flanquée d’une tour octogonale où sont ménagés les appartements et les bureaux du capitaine, gouverneur de la place.

Cette porte, par laquelle accèdent les marchands et les visiteurs, est surmontée d’un bastion et munie d’un pont-levis sur le fossé. La deuxième porte est située à l’Est, vers l’embouchure de Benya River où est aménagé le port qui bénéficie de conditions naturelles idéales de tranquillité. - in Joseph B. Ballong-Wen-Mewuda, *La Stratégie Économique et Militaire de la Forteresse de São Jorge da Mina dans le Commerce Portugais du Golfe de Guinée aux XVe et XVIe Siècles* - 2005, in «Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual», Inst. Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo pp. 124-125.

<sup>9</sup>Rafael Moreira, *A Época Manuelina*, in AA VV, Rafael Moreira (dir.) «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 101. E acrescenta o autor: “Na costa da Mina projecta-se uma cadeia de bases: uma fortaleza na “Aldeia de Portugal” do cabo das Palmas, que o rei ainda insistia que se fizesse em seu testamento; os fortes de Achem (só feito em 1503), Xamã e Acra (no actual Gana), em redor da cidade de São Jorge da Mina; e a feitoria de Uगतó, na costa de Benim (que em finais do século XVII daria lugar ao entreposto fortificado de São João Baptista de Ajudá), a fim de comerciar com o reino de Daomé”.

de Tombuctu, por um protectorado em Meça (a sul de Agadir), renovado em 1496, e por uma feitoria permanente no oásis de Uadane, uns 400 km para o interior, em pleno Sara”<sup>9</sup>.

“Com o avanço das técnicas de navegação e a necessidade de navegar em arco no Atlântico Norte, o castelo e a feitoria foram perdendo, ao longo do século XVI, a pouco e pouco, o interesse, apenas ali se mantendo uma pequena guarnição”. Segundo Rui Carita (*As Fortificações das Ilhas Atlânticas*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)” - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 774), embora “perdido o castelo em 1638, esta área continuou a ser uma referência para os mareantes e pescadores madeirenses, até muito recentemente”, para além do facto curioso de “o único título mantido pelo bispo do Funchal, depois de perder as prerrogativas de arcebispo, foi o de bispo de Arguim”.(...) Vinte anos depois da fundação de Arguim, em 1481, Diogo de Azambuja levantou outra fortificação na Costa da Mina, sob a evocação de S. Jorge, agora já em terra firme e em pleno Golfo da Guiné. Mais tarde, este mesmo capitão veio a recorrer às alfândegas da Madeira, Funchal e Machico, para o pagamento das novas obras de fortificação no Norte de África, então em Safim. Apesar disso, nas ilhas da Madeira e dos Açores não se sentiu necessidade de proceder a especiais obras deste âmbito”.

Data portanto do início do seu reinado aquela que talvez seja a mais significativa realização de D. João II no campo da arquitectura militar: o castelo de S. Jorge da Mina, uma impressionante edificação de pedra e cal levantada num contexto absolutamente novo, a qual foi largamente documentada pelos seus cronistas: “A frota saiu de Lisboa a 12 de Dezembro de 1481 e, a 19 de Janeiro, alcançou a aldeia das Duas Partes. Era comandada por Diogo de Azambuja e incluía cem mestres construtores, entre pedreiros e carpinteiros. Sigamos o texto de Ruy de Pina: ...*E pera isso ordenou que toda a madeira, e pedraria, que para portaaes, e janellas, e esquinas dos muros, e torres, e pera outras cousas que fosse necessarea, logo de ca fosse lavrada, e concertada pera sem detença do lavramento se poder logo assentar. E assy se fez prestes muita cal amassada, e composta, e telha, e ladrilho, pregadura, e ferramentas, e mantiimentos, e todalas outras cousas pera a obra pertencentes em grande abastança. E assy foram ordenados, e prestes seiscentos homens. S. cem Mestres de pedraria, e carpentaria, e os quinhentos pera defender, e servir...* (Ruy de Pina, *Croniqua*

Representação do Castelo da Mina numa bellissima Carta de Fernão Vaz Dourado, 1576.

Consideramos o desenho da fortificação como possivelmente realista, tanto quanto pode ser admissível como teoria de uma arquitectura militar a implementar no Golfo da Guiné no começo da década de 1480, tendo em conta o desconhecimento documental gráfico de Arguim (“simples recinto quadrado com torre circular”) e sabendo qual a compleição dos modelos de transição preparados regimentalmente para a empresa do Oriente (Sofala, Quiloa, etc.).



<sup>10</sup>Pedro Dias, *Fortificações Portuguesas, Além-mar, no Tempo de D. João II (1481-1495)* - 1998, Actas do Colóquio «A Arte na Península Ibérica ao Tempo do Tratado de Tordesilhas», Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Coimbra, pp. 48-56.

<sup>11</sup>Rafael Moreira, *A Época Manuelina*, in AA VV, «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 103.

Permitimo-nos questionar a última afirmação, já que nenhum indício é carregado para sustentar a afirmação. Ao contrário, parece-nos difícil que os cartógrafos, homens de ciência e rigor, se bem que utilizando sinais convencionais (como é de regra) para muitas situações, desenhassem o Castelo da Mina diversamente do que ele seria ou lhes era comunicado que correspondia à uma imagem.

*delRey Dom Joham II*, pp. 7-8)<sup>10</sup>. É, pois, plenamente compreensível que D. João II, a partir de 1485, tivesse juntado à sua nomenclatura o título de «Senhor da Guiné». Rafael Moreira<sup>11</sup> chama a atenção para o facto de, tendo D. João II “sido aclamado rei a 1 de Setembro de 1481, já a 12 de Dezembro partia de Lisboa a armada de nove caravelas transportando cem mestres pedreiros e carpinteiros, além de duas urcas grandes para serem desmontadas e a madeira usada na construção. Tal rapidez, de proporções jamais vistas, revela a urgência da obra, mas também uma capacidade organizativa e poder de resposta da engenharia nacional que surpreendem em data tão recuada. Pelas suas dimensões, custos e perigos que envolvia, tratou-se de um feito extraordinário e sem precedentes. (...) O castelo

<sup>12</sup> José Custódio Vieira da Silva, *Séculos XIV e XV*, in AA VV, Rafael Moreira (dir.) «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 71.

<sup>13</sup> «... tendo enviado à Corte uma deputação constituída por Álvaro de Ornelas e Nuno Caiado», op. cit., p. 62.

<sup>14</sup> José Custódio Vieira da Silva, *Séculos XIV e XV*, in AA VV, Rafael Moreira (dir.) «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 62.

da Mina (Elmina, no Gana) foi a primeira edificação europeia nos trópicos e o centro do domínio português no Atlântico Sul durante século e meio, até ser tomado em 1637 pelos Holandeses. Longe de ser um simples “castelo medieval”, como apressadamente tem sido classificado (com base nas representações convencionais dos cartógrafos), era, na realidade, uma fortificação pré-abaluartada de grande eficácia (...).”

#### 4.1.3 - AS ILHAS ATLÂNTICAS

Mau grado a actividade bélica já respigada no começo deste capítulo, o século XV português “não é, porém, um século de construção de fortalezas. Revelando-se duradoira a paz com Castela, os interesses de Portugal voltam-se para além-mar; ao mesmo tempo, as estratégias militares vão-se progressivamente alterando, pela utilização cada vez mais insistente das armas de fogo. No entanto, é no Norte de África que, a partir de 1415, as fortalezas exercerão em continuidade a sua função militar; aí se deverá procurar, por isso, a evolução fundamental do castelo medieval”<sup>12</sup>.

Só muito tardiamente, e face aos crescentes perigos advenientes da actividade da pirataria marítima, se começam a fortificar as principais cidades portuárias das ilhas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Na Madeira, foram os próprios habitantes da ilha que solicitaram ao rei<sup>13</sup>, a suspensão dos trabalhos previstos para edificação de uma obra de defesa: “Fosse pela consideração do pedido fosse pelo encaminhamento das negociações do Tratado de Tordesilhas, certo é que D. João II suspendeu a ordem dada, por carta de 9 de Janeiro de 1494, alterando os planos iniciais e considerando apenas a feitura de alguns baluartes.

Nos Açores, a primeira fortificação também só surgiu por esta altura, concretamente, em 1490, na Ilha Terceira, por iniciativa de João Vaz Corte-Real que, cinco anos depois, receberia a alcaidaria da vila de Angra e a capitania de S. Jorge. No entanto, esta torre era mais emblemática do que funcional, ainda dentro do espírito medieval, pouco ou nada servindo para defesa das populações, em caso de ataque. Esta obra, porém, não foi de iniciativa régia, mas sim senhorial”<sup>14</sup>.

Os caminhos são os de ir mais longe na busca das especiarias. As ilhas do meio do Atlântico, como S. Tomé ou Cabo Verde, e os portos da costa africana, foram conformando, com o tempo,

Foi sempre através de relações medeadas pelo mar que o florescimento das artes se fez no Portugal dos Descobrimentos. A apologia desses contactos aparece na miniatura engravada da cercadura do Livro de *Além-Douro IV*, de autoria de Álvaro Pires, 1513, fazendo lembrar o gosto italiano da época, à maneira dos della Robbia. “A colónia de mercadores portugueses em Bruges usufruía de consideráveis privilégios desde os inícios do século XV. A transferência destes mercadores para Antuérpia, onde fundaram a feitoria real portuguesa, guindou-os, nos inícios do século XVI, graças ao monopólio das especiarias, a um lugar de primeiro plano na Europa. O casamento, em 1430, de Filipe de Valois, duque da Borgonha e conde da Flandres, com D. Isabel, infanta de Portugal, irmã do infante D. Henrique, o “Navegador”, que teve consagração definitiva com a fundação da Ordem do Tosão de Ouro, contribuiu significativamente para intensificar os contactos entre os dois países. (...)

“Os homens que fizeram os Descobrimentos trocaram, no Norte da Europa, num período que corresponde grosso modo ao século XV, matérias-primas, como o açúcar da Madeira, por luxuosos livros iluminados, quase sempre religiosos, sendo a maior percentagem constituída por livros de horas. Destinados a reis ou grandes senhores que os podiam comprar e os sabiam ler, a sua posse traduzia o desejo crescente de que a arte fizesse parte da vida, com reflexos nos objectos de uso pessoal”- in Francisco P. de Macedo, *A Iluminura em Portugal na Época dos Descobrimentos* - 1992, in AA VV, Pedro Dias, Com. Científico, «No Tempo das Feitorias-A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos», pp. 191 e segs., Vol. 2, Museu Nacional de Arte Antiga, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa, p. 193.

Ao lado, extracto, ampliado, da *Leitura Nova* de D. Manuel I, ANTT, Lisboa.

um roteiro integral do Atlântico. A obsessão era o outro oceano, o da Índia.

## 4.2 - O DESAFIO IMPERIAL

Deixado numa primeira fase de lado o Brasil, pelo qual tudo leva a crer que se “inventaria” o Meridiano de Tordesilhas, o frenesim manuelino foi o Oriente. Do ponto de vista da arquitectura militar, parece que a situação não era apercebida muito bem quanto à questão do poder e da protecção em terra, antes assentando a visão das vantagens do comércio com base na talassocracia a incrementar cada vez mais.

O verdadeiro alicerçar do Império emergente tinha a sustentá-lo uma experiência na edificação militar que pode caracterizar-se por:

- uma herança medieval das casas-torres e dos castelos da dinastia de Aviz, cuja reforma fora intuída e iniciada por D. João II e que irá ser conduzida por D. Manuel I;
- o esforço marroquino dos anteriores cinquenta anos, especificamente referidos (após a precoce tomada de Ceuta, em 1415) desde a criação da cidade nova de Alcácer-Ceguér,



<sup>15</sup>Com *Estudo* de José Calvão Borges, 2007, Academia Portuguesa de História, Edições Inapa, Lisboa, pp. XIII-XV.

<sup>16</sup>Vasco Graça Moura invoca aqui Martim de Albuquerque em *A Expressão do Poder em Luís de Camões*, 1988, Imprensa Nacional-Casa da Moeda onde, noutra passagem se pode igualmente ler: “D. Manuel I, mediante uma série de reformas legislativas de base, conseguiu levar a cabo, sem derrame de uma só gota de sangue, o que D. João II tinha iniciado e não lograra completar. A publicação das Ordenações do reino são, entre outras, manifestações do critério uniformizador e centralizador do monarca. E desse critério se configuram, ainda, como reflexos, a Sala dos Brasões e os grandes armoriais seus contemporâneos. Reflexos porque o príncipe deixa de se articular com os fidalgos e os nobres como grandes terratenentes, de difícil comando, para passar, tão-somente, a tê-los como serventuários da coroa ou - se se quiser - do país, do reino, da república (em suma, como em breve se iria dizer, do Estado).”

<sup>17</sup>“Veado”, escreve ainda Martim de Albuquerque sobre esse tipo de figuração cifrada e alusiva tão ao gosto do Renascimento, *é o cervo, palavra que grafada de forma diversa possui, contudo, uma eufonia idêntica a servo (servidor)*”- op. cit.

refeita sobre o traçado árabe depois da sua conquista em 1458, até ao Vice-reinado de D. Francisco de Almeida.

O período de governação da Índia por Afonso de Albuquerque assinala, numa linha de continuidade, o essencial de uma arquitectura de transição, assistindo-se à realização de míticas edificações, como Malaca ou Ormuz (justamente a primeira a ser implementada e a última a ser concluída pelo cabo-de-guerra na sua missão como governador).

Até ao fim da terceira década do século XVI, com Vila Viçosa e com Mazagão, já no reinado de D. João III, encerra-se o período manuelino ou de transição, e Portugal apresenta-se, à escala mundial, como produtor de primeira linha de uma arquitectura militar moderna. A renovação de Ormuz e de Qat’al Bahrein, juntamente com Moçambique, Mombaça, Diu e um rosário de praças na península indostânica, constitui o cardápio mais eloquente das realizações arquitectónicas de inovação da arte da guerra, e que as costas do Índico acolhem de um modo ainda insuspeitável uma geração antes.

Tal afã construtivo, imenso e no meio de outras tarefas de conformação do Império, é feito com uma arquitectura militar de transição e, apesar dela e ultrapassando-a, propiciando a afirmação de uma arquitectura consentânea com a atitude dos novos tempos.

#### 4.2.1 - IDEIA E SIMBOLOGIA IMPERIAL

Vasco Graça Moura, na sua “Apresentação” do *Livro do Armeiro-Mor*<sup>15</sup> chama a atenção para o sentido político eminente de um tipo de actuação pré-determinado por parte do Venturoso, abrangendo toda uma construção de uma simbologia imperial. Porém, tal objectivo estava ideologicamente sustentado em premissas de carácter jurídico, conferindo um sentido organizador global à Nação nascente: “Esse desígnio de compilação corresponde portanto ao de uma verdadeira codificação que visa concentrar nas mãos do rei, para além das fontes de criação do direito em geral, também as do direito heráldico e até da respectiva iconografia. Como o ilustre historiador assinala<sup>16</sup>, e conquanto já remontasse a D. João II, é no período manuelino que essa tendência centralizadora e uniformizadora ganha a sua expressão artisticamente mais qualificada e minuciosa, expressa tanto nos grandes códices iluminados que chegaram até nós como muito provavelmente naqueles de que apenas



Em cima, representação de um espaço mitológico, com dois anjos músicos sobre um enorme animal aquático e oferecendo um par de aves do paraíso como guardiãs de um Éden que existe para nossa contemplação. Os motivos naturalistas sugerem em geral leituras codificadas: o pavão simboliza a imortalidade mas anda associado igualmente à simbólica da realeza. Motivo da iluminura do rodapé da cercadura do frontispício do Livro da *Estremadura X*, da «Leitura Nova» de Dom Manuel I, pelo pintor régio Álvaro Pires, 1516, ANTT, Lisboa.

Em baixo, esferas armilares e armas nacionais de autoria de Álvaro Pires, na abertura do Livro da *Estremadura X* da «Leitura Nova» de Dom Manuel I, 1516, ANTT, Lisboa.

há notícia e também nos brasões da Sala do Paço de Sintra, também chamada dos Veados (1512-1520)”<sup>17</sup>.

A sistemática atenção prestada à consecução perseverante de uma intencionalidade ideológica foi balizada pelos parâmetros mais exigentes da produção artística. A especificidade da produção de iluminura facultada pelo sucesso dos Descobrimentos resulta das possibilidades de D. Manuel promover “o exercício do mecenato artístico e cultural numa corte cosmopolita, faustosa e exótica, em que o mecenato constituía uma forma de prestígio e a cultura era utilizada como fonte de poder. Este rei, que se orgulhava da sua livraria bem recheada de livros luxuosos, deu preferência aos livros iluminados, numa época em que da imprensa saíam já belas e sugestivas edições. A produção de livros régios de aparato, mais consentâneos com a grandeza de um império, correspondia integralmente ao seu propósito de afirmação do poder real.

“A originalidade da iluminura do período manuelino reside, não só no facto de esta ser produzida numa época em que estava a cair em desuso nos grandes centros produtores mas, também, na sua utilização se ter estendido a obras áulicas e laicas como os livros da chancelaria, nomeadamente os da *Leitura Nova*, as crónicas de diversos reis, as cartas de foral, os livros de



Título do rei D. Manuel, sistematicamente repetido nos documentos oficiais, como se escreve no início do texto iluminado do Livro *Místicos III* da «Leitura Nova» de Dom Manuel I, Álvaro Pires (?), 1516, ANTT, Lisboa.



heráldica e até certas cartas geográficas. A iluminura manuelina permaneceu, contudo, fiel a um vocabulário formal gótico, de tradição ganto-brugense, onde só ocasionalmente foram introduzidos alguns temas da estética renascentista e elementos portugueses”<sup>18</sup>.

Embora já proviesse da sagacidade de visão de D. João II, uma das grandes iniciativas de D. Manuel foi essa recompilação dos antigos documentos do direito nacional, revolucionando ao mesmo tempo a arquivística, depois continuada por D. João III. No total chegaram até nós 62 volumes de grande formato, a que se deu o nome de *Leitura Nova*, verdadeira obra de arte e caligrafia, a que foi prestada especial atenção ao tratamento dos frontispícios de cada livro através de iluminuras, fazendo a apologia da Casa Real.

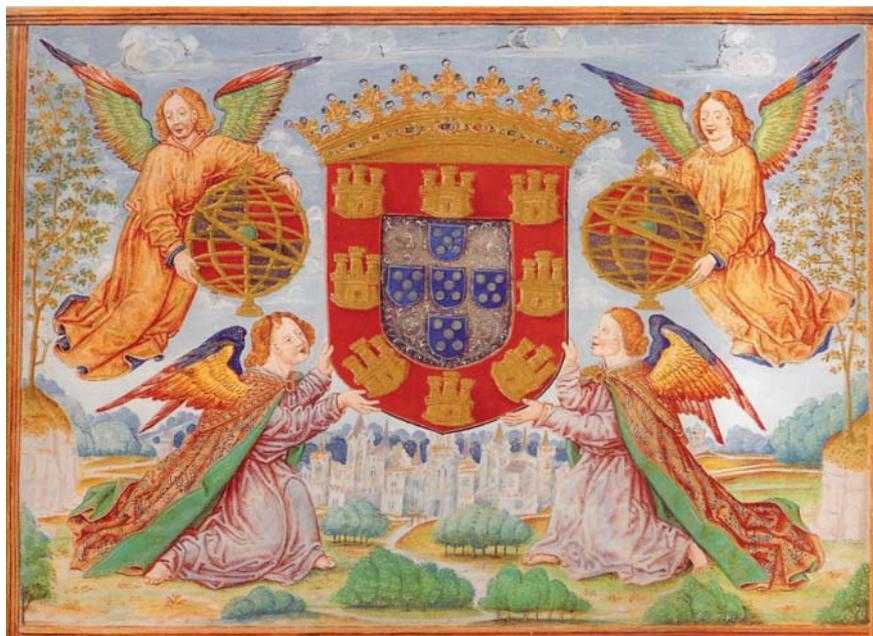
A marca pessoal do rei é aposta nos documentos e nos monumentos até à exaustão, autenticando a promoção régia de quanto servisse a concentração de uma ideia una do Estado, à qual se agregam factores místicos e míticos da missão nacional. Esse programa irá desabrochar na escrita do Poema épico de Camões: “Cria e consagra assim uma cosmogonia nacional, uma *Odisseia*, ou antes uma *Bíblia* lusitana. De facto, o texto sagrado do Cristianismo, como *Os Lusíadas*, é sobretudo uma narração: uma crónica genealógica dos Hebreus coroada pela «epopeia» da vida de Jesus Cristo, que incarna toda essa história seguindo o caminho providencial que lhe deu seu Padre que está no Céu [como a epopeia marítima do Gama segue a visão do Senhor D. Manuel + Nova Roma = Lisboa + Belém...].

“A importância d’*Os Lusíadas* na criação de uma mitologia nacional e a sua repercussão sobre todos os Portugueses representam inegavelmente uma proeza ímpar entre todos os poetas ocidentais desde Dante Alighieri, desde a Antiguidade. Autêntico Homero ou Virgílio lusitano, Camões profetiza na epopeia da *forte gente de Luso* [...], como é dos *Fados grandes certo intento, que por ela se esquecem os humanos de Assírios*,

<sup>18</sup>Macedo, Francisco Pato de, *A Iluminura em Portugal na Época dos Descobrimentos* - 1992, in AA VV, Pedro Dias, Comissário Científico, «No Tempo das Feitorias - A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos», pp. 191 e segs. Vol. 2, Museu Nacional de Arte Antiga, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa, p. 194.



Em cima, uma das várias esferas armilares da cercadura do frontispício do *Livro da Estremadura X*, da «Leitura Nova» de D. Manuel I, obsessivamente repetidas como marca de uma visão imperial. Ao lado, heráldica num dos cabeçalhos de abertura da «Leitura Nova» (*Livro dos Direitos Reais II*, 1520), ANTT, Lisboa.



*Persas, Gregos e Romanos* (Lus. I, 24). Os Quatro Impérios da Antiguidade desaparecerão da consciência da humanidade e só permanecerá o Quinto Império Lusitano. Esta ideia está implícita no título pluricontinental que Dom Manuel atribui a si próprio no começo do texto de cada frontispício da *Leitura Nova* feita sobre seu mando, *por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daaquem e daalem mar em Africa Senhor de Guinea e da conquista e navegaçam e comercio d’Ethiopia Arabia Persia e de India etc. Graças, continua Dom Manuel, a feitos heróicos fora quasi d’esperança e possibilidade humana [isto é, o] descobrimento e conquista da Índia e outras terras e jemtes a nos antes incognitas.*<sup>19</sup>

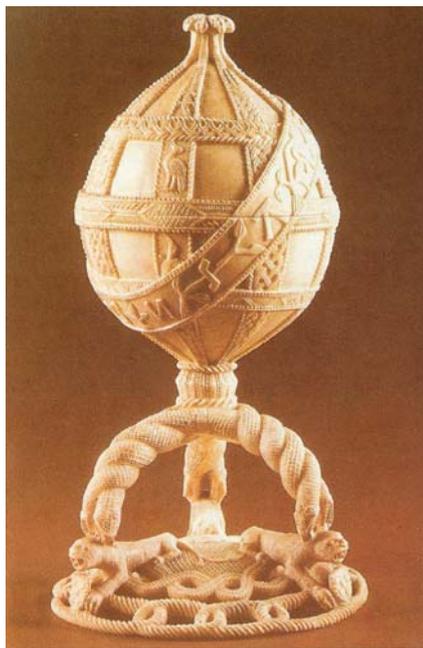
A mais redundante confirmação do acerto da construção da ideia e da imagem manuelinas está ainda hoje plasmada no estandarte nacional, onde se inscreve o emblema real da esfera armilar. Elemento obsessivo da composição artística, superiormente desenhado, serviu para a composição de todo o tipo de objectos, desde peças do quotidiano a obras-primas da ourivesaria e joalheria. È este o caso da chamada Custódia de Belém<sup>20</sup>, onde se podem admirar elementos e uma gramática artística comum à expressão da ilustração das iluminuras, como muito bem notou Nuno Vassallo e Silva<sup>21</sup>.

<sup>19</sup>Sylvie Deswarte-Rosa, *A mais homrada cousa de similhante calydade que em parte alguma do mundo se posa ver* - 1997, Prólogo, in «Leitura Nova de Dom Manuel I», Vol. 2- Introduções, Edições Inapa, Lisboa, p. 29, acrescentando a autora: “A despeito de todas as críticas de que tem sido alvo o mito pátrio no nosso século devido sobretudo à utilização abusiva que o Estado Novo nacional e cristão de António de Oliveira Salazar fez dele, numa paródia do Império Romano de Benito Mussolini, para justificar a sua ideologia fascista, esta noção excepcionalmente nítida da história e do destino lusitanos faz parte integrante da consciência do ser português tanto na metrópole como entre os emigrantes espalhados pelo planeta inteiro. Esta noção é tão inerente à concepção e ao ensino da História de Portugal, que se pode dizer que é inextirpável”.

<sup>20</sup>A peça pertencia ao rei e sempre com ele permaneceu no Paço da Ribeira, até à sua morte em 1521, tendo nesse mesmo ano sido entregue (conforme determinado no testamento) ao Mosteiro dos Jerónimos, onde desejava que o seu corpo fosse sepultado, como veio a acontecer em 1551, tornando-se então o templo um panteão da família real.

<sup>21</sup>Nuno Vassallo e Silva, *O Ouro de Quíloa* - 1992, in «Oceanos» nº 10, Abr., “Portugal e o Mar”, pp. 54-61, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, p. 57: “As iluminuras, pintadas simultaneamente à feitura da

custódia, apresentam extrema afinidade com os motivos da base desta obra. É disto exemplo o frontispício do *Livro primeiro da Estremadura*, datável de 1504, onde dominam no plano inferior, caracóis, pavões em idêntica paleta e desenho dos esmaltes da custódia.



Em cima, saleiro em marfim afroportuguês com a forma da esfera armilar manuelina (Serra Leoa, em exposição no Museu de Berlim).

Em baixo, a Custódia de Belém (com um pormenor das esferas armilares). Feita com o ouro das “páreas” de Quíloa, foi concluída em 1506, pesa 6350 gramas, e contém esmaltes coloridos *en-ronde-bosse* e incrustados. Em torno de toda a sua simbologia, na complexidade do pensamento imperial de D. Manuel, consideramos pertinente a leitura do extracto do ensaio de Nuno Vassallo e Silva: “São sem



dúvida as suas esferas armilares que hoje mais atraem quem admira a custódia de ouro (...). Não se trata de uma solução estilística para equilíbrio formal da obra, ou para simples registo de quem a mandou lavrar. Servem-nos hoje como chave para entender esta jóia, já que é através das esferas armilares, colocadas bem no nó, que se transpõe do mundo profano da base para o mundo sagrado do corpo superior da custódia. (...)

“Mais do que uma obra de carácter piedoso de D. Manuel, estamos perante um notável testemunho da preocupação constante do seu reinado de associar o poder real ao poder divino. Do mundo terreno ou inferior, compreendido entre a legenda da base, onde se inscreve o seu nome, até às esferas armilares do nó, tudo é dominado pela presença real. E é através dos seus símbolos que se ascende ao mundo superior, sagrado, do topo da custódia. Este ponto de passagem recorda-nos a importância atribuída aos portais da arte manuelina, local privilegiado de passagem entre os dois mundos, ou mesmo na representação na iluminura oficial de anjos aparando o Escudo de Portugal.

“Contudo a presença de D. Manuel é igualmente pontuada na parte superior da custódia, de uma forma muito discreta, mas que atesta o notável programa concebido por Gil Vicente. Nas pilastras que sustentam o baldaquino, entre as figuras dos apóstolos, surge de modo quase imperceptível a Anunciação, em que

Nossa Senhora recebe a visita de S. Miguel Arcanjo, que lhe anuncia a vinda da criança *que lhe chama-Lo-ão de Emmanuel*.

“Igualmente pouco referidos, pelas suas dimensões minúsculas, surgem sob a imagem do Padre Eterno, esculpturinhas de profetas, que recordam na disposição as imagens dos profetas da Charola do Convento de Cristo, em Tomar, executada no reinado de D. Manuel.

“Esta aproximação da custódia à arquitectura da época (...) mais que uma identidade estrutural, é o programa iconográfico que aproxima com as obras de Diogo de Arruda, arquitecto de D. Manuel. Aliás, como salienta Paulo Pereira, num dos seus autos Gil Vicente refere o nome de Diogo de Arruda.

“Pelo seu cuidado programa iconográfico, pela sua surpreendente teatralidade e execução, a custódia de D. Manuel revela uma capacidade criativa que em tudo rompe as fronteiras de execução de uma anónima tenda de ourives nos alvares do Renascimento em Portugal. Citando o nome de Gil Vicente no seu testamento, D. Manuel reconhece o importante papel do poeta-ourives que com o ouro vindo de Quíloa realizou a mais fantástica apologia do seu reinado.”- in Nuno Vassallo e Silva, *O Ouro de Quíloa* - 1992, in «Oceanos» n° 10, Abr., «Portugal e o Mar», pp. 54-61, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, pp. 60-61.





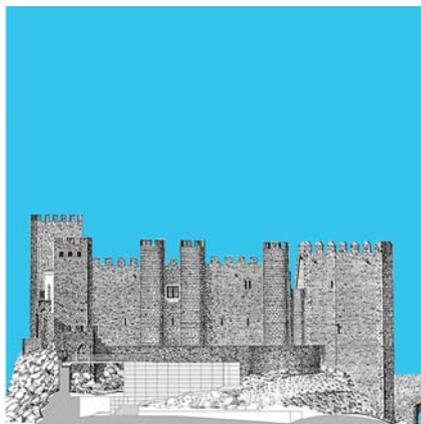
Em cima, heráldica manuelina num dos cabeçalhos de abertura da «Leitura Nova» (*Livro das Inquirições Dentre Cavado e Minho* (1516), ANTT, Lisboa.

Surgem igualmente ramos e folhas em ouro tal como lavrou Gil Vicente o suporte do triplo baldaquino da sua jóia. Se bem que a relação entre a iluminura e os esmaltes não seja propriamente uma novidade, o paralelismo destas duas obras realizadas sob a égide da Coroa, é por demais esclarecedor”.

<sup>22</sup>Nuno Vassallo e Silva, *O Ouro de Quíloa* - 1992, in «Oceanos» n° 10, Abr., “Portugal e o Mar”, pp, 54-61, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, p. 55.

Os cronistas não deixaram de dar conta do significado atribuído ao penhor em ouro recolhido em Quíloa por Vasco da Gama, no decurso da sua segunda viagem à Índia: “A descrição deste acontecimento, tal como nos deixou o autor quinhentista João de Barros, ilustra a euforia que acompanhou a entrega do tributo a D. Manuel, assim como a intenção deste monarca, de o consagrar para além do seu reinado através da execução de uma obra singular. ...*E como neste tempo El-Rei estava em Lisboa, quando a ele levou a páreas que houvera del Rei de Quíloa, as quais com grande solenidade a cavalo levava em um grande bacio de prata um homem nobre com o barrete fora ante ela, Almirante, com trombetas e atabales, acompanhado de todos os senhores que havia na Corte. Das quais páreas el-Rei mandou fazer uma custódia de ouro, tam rica na obra como no peso, e como primícias daquelas vitórias no Oriente, ofereceu a Nossa senhora de Belém...*”

Os dois mil meticais de ouro (alguns autores estimam-no em mil e quinhentos), foram totalmente utilizados na feitura de uma custódia, confiada ao ourives da Rainha D. Leonor, viúva de D. João II, Gil Vicente. A legenda que rodeia todo o pé da preciosa obra, *O MVITO ALTO. PRICIPE. E. PODEROSO. SEHOR. REI. DÕ. MANVEL. I. A. MDOV. FAZER. DO OURO I. DAS. PARIAS. DE QILVA. AQVABOV. CCCCCVI.* testemunha a sua dupla origem, o tributo e a vontade real<sup>22</sup>.



Castelo de Óbidos. Alçado frontal, com proposta de projecto de intervenção, através do qual se pretendia recolocar uma leitura adequada de um dos principais monumentos medievais portugueses, apercebendo-nos das profundas diferenças com os exemplares chamados “de transição”.

#### 4.2.2 - DE UM PROGRAMA IDEOLÓGICO A UMA ARQUITECTURA DE ESTADO

Começamos este sub-capítulo com uma citação de Vergílio Correia: “O século XV é ainda um século medieval: é porém o último século da Idade Média, o que o coloca numa situação especial, estabelecido como está que em história, salvo os casos excepcionais de renovações completas de população num território, não há soluções de continuidade, mas solidariedade, transição, embate de elementos conservadores e revolucionários, com predomínio de uns sem absoluta eliminação de outros”<sup>23</sup>. Se o douto lente nos permitisse, ousaríamos dizer já que, quanto ao que ele afirma, nada haverá talvez de mais elucidativo no domínio da Arquitectura e da História da Arte portuguesas do que esse estranho objecto plantado no meio da água, baluarte apontado ao futuro, mas estacado nas areias do Tejo pela afirmação dos avatares de uma legitimação que, de cada vez, possivelmente se colocaria quando o rei Manuel acrescentava mais um nome ao seu venturoso título.

A Torre de Belém, para além de enquadrar o amplexo paisagístico da representação da magnanimidade do século mais espectacular da História de Portugal, na qual o protagonista real teve a exacta noção do papel que lhe cabia (e sabendo representá-lo), teria préstimo relativo como peça de defesa de Lisboa, enquadrado num esquema concebido e experienciado desde o seu antecessor.

A sua composição, porém, ainda hoje intriga, e não encontra paralelo na história da arquitectura. Torre de menagem medieval cravejada de maneirismos, recém aprendidos de uma gramática de adorno adoptada da extensão de uma soberania de novo tipo ao *al-gharb d'além mar em África*, ergue-se, qual castelo de popa de uma espécie de navio com proa em forma de baluarte poligonal de merlões constituídos por escudos com as armas de Portugal e com guaritas que são alegoria de sentinelas, rematadas por cúpulas imitando turbantes.

Depois de tanta novidade a que o país assiste deslumbrado, Francisco de Arruda dá-nos um híbrido arquitectónico, ao mesmo tempo serôdio e revolucionário, parecendo querer transportar a intenção primeira de arvorar a memória de uma legitimação dinástica, sobreposta nas formas mais vanguardistas da moderna arquitectura da guerra e da conquista.

Essa peça arquitectónica continua a transportar, ainda nos nossos dias, uma ressonância, ao mesmo tempo popular e

<sup>23</sup>Vergílio Correia, *Obras*, Vol. II-*Estudos de História de Arte: Arquitectura* - 1949, Por Ordem da Universidade, Coimbra, pp. 79-80.

*Cascale Lusitaniae Opp*, Cascais (parcial) - gravura de G. Braúnio e Francis Hogenberg, in *Civitates Orbis Terrarum* - 1572, Colónia.

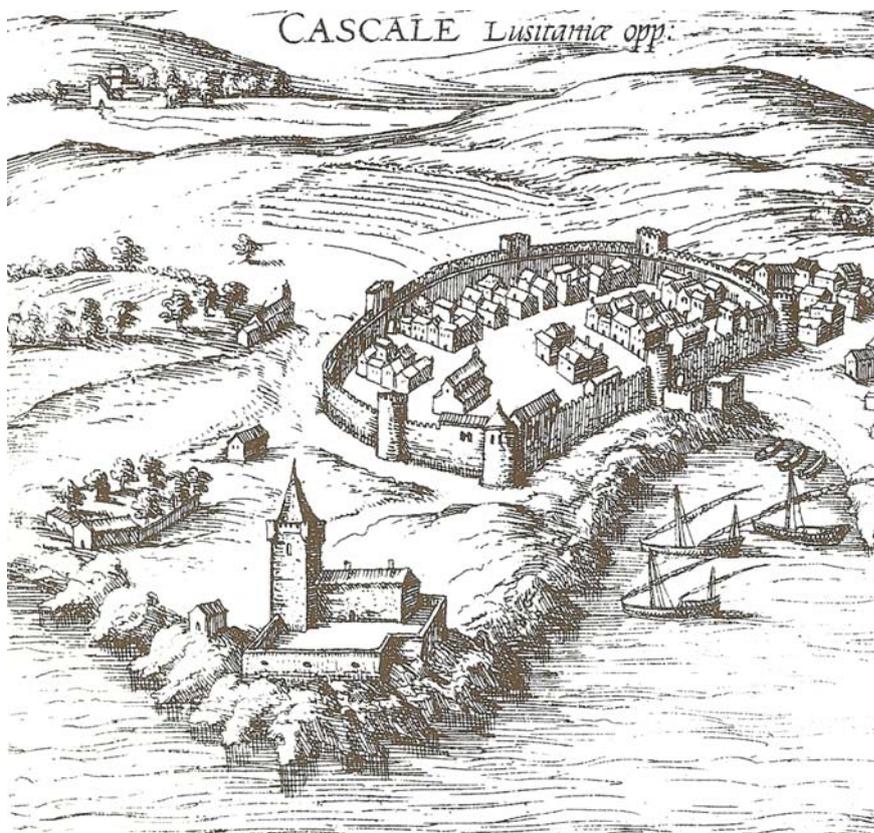
<sup>24</sup> Margarida Magalhães Ramalho, *A Torre de Cascais*, in AA VV, Rafael Moreira, Comissário Científico, «A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa» - 1994, pp. 96-99, Com. Nac. Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto.

<sup>25</sup> Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 - 1822). O Espaço do Índico* - 1998 b, Círculo de Leitores, Lisboa, p. 389.

<sup>26</sup> Rafael Moreira, *A Época Manuelina*, in AA VV, «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 135

<sup>27</sup>“Tomás Fernandes, o primeiro *pedreiro que teve carguo da pedraria da Índia*, parece ter sido natural de Vila Ruiva (entre Alvito e Cuba), onde residiu pelo menos de 1523 a 1534 (Corpo Cronológico II, 192-99 e 193-8): uma educação tardo-gótica alentejana explicaria, com efeito, certas tendências da arte goesa que se reflectem na igreja do priorado do Rosário, onde “tudo se relaciona com a arquitectura do Alentejo” (Carlos de Azevedo). Em 1501 Tomás Fernandes era “mestre da torre da Sé” em Lisboa - entenda-se, da torre-lanterna da capela-mor, então em conclusão - e deve ter partido para a Índia em 1505, pois já no ano seguinte se distingue na defesa de Cananor. Em finais de 1509 era “mestre dos pedreiros” de Cochim (Corpo Cronológico, II-31-6), e terá sido como homem da confiança de Afonso de Albuquerque que alcançou toda a sua projecção, tendo regressado ao Reino a seguir à morte deste”-in Rafael Moreira, *A Época Manuelina*, in AA VV, «História das Fortificações Portuguesas no Mundo» - 1989, Publicações Alfa, Lisboa.

<sup>28</sup> Segundo o autor e a obra atrás citados, essas fortificações eram de “torre e baluarte, o que indica uma tipologia que não andaria longe da Torre de Belém”.



erudita, corporizando uma iconografia mitificadora de uma identidade nacional do mais vasto alcance.

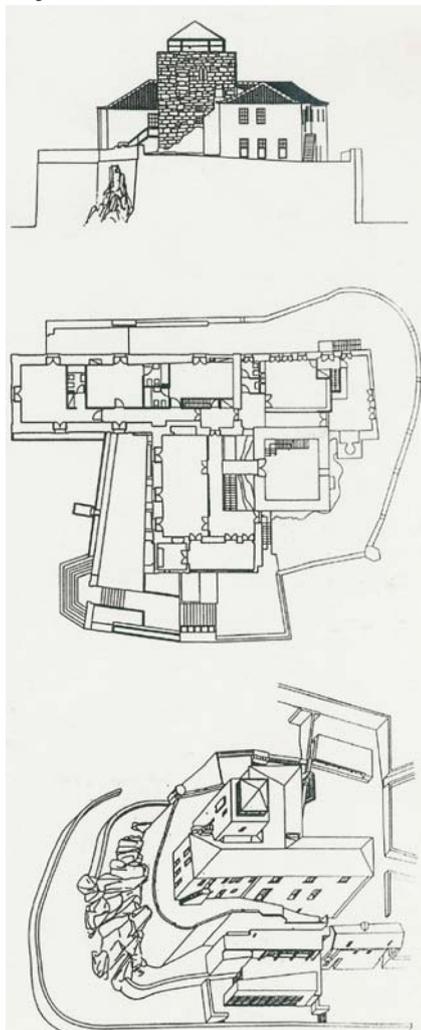
Mas não queremos deixar passar a oportunidade para sublinhar algo de intrigante: a ideia formal da torre vertical associada ao baluarte rebaixado anda já a fermentar na ideologia dos construtores portugueses desde cedo. Assinala-se documentalmente no *Civitates Orbis Terrarum* de Bráunio, com a clara representação de uma torre em Cascais, intimamente ligada a uma base rebaixada com bombardeiras voltadas ao mar. Fundada por D. João II em 1492, seria encapsulada nos finais do século seguinte com a realização da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, sobre a baía de Cascais - e onde recentes escavações arqueológicas<sup>24</sup> comprovaram o acerto da imagem publicada em Colónia.

Pedro Dias chama a atenção para o paralelismo entre a Torre de menagem de Ormuz e a de Belém<sup>25</sup>, obedecendo “no essencial, à tipologia joanina de torre marítima com baluarte anexo<sup>26</sup>”.

A obra de Ormuz, levada a cabo em 1507 por Tomás Fernandes, não é isolada no contexto da produção da arquitectura militar albuquerqueiana e do inseparável arquitecto do 2º Governador da Índia<sup>27</sup>. Sob seu comando ele erigiu identicamente o complexo sistema de fortificações de Goa (1510) e das fortalezas de Pangim e de São Pedro de Benasterim (1512), esta com quatro

<sup>29</sup>“Os textos coevos chamam-lhe *torre albarrã* ou *torre do haver*, se nela se guardasse o tesouro. A menagem integrava-se habitualmente no circuito das muralhas, raramente ficando isolada, no meio dela, como aconteceu em Guimarães e em Pombal. A fórmula mais simples, a usada no séc. XII, mas que se manteve até aos tempos finais do sistema neurobalístico, foi a da torre alta e espessa, com muros direitos coroados por ameias. Formavam-se vários pisos, separados por sobrados de castanho ou de carvalho, ligados por escadas de madeira, só se tornando habituais os abobadamentos durante o séc. xv.” - in Pedro Dias, *A Arquitectura Manuelina* - 1988, Liv. Civilização, Porto, p. 236.

**Torre da Lagariça, século XIII. Resende. Levantamento e projecto, Alçado, Planta e Axonometria**



pisos e mui bem obrada de suas guaritas em cada quadra, de cantaria e de mui fermosa pedraria, da qual afirmava o vice-rei que nas terras de cristãos que tenho andadas não vi mais fermosa peça nem mais forte<sup>28</sup>. Entretanto, em 1511 tinha traçado e feito a Torre e Fortaleza de Malaca, fazendo ainda a fortificação de Cananor em 1513 e estando a concluir, em 1515, a de Ormuz, tudo pronto e a funcionar no Oriente longínquo, antes da Torre de S. Vicente a par de Belém, de Francisco de Arruda.

No fundo, ao virmos aqui evocar o papel desadequado de torres de menagem<sup>29</sup>, é um pouco de mitos (e da sua representação) que se trata. No fim de contas, a manutenção da torre de menagem (quando está para surgir a nova arquitectura militar), perturbou a evolução em direcção à concepção do sistema abaluartado, essa invenção das mais perenes da arquitectura de todos os tempos. Parece que se hesitava, na dúvida da eficácia dos métodos a utilizar. Por outro lado, atavicamente, sustentava-se a perenidade de uma imagem, mesmo quando se agregavam sinais da mais avançada vanguardia.

Não obstante, em Portugal, a fortificação medieval não conheceu a pujante expressão alcançada noutras regiões europeias, nomeadamente no Norte da Europa. Os castelos portugueses foram-se somando, com alguma exiguidade e limitações, de acordo com os avanços da Reconquista, quase exclusivamente retirando proveito das condições morfológicas da localização no território.

### 4.2.3 - DA FUNÇÃO GUERREIRA À FUNÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

Um pouco à maneira inglesa, mas porque também se verificava a chegada de uma família estrangeira inaugurando a nova casa real de Aviz, D. João I instituiu o cargo oficial de “rei de armas”, encarregado de zelar pela verificação e fixação das prerrogativas linhagísticas da nobreza.



<sup>30</sup>Silva, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses* - 2002 (2ª ed., 1ªed.-1995), Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, p.67.

<sup>31</sup>“A torre só acessoriamente servia de morada. Viril, erguida como um estandarte, era acima de tudo significação dum poder”- Geoge Duby, *O Tempo das Catedrais* - 1979, Editorial Estampa. Lisboa, p. 257.

<sup>32</sup>O autor apresenta um exemplo paradigmático e que, “sendo já do século XVI, parece reforçar exactamente este problema. Em 1533, Garcia de Resende redige em Évora o seu testamento, sendo a respectiva verba, encontrada por A. Braamcamp Freire, particularmente elucidativa: *Se eu não puder acabar em minha vida de fazer o morgado, como tenho ordenado e assentado, se faça logo destas coisas, a saber: da minha herdade de Val de Arcas com o assento de casas e torre honrada, que ahi hei de fazer, e, se não, por este mando que se faça, como tenho ordenado, e já para ella tenho lá cincoenta bordos e dez vigas;[...]* JE na torre, que assim mando fazer, mando que em pedra mármore se façam minhas armas, e se ponham em logare onde melhor parecer (*Ordenações de D. Duarte*, 1988, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.576)”, op.cit., p.63.

**Vistas dos Castelos de Vimioso, Alpalhão e Olivença, mostrando a subsistência das torres de menagem na configuração das fortificações, dispondo já de adaptações construtivas «de transição» - in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas-1510(?)*, «Introdução» de Manuel da Silva Castelo Branco/1990, A. N. T. T. e Edições Inapa, Lisboa.**



Por sua vez, D. Manuel I, à semelhança do que aconteceu com todo o ordenamento jurídico-administrativo do Estado, “procedeu a nova inventariação e fixação dos brasões e respectivas linhagens, quer em livros iluminados, quer no tecto da Sala dos Brasões do Paço de Sintra.

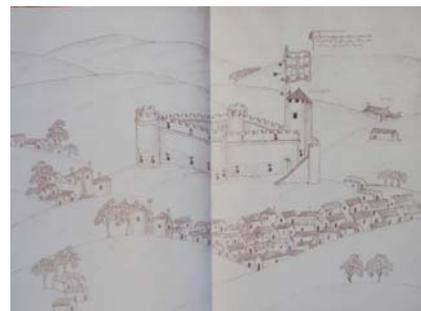
“Esta forte preocupação pela genealogia e pela heráldica caracteriza de modo particular o reinado do Venturoso (os vários e magníficos Livros de Genealogia iluminados são disso exemplo), de tal modo que a explicação talvez mais decisiva para a utilização, quer de decoração heráldica no Tardo-Gótico, quer de troncos de intenso naturalismo na decoração da arquitectura manuelina, tenha de ser entendida como um símbolo preciso desta busca das raízes do próprio Reino de Portugal e da sua nobreza(...)”<sup>30</sup>.

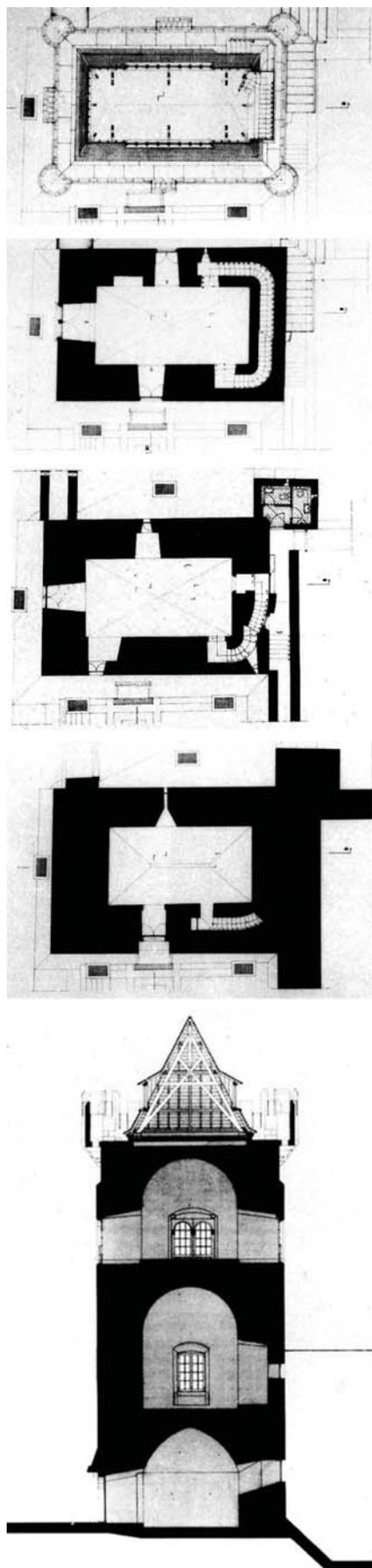
No excelente trabalho de José Custódio Vieira da Silva sobre os paços medievais portugueses, assinala-se: “*A torre feze-se como Senhor faz no seu*, isto é, um dos símbolos por excelência do poder da nobreza e sinal de poder incontestado da posse dos seus domínios está na torre militar.

Adquirindo eminente significação simbólica<sup>31</sup>, o renovado préstimo da afirmação vertical de um valor, ainda que seja o da linhagem, é inteiramente assumido pelo rei, desde logo esclarecendo direitos nobiliárquicos (depois da disputa com D. Jorge, tomando este nome de uma ascendência de Lencastre, ao ser obrigado a se destrinçar do irmão da viúva do seu pai) - o que está em linha com a estruturação social a que se assiste no começo dos Tempos Modernos.

A partir do século XV, com efeito, constata-se o retomar da construção de torres que revelam, definitivamente, o carácter heráldico e linhagístico dos seus fundadores”<sup>32</sup>.

Este ressurgimento tipológico entronca na tradição românico-gótica, e “embora o estudo das origens dos castelos medievais portugueses depare com muitas dificuldades, parece certo que a associação sistemática da torre de menagem com a cerca muralhada se vulgarizou apenas nos finais do século XI.(...)”



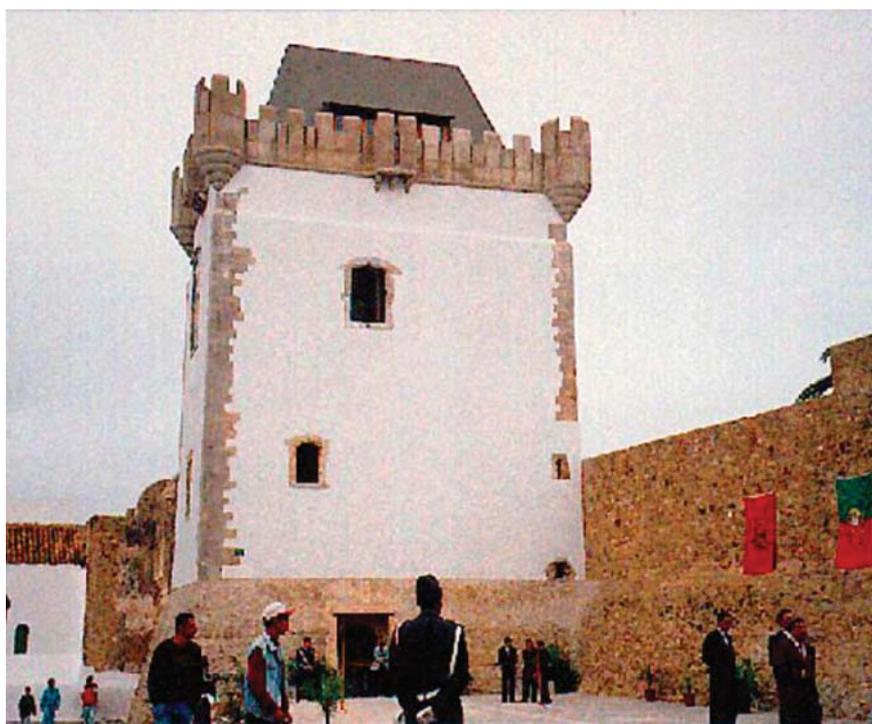


Em Marrocos, e nomeadamente em Arzila, trabalhou largamente Diogo Boytac (c. 1460-1528), tendo permanecido cerca de ano e meio no local (1509-1510) para dar expressão à cidade manuelina: “o senhorialismo tardio que durante o século XV os portugueses fizeram funcionar no Algarve marroquino (...) teria a sua melhor expressão numa obra de arquitectura, precisamente a torre de menagem de Arzila. Torre medieval europeia transplantada para o continente africano, ela materializa na sua silhueta uma vontade política vinda de outra idade, simbolizando um projecto que a nova situação tornara inviável, para não dizer anacrónico” - Rafael Moreira, *História*, in João Campos (Coord.), *Arzila, Torre de Menagem / Le Donjon*

*d'Asilah* - 1995, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 30.

Do Paço do Governador da Cidade só a Torre subsiste, com os seus traços inequivocamente boitaquianos, desde a composição decorativa dos vãos das fachadas, à extraordinária grossura das paredes em “composição celular” (Kubler), por onde se desenrola o movimento da comunicação vertical entre pisos, tal como acontece nos Jerónimos (cujos trabalhos Boytac interrompera, a mando de D. Manuel).

Desenhos com as plantas dos sucessivos pisos e corte transversal do projecto de A. Viana de Lima, in João Campos (Coord.), *Arzila, Torre de Menagem / Le Donjon* - 1995, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 57 e segs.



Moçambique, *Roteiro de Lisboa a Goa* - 1538, D. João de Castro (parcial). A torre que se observa no desenho fora mandada levantar por Afonso de Albuquerque, notando-se a similitude entre o seu perfil e a configuração da torre de menagem de Ormuz, efectivamente erigida pelo grande capitão mais a Norte em 1507. Estava assim pronta “em 1508, a primeira fortificação portuguesa na Ilha de Moçambique, o chamado “Forte de São Gabriel”. A sua construção, concluída durante uma única internada, graças à mão-de-obra abundante e ociosa da gente da armada desse ano, não obedeceu a qualquer plano prévio. Construído para servir de feitoria e dar apoio às armadas da Índia que ali invernavam, com casas para recolhimento da gente, o Forte de S. Gabriel era, na verdade, apenas uma torre com três sobrados rodeada por uma cerca à maneira dos castelos medievais a Península Ibérica. Cumpria satisfatoriamente a finalidade para que fora erigida, que, como se disse, seria a de servir de armazém e proporcionar uma morada condigna aos fidalgos que, embarcados nas naus da Índia, demandavam aquele porto, e não tanto defendê-lo contra eventuais inimigos. Aliás o poderio dos arábigo-swahili, antigos senhores da costa africana, fora rapidamente abatido - motivo que levou ao desmantelamento da fortaleza de Quíloa, por se revelar inútil escassos anos volvidos sobre a sua fundação...”-in Manuel Lobato, *A Ilha de Moçambique antes de 1800 - Algumas Notas sobre a História e o Património de uma Capital Colonial* -1996, in “Oceanos” nº 25, Jan./Mar., «Ilha de Todos - Ilha de Moçambique», p. 13, Com. Nac. Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa.

<sup>33</sup>José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses* - 2002 (2ª ed., 1ª ed.-1995), Inst. Port. do Património Arquitectónico, Lisboa, p. 50.

<sup>34</sup>José Custódio Vieira da Silva, op. cit., p.69. E acrescenta o autor mais à frente (p. 167): “É, por conseguinte, esta

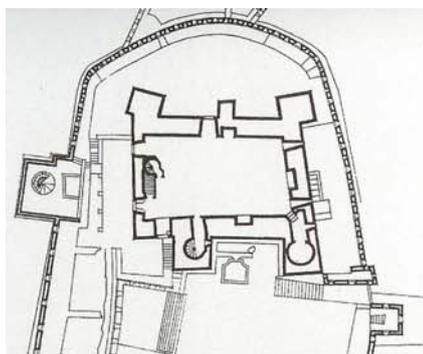


O prestígio e eficiência que detêm estas torres, erguendo-se altivas no interior do recinto murado e simbolizando a senhoria do castelo, parecem ser suficientes para se aceitar a influência directa que, como modelo adoptado, exerceram nas torres-habitação. Estas, com efeito, reproduzem com fidelidade esse modelo, conforme a análise arquitectónica permitirá comprovar<sup>33</sup>.

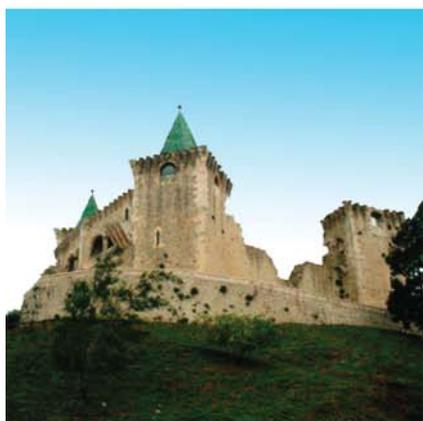
Não deixa de ser curioso que a importância da função guerreira vai-se minimizando à medida que se persegue o objectivo de representação heráldica e da recriação arquitectónica de uma figuração da antiguidade da “casa” com a sua torre.

Na acepção do autor que vimos citando, “é esta consciencialização da importância das origens que torna compreensível, no Estado moderno centralizado de D. Manuel, a refuncionalização dos antigos solares, realizada através do acrescento de um corpo habitacional à velha torre, muitas vezes derruída e entretanto restaurada, e que se transforma, assim, em paço; outras vezes, assiste-se mesmo à construção de torres de raiz, elucidativas da semântica que enunciam - o símbolo máximo de nobreza, a fidalguia “solar”<sup>34</sup>.

Com os “reis de armas” e os “passavantes” ocupados em laboriosos trabalhos de douramento dos pergaminhos, “as necessidade de afirmação linhagística que torna compreensível, como já se afirmou, a procura das origens e a necessidade de afirmação quer das famílias antigas quer das recentemente criadas. Percebe-se que, nesta atitude, um certo sentido histórico em que transparece a consciência humanística da fama e do respeito pelos antepassados, patente, inclusive, na preocupação de D. Manuel em dotar com túmulos condignos, em Santa Cruz de Coimbra, os dois primeiros reis de Portugal, ou de D. Diogo de Sousa em lançar os pais de Afonso Henriques em novas arcas tumulares”.



Em cima e em baixo, plantas dos pisos térreos dos paços dos Castelos da Feira e de Porto de Mós (este com uma vista das suas características torres. A outra fotografia pertence ao Paço do Castelo de Ourém.



velhas torres reerguem-se, dotam-se de ameias decorativas que, militarmente desnecessárias (são as características ameias chanfradas que coroam também muros de paços e igrejas), assumem por completo a expressão de identificador sinal heráldico.”

Já no extinguir do afã manuelino, arrolam-se porventura os mais significativos exemplares de uma tipologia única, pelo seu hibridismo e pela evidenciação do difícil convívio entre a forma simbólica e a função militar<sup>35</sup>. Da esfera armilar às torres que são os castelos conquistados aos infiéis e onde se impôs soberania, eis a abstracta evolução de sinais que, hoje em dia, pertencem ainda ao número dos traços distintivos de uma marca que promove uma afirmação nacional. Eis a bandeira nacional. Tem-se presente que, como expressão pública de uma linhagem e da afirmação de poder, através da representação da morada do senhor, “...desde os finais do século XII, em França de início mas, pouco a pouco, pela Europa inteira, se acumulam experiências no sentido de fundir palácio e fortaleza, com vista precisamente à obtenção dum plano regular, pela adossão aos respectivos muros dos vários (três, quatro) corpos residenciais e de serviços - mesmo que uma tal atitude necessariamente espelhe um renascimento de antigas fórmulas conceptuais que a Idade Média havia abandonado. (...) ...essa busca em torno das potencialidades de simetria e de harmonia fornecidas pela arquitectura militar não seria estranha às pesquisas que, entre nós, se realizariam na construção senhorial do gótico final, é o que demonstram castelos palatinos como os de Porto de

<sup>35</sup>Nos finais da década de 1520, a Torre das Águias, em Mora, em Évora-Monte, na década seguinte os Arrudas constroem a torre quadrada com bastiões ultra-semicirculares em cada ângulo com compartimentos acasamatados para canhoneiras nos três pisos abobadados. E ainda em 1569, faz-se em Montemor-o-Novo a Torre do Carvalho. A estes serôdios exemplares junta-se o espécime que Francisco de Arruda realiza como espécie de talismã pousado nas águas de Belém, no estuário do Tejo: a Torre de S. Vicente, de 1514, aliando a maior capacidade inovadora da concepção da arquitectura abaluartada vanguardista - qual bojo de barco preparado para fogo rasante para quem ousasse afrontar a sede do Império marítimo português - ao refinamento estilístico de um objecto arquitectónico

obsoleto, peça do cenário da representação do poder real de D. Manuel I.

<sup>36</sup> António Filipe Pimentel, *A Morada da Sabedoria. 1. O Paço Real de Coimbra, das origens ao estabelecimento da Universidade - 2005*, Almedina, Coimbra, p. 406. E acrescenta o autor um pouco à frente, no capítulo intitulado “Memória e (Con)Sagração”, pp.409-410: “De facto, os finais da Idade Média assistirão (no quadro da vulgarização, na arquitectura civil, de novos elementos de conforto, como chaminés e forros de madeira), a uma reabilitação do castelo enquanto residência (de que os já referidos paços de Leiria, Porto de Mós, Feira e Ourém constituirão lídimos exemplos), fenómeno a que não será estranho, certamente, o

desenvolvimento nesses anos de uma mentalidade neo-senhorial que encontraria no reinado de D. Afonso V a sua consagração política. Oreconhecimento da importância verdadeiramente heráldica tradicionalmente reconhecida ao uso das ameias - ilustrado na secular resistência oposta pela Coroa à generalização do seu uso -, projecta assim uma clara luz sobre essa mesma divulgação no âmbito da arquitectura manuelina, configurando uma derradeira (?) vaga de construção feudal, num revivalismo altamente significativo, tornado possível pela meticolosa purga levada a efeito por D. João II, a qual, decapitando a nobreza, eliminara nela qualquer veleidade de oposição ao poder real. E seria esse (re)enraizamento da Coroa no (velho) tecido social, que o reinado do Venturoso configuraria (e que alcançaria, no esplêndido tecto da Sala dos Brasões do Paço de Sintra, uma consagração a um tempo teórica e visual) a razão de fundo da reabilitação dos elementos bélicos a que se procede na arquitectura paçã contemporânea (não somente régia), senão mesmo, porventura, do conservadorismo que a historiografia tem registado na arquitectura militar da época de D. Manuel I, bem como da sua peculiar estetização - revivalismo esse, aliás, que se não reduz aos elementos bélicos, antes paira como uma invariante, sobre a prática construtiva deste período”.

37“...o entendimento da arquitectura civil indo-portuguesa apresenta-se, hoje, como um fenómeno de difícil abordagem”, in Hélder Carita, *Evolução da Arquitectura Civil Indo-Portuguesa e as suas Estruturas Espaço-Sociais* - 1999, in «Vasco da Gama e a Índia», Conferência Internacional, Paris, 11-13 de Maio de 1998, vol. III, p. 257, Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa.

38Op.cit., p. 257.

39Op. cit., pp. 258-259.

40António da Silva Rego, «Gavetas da Torre do Tombo», vol. V, p. 167 - cit in op. cit., p. 250.

Mós, da Feira e de Ourém, todos de meados de Quatrocentos, num percurso que se prolongaria, na centúria seguinte, pelos de Alvito e de Évora-Monte, mas que radicarão no século XIV e nas fortificações quadrangulares de Alter do Chão e da Amieira”<sup>36</sup>.

Mesmo no caso da Índia e no domínio difícil<sup>37</sup> da tipologia arquitectónica civil, em que as influências nacionais fizeram transmutar um gosto localmente adaptado à representação social da comunidade, Hélder Carita não deixa de fazer menção a uma espécie de fundamento atávico de uma identificação, através da produção arquitectónica. A importância das anotações do autor é tanto mais de sublinhar quanto, segundo o próprio<sup>38</sup>, “na sua chegada à Índia os portugueses confrontaram-se com uma antiquíssima cultura estruturada numa sofisticada codificação (...) com um rigor formal sem paralelo na cultura ocidental, o que muito perturbou os portugueses”.

“Desde o início do século XVI observa-se a presença de uma tipologia de casa-torre nos modelos de arquitectura civil, cuja evolução formal se assume progressivamente como um dos elementos mais complexos e interessantes da arquitectura civil indo-portuguesa.

Este tipo de edifício, aproximando-se da torre de menagem, separa-se claramente desta tipologia por uma maior amplitude de funções, servindo para casa de feitores, capitães, proprietários rurais ou casa da Câmara”<sup>39</sup>. Para a primeira casa da Câmara em Goa é ordenado no reinado de D. Manuel que fosse feita *há nossa despesa hua casa-torre pera Câmara de Vereação da cidade*<sup>40</sup>. Em Ormuz, Gaspar Correia refere igualmente, em 1507, a construção dum casa forte na ponta da cidade junto das casas d’El-Rey.

Marcada por uma forte instabilidade política, esta tipologia tardo-medieval correspondia não só a uma necessidade de defesa como a uma forma de marcar o território e a paisagem urbana com um elemento simbólico de valor sólido e dominador, que se adequava à imagem de casta xátria que os portugueses assumiram na Índia<sup>41</sup>.

A divulgação destas casas-torre como modelo comum é

41“Na estrutura social indiana a classe dos xátrias encontrava-se logo abaixo da classe dos brâmanes - os sacerdotes - competindo com esta em prestígio social. Encontravam-se nesta casta, não só os reis e príncipes como a generalidade dos guerreiros” - in Hélder

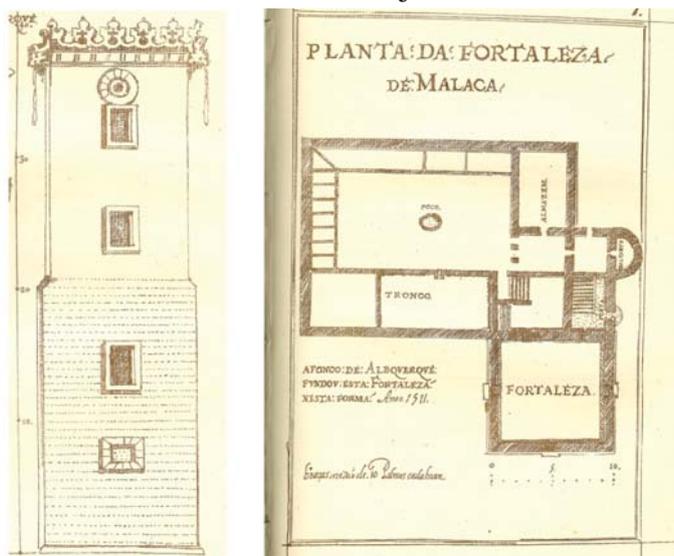
Carita, *Evolução da Arquitectura Civil Indo-Portuguesa e as suas Estruturas Espaço-Sociais* - 1999, in «Vasco da Gama e a Índia», Conferência Internacional, Paris, 11-13 de Maio de 1998, vol. III, p. 270, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

<sup>42</sup>“Desaparecida na sua quase generalidade, esta tipologia de casa-torre adquire um forte significado ao estabelecer-se como gênese de um modelo de arquitectura civil constituído por uma sequência de corpos torreados com telhados múltiplos de 4 águas muito inclinados. Esta tipologia parece formar-se rapidamente, pois já em 1567 um padre jesuíta referia a omnipresença destes telhados na arquitectura da cidade de Goa ao escrever *as casas tem os telhados altos e impinados a modo de curicheus que estão parecendo muito bem antresachados com os arvoredos, tem muita graça; assi a cidade como a ilha.(...) Coroadas por tectos altíssimos em forma de pirâmide, os edifícios adquiriam uma outra vibração e monumentalidade, mais de acordo com a imagem de poder e dominação dum pequeno povo, que pretendia estabelecer um controle marítimo e comercial sobre um vastíssimo território. Para além da sua função estética e semântica, estes tectos formavam um sistema de refrigeração nos espaços interiores”(...) - in Hélder Carita, *Evolução da Arquitectura Civil Indo-Portuguesa e as suas Estruturas Espaço-Sociais* - 1999, in «Vasco da Gama e a Índia», Conferência Internacional, Paris, 11-13 de Maio de 1998, vol. III, p. 270, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.*

confirmada por uma carta do alcaide-mor de Baçaim ao Vice-rei, ainda em 1728, ao afirmar: *deve-se ordenar aos foreiros de Baçaim e Damão que cada um faça uma torre, ou casa forte na aldeia, assi como houve no princípio do nosso governo.*

O caso não era específico da Índia. Tanto nas Ilhas Atlânticas como nas costas do Brasil o fenómeno da casa-torre aparece sistematicamente referido na documentação, embora sem a divulgação e significado que adquire na Índia. Álvaro Caminha, capitão donatário da Ilha de S. Tomé, possuía na cidade do mesmo nome, no início do séc. XVI, uma casa-torre que até ao século XVII se autonomizava no casario da cidade. No Brasil, Gabriel Soares, no seu “Tratado Descritivo do Brasil”, escrito nos finais do séc. XVI, refere igualmente a existência de casastorres de que nos chegou, embora em ruínas, a Casa da Torre de Garcia d’Ávila, perto de São Salvador da Bahia.

“Nos arredores de Cochim existe, ainda hoje, uma casa-torre<sup>42</sup>,



**Planta da Torre de Menagem da fortaleza de Afonso de Albuquerque, levantada por Manuel Godinho de Herédia, in *Malaca, l'Inde Méridionale et le Cathay, manuscrit original autographe* - 1882, por Léon Janssen, Librairie Européenne C. Mucquardt, Bruxelas.**

**Ao lado, a cidade de Malaca com a fortificação, in *Gaspar Correia, Lendas da Índia* (c. 1530/40) - 1975 (fac-simile 1860), Livro II, Tomo II, Lello & Irmão Ed., Porto.**







“Demolido no séc. XIX, o Palácio-Fortaleza dos Vice-Reis, em Goa, foi objecto de um levantamento no séc. XVIII que nos permite analisar um edifício com uma estrutura da primeira metade do séc. XVI. Pelas plantas e alçados podemos constatar um desenvolvimento orgânico de grandes volumes e a pontuação de corpos torreados. A eleição da residência oficial dos vice-reis como um «palácio-fortaleza» é em si significativa da tentativa de aproximação do modelo de arquitectura civil a um modelo de casta xátria que influenciou a evolução da arquitectura indo-portuguesa.”- Hélder Carita, *Evolução da Arquitectura Civil Indo-Portuguesa e as suas Estruturas Espaço-Sociais* - 1999, in “Vasco da Gama e a Índia”, Conferência Internacional, Paris, 11-13 Maio de 1998, vol. III, p. 271, Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa. A fotografia da maquete (de Augusto Bolotinha & Hélder Carita), bem como as reproduções da planta e do perfil do Palácio dos Vice-Reis foram colhidas in Pedro Dias, *De Goa a Pangim - Memórias Tangíveis da Capital do Estado Português da Índia* - 2005, Santander Totta, Lisboa, pp. 112, 113 e 115.



construída no século XVI para albergar uma pequena guarnição militar de protecção à cidade, cuja construção é descrita por Gaspar Correia. Encontrando-se hoje a torre sem telhado, ela aparece representada em vários levantamentos da região de Cochim, realizados pelos holandeses após a conquista deste território”.



Azamor, Marrocos. Vista a partir da margem oposta do rio Morbeia, distinguindo-se o limite muralhado da cerca manuelina, e reprodução da gravura de G. Braunio e Francis Hogenberg, in *Civitates Orbis Terrarum* - 1572, Colónia.

Os Arrudas intervieram grandemente, logo após a conquista da cidade (Outubro de 1513), na configuração e na invenção do sistema de fortificação, tendo realizado dois extraordinários bastiões: o de São Cristóvão e o Baluarte do Raio, para além de todo o conjunto de obras que incluía o paço do governador.

#### 4.2.4 - O PERÍODO MANUELINO E A ARQUITECTURA MILITAR EM PORTUGAL

Bastamo-nos com a síntese do capítulo 6 de *A Arquitectura Manuelina*<sup>43</sup> para chamar a atenção para os traços fundamentais da actividade da fortificação no período do rei Venturoso, respigando com a devida vénia:

“Nesta primeira época, sobretudo na costa oriental da África, na Índia e Malaca, bem como no próprio Golfo Pérsico, as obras eram feitas com rapidez, *sempre a nossa usança com cavas, torres e artilharia...*, como diria Albuquerque. Por isso, os primeiros castelos ficaram com um circuito rectangular de muralhas com uma torre albarrã, e praça de armas central ou, mais simplesmente, como em Coução e Malaca, apenas com umas casas fortificadas.

“Vejam agora as principais realizações no âmbito da arquitectura militar realizadas em Portugal Continental e nos territórios de além-mar. Diga-se, desde já, que a maioria das obras de carácter defensivo desse período se perdeu, sobretudo devido ao rápido incremento das armas de fogo. Noutros casos,

<sup>43</sup>Pedro Dias, *A Arquitectura Manuelina* - 1988, Livraria Civilização, Porto, pp. 240-244.





Em cima, planta da cidade histórica de Safi, com o núcleo do “Castelo de Mar” à esquerda, junto do porto, fora da cerca muralhada. No meio da Medina assinala-se o local da antiga catedral manuelina, in João Campos, *Para o Esplendor da Mais Rara Jóia Manuelina de Ultramar / Relatório da Viagem a Safi - Junho de 2003*, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto. Ao lado, *Tzaffin, Safi - gravura de G. Braunio e Francis Hogenberg*, in *Civitates Orbis Terrarum - 1572*, Colónia.

Depois das campanhas de D. Afonso V, designadamente a sangrenta tomada de Arzila (1471) e a entrega de Tânger dias depois, o domínio de Portugal sobre o Magrebe desenvolveu-se com uma política de protectorados em diversas cidades onde foram instaladas feitorias fortificadas.

Por acordo assinado entre D. João II e Ahmed Ibn Ali, em 1488, Safi comprometia-se ao pagamento de 300 meticais de ouro (ou o equivalente em outras mercadorias), tendo sido nomeado como primeiro feitor Rui Fernandes de Almada - humanista que teve relevante papel, mais tarde, à frente da Feitoria de Antuérpia, onde desenvolveu profícuas relações com os grandes artistas do tempo.

Sob comando de Diogo de Azambuja (fundador do Castelo da Mina e construtor, em 1505, de Santa Cruz de Cabo de Guer, abandonada em 1520 e de que nada resta), foram acrescentadas, logo em 1521 e de forma mais ou menos subreptícia, partes da própria muralha muçulmana, tomando duas torres e abrindo



uma porta. Daí a senhorear Safi, tornando a cidade sob governo português, foi afirmada a vontade de D. Manuel I, e as obras decorreram sensivelmente entre 1508 e 1512. Por esta data, o arquitecto Diogo de Arruda orientava os trabalhos, tendo-se-lhe juntado seu irmão Francisco.

Safi era uma enorme estrutura muralhada, constituindo o principal porto do reino dos Almorávidas, com capital em Marraquexe. O cálculo atribuído por Pedro Dias (in *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos, 1415/1769*, Liv. Minerva Ed., Coimbra, 2000) para a extensão dos panos da muralha muçulmana ronda os 2700 metros, contando “setenta e cinco torres de origem muçulmana, do século XV ou anteriores” (op. cit., p.168). Essa extensão teve, por razões de defesa, uma reconfiguração parcial sob o domínio português, e desde logo incluindo, como afirmação própria de grandeza e soberania, o famoso Castelo de Mar, cujo traço pode ser atribuído aos irmãos Arruda - embora executado depois da partida dos arquitectos, sendo o seu construtor um tal Pedro Álvares, o qual, em 1517, detinha o título de Mestre-de-obras da fortaleza.

O esforço português foi de enorme vulto. D. Manuel, entre 1517 e a

data da sua morte, em 1525, ordenou gastos cuja documentação, ainda existente, atinge a soma formidável de 10 300 000 reais.

Com o fortíssimo castelejo - a famosa Kechla e a sua Porta do Sol virada a Marraquexe, em contraponto ao Castelo de Mar - foi realizado um programa edilício próprio de uma verdadeira capital.

No capítulo da arquitectura militar manuelina são actores principais os irmãos Arruda (enviados pelo rei em 1512, na sequência do cerco sofrido pela cidade em 1510-1511, e que refazem o circuito das muralhas e a alcáçova) e mestre Pêro Gomes (erigindo o Castelo Novo ou de Mar, a partir de 1516). Para além destes, outros nomes se notabilizaram, como o de João Luís (1513-1524, sobretudo na Catedral), Luís Dias (1524-1526, porventura o mesmo que ocupará o cargo de primeiro arquitecto oficial do Brasil, Garcia de Bolonha (nomeado em 1526) e Lourenço Argueiros. Na dependência de Safim - e sua autêntica escola regional de mestres construtores - mas com plantas enviadas do reino (e provavelmente de autoria dos Arrudas), estão ainda os casos das fortificações de Santa Cruz de Cabo de Guer (em que trabalhou mestre Bastião Fernandes,

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK



mas de que nada resta, 1514) e de Aguz (ou Souira Kedima,, executado pelo governador D. Nuno de Mascarenhas, 1519-1520).

Nas fotografias em cima distingue-se o Castelo de Mar, com alguns pormenores, designadamente da sua torre de menagem. No meio da cidade



histórica, ainda hoje se situam os restos da catedral manuelina. Em baixo, vê-se a alcáçova a partir da torre de menagem do Castelo de Mar e a entrada da mesma, a “Kechla”, no fim da estrada que provinha de Marraquexe, ostentando uma rica composição heráldica com as esferas e o escudo de D. Manuel coroado como imperador marroquino (com o capacete em forma de tenda e dois anjos sustentando as armas da cidade. Ao pedir instruções para concluir a obra em 1540, Lourenço Argueiros ia a Lisboa com carta do capitão em que se assinalava que *fazendose d’abobada fica a melhor*

*peça que houvera antre cristãos e elle soo he abastante pera defemder toda ha cidade”. É de facto uma peça arquitectónica em busca de uma modernidade que já transporta, embora não seja o modelo que vá vingar.*

(Fotos colhidas in João Campos, *Ruínas da Catedral Manuelina / Missão a Safi*, - Abril 1998, 116 pp., policopiado, Fund. Cal. Gulbenkian, Porto, e in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Proposta Preliminar para o Projecto de Salvaguarda da Catedral Portuguesa de Safim* - Set. 2004, 22 pp.+ desenhos, policopiado, Fund. Cal. Gulbenkian, Porto).



<sup>44</sup> Informa-nos Pedro Dias, op. cit.: “Em Torres Vedras restam os cubos, de transição, de planta ultra-semicircular, com aberturas largas e ameias baixas, além de troneiras no piso térreo. A porta principal do castelo foi adornada com as esferas armilares e cruces da Ordem de Cristo. Sabemos que em 1519 decorriam aí trabalhos importantes (ANTT - «Corpo Cronológico», P.1ª, m.25, doc.34).

“Na cidade de Abrantes há também alguns vestígios de obras que se poderão datar da época manuelina, remodelações do velho castelo dionisiano. No interior, em Belmonte, há um paço acastelado, claramente manuelino, onde se destaca uma belíssima janela mai-nelada. Em Campo Maior, todo o corpo central das defesas, com as suas torres elevadas, pertence a este ciclo arquitectónico ou, pelo menos, sofreu profundas remodelações. Também aqui há elementos decorativos típicos, como uma janela debruada de cantaria naturalista. No Alandroal, o que se pode ver da alcáçova é manuelino. As portas são «guarnecidas por capitéis e impostas» decoradas com esferas e motivos vegetais e naturalistas, em geral. Em Pinhel e em Portel assistiu-se à renovação das torres, enquanto em Beja foi no paço anexo à torre de menagem que se efectuaram melhoramentos.

“Mais importante foi a renovação do Castelo de Elvas, já iniciada no tempo de D. João II, como o seu escudo, apostado sobre a porta, testemunhou, durante séculos. Apresenta um bastião ou baluarte poligonal, acasamatado, de troneiras e merlões fortíssimos.

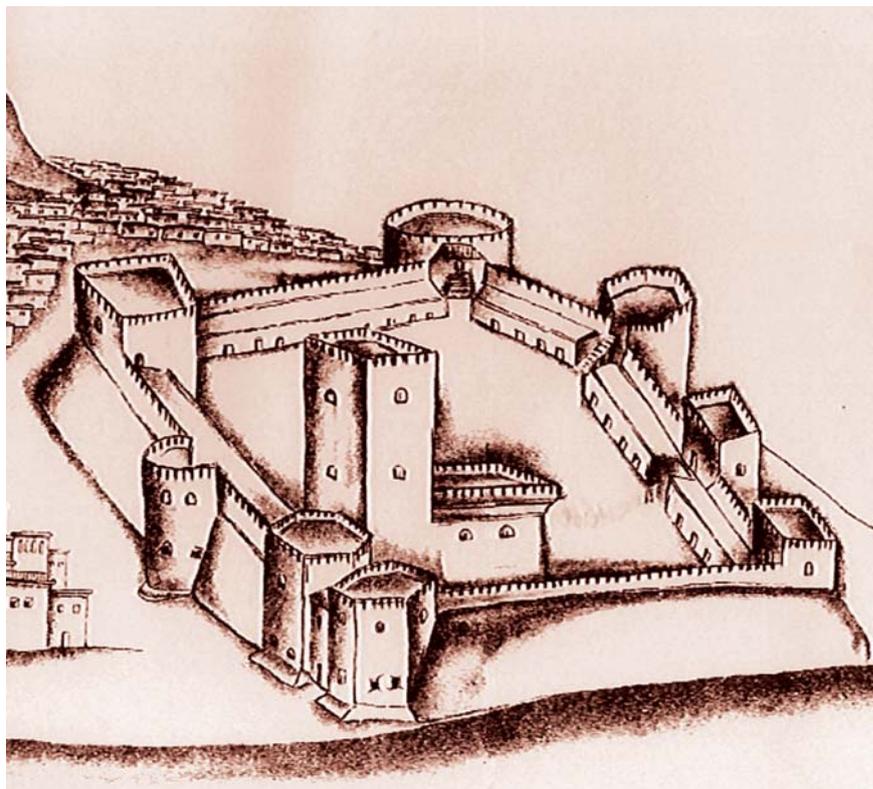
“Em Évora, há vestígios de obras manuelinas por toda a cidade, pois as velhas muralhas foram completamente remodeladas e nalguns pontos aumentadas e dotadas de portas novas (Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*, pp. 5-17). Mas é no extremo sul, em Castro Marim e em Lagos, que se podem admirar dois dos mais típicos exemplares da arquitectura militar deste período. Na antiga comenda da Ordem de Cristo, na ribeira do Guadiana, há um núcleo central, com quatro torres no canto, de planta redonda, mais baixas que as

como na Índia, as primeiras edificações eram tão modestas que, rapidamente, foram substituídas. Não teremos outra alternativa que não a de analisar alguma da documentação e as espécies iconográficas coevas. Lembremos, para começar, o texto de Damião de Góis, no qual o ilustre humanista e cronista régio enumerou as principais empresas artísticas de D. Manuel. Diz que: *Reparou ho castélllo Dalmeida, & ho fez quasi de nouo: Fez ha fortaleza de Castelbom, & ha reparou de muros, & cauas, fez ho castello dalfajates, & mandou çercar ha villa. Fez de nouo ha Torre, & fortaleza de sam Viçente da par do Mosteiro de Bethleem todo de pedra canto, em que mandou poer muita artelharia, & gente de guarnição cõ que se ho porto vegia, & guarda. Mandou fazer ha çerqua noua Doliuença, mandou de nouo çercuar ha villa de campo maior. Fez de nouo ha magnifica, & sumptuosa Sé da çidade do Funchal na ilha da madeira, & ho mesmo fez nas mais das Ilhas. Gagnou em Africa has çidades de Çafim, & Azamor, & ha villa de Mazagam quomo fica dito, & ás fortaleçeo, & em Mazagam mandou fazer hum castello muito forte. Mandou acabar de todo ho castello de sancta Cruz em Africa, onde chamão Guadanabar, que loam lopez de sequeira começou, pela qual fortaleza lhe deu satisfaçam, & lha tomou pola elle não poder soster quomo fica dito. Mandou fazer ho castello Daguz, que he oito legoas de Çafim. Mandou fazer ho castello Real nas Ilhas do Mogadó, aquem do cabo de guer. Mandou na India fazer has fortalezas seguintes. s. em Cochí duas, hüa no sertã sobelo rio, & ha outra na çidade, & ha de Cananor, Coulan, Quiloa, Çofala, Moçãbique, Anchediua, Çacotora, Ormuz, Goa, com todos los castellos que na ilha ha, & ha de Paçem, Pedir, Calecut, Chaul, Zeiland, Malaca: & nas ilhas de Maluco mãdou fazer ha de Ternate, que se fez depois de seu faleçimento. Nas quaes fortalezas assi nas Dafrica, quomo da India mandou edificar Egrejas, & algüis mosteiros de frades que dotou de rendas, & tenças pera hos clerigos, & frades que nellas administrassem ho culto diuino, & lhe deu muitos, & ricos ornamentos, & has fortalezas proueo todas de artelharia, & outras munições de guerra, com toda ha gente darmas neçessaria.* (Damião de Góis, «Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel» - 1949, ed. de Coimbra, Parte IV, Cap. LXXXV).

“De tudo isto, pouco ficou, no território europeu de Portugal”<sup>44</sup>. (...)

“Vejam os dois grandes monumentos militares do reinado de D. Manuel I: o Castelo de Évora e a Torre de Belém.

A Fortaleza de Afonso de Albuquerque em Ormuz - ampliação do desenho de Gaspar Correia, in *Lendas da Índia* (c. 1530/40) - 1975 (fac-simile 1860), Livro II, Tomo II, Lello & Irmão Ed., Porto - com “a menagem, que tem um corpo mais baixo, paralelipipédico, tipo casamata, num esquema que lembra o da torre de Belém, in Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 - 1822)*. *O Espaço do Índico* - 1998 b, p. 389, Círculo de Leitores, Lisboa. Curioso é verificar o diacronismo na apreciação do ilustre Professor: afinal a Torre de Belém ainda não existia quando Tomás Fernandes dava forma às ideias de Albuquerque junto às águas do Golfo Pérsico...



habituais de tradição medieva, e panos direitos a ligá-Ias. As portas são de cariz gótico final, simplesmente chanfradas e ornadas com os emblemas do Venturoso (Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo...*, p. 167 e segs.). Estas obras já estavam concluídas quando Duarte de Armas fez o levantamento do castelo, por volta de 1510.

“A cerca de Lagos é, quase toda, da época manuelina, e mostra o apego aos esquemas da neurobalística. As torres são quadrangulares, à maneira dos séculos anteriores, posto que com funções que viriam a ser próprias dos baluartes. Foi defendido o flanco exposto às incursões por via marítima, pois eram frequentes os ataques dos corsários.

“Muitas outras terras, maiores ou menores, foram enriquecidas, no âmbito das fortificações. Noutro capítulo vimos que isso aconteceu em Lisboa, e acima, em Évora. Poderíamos lembrar Coimbra (António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal, Cidade de Coimbra*, pp. 1-9), e Mértola, em obras em 1513, de que era mestre Fernão Pires, mas onde interveio, pelo menos fornecendo materiais, o famoso Francisco Danzilho (Sousa Viterbo, *Diccionário...*, vol. I, p. 55 e vol. II, p. 299, e ANTT- «Corpo Cronológico», m.13, doc. 72) .

“O primeiro foi construído por Diogo de Castilho, em 1518, segundo os esquemas renascentistas que se vinham afirmando, sobretudo em Itália (Túlio Espanca, op. cit., pp. 16-17 e Rafael Moreira, *A Arquitectura*, pp. 319-321), nomeadamente em Nápoles, com o projecto de Giuliano de Maiano, de 1487, e os desenhados por Leonardo da Vinci para a vila de Charles d’Amboise em Milão, datáveis de entre 1506 e 1508. Não muito distintos, na filosofia geral, foram os planos de Chambord, do italiano Domenico da Cortono, de antes de 1519. Como se disse, conhece-se o seu aspecto, através do levantamento da sua planta, feito antes das obras setecentistas que lhe conferiram a fâcies actual. Segundo Rafael Moreira, que tão bem o estudou, era um quadrado de 60 ms. de lado com quatro torres paralelepipedicas nos ângulos - uma das quais ligeiramente maior que as outras -, de acessos independentes por escadas laterais, e vasto pátio central rodeado de arcarias. Semelhante partido, único entre nós, permite relacioná-lo com o discutido projecto de *un bellissimo palazzo con quattro torri* que Andre Sansovino teria feito para D. Manuel, cujos desenhos Vasari afirma ter visto (Rafael Moreira, op. cit., p. 320). (...)

“Atribuído a Francisco de Arruda anda o Castelo de Évora-Monte, e, posto que datável de 1531, temos de o incluir neste ciclo(...).

“Da mesma época, e num estádio evolutivo equivalente, temos

<sup>45</sup>Em continuação, Pedro Dias (op. cit.) alinha uma descrição bem elucidativa da actividade construtiva nesse período: “Sabemos que o citado arquitecto Francisco de Arruda, como num dos capítulos anteriores referimos, trabalhou em Moura, Mourão e Portel, Pêro Lopes em Freixo de Espada à Cinta, João de Ortega no de Sabugal, Luís de Cáceres no de Alpedrinha, Francisco Danzilho em Castelo Bom, etc., mas é muito difícil dizer hoje o que eles efectivamente fizeram.

“Em Monsaraz, do lado oeste, incluídos na barbacã, são visíveis uns bastiões, um dos quais redondo e com troneiras, elementos que foram abertos nas torres baixas quadrangulares. No outro desenho, no que foi executado de leste, é possível detectar um outro baluarte poligonal, apontando a norte. Em Olivença o novo circuito de muralha detecta-se imediatamente, mais baixo que o antigo, com cubos nos ângulos e troneiras abertas ao nível do piso térreo, do lado sul e leste, pelo menos. Vê-se que, quando Duarte de Armas fez o seu desenho, ainda decorriam trabalhos de melhoramento. É estranho que toda a barbacã de norte seja lisa, sem torres ou portas, o que nos leva a pensar que, depois de uma primeira empreitada já concluída, outra se seguiria então para completar o sistema defensivo.

“Em Elvas também a barbacã já estava renovada, incluindo baluartes poligonais no flanco sul, com aberturas cruzetadas para as bocas de fogo. A norte mantinha-se a estrutura fundamental medieva, podendo saber-se através da planta do castelo que o baluarte poligonal, no extremo oposto, mas no mesmo pano da menagem, já estava feito. Duarte de Armas desenha-o, no entanto, com pouco rigor.

“O castelo de Monforte, o último reduto, parecia ter sido renovado, dotado de dois baluartes ou, pelo menos, torres redondas nos ângulos. O mesmo se passou em Alpalhão, mais uma alcáçova fortificada que um castelo propriamente dito; à menagem juntavam-se aposentos de relativa grandeza, à qual acrescia um pátio ou terreiro. Foram levantados cubos nos lados opostos aos da torre albarrã, com mais que um piso, todos

o castelo roqueiro de Vila Viçosa, como o anterior erigido graças ao empenho do Duque de Bragança D. Teodósio. Foi iniciado cerca de 1525, estando, no fundamental, concluído em 1537 (Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora*, Lisboa, 1978, vol I, p. 515 e segs., e Gustavo Matos Sequeira, *O Castelo de Vila Viçosa*, Lisboa, 1961). O nome de João de Castilho anda-lhe associado, mas não nos parece possível prová-lo seguramente. Não nos repugnava que o projecto inicial, que incluía bastiões redondos, fosse também de Francisco de Arruda.

“Não devemos terminar esta nota sem tentar detectar<sup>45</sup>, nos desenhos de Duarte de Armas, obras manuelinas.”

com dispositivo para bocas de fogo. Também de cada lado da porta principal se abriram troneiras, como aconteceu, pela primeira vez em Portugal, julgamos, em Vila da Feira.

“Em Castelo Branco são visíveis benfeitorias na alcáçova, como as janelas com cruzetas e debruadas com cantarias lavradas. A barbacã tem algumas troneiras, mas não se detectam grandes alterações. Na Idanha, pelo contrário, todo o sistema defensivo da porta principal parece renovado, com um pano poligonal de uma banda e uma torre quadrangular da outra, onde se abriram orifícios para o fogo de bombardas. A fortaleza de Salvaterra tinha planta circular, com dois circuitos de muralhas, a do castelo e a barbacã. Na planta, melhor que em qualquer das vistas, podemos aperceber-nos de dois cubos e uma torre pentagonal, já um verdadeiro baluarte, com canhoneiras nas faces.

“O castelo do Sabugal estava em obras, como aliás se comprova documentalmente e antes referimos. Haviam sido já construídas duas torres redondas com suas troneiras cruzetadas, a defender a porta falsa, como explica a legenda. Reparações eram também visíveis em Vila Maior, melhorando-se a barbacã de forma oval, o mesmo se passando em Castelo Mendo, então em fase muito atrasada. Em Castelo Bom, cujas obras estão documentadas e também referimos oportunamente, tinha uma nova cortina, baixa, a leste, com duplo circuito do lado sul. As canhoneiras estavam viradas para estes dois lados.

“Mas uma das mais interessantes representações é a de Almeida, cuja fortaleza foi construída por Francisco Danzilho e fiscalizada por Mateus Fernandes. A alcáçova era imponente, quadrangular, com uma fortíssima torre de menagem num dos cantos. Outras três, todas distintas, ocupavam os restantes vértices, havendo compartimentos encostados à muralha, mas deixando aberta a praça de armas. Envolventemente, a barbacã foi dotada de torres baixas, com balcão corrido com ameias, idêntico aos que, nessa mesma época, se fizeram nas torres do castelo. As troneiras abrem-se nas pequenas esplanadas redondas, de balcões salientes e contínuos. É este um dos mais claros exemplos da forma de construir fortificações, no início da centúria de Quinhentos, fora da Itália, naturalmente. São estes dispositivos que encontramos em muitas das grandes obras defensivas de Castela e da Andaluzia, e até do Centro da França.

“Castelo Rodrigo, de que se conhece também documentação, estava em obras, apenas sendo de assinalar o reforço do dispositivo para as bocas de fogo, na primeira cerca, logo a seguir ao castelo propriamente dito. A muralha da vila era ainda a medieva, posto que já com torres circulares, mas altas e sem troneiras ou abertas para o tiro mergulhante.

“É apenas um bastião redondo do lado sul que se vê nos desenhos de Freixo de Espada à Cinta, denunciando obras novas. Lá está a quatrocentista torre do galo, a menagem com os balcões

de matacões nos ângulos, a cerca e a barbacã envolvente que, de qualquer modo, pelo seu aspecto, não poderiam ter muitas décadas.

“Se em Miranda do Douro apenas no muro nordeste se viam testemunhos de trabalhos recentes, já de outro modo se passava em Vimioso. À velha torre albarã, de planta quadrangular, como era tradicional, juntaram uma cerca regular, com quatro cubos nos ângulos, bem à maneira das que os nossos arquitectos deixaram além-mar, quando tinham a oportunidade de começar a obra de raiz. Contamos vinte e uma troneiras no nível térreo, para o tiro rasante, e mais dezanove nos andares superiores, já considerando três, no interior de cada cubelo. As ameias são já largas, como as que se iriam desenvolver durante a primeira metade da centúria de Quinhentos.

“Bragança tinha grande parte da barbacã destruída, ou em fase de reparação, mas já dispunha do castelo regular, como ainda hoje se vê, com albarã a meio de um quadrilátero, dominado por cubelos baixos nos vértices. Na cerca, as torres semicirculares parecem aproveitadas, apenas melhoradas com as aberturas indispensáveis para as armas de fogo. “Em Vinhais, Monforte e Montalegre, as portas tinham sido recentemente melhoradas, ou com a construção ou com a remodelação de torres e barbacãs, todas com grande número de troneiras. Mais interessante era o dispositivo de Caminha, sobretudo do lado virado à água, dado que era necessário reforçar convenientemente esse flanco, exposto aos ataques da pirataria. Estabeleceu-se um complicado conjunto de muros e portas, aqueles dotados de torres, quer quadrangulares, quer circulares, quer mesmo de planta pentagonal. Ao que parece, adaptava-se o que já existia, acrescentando-se novos elementos, no entanto, sem grande rigor”.

<sup>46</sup> Mapa inserto na p. 74 de *Castelos da Raia*, Vol. I - Beira - 1996, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

### 4.3 - EM TORNO DA ARQUITECTURA MILITAR DE TRANSIÇÃO

O repositório dos 55 castelos raianos que Duarte Darnas desenha no seu Livro das Fortalezas (a que adiciona a casa dos Braganças, em Barcelos, e o Paço real de Sintra) constitui o mais bem conseguido documento sobre as características da arquitectura militar portuguesa, exactamente por alturas da chegada de Afonso de Albuquerque a Ormuz, Alguns dos exemplares arrolados no Códice em apreço apresentam obras recém executadas, ou em curso, na primeira década de Quinhentos.

De acordo com Rita Costa Gomes<sup>46</sup>, só na raia entre Douro e Tejo realizaram-se, durante o reinado de D. Manuel I, obras de conservação e de remodelação em doze castelos, a saber: Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo e Segura.



Em Diu, à primitiva fortificação foi adicionado, em 1542, o baluarte de S. Jorge (foto em cima), especificamente destinado ao uso de artilharia, maciço, redondo e saliente da muralha, com grandes merlões de perfil recurvado e que pode ser considerado como um autêntico protótipo das construções que aí se realizaram após 1546, conduzindo a uma completa modernização da grande Fortaleza e das defesas da cidade.



Ao lado, a Planta de Dio de D. João de Castro, in *Roteiro do Mar Roxo*, Ms. Cott. Tib. Dix da British Library/ c.1530, “Introdução” de Luís de Albuquerque - 1991, Ed. Inapa, Lisboa.

Enquadramento paisagístico das ruínas do pequeno Forte Português de Quíloa, subsistentes em remoto lugar da costa africana, com cerca de 1000 m<sup>2</sup> de implantação. Trata-se de uma espécie de projecto-tipo que corporiza uma arquitectura de transição na primeira fase da empresa imperial de Portugal, construído ao lado do sumptuoso palácio e da bela mesquita do Senhor swahili de Kilwa.

Conjuntamente com Quíloa, D. Francisco de Almeida trazia outras indicações precisas para levantar fortificações, como a de Sofala (a Sul de Quíloa - para o que deixara uma guarnição no local - mas que demorará a ser executada), como se constata: ...*D. Francisco de Almeida partiu em 1505, nomeado governador-mor por um período de três anos. Era uma pessoa principal do Reino, como dizia Gaspar Correia. ...assy de geração e saber, e primor..., e isso fazia com que na perspectiva de D. Manuel I estivesse em condições ...de representar sua pessoa e estado real com poderes na justiça e fazenda...* (*Lendas da Índia*, vol. I, p. 525).

Na “Carta de Poder” dada a 7 de Fevereiro (*Cartas de Afonso de Albuquerque*, p. 269), e no “Regimento” datado de 5 de Março (*Cartas*, p. 272), diz-se que deveria assegurar as bases para as armadas, mas não o senhorio das terras, ordenando-lhe ainda D. Manuel I que erguesse algumas fortalezas, e que aproveitasse a ilha de Angediva para porto de abrigo das nossas frotas, e apoio às outras bases terrestres da Costa do Malabar. A missão incluía também o fortalecimento dos laços e alianças

com os rajás de Melinde e de Cochim, e impunha que, ao lado da fortaleza que deveria construir em Coulão, fizesse uma igreja e uma casa de recolhimento para frades. D. Francisco de Almeida deveria também erguer a fortaleza de Cananor, concluir a de Cochim, já começada, na costa africana deixar erguidas as de Quíloa e Sofala, esta a cargo de Pedro de Anaia, fazendo ainda uma outra na boca do Mar Roxo, para o que foi escolhida a ilha de Socotorá (António Dias Farinha, *Os Portugueses no Golfo Pérsico / 1507-1538*. «Mare Liberum» n° 3, 1991, Lisboa). (...)D. Francisco de Almeida levava o encargo expresso de fazer aqui uma fortificação, como se lê no seu “Regimento”. Em 16 de Dezembro desse ano [de 1505] gabava a obra, em carta que escreveu a D. Manuel I: ...*Fizemos Senhor allii huuma fortaleza que se podesse ser compraria por anos de minha vida vee la Vossa Alteza porque he tam forte que se esperara nela el rei de França e tem apousentamento de muito boas casas pera duas tamta jemte como aly fica e desembarquom os batees as pipas por huuma esquada de seis degraaos demtro no baluarte que he o mais forte da casa. Ally Sennhor pus em monte e espallmey todas as naos e deixei a fortaleza muito bem abastecida e todas estas obras se fizeram em dezassete dias mas os fidalgos e de hi pera baixotodos trazem os braços mais compridos da padiulla e leixei ordenada a casa pera a especearia demtro na fortaleza onde os bateis a podem meter nela...* (*Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*,

1497-1884, ed. António da Silva Rego & T. W. Baxter, vol. I, pp. 326-328, 1962-1989, Lisboa).

Parece que podemos entender que o mestre principal, Tomás Fernandes (Viterbo, *Diccionario...*, vol. I, pp. 347 e segs.), traçava os planos e dava início aos trabalhos no local, deixando em cada feitoria um subalterno, quando partia para nova missão, noutra feitoria ou ponto de apoio às armadas.

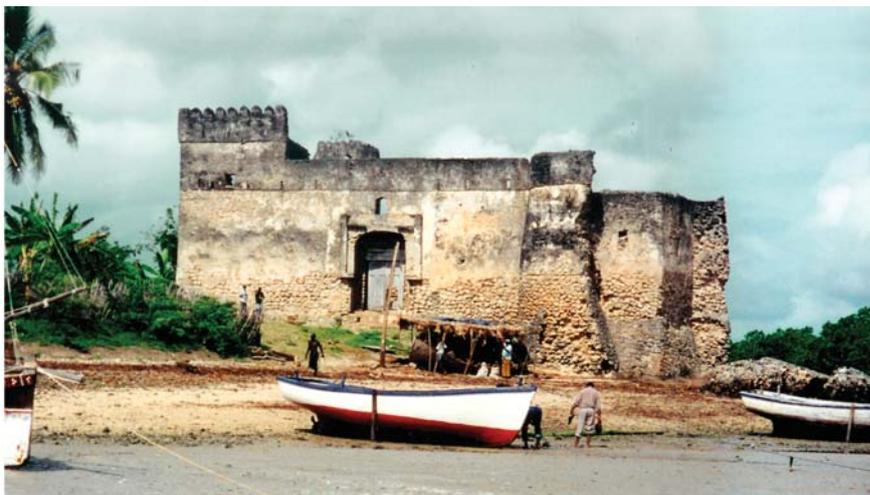
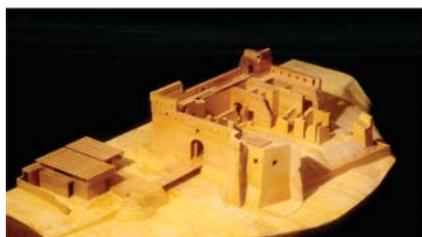
Quíloa foi abandonada em 1512, por ser difícil a sua manutenção, e pela concentração dos esforços militares e comerciais em Sofala e em Moçambique.” - in Pedro Dias, *As Defesas do Estado da Índia ao Tempo de D. Francisco de Almeida - 2005*, IX Simpósio de História Marítima «D. Francisco de Almeida, 1º Vice-rei Português», Academia de Marinha, Lisboa, p. XX-6 e 9-10.

No decurso da sua viagem para a Índia, com o Brasil de permeio, Pedro Álvares Cabral parou em Quíloa, em 28 de Julho de 1500.

Em 1502, no regresso da sua segunda estada no Oriente, Vasco da Gama recolheu o primeiro tributo de ouro prestado por um senhor local ao rei D. Manuel (tendo tal ouro servido para fazer a célebre custódia de Belém, obra-prima da ourivesaria europeia).

Durante a viagem do primeiro Vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida, foi erigido em Quíloa um pequeno forte, em Agosto de 1505, o que inaugura a injunção real de criar uma rede de apoio logístico à Empresa do Oriente, iniciada com a viagem de





Vasco da Gama em 1498. A ocupação portuguesa do forte durou apenas sete anos, até 1512.

Os vestígios da presença portuguesa integram-se hoje-em-dia num vasto sítio arqueológico da Civilização Swahili, declarado Património Mundial pela UNESCO (Kilwa Kisiwani e Songo Mnara).

A importância excepcional do pequeno forte de Quíloa vem do facto de se tratar do primeiro edifício de pedra e cal construído pelos Europeus na parte oriental e então desconhecida do mundo.

Na verdade, Cochim constituía já a base de operações estabelecida na Índia, adaptadas que foram as instalações cedidas pelo Sultão aos Portugueses.

O forte português de Quíloa é igualmente notável porque se trata de uma construção que subsistiu, evoluindo com os seus acrescentos swahilis, mas sem perder as suas características originais.

Os últimos trabalhos de manutenção

foram realizados no começo do século XIX pelos Omanitas, e as instalações abrigaram uma pequena guarnição até 1843, data em que foi extinto o Sultanato de Zanzibar e Pemba.

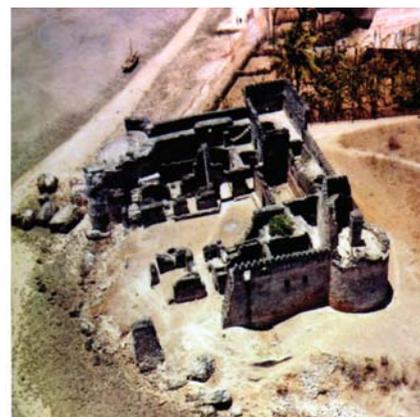
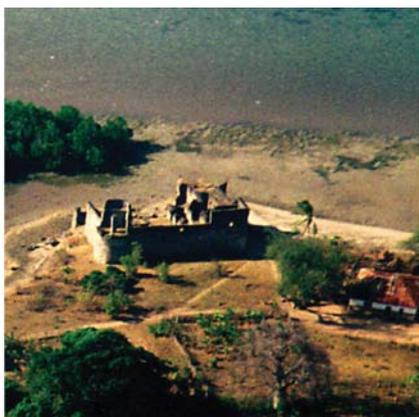
No século XX, primeiro os Alemães, e os Ingleses a partir dos anos 30, realizaram diversos trabalhos de reconhecimento arqueológico.

Um projecto aguarda a sua oportunidade de ser realizado, a fim de garantir a permanência desta marca da História da Humanidade: trata-se da mais antiga construção ocidental no Oriente, inaugurando a globalização da Modernidade, com os novos fenómenos do comércio internacional e do movimento da força do trabalho, o proselitismo religioso e a construção e interacção de um sistema de impérios, locais e coloniais, os quais conformaram o Mundo ao longo dos séculos, quase até aos nossos dias.

No enquadramento do lugar, o forte tem uma presença de grande impacto histórico e estético, partilhando uma

singularidade cultural incrustada num ambiente arabo-africano.

As fotos da maquete reportam-se ao projecto que elaborámos para a salvaguarda do património em causa (não implementado, in João Campos, *Projecto de Revalorização do Forte Português de Quíloa-Tanzânia / Revaluation Project of the Old Portuguese Fort-Kilwa Kisiwane* - Fevereiro de 1999, 49 pp.+ desenhos, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto), sendo a gravura em baixo constante do *Civitates Orbis Terrarum* de G. Braunio e Francis Hogenberg - 1572, Colónia, mas que nada tem a ver com o tempo da presença dos portugueses, havendo por isso que se atribuir a data do desenho pelo menos ao século XV.



<sup>47</sup>“Estamos em crer, com efeito, que D. Manuel, à frente dos destinos da Ordem de Cristo desde 1484 e sendo fronteiro a sul do Tejo em vida de D. João II, procedeu desde a década de 1490 a várias reparações e reconstruções nos castelos da Beira Baixa. Um particular cuidado foi também posto, neste caso, nas fortificações mais próximas da fronteira, enquanto alguns castelos e torres medievais da Ordem, associados a comendas entretanto extintas ou a granjas, se encontravam em ruína nos primeiros anos do século XVI - como na Bemposta, no Rosmaninhal, ou na Torre do Arrizado (Penamacor)”- in *Castelos da Raia*, Vol. I - Beira - 1996, Inst. Port. Pat. Arq., Lisboa. p.70.

<sup>48</sup>“Como referem os apontamentos conservados pelo seu secretário, D. João II concedeu grande atenção ao problema do reforço das fortificações fronteiriças. Num Conselho realizado em Montemor-o-Novo, em Janeiro de 1485, mandou prover e pôr em recado as fortalezas da frontaria. Para o efeito mandou chamar Diogo de Azambuja, *que encar-regou de as prover, e levar dinheiro pera as reparar das cousas necessárias, assi de corregimento como de provisão de alguma artilharia* [Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438 - 1489)*, ed. A. Salgado, Lisboa, I.N.-C.M., 1984, p. 273]”, op. cit., p. 68.

**Tal como Safi tinha em Aguz o seu apoio, Azamor criou em Mazagão um castelo costeiro de apoio, construído por Diogo de Arruda em 1514, de planta quadrada, com pátio central e torreões ultra-semicirculares nos quatro ângulos, e dispendo de fosso.**



Sabe-se que as campanhas construtivas para reforço das fortificações começaram a ser sistematizadas pelo rei D. João II, quanto mais não fosse pela importância da afirmação centralizadora da administração régia. Porém, de acordo com a autora citada, a gestão desse processo poderia também pertencer, na prática, a D. Manuel<sup>47</sup>. Essa actividade já anteriormente experimentada não iria, assim, fazer demorar a ser posta em prática, para além de explicar a natural continuidade das características das adaptações das estruturas que vão ser registadas por Duarte Darmas.

O período de transição, tendo em conta a evolução da neurobalística para a pirobalística, e depois da experiência de guerra adquirida pelo pai de D. João II (sobretudo nas suas campanhas africanas), começa, pois, com a actividade reformadora acalentada por este rei.

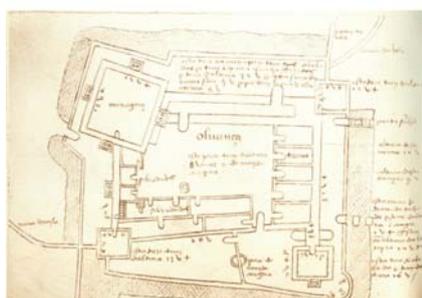
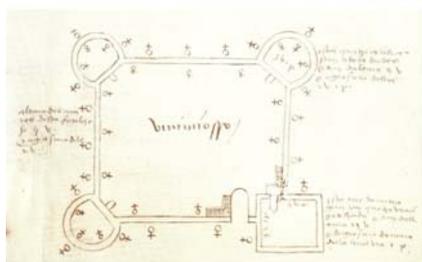
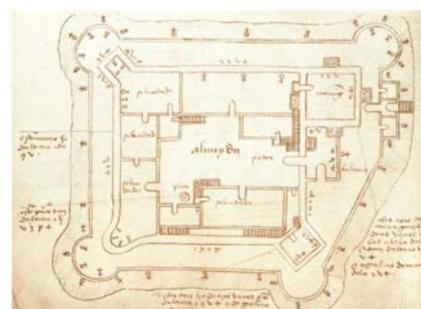
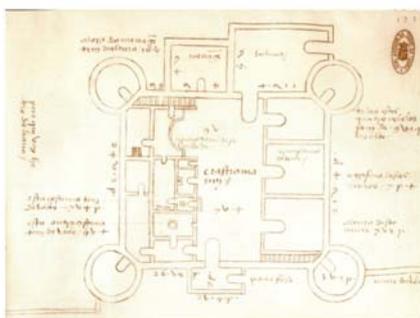
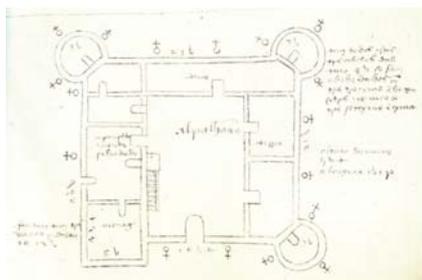
O projecto ibérico joanino, depois acalentado por D. Manuel, não era contraditório (antes impunha, pelo menos numa primeira fase) uma atenção especial ao aparato de defesa da fronteira, sobretudo com Castela, e depois logo abrangendo o amplexo territorial sustentado desde Alcanices. Embora envolvidos desde cedo, por imperativo de condição prática, numa expansão territorial além-mar, cuidávamos do espaço vital originário<sup>48</sup>.

O Livro de Duarte Darmas abre com Castro Marim, acabado de sofrer obras de renovação, e entre outros casos destaca-se o castelo de Almeida, rodeado por um fosso construído por meio de blocos de granito aparelhado realizado com grande rigor por Francisco Danzilho, no perímetro de uma cerca com torres



## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

Levantamento das plantas dos castelos raianos de Alpalhão, Vimioso, Olivença, Castro Marim e Almeida (reproduzindo-se igualmente uma vista perspectivada dos dois últimos) - in Duarte de Armas, Livro das Fortalezas (1510?) - 1990, *Introdução* de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, Lisboa. Qualquer uma das fortificações representadas mostra adaptações recém-effectuadas que ajudam a caracterizar a designada “arquitetura militar de transição” que estava em curso no interior do território português. O álbum que desenhou resultou de uma reportagem iniciada nos começos da Primavera de 1509, em Castro Marim, e terminada em Caminha em Setembro do mesmo ano, depois de percorrer 900 quilómetros de linha de fronteira e proceder ao levantamento de 55 edificações, a que juntará ainda as vistas do Paço dos Duques Bragança em Barcelos e o Paço Real de Sintra.



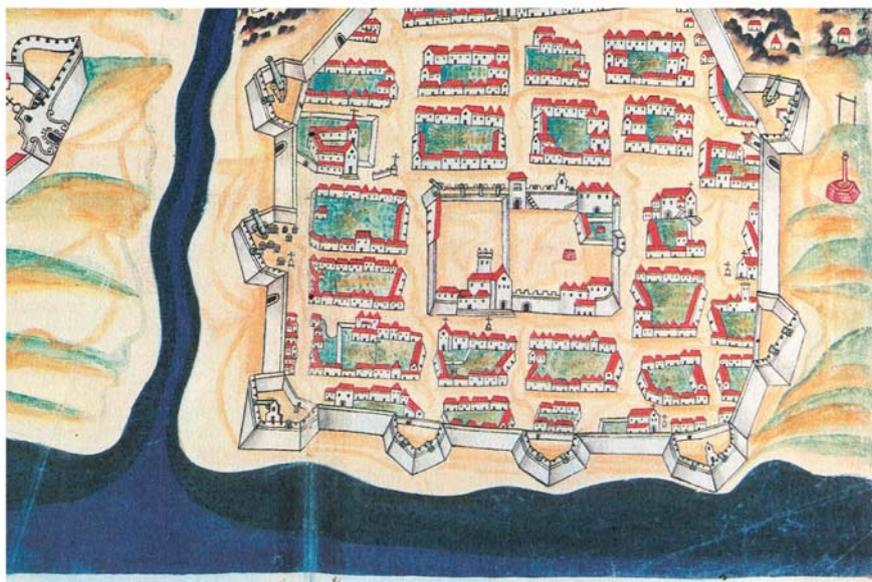
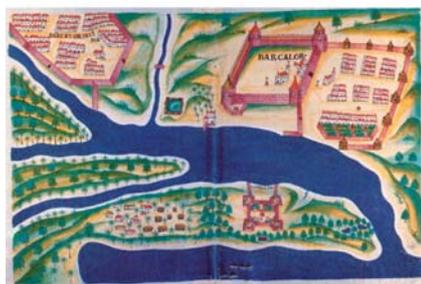
Em 1630 o Conde de Linhares, Vice-rei da Índia, solicitou aos capitães das fortificações um relatório sobre o estado das mesmas, tendo sido enviados a inspeccioná-las os engenheiros Pedro Massai de Frias e Domingos de Toral. A compilação do trabalho executado, com redacção do Guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, António Bocarro, e a adjunção de 52 desenhos de Pedro Barreto de Resende, secretário do Vice-rei, foi *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, de cujo Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) são recolhidas as características ilustrações utilizadas ao longo da nossa apresentação.

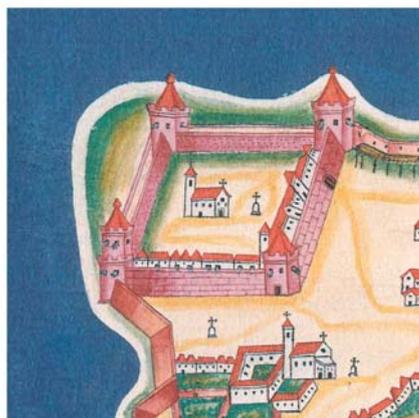
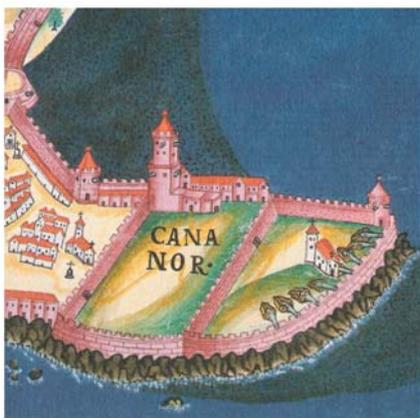
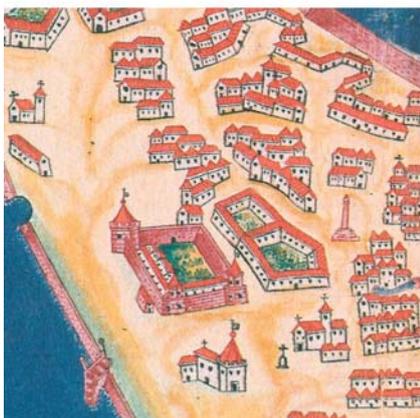
**CHAUL / MORO DE CHAUL**, Estampa XXVI do Códice de António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, in Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

**DAMÃO**, Estampa XVI do Códice de António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, in Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

**BARCALOR / BARCELOR DE CIMA / CAMBOLIM**, Estampa XXX do Códice de António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, in Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

**CAMBOLIM** (espécie de ampliação da carta anteriormente referida), Estampa XXIX do Códice de António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, in Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.





Cochim, Cananor e Cranganor, com as respectivas ampliações mostrando as fortificações com as torres medievalizantes e subsistentes mais de um século após o primeiro período da arquitectura militar ultramarina, in António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., I.N.-C.M., Lisboa.

<sup>49</sup>Embora o desenho de Duarte Darmas possa ser datado de c. 1510, Rita C. Gomes informa que para a concretização dos trabalhos se “procedeu à demolição de numerosos edifícios da vila. Temos notícia certa dessa demolição em 1517, para além da menção nos fragmentos de contas conservados, relativos a estas obras” - in Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*, Vol.II- *Trás-os-Montes* - 2003, Inst. Port. Pat. Arq.,Lisboa, p. 70.

<sup>50</sup>“Em certas localidades, como em Vimioso, o castelo que se construiu no século XV, típico castelo “de transição” para a fortaleza de tipo moderno com a sua forma geométrica e organização interior desprovida de áreas residenciais, coexiste a par da “casa-torre” situada na vila”... - op. cit., p 85.

redondas com balcões nos cantos. Interiormente conserva uma alta torre de menagem. As duas vistas dadas por Duarte Darmas mostram uma segunda cerca com pequenos baluartes redondos nos ângulos<sup>49</sup>. O antigo castelo de Almeida ilustra bem um tipo característico da arquitectura manuelina de transição na arte de fortificação, sendo compreensível a atenção dedicada à posição fronteiriça dessa posição das Terras de Ribas-Coa, a qual, entestando com Castela, assinala a entrada para o vale do maior curso de água português, o rio Mondego.

Também nas raias nortenha e alentejana, como igualmente documenta o “Livro das Fortalezas”, se adaptaram estruturas medievais no decurso da segunda metade da centúria de Quatrocentos. O caso de Vimioso<sup>50</sup>, em Trás-os-Montes, é particularmente importante, visto apresentar afinidades tipológicas com outras situações, e designadamente com a fortificação alentejana de Alpalhão, apresentado ainda em fase de obras, no decurso da passagem de Duarte Darmas pelo local, em 1509. Em ambos os casos, um dos ângulos do quadrilátero conserva a torre de menagem pré-existente, reabilitada e integrada. A torre de menagem, porém, podia ser readaptada no interior da cerca de muralha, como no já visto caso de Almeida ou no de Torre de Moncorvo, também aqui objecto de obra de reformulação extensa<sup>51</sup>.

<sup>51</sup>“Este castelo de «obra nova», que é mais um exemplo desse «culto da forma geométrica» anunciando um novo traço

da mentalidade quatrocentista, já estava terminado nos inícios do reinado de D. João II, quando o município pediu ao rei



**Baluarte da “Perna da Aranha”, com uma concepção moderna, de desenho angular, a própria designação parece querer evocar a singularidade da sua imagem. Com uma ponta pronunciada em aresta, deverá ser observado sem o volume sobreposto de dois andares da escola que lhe desvirtua a leitura. Embora a muralha de Arzila mostre que mestre Boitaca não realizou um trabalho norteado por preocupações da moderna balística, este baluarte (bem como a intervenção operada num ou noutro bastião adaptado de torres da cerca muçulmana) demonstra que o arquitecto real teria conhecimento do que poderia ser feito.**

*que nele colocasse as suas armas, sobre a porta de acesso: e o receberemos em grande merçe,* afirmaram os procuradores às cortes, *por que nos parecera que he de vossa alteza.*

Outras intervenções quatrocentistas nos castelos medievais existentes estão bem documentadas nos desenhos do *Livro das Fortalezas*, por exemplo em Montalegre e em Bragança”, op. cit., p. 92.

<sup>52</sup>São as seguintes as características de um castelo medieval: “Tinha de ficar num lugar alto e, se possível, escarpado, para que a aproximação dos eventuais inimigos fosse dificultada, e evitar que estes escalassem os muros. Além disso, estes tinham de ser espessos, para resistirem a ataques frontais com máquinas de guerra ou trabalhos de sapa que arruinassem os alicerces, e também para permitir que houvesse no alto espaços suficientes, para que os defensores se movimentassem. Se nos limitarmos aos

Para além do castelo de Arguim, na actual Mauritânia, a actuação do Príncipe Perfeito na costa africana começa ainda com D. Afonso V e as suas cidades no Norte de Marrocos - Alcácer-Ceguér, Arzila e Tânger - estendendo-se bem para Sul, com o celebrado feito da construção da fortaleza da Mina, no actual Ghana. Foi executante dessa obra para resgate do ouro e de escravos, o fidalgo Diogo de Azambuja, que D. João II havia nomeado Vedor-mor das Artilharias e Armazéns do Reino em 1487.

Se bem notarmos na iconografia da Mina, e sobretudo em Mogador e Safim, onde Azambuja interveio de forma inaugural para o estabelecimento da presença portuguesa, podemos admitir que, ao lado do carácter medievalizante da arquitectura, terá existido uma deliberada intenção de associar a presença da artilharia aos dispositivos arquitectónicos - para o que não seria despicienda a qualificação do fidalgo. Era já adquirida a instante vantagem em abandonar um modelo tornado obsoleto, quando se posterga o tiro de projecteis de tipo vertical, para atingir o interior dos redutos do inimigo, para se usar a pólvora e o tiro de peça para minar estruturas e derrubar portas e torres. Na síntese de Pedro Dias<sup>52</sup>, o emprego sistemático da pólvora e das bocas de fogo, cada vez mais potentes, obrigou a profundas

elementos essenciais, podemos dizer que a fortaleza medieva era formada pelo castelo, onde se incluía a torre principal, chamada de menagem, ou homenagem, e pela cerca da vila.” (...) “Os principais elementos do castelo típico do fim da neurobalística eram, portanto, os seguintes: a torre de menagem, que era a mais robusta e de maior comando, isto é, tinha o domínio sobre todo o conjunto, além de que era o último refúgio em caso

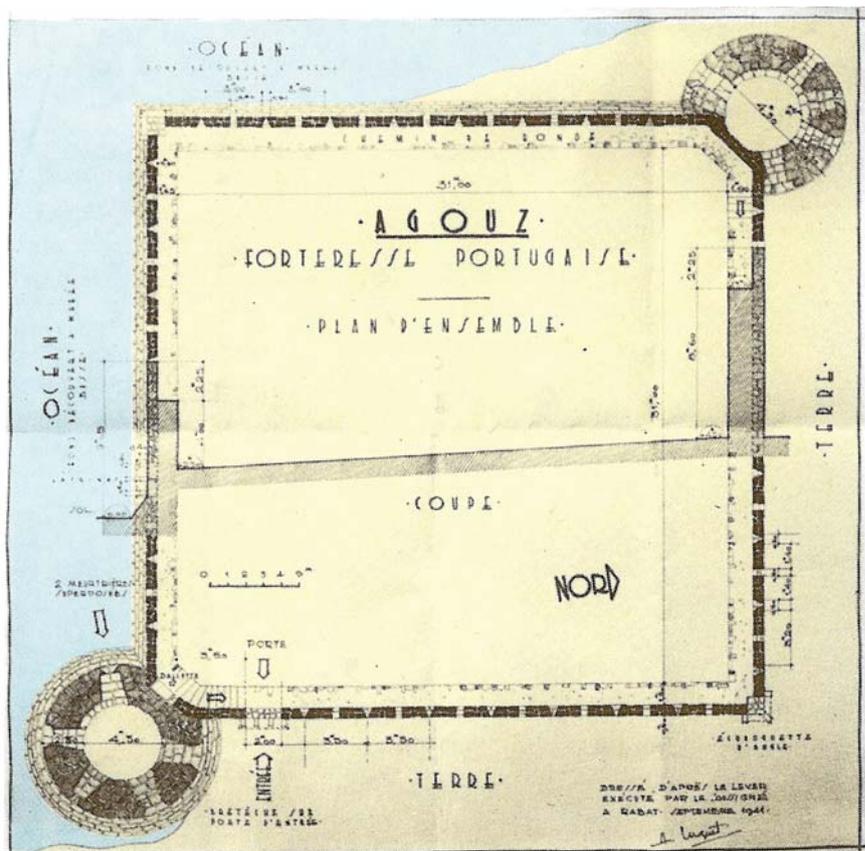
de aperto. Os textos coevos chamam-lhe torre albarrã ou torre do haver, se nela se guardasse o tesouro. A menagem integrava-se habitualmente no circuito das muralhas, raramente ficando isolada, no meio dela, como aconteceu em Guimarães e em Pombal. A fórmula mais simples, a usada no séc. XII, mas que se manteria até aos tempos finais do sistema neurobalístico, foi a da torre alta e espessa, com muros direitos coroados por ameias. Formavam-se vá-

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

rios pisos, separados por sobrados de castanho ou de carvalho, ligados por escadas de madeira, só se tornando habituais os abobadamentos durante o séc.XV.”(...)“As torres das cercas, tanto nas do castelo como da vila, tinham de ser mais altas que as muralhas em que se integravam, pois que, além de flanquearem, isto é, defenderem a face dos mesmos muros ou cortinas, tinham de servir de reduto, quando os inimigos se instalassem no adarve das mesmas cortinas. O seu plano era, inicialmente, quadrangular, passando a redondas, já na parte final deste período. Só no séc. XV se divulgaram entre nós os cubos, torres inteiramente curvas que tiveram a maior importância, pois seria a partir delas que se daria a verdadeira evolução para as fortalezas da pirobalística.”- in Pedro Dias, *A Arquitectura Manuelina*-1988,Liv.Civilização,Porto,pp.234-235.

**Aguz (ou Souira Kedima), Marrocos.** Castelo na foz do rio Tensift, para apoio táctico à cidade de Safim, localizada a poucos quilómetros a Norte, foi construído em 1519-1520, provavelmente com desenho dos Arrudas, pelo governador D. Nuno de Mascarenhas. A restituição desenhada com a planta e secção, em cima, foi realizada em 1941 pelo arquitecto A. Luquet, dos Serviços Históricos de Marrocos, durante o Protectorado Francês.

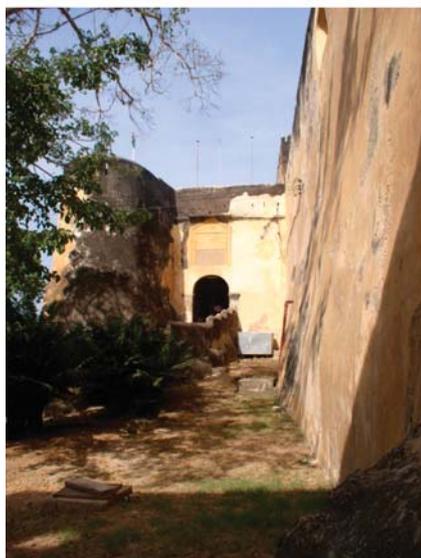
alterações na arquitectura militar. Estas verificaram-se, entre nós, nas últimas fortificações da Idade Média com torres redondas, que diminuíram em altura, para que o tiro fosse rasante, e se alargaram, para acomodarem melhor as armas de fogo e poderem recebê-las em maior número. Entretanto, as ameias tornaram-se espessas, transformando-se em merlões,



<sup>53</sup>Pedro Dias, op. cit., pp. 233 e segs, acrescentando: “Na época manuelina, sobretudo nos últimos anos do séc.XV e nos primeiros do XVI, dado que ainda não haviam sido introduzidos os princípios da fortificação à italiana, manifestou-se uma certa continuidade. Apesar dos muitos documentos que se conhecem, acerca do trabalho de mestres, alguns de nomeada, em localidades das fronteiras e do centro de Portugal, dificilmente se detectam as benfeitorias que aí introduziram. Na maior parte dos casos, apenas reergueram muros derrubados, melhoraram torres ou abriram troneiras. A forma insistente como Duarte de Armas as anota, parece fazer crer que essa era uma das importantes novidades do tempo.”

“Ainda dentro do território continental, assinalem-se as barbacãs com torres redondas, os cubos, a que os documentos do tempo chamam, indistintamente, bastiães e baluartes. Mas, a forma verdadeiramente típica das nossas fortalezas manuelinas foi a do quadrilátero com torres nos ângulos e uma menagem elevada, no centro, ou ligada a um dos adarves.”

“Este esquema é visível em povoações como Castro Marim e Bragança, mas aí perde-se no meio das cercas e restantes muros. Se fizermos fé dos testemunhos iconográficos de além-mar, de locais onde as fortificações foram feitas de raiz, como Sofala, Calicute ou Malaca, teremos os exemplares mais típicos.”



e os pisos baixos receberam canhoneiras, conseguindo-se soluções técnicas e construtivas para a evacuação dos fumos que prejudicavam os defensores. Mais tarde, estes pisos desapareceram, sendo substituídos por torreões maciços, e os fogos ficaram limitados aos terraplenos.

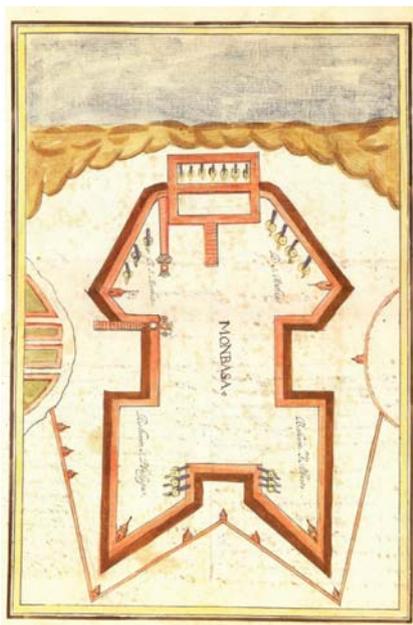
Foram estas formas de fortificação, claramente transitórias entre dois sistemas[o neurobalístico e o pirobalístico], que deixámos além-mar, quer nas praças do Magreb, quer no longínquo Oriente. E, se numa primeira fase, foi ainda o velho castelo, com a torre albarrã e um quadrilátero com torres redondas ou cubos nos ângulos que vingou, logo demos a primazia ao baluarte”<sup>53</sup>.

#### 4.4 - OS PRIMEIROS EXEMPLARES DE FORTALEZAS PORTUGUESAS ABALUARTADAS

Aproximando-nos do objecto central da nossa dissertação - a fortaleza de Ormuz e a sua reconstituição documental, enquanto fortaleza abaluartada de meados do século XVI - antecipamos desde já o panorama da produção nacional nessa altura.

O carácter técnico e estético da arquitectura militar moderna ganha contornos de uma verdadeira arquitectura internacional, apta a responder às exigências globalizadas de uma maneira de fazer a guerra que se expandira a nível global, através do uso cada vez mais sofisticado da artilharia.





Curiosa representação da planta da Fortaleza de Jesus inserida por Manuel Godinho de Herédia no seu Códice (fl.52v. de *O Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de S. João da Barra* - (inícios séc. XVII), 1999, Min. Defesa Nacional/Edições Inapa, Lisboa). O projecto, da autoria de João Baptista Cairato, foi realizado na última década do século XVI, encerrando um dos mais férteis períodos da criatividade e da produtividade da arquitectura portuguesa. Na página anterior vê-se a entrada, protegida pelo expressivo orelhão do

A resposta alcançada por engenheiros e arquitectos para os propósitos militares ficou tipologicamente estabilizada, perdurando por séculos de história das edificações. Portugal apresenta a primeira grande concretização nesse domínio com a precoce praça de Mazagão, tanto mais importante quanto aí se alia a questão da novidade da resposta ao cerco e assédio por terra à questão da relação (pacífica ou beligerante) com o meio marítimo.

Ormuz, na sua reforma de 1558, é o resultado do sucesso dos princípios equacionados uma quinzena de anos antes no norte de África, tendo ficado operativa antes de “o escudo do Reino” (S. Julião da Barra) ser concluído, ou de o primeiro quadrilátero puro se ter começado a traçar em Ponta Delgada.

Como contraponto prévio, e antecipando a matéria da grande Fortaleza do Golfo Pérsico, ficam breves sínteses de alguns aspectos do que foi a síntese de toda a imensa actividade desenvolvida no domínio da arquitectura militar, através de alguns dos exemplares que a seguir reunimos (Mazagão, S. Brás de Ponta Delgada, S. Julião da Barra e Moçambique, para além da Fortaleza de Jesus em Mombaça, aqui brevemente mostrada).

baluarte, o qual foi construído, conjuntamente com todo o quadrilátero, numa plataforma talhada (com o seu fosso seco) num alto promontório de coral, sobranceiro ao canal do porto de Mombaça. Em baixo, elevação da “cabeça” da fortificação face ao porto, vendo-se no plano inferior

uma cerca de “barbacã” (junto à água), a qual possui comunicação interna com a plataforma interior no alto da fortaleza. (O coroamento que se observa no baluarte rectangular, com uma guarita no ângulo, corresponde já a acrescentos swahilis).





Mazagão constitui a primeira Praça-forte abaluartada europeia, realizada no Norte de África em 1541-1542, nela tendo intervindo Francisco de Holanda, Benedetto de Ravenna, Miguel de Arruda, Diogo de Torralva e João de Castilho - os três últimos «Mestres de Obras Reais», o que significa que toda a elite da arte da construção se empenhava no projecto. Será certamente redutor circunscrever a autoria do mesmo ao engenheiro italiano, embora se saiba do relevante papel que terá desempenhado, provavelmente como consultor convidado. Tendo inicialmente ganho experiência em Rodes, com os progressos dos Hospitalários, dedicou a sua vida (1485-1556) ao serviço de Espanha. Em 1541 “o ministro do Imperador de Espanha, o cardeal de Toledo, foi abordado por D. João III de Portugal, cunhado do Imperador, no sentido de lhe serem concedidos os serviços de Benedetto da Ravenna para a inspecção das fortalezas portuguesas na costa de Marrocos (...) primeiro Ceuta e depois Mazagão”- in John Bury, *Benedetto da Ravenna (c. 1485 -1556)* - 1994, in AAVV “A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa”, p.132, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto.

Para a nova cidade de Mazagão Benedetto terá ajudado na resolução das questões da implantação e correspondente adaptação de um traçado preliminarmente idealizado por Francisco de Holanda, já que





este estaria sintonizado com o conhecimento das últimas novidades da arquitectura militar, após a sua viagem de 1538-1541 (e de que deixou registo no *Livro das Antigualhas*). Na verdade, no seu regresso, *se sérvio de mi El Rei e o Infante* [D. Luís, irmão do rei e seu conselheiro militar] *na fortaleza de Mazagão q he feita por meu Desegno e modelo, sendo a primeira força be fortalecida q se fez em Africa, a qual desegnei vindo De Italia e de França*. “Dado que não há razão para duvidar da afirmação de Holanda, somos obrigados a supor que os seus desenhos e modelo foram levados até Mazagão, presumivelmente por Diogo de Torralva [que chegara em Maio], e usados como orientação geral para a concepção da fortaleza, mas terão sido necessariamente modificados e adaptados por Benedetto de Ravenna em função das condições locais e dos materiais disponíveis” - op. cit. p. 133.

Fora realmente Francisco de Holanda quem primeiramente reportara a grande novidade da experiência do pentágono baixo de Francesco Giogio Martini na cerca do *Castel Nuovo* de Nápoles, ou do baluarte de Pésaro e, sobretudo, os exemplos dos polígonos de Fuenterrabia e de San Sebastián, sendo que estas “duas cidades fronteiriças tinham sido inspec-

cionadas por Benedetto da Ravenna em 1534 e 1537, pelo que parece razoável supor que tenha sido ele a recomendar a construção dos baluartes pouco convencionais esboçados por Holanda” (op. cit., p.134).

A capacidade de execução notável demonstrada por João de Castilho, ao tomar conta do empreendimento, cumprindo os planos referidos na sua carta ao rei de 15 de Dezembro de 1541, como *os apontamentos de Benito de Revena*, permitiu pôr de pé uma

formidável obra, à qual é justo dar primazia na história da arquitectura de todos os tempos.

Na selecção de imagens, para além de uma fotografia de maqueta que se expõe na entrada da cisterna do antigo castelo manuelino, no centro da Praça-forte, reunimos fotos recentes de baluartes e de cortinas das muralhas da cidade marroquina, e da pedra de armas e inscrição fundacional sobre a entrada.



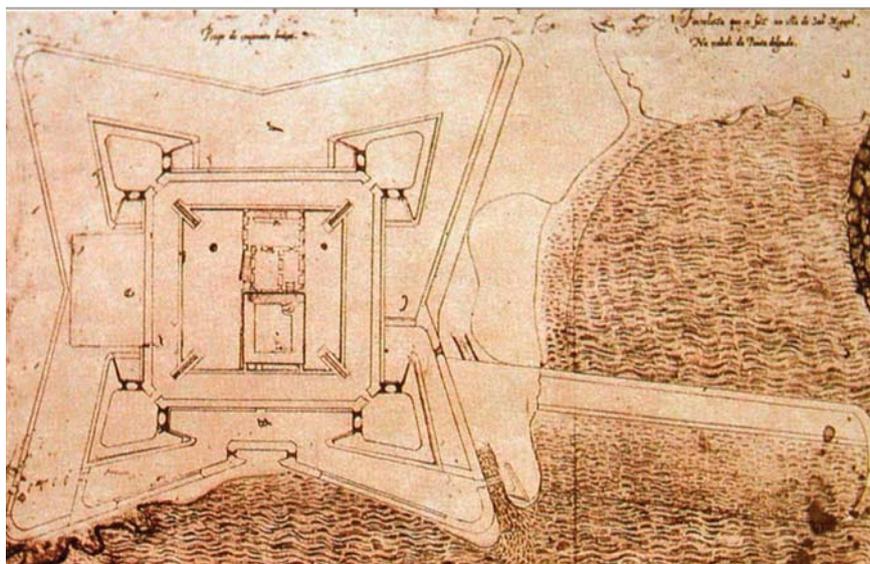
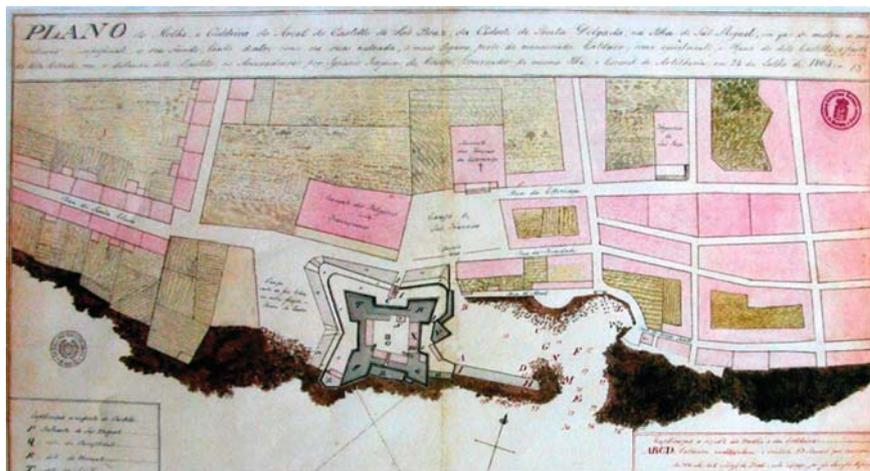
Em cima, *PLANO do Molhe, e Caldeira do Areal do Castello de São Braz, da Cidade de Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, em que se mostra de sua (?) superficial, e seu fundo, tanto dentro como na sua entrada, e mais Logares, perto da mencionada Caldeira, como igualmente o Plano do dito Castello, e parte da dita Cidade, com a distancia deste Castello ao Anco-radouro, por Ignacio de Castro, Governador da mesma Ilha e Coronel de Artilharia, em 24 de Julho de 1804.*

A seguir, *Planta da Fortaleza que se faz na ilha de São Miguel na cidade de Ponta Delgada, com desenhos recortados amovíveis, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1567-1570.*

Após uma primeira fase de construção por um mestre de obras reais, Manuel Machado, em 1551 (mas que só consistiu na realização do molhe do porto) foi, por indicação de Mestre Tomás Benedito e de Pompeu Ardití (ambos de Pésaro e que estiveram em missão na ilha no Verão de 1567), dado início à fortificação “com quatro baluartes de orelhões e casamatas num desenho muito avançado para a época, que parece reflectir ideias de Pietro Cataneo. Seria construída logo em seguida - até pelo menos, 1577 - pelo “mestre da fortificação”, o biscainho Pêro de Maeda, natural de Meruelo, na Cantábria”- in AA VV, Rafael Moreira, *Comissário Científico, A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa - 1994, Com. Nac. Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, p.153.*

Com o Castelo de S. João da Foz, no Porto, e após a Fortaleza de S. Julião da Barra, em Oeiras, é um dos exemplares primeiros do abaluartado português, sendo S. Brás a única a conservar o desenho de projecto contemporâneo.

“A fortaleza apresenta planta quadrada com muralhas baixas, espessas, inclinadas, com quatro baluartes de orelhões perfeitamente regulares e casamatas nos interiores, mascegasesemcaneiras. Os meios-baluartes pentagonais apresentam merlões nas orelhas e canhoneiras su-



periores, articulando-se e cruzando fogos entre si. Todo o andar superior é coberto com um regular caminho da guarda, com acesso à parada central por quatro lanços de escadas em frente à intercepção dos baluartes. As muralhas são preenchidas interiormente por dois pisos do que pensamos serem as instalações das praças, com cubículos individuais e escadas individuais de acesso ao piso térreo. Nesse piso comunicam todas entre si, o que não acontece no superior, apresentando porta e janela para a

parada, enquanto em cima só parecem apresentar ligeira fresta.

A parada é cortada longitudinal e centralmente por um corpo, que parece corresponder à residência do alcaide, com acesso por escadarias na metade do lado da cidade, onde as salas são mais espaçosas, enquanto na metade do lado do mar as paredes são muito mais espessas e existe acesso por escada de caracol. Para o lado do mar este corpo articula-se com a porta da fortaleza, frente ao mar e que se articula interiormente com



## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

o que parece ser a casa da guarda. Parece haver uma pequena porta no interior do orelhão do baluarte que se articula directamente com o molhe do porto. Não aparece referência a qualquer cisterna, embora haja vagas referências posteriores à sua existência. Dada a proximidade do mar não poderia ser uma estrutura muito funda, mas tinha obrigatoriamente que existir”-in Rui Carita *A Fortaleza de São Brás de Ponta Delgada no século XVI* - 2008, CEAMA, n° 1, pp. 148-185 - Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, Almeida.



A Fortaleza de S. Julião da Barra foi iniciada em 1553 pelo filho de Francisco de Arruda, o arquitecto Miguel de Arruda, estando já operativa em 1575. Era chamada, pela sua importância na defesa da entrada do porto de Lisboa, “o escudo do

Reino”. À semelhança do que havia sido feito na linha de Belém, veio a construir-se uma posição de artilharia a meio da foz do Tejo, desenhado em círculo perfeito por Tibúrcio Spanochi (contra a opinião

de Leonardo Turriano, que preferia a forma oval), tendo começado a construir-se em 1590 numa ilha artificial de pedras lançadas ao mar sobre o areal da Cabeça Seca, e concluindo-se meio século depois.



D. João de Castro registara, no seu *Roteiro de Lisboa a Goa* (1538), a reconstituição da “Torre Velha” ou de São Gabriel, em relação à qual fora de opinião que deveria ser substituída por obra capaz - pelo que se dispôs, aquando da sua ida para a Índia como Vice-rei (1544-1445), a iniciar trabalhos de construção. Será essa a primeira fase da fortificação a que se refere Frei João dos Santos na sua *Etiópia Oriental* (...*Esta fortaleza é uma das mais fortes que há na Índia*, 1609), tratando-se provavelmente do baluarte baixo de traçado irregular onde se resguarda a Capela da Senhora do Baluarte

A Fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique teve “planta fornecida por Miguel de Arruda, se bem que se não se saiba se esta foi a adoptada ao começarem as obras em 1558” (Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, tomo 1-1899, p. 157, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa). “Sabe-se que os planos vieram de Goa, trazidos pelo Capitão-mor de Sofala, Fenão de Sousa de Távora, em 1548, mas por falta dum engenheiro não se iniciaram as obras que só tiveram princípio em 1558, governando Sebastião de Sá” (Alexandre Lobato, *A Ilha de Moçambique / Monografia - 1944*, “Moçambique, Documentário Trimestral”, nº 42, Lourenço Marques).

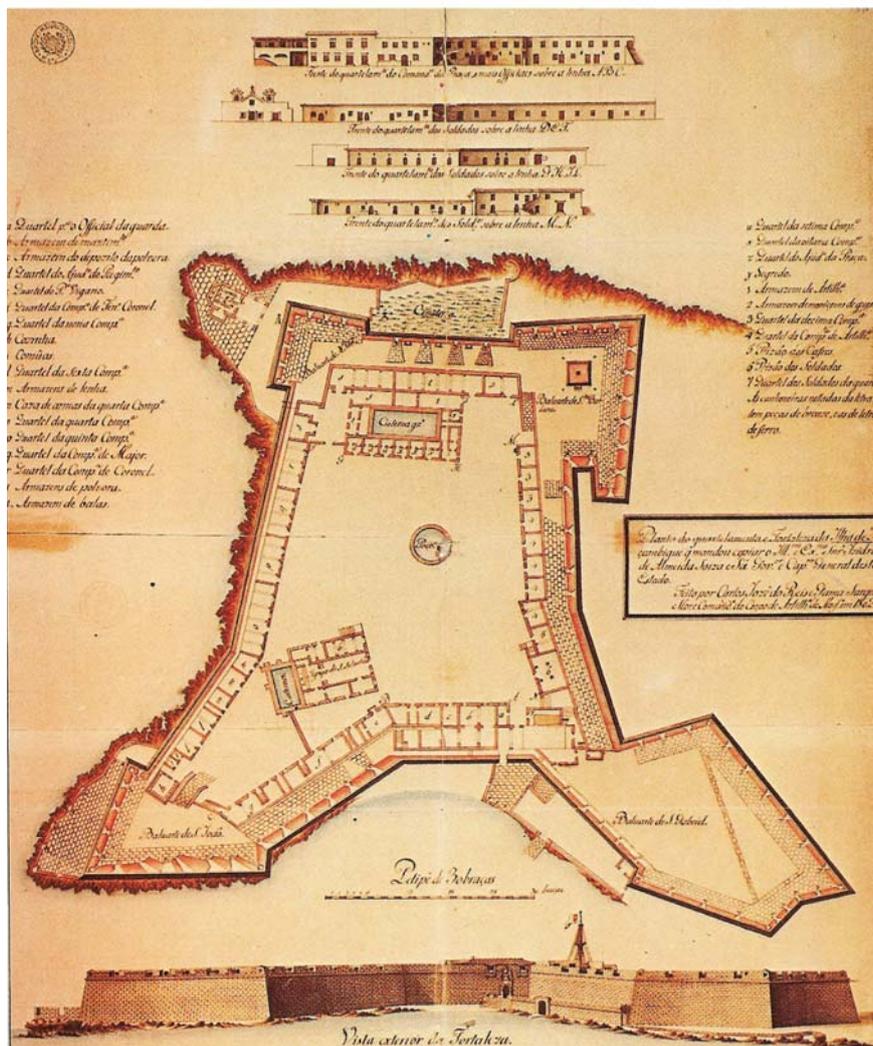
António Bocarro, ao descrever a Fortaleza no seu Códice, aponta-lhe algumas limitações, pese embora a extraordinária desenvoltura conceptual e dimensional que atingiu: *Tem esta Fortaleza quatro Baluartes nos quatro cantos feitos em figura e forma de triângulo, só o de S. Gabriel em espigão como da planta se vê (...) e posto que cada Baluarte fica defendendo o lanço de muro que corre até ao outro como e costume, contudo não se pode defender um Baluarte ao outro como se costuma na perfeita forma de fortificação.*

(...) A porta ordinária da fortaleza está no meio do lanço do muro que

*está entre o Baluarte S. João e o de S. Gabriel como da Planta se vê e, em cima da porta, sai um revelim que a defende, e afora esta tem outra porta falsa que vai sair a Nossa Senhora do Baluarte, que chamam o postigo (...).* O conjunto de documentos gráficos aqui reunidos inclui as seguintes reproduções:

- *Í DE MOÇAMBIQUE*, 1802, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
- *PLANTA DO QUARTELAMENTO E FORTALEZA DA ILHA DE MOÇAMBIQUE*, 1802, Carlos José dos Reis e Gama, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
- *MONSAMBIQUE*, Estampa II do Códice de António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, in Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa

Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.  
- *SUGESTÕES PARA UMA RECONSTRUÇÃO INTEGRADA DA ESTRUTURA URBANA DA ILHA DE MOÇAMBIQUE*, in Catálogo da Exposição «A Ilha de Moçambique



# ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

em Perigo de Desaparecimento» - 1983, Alfredo Viana de Lima, João Campos, Armando Alves, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- Fotografia de satélite «Google Earth».

- Perfil da Ilha de Moçambique, interpretação artística de Armando Alves - in Cartaz e Capa do Catálogo da Exposição cit..







Retrato de Afonso de Albuquerque segundo Gaspar Correia, secretário e cronista do Governador da Índia.

O autor colocou-o no frontispício do Livro II, Tomo II das suas *Lendas da Índia*, c. 1530-40 (in Lello & Irmão, Ed., 1975, fac-simile 1860, Porto). Pela naturalidade da expressão, o desenho parece ter sido executado em pose do figurado, pelo que a data que lhe corresponde será anterior a Dezembro de 1515.

A sua aparente fidedignidade influenciaria sucessivos registos, de que ainda hoje se conservam importantes exemplares.

## 5 - ICONOGRAFIA SOBRE O GOLFO PÉRSICO E AS FORTIFICAÇÕES PORTUGUESAS

### 5.1 - PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA E DIVULGAÇÃO GEOGRÁFICA

Uma recente edição de um Atlas do Golfo Pérsico, historicamente situado no período que mais interessa à iconografia e à presença portuguesa nos mares da Pérsia<sup>1</sup>, veio recolocar a atenção sobre a importância do conhecimento antigo da região por parte dos europeus.

Marco Pólo, na viragem para o século XIV, ao prestar o seu testemunho da viagem que empreendeu e que tocou Ormuz, deu um contributo inestimável ao conhecimento geo-estratégico de uma rota que preocupava as nações europeias, desde que acalentaram o projecto de domínio da Palestina, no século XII. E mesmo depois da queda do reino latino de Jerusalém, com a saída dos Cavaleiros de S. João do último reduto em terra firme - Acre -, em 1291, a insistência na retoma do domínio dos Lugares Santos, sempre associado às vantagens essenciais do comércio com o Oriente, passava pela necessidade de controlo da posição de Ormuz.

Por outro lado, um dos mais antigos autores que reclamavam as vantagens de domínio do Egipto, para interceptar o comércio do Oceano Índico, e assim acabar com as fontes de rendimento do Sultão, foi o Veneziano Marino Sanuto. E, também pelos finais do século XIII, o Dominicano Guillaume Adam elaborou um plano baseado nos mesmos princípios.

É por isso compreensível que o percurso dos Portugueses na direcção do Oriente cedo viesse a fixar atenções sobre a peculiaridade da entrada do Golfo, face às potencialidades oferecidas pela exploração de rivalidades e das diferenças culturais entre Otomanos e Persas.

“During the second half of the fifteenth century the closure of the continental routes leading to the Black Sea made the West seek new means of reaching the oriental spice-producing regions. The solution was eventually found by the Portuguese. But even before the Cape of Good Hope was rounded, the rise of Ottoman power led to an ambitious summing up of knowledge concerning Asia, rather than to the exhaustion of the sources of information. The monumental map drawn by Fra Mauro, a Camaldulese monk of Murano (1459) is directed link to the Portuguese enterprise. The Gulf is presented there in a detailed manner, with carefully drawn coastlines and extensive

<sup>1</sup>Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe siècles), Turnhout, Brepols Pub., 2006.

<sup>2</sup>Patrick Gautier Dalché, “Connais sance et Représentation du Golfe Pérsique dans l’Antiquité et au Moyen Âge”, in *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe siècles)*, Turnhout, Brepols Pub., 2006, p. 45.

<sup>3</sup>O primeiro atlas mundial verdadeiramente moderno é o *Theatrum Orbis Terrarum*, publicado no ano de 1570 em Antuérpia, por Abraham Ortelius, tendo a primeira edição de cartas de navegação, *De Kaert vander zee*, sido publicada por Lucas Jansz Waghenauer em 1532, e em 1584/85 o *Spiegel der Zeevaert*, inovando com a indicação das rotas e condições de navegação no Norte e Poente da Europa.

<sup>4</sup>Os nomes de Bráunio, Hogenberg e Novellanus aparecem nos frontispícios dos volumes I (1572), II (1575) e IV (1588), estando Simon Novellanus inexplicavelmente ausente do volume III (1581). Depois da morte, cerca de 1590, dos outros dois, só Bráunio prosseguiu com o vol. V (c.1598), tendo o vol. VI saído dos prelos com o nome de Hogenberg, mas não o de Franz, o ilustre gravador companheiro de Bráunio, mas provavelmente o do filho, Abraham (Cf. “Introduction” de Lélío Pagani, in Bráunio, G. e Hogenberg, F., *Civitates Orbis Terrarum* (Colónia, 1572) / “Cities of the World / Europe-Africa-Asia” - 1990, Magna Books, Leicester, p. V.

legends containing information that was not previously available in the West”<sup>2</sup>.

Muito cedo também, a circulação de estampas sobre as cidades mais famosas do mundo começou a fazer-se na Europa. E, de par com a organização em forma de atlas que se generaliza no século XVI para a divulgação do conhecimento do mundo<sup>3</sup>, a notável edição de *Civitates Orbis Terrarum*, levada a efeito em Colónia por Braun, Hogenberg e Novellanus, conhece um extraordinário êxito, permanecendo vivo o seu interesse até aos nossos dias.

Composta por seis volumes, realizados entre 1572 e 1618<sup>4</sup>, continua a fornecer indicações preciosas sobre o retrato da face mais bem sucedida da civilização na afirmação dos Tempos Modernos: as cidades construídas nos diferentes continentes, mostrando um total de 546 urbes.

A informação que interessa a Portugal é vasta, mantendo-se alguns enigmas que ajudariam a resolver dúvidas por vezes importantes, decorrentes do desconhecimento da fonte dos desenhos fornecidos e respectiva datação.

Passado o período de sigilo inicial, a divulgação generalizou-se, passando dos raros, e muitas vezes ricos, exemplares únicos (ou de escassas cópias manuscritas) que hoje se guardam nos cofres das bibliotecas, para a multiplicação da imprensa.

Foi esse o caso do *Civitates* e dos outros Atlas atrás nomeados (ver nota 3). Fazemos uma apreciação particular do interesse da obra de Ortelius, por três razões especiais:

- a primeira deve-se à circunstância de poder considerar-se um complemento da obra de Bráunio, beneficiando do alargamento de horizontes que a partir de uma edição se obtém consultando a outra, sabendo-se aliás como elas terão sido até resultado do relacionamento pessoal entre os seus autores, e mesmo chegando o principal gravador do *Civitates*, Franz Hogenberg, o mesmo da elaboração das estampas para o *Theatrum*;

- a segunda razão prende-se com o facto de Abraham Ortelius recolher substantivamente o labor das gerações de cartógrafos portugueses que produziram um notável trabalho científico e de técnica de desenho;

- a terceira por, num volume, ter reunido uma geografia que, inexoravelmente, substituiu os compêndios do saber erróneo de Ptolomeu, que fizeram furor pelos séculos XV e XVI, e que já tinham sido cientificamente questionados pelos cosmógrafos e pelos matemáticos portugueses.

5. 1. 1 - ATLAS CATALÃO (parte central), Abraham e Jafuda Cresques, c. 1375.

Das representações cartográficas mais recuadas que se conhecem, com relevância geográfica, começamos por assinalar o renomado “Atlas Catalão”, de que reproduzimos um extracto referente à zona do Golfo.

“The Catalan Atlas illustrates the complex renewal of the late medieval geographical knowledge according to essentially commercial interests. The Persian Gulf is not clearly separated from the Arabian Sea, and thus the coast of the kingdom of Hormuz proceeds directly towards the Gulf of Cambay in India, and the southern shore goes straight to the region of the island of Socotra (*Suquträ*). Large legends contain further information on specific aspects of the Gulf area’s commercial geography. This is a feature that was still alive in the early sixteen century, and subsequently abandoned in the later period”<sup>5</sup>.

Neste importante documento vem mencionada a *Insula de ormis*, e, conforme chama a tenção o autor citado, a errónea representação da forma dos contornos nem sempre se devia a ignorância real, mas muitas vezes somente a razões de economia de espaço para escrever informações<sup>6</sup>.

As legendas que nos importam são:

a) - relativa a Ormuz:

*Aquesta ciutat es appe[llad]a [Hor]mes la qual es comensament de les [I]ndi[es] e sepiats ~q anesta ciutat uenen [le]s n[au]s les quals han viij e x arbrees les [qu]als han nelles de chanyes.*

b) - relativa ao mar de Bahrein:

*Denant la bocha del Flum de baldach mar de les indies e de*

MAPA DA EUROPA, ÁFRICA E ÁSIA, ATLAS CATALÃO (parte central), Abraham e Jafuda Cresques, s. l., s. d. (c. 1375).

Pergaminho sobre madeira, 64,3 x 24,9 cm (painel), Paris, Biblioteca Nacional de França, (Mss. Esp. 30).

In: Patrick Gautier Dalché, “Connaissance et Représentation du Golfe Persique dans l’Antiquité et au Moyen Age”, *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe siècles)*, 2006, Turnhout, Brepols Pub., p. 47.

<sup>5</sup> Patrick Gautier Dalché, “Connaissance et Représentation du Golfe Persique dans l’Antiquité et au Moyen Âge”, in *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe siècles)*, Turnhout, Brepols Pub., 2006, p. 46.

<sup>6</sup> “To leave space for legends related to pearl fishing and to the role of Hormuz in the Oriental spice trade”.





Cantino, «Planisfèrio», s.l. (Lisboa), s.d, (1502).

Pergaminho colorido, 105 x 220 cm, Biblioteca Estense, Modena, Itália.

*perssia, açi son pescades les perles  
les quals son aportades en la ciutat de baldach  
E los pescados qui les pesquen abans que de  
ualen enlo fons de la mar dien los seus encan  
taments per tal que los pexos fugen.*

<sup>7</sup>É o caso da *Qvinta Asiae Tabula*, impressa em Viena em 1541, tendo uma primeira versão, de Claude Ptolomé, sido dada à estampa em 1513, em Estrasburgo.

<sup>8</sup>“As far as the Persian Gulf is concerned, the Cantino map is interesting because it shows how little information the Portuguese possessed about this area before they eventually sailed to it themselves. Ironically, the Portuguese did not find any Arabian or Persian maps concerning the Gulf, and thus they had to rely on the ancient Ptolomaic model. Portuguese travellers heard of the fabulous riches of Hormuz, but they did not effectively reach the Gulf of Oman and the entrance of the Gulf until 1507, when Afonso de Albuquerque made his way to the region for the first time” - Zoltán Biederman e Dejanirah Couto, “La Cartographie Portugaise du Golfe Persique au XVIIe siècle et ses reflets en Europe”, in *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe siècles)*, Turnhout, Brepols Pub., 2006, p. 68.

### 5.1. 2 - PLANISFÈRIO DE CANTINO, c. 1502.

Atente-se agora no segundo monumento cartográfico que trazemos à colação, o incontornável “Planisfèrio de Cantino”. Apesar de não se aproximar ainda suficientemente de uma representação correcta do recorte geográfico, afasta-se já, inexoravelmente, dos erros reincidentes das anotações ptolomaicas que, nas sucessivas versões, já em pleno século XVI<sup>7</sup>, continuavam a ser reproduzidas. Não obstante o célebre Planisfèrio de Cantino, onde se dá ainda Ormuz antes da entrada do “Sinus Pérsico” (com uma legenda que diz: *garamuz aqui ha aljofar & hubas & figos & seda & tamaras & almendoas & pedra hume & cavallos*), atesta que os navios portugueses ainda não tinham aportado a tais paragens<sup>8</sup> no início de Quinhentos.

### 5.1.3 - *ORMVS, Civitates Orbis Terrarum*, de G. Braun e F. Hogenberg, 1572.

Não seguindo escrupulosamente uma ordem cronológica (ou talvez assim possa sustentar-se, uma vez que a imagem se reporta seguramente a uma visão só possível antes da grande transformação da sua imagem operada pela construção da fortaleza portuguesa), temos agora a estampa do Atlas das cidades de Bráunio e Hogenberg: a imagem revela uma cidade



**ORMVS**

Estampa XXIX (com Calecute, Cananor e Mina) de *Civitates Orbis Terrarum*, de G. Braun e F. Hogenberg, Colónia, 1572.

com edificações apalaçadas de grande expressividade, sugerindo a existência de um continuum defensivo na frente da vista, com uma porta da urbe.

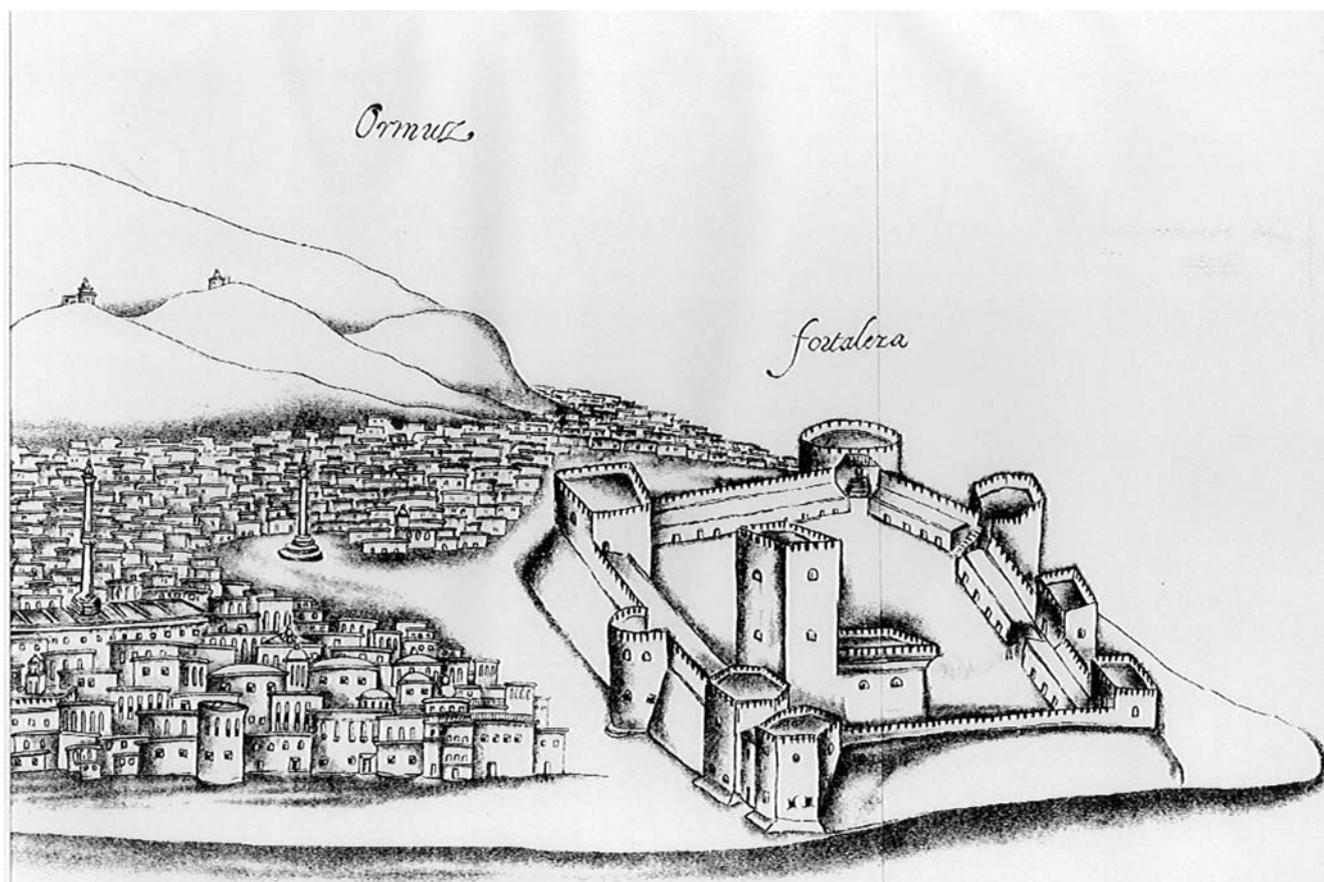
Tendo honras de figurar no mais importante álbum da época com as representações das mais notáveis urbes da civilização mundial, Ormuz adquirira este privilégio muito antes da chegada dos portugueses - sendo a época recuada que teremos que reportar a gravura já que, logo em 1507, um novo facto construtivo se inicia com a fortificação iniciada por Afonso de Albuquerque, e posteriormente terminada em 1515.

Uma curiosidade a assinalar são os dispositivos de climatização que as construções ostentam com profusão ao nível das coberturas aterraçadas, servindo para provocar ventilação consoante as condições térmicas e de existência de movimentos de ar.

5.1. 4 - ORMUZ, Gaspar Correia, c. 1530/40 (?).

A peça seguinte, realizada por Gaspar Correia e por ele inserta na sua larga crónica sobre as “Lendas da Índia”<sup>9</sup>, constitui o mais recuado elemento documental da Fortaleza erigida por Afonso de Albuquerque. O desenho revela-se largamente fidedigno, na confrontação com as ruínas existentes na ilha

<sup>9</sup>Gaspar Correia, *Lendas da Índia* - (c. 1530/40), 1975 (fac-simile 1860), Livro II, Tomo II, Lello & Irmão Ed., Porto.



### ORMUZ

Gravura de Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, c. 1530/40 (?).

In: *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, Livro II, Tomo II., 1975 (fac-simile 1860) a seguir à pág. 438, Lello & Irmão Ed., Porto.

de Ormuz, embora a descrição do Cronista, feita com base no acompanhamento de Afonso de Albuquerque (e que é largamente comprovável no sítio), não coincida com idêntico rigor no desenho que ilustra o texto.

Cotejado com a gravura de Bráunio, o desenho de Gaspar Correia mostra algumas diferenças assinaláveis de técnica e de estilo. Mas, no que concerne à informação relevante sobre a urbe, não obstante a nossa perspectiva central seja realçar a nóvel existência da construção portuguesa, (que a estampa do *Civitates Orbis Terrarum* não contempla<sup>10</sup>) são significativas algumas aproximações quanto à informação que ambos transmitem.

<sup>10</sup>Colocando assim questões pertinentes, derivadas da origem e da precocidade da representação desenhada da cidade. Regista-se igualmente a curiosa similitude estilística e a coincidência regional, ao mesmo tempo atirando cronologicamente para um momento semelhante (finais do século XV ?) dos desenhos relativos a Ormuz, Áden, Mombaça e Quíloa.

5.1. 5 - V (A e B-ampliação) - CARTA DO OCEANO ÍNDICO, Pedro (?) Reinel, s. d.(1510).

Das primeiras cartas do Índico, e de autoria de uma dinastia de cartógrafos que entronca na consabida importância da atenção artística atribuída por D. Manuel I ao esforço de reprodução do conhecimento de qualquer natureza que passava a ser codificado, aí estão as cartas dos Reineis e seus seguidores, como a Carta do Oceano Índico.



**CARTA DO OCEANO ÍNDICO (A e B),** Pedro (?) Reinel, s. l. (Lis-boa), s. d. (1510).

Pergaminho, 114,5 x 160 cm, Wolfenbüttel, Herzog August Bibliothek (Cod. Guelf. 98 Aug. 2º).

In: Zoltán Biederman e Dejanirah Couto, “La Cartographie Portugaise du Golfe Persique au XVIe siècle et ses reflets en Europe”, *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe siècles)*, 2006, Turnhout, Brepols Pub. , p. 78 e p.79

Esta belíssima carta reflecte as primeiras introduções de informação cartográfica decorrentes das incursões dos portugueses nas águas do Golfo e do Mar Vermelho, isto é, depois de Afonso de Albuquerque e de Francisco de Almeida, e dos homens de ciência que os acompanhavam, terem frequentado as primeiras terras do continente asiático.

Os contornos do litoral oceânico são já representados com um grau de aproximação relevante, designadamente para as costas da grande península indostânica. Nota-se também um esforço precoce para encontrar a correcta expressão desenhada do estreito de Ormuz - com a localização da ilha no ponto certo -, ao passo que o contorno interno das águas pérsicas, ainda por explorar, mantém um traçado bastante arcaizante.

A autoria da carta, sem dúvida da família dos Reineis, é atribuída pelos especialistas a Pedro Reinel.

No *mare de Persia* que está assinalado no mapa, existe uma legenda referindo *a ilha grande que chamam quexome e*, parecendo indicar Ormuz, outra indicação (aparentemente sublinhada pela representação de uma conglomeração fortificada) reporta que *em esta ilha vermelha esta a cidade de garrofoz [?] muyto nobre e rica*.

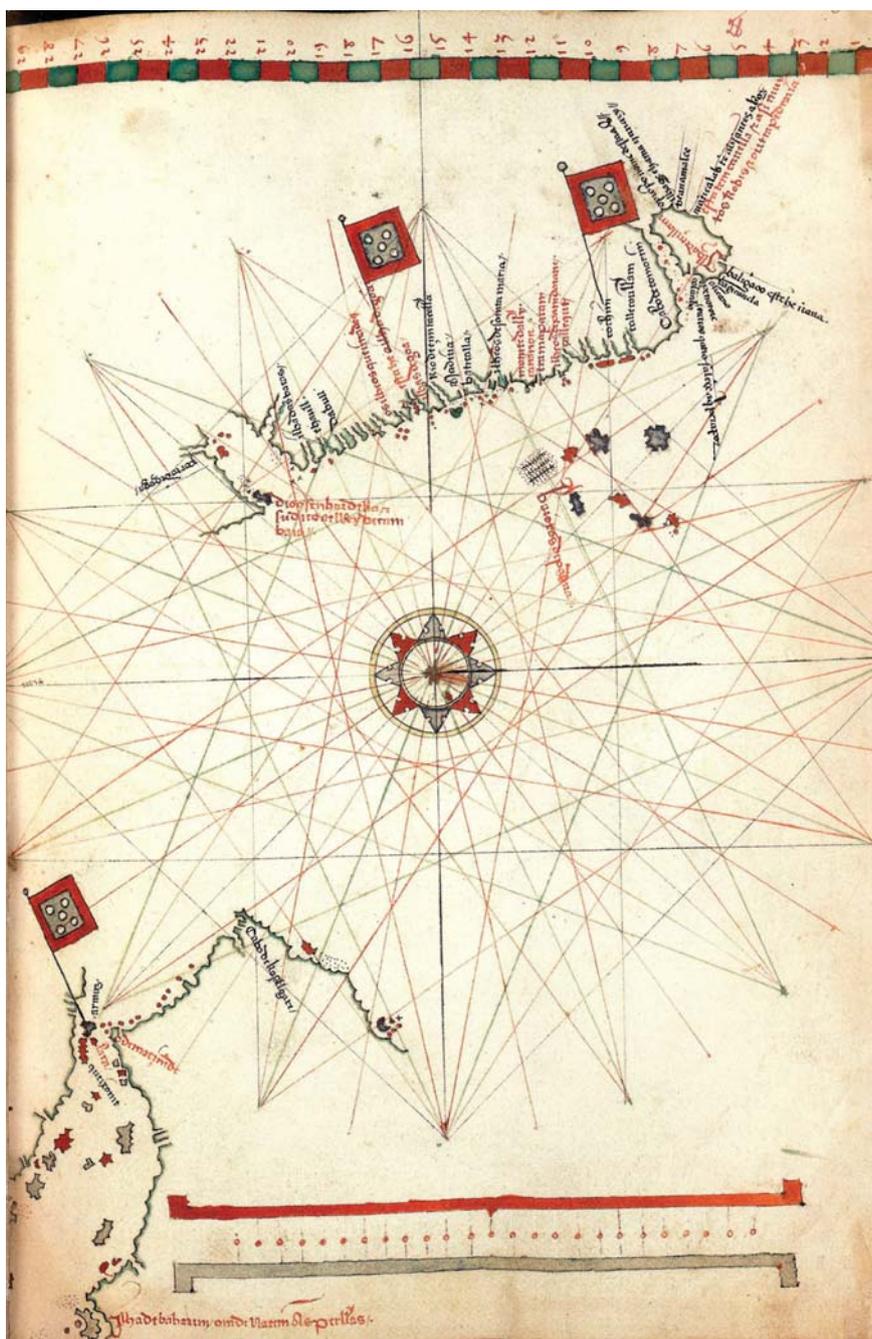
#### 5.1.6 - VI - CARTA DA COSTA DO SUDESTE DA ARÁBIA ATÉ CEILÃO, Francisco Rodrigues (in *O Livro de*), c. 1514-15.



No Índico Ocidental, a adicionar ao primeiro registo interior do Mar Pérsico, Francisco Rodrigues também inaugurou a informação geográfica científica sobre a penetração e os contornos iniciais do Mar Vermelho. Tendo acompanhado Afonso de Albuquerque na soçobrada tentativa de conquista de Adém, atacada a 27 de Março de 1513, deu início à exploração das rotas do comércio e do contacto com o reino do Preste João, em cujo contexto Francisco Rodrigues viajou até Dalaca e Maçuá, explorando as costas da Etiópia. O capitão do navio era um tal João Gomes, “sendo de admitir a hipótese de a missão de Francisco Rodrigues a bordo tivesse consistido na preparação de cartas e roteiros, pois Afonso de Albuquerque em carta a D. Manuel I, de 13 de Dezembro de 1513, aludiu expressamente ao facto de João Gomes lhe ter trazido *Dalaca pintada, ilhas e mar, o melhor que ele pôde. Lá o mando a vossa alteza essa amostra* (ANTT, Corpo Cronológico, parte I, m. 14, doc. 15, “Cartas de Afonso de Albuquerque”, ed. Academia Real das Ciências, Lisboa, 184, p. 220) - in José Manuel Garcia, *O Livro de Francisco Rodrigues / O Primeiro Atlas do Mundo Moderno* - 2008, com o fac-símile da Biblioteca da Assembleia Nacional de França, Editora da Universidade do Porto, Porto, p. 20.

A 4 de Agosto de 1513, acompanhando o Governador, o piloto astrónomo e desenhador de cartas náuticas estava de regresso à Índia, e provavelmente a pedido deste, regressou a este confim do Índico integrado na expedição que trouxe, em 1514, o sobrinho de Albuquerque, Pêro de Albuquerque, para sondar Socotorá, a costa arábica e o golfo Pérsico, tendo chegado a Ormuz em Maio desse ano. A partir de 7 de Junho seguinte, e durante um mês, Francisco Rodrigues desenhou o contorno interior das águas da Pérsia que se acha inscrito no seu Livro, estando de volta a Goa em 28 de Setembro de 1514.

O trabalho do cartógrafo (que não



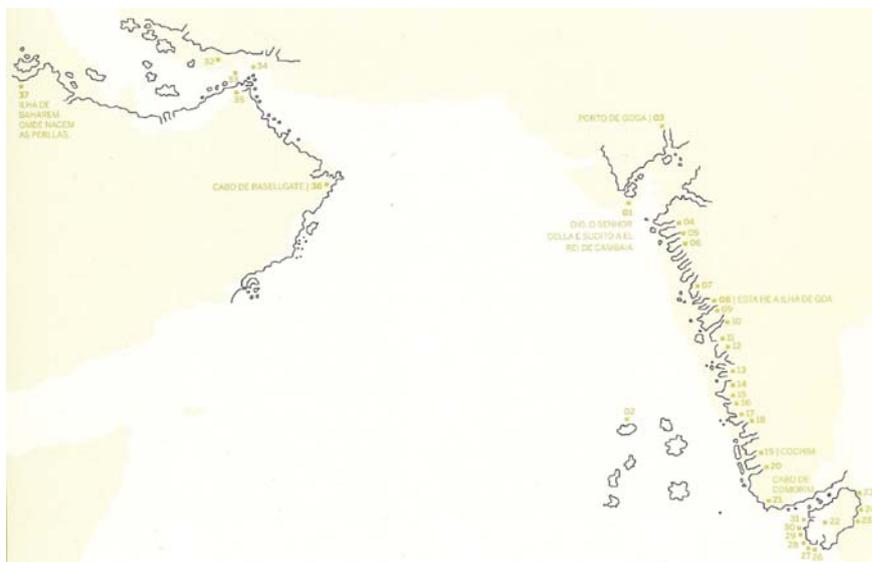
Desenho sobre papel, 26,30 x 37,80 cm, Biblioteca da Assembleia Nacional de França, Paris.

In: José Manuel Garcia, *O Livro de Francisco Rodrigues / O Primeiro Atlas do Mundo Moderno* - 2008, com o fac-símile da Biblioteca da Assembleia Nacional de França, Editora da Universidade do Porto, Porto, p. 80.

A juntar ao lançamento editorial de 2006, *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe-XVIIIe siècles)*, Turnhout, Brepols Pub., temos a assinalar a recente aparição de uma extraordinária reprodução do trabalho de Francisco Rodrigues, o qual

ficou completo) demorou-se ainda por todo o ano de 1515, tendo o exemplar do primeiro atlas universal da moderna geografia viajado para Lisboa num navio da carreira da Índia, que deixou Cochim sob comando de D. Garcia de Noronha em Janeiro de 1516. De assinalar ainda, segundo J M. Garcia (op. cit., p. 26), 2que Duarte Barbosa embarcou nessa mesma armada levando consigo um livro que então também terá concluído”. Francisco Rodrigues não regressará do Oriente, permanecendo o seu labor como um dos frutos mais profícuos de um pioneirismo primacial da Expansão, legando-nos amplo saber de experiência feito, reflectindo de perto a produção das cartas a própria circunstância de acontecer nos locais mesmos em que a primeira visão geográfica começava a ganhar existência perante os seus olhos.

“Com os seus trabalhos cartográficos Francisco Rodrigues facultou valiosos contributos no sentido de que D. Manuel I e os eus conselheiros ficassem com a visão mais completa do mundo que até então havia sido possível alcançar, podendo dessa forma planear os meios para aprofundar novas concepções de uma geo-estratégia económica, política e militar que pela primeira vez na história abarcava toda a Terra como campo de acção” - in op. cit., p. 56.



verdadeiramente representa o primeiro registo moderno de um atlas, abarcando novos conhecimentos geográficos. Reportamos à edição acima citada contribuindo, no caso particular de Ormuz, para o esclarecimento da imprecisão da nota explicativa do “Atlas Historique”, ao não ter descortinado o rigor das anotações realizadas por alguém que fez o primeiro reconhecimento das águas interiores do Golfo Pérsico, acompanhando em 1514 o sobrinho de Afonso de Albuquerque, Pêro de Albuquerque, antes de o Governador da Índia vir a retomar Ormuz e completar a fortaleza iniciada em 1507.

Realmente, os recortes do Sudeste da Arábia e da Índia revelam-se surpreendentemente correctos, tal como se constata na imagem retirada do estudo de José Manuel Garcia (e que igualmente juntamos nesta sùmula sobre a iconografia mais relevante sobre o nosso objecto de estudo). Acresce ao rigor da linha de costa e sua escala, a verificação da coincidência das distância das rotas entre uma costa e outra, parecendo não fazer falta o inexistente traçado entre a zona pérsica e a costa indiana.

A esse grau de precisão poderá não ser estranho o amadurecido contacto com um célebre mapa javanês reunindo - para além de todo um novo conteúdo sobre o Extremo Oriente - indicações já obtidas sobre o Cabo da Boa Esperança, o Brasil e Portugal, e especialmente referido por Afonso de Albuquerque a D. Manuel (a quem chegou a mandar conhecimento: Mando esse pedaço a vossa alteza, que Francisco Rodrigues emprantou sobre a outra, donde vossa alteza poderá ver verdadeiramente os chins e os gores, e as vossas naus o caminho que hão-de fazer para as ilhas do cravo, e as minas do ouro onde são...).

Esta representação parcial do Golfo Pérsico, afastando-se definitivamente das representações ptolomaicas, abre uma nova época à representação da imagem desta área geográfica, fazendo

**CARTA DO OCEANO ÍNDICO**, Pedro Reinel, Jorge Reinel e António de Holanda, carta nº 6 do “Atlas Miller”, s. l. (Lisboa), s. d. (1519).

Pergaminho, 42 x 59,5 cm, Paris, Biblioteca Nacional de França (Res. Ge. DD 683).

In: Zoltán Biederman e Dejanirah Couto, “La Cartographie Portugaise du Golfe Persique au XVIe siècle et ses reflats en Europe”, *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe siècles)*, 2006, Turnhout, Brepols Pub., p. 89.

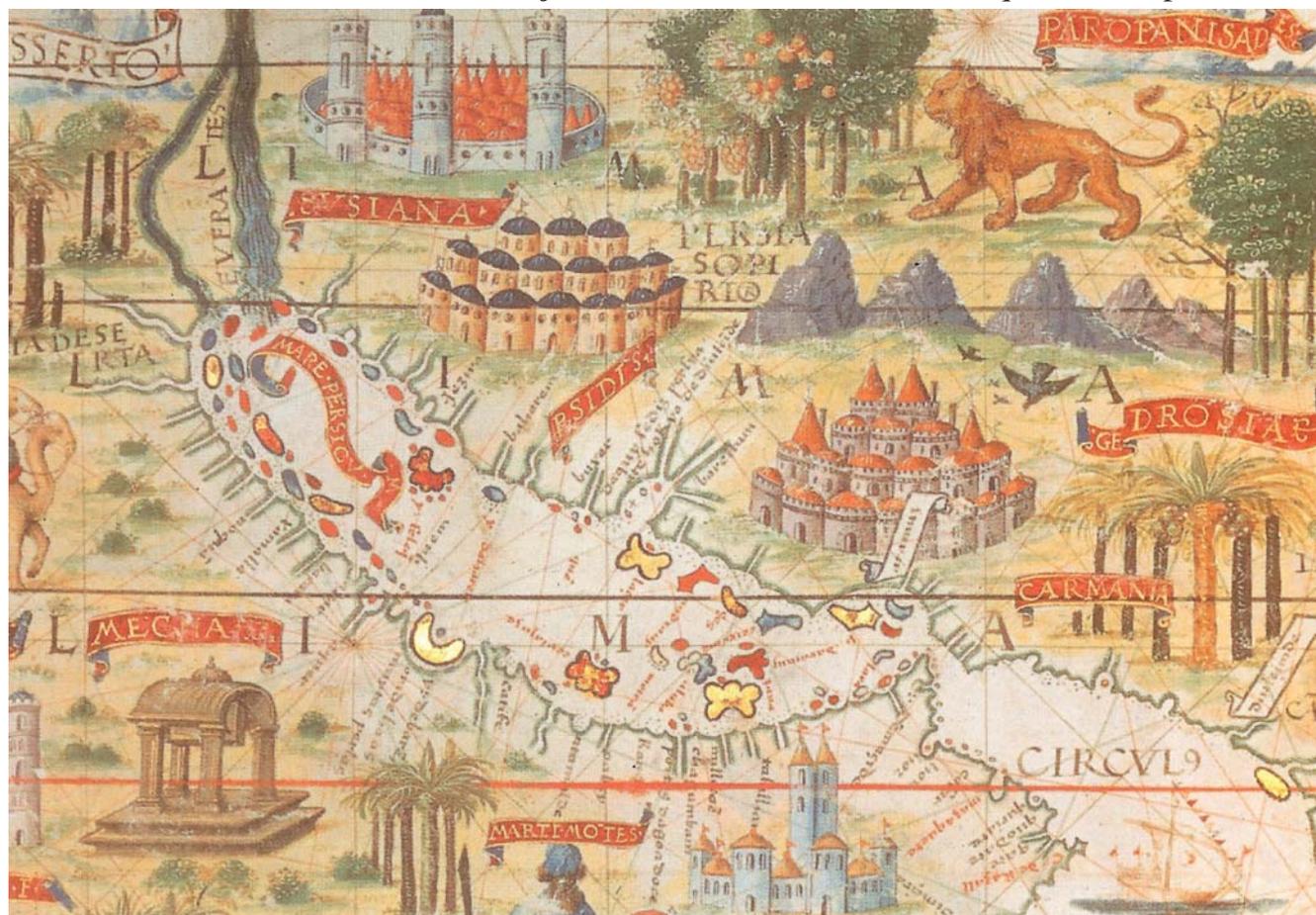
parte de uma produção científica e técnica notável no início da presença portuguesa no Oriente.

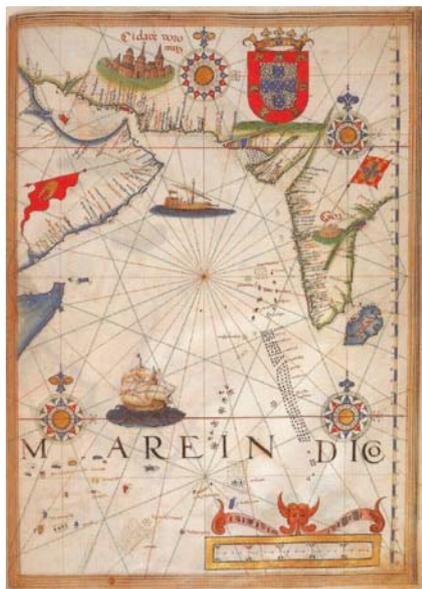
5.1.7- VII - **CARTA DO OCEANO ÍNDICO**, Pedro Reinel, Jorge Reinel e António de Holanda, “Atlas Miller”, s.d.(1519).

Por sua vez, outro exemplar do maior valor, pertencente ao chamado “Atlas Miller”, de autoria de Pedro Reinel, Jorge Reinel e António de Holanda, mostra como o esplendor decorativo da produção artística manuelina se estendeu à elaboração de um programa vasto no campo da iconografia, designadamente da iluminura, e da cartografia como um capítulo especializado desta arte tão cultivada em Portugal no começo da Expansão.

Depois de um período inicial de grande reserva e de uma férrea política de sigilo, D. Manuel I surpreende ao mandar preparar um extraordinariamente belo atlas para ofertar, em 1519, a uma importante personalidade. Discute-se se seria a sua terceira esposa (a princesa Leonor de Habsbourg) ou o Papa Leão X.

Embora esta carta de média dimensão pretenda ilustrar, como grande “iluminura modernista”, a grandeza (em novidade, extensão e qualidade) das descobertas portuguesas, mais do que servir de auxiliar geográfico de precisão, é assinalável a evolução do recorte do Golfo Pérsico, quando comparada com

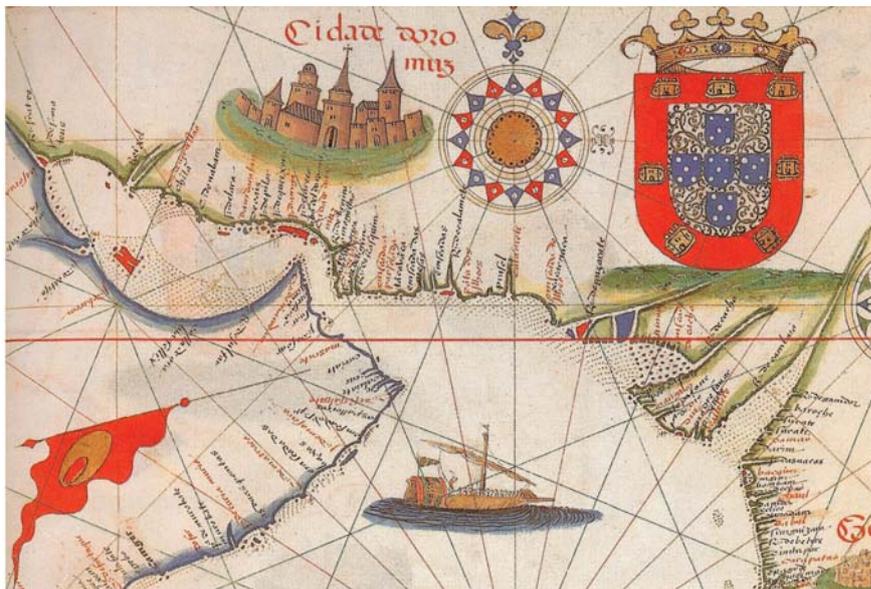




**MARE INDICO, CARTA DO OCEANO ÍNDICO OCIDENTAL (A e B - ampliação), Sebastião Lopes, carta nº 18 do Atlas, s. l. (Lisboa), s. d. (c. 1565).**

Pergaminho, 45,3 x 32,2 cm, Chicago, Newberry Library (Ayer MS Map 26, fol. 18).

In: Zoltán Biederman e Dejanirah Couto, “La Cartographie Portugaise du Golfe Persique au XVIe siècle et ses reflets en Europe”, *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe siècles)*, 2006, Turnhout, Brepols Pub., p. 144 e p. 145.



a carta acima atribuída a Pedro Reinel, datada de escassos nove anos menos.

A D. Manuel I interessava fazer passar a imagem de promotor de uma nova visão do mundo, posto que ele “croyait probablement que «l’Âge du Messie» viendrait à la suite de la «découverte totale» du globe terrestre. Ceci le motiva à faire peindre sur les cartes de son atlas de nombreux détails très décoratifs, y compris dans des régions continentales tout à fait inconnues. Il s’agissait de montrer que peu de choses restaient à découvrir. Quelques progrès réels se firent aussi entre 1517 et 1519. Il y a un nombre considérable d’îles avec des noms non-ptoléméens, et l’on remarque un bras méridional de l’Euphrate qui a pu être observé in loco pendant l’expédition à Bassora en 1517. La ville, en revanche, n’apparaît pas”<sup>11</sup>.

5.1.8 - VIII (A e B- ampliação) - CARTA DO OCEANO ÍNDICO OCIDENTAL, Atlas de Sebastião Lopes, s. d.(c. 1565). Datando de meados da década de 60, o Atlas quinhentista atribuído a Sebastião Lopes é uma peça iconográfica que retoma a tradicional qualidade artística da escola cartográfica portuguesa.

Nele se inclui a peça «Mare Indico», onde a capitalidade da representação da *Cidade doromuz* é evidente, conjuntamente com Goa.

Aparecem grafadas a vermelho as cidades onde senhoreavam interesses portugueses, registando-se igualmente naquela cor, no Golfo Pérsico, as ilhas onde haveria posições fortificadas (Ormuz, Quexome, Barem, Bassora).

<sup>11</sup> Zoltán Biederman e Dejanirah Couto, “La Cartographie Portugaise du Golfe Persique au XVIe siècle et ses reflets en Europe”, in *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe siècles)*, Turnhout, Brepols Pub., 2006, p. 88.



**REPRESENTAÇÃO DAS COS-TAS DE ABEX, DO ESTREITO DE ME- CA, ALIÁS, MAR VERMELHO, ASSIM COMO DAS COSTAS DE ARÁBIA, ORMUZ E PÉRSIA ATÉ SINDE, DO RIO INDO, DE CAMBAIA, ÍNDIA E MALABAR, DA ILHA DE CEILÃO, COROMANDEL E ORIXA, DO RIO GANGES E DO REINO DE BENGALA, E AINDA DA SITUAÇÃO DAS ENSEADAS, ILHAS, ESCOLHOS, BANCOS, BAIXOS E BAIXIOS DAS COSTAS REFERIDAS, COM OS NOMES CORRECTOS DE TODOS OS LUGARES, TAL COMO SÃO REFERIDOS PELOS MAIS EXPERIMENTADOS PILOTOS PORTUGUESES TUDO TIRADO COM GRANDE APLICAÇÃO DOS MELHORES ROTEIROS E CARTAS INDIANAS, REVIS- TO E CORRIGIDO** (Estampa 38, 1596, Biblioteca Real de Haia). In: *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen von Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Arie Pos e Rui M. Loureiro, eds., 1977, C.N.C.D.P., Lisboa.

### 5.1.9 - IX - Estampa 38 do *Itinerário* de Linschoten, 1596.

Um dos mais belos e tecnicamente qualificados exemplares de gravura (reproduzida aos milhares de exemplares por toda a Europa de Seiscentos, foi o que Linschoten incluiu no seu *Itinerarium*<sup>12</sup>, com a *Representação das Costas de Abex, do Estreito de Meca, aliás, Mar Vermelho, assim como das Costas de Arábia, Ormuz e Pérsia até Sinde, do rio Indo, de Cambaia, Índia e Malabar, da ilha de Ceilão, Coromandel e Orixa, do rio Ganges e do reino de Bengala, e ainda da situação das enseadas, ilhas, escolhos, bancos, baixos e baixios das costas referidas, com os nomes correctos de todos os lugares, tal como são referidos pelos mais experimentados pilotos portugueses, tudo tirado com grande aplicação dos melhores roteiros e cartas indianas, revisto e corrigido.*

Sendo um livro de espionagem, reconhecem-se-lhe inúmeros méritos para a documentação histórica relativa ao século XVI. É, possivelmente, o primeiro grande livro de viagens impresso, com uma produção impressionante, seja ao nível e rigor dos conhecimentos transmitidos, seja pelo valor artístico das inúmeras gravuras de alta qualidade que foram produzidas.



ORMUZ

FORTALEZA DE ORMVS

Fólio 62 e fólio 63 do Códice Seiscentista de S. Julião da Barra, Oeiras.

In: *O Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia* da Biblioteca da Fortaleza de S. João da Barra, Manuel Godinho de Herédia, início do séc. XVII), 1999, Ministério da Defesa Nacional / Edições Inapa, Lisboa.



Por seu turno, a carta geográfica que reproduzimos, é explícita de um grande rigor e abundância de informes, paralelamente à vasta e pormenorizada descrição que o itinerário contempla. Porém, sobre a construção da Fortaleza de Ormuz propriamente dita, ou de outras fortificações na entrada do Golfo Pérsico, nada oferece que nos permita compreender a sua compleição, apesar de Ormuz ser citada muitas dezenas de vezes ao longo do texto.

5.1.10 - X - ORMUZ e XI - FORTALEZA DE ORMVS, Manuel Godinho de Herédia, início do séc. XVII.

No Códice de S. Julião da Barra<sup>13</sup>, observam-se dois fólios (62 - *Ormuz* e 63 - *Fortaleza de Ormvs*) desenhados por Manuel Godinho de Erédia. O primeiro aborda, de forma grosseira, a circunstância geográfica da entrada do Golfo Pérsico, sem conter qualquer descrição. Anota, fantasistamente, a circundância de ilhas e do continente, nomeando o *Cabo de Monsandão* e a *Feituria dos Ingreses no Comorão*, e representando a ilha de *Angão*, parte da ilha de *Quexome* e a de *Larequa*, rodeando a de *Ormvs*, todas com menção estereotipada de ocupação com edificações militares.

A «Fortaleza de Ormvz» (fólio 63 do *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia*) continua a mostrar, de modo inexacto, indicações curiosas. Anotam-se:

- *Y de queixime onde faz A agoada*, mostrando a ponta da ilha de Keshm, onde apenas surgem três figuras humanas muito estilizadas junto a uma representação de um presumido poço; dois barcos estão surtos junto, ao passo que outros quatro,

<sup>12</sup>Jan Huygen Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen von Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas* - (1596, Biblioteca Real de Haia), Arie Pos e Rui Manuel Loureiro, eds., 1977, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa.

<sup>13</sup>Manuel Godinho de Herédia, *O Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia* da Biblioteca da Fortaleza de S. João da Barra - (inícios do séc. XVII), 1999, Ministério da Defesa Nacional / Edições Inapa, Lisboa.

de velas enfunadas, fazem a ligação indicativa com a ilha de Ormuz;

- Do lado esquerdo do desenho anota-se a ilha pequena de *Lareqa* e, na proximidade de uma pretensa baía (no lado contrário da Fortaleza de Ormuz), a designação de *TVRVMBAQVE*, com a indicação, em terra, da *quinta delRey* junto a uma larga construção quadrangular com torre;

- A ilha tem ainda inscrito o topónimo *LARDIMIRA* (tal como o de *Turumbaque* se desconhecendo o que seja);

- No cimo de duas elevações aparecem desenhadas edificações religiosas com a indicação de *N. S. dapena* e de *N. S. daespr.ça*.

- Tem também representação própria a igreja ou ermida de *S. lusia*, ao passo que *S. agostinho* e *S. joam* apenas são assinalados com círculos vermelhos;

- Especial destaque desenhado tem o alto minarete da mesquita da cidade, com a designação de *alcoran*;

- Nas cercanias da fortaleza aparecem as seguintes designações: *estrebarias*, *b[aluarte] s. tiago*, *a cava* e *Rib[ei]ra das naus*;

- Do lado direito do desenho anota-se uma inexistente *Entrada Das naos* e a indicação do *sorgidoro* dos navios.

- O contorno da terra do continente contém uma representação fortificada junto do topónimo *COMORAM*.

Na metade inferior do fólio 63 escreve-se: *A fortaleza de ormus esta plantada nua ylha No mar ou sino persico em altura de 27 graos septemtrionais. A fortaleza foi conquistada e fundada por o ymvecivel Capitão afonço de Alborquerque que no ano 1509 tem capitão provido por Sua Mag.de com a guarnição de gente; e artelharia ness[essari]a pera a sua defemção com os ofeciais de justiza e fazemda, com o povo em forma da cidade; com a caza da mizaricordia e hospital. E no eclesiastico tem vigario geral na matrix; e hua caza da ordem de Samto agostinho; e o Rey de ormus posto que governa seus estados todavia he sogeito e trebutario a elRey de portugal. O porto he de grande trato de Arabia persia e basora e armenia e turquia por via de veneza e alepo e da yndia e he muito frequemtada de suas naos por ser de grande trato de cavalos e de muita Riqas pessas de sedas e alcatifas e outras muitas cousas.*

5.1.11 . XII - *ORMVS*, Manuel Godinho de Herédia, s. d.(início séc. XVI).

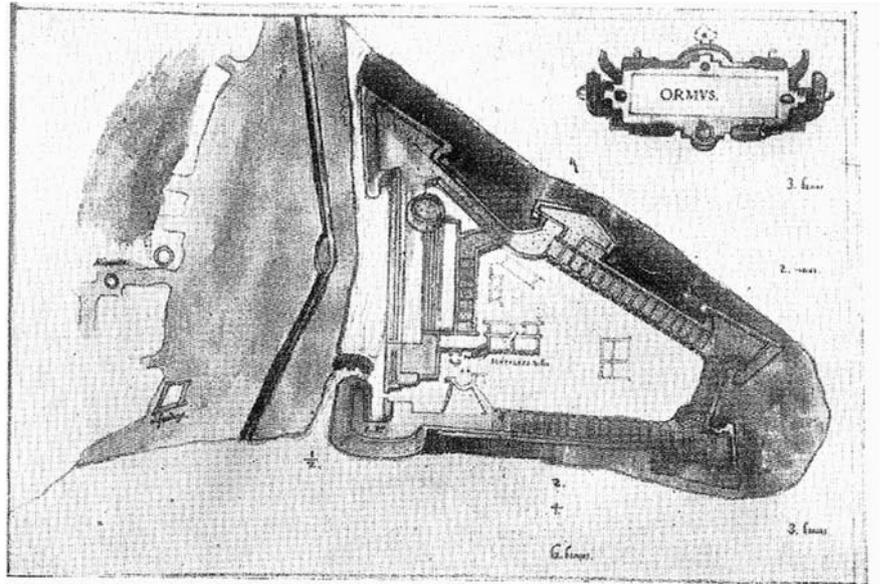
<sup>14</sup>Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, vol. III, s/d (1957 ?), Ministério do Ultramar / Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

Atribuída por Luís Silveira<sup>14</sup> a Manuel Godinho de Herédia (“Dos atlas e colecções portuguesas seiscentistas encontro Ormuz em Herédia”...) encontramos um desenho muito intrigante no Vol. III do seu “Ensaio” (Estampa nº 515).

**ORMVS**

Estampa nº 515 do vol. III do Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar, atribuída por Luís Silveira a Manuel Godinho de Herédia (“Dos atlas e colecções portuguesas seiscentistas encontro Ormuz em Herédia”...)

In: Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, vol. III, s/d (1957?), Ministério do Ultramar / Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.



Embora de fraca leitura, dadas as condições de reprodução no Ensaio, trata-se de uma peça notável, a qual contém já a renovação da Fortaleza empreendida por Inofre de Carvalho em 1558/60.

Dá informes muito interessantes (pese embora a dificuldade da leitura), os quais referenciamos:

- Ao centro e à esquerda, uma das duas anotações circulares que fazem parte do contexto urbanístico da cidade tem a inscrição *Misquita*, parecendo coincidir com a localização actual do minarete que se observa em várias estampas e no local.

- À esquerda, em baixo, surge o desenho de uma edificação em quadrilátero oblongo com a anotação, que corre paralela a um dos lados, de *alfandega*.

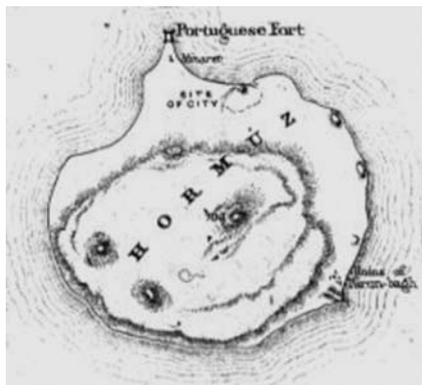
- No centro da praça-de-armas lê-se *Fortaleza velha*, parecendo justamente tratar-se da torre de menagem que foi construída, efectivamente, logo na primeira fase da obra de Albuquerque.

- Ainda no centro da Fortaleza vêem-se inscritas duas plantas de edifícios isolados, um rectangular e outro com duas alas em forma de V.

- As anotações no mar referem-se à profundidade da água, começando, à direita em cima com 3 braças, descendo para 2 braças, novamente 3 braças (no canto inferior direito do desenho) e depois (a meio do pano da muralha), 2./4./6. braças, seguindo-se, numa penetração do mar que banharia o grande baluarte da porta de entrada, a anotação de  $\frac{1}{2}$  - parecendo tal leitura autorizar a conclusão de se praticar o acesso por batéis até à entrada da fortificação.

- Por outro lado, parece ser legítima a leitura da hipótese da existência de um fosso ligando, da maneira mais simples, um





**HORMUZ ISLAND**

Reproduzido de um site da Internet cuja legenda é “Map of Hormuz Island from the survey by A. W. Stiffe”. In: <http://www.dataxinfo.com/hormuz/illustrations.htm> (rowland@dataxinfo.com)

particular pormenor topológico da área relativa à entrada do Golfo Pérsico.

O terceiro documento que reproduzimos do “site” utilizado, enferma do registo fantasista que o mapa de Herédia acima referenciado (IX) contém. É proveniente do *Livro do Estado da Índia Oriental* (1635?), de autoria de Pedro Barreto de Resende.

O original, que se guarda na Biblioteca Nacional de França, segue muito de perto os cânones gráficos das estampas (desenhadas por Resende) do Códice de António Bocarro<sup>15</sup>. Porém, nem este nem Mariz Carneiro<sup>16</sup> incluem nos seus Códices a representação e a descrição relativas a Ormuz.

No caso da omissão em Bocarro, a falta é sobretudo relevante no que respeita à ausência de caracterização da ocupação da guarnição militar, do pessoal civil e dos religiosos, suas receitas e despesas - aspectos esses que (a serem de valor idêntico ao das ementas que o então guarda-mor da Torre do Tombo de Goa fornece no seu Livro) seriam da maior importância para aquilatar a dimensão mesma do fenómeno de ocupação. De todo o modo, na altura dos Cronistas da Índia citados, Ormuz já não era portuguesa.

5.1.13 - XVI - *DEMONSTRAÇÃO DA FORTALEZA DE ORMUVS*, séc. XVI (?).

Não obstante perdido o domínio de Ormuz, as indicações cartográficas correlacionadas com a cidade continuavam a interessar quantos se movimentavam em torno do comércio asiático. Esta carta é profundamente errónea, posto colocar Ormuz no interior duma baía, sendo aparentemente a saída para o Oceano aparentemente no sentido contrário ao real.

5.1.14 - XVII - *DEMONSTRAÇÃO DA FORTALEZA DE BAÇORÁ*, séc. XVI (?).

Igualmente fantasista, o aspecto a destacar nesta gravura prende-se com a circunstância de não serem frequentes as representações da feitoria portuguesa de Bassorá, no extremo ocidental do Golfo Pérsico, e de que hoje nada resta.

5.1.15 - XVIII- *MAPA DO GOLFO PÉRSICO NA REGIÃO DE BASSORÁ*, c. 1660.

Desenho sobre papel, 19 x 16 cm, Nationaal Archief, The Hague, in <http://www.nationaalarchief.nl/amh/detail.aspx?page=dafb&lang=nl&id=1810>.

Não são conhecidas muitas referências cartográficas portuguesas

<sup>15</sup> António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povo-ações do Estado da Índia Oriental*, Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

<sup>16</sup> António Mariz Carneiro, *Descrição das Fortalezas de Sofala e das mais da Índia*, 1639 - 1990, Nota Introdutória e legendas de Pedro Dias, Fundação Oriente, Lisboa.



### ORMUZ

Do Livro do Estado da Índia Oriental (1635?), Pedro Barreto de Resende. In: <http://www.dataxinfo.com/hormuz/illustrations.htm>.

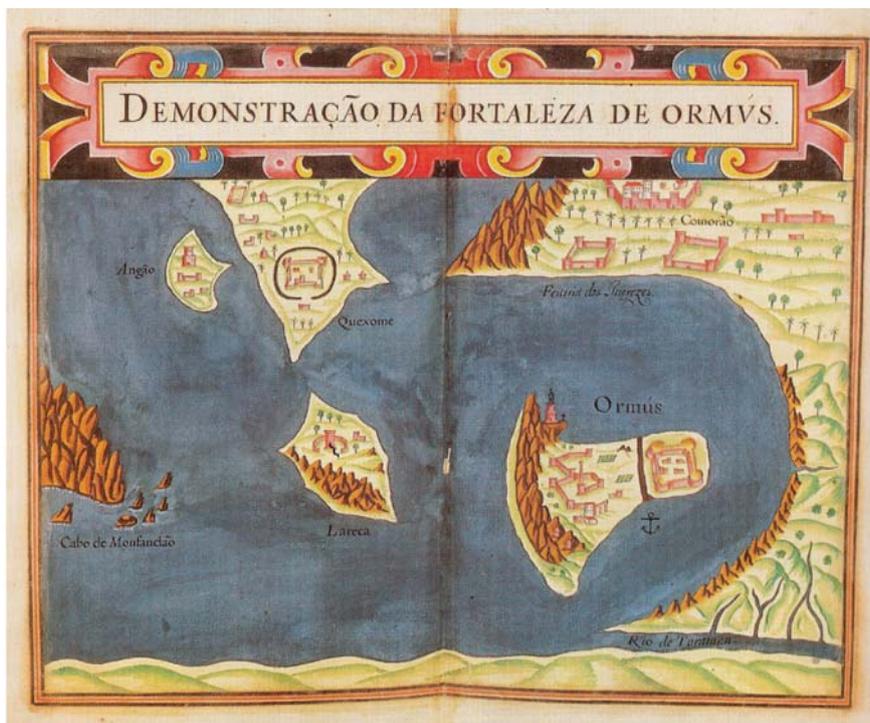
### DEMONSTRAÇÃO DA FORTALEZA DE ORMVS.

### DEMONSTRAÇÃO DA FORTALEZA DE BAÇORÁ.

Ambas as gravuras, com cartelas maneiristas ocupando larga faixa superior com o título da peça, parecem cópias tardias, como é claramente o caso da primeira em relação à ilustração de Pedro Barreto de Resende.

In: *Codex da Biblioteca Casanatense, Roma.*

De acordo com António Bocarro (O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental, Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, p. 62), a importância comercial de Bassorá acabava por replicar a da Pérsia Safávida, acrescida ainda de mais tecidos raros, sobretudo provindos (via Mascate), da grande loja de Cambaia e de Sinde, juntando-se as proveniências da China, da pimenta e do café do Iémen. “De acordo com Boudaens, em 1651 o mercado de Bassorá poderia absorver 100 000 libras de pimenta e 120 000 a 130 000 libras de café. Todo o tipo de goma arábica. teria um mercado da ordem das 80 a 100 000 libras. As especiarias (cravo, e noz-moscada) geralmente tinham bom mercado, acaso houvesse



ao topo do “Sinus Pérsico”, onde o Eufrates tem o seu delta e a cidade de Bassorá constituía o entreposto para o último grande lanço da viagem das mercadorias do Oriente, antes de serem lançadas na bacia do Mediterrâneo. A feitoria portuguesa, como em geral as de outras potências cristãs, nunca se afirmou com grande pujança, já que o controlo árabe e otomano cedo se passou a exercer de um modo apertado nesses domínios. Ainda assim, a presença holandesa teve uma expressão mais significativa, do que os Arquivos históricos neerlandeses são espelho.

# ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

grandes mercadores na cidade. A capacidade estimada era de 25 000 libras por ano. Todo o tipo de índigo era vendido, em particular o de Agra, e uns 100 fardos podiam ser vendidos por ano. Têxteis eram igualmente um produto popular, em particular os de Sinde- VOC 1188, Boudeans, Schriftelijck relaes (Surat 29/11/1631), f. 541-44v. De acordo com Godinho, os navios indianos chegam todos os anos a Bassorá abarrotados com mercadorias finas, ferro, madeira, pimenta, lacres, âmbar, canela, cravo, noz, mandioca, benjoim e outras drogas (Relação do novo caminho que fêz por terra e mar vindo da Índia para Portugal, no ano de 1663 o Padre Manuel Godinho, Lisboa, 1944, p. 114) - in Willem Floor, *The Persian Gulf : A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* - 2006, Mage Publishers, Washington, p. 509.

Depois da saída dos portugueses de Ormuz, o papel de Bassorá no contexto do comércio no Golfo Pérsico adquiriu uma renovada projecção, com todas as potências económicas locais (árabes, otomanos e persas) e exteriores (indianos e europeus) disputando os meios susceptíveis de influírem no controlo de um ponto estratégico para a drenagem dos produtos orientais.

## MAPA DO GOLFO PÉRSICO NA REGIÃO DE BASSORÁ, c. 1660.

Desenho sobre papel, 19 x 16 cm, Nationaal Archief, The Hague, in <http://www.nationaalarchief.nl/amh/detail.aspx?page=dafb&lang=nl&id=1810>. *Catalogus Leupe*.

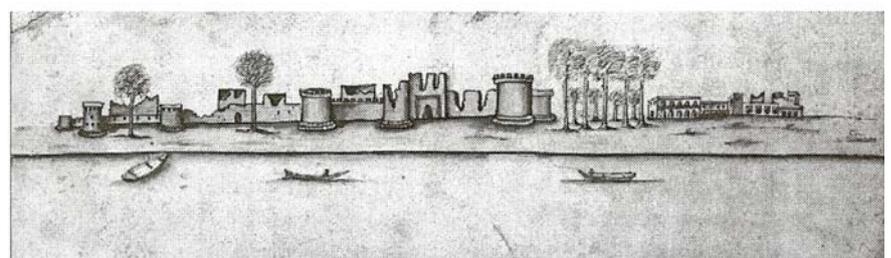
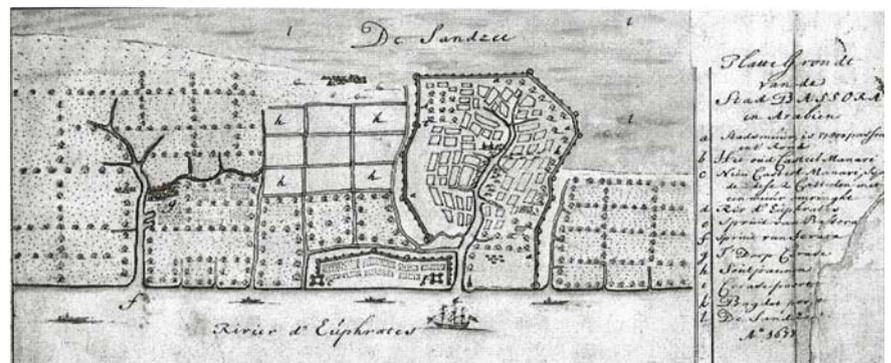
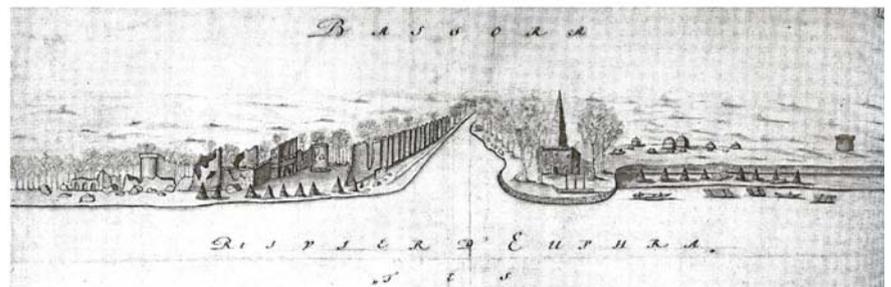
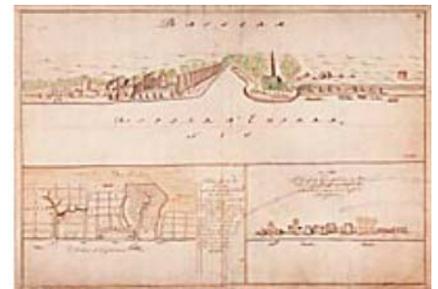


## 5.1.16 - XIX - BASSORA / RIVIER D'EUPHRATES, VISTA DE BASSORÁ E DO CASTELO DE GORDELAAN (A e B, C e D - ampliações), do "Catalogus Leupe", c. 1695.

Desenho sobre papel, 56 x 77 cm, Nationaal Archief, The Hague, in <http://www.nationaalarchief.nl/amh/detail.aspx?page=dafb&lang=nl&id=1810>, sendo as ampliações obtidas in Willem Floor, *The Persian Gulf : A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* - 2006, Mage Publishers, Washington, pp 478 e 481.

Em cima (ampliação B), a boca de um braço do Eufrates que conduz à cidade de Bassorá propriamente dita. À esquerda da desembocadura, vê-se o velho castelo de Manavi e, no lado

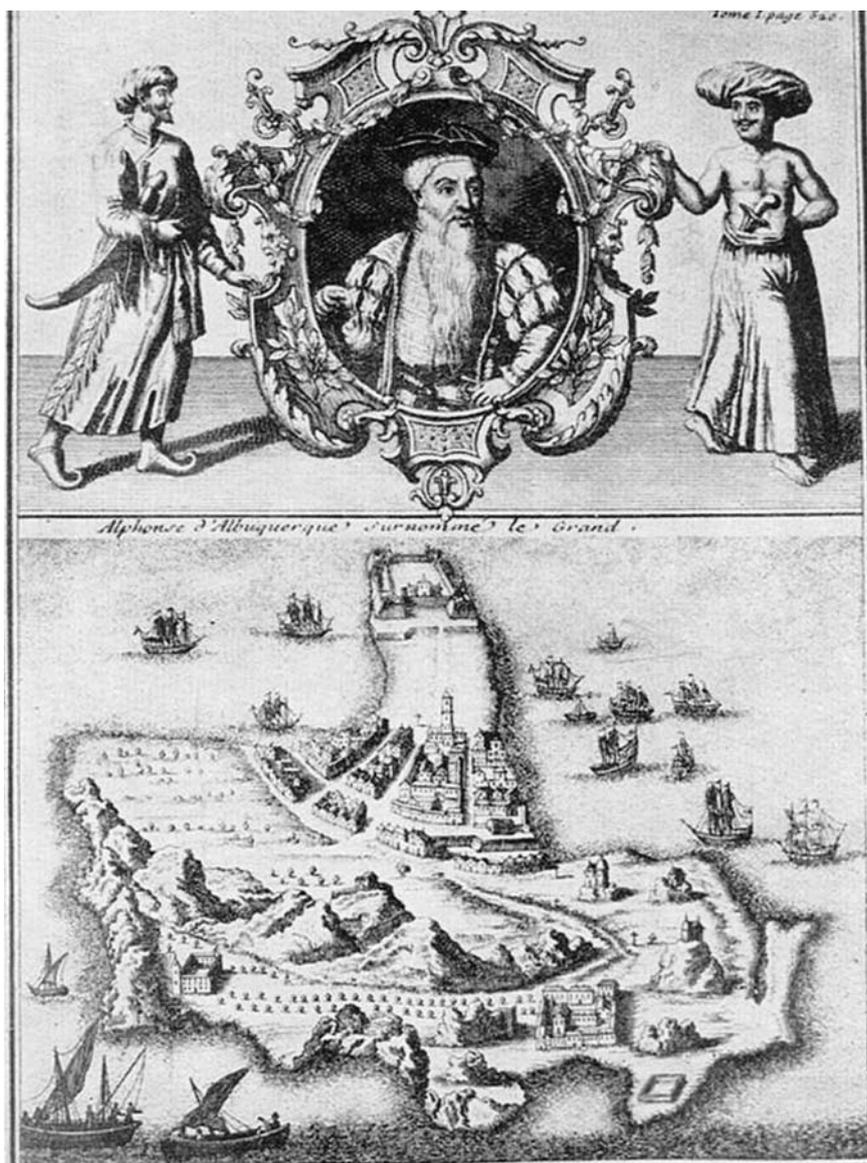
BASSORA / RIVIER D'EUPHRATES, VISTA DE BASSORÁ E DO CASTELO DE GORDELAAN (A e B, C e D - ampliações), do *Catalogus Leupe*, c. 1695. Ampliações in Willelm Floor, op. cit. pp. 478 e 481.



direito, está uma pirâmide em pedra (descrita em 1645 pelo capitão holandês Roobacker).

Na ampliação do meio temos a planta da cidade de Bassorá, acompanhada de uma legenda, lendo-se: a. os muros da cidade 57,800 passos em circunferência; b. o velho castelo de Manawi; c. o novo castelo de Manawi (ambos os castelos são rodeados por uma parede); d. Rio Eufrates; e. o braço do rio de Bassorá; f. o braço de rio de Saraji (Serara); g. a aldeia de Saraji (Cerase), h. as obras de sal; i. as portas de Saraji (Cerase); k. as portas de Bagdade; l- o mar de areia (isto é, o deserto); Anno 1677.

No último desenho, igualmente disponibilizado por ampliação da primeira referência iconográfica feita neste ponto, temos o desenho do castelo Gordolan (a leste do Eufrates), com uma legenda em que se lê: O castelo de Gordelan e a corte do principado situado em Baldea [?] no lado oposto da cidade de Bassorá.



#### VILLE ET ISLE D'ORMUS

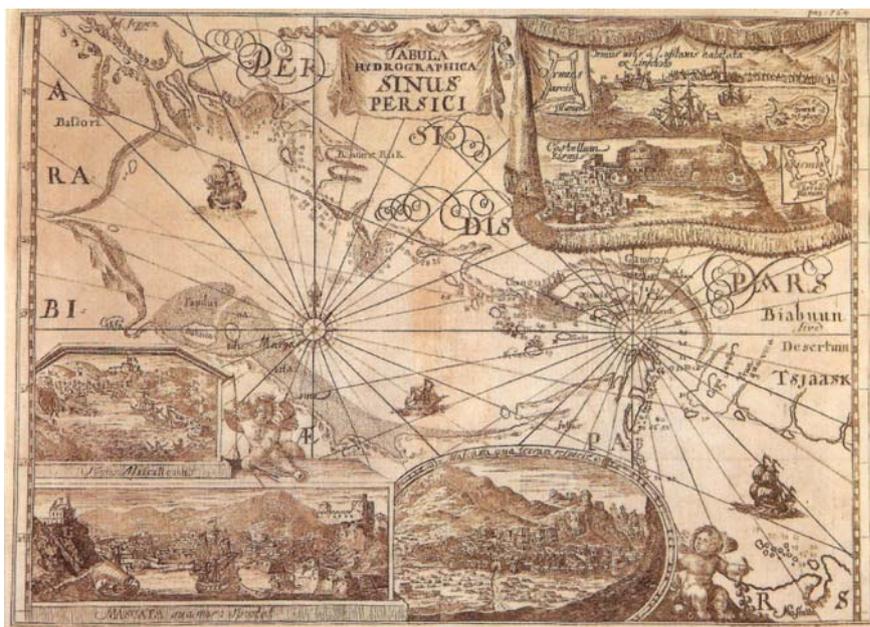
Gravura que inclui uma cartela superior com retrato de Afonso de Albuquerque e a legenda «Alphonse d'Albuquerque Surnommé Le Grand» e servindo-se, na representação perspectivada da cidade e da Fortaleza, da gravura de *Ásia Portuguesa*, de Faria e Sousa (1666). A reprodução é da “*Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde*, par le P. F. Joseph François Lafitau, À Paris, chez Saugrain Père, Jean-Baptiste Coignard Fils, MDCCXXXIII.”

In: Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Estampa n° 520, vol. III, s/d (1957?), Ministério do Ultramar / Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

5.1.17 - XX - *VILLE ET ISLE D'ORMUS*, com gravura de *Ásia Portuguesa*, de Faria e Sousa (1666), MDCCXXXIII.

Embora nesta gravura não surjam indicações escritas indicativas de factos construídos importantes da cidade, anotamos que, na comparação com a gravura de Faria e Sousa (aqui não reproduzida) podem ler-se as legendas que Herédia colocou no seu desenho do Códice de S. Julião da Barra, e designadamente S. João e S. Agostinho, respectivamente à esquerda e à direita do alto minarete da mesquita que domina a cidade persa, para além de Sta. Luzia, N.<sup>a</sup> Sra. da Pena e N.<sup>a</sup> Sra. da Esperança (estas duas últimas no alto de elevações, como pode verificar-se na gravura de Lafitau).

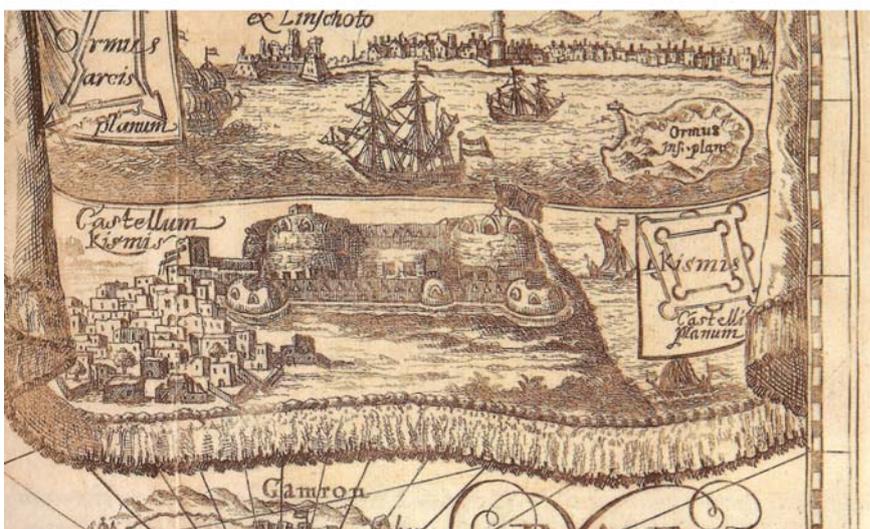
5.1.18 - XXI (A e B - ampliação) - *TABULA HYDROGRAPHICA SINUS PERSICI*, Engelbert Kaempfer, 1712.



*TABULA HYDROGRAPHICA SINUS PERSICI* (A e B - ampliação), Engelbert Kaempfer, *Amnenitatum exoticarumpolitico-medicarum fasciculi V*, Lemgoviae (Lemgo), H.W. Meyer, 1712.

Gravura sobre cobre, 20 x 35 cm, Berlin, Staatsbibliothek Preussischer Kulturbesitz (Sign. B. Diez 4<sup>o</sup> 375[R]),

In: Elio Brancaforte, “Les Cartographes Allemands de la Renaissance et du Baroque et leurs représentations du Golfe Persique de 1650 à 1760”, *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIIe - XVIIIe siècles)*, 2006, Turnhout, Brepols Pub., pp.386 /388.



A ênfase do cartógrafo alemão foi dada às ilustrações com as perspectivas das cidades que acompanham o recorte marítimo do Golfo.

O autor passou dois anos (1686-88) na feitoria holandesa de Bandar-Abbas (frente a Ormuz), contactando de perto com a realidade da geografia da região.

Na parte inferior da carta juntam-se três vistas de Mascate e, no canto superior direito, um drapejamento estende a visão das cidades de Ormuz e de Keshm a partir do mar, dando realce à situação das fortificações.

Para nós é particularmente importante este conjunto, dado tratar-se da representação conhecida mais fidedigna da condição daqueles sítios históricos no século XVIII.

#### 5.1.19 - XXII - *ORMUS*, in «Recueil des Voyages».

Incluímos este documento (Estampa nº 523 do vol. III do Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar, por Luís Silveira) por nos parecer particularmente interessante registar uma representação do perfil de Ormuz que se afigura bastante “realista” (desconhecemos a data, que Silveira não revela), no que se refere ao carácter da arquitectura civil, embora traçado com alguma ingenuidade.

Notem-se os dispositivos de climatização natural (praticamente inexistentes no povoado de hoje), já referenciáveis na gravura, de finais de Quatrocentos ou princípios de Quinhentos, incluída no *Civitates Orbis Terrarum* de Bráunio - de todo o modo remontando a imagem à compleição urbana anterior à chegada de Afonso de Albuquerque, em 1507.

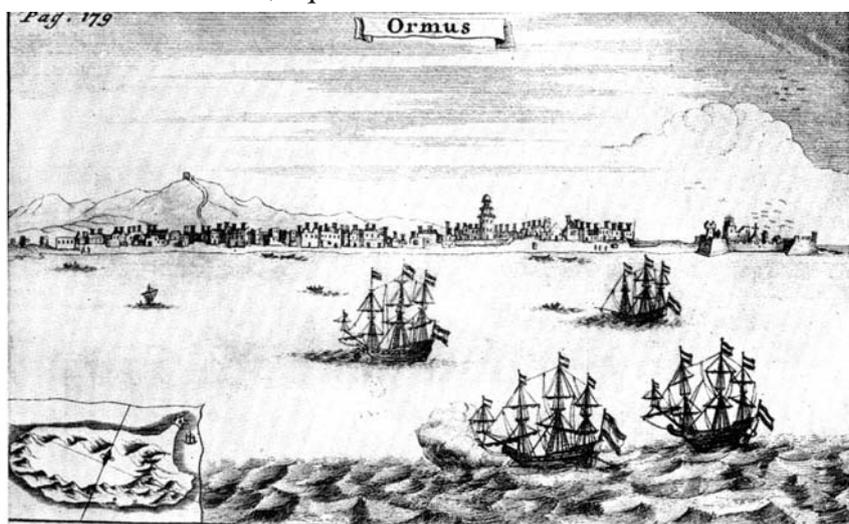
Luís de Matos, na sua apresentação<sup>17</sup> do ambiente contemporâneo dos expressivos desenhos do Códice da Biblioteca Casanatense, em Roma, refere, a propósito do calor sufocante que se sofria em Ormuz, "que os seus habitantes utilizavam *uns ca-*

#### **ORMUS**

Estampa nº 523 do vol. III do Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar, apresentada por Luís Silveira do “Recueil des Voyages”, mas à qual não atribui grande relevância.

In: Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, vol. III, s/d (1957?), Ministério do Ultramar / Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

<sup>17</sup>MATOS, LUÍS DE, *Imagens do Oriente no Século XVI* / Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense, “Introdução” - 1985, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.



*taventos, que são como chaminés claras e passam arriba dos ditos terrados; fazem-nos no meio de ua casa e por eles lhes entra o vento no verão, tal como se extrai da descrição do Livro de Duarte Barbosa".*

Tais dispositivos construtivos fomos encontrá-los, muito expressivamente na povoação de Basaidou, na ilha de Keshm.

Assinala-se também a marcante presença do minarete islâmico, elemento que é sempre uma constante nas gravuras de Ormuz. Para além disso, nota-se no recinto da Fortaleza a existência de construções interiores da praça-de-armas, com destaque para uma forma talvez representativa de igreja com torre sineira (?) lateral, junto à elevação de um complexo edificado que terá por base a primitiva torre de menagem, acrescentada do lado direito e adicionada na cércea do lado esquerdo.

Na ponta do baluarte mais à direita sugere-se a existência de uma guarita cilíndrica.

No lado oposto aparece uma estranha indicação de duas peças geminadas que se sobrepõem a um elemento edificado mais alto do que o baluarte da entrada.

5.1.20 - XXIII (A e B - ampliação) - *GOLFE PERSIQUE / DRESSÉ EN 1758 ET PUBLIÉE EN 76*, Jean-Baptiste d'Anville, s.l. (Paris), 1776.

Este mapa traz-nos às vésperas da produção de cartografia de novo tipo, dada a invenção do método de utilização de cronómetros de grande rigor aplicados à medição da longitude, em 1759.

Aparte diversas insuficiências geográficas que ainda se notam, é assinalável pelo grande rigor atingido e pela informação toponímica que contém.

5.1.21 - XXIV - *GENTE PÁRSIA DO REINO DE ORMUZ. MOUROS*, séc. XVI.

Trata-se da Estampa XVII do Códice da Biblioteca Casanatense, de Roma. Transcrevo de Luís de Matos<sup>18</sup>: "*Segundo Duarte Barbosa, os habitantes de Ormuz são mui altos e fermosos, gente mui bem apessoada, assi homens como mulheres; são homens grossos e viçosos. De tez branca, os das carapuças são homens que mais parecem portugueses que d'outras partidas. É ainda Barbosa quem declara que tanto homens como mulheres se vestem de roupas compridas, de panos d'algodão e de seda e grã e chamalote, ou cabaias acolchoadas, grandes até aos pés, de voltas. Tomé Pires havia notado que são os Persianos homens de cavalo, armados de todas as armas, de fremosas guarnições d'espadas bem obradas".*

<sup>18</sup>MATOS, LUÍS DE, *Imagens do Oriente no Século XVI / Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense, "Introdução"* - 1985, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.



**GENTE PORTUGUESA DE ORMUZ. ESTÃO COMENDO DENTRO D'ÁGOA POR SER A TERRA MUITO CALMOSA.**

Estampa XVIII do Códice da Biblioteca Casanatense, Roma.

In: *Imagens do Oriente no Século XVI* / Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense, "Introdução" de Luís de Matos, 1985, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.



5.1.22 - XXV - *GENTE PORTUGUESA DE ORMUZ. ESTÃO COMENDO DENTRO D'ÁGOA POR SER A TERRA MUITO CALMOSA*, séc. XVI.

Reproduzindo outra estampa (a XVIII) do Códice da Biblioteca Casanatense, utilizo novamente a anotação de Luís de Matos, enfatizando o sofrimento causado pelo excesso de calor, a ponto de; “em meados do século XVI tivessem aí falecido seis jesuítas, *cortados de fogo deste Sol e excessiva quentura*. Em relação com este desenho, notem-se os dois passos seguintes de uma carta de Baspar Barzeu, o primeiro jesuíta que esteve em Ormuz: *É terra tão quente que os portugueses andam nus e quasi sempre metidos em tanques d’ágoa.(...) Os homens e moradores nela estão pelo verão, de dia e de noite, metidos em gamelas de ágoa, com uma almofada na mesma ágoa, de maneira que só o rosto têm fora d’ágoa; as noites são aqui mais quentes que os dias da Mina e S. Tomé e Melinde*. Numa carta de 1554 escreve-se que havia em Ormuz *cento e cinquenta casados, entre portugueses e cristãos da terra*.”

5.1.23 - XXVI - [Fotografia Parcial da Fortaleza de Ormuz].

A reprodução que apresentamos<sup>19</sup> deve ser lida em simetria, já que se terá verificado uma inversão da foto de A. Brandão aquando da maquetagem da folha da edição.

Desconhecendo a data em que o autor fez o cliché, mas obrigatoriamente antes 1989 (data da publicação), documenta um estado de degradação da ruína algo diferente do actual. Presentemente o monumento parece mais “recomposto”, sobretudo tendo em conta o torreão redondo - que deveria estar do lado direito da reprodução - e mesmo a cisterna (provável

<sup>19</sup> Augusto Pereira Brandão, "O Oriente" - 1989, in AA VV, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (Rafael Moreira, dir.), Edições Alfa, Lisboa, p. 171.

[Fotografia Parcial da Fortaleza].

A reprodução deve ser lida em simetria, já que se terá verificado uma inversão da foto na edição.

In: Augusto Pereira Brandão, “O Oriente”, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (Rafael Moreira, dir.), 1989, Edições Alfa, Lisboa, p.171.

[PLANTA DA FORTALEZA, WOLFRAM KLEISS, 1978]

In: Rafael Moreira, “A Época Manuelina”, op. cit., p.114.



antiga Igreja), onde se adivinha um arco (de volta inteira?) na respectiva entrada.

É também curiosa a circunstância de o terreno estar menos aplainado do que actualmente se encontra - escondendo, por certo, vestígios significativos.

5.1.24 - XXVII - [Planta da Fortaleza], Wolfram Kleiss, 1978. Transcrevo a legenda da imagem, inserta no estudo de Rafael Moreira “A Época Manuelina”<sup>20</sup>:

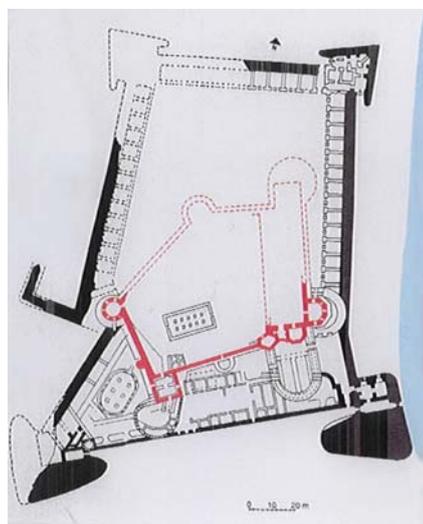
“A fortaleza portuguesa da ilha de Ormuz (Irão), à entrada do Golfo Pérsico, é um raro caso de conservação de fases construtivas sobrepostas documentando a evolução da arquitectura militar quinhentista no Oriente, desde o núcleo inicial de Afonso de Albuquerque, de 1507-1515 (a vermelho), até às últimas reformas antes da sua conquista pelo Xá Abas da Pérsia em 1622. Destaque-se, pelas suas dimensões e modernidade, a intervenção (a negro) do arquitecto obidense Inofre de Carvalho em 1558-1560, inspirado em modelos italianos (levantamento do arquitecto W. Kleiss, 1978)”.

Entretanto, e incorporando a matéria do trabalho que aqui entregamos à Academia, tivemos ocasião de proceder a aturado trabalho para a restituição desenhada da condição actual da Fortaleza de Ormuz - o que fará com que se passe a dispor de elementos mais fidedignos e com outro espectro e alargado alcance, com vista ao desenvolvimento de trabalhos ligados a este e a outros monumentos sobre os quais tivemos oportunidade de nos debruçar.

## 5. 2 - UMA ICONOGRAFIA DE NOVO TIPO

Fruto da espantosa caminhada tecnológica da era espacial e da comunicação electrónica, pode hoje ter-se acesso a uma produção de referências documentais sobre a localização e características dimensionais de sítios, acedendo-se a imagens a partir de um computador pessoal, a partir da instalação de

<sup>20</sup>Rafael Moreira, "A Época Manuelina" in AA VV, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* - 1989, Publicações Alfa, Lisboa, p. 114.



## GOLFO PÉRSICO



um simples e gratuito motor de busca que é obtido de forma gratuita através da *Internet*.

De repente, através de uma simples introdução de dados, é viável confirmar aspectos por vezes dificilmente inteligíveis através de descrições ou de imagens parcelares, muitas vezes impossíveis por ser impraticável viajar até aos locais, e que se tornam disponíveis fazendo uma aproximação real por sucessiva diminuição de altitude em relação a imagens fotográficas reais do planeta. É este o procedimento disponível, popularmente conhecido entre os “cibernautas”, por meio do *Google Earth*.

Não se trata somente de procurar uma virtual cota arquivística vogando no espaço sideral, e atraindo a informação que alguém, deliberadamente, terá posto à disposição da comunidade de pesquisadores potencialmente interessados. Isso, e já não é pouco, é um serviço de biblioteca e de reprodução sem objecto físico a intermediar - e assim obtivemos as imagens dos documentos XV e XVI, acima incluídos.



Agora trata-se já de partir para uma formatação interactiva com a instrumentação utilizada. Fomos fazer uma pesquisa e, embora para alguns dos casos com interesse no contexto da nossa dissertação, o grau de definição da imagem não tenha ainda um grau de detalhe ou nitidez interessante, em contrapartida alcançámos bastantes *prints* que nos complementam informação para a exposição de bastantes casos. Neste capítulo apenas reunimos material directamente relacionado com o Golfo Pérsico e as fortificações portuguesas.

Não obtivemos indicações relevantes para Bassorá, cuja região



**RECORTE GEOGRÁFICO DA COSTA DO IRÃO COM AS ILHAS DE KESHM, LARAK E ORMUZ (A e B - ampliação)**



do delta do Eufrates está hoje morfologicamente diferente do que era há cinco séculos, para além de as notícias existentes asseverarem que de há muito desapareceu qualquer sinal do estabelecimento português.

Quanto ao Bahrein, as condições de captação das imagens não fornecem, por enquanto, uma qualidade da imagem interessante.

A escala e a definição dos contornos das implantações reais dos imóveis atingem, em alguns dos casos que produzimos, um nível de pormenor assinalável.

### 5. 2. 1 - XXVIII - GOLFO PÉRSICO

Mais do que a comparação com uma moderna carta geográfica, impressiona a avaliação que esta montagem fotográfica real da região do Golfo permite fazer, no cotejo com toda a evolução iconográfica que os diversos documentos transportam. Inscrevemos os lugares onde se assinala particular actuação portuguesa, nomeadamente no domínio da fortificação.

### 5. 2. 2 - XXIX (A e B - ampliação) - RECORTE GEOGRÁFICO DA COSTA DO IRÃO COM AS ILHAS DE KESHM, LARAK E ORMUZ.

A apreciação da verdadeira importância e posição relativa das ilhas da entrada do Mar Pérsico, é possível nesta observação das ilhas, todas elas muito próximas e à vista da terra firme, por certo fazendo com que para Ormuz adviesse específica razão



**ORMUZ (A - ILHA e B - FORTALEZA)**

de uma localização estratégica, provavelmente em função de regime de ventos, correntes ou baixios.

### 5. 2. 3 - XXX (A - ILHA e B - FORTALEZA) - ORMUZ.

Curiosa imagem, a da redonda formação geológica de Ormuz, em cuja excepcional ponta se construiu uma das mais exóticas e opulentas cidades do início dos Tempos Modernos, mas já renomada no século XIII, a ponto de ter sido escala da rota de Marco Pólo.

A outra imagem reunida é verdadeiramente ilustrativa das capacidades de informação que a comunicação dos nossos dias permite, no desbravar do conhecimento: a Fortaleza de Ormuz, fotografada de um ponto zenital, com um grau detalhe de representação exacto à altitude registada de cerca de 1200 metros. A imagem foi “guardada” no dia 31 de Janeiro de 2008 (como todas as outras deste subcapítulo).



KESHM

LARAK



A pequena ilha de Laraque, que também aparece grafada como *Larequa*, *Laraca*, ou simplesmente *Lara*, em documentos portugueses, situa-se, como a de Ormuz, junto da grande ilha de Keshm (*Queixome*, *Quexome*) mas, ao contrário desta, afasta-se da linha do continente.



#### 5. 2. 4 - XXXI - KESHM.

Keshm nada se assemelha a Ormuz. Trata-se de uma ilha de consideráveis dimensões (superior em área ao Algarve português), fértil e de natureza geológica completamente distinta da de Ormuz. Verdadeira e necessária retaguarda para a logística de sobrevivência dos habitantes de Ormuz, particularmente das necessidades em água, Keshm dispunha de uma posição fortificada, cuja ruína é observável nesta imagem de satélite.

## BANDAR-E KONG



### 5. 2. 5 - XXXII - LARAK.

Não conhecemos quaisquer fontes sobre a fortificação, cujo levantamento arquitectónico realizámos (juntamente com o da Fortaleza de Ormuz e o do Forte de Keshm). Até ao momento apenas constatámos um documento - o próprio monumento.

### 5. 2. 6 - XXXIII - BANDAR-E KONG.

Substituídos que foram os portugueses pelos ingleses na entrada do Golfo, não significou que tivesse havido abandono do interesse português por aquelas águas, e, reciprocamente, do Shah pela presença lusitana.

As inusitadas e extensas marcas arqueológicas que fomos encontrar ao longo de centenas de metros, na linha da praia de Bandar-e Kong são ainda muito expressivas. O elemento focal do nosso espanto é o baluarte pentagonal arruinado, plantado no meio das águas do mar. No terceiro milénio, subsiste essa ressonância da Torre de Belém, transplantada na terceira década do século XVII, em pleno Golfo Pérsico...





**Afonso de Albuquerque, *O Livro de Lizuarte de Abreu*, The John Pierpont Morgan Library, Nova Iorque.**

<sup>1</sup>Diário anónimo publicado em italiano (1507, Vicenza), assinalando: *...e no meio deste mar persiano está uma pequena ilha chamada Gulfal [ Julfar] na qual há muitas pérolas. Na boca deste mar Perseo está uma grande ilha que se chama Agremus [Ormuz] e tem rei, o qual é senhor de Gulfal. Nesta Agremuz há muitos cavalos, com os quais vão por toda a Índia a vendê-los e valem grandes preços. E em toda esta terra há grande trato de navios...* (in José Manuel Garcia, *Portugal e o Irão nos Séculos XVI e XVII*-2002, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 4).

<sup>2</sup>In op. cit., p. 4, acrescentando que continha topónimos do *Mare Persico*, tendo ficado manuscrita até ao século XIX.

<sup>3</sup>*Copia de vna littera del re de Portugallo mādada al re de Castella del viaggio et successo de India*, onde se lê, especificamente: *Da outra parte está uma ilha chamada Gulfar, abundante de périolas de toda a espécie. Na boca deste mar está uma outra ilha chamada Agramuzo [Ormuz], onde se encontram pérolas infinitas e cavalos que por todas aquelas partes são de grande preço. Estas duas ilhas são de um rei mouro -* in op. cit., p. 5.

## 6 - A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA

### 6.1 - A CHEGADA DOS PORTUGUESES A ORMUZ

O primeiro português a pisar terras do Golfo e a ilha de Ormuz, em 1489, terá sido Pêro da Covilhã, a mando de D. João II. Talvez em 1490, acompanhando outro português, o rabi de Beja, Abraão, que viajava com o sapateiro José de Lamego pelo Oriente, terá voltado à ilha. As informações pretendidas, porém, só chegaram, via Etiópia (onde se radicara o explorador), depois de serem contadas ao padre Francisco Álvares, em 1520, no estabelecimento de relações com o Preste João.

Por sua vez, desde que Bartolomeu Dias surgira do lado oriental do mundo até à viagem do Gama (1484-1497), fora ultrapassada a dúzia de anos que durou o compasso de espera necessário à confirmação de Tordesilhas, segundo os desideratos do Príncipe Perfeito.

A primeira informação portuguesa documentada sobre as paragens iranianas surge no contexto da viagem da armada de Pedro Álvares Cabral à Índia em 1500-1501<sup>1</sup>, sendo também recolhida em Cabo Verde, por Américo Vespúcio junto de um tripulante dessa armada, Gaspar da Índia, informação sobre o Golfo, a qual o explorador italiano relata em carta expedida para Florença<sup>2</sup>.

Valentim Fernandes, logo em 1502, imprime em Lisboa o celebrado “Livro de Marco Polo” numa versão portuguesa, acrescentada de outros textos sobre o Oriente e com um prefácio onde se dá uma breve panorâmica da geografia asiática, a certo ponto tratando da província da Pérsia, utilizando apenas os conhecimentos do antigo viajante (fazendo supor que a política de sigilo importava que as informações já disponíveis pertenciam só ao círculo exclusivo de D. Manuel I. Porém, em 1505, é publicado em Roma um opúsculo constando da cópia de uma carta do rei de Portugal enviada ao rei de Castela acerca do sucesso da grande viagem ao Oriente<sup>3</sup>.

Depois, até à chegada de Afonso de Albuquerque a Ormuz, foi o tempo frenético de uma incompleta década de aprendizagem da geografia física e da geografia humana de um Império nascente e ideologicamente programado.

Confinada a uma pequena armada<sup>4</sup>, ancorava pela primeira vez

<sup>4</sup>Seis naus, nela seguindo uns 460 homens de armas, zarparam da Socotorá a 10 de Agosto de 1507 e, com poucos alimentos a bordo, fizeram a subordinação das cidades de Calaiate (Qualat) e Soar, atacaram ferozmente Curiate, Mascate e Orfação (Hurfakan), por não quererem aceitar uma sujeição.

<sup>5</sup>No *Livro das Coisas da Índia*, de 1518, Duarte Barbosa descreve sumariamente o quadro em que se desenrolou a peleja: *A este reino veio uma armada de I-rei nosso senhor, de que era capitão-mor Afonso de Albuquerque, e querendo-se ver com eles por bem e paz, eles não quiseram, porque ainda não conheciam os portugueses, e o capitão-mor lhes começou a fazer guerra pelos lugares e portos do mar, em que lhe fez muito dano. E no fim veio ter ao porto de Onnuz com sua frota e houve uma grande peleja com as naus que no porto estavam, as quais eram muitas e grandes, cheias de muita gente e bem armada, a qual Afonso de Albuquerque pôs em fugida e meteu muitas naus no fundo e outras queimou, estando ancoradas junto dos muros da cidade, que lhas não puderam os mouros defender.*

*E vendo o rei e os governadores da terra tão grande desbarato e mortes em suas gentes e naus, sem lhe poderem valer, cometeram paz ao capitão-mor e ele lha concedeu com condição que e lhe deixassem fazer uma fortaleza no cabo da cidade, e a eles lhe aprouve, a qual se começou a fazer, e ela começada, se tomaram os mouros arrepender e não quiseram consentir que se mais fizesse mais.*

*E, recolhido o capitão-mor e toda a gente às naus, lhe tornaram a fazer a guerra e lhe mataram tanta gente que os fizeram tributários de I-rei nosso senhor em 15 000 xerafins de ouro cada ano, os quais lhe sempre pagam.*

<sup>6</sup>Sabe-se que foi escrito em árabe, em persa e em português, embora o seu texto não tivesse chegado até nós. Sobre os termos, designadamente financeiros, do acordo firmado, as célebres “páreas”, os ormuzinos consideravam um pagamento de uma espécie de

uma força militar europeia para conquistar Ormuz, no dia 25 de Setembro de 1507, *com todas as naus cheias de bandeiras e estandartes* e a fama de terror que já correra depois das acções de violência praticadas no sul da península arábica.

Travou-se um feroz combate<sup>5</sup>, tirando os portugueses proveito da superioridade da artilharia montada a bordo dos navios. A 10 de Outubro o jovem rei Seifardim II submeteu-se, assinando, com o seu primeiro-ministro, Cojeatar, e rais Nurundin Fali, um tratado de paz e vassalagem<sup>6</sup>

O perfil hisurto da morfologia geológica da pequena ilha de Gerum, não seria o mais acolhedor. Em tudo a fama da opulência da cidade pareceria ser contraditado pelo desolador contorno que aos olhos se ofereceria à sua aproximação. Faltavam ainda as referências dos Cronistas para nos asseverarem o extremo inóspito em que consiste o sítio, sem gota de água própria, letárgico vulcão de sal, aqui e ali tintado de escassa terra cor de sangue.

Ainda hoje impressiona. Pequena ilha na entrada de um mar quase interior - que só o não é por causa dessa passagem que os portugueses almejavam controlar - sente-se a estranheza daquela pequena porção da crosta terrestre, eriçada nas suas enfeitçadas formas de cores surpreendentes. Quinhentos anos passados sobre a chegada dos portugueses a Ormuz, o Tempo, esse prolífico “escultor da História”, terá porventura obrado mais no olvido dos acontecimentos com que deveríamos saber melhor de nós próprios, do que os ventos e as inclemências dos ares modelando os futuros cabeços dos montes da erupção de enxofre.

Porquê a obstinação desse desejo de ser Ormuz o ponto necessário para a fortificação de uma feitoria? Porque no exotismo do mundo de negócios de então, Ormuz tinha a distinção de possuir o mais exótico dom de atrair comerciantes e mercadores, criando no nada a abundância, onde tudo se achava a preço que importaria saber para aquilatar da capacidade de negociação de cada qual.

Por isso, percorrida a ilha (cujo perímetro se faz em pouco tempo), a obstinação de Albuquerque perante as várias alternativas que o senhor local lhe apresentou, fora por fazer a sua base na cidade, e no ponto mais importante do sítio, encabeçando um quase promontório e dominando completamente as relações urbanísticas, espaciais e funcionais.

Essa decisão, implicando preparar o local de implantação de uma fortificação e sua zona de protecção *non-aedificandi*,

serviço pelo controlo e protecção do tráfego e do comércio marítimo: *The money handed over by the Hormuzi authorities to the Portuguese according to the peace treaty signed on 10 October 1507 was seen as a muqarraria on the local side, having a strictly maritime and commercial significance, similar to a muqarraria that had been paid to Shāh Ismail for protection on the terrestrial front since 1504. The Portuguese, however, viewed the tribute established in 1507 as a sign of political submission* (Couto, *Construction de l'Image*, cit. in Zoltán Biederman e Dejanirah Couto, «La Cartographie Portugaise du Golfe Persique au XVIe siècle et ses reflets en Europe», in *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe-XVIIIe siècles)*, Turnhout, Brepols Pub., 2006, pp. 68-69).

<sup>7</sup>Tomé Pires, na sua *Suma Oriental*, resumiu dizendo que *a polida ilha de Ormuz com todo o seu reino é com a cópia das ilhas em seu estreito, o qual reino além de ser rico e nobre é a chave dos persas, acrescentando que entre Arábia Pétreia e terra de Pérsia vai um esreito de mar povoado de cada banda, em que há Formosas povoações, que se chama o estreito de Ormuz. Não é todo navegável e pela maior parte quem está no meio vê a terra de uma das partes...*

<sup>8</sup>Iniciando uma poderosa e nova fracção na religião islâmica, o xiismo, e inaugurando a nova dinastia dos Safávidas, com a capital em Tabriz. As lutas entre Persas e Turcos levaram a que estes tenham inclusivamente atacado a capital dos xiitas em 1514. Foi neste contexto de rivalidades contra os turcos que se alimentou sempre a esperança mútua de vantagens entre Portugueses e Iranianos.

optar por determinada tipologia construtiva e aplicar técnicas construtivas adaptadas à circunstância local, para além do enorme problema político e militar que representava, decorre da existência de um processo de aquisição de conhecimentos e de uma prática alicerçada em regras de conduta técnica. Daí a importância da compreensão do que se passou, de forma algo temporã, no estaleiro do Golfo Pérsico, para assim conhecermos melhor a arquitectura militar portuguesa e europeia.

### 6.2 - O SIGNIFICADO DE ORMUZ

Fruto de uma visão genial e da obstinação de Afonso de Albuquerque, o domínio da entrada do Golfo Pérsico constituía uma das chaves do sucesso da empresa comercial da Índia<sup>7</sup>. Os abastecimentos de que a Europa carecia poderiam passar a ser fornecidos pelos interesses portugueses, enfraquecendo a vantagem do Turco e dos seus aliados de negócios da bacia do Mediterrâneo.

Note-se que a tomada de Ormuz se verificou apenas alguns meses antes de os Turcos terem conquistado Bagdad (1508), no quadro do Império Otomano em formação. O expansionismo definidor do Império Português coincidia com um tempo idêntico para os movimentos do Império Persa, liderado pelo Xá Ismail<sup>8</sup>, e na península indostânica coincidia, a Norte, a afirmação do Império Mogol, ao lado do apogeu do Reino de Vijayanagar, convivendo com a chegada dos Portugueses.

A capacidade de domínio dos mares do Índico, por cujas águas circulavam (das Molucas a Sofala, passando por Malaca, Bengala, Ceilão, Cochim, Goa e Diu) enormes quantidades de artigos da maior cotação internacional, foi a base do século de ouro da Expansão portuguesa.

Para essa soberania dos mares foram necessários estratégicos apoios em terra, implicando um esforço duplo de homens corajosos e de sábia logística, incluindo a criação de modos de vida fixos e estáveis. E, na verdade, muitos portugueses transferiram as suas vidas para essa nova região do mundo, recém-aberta à fruição directa da civilização europeia.

Na região do Golfo Pérsico os Portugueses dominaram os mares durante mais de um século, apoiados em fortificações que promoviam o equilíbrio entre a parte árabe (Curiate, Mascate, Bahrein...) e a parte persa. Nesta, o ponto nevrálgico era Ormuz, considerado como *a chave do Estado da Índia, onde*

<sup>9</sup>A designação de Catai, na tradição europeia da Idade Média (em larga medida ratificada pelo Livro de Marco Polo), serve para referir o domínio oriental do lendário Prestes João, junto à China.

<sup>10</sup>Luiz de Figueiredo Falcão, *Livro em que se contém toda a Fazenda e Real Património dos Reinos de Portugal, Índia, Ilhas Adjacentes e outras particularidades*, 1607, Lisboa, 1859, pp.119-120, cit. in Serrão, Joaquim Veríssimo, 1972, p. 13).

<sup>11</sup>Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo* - 1972, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

<sup>12</sup>Jean Aubin, *Une autre Relation du voyage de l'Inde en Chypre de Gaspar de S. Bernardino* - 1969, Arquivos do Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 1, Paris, pp. 208-215.

<sup>13</sup>Sobre a equivalência das moedas portuguesas nos séculos XVI e XVII, ver António Nunes, *O Livro dos Pesos, Medidas e Moedas*, publicado por Rodrigo José de Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1868, pp. 61-64.

<sup>14</sup>Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo* - 1972, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 18.

*passam gentes do mundo inteiro e Venezianos... porque ela toca nos reinos da Pérsia, da Turquia, do Mogol, de Catai<sup>9</sup> e outros, pertencentes a senhores poderosos<sup>10</sup>.*

Joaquim Veríssimo Serrão publicou um elucidativo ensaio<sup>11</sup>sobre a crónica da viagem que Nicolau de Orta Rebelo empreendeu, no começo do século XVII, regressando da Índia a Portugal por terra - daí resultando, no dizer do Prof. Jean Aubin, uma narrativa que “enrichît la littérature de voyages portugais d’une oeuvre vivante, de lecture agréable, qui est une source documentaire de premier ordre”<sup>12</sup>. Ao dar conta da sublinhada importância do facto, não hesito sobre a valorização superlativa do espírito de aventura do Autor, induzindo e sendo determinado pela sede de conhecimento acerca de outros povos e civilizações.

O estudo de Joaquim Veríssimo Serrão sobre o relato do itinerário de Nicolau Rebelo fornece uma aproximação quantitativa muito concreta sobre o interesse económico e financeiro da empresa imperial do Oriente no começo do século XVII. Com base em elementos apresentados por Luiz Falcão, secretário de Filipe III, sabe-se que as rendas anuais obtidas nessa altura totalizavam 1 185 202 xerafins, equivalentes a 888 901 cruzados ou 355 560 600 réis<sup>13</sup> (Joaquim Veríssimo Serrão, op. cit., p. 17). Depois de deduzidas as despesas com o funcionalismo, os militares e os religiosos, e pagas as custas da manutenção de todo o parque imobiliário, e as pensões e prebendas, bem como a logística corrente, o saldo era positivo, elevando-se a quase um terço da receita.

Mas a impressão de vantagens para a Coroa é falsa. Na verdade, “o orçamento não conta com as *despesas extraordinárias*, que variam segundo os anos e as circunstâncias e comprometiam o equilíbrio financeiro do Estado”<sup>14</sup>. Na verdade, a construção portuguesa do Império teve motivações supletivas importantes, antes e para lá dos rendimentos imediatos: fazia parte de uma missão como nação...

Goa, a capital do Império Marítimo do Oriente, “absorvia metade das despesas do Estado da Índia, dividindo-se a outra metade pelas diversas cidades e praças-fortes escalonadas nas costas da Etiópia, da Arábia, da Pérsia e da Índia. Do ponto de vista dos custos de funcionamento, os estabelecimentos portugueses mais importantes eram: Ormuz, Baçaim. Damão e Diu. Ormuz despendia anualmente 19 780 940 réis, para pagamento da guarnição, a manutenção da fortaleza, o trato dos funcionários da alfândega e da justiça, o equipamento dos

<sup>15</sup>Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo* - 1972, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p, 17.

<sup>16</sup>*Relação da Jornada que fez Nicolau Dorta Rebelo*, ms. Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Códice 340, fól. 23v°.

<sup>17</sup>Frei Gaspar de S. Bernardino, *Itinerário da Índia por terra até à ilha de Chipre*, int. e notas de Augusto Reis Machado, 1953, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, cap. XII, pp.131-132.

barcos e os presentes aos Reis vizinhos que faziam chegar as mercadorias à alfândega local. Mas o rendimento da feitoria deveria também fazer face as custos ocasionados pela vida religiosa e pela assistência: 850 000 réis iam para o hospital, 180 000 para a Misericórdia, 168 500 para a igreja, isto é, 7% da despesa total”<sup>15</sup>.

Em Baçaim o orçamento era equivalente (19 706 880 réis), mas incluía cerca de 1/6 do montante para o hospital da lha de Salcête. Damão gastava 17 279 620 réis e Diu 13 657 880 réis. No total, as quatro cidades especificadas representavam cerca de ¼ do movimento das finanças públicas do Estado da Índia.

### 6.2.1 - ENQUADRAMENTO DE ORMUZ NA PÉRSIA DE SEISCENTOS

*Todas as mercadorias que ali vão são muito boas; porque é escala e empório de tudo quanto vem da Pérsia, Arábia, Arménia, Turquia, Europa, e semelhantemente ali vão ter todas as da Índia* («Viagem de Francisco Pyrard de Laval, contendo a notícia da sua navegação», tradução de Heliodoro da Cunha Rivara, Bibl. Histórica, vol. II, Porto, 1944, p.178). E concretiza Laval que as pérolas de Goa, as mais belas da Índia, eram pescadas em Ormuz, lá se comerciando moedas de ouro e prata, cabedais, tapetes e panos da Pérsia, cavalos árabes e persas, especiarias, conservas e frutos secos, plantas aromáticas e medicinais. O rendimento da alfândega era de tal modo que os comandantes de Ormuz enriqueciam ao fim do seu posto de três anos, graças aos impostos pagos pelos comerciantes.

É por certo singular a circunstância de em Ormuz se ter produzido uma peça de arquitectura que evoluiu de tal maneira que o viajante Orta Rebelo reconhecia ser *a fortaleza mais inexpugnável da Índia*, no início do século XVII, com as suas 70 peças de artilharia, um aquartelamento de 500 soldados e uma frota poderosa que senhoreava o mar. Refere ele no seu escrito que no porto haveria quatro centenas de navios a mercadejar<sup>16</sup>.

Do lado de terra, em Comorão, junto a uma aldeia de cerca de duzentos habitantes, cristãos, muçulmanos e gentios<sup>17</sup> Portugal dispunha de um Forte - de que se desconhece se alguma vez foram realizadas pesquisas arqueológicas - servindo como base logística para a guarnição e demais Portugueses de Ormuz. Não esqueçamos que o esplendor urbano tinha lugar no último

<sup>18</sup>Todas as caracterizações o salientam, como mais esta, retirada de *Relação da Corte da Pérsia desde o Mar Vermelho*, Bibl. Nacional, Lisboa, Fundo Geral, ms. 580, fól. 32, in Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo - 1972*, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 47: *a ilha de Ormuz tem de circuito três léguas, é a mais rica e notável do mundo. As suas serras são secas, tanto que são de enxofre e sal e por isso de diferentes cores, e como os seus penhascos são de sal crescem, tornando-se mais altos com o passar do tempo. As suas planuras são sulfurosas, os ribeiritos que por ela correm são de água salgada e cobertos de uma concha de sal...*

<sup>19</sup>Palavra portuguesa tomada como corruptela de “bandar”, que significa porto.

<sup>20</sup>Frei Gaspar de S. Bernardino, *Itinerário da Índia por terra até à ilha de Chipre*, int. e notas de Augusto Reis Machado, 1953, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, cap. XII, p. 132.

“Gravura reproduzida de *Missionalia Augustiniana*, Roma, 1963, n° 3, C. Alonso. “P. Simon de Moraes, Primus Missionarius Ordinis S. Augustini in Perside (+ 1585)”, que indica ter sido extraída da obra de P. G. Maigret O. S. A. *Rejettons Sacrés...*, Liège, 1612. Alonso assinala o erro da data do naufrágio que teve lugar em 1585 e não em 1600” - in Roberto Gulbenkian, *L'Ambassade en Perse de Luís Pereira de Lacerda et des Pères Portugais de l'Ordre de Saint-Augustin, Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho, 1604-1605 - 1972*, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

160

lugar apetecido pela vida, e daí talvez o seu acrescentado exotismo<sup>18</sup>.

Os mercadores portugueses percorriam com frequência a região entre Bandel<sup>19</sup> de Comorão, Lar e Chiraz, os reis persas enviavam por vezes presentes aos reis de Portugal, por Ormuz e Goa. Se os Portugueses se puderam manter tanto tempo na Ilha e no Estreito de Ormuz foi graças ao apoio da Coroa Persa, a qual tirava grandes lucros do comércio local. Esta amizade também teve as suas nuvens, tendo acontecido que as fortificações portuguesas fossem atacadas. Tal foi o caso em 1602, quando Bandel de Comorão foi cercada por 15000 Persas. Mas o comandante Jerónimo de Quadros resistiu durante dois meses e acabou por superá-lo<sup>20</sup>, e as relações de boa vizinhança restabeleceram-se.



Le B.P. SIMON MORALES Portugais, de l'Ordre des Eremites de S. Augustin, lequel fut submergé en procurant la Conuersion des Indiens au Leuant, et des Persans, l'an 1600.

<sup>21</sup>*Relação da Jornada que fez Nicolau Dorta Rebelo*, ms. Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Códice 340, fól. 34vº.

<sup>22</sup>Op. cit., fól. 45.

<sup>23</sup>Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo* - 1972, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 51.

<sup>24</sup>*Relação da Jornada que fez Nicolau Dorta Rebelo*, ms. Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Códice 340, fól. 28vº.

<sup>25</sup>Manuel Godinho, *Relação do Novo Caminho que Fez por Terra e Mar Vindo da Índia para Portugal, no Ano de 1663 o Padre Manuel Godinho*, Lisboa, 1944 (cit in. Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo* - 1972, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 52).

<sup>26</sup>*Relação da Jornada que fez Nicolau Dorta Rebelo*, ms. Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Códice 340, fól. 29vº-30.

<sup>27</sup>*Relação da Jornada que fez Nicolau Dorta Rebelo*, ms. Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Códice 340, fól. 30vº.

Em Lar Nicolau Rebelo espanta-se ao encontrar uma muçulmana, viúva de um Português, que vivia cristamente e tinha dois filhos baptizados, disseram-lhe, *por seu pai, outro por um monge de Santo Agostinho que passou por lá*<sup>21</sup>. Em Chiraz repara no grande número de mesquitas (cinquenta, sem contar com as mais pequenas), todas flanqueadas por minaretes bem decoradas com azulejos<sup>22</sup>. Evoca a curiosa devoção dos “Mouros” pela Virgem, que eles chamam Mariam, e que o palácio de Chiraz possui muitas imagens privadas. Sublinha a submissão dos Judeus à sua religião<sup>23</sup> ... Espanta-se pela não existência de impostos e fica muito agradado com a segurança que os soldados proporcionam aos viajantes: *e desta maneira estão os caminhos seguros, sem acharem em toda a Pérsia ladrão, nem pessoa que lhe faça prejuízo*<sup>24</sup>.

Umás décadas mais tarde, o Padre Manuel Godinho<sup>25</sup> terá a mesma opinião: *os Persas são agradáveis do natural... não são, como os Árabes e os Turcos, fanáticos da sua religião, pois eles gostam de ouvir discutir entre eles os nossos sábios e os deles*.

Outro motivo de espanto para Orta Rebelo é a quantidade de estrangeiros que encontra pela Pérsia, a maioria ocupando-se do comércio. Em Lar teve a alegria de ver quatro portugueses esperando, para se dirigirem a Ormuz, pela reabertura da estrada cortada em virtude da guerra entre o Sofi e o rei de Ormuz<sup>26</sup>; estava lá fixado um renegado português, casado com uma muçulmana que se converteu à fé cristã. Parece que não era raro em Lar ver passar Portugueses, comerciantes ou clérigos, a caminho de Jerusalém ou para a Índia. Em Chiraz era ainda mais notado: esta cidade comercial atraía mercadores de todo o lado...

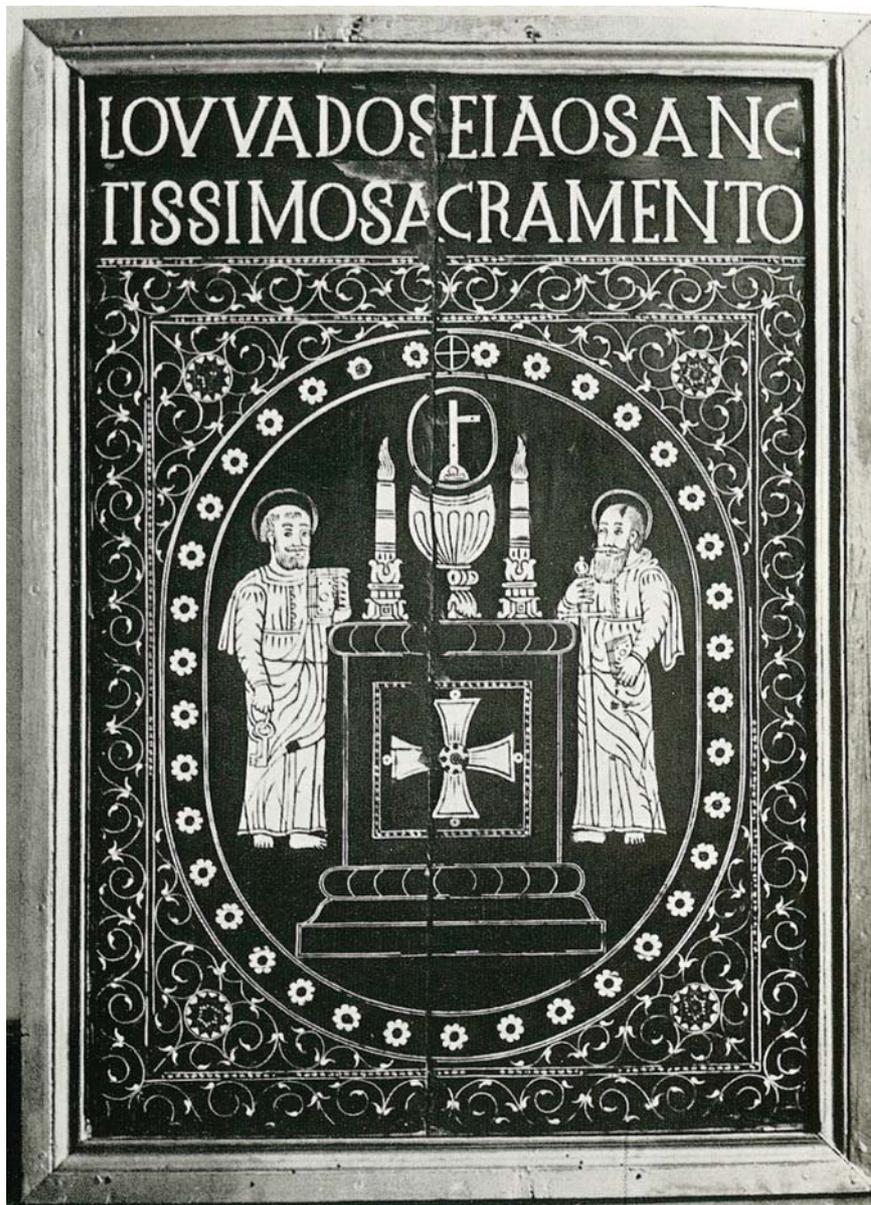
Algumas curiosidades expressam bem a dimensão do fenómeno das relações que existiam naquela altura. Nessa cidade, rodeada de jardins, havia uma casa que possuía *um jardim pequeno, mas mais curioso e sombrio, para o tempo das calmas, ornado de um tanque formoso com assentos ao redor, cobertos de parreira por cima, o qual me certificou um Mouro, que era o dono dele, que fora fabricado por um Português, filho de uma das Fortalezas do Malabar, e se chamava Fulano Caldeira, o qual, arrenegando a nossa Santa Fé viera ali em companhia do Rei morto, que o tinha casado com uma sua cunhada, a qual era ainda viva com dois filhos seus, e muito desejosa me disseram de ir com os meninos para a terra dos Cristãos*<sup>27</sup>.

Em Xiraz encontrou *uns Mouros a cavalo, os quais passando*

<sup>28</sup>*Relação da Jornada que fez Nicolau Dorta Rebelo*, ms. Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Códice 340, fól. 39vº.

por mim me saudaram na nossa língua, de que entendi que podiam ser homens que deviam já ter estado em Ormuz, ou na Índia, porque Cristãos não o pareciam<sup>28</sup>. E também três Venezianos, que dois deles vinham fazendo o caminho da Turquia para Ormuz (...) também nos visitaram alguns Judeus e muitos falavam espanhol, entre os quais havia um Judeu velho que falava muito bem Português, festejando grandemente a nossa chegada, por ser muito afeiçoado à Nação Portuguesa, por seus antepassados terem vindo de Portugal, no tempo que dele os lançaram fora; querendo-se este Judeu despedir-se de nós chegou a visitar-nos um renegado natural de Goa que havia três anos que era Mouro, ouvindo o Judeu falar Português, lhe disse, Amigo, vós credes como falais ou credes como vestis? Ao que o renegado respondeu, disse, Senhor Judeu, ainda que de

“Painel em madeira decorada com madrepérola e marfim, provavelmente proveniente de Goa, que deveria ornar a igreja dos Padres Agostinhos em Isfahan. Encontra-se actualmente no Museu Arménio de Djoulfa-Isfahan” - in Roberto Gulbenkian, *L'Ambassade en Perse de Luís Pereira de Lacerda et des Pères Portugais de l'Ordre de Saint-Augustin, Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho, 1604-1605 -1972*, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.



<sup>29</sup> *Relação da Jornada que fez Nicolau Dorta Rebelo*. ms. Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Códice 340, fól. 40vº.

<sup>30</sup> Tendo deixado Mombaça a 26 de Abril de 1606, passando por várias vicissitudes marítimas, aporta a Ormuz a 18 de Junho, *donde entramos alegres, e contentes, por nos vemos já livres de tantos trabalhos (Relação da Jornada que fez Nicolau Dorta Rebelo*, ms. Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Códice 340, fól. 21vº).

<sup>31</sup> Carta de Filipe III, de 11 de Dezembro de 1607 dirigida ao Vice-Rei Bispo D. Pedro de Castilho, com nomeação para 6 anos, alargado para mais três por um documento de 17 de Março de 1613 *para que ele me sirva no total por nove anos* (Arquivo de Simancas, “Secretarias Provinciales”, ms. 1495, fol. 64. O documento foi publicado por Sousa Viterbo, idem, *Chancelaria de Filipe III*, Liv.1, fol. 85v, in Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo - 1972*, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 18.).

<sup>32</sup> Carta de 17 de Março de 1613, ANTT; *Chancelaria de Filipe II, Doações*, Livº 32, fól. 60vº.

<sup>33</sup> *Documentos remetidos da Índia*, ou *Livro das Monções*, T.I, p. 170, in Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo - 1972*, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 57.

*fora me vejais vestido nestes trajes, por dentro ando vestido da fé de Cristo*<sup>29</sup>.

Orta e Rebelo diz que a cidade de Ormuz é vivida por gentes de todas as partes do mundo, vendo-se constantemente Venezianos, Gregos, Arménios, Judeus e outros. Ormuz constituía o mais importante entreposto comercial do Oriente. Na *Relação da Jornada* anota-se o espírito observador do viajante, funcionário do Estado da Índia que, a meio de uma viagem marítima<sup>30</sup>, opta pela aventura da descoberta da Pérsia, esse traço de união entre o Oriente e Portugal, como ele a considerava - e que fez com que, meses depois de regressado se prontificasse a regressar, pelo mesmo caminho, ao serviço de Filipe III.

Orta Rebelo regressa à Índia por terra, viajando desde Madrid, no começo de Novembro de 1607 para chegar a Goa a 20 de Abril do ano seguinte, congratulado pelo Rei com uma autorização para uma expedição às Molucas e tendo o alvará excepcional de 9 anos com nomeação régia para o lugar de *Escrivão pequeno* ou de *língua dalfandega de Goa*, isto é, intérprete<sup>31</sup>.

A 3 de Janeiro de 1608<sup>32</sup> o monarca Filipe III escrevera ao Vice-rei que tomara conhecimento por D. Aleixo de Menezes, arcebispo de Goa, da presença na Pérsia de dois religiosos portugueses; Frei Belchior dos Anjos e Frei Adeodato, os quais viviam num mosteiro em Ispahan, desde a embaixada de Luís Pereira de Lacerda, tendo permanecido junto do Xá *para tratar dos meus assuntos, nomeadamente os de Ormuz, e de o incitar a prosseguir a guerra contra os Turcos*<sup>33</sup>. Não tendo Filipe III, nessa época, Embaixador na Pérsia, os dois monges faziam lá certamente trabalho útil, tanto mais que eles tinham conseguido as boas graças do Xá e eram estimados na Corte: importava conservar este apoio para conter o Império Otomano e o eixo Ormuz-Chiraz era um dos trunfos da política de divisão dos Infiéis. Orta Rebelo vai desempenhar o papel de transmitir a estratégia real ao governo da Índia, preparando a grande embaixada de Garcia da Silva de Figueiroa ao Xá, sendo por isso uma personagem que reforçou as relações entre Portugal e a Pérsia.

Entre os objectivos que Filipe III tinha para a missão de Nicolau Rebelo estava a necessidade de persuadir o Xá (através dos frades) de sustentar o sultão de Xiraz quanto ao ataque ao Forte de Comorão. *Esta praça-forte custava muito à Coroa, mas ela era “testa-de-ponte” de Ormuz. O seu comandante já tinha proposto a sua destruição ao Vice-rei (...). Mas o Rei não era*

<sup>34</sup>Carta de Filipe III ao Vice-rei das Índias, de 15 de Março de 1608. *Documentos remetidos da Índia*, ou *Livro das Monções*, T.I, p. 220, in Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo - 1972*, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 58.

<sup>35</sup>*Diário do Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia*, vols. 1 e 2, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1937, pp. 311-313, in Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo - 1972*, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 36.

<sup>36</sup>Carta de 27 de Março, *Chancelaria de D. João IV, Doações*, Liv. 17, fol. 23v, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, in Sousa Viterbo, *Viagens da Índia a Portugal por terra e vice-versa* (pp. 762-763, cit. in Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo - 1972*, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 36.

<sup>37</sup>Vivera cerca de 75 anos, com meio século do seu labor na Índia, testemunhando uma época memorável no Oriente, para onde fora, tendo regressado e depois voltado, de modo aventureiro, após poucos meses de pousio em Portugal (a segunda metade do ano de 1607), entregue a uma vida diferente e profícua...

<sup>38</sup>Levados a cabo sob a égide do Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian, na época orientado pelo Administrador Sr. Dr. José Blanco.

*dessa opinião, desejando, ao contrário, que ela fosse reforçada, para ficar mais apta a desempenhar o seu papel (...): “vós conheceis a importância desta ilha e desta fortaleza, tanto para a defesa de Ormuz como para retirar ao Rei da Pérsia qualquer ideia de a cobiçar. Insisto em que vos esforceis para a restaurar”*<sup>34</sup>.

Mais tarde, Nicolau de Orta Rebelo instalou-se em Diu (1624), e em 1629 é Tesoureiro do Senado de Goa, nomeado pelo Vice-Rei Conde de Linhares. Nicolau Rebelo desempenhou o cargo exemplarmente, referindo-se D. Miguel de Noronha ao zelo da prestação em diversas passagens do seu diário, como em 1634, confirmando a satisfação geral pelo seu desempenho<sup>35</sup>. Em 1635 é nomeado Conselheiro municipal de Goa e, aquando da Restauração, toma partido pela Casa de Bragança.

D. João IV irá nomeá-lo Juiz da Alfândega de Goa em 1644<sup>36</sup>, cargo esse que, dois dias depois, legou à sua filha e herdeira, Lucrecia de Rebelo<sup>37</sup>.

### 6.3 - APRESENTAÇÃO E COMPARAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO

A grandeza da obra realizada nas águas de Oman e do Golfo, com particular destaque para a enorme fortaleza de Ormuz, contém elementos da maior importância para se descortinar melhor o conhecimento de um período crucial e fecundo da história da arquitectura portuguesa.

Desde Maio de 2001 e até finais de 2004 tivemos oportunidade de processar laboriosos trabalhos de campo e complexas tarefas de restituição desenhada<sup>38</sup> com vista a obterem-se levantamentos arquitectónicos e maquetas das peças subsistentes do triângulo defensivo da entrada do Golfo Pérsico.

A acção pioneira dos Portugueses no domínio da arquitectura militar do século XVI, levada a efeito de modo substantivo na nova geografia do mundo, está bem plasmada no resultado dos trabalhos elaborados sobre a arquitectura e a arqueologia de Ormuz, de Keshm e de Larak.

Complementarmente, juntamos apontamentos atinentes à caracterização do âmbito dos nossos estudos: por um lado, uma adenda sobre Bandar-e Kong, o campo arqueológico do último posto de comércio do antigo Império Marítimo de Afonso de Albuquerque; por outro, alguns elementos suplementares da acção do Arquitecto Inofre de Carvalho, designadamente no



**Num dia de excepcional limpidez do ar pode ver-se o destaque perfeito da ilha de Ormuz, a partir do Forte de Keshm, na ilha do mesmo nome. A fortaleza fica situada na ponta esquerda, rente à água.**

<sup>39</sup>Francisco Bethencourt, *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, p. 404, 1998, Círculo de Leitores, Lisboa.

<sup>40</sup>Salientando a importância de algumas delas, o citado autor esclarece-nos que no “caso de Ormuz, por exemplo, saíam dos cofres régios os ordenados para o capitão, alcaide-mor, meirinho da fortaleza, meirinho da fazenda, sobrerrola, ouvidor, feitor, almoxarife dos armazéns, mestre da ribeira, mestre da ferraria, língua, armeiro, mocadão, cordoeiro, serralheiro [o que já perfaz 15 quadros, a que se juntavam], 400 soldados, 102 servidores, criados e ajudantes, 30 guardas, 15 bombardeiros, 8 marinheiros, 3 escrivães, 3 carpinteiros - ou seja, um total de 557 dependentes, segundo o orçamento de 1574 do Estado da Índia. Mas era ainda sustentada pelos cofres do Estado a estrutura eclesiástica (o vigário da igreja, o tesoureiro, o tangedor de órgão, 2 moços do coro e 4 beneficiados) e a própria estrutura da alfândega do rei de Ormuz (com ordenados para o guazil, o xabandar, os 2 línguas, os 4 escrivães, o juiz do peso, o porteiro e os 2 sacadores)” - Francisco Bethencourt, *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, p. 404-405, 1998, Círculo de Leitores, Lisboa.

Bahrein (ainda assim englobado no título da dissertação posto que, sendo na costa árabe, era possessão ormuzina).

É desse material que se constitui a documentação integrante desta dissertação, competindo-nos com satisfação trazê-la à Academia para usufruto de toda a comunidade académica, tendo em vista a preocupação pela salvaguarda da Memória que envolve a ancestral relação entre Portugal e a Pérsia. No paradoxal e perigoso mundo que é o nosso, continua a ser imprescindível e urgente consagrar a História e celebrar o Futuro.

A importância da realização das centenas de máquinas de guerra que foram levantadas pelos portugueses em todo o mundo é impressionante. Segundo Francisco Bethencourt<sup>39</sup>, a contagem, só até ao ano de 1700, “revela-se esmagadora: 244 (...) das quais 20 na costa oriental africana e no Golfo Pérsico, 47 na Índia e no Ceilão, 11 no Extremo Oriente. Deste cálculo estão excluídos os baluartes e a maior parte dos fortins de apoio que participavam das estruturas de defesa de muitas regiões”<sup>40</sup>.

A Fortaleza de Ormuz, conjuntamente com os Fortes de Keshm e de Larak e as evidências arqueológicas de Bandar-e Kong, do lado do Irão, somados às obras que polvilham as margens arábicas do Golfo e do Mar de Oman, integra um importantíssimo núcleo da historiografia da arquitectura militar portuguesa, em larga medida desconhecido. Trata-se de um repositório da edificação militar dos séculos XVI e XVII, com uma concentração equivalente ao que sucedeu em outras zonas de grande densidade de realizações patrimoniais levadas a cabo por Portugal - só comparável ao panorama que podemos contemplar em localizações excepcionais, designadamente em Marrocos ou na Índia.

Na peça desenhada que apresentamos a seguir, encontram-se

<sup>41</sup>O primeiro Arquitecto da Índia, “Mestre das obras de pedraria”, foi Tomás Fernandes, o qual intervindo certamente na segunda fase do empreendimento de Afonso de Albuquerque.

<sup>42</sup>Sobre outros intervenientes anatem-se os primitivos nomes dos bombardeiros João de Flandres e Fernão Álvares, em 1507, referenciados por Rafael Moreira (*A Época Manuelina/História das Edificações Portuguesas no Mundo*, p. 110, 1989, Pub. Alfa, Lisboa, remetendo para o capítulo 37 dos *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*) e, para além de Tomás Fernandes (“deve ter partido para a Índia em 1505 [com D. Francisco de Almeida?], pois já no ano seguinte se distingue na defesa de Cananor. Em finais de 1509 era *mestre dos pedreiros* de Cochim, e terá sido como homem de confiança de Afonso de Albuquerque que alcançou toda a sua projecção, tendo regressado ao Reino a seguir à morte deste” - in R. Moreira, op. cit., p.114), o mesmo autor avança com o nome de Cristóvão Fernandes (em 1533, *fazendo uma cisterna*, não identificada) e o do capitão Martim Afonso de Melo, erguendo o “baluarte novo” e o “baluarte redondo”, em 1540.

<sup>43</sup>A existência de projectos precisos para as grandes realizações “apenas surgem na geração seguinte, com os alvares do renascimento” (...) “Iriam do reino instruções genéricas que se adaptavam localmente, e só depois de iniciada a obra se enviavam as plantas para aprovação; projectos precisos, como o da *fortaleza que trazia já pintada e ordenada por El Rey em 1546 o mestre Francisco Pires* (...) (R. Moreira, op. cit., p. 110).

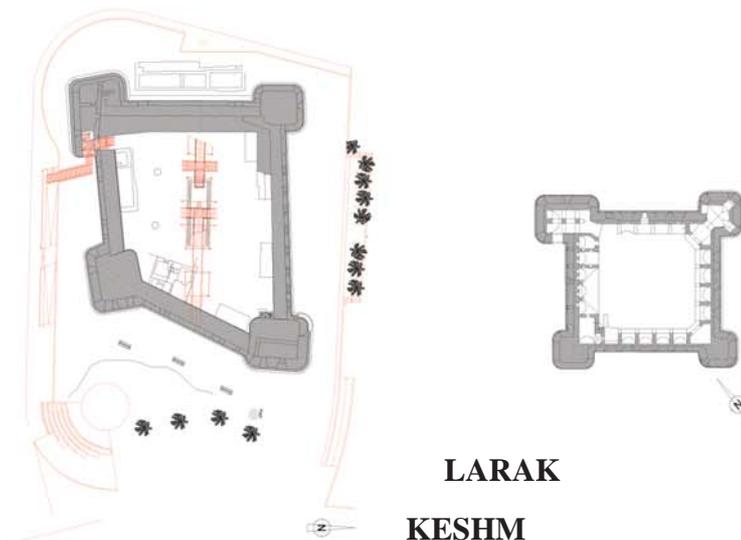
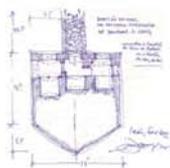
**Vista da Fortaleza de Ormuz, a partir do mar, sobre o interior da praça-forte (tornado visível pelo derrubamento da cortina da muralha Poente).**

reunidas as representações, à mesma escala, das plantas das fortificações de Ormuz, Keshm e Larak, com a anotação, em esquisso, de um curioso dispositivo abaluartado em Bandar-e Kong, a uma escala aproximadamente idêntica.

Estamos perante objectos arquitectónicos de valor desigual, enquanto espécimes isolados. Porém, no seu conjunto são insubstituíveis, inter-relacionando-se na própria explicação da sua razão de ser, dada a contingência de uma compreensão ainda dificultada pela inexistência de fontes capazes de nos explicarem a ocorrência dos monumentos em apreço. Depois, explicam ainda a arquitectura portuguesa, interligando-se esta com a explicação das correntes da moderna arquitectura europeia do século XVI.

Poderá talvez afirmar-se que, depois de Safi, a fortificação da entrada do Golfo Pérsico era a obra militar mais importante da época manuelina fora de Portugal. O bom estado de conservação relativo das estruturas iniciais (por razão de terem ficado envolvidas pelas grandes obras da reforma dos anos de 1558-60) transforma o monumento numa fonte única de interesse historiográfico. A leitura detalhada do levantamento arquitectónico permite progressos na compreensão da obra inicial<sup>41</sup>, e bem assim no que se refere às fases seguintes será possível avançar, nomeadamente sobre as subsequentes obras de reforço do cubelo da praia junto da porta (em 1525-28), ou dos trabalhos realizados pelo Capitão Martim Afonso de Melo, em 1540<sup>42</sup> - o que representa uma fase intermédia, até que pontuou como *Mestre das Obras da Índia* o celebrado Francisco Pires<sup>43</sup>. Este foi substituído por Inofre de Carvalho, enviado em 1551 para a Índia<sup>44</sup>.

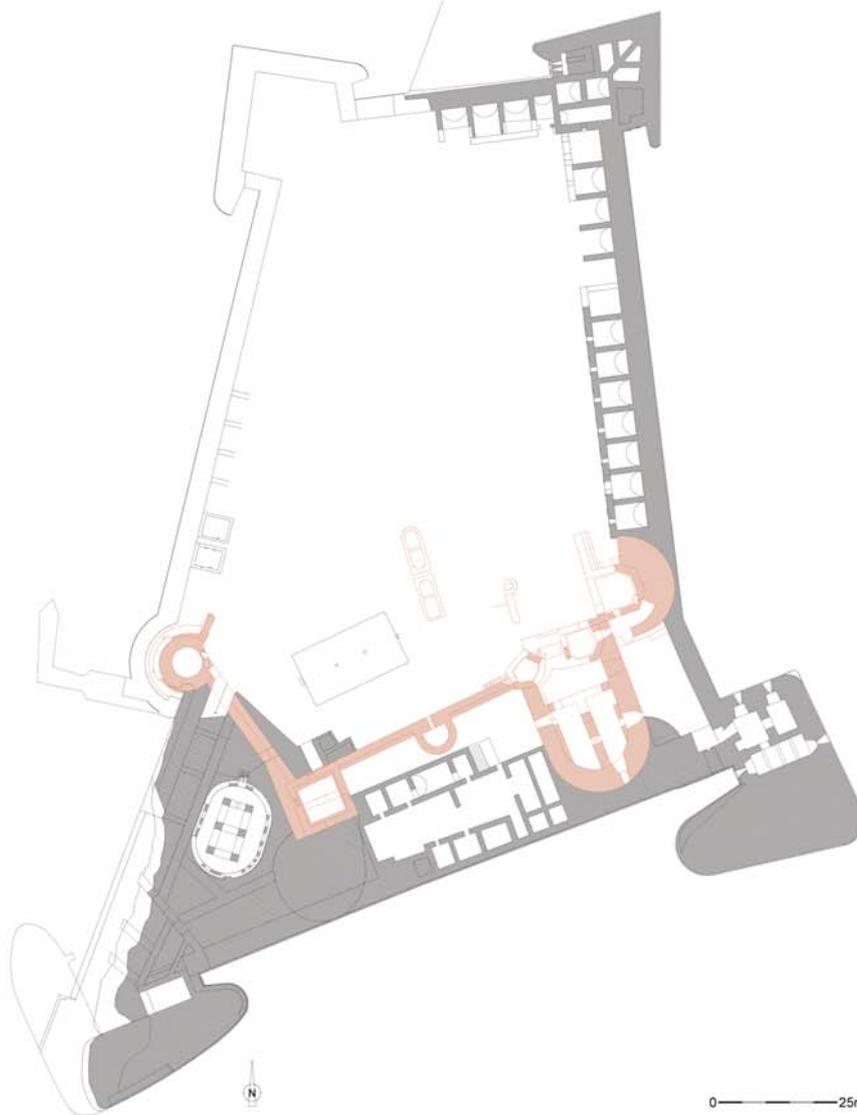




LARAK

KESHM

ORMUZ



A reunião, à mesma escala, das plantas do nível térreo das três fortificações que são o objecto central do nosso estudo, permite facilmente aferir da dimensão relativa de cada uma. No caso da Fortaleza de Ormuz é imediatamente expressivo anotar, por exemplo, que a medida da diagonal maior do quadrilátero é de 265 metros. Medindo o contorno exterior da reconstrução atinge-se o valor extraordinário de 875 metros.

No desenho relativo a este caso, ao lado, inscreve-se o registo do que de principal subsiste da primitiva obra levada a cabo por Afonso de Albuquerque em 1507 e 1515.

Em cima, reprodução de um esquisso efectuado aquando de uma rápida visita a Bandar-e Kong, com a planta do “bastião de mar” sensivelmente representado na mesma escala.

(in João Campos, *Viagem a Malta e ao Irão (24 Jan - 12 Fev, 2002)* /II. *Levantamento Arquitectónico de Keshm e de Ormuz, com uma Incurião a Bandar-e-Cong e Visita ao Forte de Laraque* - Março de 2002, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto; id., *Levantamento Arquitectónico do Forte de Laraque*, Novembro de 2003, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto; id., *Levantamento Arquitectónico da Fortaleza de Ormuz*, Fevereiro de 2004, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto).

<sup>44</sup> A informação de Frei João dos Santos na *Ethiopia Oriental*, quando refere a nomeação de um sobrinho de Frei Bartolomeu dos Mártires, *o qual architecto sendo mancebo se foi a Flandres, donde tornou grande oficial de architectura, reformulando e dirigindo a construção da fortaleza de Moçambique*, in Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. I, p. 530, cf. Diogo do Couto, *Década VII*, L. 7, p. 19.

<sup>45</sup> 1521, cf. Francisco Bethencourt, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 1, pp. 387-411, 1997, Círculo de Leitores, Lisboa. Não encontramos referências à direcção directa das obras do Forte de Keshm: o projecto poderá ser, precisamente, um caso típico de modelo acertado previamente para a arquitectura militar de pequena expressão, constituído, na primeira fase, por um quadrilátero com dois torreões redondos nos cantos opostos.

**À direita, elevação (Nascente) do Forte de Keshm desde a praia, na ilha do mesmo nome. O aterro que se vê em primeiro plano é o de uma via que corta a relação do monumento com o sítio.**

**Em cima, expressiva demonstração da existência de uma primeira fase da existência do Forte de Keshm, vendo-se o cubelo da praia encapsulado pela fase posterior da construção. Trata-se de materiais e técnicas de alvenaria diferentes, a que já falta o revestimento final de pedras (arrumadas por camadas para fazerem de contentor ao vazamento do ligante que era introduzido na espessura da muralha).**

**Em baixo, aspecto geral do interior, protagonizado pela existência da cisterna no centro da quadra, assim fazendo jus ao suporte logístico fundamental que o Forte prestava a Ormuz.**



Keshm, sendo uma fortificação de dimensões modestas, tem uma característica comum com Ormuz: detectam-se duas fases construtivas essenciais, sendo a primeira do período manuelino, guardada pelas camadas dos reforços e das formas que a reconstrução posterior lhe trouxe. A importância daquele período advém, para além da sua cronologia, do facto de estar mais bem preservado do que o posterior. Embora não tenha confirmação segura sobre a data da construção do forte de Keshm<sup>45</sup>, o que é certo é que se trata de uma arquitectura militar “prática”, a qual serve neste momento de testemunha à teoria de uma época de transição arquitectónica, e de cujos exemplares construídos poucos restam na sua compleição dos inícios do século XVI.



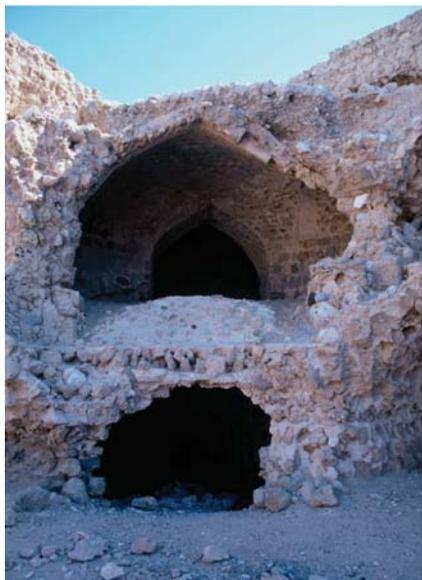


**Em cima, a ruína do Forte, rodeada de construções pobres da aldeia, vista à chegada do porto da pequena ilha de Larak.**

**Os bastiões quase redondos albergam casamatas quadrangulares com canhoneiras abobadadas em três níveis (incluindo a cobertura). Na imagem de pormenor vê-se a ruína do interior de um dos ângulos da praça de armas, com os vãos de acesso às casamatas do bastião.**

A circunstância (que desde já sublinhamos) de também este monumento preservar provas suficientemente concludentes da primeira fase da construção, retira argumentação à cronologia da sua fundação por Rui Freire de Andrade, afirmada ou aceite por muitos. Não seria mesmo de estranhar que a sua compleição geral esteja até relacionada com uma intervenção correctiva do seu desenho por parte de Inofre de Carvalho, numa época política e economicamente mais favorável do que na altura da actuação daquele General dos Mares de Ormuz.

Se em Keshm temos que deixar falar o monumento, em Larak é praticamente total a ausência de informação de fontes credíveis, deixando-nos entregues à hermenêutica do próprio monumento, o qual, por sua vez, se projecta como uma reveladora fonte de leitura renovada sobre a actividade dos construtores do Oriente.



<sup>46</sup> Conquanto neste caso se trate de uma adaptação, possivelmente com um prolongamento construtivo do bastião original para criação de um dispositivo de protecção da entrada no Forte.

Poderemos avançar com hipóteses para esse pequeno quadrilátero, feito com uma segurança teórica e técnica notáveis, na base de um domínio e da adaptação perfeita das condições locais de execução, recaindo mais uma vez na figura de Inofre de Carvalho. É certo que não encontramos os típicos baluartes, tão ao gosto desse autor, mas antes os ângulos fortemente boleados nos espessos paramentos dos bastiões dos cantos. Porém, a destreza da composição arquitectónica e a segurança na realização das casamatas dos ângulos, indiciam a forte probabilidade de ter sido ele o construtor desta desconhecida jóia da arquitectura portuguesa.

Por outro lado, o quase-baluarte da entrada do Forte de Larak, com a sua configuração rectangular, aproxima-se da situação equivalente no Forte de Keshm<sup>46</sup>, recolocando deste modo a questão da cronologia e da autoria da adaptação aqui feita, isto é, remetendo para o terceiro quartel do século XVI e para Inofre de Carvalho.

Como adenda, e documentando uma fase final da presença portuguesa no Golfo, descobre-se uma insuspeitável réplica do baluarte da Torre de S. Vicente da barra do Tejo, mais de um século depois, em plenas águas de Bandar-e Kong...

#### **6.4 - BREVE INCURSÃO NA ILHA DE ORMUZ**

É certamente estultícia, mas apetece dizer que a escolha de Afonso de Albuquerque (seguindo estranho chamamento, que já tinha encantado outros...) para a implantação da enorme fortaleza na ilhota de Ormuz, desprovida do fundamental recurso





da água, foi devida a enfeitiçamento. Esse efeito pudemos também nós testemunhá-lo, a nosso modo, aquando da nossa permanência por aquelas paragens.

Partindo do único sítio habitado de Ormuz, no *plateau* onde se encontra a ruína da Fortaleza, e rodeando a pequena ilha num percurso perimetral, penetra-se num mundo de insuspeitada beleza, de agitada quietude, de perturbadora ressonância sobre o cosmos todo inteiro.

Não se vê gente alguma. O que nos transporta, subitamente, para este planeta em que estamos, é a repentina visão de um pequeno grupo de gazelas que, em graciosa correria, disparam para algum poiso mais defendido dos intrusos humanos.

Dir-se-ia que não há mais animais. Mas agora nos lembramos de uma colónia de comodoros pousados num rochedo emergente das águas do Golfo Pérsico, numa das poucas vezes em que a atenção se desviou, por pouco tempo, para a massa líquida do mar de belíssima cor de Índico. Todo o apelo era para a descoberta das formas e das cores, desconformes para o nosso hábito. E até mesmo uma rara vegetação que as novas eras vão deixando germinar lentamente, parecia intrínseca àquele mundo mineral, de uma geologia pura e de recentíssima idade...

O inóspito da ilha é absoluto. Completamente infértil, algum fio líquido que escorra é tão-somente excreção salgada de um ressumar fresco que a humidade atmosférica ocasiona. O que domina são inusitadas montanhas de sal que solidificaram num movimento ascensional das profundezas, cristalizando em brutais massas de delicadas formas, por entre formações sedimentares com que se misturam, ou que então afastaram, reordenando uma panóplia de texturas e de cores de estonteante



<sup>47</sup> O “diapirismo” é um fenómeno geológico que caracteriza o território sul do Irão, com uma especificidade própria na Ilha de Ormuz. As impressionantes imagens do conjunto que se obtém da placa iraniana (incluindo as que vimos, tiradas em 1983 pelo “*Spacelab-1*”) revelam uma gigantesca extensão. Nos seus traços gerais pode dizer-se que o diapirismo consiste na emergência de formações de sal das profundezas, solidificando em contacto com a atmosfera, e com esse movimento gerando deslocamentos das massas tectónicas sedimentares com que se associam, segundo linhas de clivagem, ou formando “glaciares” de sal, ou aparecendo com formas falsamente associadas à imagem das formações vulcânicas. No caso da ilha de Ormuz, a cristalização monumental do sal varia do branco para o rosa, do esverdeado ao cinza mais ou menos escuro. Além do sal, a emergência química inclui camadas apreciáveis de potássio. As quantidades de rocha de sal diminuem em direcção ao topo da formação geológica, simultaneamente com o acréscimo de camadas de gesso.



expressividade, a ponto de quase as refutarmos por falsas.

Mas a verdade é que se trata de uma natureza palpável, na qual nos embrenhamos, passando a mão sobre refulgentes superfícies polidas, brancas, transparentes, rosadas, quase negras, ao mesmo tempo sedosas e agressivas como vítreos gumes de sílex gigantescos ou, em certos locais, como que uma poalha petrificada de tacto dócil - ainda que tudo seja sal puro que podemos degustar, levando aos lábios o resultado da fricção de um dedo na face de gigantesco cristal...

Estamos no cerne de um fenómeno a que os geólogos chamam “diapirismo”<sup>47</sup>, qualquer coisa que nos afasta de geografias reconhecíveis, numa panóplia de agitadas configurações, montanhas imaginárias e convívio de formas atrabilárias,



“Os aspectos positivos ligados ao seu poder comercial, e talvez também o peso da tradição clássica que dava a todas estas terras do Oriente um colorido fabuloso, levaram os diferentes autores medievais a negligenciar os aspectos menos risonhos de Ormuz, embora Marco Polo, frei Odorico e Ibn Battûta os tenham sublinhado nos seus relatos. Na realidade, ao analisarmos em pormenor estas descrições, torna-se evidente que todas elas opõem de maneira quase sistemática a desolação do local geográfico à riqueza material da cidade. Este contraste terá também contribuído para aumentar o fascínio que ela exercia. Com efeito, aos olhos dos viajantes que a ela aportavam, a ilha de Djarún oferecia apenas uma paisagem mineral, terrivelmente árida e inóspita. As colinas vulcânicas de picos acerados alternavam com outras, formadas inteiramente de sal. As magníficas cores de que se revestiam (o viajante chinês Ma Huan [1433] fala de montanhas de várias cores, brancas, vermelhas e amarelas) e a existência de algumas minas de enxofre, não diminuam a desolação da paisagem. A vegetação reduzia-se a árvores esparsas, a tufos de gramíneas e a arbustos espinhosos, como os jujubeiros (*kônar*) a que se dava no século XVI o nome de *maceiras de anafega*, e a pouco mais. Não existiam praticamente nascentes de água potável, e o precioso líquido para consumo da população era transportado da terra firme ou das ilhas próximas (Qeshm e Larak, as ilhas de Queixome e Laraque das fontes portuguesas) em reservatórios a bordo de pequenas embarcações locais, as terradas (*têrârâd*). Esta água era em seguida transvazada para as cisternas e todos os tipos de reservatórios que recolhiam ainda as águas das escassas chuvas. Estas construções conferiam um cunho característico à paisagem urbana.

A melhor descrição da geografia de Ormuz foi-nos dada pelo jesuíta Gaspar Barzeu, o qual, tendo vivido em Ormuz em 1549, afirmava com autoridade: *A ylha hé toda de sal.*

fixando cores e matérias confrontando-se numa inesgotável paleta que inclui um amplo gradiente de pastéis (cinzas, verdes, amarelos, rosas), ou então de cores vivas, como a característica terra vermelha (de sangue) de Ormuz, ou o negro da hematite, em formações à superfície ou polvilhando a face aparente da clivagem de rochas sedimentares ou, ainda, deixando uma poalha refulgente pelos leitos secos dos rios de sal líquido que as raríssimas chuvas canalizam por agrestes vales até ao mar - por vezes descansando um pouco em bacias que são lagos brancos de cristal (como grandes recintos de gelo, acaso não estivéssemos nos trópicos), ou azuis esverdeados (onde a água se vai demorando), ou ainda, como desenhados jardins de estrias na areia rubra, com miríades de brilhantes que o pontilhismo do mineral puro faz cintilar ao Sol.

Estamos no pleno domínio da luz, porque a reflexão sobre a



*Tem rios qualhados de sal que correm de continuo, que tem serras de sal que como montes muyto grandes. O qual sal hé tam forte que não se pode salgar carne que não a corte, de maneira que se não pode quasi comer de salgada; aynda se não acaba de tirar hum monte de sal quando yá hé outro no mesmo lugar do rio qualhado; os quais rios pelo verão estão qualhados como em Frandes no Inverno. Chamão a este salgemma [...]. As serras desta ylha parecem pedras de cal queimadas enteyras. Nesta ylha não ay verdura nem arvoredos, senão uns poucos de pinheiros, e assy três ou quatro árvores outras, onde não toqua o sal. Finalmente toda é seca, triste, sem refrigério. Ay muitos terremotos nella* [Joseph Wicki (ed.), "Documenta Indica" - 1946-1988, vol.1, p. 599, Institutum Historicum Societatis Iesu, Roma].

Esta morfologia algo apocalíptica era agravada pelo clima tórrido, pois Ormuz não estava sujeita ao regime de monção, e as temperaturas atingiam, sobretudo durante a estação estival, valores insuportáveis."- in Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, *Ormuz /1507 e 1622 / Conquista e Perda* - 2007, Tribuna da História, Lisboa.

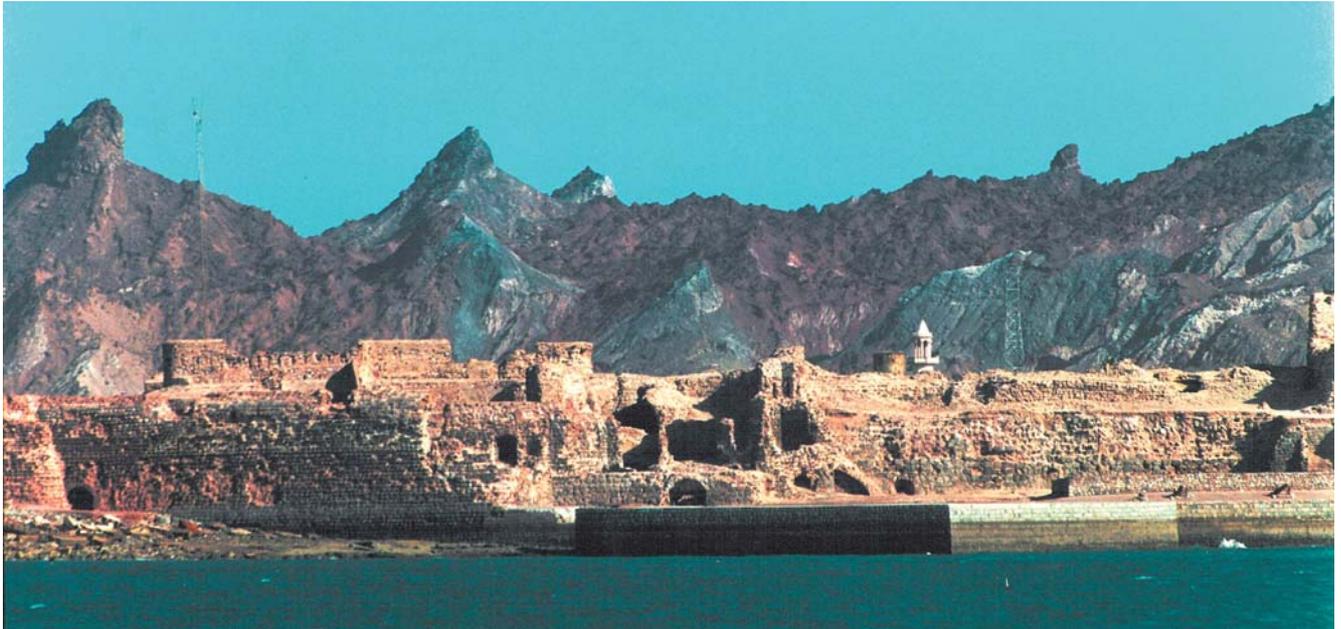
aparência de tudo isto à noite conduz-nos a um outro mundo, um mundo de trevas onde não se espera qualquer atracção. A luz é rainha deste universo, é ela que nos faz ver e nos oferece a plasticidade abstracta e sublime dos enquadramentos que a objectiva da máquina fotográfica guarda, pobremente, daquilo que os olhos indelevelmente informam a memória desta inesquecível incursão.

Aqui um simples viajante sente-se impelido para acreditar nas mais originais criações pictóricas, mas impotente para as reproduzir. Só os verdadeiros artistas poderão almejar ilustrar aproximadamente o impoluto domínio da estética absoluta no seu mais empolgante estado original.

Ormuz ficou associada a uma espécie de cadinho mental para a criação das cores, laboratório em que se percebe a importância toda do espaço e da agitada quietude que é uma perturbadora ressonância sobre o cosmos todo inteiro. Aqui é proibido sonhar: estamos acordados no meio da ilusão, connosco próprios, inventando o sublime que, afinal, estará ali, plasmado no que sentimos...

Difícil foi fazer uma selecção ilustrativa das imagens que ressoam na memória. Deixamos aqui, simplesmente, uns poucos registos de um soberbo conjunto de inestimável expressividade estética.





Perspectiva parcial da grande ruína de Ormuz.

## 6.5 - A FORTALEZA DE ORMUZ

<sup>48</sup> *A cidade de Ormuz está situada em hua pequena ilha chamada Gerum que jaz quasi na garganta do estreito do mar Perseo tam perto da costa da terra de Persia que avera de hua a outra tres leguoas e dez da outra Arabia e terá em roda pouco mais de tres leguoas: toda muy esterele e a mayor parte hua mineira de sal e enxolfre sem naturalmente ter um ramo ou herva verde (Décadas da Ásia, II, L.2, Cap. 2).*

<sup>49</sup> Não obstante, continua a espantar a capacidade de afirmação dessa enorme realização, incrustada em ambiente inóspito, como demonstração do apogeu técnico e político atingido. Ormuz constituiu, no contexto geográfico amplo cujos outros apoios centrais foram Goa e Malaca, uma das chaves do designado “Império Marítimo do Oriente”.

<sup>50</sup> Albuquerque chamou-a de Nossa Senhora da Vitória, em vista do “milagre” que a sua conquista representara. O ambiente entre os portugueses não era o melhor. Os capitães das naus (João da Nova, António do Campo, Afonso Lopes da Costa, Francisco de Távora e Manuel Teles) requeriam contra a edificação, acabando por se amotinarem e obrigando a abandonar a obra.

O que hoje se observa, quando nos dirigimos para Ormuz, será muito próximo da caracterização geográfica que João de Barros nos dá na sua Crónica<sup>48</sup>: a ilha é (...) *toda muy esterele e a mayor parte hua mineira de sal e enxolfre sem naturalmente ter um ramo ou herva verde*. Mas, ao contrário do exotismo e da opulência com que é metaforicamente descrito o ambiente urbano de Quinhentos (*o mundo é um anel e Ormuz uma pedra preciosa engastada nele*), confrange-nos a ruína abandonada dum Fortaleza europeia com uma pobre povoação asiática a seu lado, esquecida esta do Mundo e ela também divorciada do Monumento<sup>49</sup>.

A Fortaleza começou a construir-se em 24 de Outubro de 1507<sup>50</sup>, tendo-se interrompido em Janeiro de 1508.

Gaspar Correia descreve, no seu Livro I das *Lendas da Índia*, o detalhe que sublinha a efectivação da obra primeira da primitiva empresa de Afonso de Albuquerque em Ormuz:

*... nesta ordem se fez grande ajuntamento de muyta pedra. Então o Capitão mór fez feitor da obra, pera fazer os pagamentos aos trabalhadores, ahum Duarte Dinis, com hum escriuão; o qual, em ato assy se ajuntava a pedra, fez muyto barro, com qse auião d’abrir os aliceces, e encher até a face da terra: o qual barro he forte em extremo, que he pisado, e peneirado, e feito com muyto trabalho. E sendo já assy tudo junto, o Capitão mór se foy a terra com toda’ gente da armada, e chamou João de Frandes, bombardeiro, que era bom mestre d’estas obras, e lhe assinou per onde abrisse os aliceces da torre de menagem, a*

<sup>51</sup> Gaspar Correia, Livro I, *Lendas da Índia*, Lello & Irmão Editores, 1975, vol. I, p. 846.

<sup>52</sup> Op. cit., p. 847.

<sup>53</sup> A submissão da cidade é feita de surpresa e a tomada de posse da obra inacabada é-nos explicada nas *Lendas da Índia*, segundo uma tática que grangeou aos portugueses, desde os inícios da ocupação do Norte de África, a fama de conseguirem a proeza de construir fortalezas de um dia para o outro. A ocupação foi meticulosamente calculada por Albuquerque, utilizando sistemas técnicos pré-preparados a bordo das naus. Diz Gaspar Correia: *Como o Governador teve licença de El Rei, logo que foi noite foi num esquife por todas as naus fazendo embarcarnos bateis os cestos de cana como toneis e muitos “padezes” e falcões e peças grossas e muito pilouros e pólvora, e enxadas e gamelas e toda agente do mar e bombardeiro. E sem alvoroço nem sendo sentidos se foi à ponta, onde tudo desembarcou. Atravessando a praia até à água com cestos postos em pé, e dentro metidos paus altos e os cestos cheios de areia que eram todos iguais. E por cima postas tábuas para os andaimes e nos paus outros atravessados e postos padezes e nas pontas dos paus bandeiras e entre os cestos assentados tiros grossos que tiravam de longo das praias para ambas as partes. Dentro desta cerca ficou a casa que de primeiro se armara para torre de menagem onde estavam dentro grandes tanques de madeira para ter água... Nisto se deu tal diligência que quando amanheceu já tudo estava acabado, de feição que se podia defender a todo o poder que viesse* (Op. cit., p. 422).

*que mandou que fendesse os aliceces pera vinte pés de largo, porque esta torre de menagem auia de ser de tres sobrados, e tão alta que descobrisse toda a cidade, e mais alta que o alcorão, porque do terrado de cyma, se comprisse, auia de tirar artilharia grossa, e de todolos outros sobrados. Em cada quadra auia a torre de ter doze couados de vão no primeyro sobrado; e se abrio o alicece nesta largura, e sendo seis dias do mes d’Outubro do anno de 1507.*

*O Capitão mór por sua pessoa tomou nas mãos a primeyra pedra, e ‘assentou na esquina da entrada da torre, dizendo: “Em nome de Jesu Christo, e da sua sancta Madre, Nossa Senhora da Victoria, que nos sempre dê contra os imigos da fé do seu bento filho.” O que assy fizerão os Capitães, e fidalgos, tangendo as trombetas, enuocando Nossa Senhora da Victoria. E assy foy posto o nome à fortaleza, e tanta gente auia o trabalho, que neste dia foy cheo o alicesse todo até sobre a terra; e porque a gente era muyta, em quanto se encheo este alicesse se abrio o outro assy, e sendo hum cheo o outro já estaua aberto, porque os trabalhadores acodirão muytos à obra, porque afóra seu premio, que cada dia lhe pagauão na mão, o Capitão mór na obra lhe mandaua dar tamaras, e agoa; com que andauão muyto contentes, e o Capitão mór sempre muy trabalhando no auimento da pedra, que nunqua os batés errauão.*<sup>51</sup>

Só depois de iniciada e avançada a obra até ao primeiro andar da grande torre, Albuquerque deu ordens para o início dos trabalhos da erecção da cintura de muralhas: *...ordenaua o Capitão mór que como a torre fosse posta no sobrado então fazer a fortaleza darredor, ao que elle tinha grande arreco qauia de ter contraste, porque tinha auiso de Coje Beirame, em muyto segredo, que Cojatar era muy arrependido de lhe dar o lugar pera fortaleza aly dentro na cidade.*<sup>52</sup>

Só em 1515 - depois da saga de Goa (1510) e de Malaca (1511), falhada a presúria de Adém e verificada a inviabilidade da submissão dos Otomanos para dominar a via do Suez -, Albuquerque dará forma final à sua ideia de domínio do Golfo Pérsico. À frente de 27 navios e de 1500 Portugueses e 700 Malabares, ocupa Ormuz em 1 de Abril<sup>53</sup>.

Estabilizada a situação da ocupação, e convenientemente defendida por artilharia da armada, deu-se início, logo em Maio daquele ano de 1515, ao completamento do projecto. A descrição importa porque concretiza muitos aspectos daquilo que será possível identificar como sendo a obra dos começos de

A Fortaleza na ponta Norte da ilha, vendo-se, à esquerda, o telheiro que serve para o ensacamento e resguardo para exportação da terra vermelha de Ormuz. Em segundo plano, a torre do Capitão, o bastião redondo Cavaleiro, situado no lado oposto, virado à povoação.



Quinhentos. Utilizo novamente Gaspar Correia<sup>54</sup>:

*... o primeiro lance do alicerce foi aberto aos 3 dias de Maio, dia de Sta. Cruz, o governador tomou a enxada nas mãos e D. Garcia e os capitães, acabando o padre de cantar uma oração de invocação de Sta. Cruz foi o Governador que começou a cavar, e os outros capitães com ele, que cavaram um pouco, e então entraram os trabalhadores que abriram todo o lanço. E querendo assentar pedra, que foi aos 6 dias depois, depois dos padres rezarem orações e deitarem bênçãos e água benta, o Governador deitou um pano sobre os ombros em que lhe puseram uma pedra que levou abaixo ao alicerce, e com suas mãos assentou onde os mestres lhe disseram, debaixo do qual ele meteu com sua mão 5 portugueses de ouro. E logo D. Garcia e os outros capitães trouxeram pedras às costas que assentaram onde lhes mandavam. Então, o Governador repartiu os capitães com as suas gentes, e com os malabares e canarins, em 12 quadrilhas que cada dia trabalhassem 2 porque caísse um dia de trabalho de 5 em 5 dias que seriam 300 homens portugueses e malabares e canarins a acarretar pedra. E porque nos alicerces se gastava muita pedra.*

***E a primeira obra que se alevantou foram dois cubelos na travessa da praia, entre os quais ficou a porta assim na praia, com seu alçapão, e em cima torre de guarita para defesa da porta. E um destes cubelos ficou fundado dentro do mar, em que de baixa mar em grande pressa se abriu alicerce. E foi oitavado e largo, sobradado. Onde logo se armou altar e foi feita Igreja da invocação de N. Sra. da Conceição, que assim o mandar El Rei D. Manuel e para isso mandara um sino que tomou da Conceição de Lisboa, que tinha de redor os doze apóstolos dourados, e este foi o primeiro sino que se pôs na Conceição de Lisboa.***

***Deste cubelo correu um pano de muro ao longo da praia,***

<sup>54</sup>Op. cit., pp. 438-439. Os sublinhados (nossos) servem para reforçar a leitura do monumento, no que particularmente interessa à compreensão da construção executada por Albuquerque.



Em cima, nesta página, a ponta Norte da Fortaleza, vendo-se parte do interior das casamatas subsistentes na cortina da muralha Nascente. Na página seguinte, também em cima, vê-se a continuação do conjunto arruinado com o remate voltado a Sul.

*todo fundado dentro do mar, de que o alicerce e a parede até sobre água era feito de barro, e daí para cima feito com gesso, e o muro de doze pés de largo. Os capitães disseram ao Governador que eram fracos, que deviam ser mais grossos. Ele respondeu: “estes assim como vedes, se as guardarem com verdade e sem tirania, são tão fortes que sobeja; mas se nestas terras se não guardar verdade e humanidade, a soberba nos derrubará quantos muros tivermos, por mais fortes que sejam. Portugal é muito pobre, e os pobres cobiçosos se converteram em tiranos. As coisas da Índia fazem grandes fumos: hei medo que pelo tempo em diante o nome que agora temos de guerreiros se torne em tiranos cobiçosos”.*

*No cabo deste muro para a ponta fez-se outro cubelo forte, e atravessando a ponta se fez uma torre quadrada, debaixo da qual ficou um postigo para serviço da ponta, de que logo fizeram adro para a gente que morria, que enterrada na areia em só dois dias se comia o corpo que era coisa de espanto. E desta torre do postigo correu o muro até ao mar, em que se fez um cubelo redondo ao pé, e em cima oitavado, com grossos tiros, que corriam ao longo da praia da outra banda da cidade; e deste cubelo fez volta o muro para dentro para a cidade, em que a fortaleza fazia quadra, em que no meio se fez outra torre quadrada para aposento do Alcaide-mor, e no cabo deste muro uma torre oitavada, muito forte, porque ficava no âmagão da cidade, que se fez alta, que do sobrado descobria toda a cidade. Desta torre correu um muro direito a entestar no cubelo da porta, e no meio deste muro, que ficava fronteiro às casas de El Rei, foi feito outro cubelo forte. O Governador corria com o abrir dos alicerces e os encher de pedra e barro até sobreterra, em que nestes alicerces da banda da terra se achavam alicerces velhos, que davam tanto trabalho*



<sup>55</sup>Op. cit., p.439.

<sup>56</sup>Até à sua morte, ocorrida à vista de Goa no regresso de Ormuz a 16 de Dezembro daquele ano, Albuquerque apressou a execução do recinto fortificado, (...) sendo já o muro da fortaleza todo em roda no andar das ameias, e faltando somente erguer as torres e por dentro fazer aposento da gente (...). Nomeados que estavam o primeiro capitão e demais hierarquia fundamental da fortaleza, o Governador, tendo todas as cousas de Ormuz assim bem ordenadas, e assim a fortaleza de todo o necessário e muito formosa artilharia portuguesa...e sendo já o muro da fortaleza todo em roda no andar das ameias, e faltando somente erguer as torres e por dentro fazer aposento da gente, o que era já na entrada de Novembro, por ele tomar conselho do Mestre que no mar se acharia melhor, se foi embarcar na nau Frol da Rosa (Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, p.455), explicitando-se desde já que (...) em todas as coisas deu grande boa ordem e regimentos a todos os oficiais, e nas cisternas 2 000 tonéis de água, e muitos mantimentos, e ordenou que Ayres da Silva ficasse por Capitão-mor de toda a armada e gente que havia de ficar em Ormuz até toda a obra da fortaleza ser acabada (...). Dispôs o Governador que somente se arrecadassem de El Rei [dos “mouros”] os 15 000 xerafins de párias de cada ano que bastava para pagamento de todos

*desfazê-los como se foram de pedra viva, porque eram feitos de barro; e porque se fazia toda a obra à roda o trabalho da gente era muito grande; e tanto que as bombardeiras eram cerradas logo nelas se assentava a artilharia que cumpria, de que tinha encargo o Condestável da fortaleza que o Governador fez com trinta bombardeiros. E porque o Governador sempre andava na obra, a gente trabalhava com muita vontade; onde mandava trazer almoços e merendas, com muito pão de trigo muito bom que os mouros faziam como bolos, e uvas, e figos, mangas e tâmaras maduras, e isto em abundância para todos os que trabalhavam. Ao que El Rei também fazia grande ajuda com muitos grandes cestos de frutas, que o Governador com o seu olho repartia por todos.*

Ainda sobre a questão da torre de menagem, repare-se no seguinte passo das “Lendas da Índia”:

*Como a fortaleza foi cerrada toda em roda à altura de dois homens, mandou o Governador trabalhar na torre de menagem, que ficou logo junto da porta da fortaleza, e foi alevantada em outro sobrado no alto, que ficava o terrado de cima por cima das casas de El Rei; e em cima mandou fazer uma casinha para a pólvora, e em cima se fez campanário, em que se pôs o sino que já disse.*

*Então fez capitão da fortaleza Pero de Albuquerque, e Jorge da Silva Alcaide-mor, e Manuel da Costa feitor, e fez almoxarife do armazém João de Bryones, e Alcaide do mar Diogo Espinel, que trazia doze piões canarins com lanças, e a que deu grande aviso na via das cousas da cidade, no que o meirinho tinha muito cuidado<sup>55</sup>.*

A Fortaleza é então chamada de Nossa Senhora da Conceição<sup>56</sup>.

os ordenados e soldo e mantimento de 400 homens, que ordenou à fortaleza, com dois xerafins de mantimento por mês e ainda sobejava. E deu ao capitão 50 000 xerafins, que tivessem tesouro para o que cumprisse; e em todas as coisas deu grande boa ordem e regimentos a todos os oficiais, e nas cisternas 2000 toneis de água, e muitos mantimentos, e ordenou que Ayres da Silva ficasse por Capitão-mor de toda a armada e gente que havia de ficar em Ormuz até toda a obra da fortaleza ser acabada... (id., ib., p. 454).

<sup>57</sup>...onde Pero de Albuquerque, Capitão, fez honra do recebimento a D. Aleixo [de Menezes chegado a Ormuz em Março de 1516], que com ele pousou na fortaleza, que já por fora era toda acabada, somente por dentro se faziam ainda algumas obras aposento da gente (id., ib., p.478).

<sup>58</sup>Por curiosidade, deixamos uma parte do relato que, ainda em Gaspar Correia, fomos encontrar sobre o tema: *e porque assim o trabalho era grande e grandes calmas, adoecia a gente e morria muita. Mormente os malabares, que por sua natureza se lavavam muitas vezes e Ormuz não tinha água, adoeciam de sarna, de que morriam; e os portugueses de febres; ao que foi dito ao Governador que os físicos não visitavam os doentes como era razão e que lhes pediam dinheiro. E porque eles tinham ordenado de El Rei para graciosamente curar os doentes, o Governador os mandou chamar todos, e lhes perguntou porque razão lhe morria tanta gente; ao que eles lhe deram muitas razões e ao que o Governador lhes respondeu: “vós levais ordenado de físicos e não sabeis conhecer a doença dos homens que servem El Rei nosso senhor. E posto que assim é eu vos quero ensinar de que doença morrem”. Mandou-lhes carregar às costas grandes pedras e que as levassem acima ao muro, onde os fez trabalhar todo o dia, até à noite. Então lhes disse: “os que escreveram os livros das medicinas, pelos quais vós aprendestes a levar dinheiro não souberam da doença do trabalho; e pois vo-la ensinei*

É esta a obra que Gaspar Correia retrata no desenho das suas *Lendas da Índia*, e a que se sucederão importantes reformas posteriores, ampliando-a consideravelmente. Sabe-se que, em Março do ano seguinte, se concluíam ainda algumas partes internas da Praça-Forte<sup>57</sup>.

Esta obra esforçada, valendo o sofrimento e a morte de centenas de homens (entre os quais do próprio Afonso de Albuquerque, que não chega a pisar, por seu pé, a terra de Goa no regresso que faz de Ormuz, já muito depauperado, no final de 1515), só com uma vontade tenaz e um sentido preciso da sua utilidade é possível ser imaginada, na amplitude da abnegação a que terá obrigado<sup>58</sup>.

È sobremaneira importante a intervenção levada a cabo pelo Arquitecto Inofre de Carvalho. Depois de Francisco Pires, o novo Mestre das Obras da Índia, imbuído de um autêntico vanguardismo experimentalista, veio a desenvolver uma importante acção no Golfo Pérsico, informando-nos Diogo do Couto que no governo de D. Antão de Noronha, já na época de D. Sebastião, se encontrava a reformular a fortaleza de Ormuz *e ordenou uma máquina de madeira sobre rodas altas, para de cima pelejarem alguns homens e lhe pôs algumas peças de artilharia...*<sup>59</sup>. Foram de autoria de Inofre de Carvalho as reformulações das fortalezas de Ormuz, do Bahrein (construída entre 1559 e 1560), de Soar (também por volta de 1560), etc.. “Curiosamente a fortaleza do Bahrein revela um conhecimento perfeito das concepções de Pietro Cataneo, cujo tratado foi editado em Veneza, em 1554, colocando assim este fortificador a par dos princípios mais avançados da fortificação da época”<sup>60</sup>. Segundo Rui Carita<sup>61</sup> na introdução ao Códice de S. Julião da Barra, “a fortaleza de Ormuz tinha sido reformulada em 1559 e 1560 por Inofre de Carvalho e, ainda segundo alvará do vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, foi determinado ao novo Governador

*hoje, daqui em diante curai a gente desta doença e dai-lhe do vosso dinheiro, que ganhais folgando. E isto vos encomendo como amigos, porque vos não queria ver metidos a banco naquelas galés”. Com o qual assombramento nunca mais pediram dinheiro aos doentes...* (op. cit., vol. I, pp. 440-441).

<sup>59</sup>A propósito da tomada da fortificação do Bahrein, in op. cit., sendo ele o arquitecto que irá reformar a fortaleza

de origem árabe que ali existia, introduzindo os princípios europeus do abaluartado moderno.

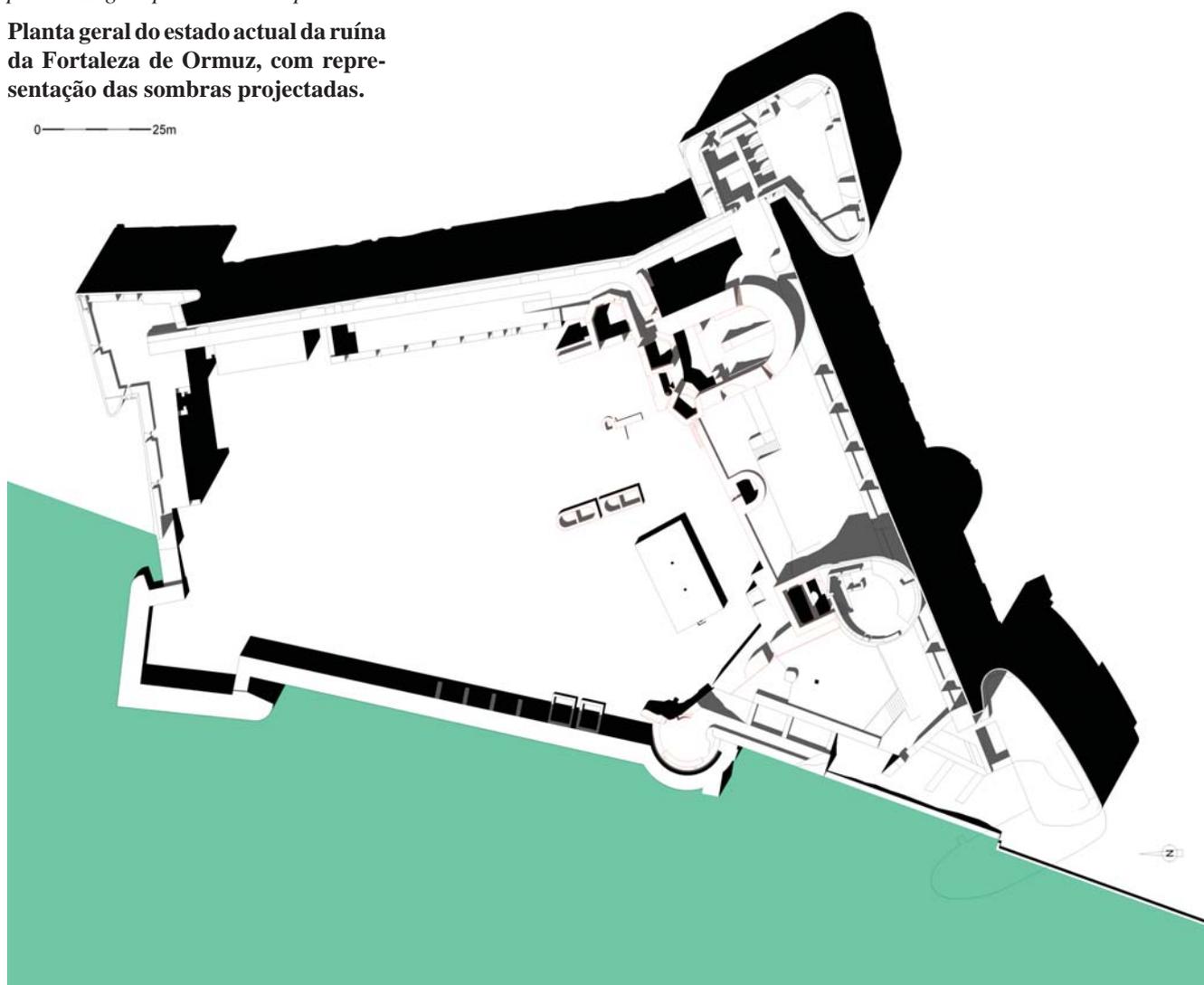
<sup>60</sup>Rui Carita, *O Conjunto do Álbum de São Julião da Barra / O Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de S. Julião da Barra*, pp. 21-22, 1999, Min. da Defesa Nacional / Ed. Inapa, Lisboa.

<sup>61</sup>Id., *ibidem*, p. 26.

<sup>62</sup>Importa por isso ter em conta os princípios construtivos em que assentou a elevação das alvenarias, tanto mais quanto se imporá pensar no tipo de acção a propor em obras de reabilitação do Monumento. Gaspar Correia informa sobre o método empreendido em 1507: *E logo ordenou manter-se no trabalho do fazimento da fortaleza e repartiu os bateis, que cada dia foram cinco carregar de pedra e descarrega-la na praia, e gente da terra, que era bem paga pelo feitor, que arrancava a pedra. (...) E ordenou dois navios que andassem a acarreto da pedra de gesso que coziam em fornos como cal, e era pisado e feito em pó, e assentada a pedra na parede em seco, e o pó em bacias feito polme, que deitavam por entre as pedras que logo em continente secava, tão forte que se cortava com picões. Logo repartiu mestres pedreiros*

**Planta geral do estado actual da ruína da Fortaleza de Ormuz, com representação das sombras projectadas.**

0 ————— 25m



D. Luís da Gama, em finais de 1613 que se efectuasse o espigão que o ex-engenheiro-mor Cairato tinha projectado”.

Por um lado, espanta a capacidade de realização, coincidindo estaleiros importantes (em volume de obra e tecnologia utilizada) e rápidos como, por exemplo, os de Ormuz e o de Bahrein, dirigidos pelo mesmo técnico. E, provavelmente ainda com outras obras em curso na zona, quiçá na adaptação ou construção de algum posto de defesa na costa da Arábia, ou na erecção de Larak...

Por outro lado, ressalta a capacidade teórica, acompanhada de grande inovação tecnológica. O campo experimental alargava-se à aplicação cuidadosa de um saber-fazer adaptado às circunstâncias locais<sup>62</sup>.

*e começaram a medir alicerces que logo se começaram a abrir. (...) E porque muitos alicerces haviam de ser dentro de água, que haviam de ser feitos com um barro pisado e peneirado, cozido, que posto na obra a água do mar o não desfazia mas ficava como própria terra, no que se deu grande aviamento que os mestres da terra com os trabalhadores o faziam com muita abundância e tudo o que faziam no próprio dia se gastava porque amassado, se ficava para outro dia já se não podia lavar. (Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, p. 438, 1975, Ed. Lello & Irmão, Porto).*

<sup>63</sup>João Lizardo, *A Evolução da Fortaleza de Ormuz até à Remodelação de Inofre de Carvalho* - 2007, Conférence Internationale «Les Portugais à Ormuz», 15, 16, 17, Mars 2007, polycopiado, Paris, p. 4: “Se examinarmos os textos escritos, e sem se ter tido a pretensão de esgotar a respectiva consulta, veremos que, daqueles que se analisaram, constam as seguintes obras: - Fevereiro /1527 - baluarte “diante da porta” e cais; - Abril, Maio /1527 - cubelos “que se fizeram maciços ao longo dos muros” e torres; - 1528 - cava; - 1540 - baluarte “novo” e baluarte redondo.”

### 6.5.1 - LEITURA DA EVOLUÇÃO DA FORTALEZA

Ao reflectirmos sobre a condição de espectadores da História, questionamo-nos sobre a nossa habilitação para lucidamente testemunharmos, impressionados pela capacidade de modelação escultórica que o Tempo demonstra. Da exótica opulência de uma cidade que porventura seria, na época da sua grandeza, das mais ricas do mundo, eis-nos perante uma pobre povoação desprotegida, onde a sombra da ruína de uma máquina de guerra cristã, num contexto pérsico-arábico, ainda é o mais eloquente e persistente sinal da diferença de escala e de percepção das coisas e da vida. E, no entanto, fisicamente, tudo nesse monumento é decrepitude.

A evolução é a do inexorável destino da consumição das próprias formas: numa geologia recente e agreste, os ventos e o sol se encarregam de a tudo, paulatinamente, fazerem esmaecer.

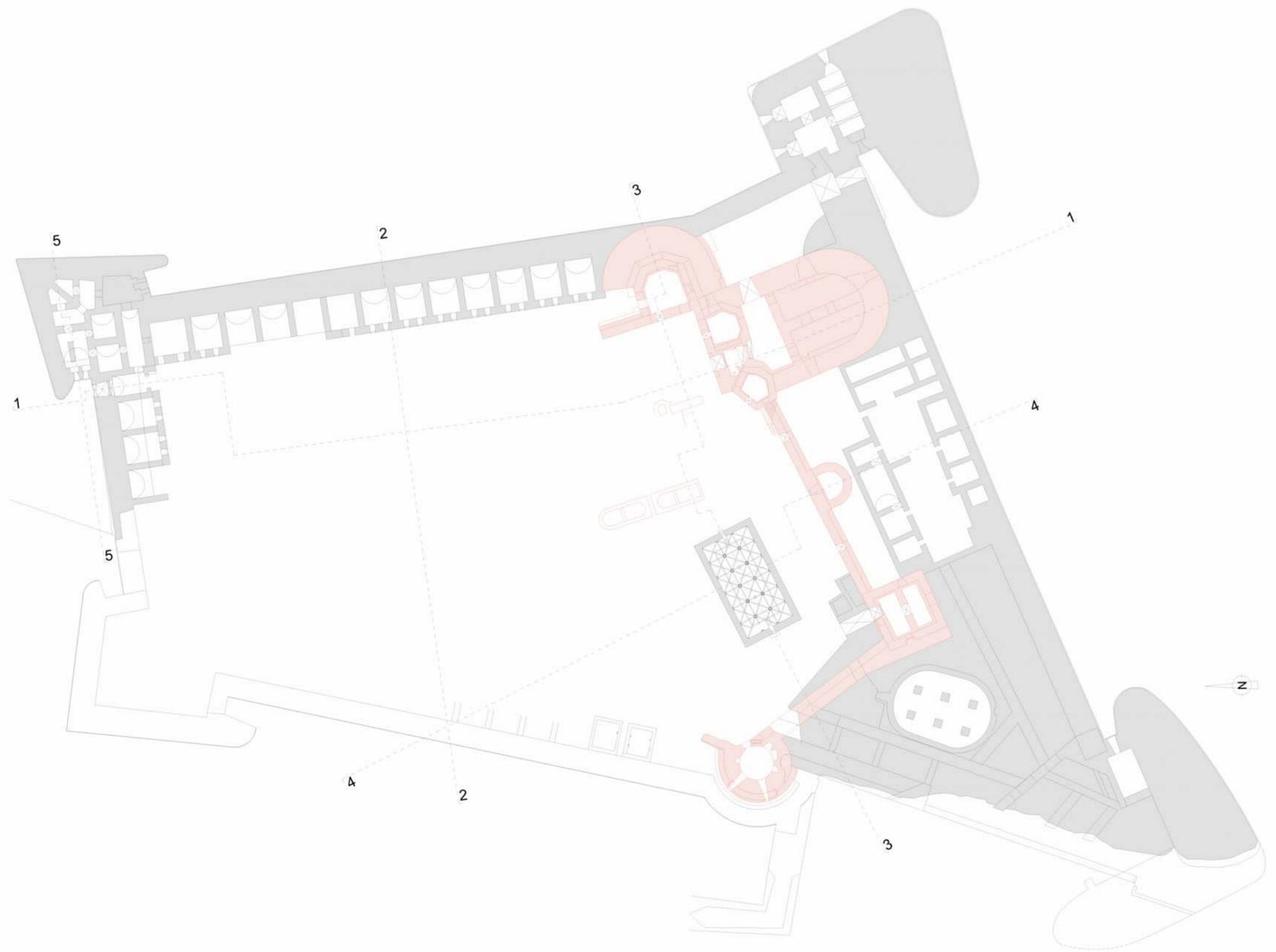
A relação do observador com a mole gigantesca da ruína da fortificação impressiona, de cada vez que se chega à ilha. Na aproximação, obrigatoriamente feita por mar, com o tempo límpido, todos os contornos sobressaem nos volumes quase informes da extraordinária elevação das grossas paredes que persistem, cinco séculos passados sobre a sua construção.

O estado de conservação relativa que aparentam as estruturas da edificação, sobretudo as originalmente concebidas por Afonso de Albuquerque (por razão de terem sido envolvidas pelas obras de reforma dos anos de 1558-60), transforma o monumento numa fonte única de interesse historiográfico, referido à arquitectura militar manuelina e à obra do primeiro arquitecto da Índia, Tomás Fernandes, sem prejuízo do grande valor do engenho e arte mais tarde adicionados por Inofre de Carvalho.

A leitura mais detalhada da grande obra militar, a partir da elaboração dos desenhos do levantamento arquitectónico, permite sensíveis avanços para a identificação, mais aproximada possível, da obra inicial do Grande Albuquerque.

Também no que se refere às fases seguintes julgamos que será possível avançar um pouco mais, nomeadamente as subseqüentes obras (1525-28) de reforço do cubelo da praia e junto da porta<sup>63</sup>, e das obras realizadas pelo Capitão Martim Afonso de Melo em 1540.

É assinalável o facto de, na concepção inicial da entrada, aparentemente não ser muito preocupante a questão da



#### FORTALEZA DE ORMUZ

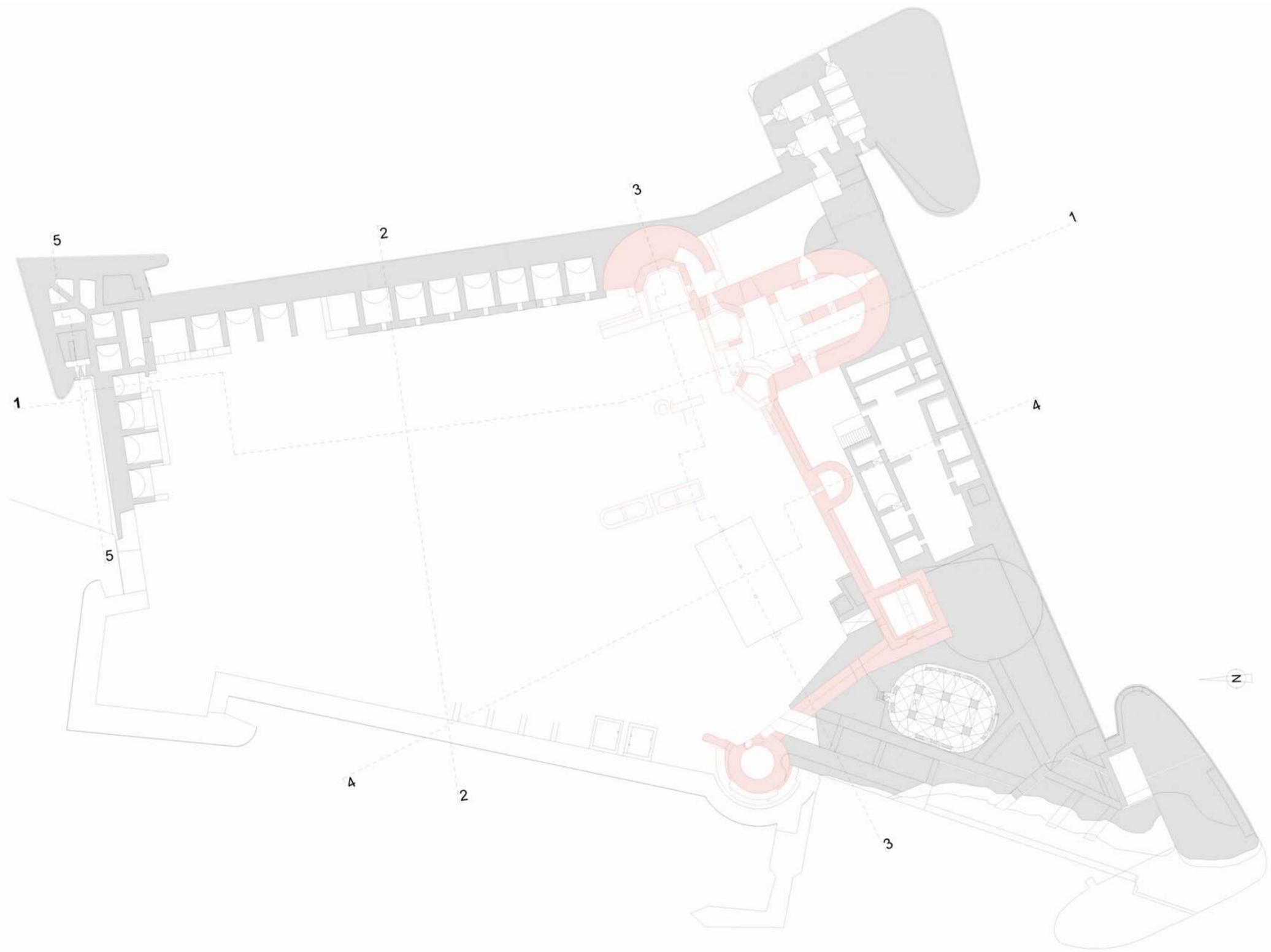
Planta do piso térreo (a carmin indicam-se as componentes subsistentes da primitiva Fortaleza de Afonso de Albuquerque) - in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz*- Novembro de 2002, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

A fotografia dá-nos o perfil da ruína da grande fortaleza, a partir do mar, numa aproximação do lado do Continente (Poente). Em primeiro plano vê-se o quebra-mar, construído em betão sobre as fundações da cortina de muralha Poente e do baluarte Poente / Norte, devassando-se o interior da fortaleza.



0 ————— 25m





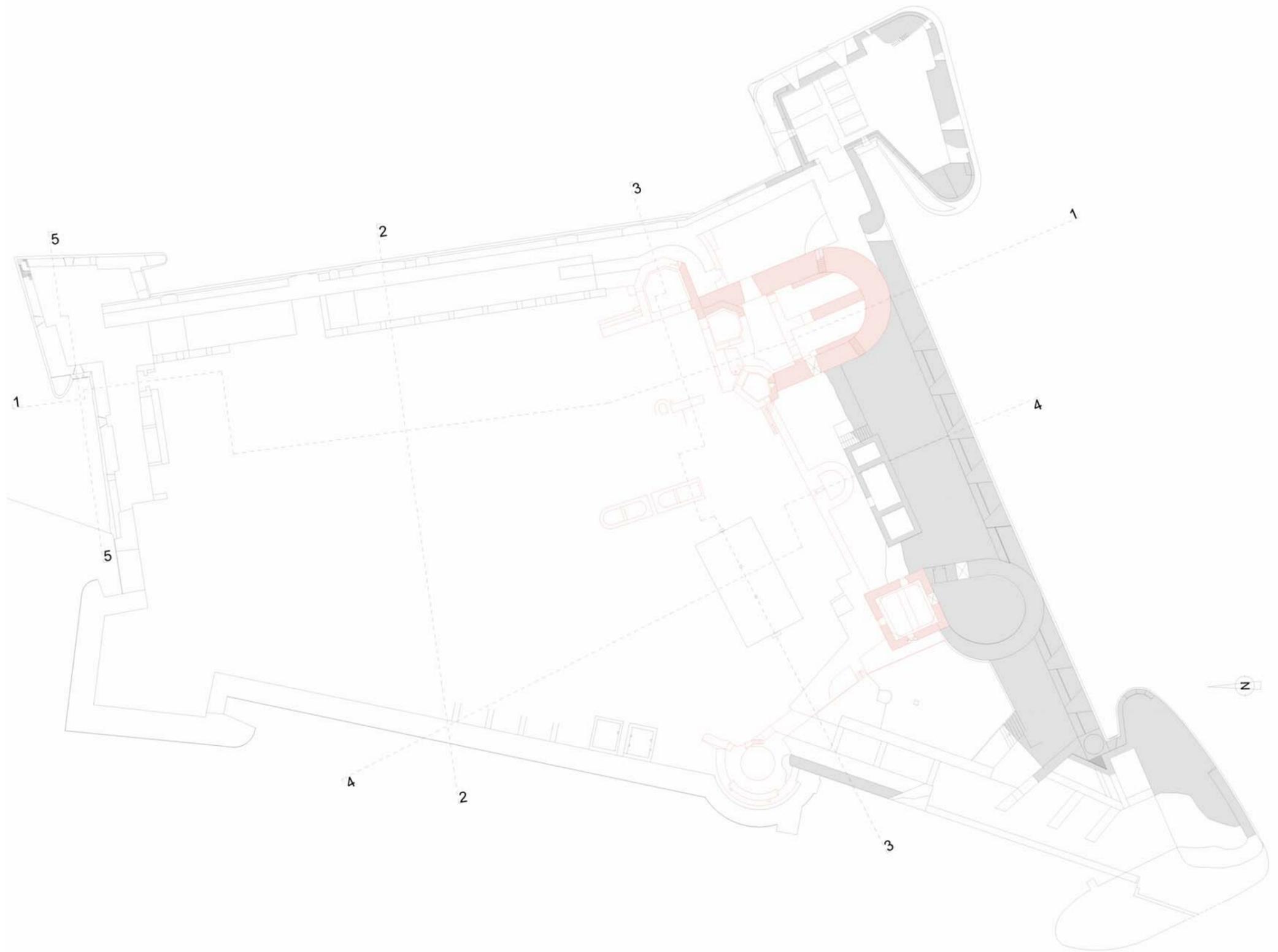
#### FORTALEZA DE ORMUZ

Planta do piso intermédio (a carmim indicam-se as componentes subsistentes da primitiva Fortaleza de Afonso de Albuquerque) - in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz* - Novembro de 2002, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

A fotografia mostra o flanco Poente da fortaleza, a partir do mar no quadrante Norte, numa perspectiva que ilustra todo o colapso verificado daquele lado da fortificação. Ao fundo, sobrepondo-se à torre quadrangular do recinto albuquerqueano, o grande bastião redondo contrapondo a enorme massa vertical à dominante horizontal da moderna composição de Inofre de Carvalho.







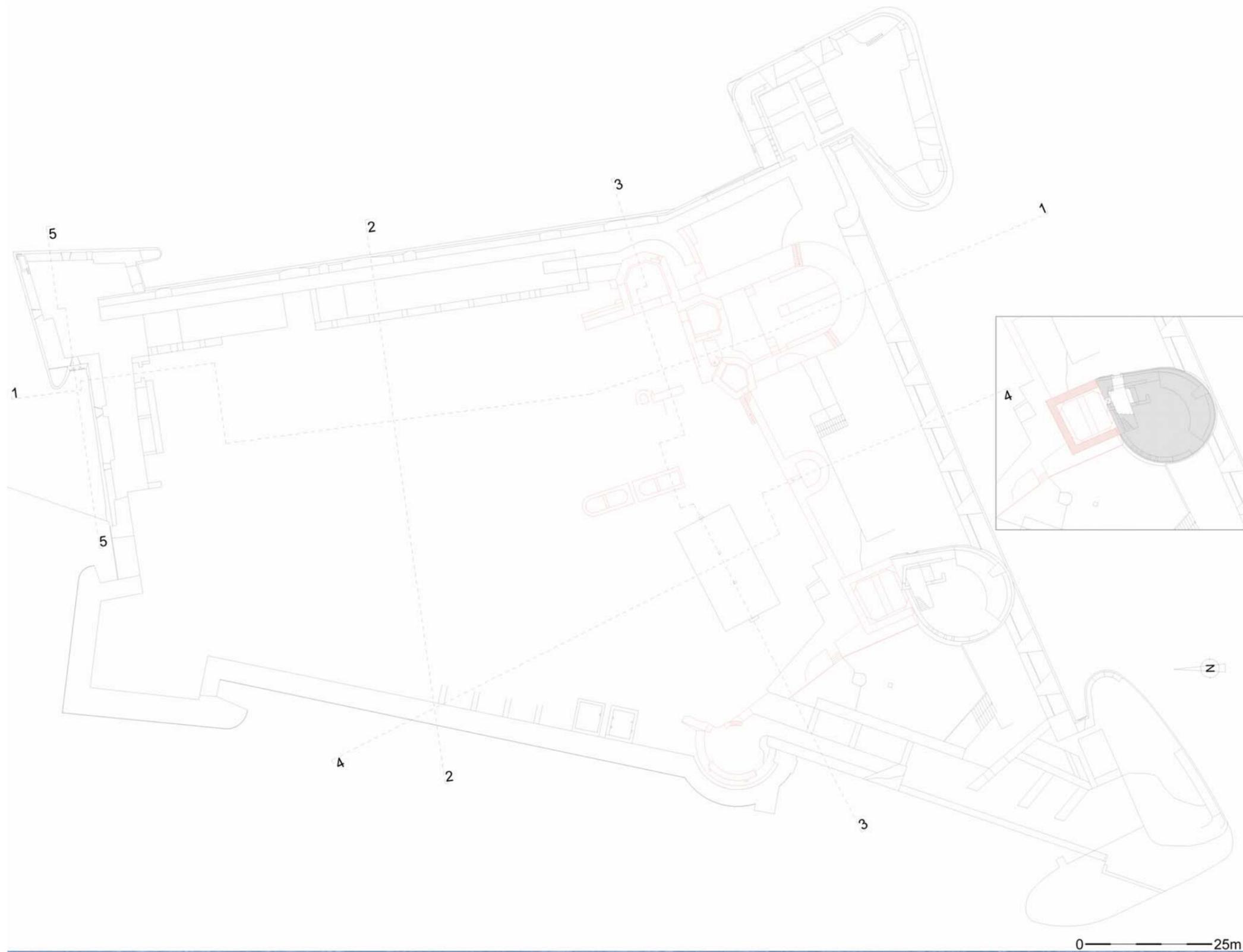
#### FORTALEZA DE ORMUZ

Planta do piso superior e das coberturas (a carmim indicam-se as componentes subsistentes da primitiva Fortaleza de Afonso de Albuquerque) - in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz* - Novembro de 2002, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

A fotografia reproduz a visão da chegada ao cais actual da ilha, com a ruína da grande fortaleza parcialmente encoberta no seu bastião Norte / Nascente (por um telheiro metálico e uma construção anexa que se lhe adossa) e com a presença, bem destacada, do baluarte Nascente / Sul.







**FORTALEZA DE ORMUZ**

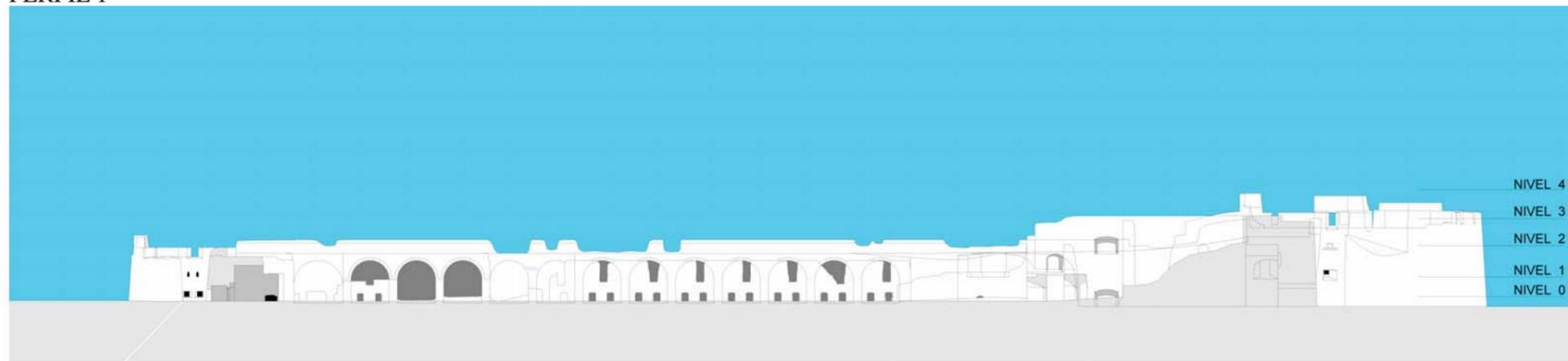
Planta geral de coberturas, com um destaque da planta de um piso suplementar - in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz* - Novembro de 2002, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

A fotografia dá-nos o perfil da ruína da grande fortaleza, a partir do mar, numa aproximação ao interior do quadrilátero abaluartado. Em primeiro plano, à esquerda, o baluarte que protege a entrada da ponta Norte da ilha.





PERFIL 1

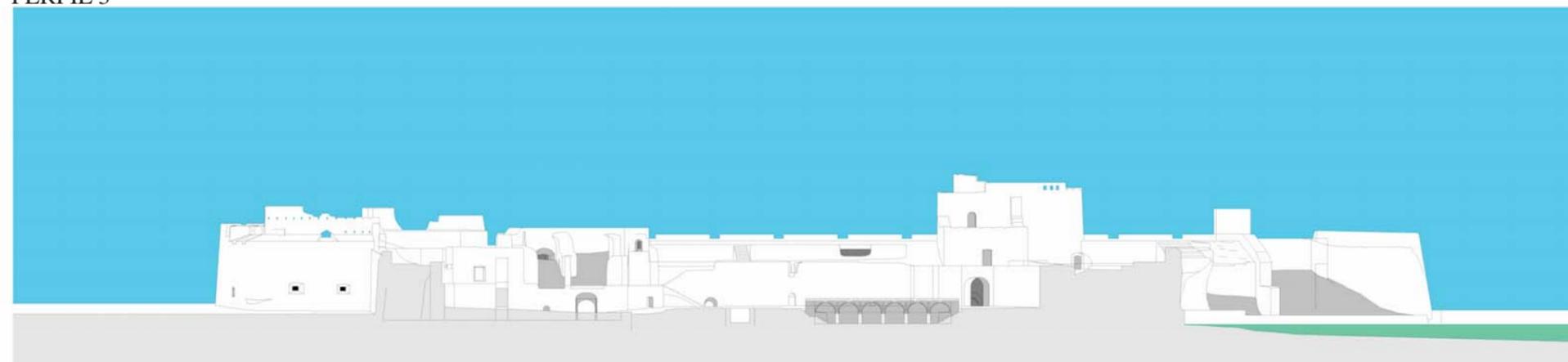


PERFIL 2



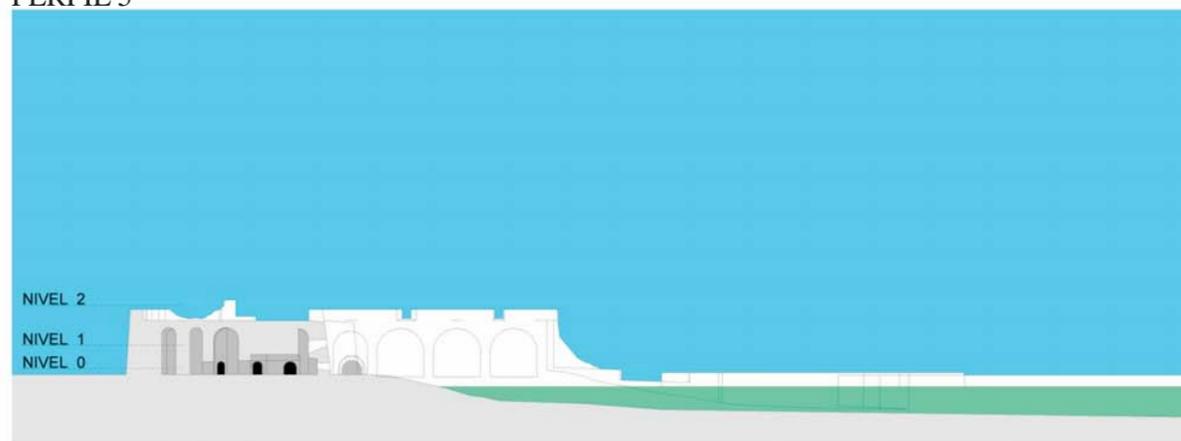
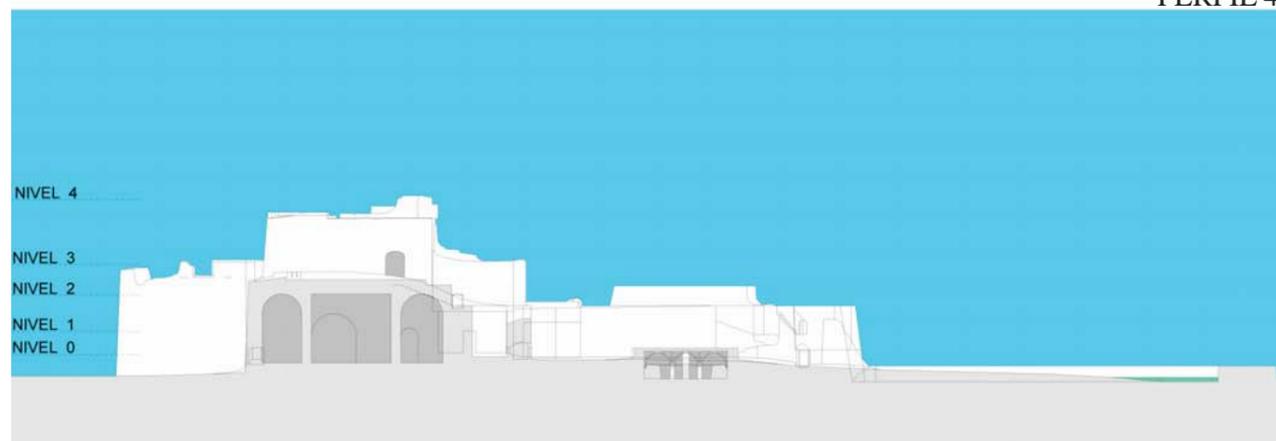
0 ————— 25m

PERFIL 3



PERFIL 4

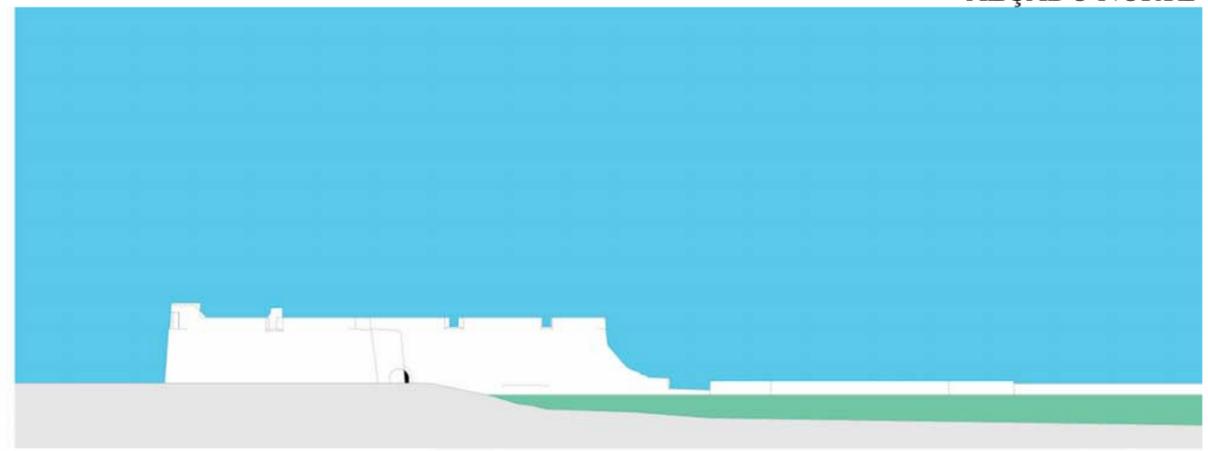
PERFIL 5



**FORTALEZA DE ORMUZ**  
 Perfis gerais do estado actual do Monumento, segundo os eixos indicados nas plantas reproduzidas atrás - in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz* - Novembro de 2002, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

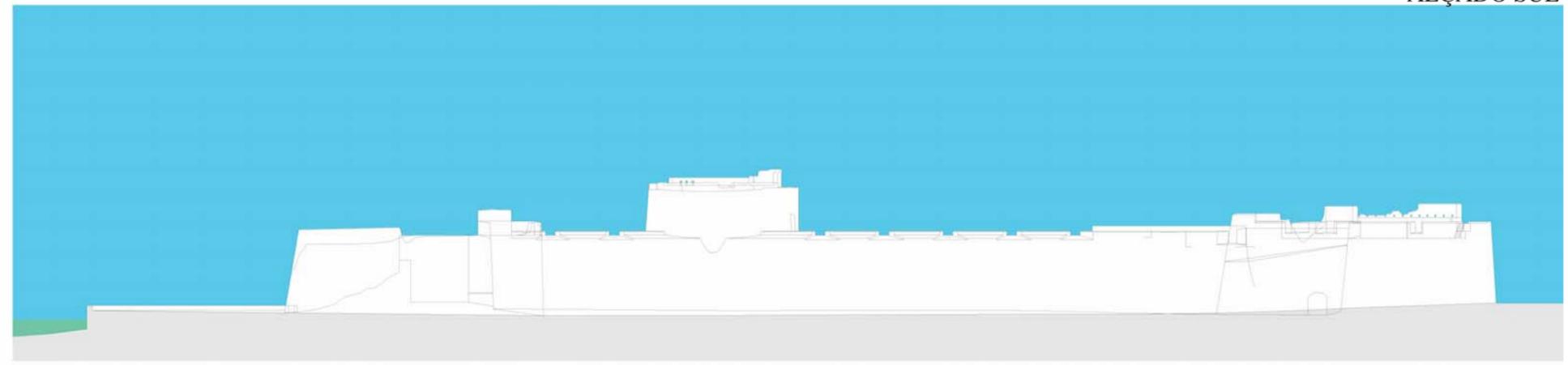


ALÇADO NORTE

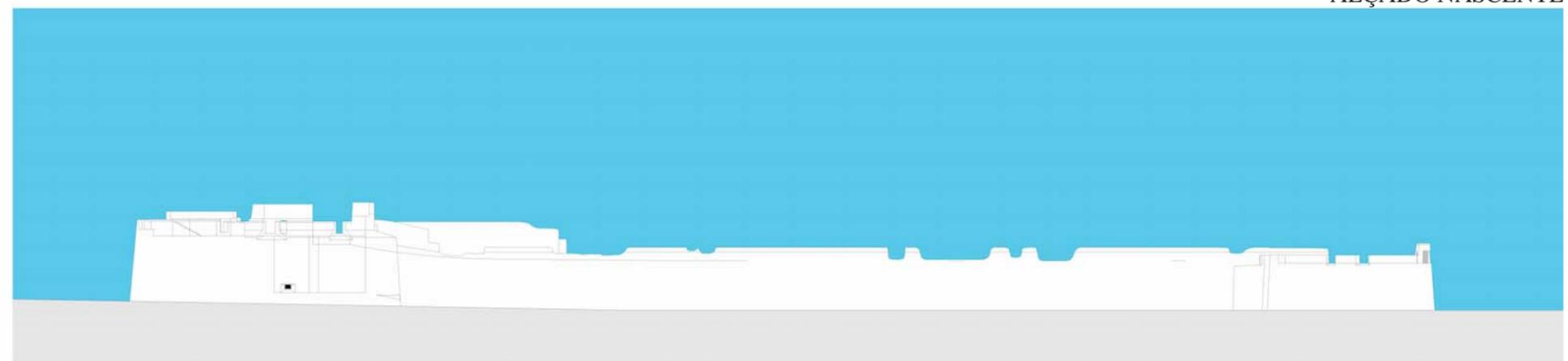


0 ————— 25m

ALÇADO SUL



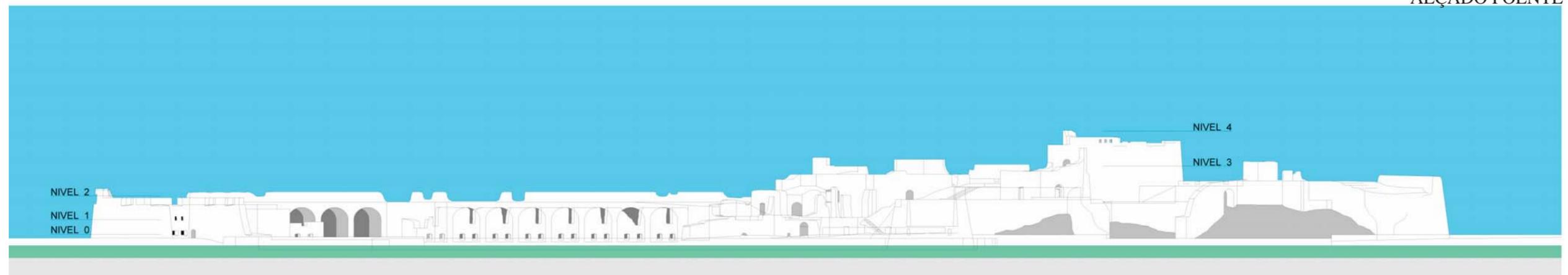
ALÇADO NASCENTE



ALÇADO POENTE

**FORTALEZA DE ORMUZ**

Alçados gerais do estado actual do Monumento - in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz* - Novembro de 2002, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.





<sup>64</sup> João Lizardo, in op. cit., pp. 4-5. aduz complementarmente: “E, porque o seu contributo para uma estratégia ofensiva era muito reduzido, o espaço vazio que delimitava, numa fase seguinte, irá ser dividido longitudinalmente por um muro sobre o qual assentavam duas abóbadas destinadas a sustentar um terraço apropriado aos movimentos das peças de artilharia, tornando-se então um verdadeiro e potente baluarte, completamente integrado na construção inicial”.

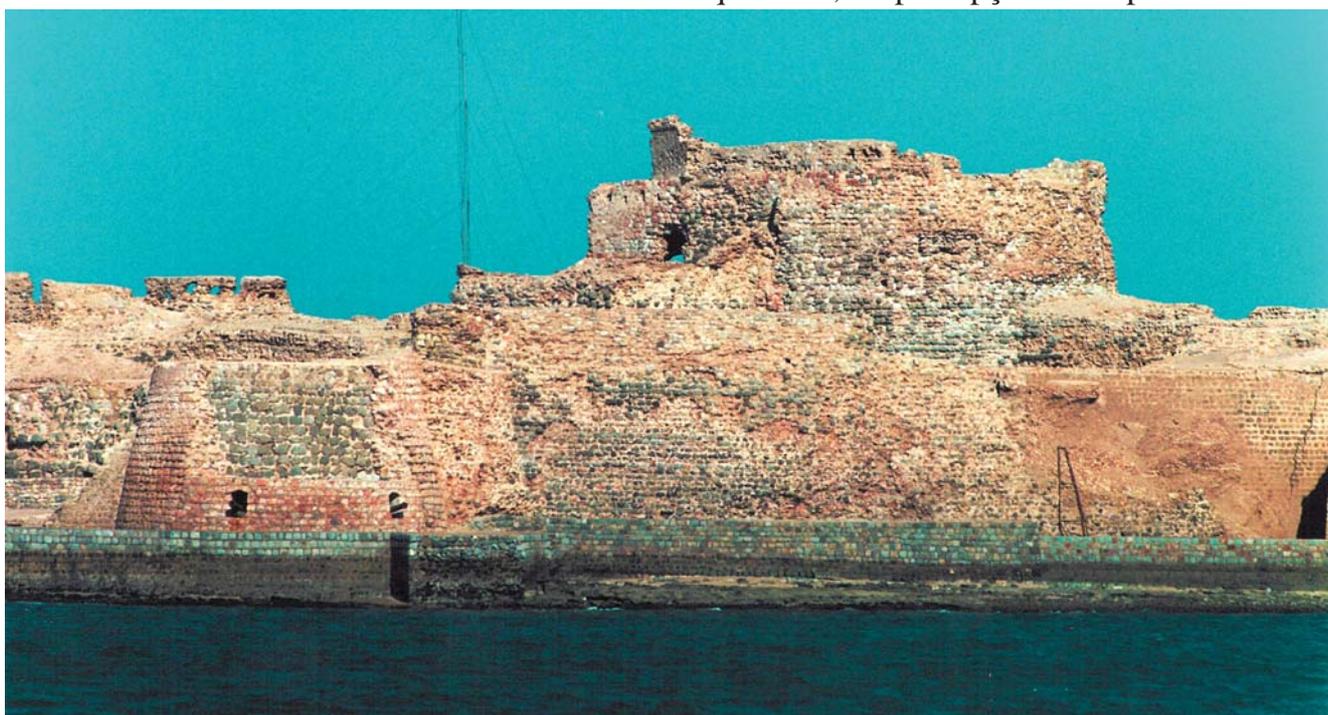
**Aspecto do torreão redondo (reconstruído), com um quebra-ondas de betão em primeiro plano. A elevação corresponde ao bastião redondo do meio da cortina da muralha voltada à povoação.**

protecção, já que não existiriam outros dispositivos que não fossem as pequenas torres sextavadas que a ladeavam, sendo que as portas seriam duplas. Só mais tarde se colocaria o problema da realização de uma barbacã, com uma protuberante forma terminada em semicírculo.

Ao contrário das barbacãs tradicionais, os seus muros eram bastante altos, aparentemente mais elevados do que os do alçado da muralha e mesmo até ultrapassando a cércea dos cubelos da porta. A razão para tal dever-se-ia a exigências de defesa decorrentes da relação de proximidade com a cidade e atendendo à própria elevação das edificações do palácio do senhor local, o qual lhe ficava em frente<sup>64</sup>.

É certo que, desde a primitiva ideia de Albuquerque para a fortificação, logo terá existido um fosso, o qual entrou em reparação e/ou correcção nas adaptações que o “Mestre de Obras de Ormuz” fez no final do primeiro quartel de Quinhentos (a “cava” em trabalhos de reparação em 1528). E, quando se dá a grande reforma de Inofre de Carvalho (1558-60), transformando a posição defensiva numa praça-de-armas à italiana, por maioria de razão terá sido construída a ligação aquática de uma a outra banda, incluindo obras complementares avançadas de defesa.

Vários documentos iconográficos atestam essa circunstância, remetendo para os registos iconográficos mais específicos, e designadamente os reunidos no capítulo anterior. Ficará por isso a expectativa de tais elementos arqueológicos serem postos em evidência - o que trará, na percepção da importante massa



<sup>65</sup> A motivação central da presente dissertação decorre da consciência de os materiais elaborados para o levantamento arquitectónico da fortaleza de Ormuz (a que se juntam também as fortificações de Keshm e de Larak) deverem constituir conhecimento partilhado pela comunidade académica, dando deste modo informação alargada sobre o trabalho efectuado, para além das recensões sobre a temática que pudemos fazer em alguns fora internacionais, designadamente em comunicações a simpósios do ICOMOS, a que pertencemos, na “Table Ronde sur le Patrimoine Architectural des Empires Coloniaux”, Institut du Patrimoine National, Paris, Outubro de 2005, na Conferência Internacional “Les Portugais à Ormuz, 1507-1622”, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, Março de 2007, bem como na Exposição itinerante do Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian em cuja produção parti-

À direita e em baixo, baluarte Sul/Nascente, com entrada protegida por extraordinário desenvolvimento do orelhão arredondado e acasamatado, de espessura muito reforçada e com um corte na parte superior relacionado com o ângulo de fogo da peça do terraço.

Em baixo, orelhão do baluarte Sul/Poente. A abertura que se observa é de uma canhoneira no piso intermédio, dado que a pendente está feita com depósitos de escombros.



do alçado abaluartado da Fortaleza virado à cidade, uma nova leitura, com acréscimo da escala mesma da obra, uma vez que seja refeita a cava profunda que ganhe a cota das águas do oceano.

Para uma melhor compreensão da evolução histórica da Fortaleza foi produzida uma peça desenhada que condensa a informação pertinente à interpretação dos dados coligidos. Estes decorrem primordialmente das gravuras de Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia*, e de Manuel Godinho de Erédia, bem como do registo do arqueólogo Wolfram Kleiss (e, naturalmente, do levantamento produzido<sup>65</sup>).

É certo que, desde a primitiva ideia de Albuquerque terá existido um fosso (o qual entrou em reparação e/ou correcção





INTERPRETAÇÃO DA EVOLUÇÃO PRINCIPAL DO SÍTIO MONUMENTAL NOS ÚLTIMOS 500 ANOS.

- 1ª FASE - TOMÁS FERNANDES, AFONSO DE ALBUQUERQUE (1507 E 1515).
- a - LINHA DE PRAIA NOS SÉC. XVI, XVII, ... .
- 2ª FASE - ADAPTAÇÃO CONSTRUTIVA (1525 -1528).
- 3ª FASE - NOVOS BASTIÕES , CAPITÃO AFONSO DE MELO (1540).
- 4ª FASE - GRANDE REFORMA , ARQ. INOFRE DE CARVALHO (1558 -1560).
- b / c - FOSSO E OBRA AVANÇADA DE DEFESA .
- d - PONTE .
- MOLHE EM BETÃO SOBRE ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS, DEPOIS DE KLEISS, 1977.
- RECONSTRUÇÃO INTERROMPIDA DE PARTE DAS ABÓBODAS, 2002.

- 1 - TORRE DE MENAGEM, HIPÓTESE
- 2 - LIMITES DO NÚCLEO INICIAL, SEGUNDO KLEISS (1977)
- 3 - CISTERNA (?ARQ. CRISTOVÃO FERNANDES, 1533?)

(in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz* - Novembro de 2002, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.)

0 ————— 25m



## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

cupámos intensamente, e na edição de 2007, *Impérios, Património e Identidade - Intervenções Pioneiras e Novidades Adquiridas* (para além dos vários relatórios e projectos elaborados para o Serviço Internacional entre os anos de 2000 e 2004).

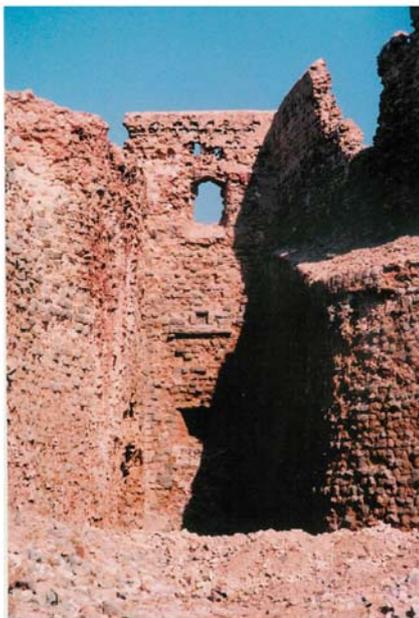
<sup>66</sup>Várias fontes iconográficas certificam esta circunstância. Ficam, por isso, as expectativas dos resultados de uma campanha arqueológica a levar a cabo, devolvendo ao alçado abaluartado da Fortaleza voltado à cidade, numa nova visão da importância do monumento na sua inteira escala.

nas adaptações que o “Mestre de Obras de Ormuz”, talvez já Francisco Pires, fez no final do primeiro quartel de Quinhentos). E quando se dá a grande reforma de Inofre de Carvalho (1558-60), transformando a posição defensiva numa praça-de-armas à italiana, por maioria de razão terá sido (re)construída a ligação aquática de uma a outra banda, incluindo obras complementares avançadas para defesa<sup>66</sup>.

Conclui-se que existem discrepâncias assinaláveis no desenho que foi publicado por Wolfram Kleiss em relação à realidade, bem como se afigura legítima a pré-conclusão de que terá sido realizado o molhe de protecção das águas das marés sobre as fundações da linha de muralhas Poente, (perdendo-se assim



Nas três fotos centrais da página, alguns aspectos do orelhão da entrada Sul, sendo muito expressivo o corte da alvenaria pelo cálculo do tiro. A anormal elevação do parapeito deverá corresponder a aproveitamento posterior (com cobertura do espaço do terraço).



Nas duas fotos inferiores vê-se o estado actual do baluarte Sul/Poente do lado do mar, com a enorme ablação sofrida após derrocada.





A partir da praça de armas, vista sobre a primitiva entrada da Fortaleza de Afonso de Albuquerque.

<sup>67</sup>Por outro lado, há que reconhecê-lo, outras aquisições terão sido garantidas: mesmo que servindo de fundação ao quebra-mar de betão, lá continuarão as fundações das cortinas e do baluarte desaparecido da ponta da ilha e algumas estruturas das casamatas da muralha Poente (na face interior do novo paredão) ainda se conservam. Para além disso, o que supomos relevante para o nível de compreensão do monumento por parte do visitante, a percepção da forma do recinto é um elemento positivo.

Interior da entrada Sul, vendo-se em cima à esquerda a ligação à zona da primitiva entrada e, na foto da direita, vista sobre o baluarte com o grande arco que corre sobre o vão da porta da Fortaleza renovada por Inofre de Carvalho.

partes constitutivas do Monumento que ainda estariam no local há um quarto de século)<sup>67</sup>, especialmente importantes para uma identificação do citado espigão de João Baptista Cairato e a hipótese - quase certa - de uma abertura funcional com a praia/porto que primitivamente existiria na zona, justamente na marcação de um ziguezagueamento da linha de implantação da cortina, onde existe actualmente o torreão redondo.



## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

Zona da entrada da Fortaleza manuelina. À direita, negativos dos volumes dos torreões sextavados de que restam poucas superestruturas acima do primeiro andar. Nas restantes fotos apercebemo-nos dos vãos da passagem dupla, incluindo a característica (e aqui muito expressiva) este-reotomia rampeada das cantarias dos umbrais e das padieiras dos vãos dos portais. O nível dos aterros com escombros provenientes da própria ruína deverá atingir uma altura idêntica à da passagem que ainda se conserva. Note-se existência dos olhais superiores para os eixos pivotantes das folhas das portas da grande fortificação albuquerqueana.





Vistas sobre a ponta da ilha de Ormuz, com o desenvolvimento interno das cortinas das muralhas Nascente e Norte, com as respectivas casamatas.

Na foto em cima vê-se o paredão quebra-mar construído sobre as fundações da cortina da muralha Poente e do baluarte Norte/Poente. A entrada (exactamente no ponto oposto da principal, voltada à povoação) subsiste no ângulo Norte/Nascente.

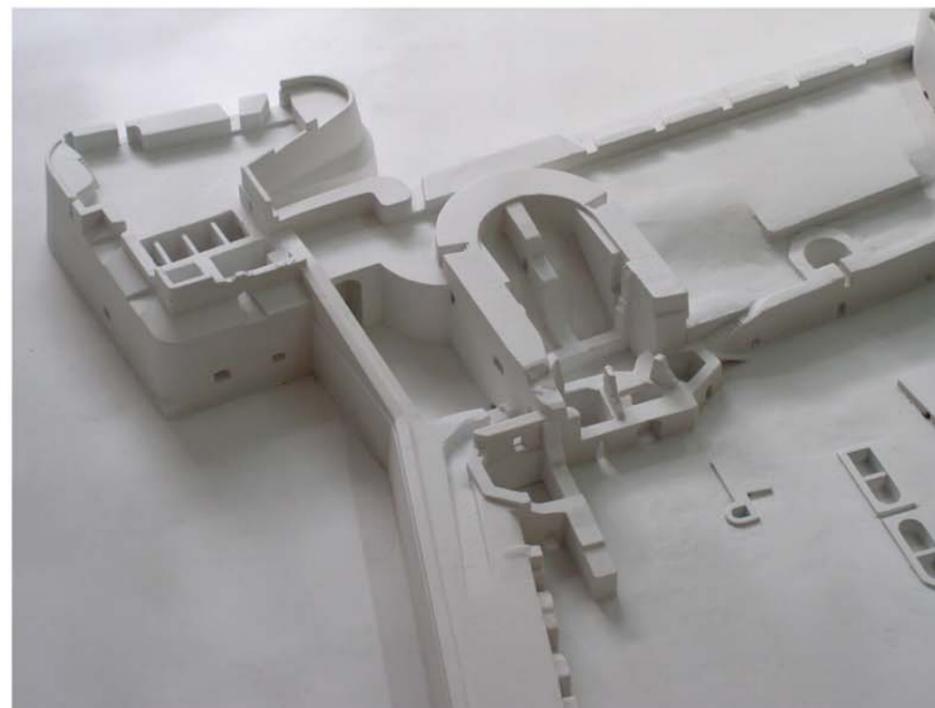




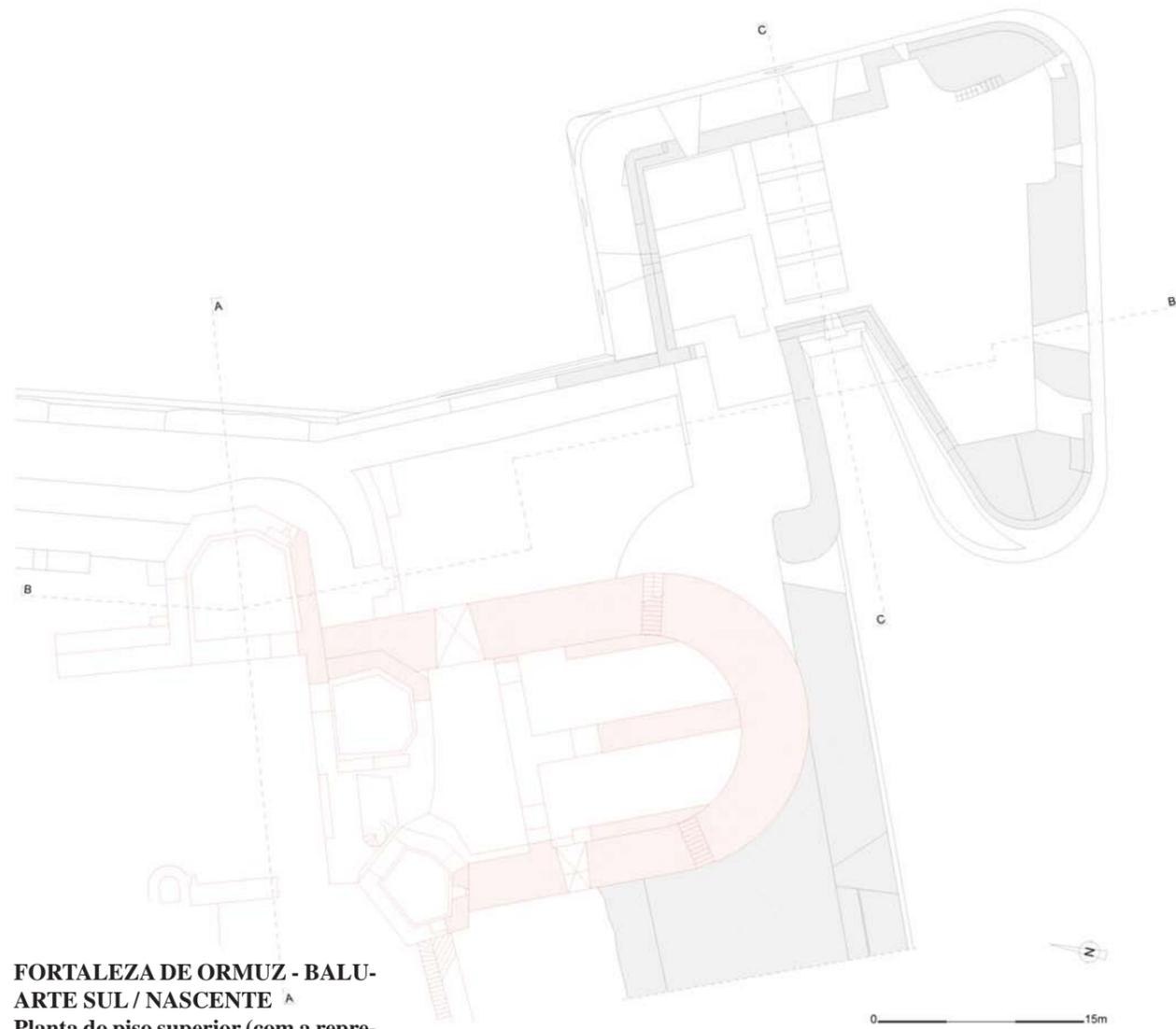
**FORTALEZA DE ORMUZ - BALUARTE SUL / NASCENTE**

Plantas dos pisos térreo e intermédio (com a representação a carminim dos contornos reaproveitados na reforma arquitectónica de Inofre de Carvalho), vendo-se os sucessivos desenhos da entrada e barbacã - in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz-Novembro de 2002*, policopiado, Fund. Cal.Gulbenkian, Porto.

As três fotografias mostram a reconstituição do estado actual da ruína através de maquete realizada para exposição itinerante do Serviço Internacional da Fundação Gulbenkian, sobre projectos de salvaguarda de património de origem portuguesa fora de Portugal (in João Campos, *Proposta Preliminar para o Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz / Preliminary Proposal for the Project for the Safeguarding of the Hormuz Fortress - Julho de 2004*, policopiado, Fund. Calouste Gulbenkian, Porto).



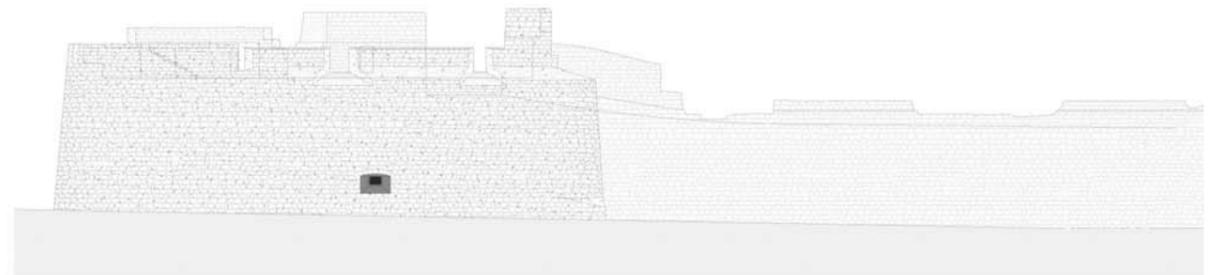




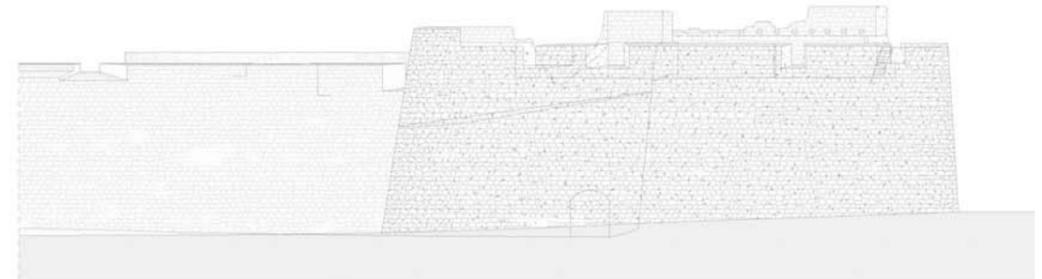
**FORTALEZA DE ORMUZ - BALUARTE SUL / NASCENTE A**

Planta do piso superior (com a representação a carimim dos contornos reaproveitados na reforma arquitectónica de Inofre de Carvalho), Alçados e Perfis, segundo os eixos indicados nas plantas - in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz* - Nov. 2002, policopiado, Fund. Cal. Gulbenkian, Porto.

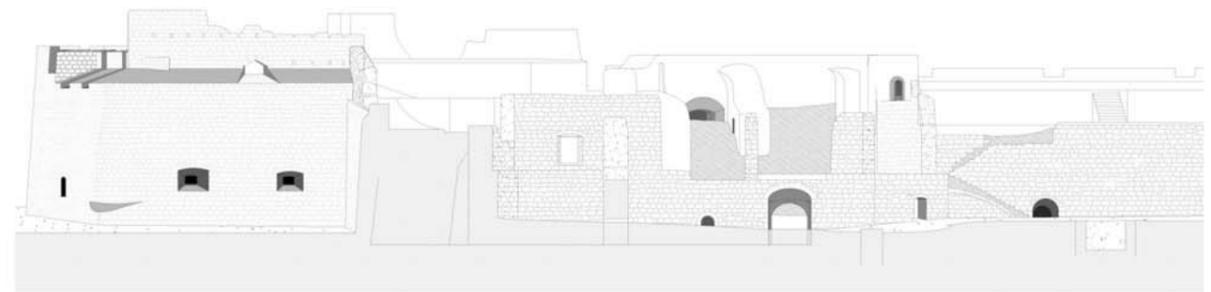
A fotografia mostra, na reconstituição do estado actual da ruína (através de maqueta realizada para exposição itinerante do Serviço Internacional da Fundação Gulbenkian, sobre projectos de salvaguarda de património de origem portuguesa fora de Portugal, in João Campos, *Proposta Preliminar para o Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz / Preliminary Proposal for the Project for the Safeguarding of the Hormuz Fortress* - Jul. 2004, policopiado, Fund. Cal. Gulbenkian, Porto), um aspecto global do baluarte e ligação ao baluarte oposto, parcialmente desaparecido.



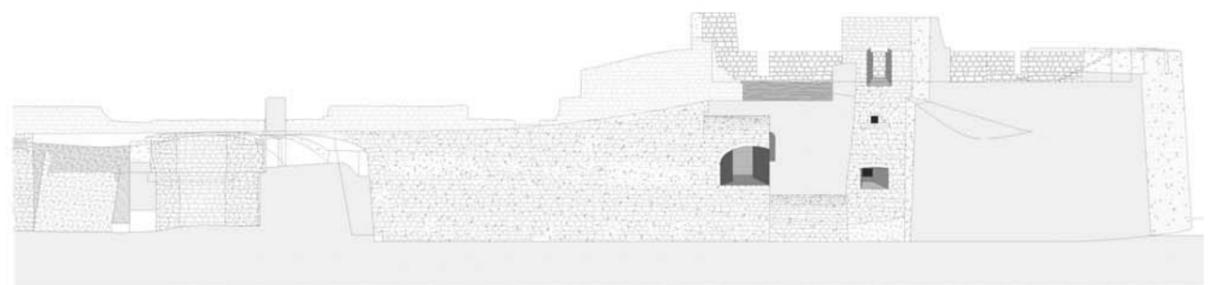
ALÇADO NASCENTE



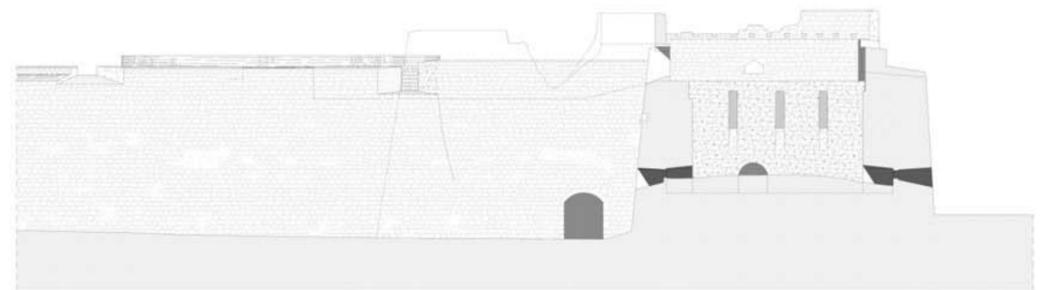
ALÇADO SUL



PERFIL A



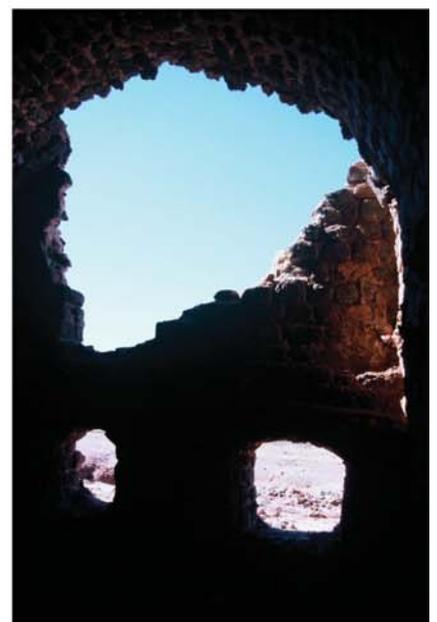
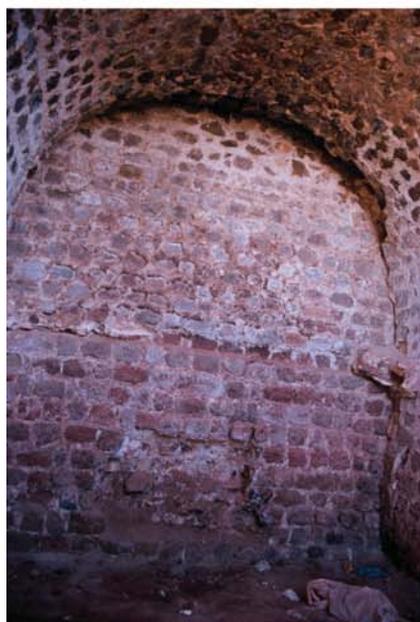
PERFIL B



PERFIL C



Casamatas do aquartelamento, na cortina Nascente, estado geral da ruína e aspectos construtivos de pormenor. Na fotografia superior, o conjunto visualizado apresenta ainda a parede da fachada dos compartimentos, realizados por meio de uma imponente arcada abobadada que se encosta à face interna da muralha. A 2ª foto mostra a degradação mais expressiva, apenas deixando duas abóbadas de berço aguentando com um espesso terraço que corria em geral por todo o perímetro da enorme fortaleza. Nota-se o impressionante volume dos escombros, de tal modo que, sendo os vãos inferiores correspondentes a portas, têm disponível menos de metade da altura original. Todo o recinto está sepultado por materiais desagregados do próprio monumento, atingindo em certas zonas vários metros de espessura. A utilização da argila local (a terra vermelha de Ormuz), com extraordinárias propriedades impermeabilizantes e secantes (logo reconhecidas pelos construtores da obra de Afonso de Albuquerque, conforme nos relata Gaspar Correia), aparece visível nas argamassas sobre as abóbadas do caminho de ronda, para além de este levar um revestimento de pavimentação, apropriado ao trânsito das peças de artilharia e da guarnição. A altura da abóbada permitia o lançamento de um piso intermédio, o qual era realizado com vigamentos e pranchas de madeira, tal como ainda pudemos constatar pelas evidências existentes a meia altura, nas entregas das paredes. Não encontramos, porém, explicação para o modo como se faria a comunicação vertical com o piso superior. Parece-nos, não obstante, que o facto de os compartimentos do sobrado terem vão de sacada, isso se deveria ao facto de possivelmente existir um varandim de madeira que corria na fachada, dando serventia a cada unidade, evitando assim o dispêndio de área útil e a conflitualidade funcional da passagem pelo piso térreo, a fim de usar uma escada interior (em cada módulo).



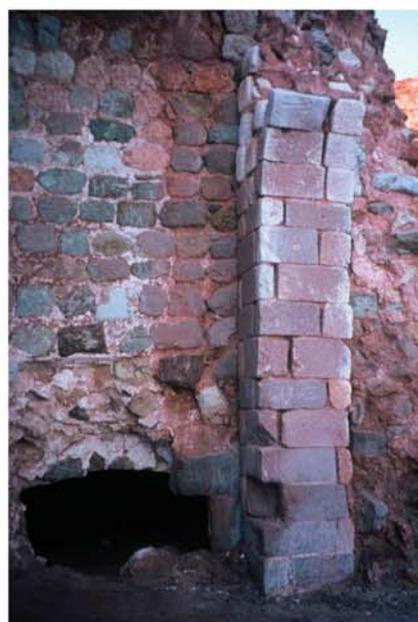
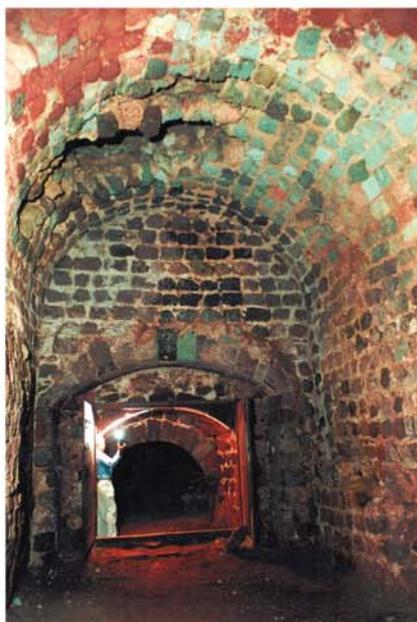
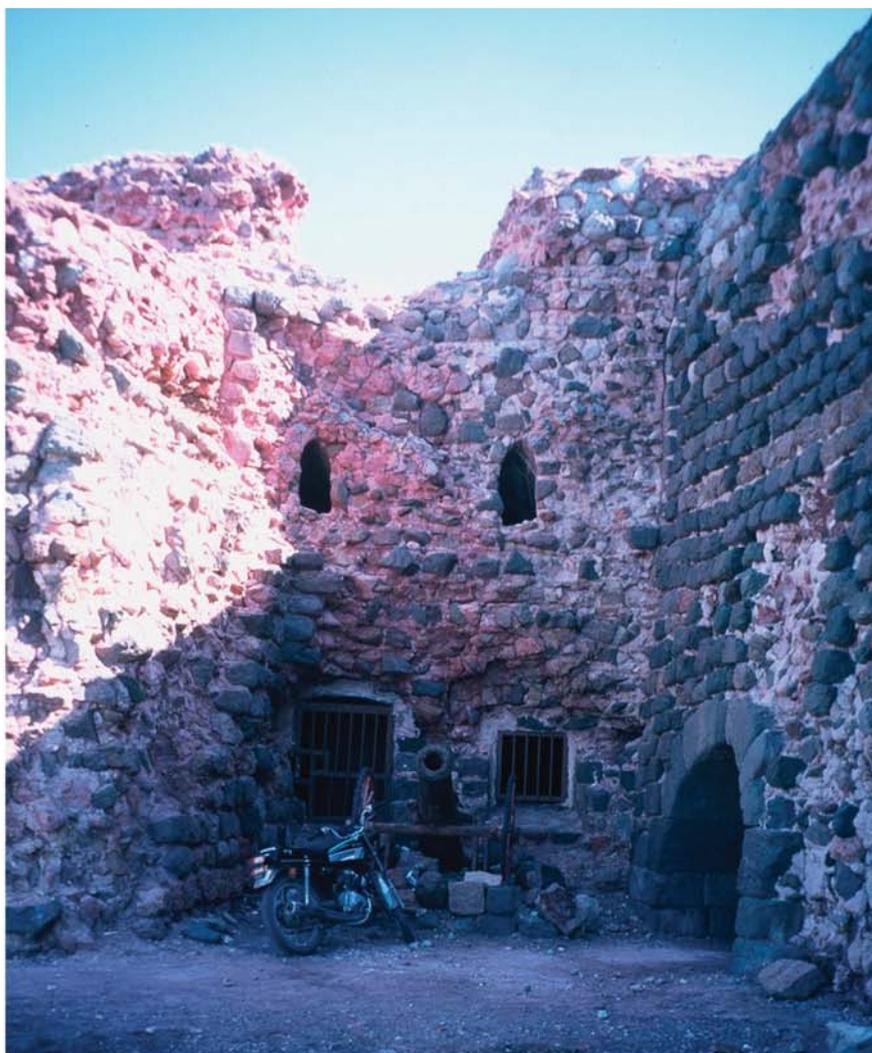
As duas imagens na parte inferior da página anterior mostram o estado actual de um dos módulos de casa-mata do aquartelamento, com a fachada muito arruinada, mas deixando ainda perceber que a porta de acesso do varandim ficava situada do lado esquerdo sobre um vão (praticamente quadrangular) de janela - conforme tivemos possibilidade de conferir, sendo que o segundo vão é o da porta do piso térreo.

Baluarte Norte/Nascente, com a entrada da Fortaleza a partir da ponta da ilha de Ormuz.

A imagem pequena em baixo mostra o terraço do baluarte, vendo-se do lado direito a cobertura do telheiro que serve de resguardo ao ensacamento para expedição da terra vermelha local.

As restantes imagens reportam-se à porta da Fortaleza, apercebemo-nos do nível dos escombros, reduzindo em mais de metro e meio os vãos de passagem. Na fotografia de cima vêem-se bocas de canhoneiras no flanco do baluarte, com o expressivo orelhão à esquerda e o vão da entrada, que ele protege, à direita.

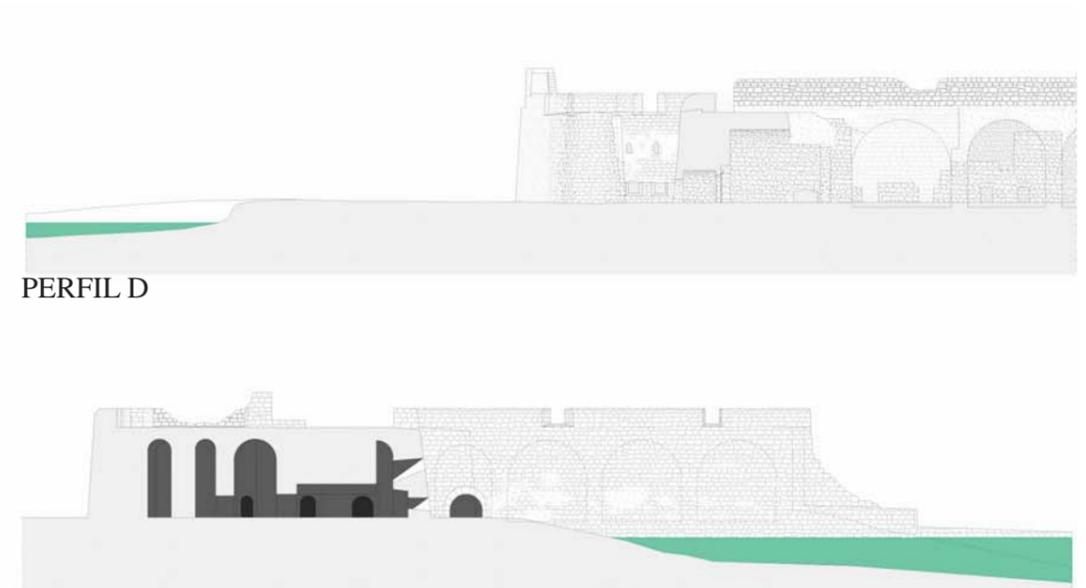
Na foto do canto inferior direito atente-se na diferença de escala entre o arco monumental (já incompleto) da abertura em relação ao interior da praça de armas - em contraponto perfeito ao arco triunfal interno da entrada principal - e a padieira da larga porta do corpo da guarda deste acesso da Fortaleza.





PERFIL D

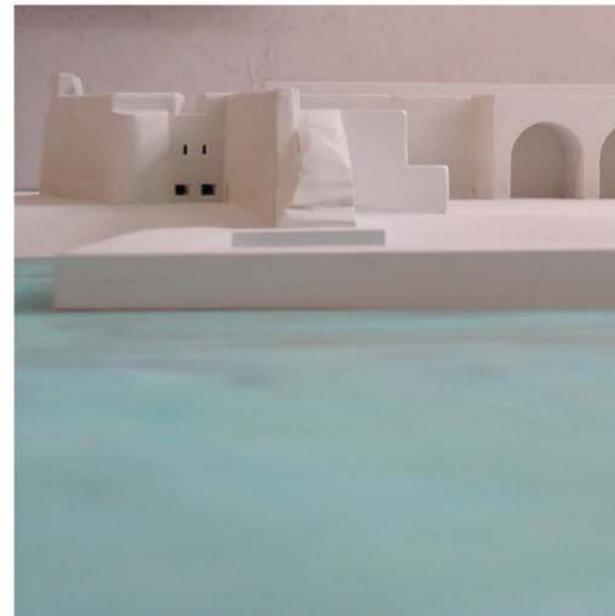
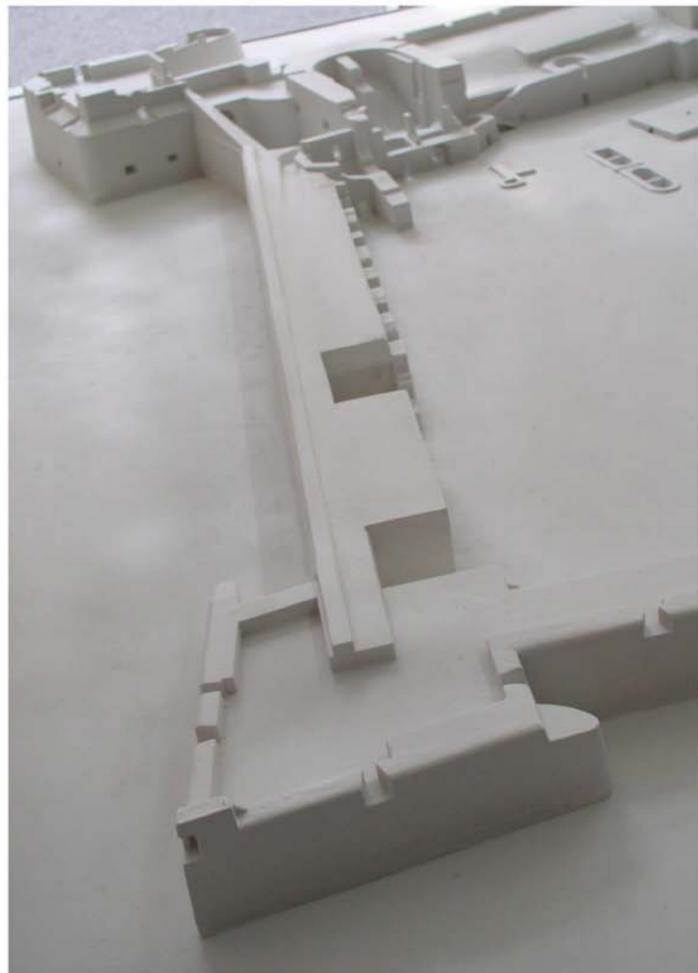
PERFIL E



**FORTALEZA DE ORMUZ - BALUARTE NORTE / NASCENTE**

Plantas do piso térreo e da cobertura e Perfis, segundo os eixos indicados nas plantas - in João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz* - Novembro de 2002, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

Na fotografia à direita, imagem do baluarte na sua ligação ao que se lhe opõe no fim da cortina Nascente. As restantes fotografias mostram aspectos mais pormenorizados do modelo realizado com a reconstituição do estado actual da ruína, destinada a exposição itinerante do Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian, sobre projectos de salvaguarda de património de origem portuguesa fora de Portugal (in João Campos, *Proposta Preliminar para o Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz / Preliminary Proposal for the Project for the Safeguarding of the Hormuz Fortress* - Julho de 2004, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto).



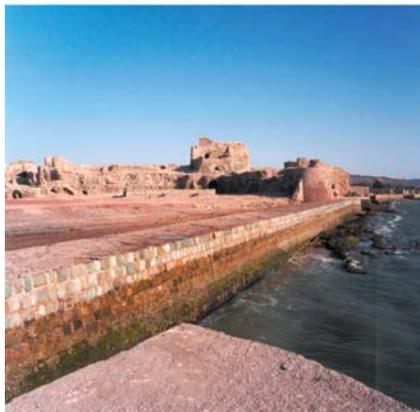




Vista interior da praça de armas sobre o interior da muralha Sul (voltada à povoação), desde a entrada da primitiva fortaleza de Afonso de Albuquerque até ao actual torreão redondo, sobrepujado pelo enorme bastião redondo que o Capitão Martim Afonso de Melo fez construir na década de 1520 ao lado da torre quadrada.

<sup>68</sup> Aliás, o torreão em causa foi igualmente sujeito a uma forte desfiguração interior, com a produção de uma cúpula que não se coaduna com as características da arquitectura portuguesa, e postergando toda a integração do

A vista da foto pequena, em baixo, refere-se ao mesmo troço de muralha, observado do sítio onde existia o baluarte Norte/Poente. Ao lado, o que restará do torreão redondo e parte da transformação operada por Inofre de Carvalho no baluarte Sul/Poente, no interior do qual se encontra a grande cisterna de sua autoria.



Percebe-se também claramente que o torreão redondo Poente foi muito afectado, numa configuração exterior que terá sido concomitante com a realização do referido molhe<sup>68</sup>.

A preciosa representação gráfica que Gaspar Correia incluiu nas *Lendas da Índia*, contém algumas componentes que não são coincidentes com certas passagens do relato escrito e, comprovadamente, não se confirmam na realidade observada. É o caso do cubelo sextavado virado à praia, o qual, por via da afectação produzida pelas águas do mar, fora entretanto objecto de obras posteriores.

Com os vestígios da parede da antiga torre de menagem e de uma cisterna (talvez com dois tanques) agora inscritos no levantamento efectuado, abalançámo-nos na inscrição dos contornos da primitiva torre, coincidindo com a gravura e com a descrição de Gaspar Correia.

Incluiu-se ainda na peça desenhada com a evolução histórica da



piso superior, do qual restam parte das paredes e a marca da porta do caminho de ronda, sobre o vão do pavimento térreo.

<sup>69</sup>Decerto fruto de modificações do regime de correntes que retiraram areia, a ponto de terem feito colapsar todo o extenso flanco Poente.

<sup>70</sup>Optámos por deixar as indicações de W. Kleiss, na pressuposição de que os trabalhos de campo empreendidos pelo arqueólogo alemão na primeira metade dos anos de 1970 tê-lo-ão autorizado a desenhar dois torreões redondos - um deles de enorme proporção mas muito semelhante, em dimensão planimétrica, ao que o Capitão Martim Afonso de Melo terá construído em anexo à torre quadrangular inicial (juntamente com a enorme barbacã semicircular que passou a proteger a porta da Fortaleza).

circunstância construtiva, um apontamento quanto às alterações que a ponta da ilha onde se implanta a Fortaleza sofreu no seu contorno<sup>69</sup>.

### **6.5.1.1 - ESPECIFICIDADES INTERPRETATIVAS DE QUESTÕES DA EVOLUÇÃO**

Se atentarmos nas peças da iconografia reproduzidas no capítulo anterior (5.1.18 - XXI (A e B-ampliação), nota-se no flanco Poente da pequena planta da fortaleza de Ormuz um desencontro no alinhamento do pano da muralha.

Tal ocorrência não é hoje de todo perceptível, autorizando a questionar se o torreão redondo que é fruto de uma intervenção do início dos anos de 1970 (?) faria, efectivamente, parte da extensão do perímetro da cerca albuquerqueana, conforme propõe W. Kleiss (e nós inscrevemos na sinopse desenhada em que registamos o enquadramento histórico da evolução da fortificação, respeitando as conclusões a que, em seu tempo, terá chegado o arqueólogo alemão). Contudo, estamos em crer que nos imensos trabalhos arqueológicos que fazem falta, é admissível (para não dizermos até provável) concluir-se pela hipótese de a torre redonda que aparece no desenho de Gaspar Correia ser uma outra que remataria uma cortina de muralha mais curta - o que reduziria um pouco a dimensão efectiva da edificação original.

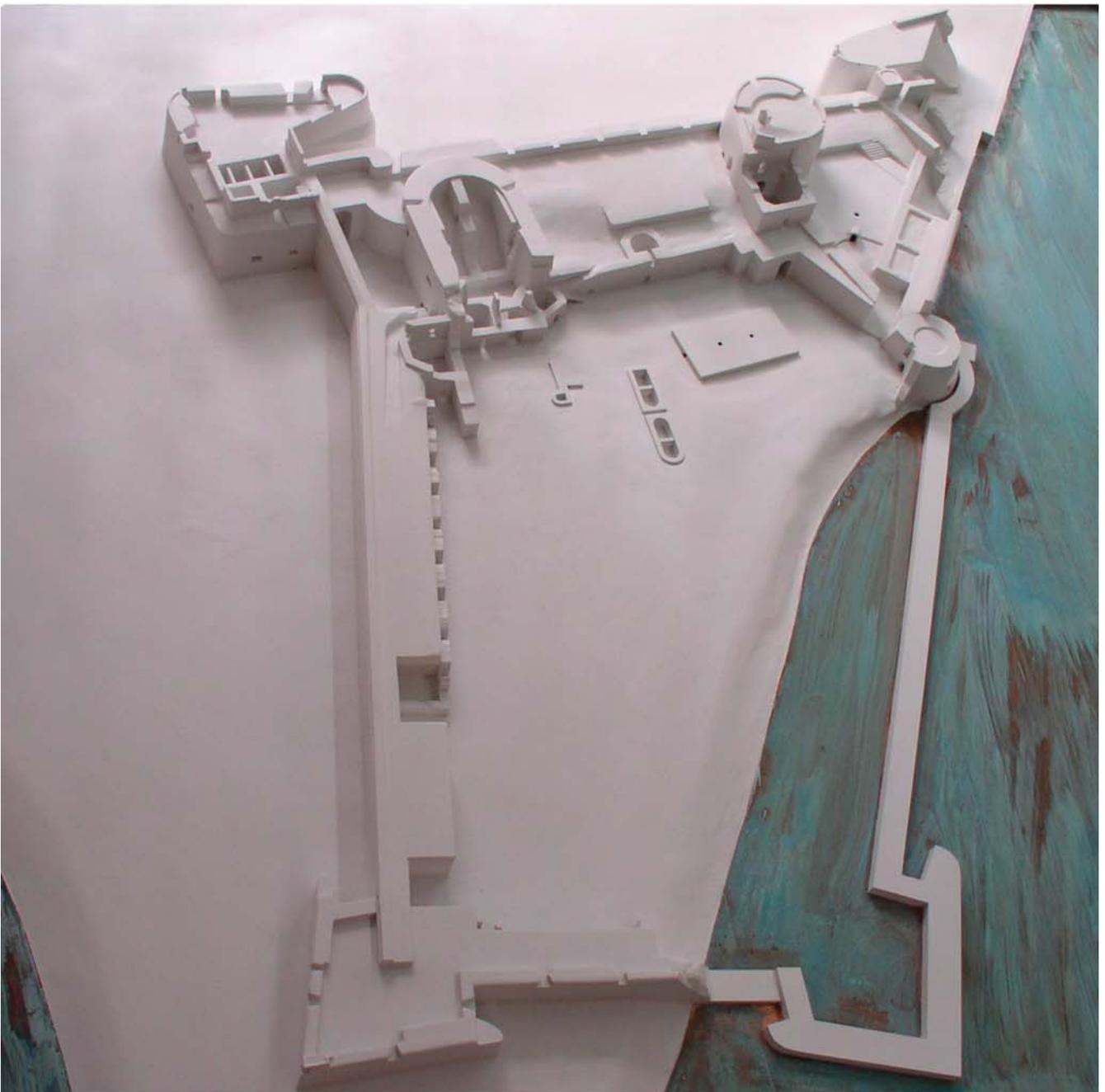
De todo o modo, percebe-se claramente que o torreão Poente foi muito afectado, numa reconfiguração externa que terá sido concomitante com a realização do atrás referido molhe quebramar. Aliás, o torreão em causa foi igualmente sujeito a uma desfiguração interna, com a produção de uma cúpula que não se coaduna com as características da arquitectura portuguesa, e postergando toda a integração do que seria o piso superior, do qual restam parte de paredes e a marca de ombreiras de uma porta, sobre o vão do pavimento térreo.

Como contributo interpretativo, e em confronto com o desenho perspectivado de Gaspar Correia, ficam referências a traçados que fecham a cerca inicial da fortificação albuquerqueana, optando por deixar as indicações de W. Kleiss<sup>70</sup>, na pressuposição de que os trabalhos de campo empreendidos pelo arqueólogo alemão nos começos dos anos de 1970 tê-lo-ão autorizado a desenhar dois torreões redondos - um deles de enorme proporção mas muito semelhante, em dimensão

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK



**Maqueta da Fortaleza de Ormuz, realizada em 2004 para integrara exposição itinerante da Fundação Calouste Gulbenkian sobre Património de origem Portuguesa no Mundo. Nas fotos superiores vêem-se detalhes da zona da entrada (à esquerda) com a expressiva barbaca de 1527 e o baluarte de Inofre de Carvalho (1558-60); ao centro, em primeiro plano, a ruína da porta albuquerquiana com o bastião da praia ao lado; à direita, o grande baluarte redondo de 1540**



<sup>71</sup>Extraímos do relatório elaborado na sequência da nossa estada em Ormuz: “A empreitada local de intervenção (totalmente a despropósito e profundamente errada) e que tinha sido por nós sustida em Fevereiro de 2002, não tivera seguimento aquando da posterior estadia em Novembro. Espera-se que tenha parado efectivamente.

Se algumas coisas podem ser feitas (e tantas são, desde as limpezas a sondagens) há as que deverão ser asseguradas, sem danificação dos elementos subsistentes, nas zonas que acarretam sérios riscos potenciais de perda e de segurança, como por exemplo:

- a abóbada da entrada do lado da porta da ilha apresenta consequências da intervenção sofrida em Fevereiro de 2002. A circunstância de ter sido retirada a parte subsistente da(s) abóbada(s) da(s) casamata(s), para realizarem a “reconstrução” sustida, influenciou já o equilíbrio estrutural da cobertura da entrada (por falta do contraventamento de que o conjunto desfrutava antes de Fevereiro de 2002);

- a passagem entre a barbacã e o sistema primitivo da entrada original da Fortaleza está em risco de desmoronamento das dezenas de toneladas de alvenaria que se situam por cima do arco abatido (e já muito deformado, após o escoramento antigo, e que foi constituído, sobretudo, pelo estreitamento do vão de modo a dar apoio à padieira);

- várias paredes apresentam áreas em deslocação segundo linhas de fractura que as alvenarias apresentam;

- as abóbadas das casamatas encostadas ao pano de muralha virado ao cais (Nascente) apresentam deslocamentos graves e, no caso da primeira que subsistiu ao desmantelamento de Fevereiro último, verificou-se uma gravíssima deformação (ainda que tenha sido executada uma abóbada com pedra e argamassa de cimento industrial, mas a que falta a continuidade da massa construtiva pré-existente);

- o buraco existente na abóbada da grande cisterna, tal como alertara desde o princípio, tem vindo a aumentar progressivamente. A aposição de argamassa de cimento efectuada há uns anos está agora em retracção, provo-

planimétrica, ao que o Capitão Martim Afonso de Melo terá construído em anexo à torre quadrangular inicial (juntamente com a enorme barbacã semicircular que passou a proteger a porta da Fortaleza).

Por outro lado, e em articulação com o espigão projectado pelo arquitecto Cairato (e que a peça de Herédia registada no capítulo da Iconografia, 5.1.11, revela com notável acutilância), a localização do desencontro em referência justificar-se-ia pela existência de uma porta (de mar) que teria sido prevista na nova compleição idealizada pelo arquitecto Inofre de Carvalho.

Note-se que a importância do registo de Manuel Godinho de Herédia (que recolhemos em Luís Silveira) é ainda transcendido pela circunstância de ser o único documento que assinala um baluarte de orelhões a meio da cortina Poente, desconhecendo o que terá sido realizado, embora sejam visíveis alguns vestígios que aparentam mais conformidade com o que se poderia designar por “espigão”.

Existem igualmente discrepâncias entre o desenho de Gaspar Correia e o texto da sua Crónica. Tal circunstância pode dever-se ao facto de o Cronista ter desenhado a ilustração muito tempo depois de ter estado em Ormuz, quando acompanhava Afonso de Albuquerque. A preciosa representação gráfica que incluiu nas *Lendas da Índia*, não sendo coincidente com certas passagens do relato escrito, comprovadamente não se conforma também com a realidade observada. É o caso do cubelo sextavado virado à praia, o qual, por via da afectação produzida pelas águas do mar, fora entretanto objecto de obras posteriores.

Com os traços dos vestígios de parede da antiga torre de menagem e de uma cisterna com dois tanques, agora inscritos no levantamento efectuado, abalançámo-nos na inscrição dos contornos da primitiva torre, coincidindo com a gravura e com a descrição de Gaspar Correia.

Incluímos ainda na peça desenhada com a evolução histórica da circunstância construtiva, um apontamento quanto às alterações que a ponta da ilha onde se implanta a Fortaleza sofreu no seu contorno - decerto fruto de modificações do regime de correntes que retiraram areia, a ponto de terem feito colapsar todo o extenso flanco Poente.

Finalmente observam-se as intervenções desajustadas que foram produzidas em 2002, aliás na expectativa de serem anuladas proximamente, se possível enquadrando-se em projecto de intervenção a propor<sup>71</sup>.



**FORTALEZA DE ORMUZ - PROPOSTA DE SALVAGUARDA**  
 Planta do piso térreo - in João Campos, *Proposta Preliminar para o Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz / Preliminary Proposal for the Project for the Safeguarding of the Hormuz Fortress - Julho de 2004, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto).*

- 1 NÚCLEO DE ACESSO AO PERCURSO DE VISITA (NÍVEL SUPERIOR)
- 2 ANTIGA IGREJA
- 3 GRANDE CISTERNA
- 4 "CENTRO CULTURAL" - DESENVOLVIMENTO EVOLUTIVO (ACOLHIMENTO, MUSEU E ADMINISTRAÇÃO)
- ESCORAMENTO DA PASSAGEM
- DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO EM BETÃO (FEV. 2002)
- REMOÇÃO DE ESCOMBROS





**FORTALEZA DE ORMUZ - PROPOSTA DE SALVAGUARDA**  
 Planta de coberturas - in João Campos, *Proposta Preliminar para o Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz / Preliminary Proposal for the Project for the Safeguarding of the Hormuz Fortress* - Julho de 2004, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto).

- 1 NÚCLEO DE ACESSO AO PERCURSO DE VISITA (NÍVEL SUPERIOR)
- 2 ANTIGA IGREJA
- 3 GRANDE CISTERNA
- ..... LINHA DE VEDAÇÃO / ÁREA INTERDITA A VISITANTES
- ~ PERCURSO DE VISITA (NÍVEL SUPERIOR)
- ▨ RESTAURO DAS ABÓBADAS / CAMINHO DE RONDA
- ▩ DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO EM BETÃO (FEV. 2002)
- LIMPEZA ECOLÓGICA DA PONTA NORTE
- REMOÇÃO DE ESCOMBROS
- ▭ DEMOLIÇÃO DE INSTALAÇÕES / TERRA VERMELHA

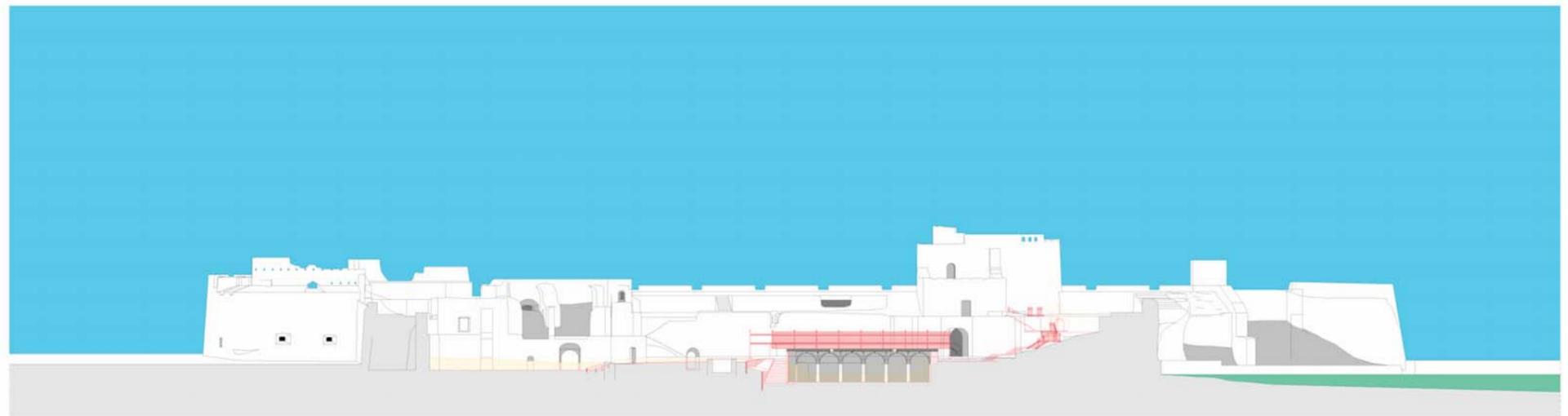


**FORTALEZA DE ORMUZ - PROPOSTA DE SALVAGUARDA**

Perfis, segundo os eixos indicados nas plantas, e duas fotografias com aspectos do baluarte Sul / Poente (parcialmente desaparecido) e sua ligação às restantes componentes do lado de terra da fortificação, através do modelo realizado com a reconstituição do estado actual da ruína, destinada a exposição itinerante do Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian, sobre projectos de salvaguarda de património de origem portuguesa fora de Portugal - in João Campos, *Proposta Preliminar para o Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz / Preliminary Proposal for the Project for the Safeguarding of the Hormuz Fortress* - Julho de 2004, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto).

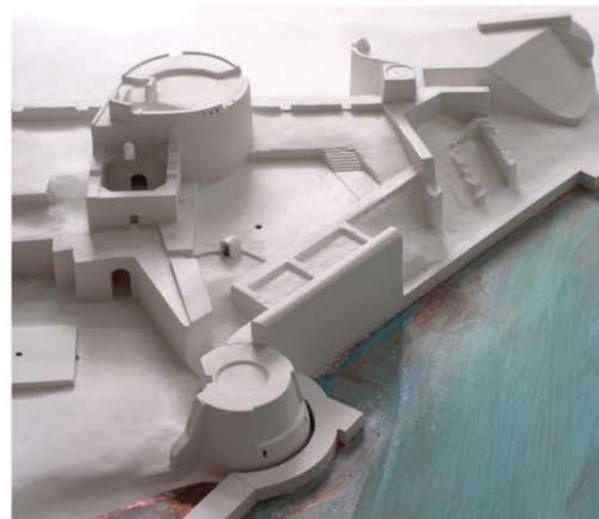


PERFIL 1

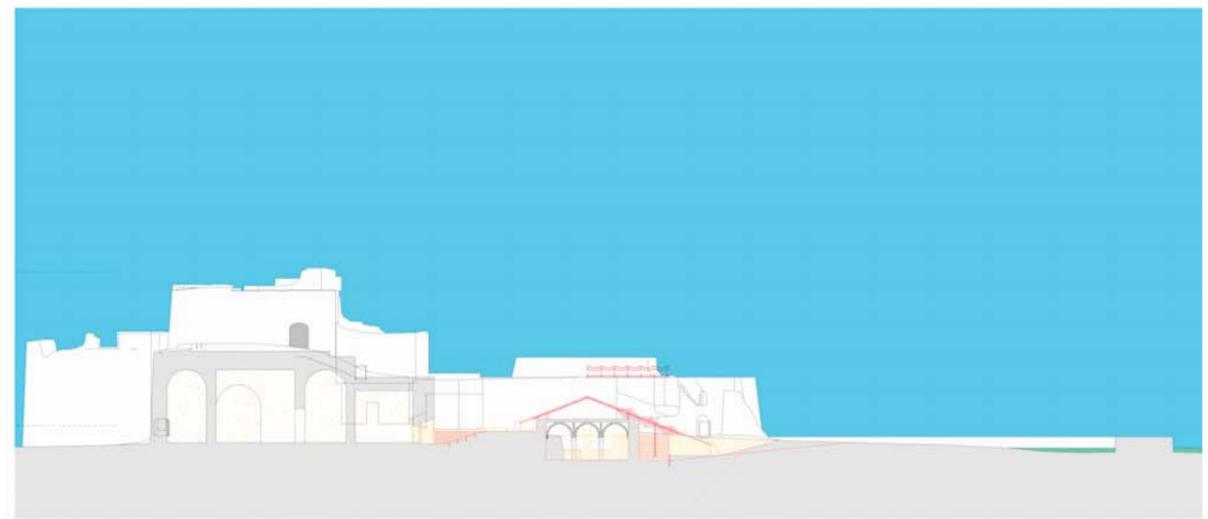


PERFIL 2

0 ——— 25m



PERFIL 3





cando destaques de argamassas que adelgacaram a espessura da cobertura do grande volume que lhe fica abaixo. Neste momento apresenta-se no local uma inconsistente “rede” de protecção, tendo sido aposta uma argamassa (de ligante à base de gesso?) de unificação dos bordos do buraco. Mas tal medida afigura-se insuficiente.”-in João Campos, *Levantamento Arquitectónico da Fortaleza de Ormuz/Architectural Survey of the Hormuz Fortress*, Fevereiro de 2004, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

<sup>72</sup>Os desenhos do levantamento arquitectónico registam alguns apontamentos complementares que considerámos seguros face à observação da circunstância construtiva existente, e adoptados através da leitura da planta de 1977, de autoria de Wolfram Kleiss (para as zonas já não acessíveis vinte e cinco anos depois, por se encontrarem soterradas ou com vãos obstruídos).

<sup>73</sup>Lendas da Índia, Livro I, p.848.

## 6.6 - RESTITUIÇÃO DESENHADA DOS MONUMENTOS E ALGUMAS PROPOSITURAS

### 6.6.1 - AS RUÍNAS DA MÍTICA FORTALEZA DE ORMUZ

O levantamento arquitectónico que efectuámos em duas estadias prolongadas (em Fevereiro e Novembro de 2002), e depois pacientemente restituído em trabalho de gabinete, ressentem-se do facto de existirem largas zonas às quais não se pode aceder<sup>72</sup>, por se encontrarem obstruídas devido a derrocadas. Tais hiatos constituem, por si só, ausência de informação que, uma vez superada, assegurará novas possibilidades de caracterização e de conhecimento do monumento, enriquecendo enormemente os registos agora elaborados - já que é imenso o domínio inexplorado da pesquisa arqueológica.

Acresce ainda o escasso trabalho produzido sobre fontes documentais existentes e a pesquisar, e bem assim a ausência de troca de informações vitais entre as comunidades académicas dos diferentes países, para além do muito que a arqueologia irá inevitavelmente revelar.

Dada a complexidade da ruína, estamos certos de que muitos e novos aspectos serão detectados, a par de importantes hipóteses de explicação para a história desta ímpar edificação.

#### 6.6.1.1 - ÁGUA: O MAIS PRECIOSO BEM

Sendo a ilha de Ormuz desprovida de qualquer fonte de água, só a sua excepcional situação estratégica justificaria que sobre ela recaísse a escolha para implantação de uma fortaleza. É por isso significativo que, desde o início até hoje, sejam as cisternas os factos arquitectónicos cuja atenção mais ressalta no conjunto da imensa e arruinada construção.

Vejamos o que nos diz Gaspar Correia<sup>73</sup>:

*Do que de todo o Capitão mór tinha aviso, e com muyta dessimulação tudo guardava em sy, trabalhando, quanto podia, por dar auimento a pôr a fortaleza em estado que, com duzentos homens, que nella meteria, e com boa artelharia, se podesse defender de todo o poder da cidade; então elle com ‘armada polo mar lhe faria muy crua guerra. E como homem auisado, antes que çarrasse o portal da torre, madou meter dentro oito tanques de madeira, em que as naos dos Mouros trazem agoa, como já tenho dito, que erão os que se fazião em*

<sup>74</sup>Do que de todo o Capitão mór tinha aviso, e com muyta dessimulação tudo guardava em sy, trabalhando, quanto podia, por dar auimento a pôr a fortaleza em estado que, com duzentos homens, que nella meteria, e com boa artelharria, se podesse defender de todo o poder da cidade; então elle com 'armada polo mar lhe faria muy crua guerra. E como homem auisado, antes que çarrasse o portal da torre, madou meter dentro oito tanques de madeira, em que as naos dos Mouros trazem agoa, como já tenho dito, que erão os que se fazião em Melinde, os quaes tomou das naos dos Mouros, que lhes bem pagou, e os assentarão dentro na logea da torre, que em cada hum cabião sesenta pipas d'agoa, que o Capitão mór logo mandou encher de muyto boa agoa, que se trazia em terradas da Ilha de Queixome, que era daly a tres legoas (Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, p. 848, 1975, ed. Lello & Irmão, Porto)

<sup>75</sup>Durante a nossa última estada em Ormuz (Fevereiro de 2002), fruto de limpezas na zona e porque ocorreram chuvas (que já havia anos que não se verificavam), confirmou-se a existência de marcas expressivas de paredes da torre de menagem, a florando à superfície do solo, o que permitiu aquilatar da sua própria compleição.

<sup>76</sup>Estando assim o Governador em seu trabalho fazendo a fortaleza e mui agastado porque lhe eram já mortos do trabalho 300 homens portugueses e quase todos os malabares e a obra não era ainda meia feita da que cumpria deixar feita antes que se partisse de Ormuz, e mormente para a água, mandou abrir dentro da fortaleza duas cisternas, que levassem quatro mil pipas de água, que era a quantidade que havia mister a gente que havia de ficar na fortaleza, havendo cerco de guerra, em que cada dia os homens haviam mister de duas jarras de água de dois almudes cada uma, uma de água boa para beber e outra só para gastar, a qual água toda se comprava a dinheiro, que os mouros trazem a vender à cidade, da terra firme, e de

*Melinde, os quaes tomou das naos dos Mouros, que lhes bem pagou, e os assentarão dentro na logea da torre, que em cada hum cabião sesenta pipas d'agoa, que o Capitão mór logo mandou encher de muyto boa agoa, que se trazia em terradas da Ilha de Queixome, que era daly a tres legoas..*

A provisão inicial foi de 8 tanques<sup>74</sup> através dos quais se reservariam 480 pipas de água (cerca de 150 m<sup>3</sup>), instalados no piso térreo da torre de menagem (que teria cerca de 6 metros livres de largura, visto os alicerces terem sido *abertos para 20 pés de largo*), notando-se que talvez os reservatórios típicos das naus tenham sido introduzidos no compartimento antes de ser concluído o vão de acesso (decorrendo da previsão da sua instalação e por causa das respectivas dimensões)<sup>75</sup>.

A questão da água, o mais precioso bem, mereceu continuada atenção, tendo originado a concretização de especificidades arquitectónicas subsistentes no recinto de Ormuz.

Dessa componente da preocupação de Afonso de Albuquerque, ao retomar as obras em 1515, assevera Gaspar Correia<sup>76</sup> que foram realizadas duas cisternas subterrâneas, com enorme capacidade de armazenamento<sup>77</sup>.

Na última fase dos trabalhos de campo (Novembro de 2002), após limpezas efectuadas que aplainaram a área próxima da entrada da fortificação albuquerqueana, apareceram vestígios do que poderão ser duas cisternas, bem como parte da parede da torre de menagem (na sua ligação com a porta da primeira fase da construção).

Finalmente, uma terceira fase das preocupações com o armazenamento de água<sup>78</sup> está plasmada na fantástica cisterna levada a cabo no volume interior do enorme e complexo baluarte que Inofre de Carvalho realiza no ângulo Sul / Poente.

Com esta "catedral" da água, mais a captação eventual do torreão feito cisterna e a manutenção dos reservatórios manuelinos (de autoria de Cristóvão Fernandes?), ao lado da torre de menagem - pensamos que o programa de aprovisionamento de água poderá ter-se completado aquando da concretização da máquina de guerra na compleição cuja ruína hoje se nos oferece.

*bom preço por cada jarra. E para esta tão certa necessidade conviu fazer estas cisternas, feitas debaixo do chão, com muito grossos alicerces e paredes de pedra e barro, cobertas com abóbadas, com suas portas fechadas. No que o Governador deu muito aviamento no trabalho com gente da terra (Lendas da Índia, vol II, p. 446).*

<sup>77</sup>Verifica-se, pois, que seriam duas cisternas, e não somente uma - acaso pretendesse ver-se na edificação isolada, de três naves e abóbadas de arestas, um reservatório. Essa construção deve corresponder à igreja, apesar de posteriormente à função o espaço ter sido adaptado para guardar água, como hoje se constata.



<sup>78</sup> Detectou-se ainda a transformação em cisterna do torreão semi-circular albuquerqueiano, a meio da cerca virada à cidade, desconhecendo-se quando tal adaptação terá tido lugar. Mas não é despicienda a hipótese de ela ter ocorrido aquando da última fase referida, pois tal corresponderia a uma adaptação dos sistemas de captação das águas pluviais através dos terraços da nova edificação promovida por Inofre de Carvalho, e que deu origem à realização da monumental ampliação onde se inclui a enorme cisterna que hoje admiramos.

A grande cisterna da Fortaleza de Ormuz, no baluarte Sul/Poente (1558/1560). A entrada é uma adaptação recente para facilitar o acesso aos visitantes, realizada sobre escombros. Esta verdadeira “catedral da água” constitui uma peça arquitectónica de grande valor, demonstrando uma capacidade de assimilação de know-how local e de adaptação e invenção tecnológica, como é o caso da realização da alvenaria das abóbadas com pré-fabricação de elementos moldados em gesso e terra local (e provavelmente palhas), e utilizando inertes agregados por meio de ligantes vazados para os cimbres expeditamente construídos. (A desagregação actual dos rebocos internos de superfície está a prejudicar gravemente a estabilidade do conjunto, tendo também sido muito perniciososa, para a condição construtiva, a abertura recente de um quadrado no terraço, a fim de facilitar a entrada de luz natural).



<sup>79</sup>Diz apenas que num dos cubelos oitavados (na verdade são hexagonais, tal como o seu desenho mostra...) que foram inicialmente construídos, logo se armou altar e foi feita Igreja de invocação de Nossa Sra. da Conceição. Apenas o fólio 63 do Códice de S. Julião da Barra (Manuel Godinho de Erédia, *O Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de S. Julião da Barra*, 1999, Min. da Defesa Nacional / Ed. Inapa, Lisboa) faz referência escrita a uma *matrix*, à *caza da mizaricordia e hospital* e a uma *caza da ordem de Santo agostinho*. E é ainda Erédia (segundo Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, vol. III, Est. 515, s/d, Min. Ultramar / Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, a carta pertence a este cartógrafo) que inscreve, na planta seiscentista da Fortaleza, a existência de construções no interior da praça de armas, as quais, eventualmente, poderão reportar-se a esses edifícios notáveis, sendo que um deles ocupa a posição aproximada da implantação que hoje subsiste.

<sup>80</sup>Entendi solicitar, em Novembro de 2002, a execução de duas prospecções, uma junto a uma das colunas (que não foi feita, continuando-se à espera de “autorização”), e outra para observar a nasença das nervuras das abóbadas, numa das paredes laterais. Esta segunda foi realizada parcialmente, tendo-se confirmado a existência do capitel de recepção de 4 nervuras (meio sistema, igual ao das colunas das naves). Por dificuldades operacionais não foi possível convencer os executantes a progredir mais fundo, pelo que desconheço se existem meias colunas cilíndricas adossadas à alvenaria das paredes originais, ou se os capitéis nascem directamente destas. Acaso se tivesse confirmado a existência das colunas laterais, poderíamos dizer que a confirmação da igreja seria maior. Mas também não se detectaram rebocos impermeabilizantes, próprios para a contenção da água (embora a sua evidência pudesse ocorrer abaixo da zona dos capitéis

### 6.6.1.2 - SOBRE A CONSTRUÇÃO ISOLADA NO INTERIOR DA FORTALEZA

A qualidade formal do interior da peça arquitectónica que se acha no terreiro da praça-de-armas de Ormuz requer atenção especial, a começar pela questão da atribuição funcional original da edificação, muitas vezes designada por “cisterna manuelina”.

Em socorro deste epíteto diz-se que fará lembrar as grandes cisternas de Mazagão ou de S. Julião da Barra. Ora, quer esta, quer aquela não são manuelinas, posto que ambas pertencem ao reinado de D. João III: a primeira, obra de João Castilho, foi realizada em 1541 (na transformação do pátio de armas de um fortim costeiro manuelino) e só finalizada em 1547 por Lourenço Franco; a segunda, iniciada em 1559, sob projecto do arquitecto Miguel de Arruda, apelar-se-á talvez àquela anterior realização na costa marroquina.

Sendo estes exemplares motivo de especial referência nos manuais da história da nossa arquitectura militar, é de estranhar o olvido da “cisterna” de Ormuz, tanto mais que esta lhes seria anterior, para ser manuelina...

Mas, mais estranha ainda é a absoluta ausência de indicações por parte dos Cronistas - a não ser que não se tratasse de uma cisterna. Porém, a estranheza ganha ainda foros de estupefacção por não detectarmos também notícias quanto à realização daquela construção... acaso ela se tivesse destinado a igreja.

O desenho de Gaspar Correia (meados do século XVI), bem como a descrição que faz do sistema defensivo de Ormuz, não contém menção da igreja<sup>79</sup>.

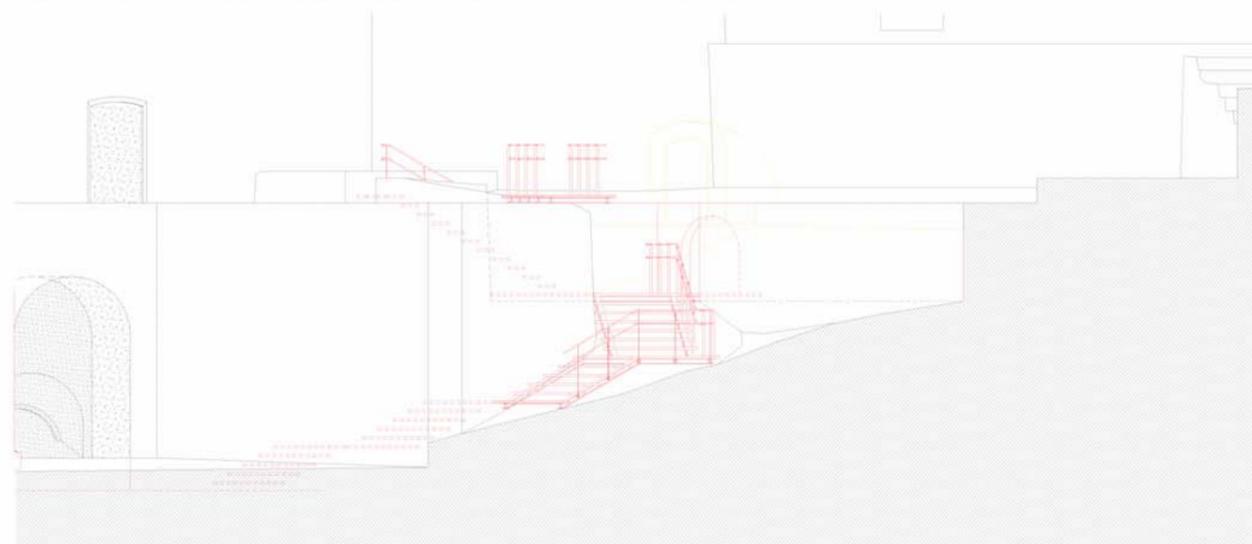
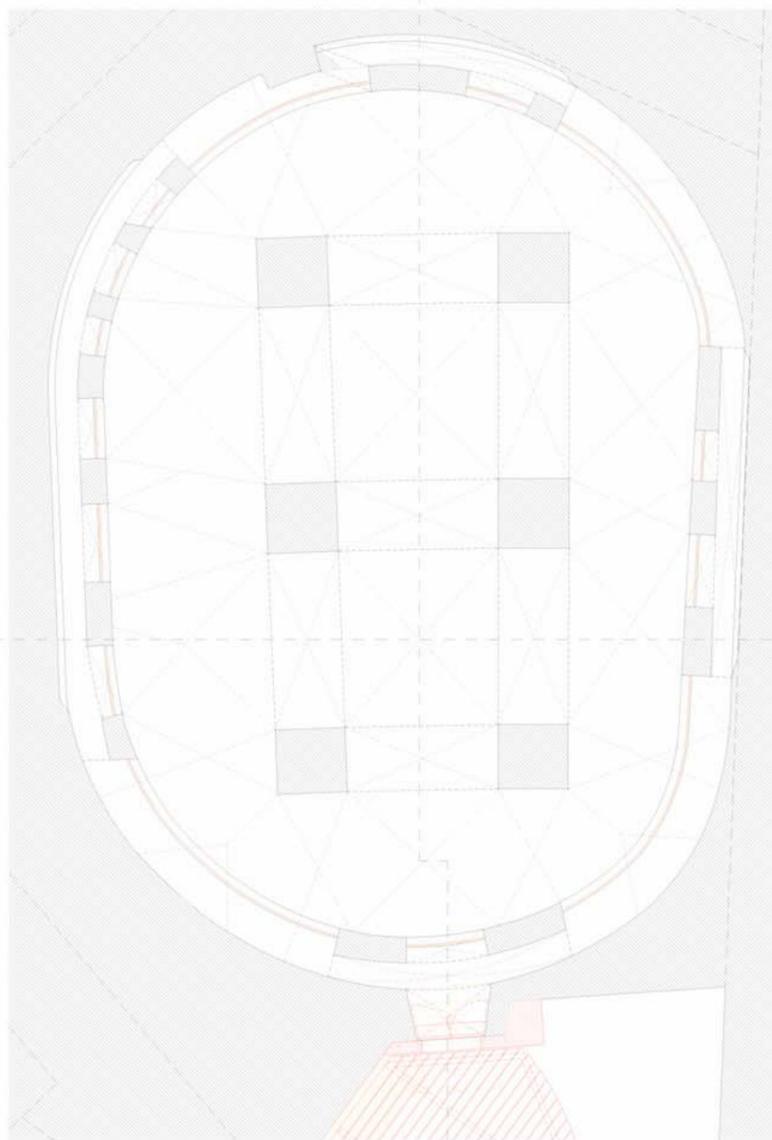
É bem certo que a água é o elemento vital do aquartelamento. Mas também não se perceberia - para mais no contexto da época - que não fosse dado relevo construtivo ao edifício representativo do alimento da alma, e que era motivação intrínseca da aventura da Expansão. Além do mais, Ormuz era a retaguarda da Missão do Preste João e uma espécie de posto avançado para o afrontamento de Meca, salvos os interesses da trama político-diplomática luso-persa.

O que se observa na construção subsistente é uma cisterna. Porém, adaptada do edifício original, verificando-se facilmente que as paredes que sobem até à altura dos capitéis das colunas são independentes das do perímetro do volume da edificação<sup>80</sup>. Conclui-se também que os degraus são uma

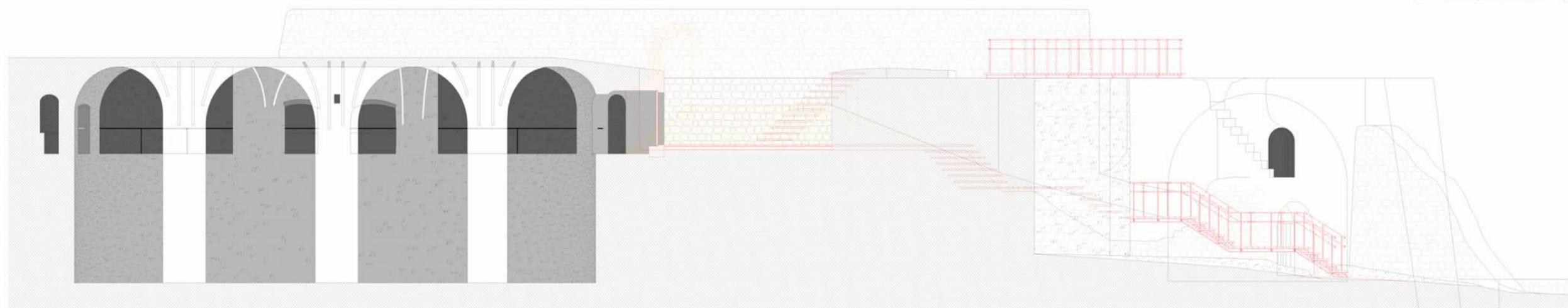
**FORTALEZA DE ORMUZ  
- A GRANDE CISTERNA / PRO-  
POSTA DE SALVAGUARDA**

Planta e Perfis, segundo os eixos marcados nas plantas, com a indicação do jogo de acessos para visita à monumental peça da arquitectura de Inofre de Carvalho.

As fotos esclarecem alguns aspectos da inserção do depósito na volumetria da cortina da edificação (através de maqueta executada com a reconstituição do estado actual da ruína, destinada a exposição itinerante do Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian, sobre projectos de salvaguarda de património de origem portuguesa fora de Portugal) - in João Campos, *Proposta Preliminar para o Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz / Preliminary Proposal for the Project for the Safeguarding of the Hormuz Fortress* - Julho de 2004, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto).



0 5m







A construção isolada junto da ruína do lado Sul do interior da Fortaleza, vendo-se em cima, em primeiro plano, a zona da entrada da edificação de Afonso de Albuquerque e imediatamente à direita, elementos arqueológicos das fundações da torre de menagem

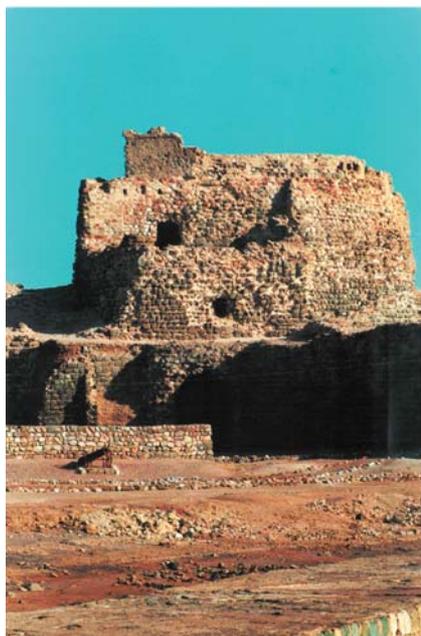
correspondentes ao desenho das *Lendas da Índia*. O edifício rectangular destacado foi objecto de recentes adaptações, designadamente quanto aos vãos que apresenta nas fachadas de topo que são retratadas nas fotos. A expressão altimétrica da

construção em apreço também não confere com uma situação original, seja no que provavelmente seria a cobertura, seja seguramente na expressão dos alçados, visto que a altura dos escombros nesta localização deve atingir cerca de 1,5 a 1,8 metros.



<sup>81</sup>Informações do Sr. Yadegari (Nov. 2002), guarda do Monumento, sobre a passagem do lado Poente: o vão do lado Poente não existia, tendo sido feita uma padieira utilizando os blocos de pedra talhados em coral que pertenciam às nervuras das abóbadas próximas, e deixando a altura até à cota do encontro do quarto da abóbada na parede do topo; o degrau situado a 45 cm da face interior da parede pertencia à alvenaria de um nicho (“uma espécie de mirab”, no dizer do guarda, quer dizer, um rebaixamento para encaixe do altar) mais largo do que o vão aberto (de facto parecem existir linhas de ombreiras a 40 cm do arranque das nervuras das abóbadas) e que rematava em arco abaixo da superfície da abóbada (admito, segundo observação feita, que se situasse paralelamente, a 65 cm do topo); os outros degraus desse vão, bem como todos os do vão oposto (Nascente) são novos. Fosse como fosse, não faria sentido construir, a meio do espaço das naves de contorno, uma grossa parede para conformação do reservatório quando seria mais fácil reparar alvenarias ou

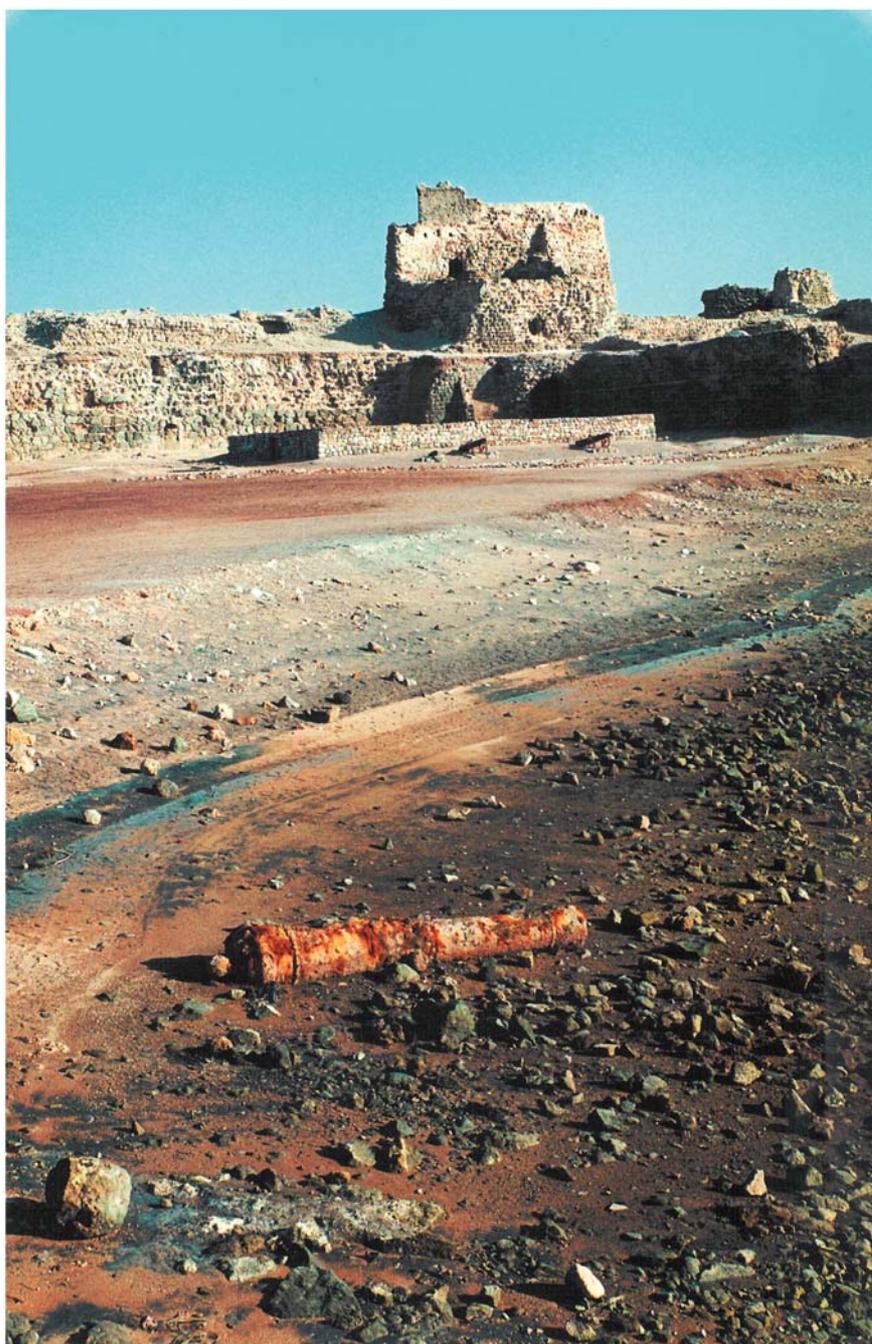
**Enquadramento da construção da presumível igreja da Fortaleza na sua relação com a zona central da muralha virada à povoação, próximo das mais representativas áreas residenciais e administrativas da praça de armas.**



adaptação moderna para facilitar o percurso dos visitantes<sup>81</sup>, percebendo-se igualmente que a cota do pavimento foi alterada em data próxima<sup>82</sup>.

A entrada do lado Nascente é de fábrica recente, em tudo idêntica ao que se repete na fachada oposta<sup>83</sup>.

Por sua vez, observámos a existência de linhas de fissurações (algumas muito expressivas), todas com um desenho de baixo para cima - o que representa a hipótese de se tratar anomalias após avaria de padieiras (eventualmente curvas). Tal indicia a existência de um ritmo de vãos de janelas muito regular<sup>84</sup>.



rebocos que se tivessem deteriorado, sobre os mesmos realizando novas camadas, aproveitando as bases pré-preparadas - em vez do esforço de organizar um novo volume que obrigou ao manuseamento de centenas de metros cúbicos de alvenaria. Ainda para mais reduzindo, dessas centenas de metros cúbicos, a capacidade da edificação pré-existente, acaso ela fosse já cisterna...

<sup>82</sup> De acordo com o mesmo informante, as obras levadas a cabo pelo Gabinete do Património de Bandar-Abbas (que também desvirtuaram o bastião redondo, reconstruído à maneira iraniana), tiveram lugar há uma dúzia de anos; reduziram em cerca de 2 metros a altura do interior, fixando uma nova cota de pavimento (realizado com alvenaria de cimento industrial) que facilitasse o percurso longitudinal dos visitantes.

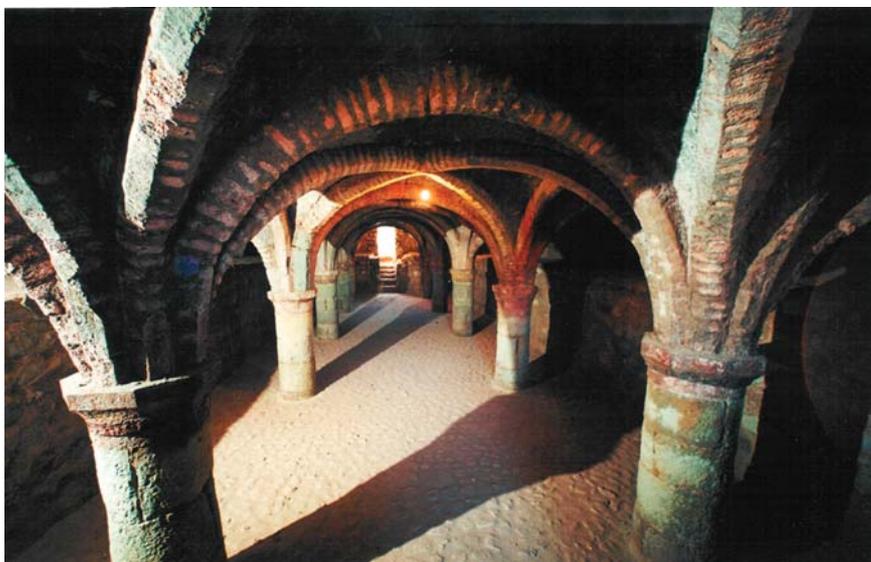
<sup>83</sup> Uma fotografia antiga (Augusto Pereira Brandão, *O Oriente*, in “História das Fortificações Portuguesas no Mundo”, Rafael Moreira, dir., 1989, ed. Alfa, Lisboa. O cliché está publicado de forma invertida), documenta uma fase mais degradada do estado da ruína, deixando sugerir um arco de volta inteira, com largura muito superior à da passagem actual. A observação no local permitiu especular sobre a hipótese de as linhas das ombreiras da porta de entrada se situarem a cerca de 50 cm da nascedoura das nervuras da abóbada. Tal circunstância resulta numa configuração sensivelmente paralela à da forma do nicho na parede oposta, tal como se refere na nota de rodapé 73.

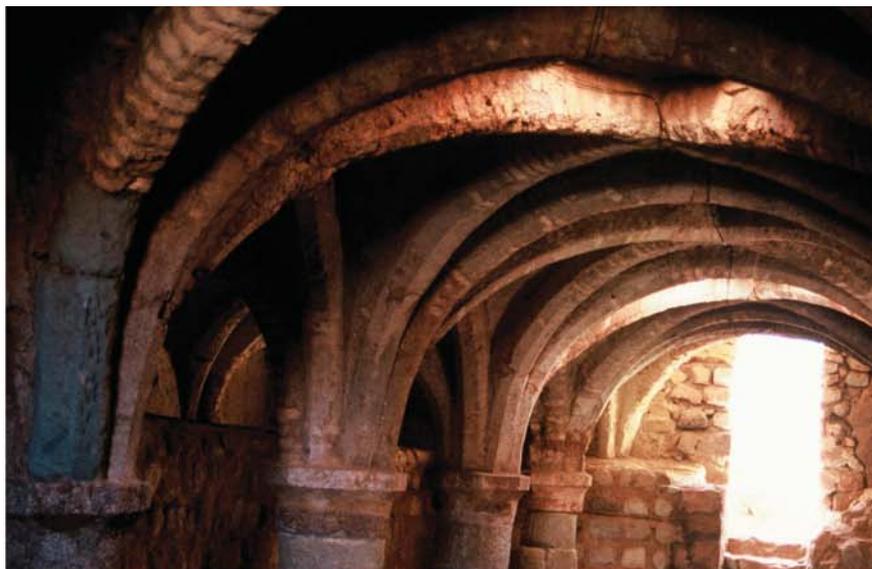
<sup>84</sup> As aberturas quadrangulares existentes no terraço (servindo apenas para comodidade de observação do interior) indicam pouca longevidade. Aliás, dada a configuração e o tipo de aparelho e de argamassas do terraço, é plausível que a edificação dispusesse de cobertura em duas águas.



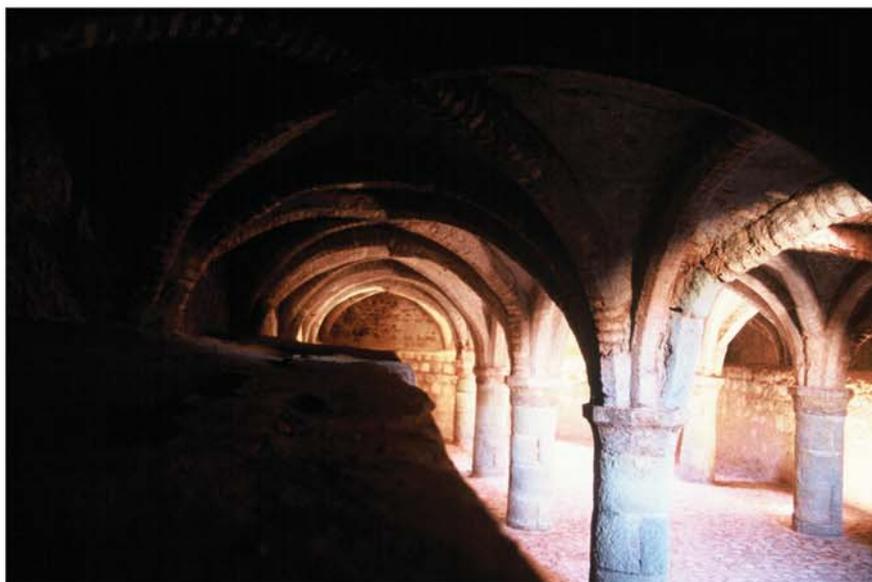
As abóbadas são sustentadas por cinco pares de colunas, com as paredes laterais formando três naves. Nas paredes existem outras dez mais oito mísulas, no total somando vinte e oito pontos de apoio de arcos estruturais. Cada coluna tem um fuste em pedra aparentando granito (podendo ser arenito de grande dureza), dispendo de capitel muito simples e de nervuras, talhadas em pedra de coral, concebidas como se se tratasse de tijolos prismáticos de pouca altura justapostos de maneira a ficarem com cinco faces à vista, e formando o desenho de quatro arestas, quais nervuras de folhas de um palmeiral...

A percepção e compreensão do espaço, enquanto igreja, tem dificuldades de ordem diversa, a começar pela cota em que hoje, ao entrar, nos apercebemos do seu interior - com os olhos ao nível da cruzaria das abóbadas, e não marcadamente abaixo dos capitéis das colunas - ou pelo facto de faltar o transepto (está mais ou menos certa a orientação geográfica canónica).





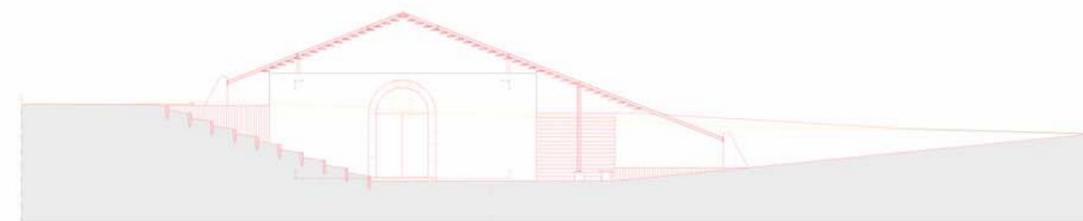
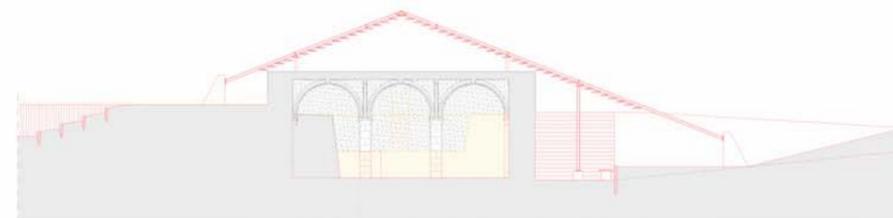
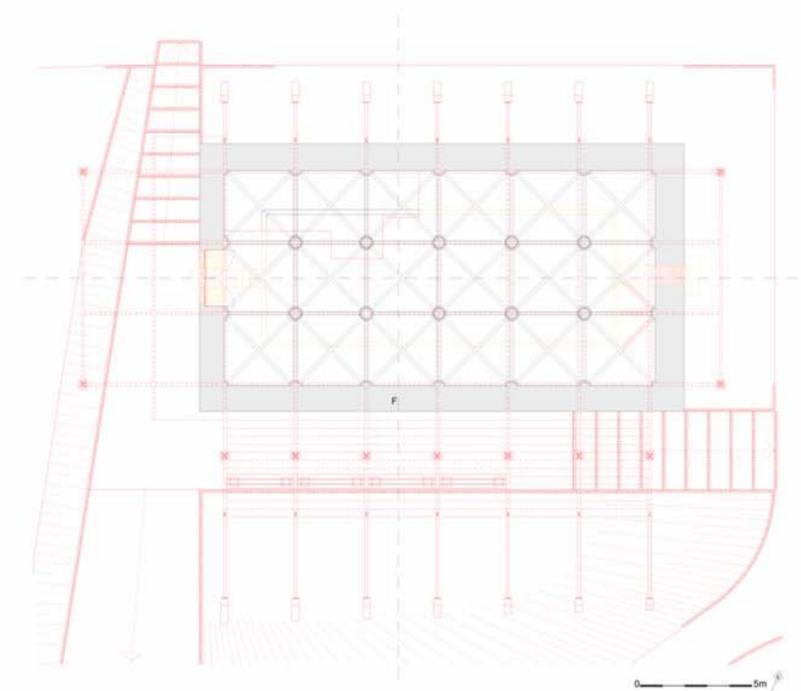
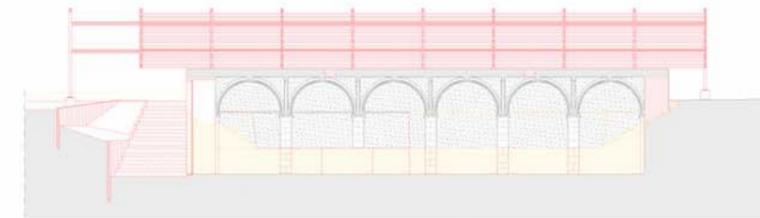
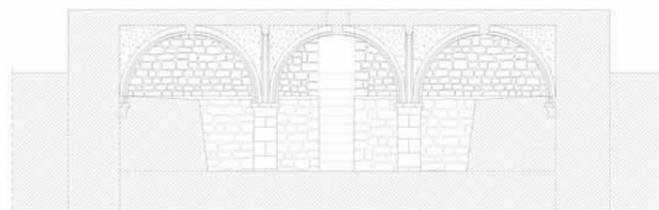
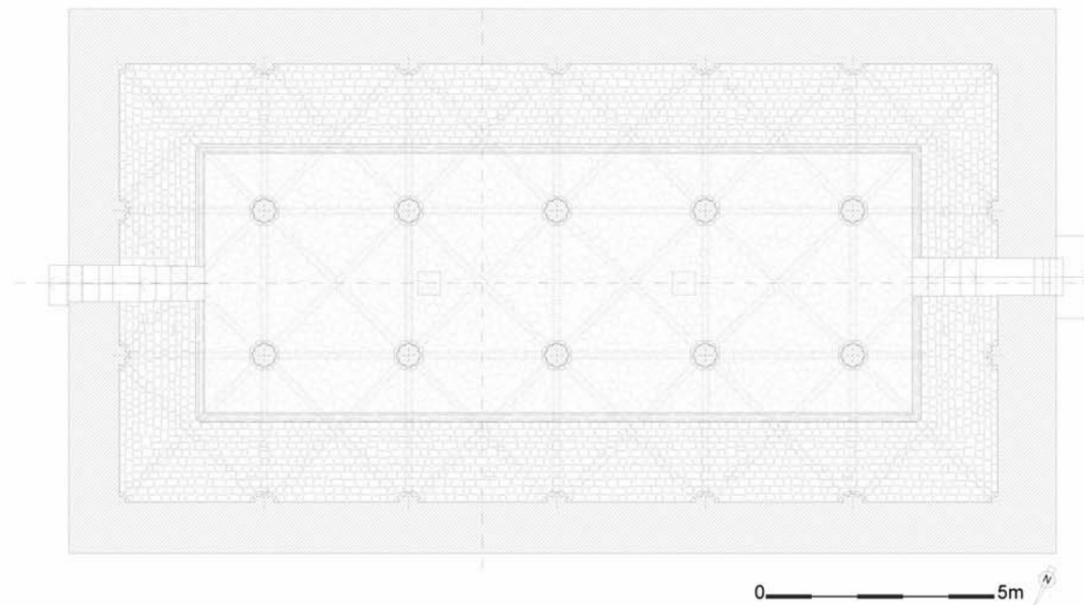
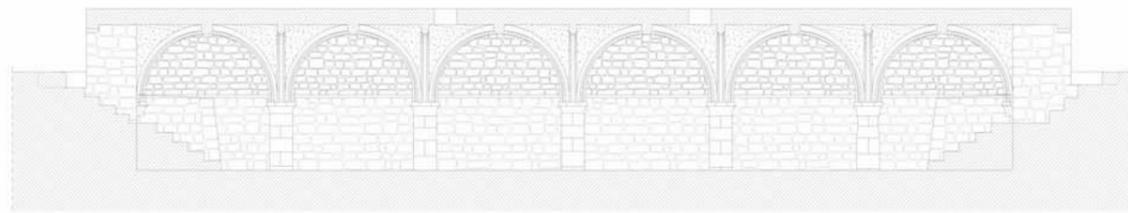
O interior da edificação apresenta, no presente, diversas afectações. Para além dos vãos nas paredes dos topos do paralelepípedo e de duas pequenas entradas de luz abusivas no terraço da cobertura, assinala-se o extraordinário alteamento do nível do pavimento e a realização de paredes de enchimento contra os muros externos, de modo a configurar um depósito para contenção de água, por meio de alvenarias apropriadas ao volume da cisterna e ao aprovisionamento e impermeabilização. Desconhece-se como seria (ou será) o relacionamento das colunas com o pavimento original, nomeadamente a expressão da sua base.



**FORTALEZA DE ORMUZ  
- A IGREJA MANUELINA / PRO-  
POSTA DE SALVAGUARDA**

Planta e Perfis, segundo os eixos  
marcados nas plantas, com a indi-  
cação de medidas preliminares de  
projecto (planta, cortes longitudinal  
e transversal e alçado da entrada).

As fotos esclarecem alguns aspectos  
da implantação do volume do estado  
actual da ruína, através de maquete  
realizada para exposição itinerante  
do Serviço Internacional da Funda-  
ção Calouste Gulbenkian, sobre pro-  
jectos de salvaguarda de património  
de origem portuguesa fora de Por-  
tugal - in João Campos, *Proposta  
Preliminar para o Projecto de Salva-  
guarda da Fortaleza de Ormuz / Preli-  
minary Proposal for the Project for the  
Safeguarding of the Hormuz Fortress -  
Julho de 2004, policopiado, Fundação  
Calouste Gulbenkian, Porto).*





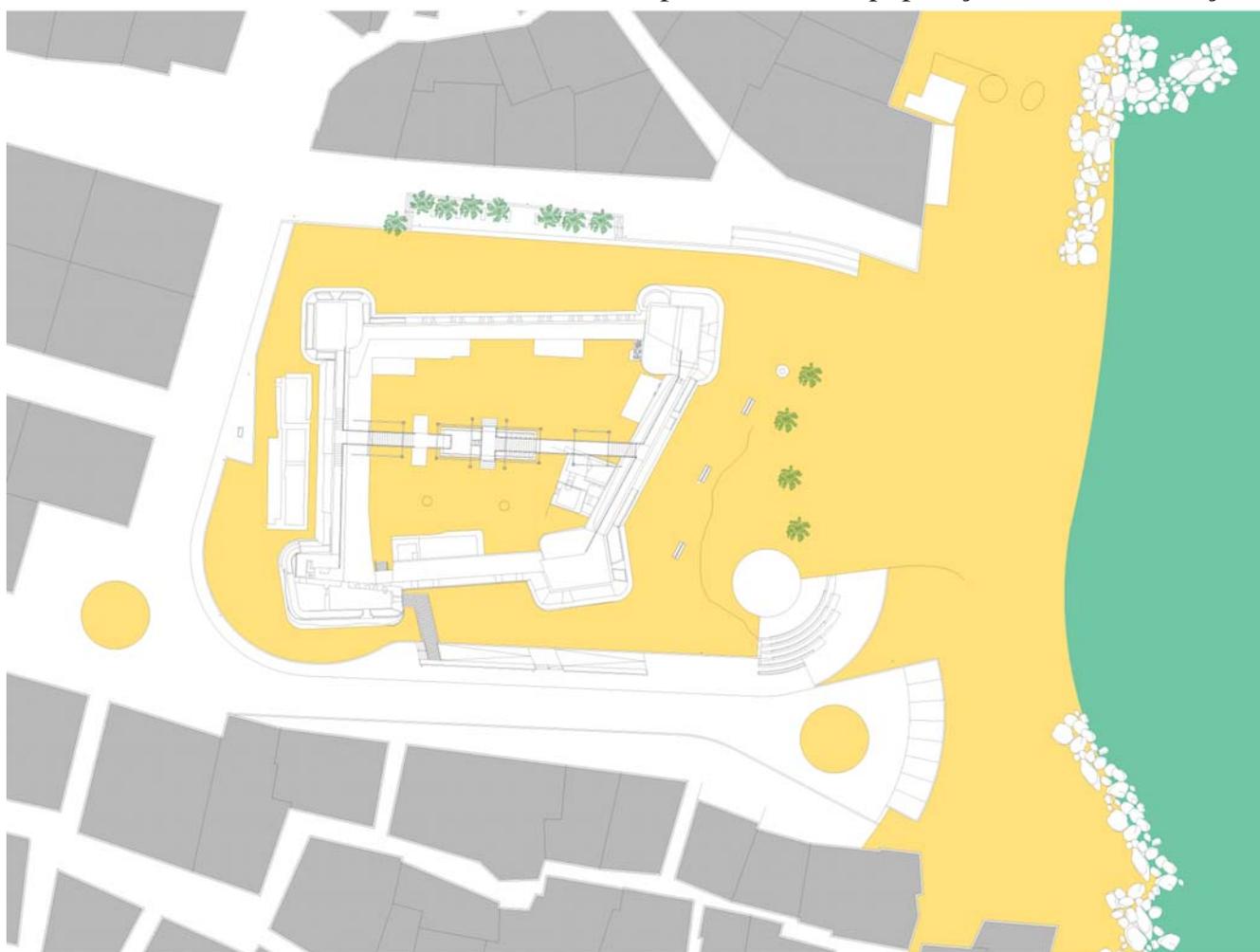
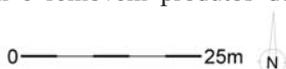


### 6.6.2 - A FORTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR DE KESHM

Por ocasião das nossas visitas de trabalho ao Irão, algumas acções de intervenção aconteciam sempre, promovidas pelas entidades políticas. No início de 2002, uma campanha de arqueologia estava em marcha, possibilitando melhores condições de observação da construção abobadada junto à parede Nascente, tornando-se igualmente legíveis (após o desentulhamento), diversas paredes de diferentes alvenarias justapostas, rampas, compartimentos que ocuparam o contorno das muralhas, a elas se encostando ou ocupando (e cobrindo) os bastiões.

Mas a informação mais inesperada<sup>85</sup>, foi a de o Forte de Keshm ter estado habitado até aos anos 70, e mesmo que, até cerca de 1950, fora residência do Governador local da ilha. Ainda segundo a mesma fonte, nos últimos 30 anos ter-se-ia assistido a uma degradação derivada do não-uso da construção, em grande medida causada pelo facto de a população local ter começado

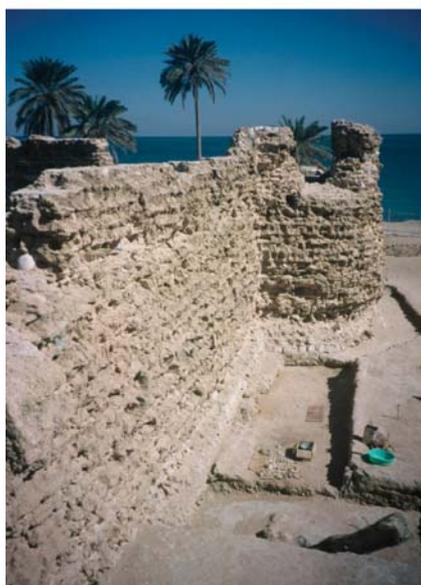
<sup>85</sup>Veiculada pelo Arqueólogo Ehsan Yaghmaei, do Ministério da Cultura / Teheran, subsidiado pela “Keshm Free Area”, o qual já realizara uma campanha arqueológica no Forte de Keshm no ano anterior e em Dezembro de 2001 / Janeiro e Fevereiro de 2002 está à frente de uma equipa de trabalhadores que limpam e removem produtos de escavação.



Na pág. anterior, Planta Geral / proposta de projecto apresentado para execução (João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda do Forte de Quexome*, F. Calouste Gulbenkian, Nov. 2002).

<sup>86</sup>Sr. Shamsipour, pessoa com 75 anos, muito lúcida, que nos recebeu em sua casa, situada ao lado da entrada do Forte, tendo os dados sido registados no nosso caderno de campo, em Fevereiro de 2002.

Três aspectos do baluarte Sul / Nascente do Forte de Keshm (Fevereiro de 2002).



a usar a pedra do Forte para construir as suas casas (mas a arquitectura tradicional é de terra, não de pedra).

Não obstante, as informações registadas não nos foram corroboradas pelo testemunho de um velho morador no local. De acordo com os informes recolhidos<sup>86</sup>, a abóbada de berço da cisterna tinha caído há cerca de 45 anos, sendo até essa altura um reservatório de grande utilidade para a população daquele núcleo urbano. Tinha duas aberturas nos topos e havia alguns rombos laterais, estando a abóbada sem protecção superior (isto é, apenas com a forma arqueada do extradorso da abóbada aparente). Por sua vez, o pano de muralha do lado de terra caiu havia uns 35 anos. Até essa altura o caminho de ronda era praticável em toda a sua extensão, embora o circuito tivesse que ser feito pelos compartimentos da construção que se sobrepunha ao bastião da porta, os quais estavam já sem cobertura há 70 anos (altura em que o nosso interlocutor se lembra de brincar no Forte). Por esse tempo haveria 25 a 30 canhões abandonados (mais tarde levados para Bandar-Abbas), a única rampa estava praticável, embora houvesse construção derruída no lado da muralha da praia (por onde se trepava para o caminho de ronda). Porém, os compartimentos abobadados recentemente escavados estavam “praticáveis”, intercomunicando entre si, e aos quais se acedia por meio de portas, descendo uns 3 degraus desde o nível da praça de armas.

Pelos anos de 1930, a porta do Forte, de madeira reforçada com barras de aço, ainda existia, e teria uma altura de uns 3 metros. Já não havia então memória de o Forte ser habitado, apenas se registando que, por uns 7 ou 8 anos, nos anos de 1960, uma mulher só, com problemas mentais (?), fez do compartimento



da entrada a sua casa, sendo tal tolerado pela população. Existia um fosso em três dos lados (sendo o de terra muito abrupto), formando um recinto exterior com ligação à praia. As 4 palmeiras aí existentes foram plantadas naquele nível original há cerca de 125 anos (as 8 outras laterais terão à roda de 75 anos). A “estrada” que corta a relação do Forte com a praia foi realizada por volta de 1975.

### 6.6.2.1 - COMENTÁRIOS SOBRE ASPECTOS DA ARQUITECTURA DO FORTE

#### A - GRANDE CISTERNA CENTRAL

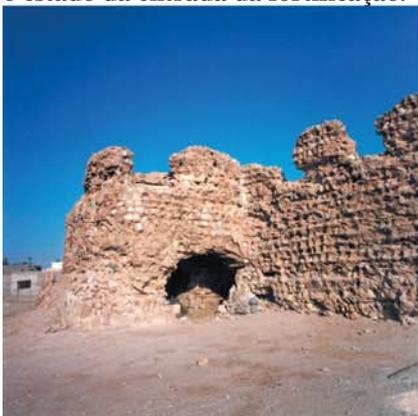
O desentulhamento do reservatório no meio da praça de armas foi realizado até ao fundo, mostrando rebocos impermeabilizantes na parte inferior das paredes e no pavimento.

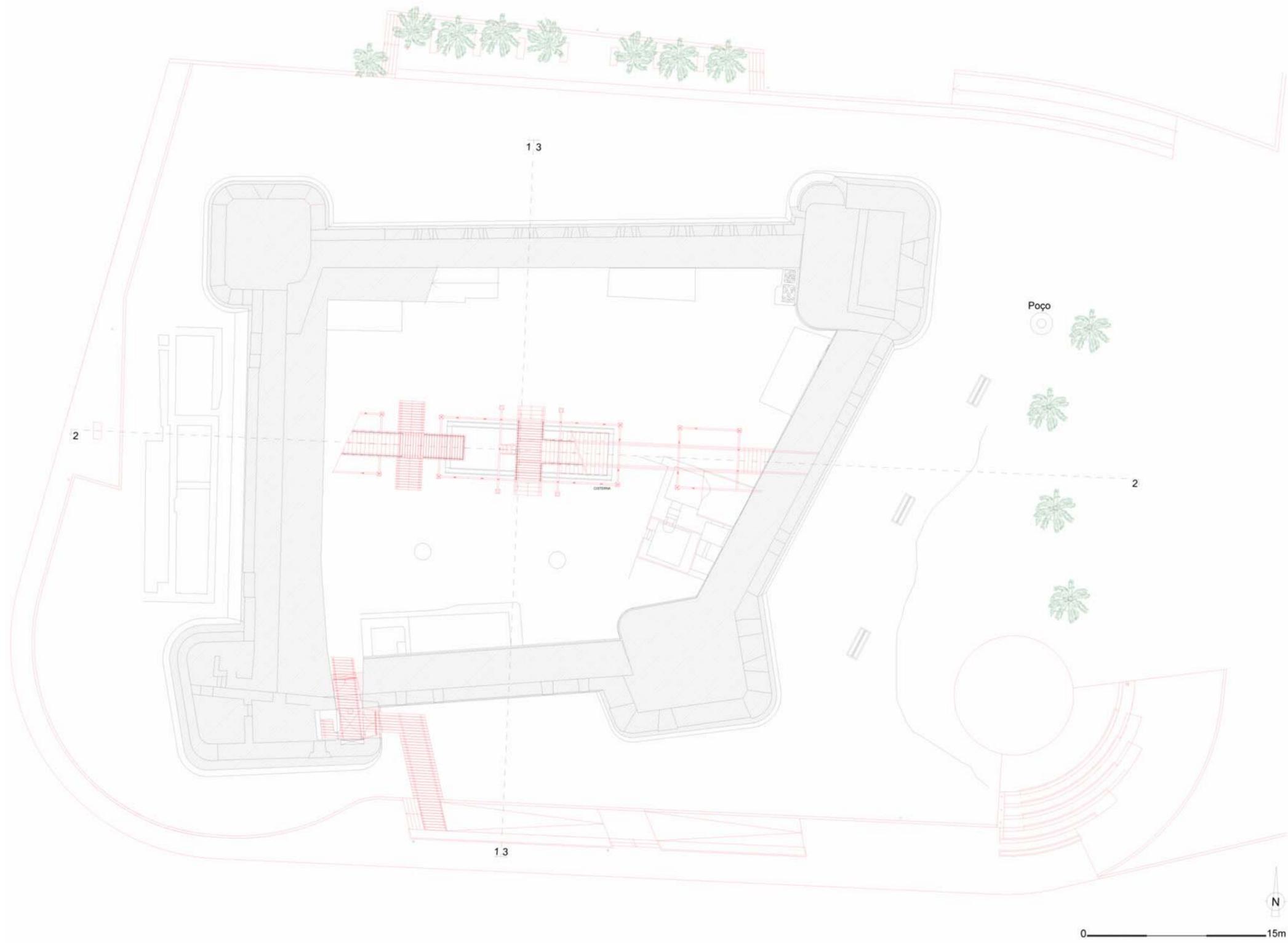


Baluarte Norte / Nascente e vista parcial da frente de mar, com a entrada em segundo plano, Em primeiro plano vê-se a formação geológica que serviu para a fundação da fortificação.

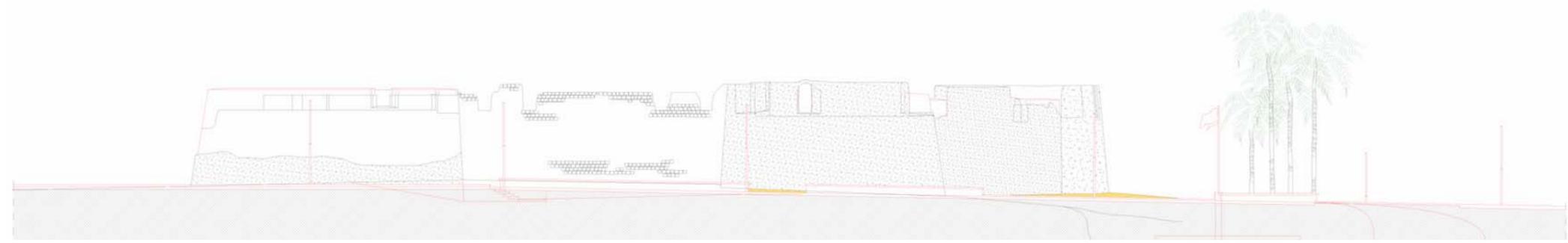


**Imagens de um dia de violenta ventania, infligindo forte erosão ao monumento. Em cima, muralha Norte com o bastião do lado de mar. As duas vistas do interior mostram trabalhos de limpeza em curso (Fevereiro de 2002). Nas duas fotos de baixo observa-se, na mesma data, o estado da entrada da fortificação.**

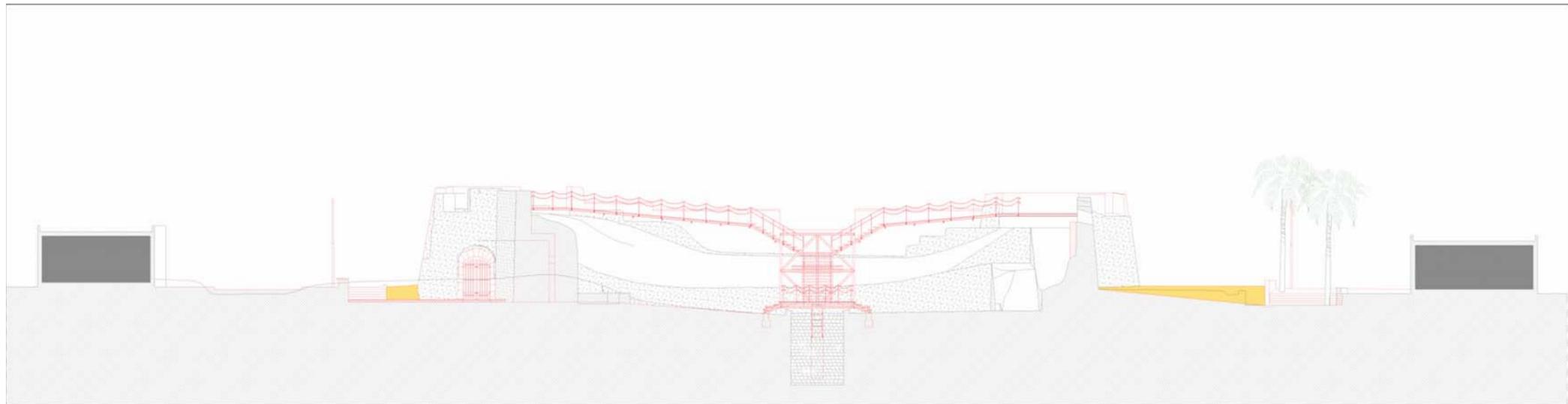




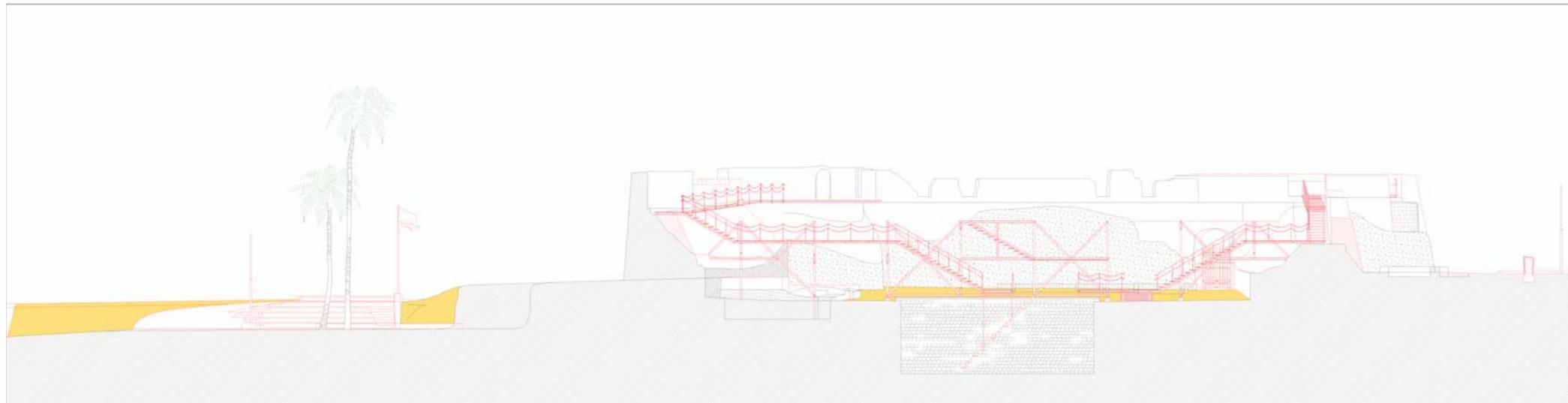
Planta do piso térreo e Alçado Sul do Forte de Keshm, segundo a proposta de projecto apresentado para execução (João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda do Forte de Quexome*, Fundação Calouste Gulbenkian, Novembro de 2002).





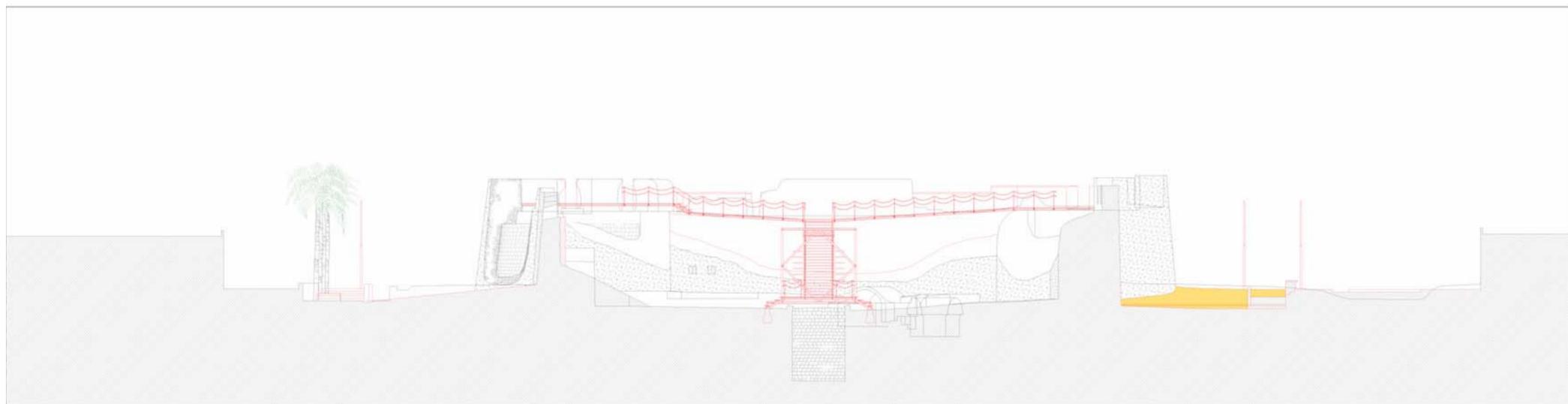


CORTE 1



CORTE 2

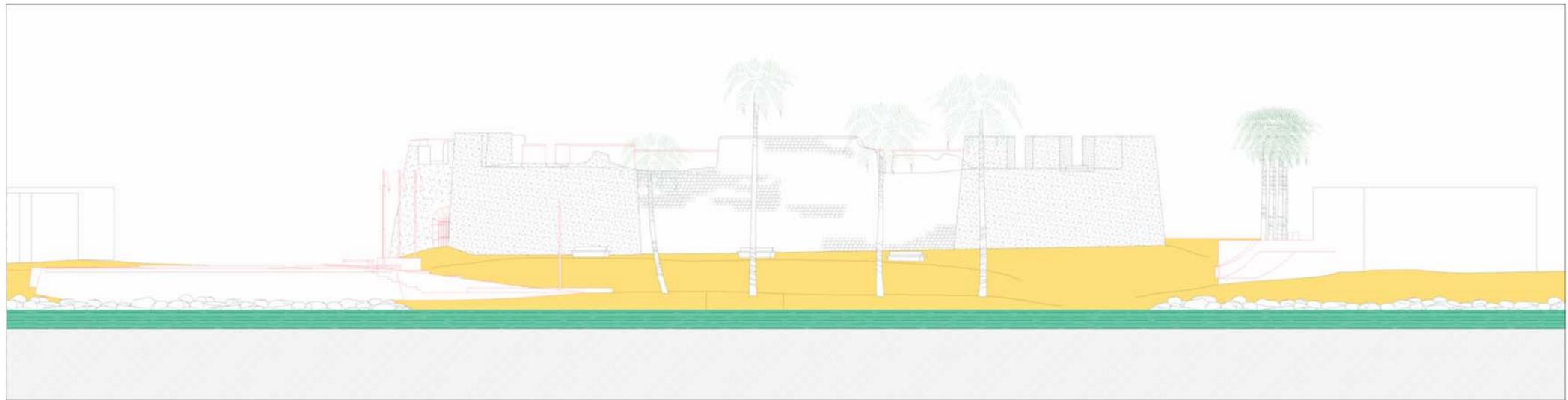
0 ————— 15m



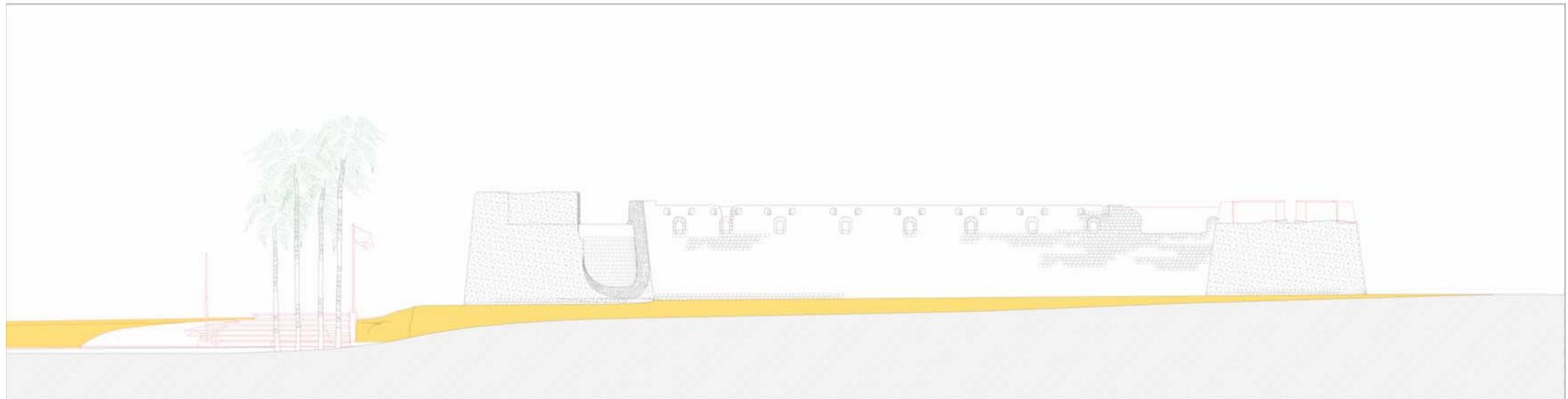
CORTE 3

Cortes 1, 2 e 3 do Forte de Keshm, segundo a proposta de projecto apresentado para execução (João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda do Forte de Quexome*, Fundação Calouste Gulbenkian, Novembro de 2002).





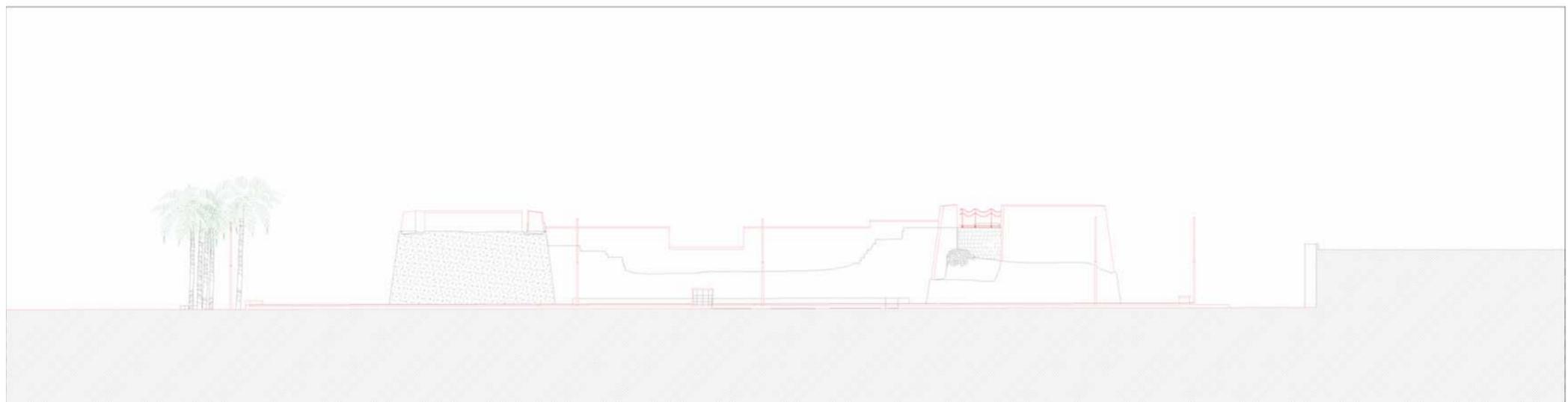
ALÇADO NASCENTE



ALÇADO NORTE

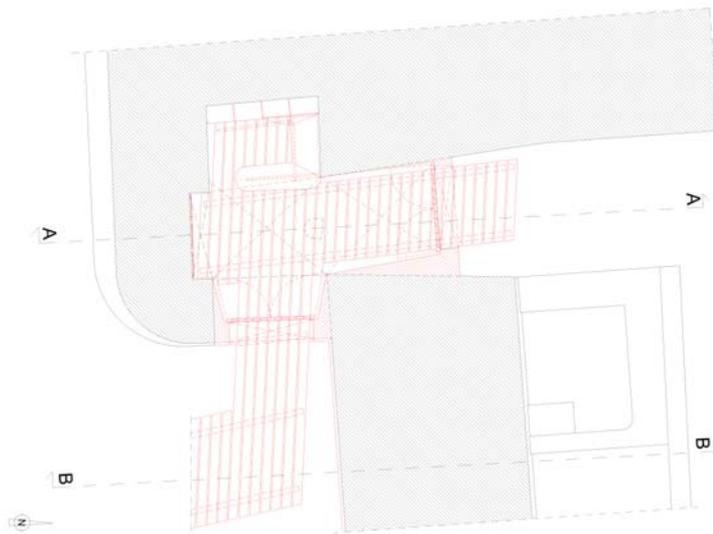
0 ————— 15m

Alçados virados ao mar, a Norte e para o lado de terra do Forte de Keshm, segundo a proposta de projecto apresentado para execução (João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda do Forte de Quexome*, Fundação Calouste Gulbenkian, Novembro de 2002).

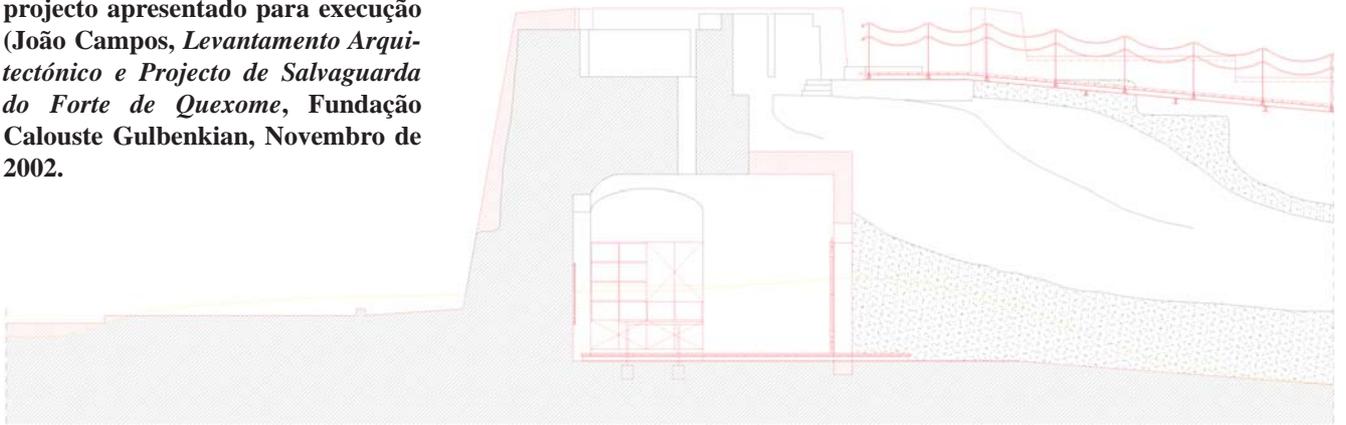


ALÇADO POENTE



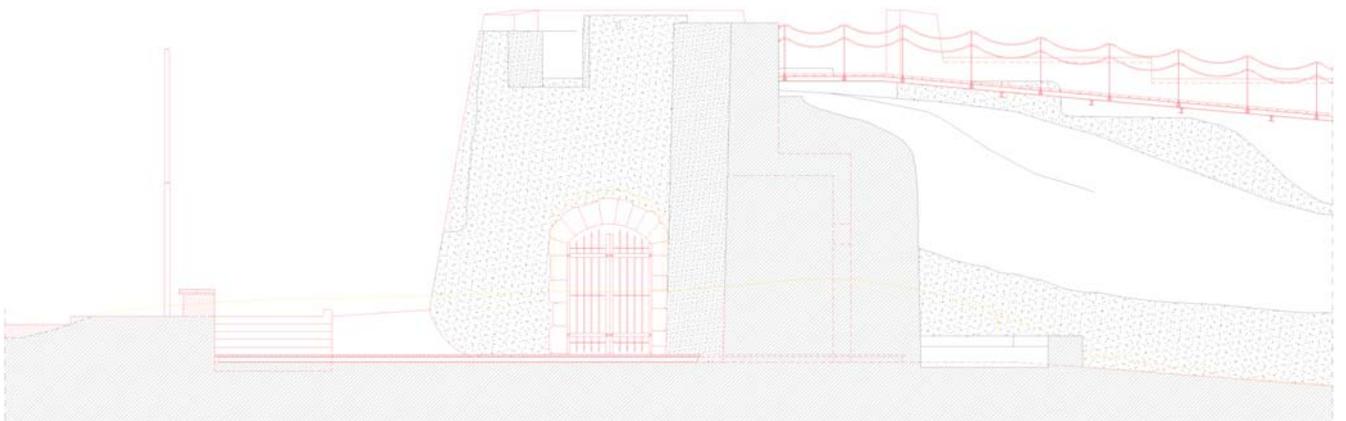


**Planta, Corte A e Alçado da entrada do Forte de Keshm (bastião Sul / Poente), segundo a proposta de projecto apresentado para execução (João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda do Forte de Quexome*, Fundação Calouste Gulbenkian, Novembro de 2002.**



**CORTE A**

0 ————— 5m







Ao alto, em primeiro plano, terraço do bastião das entrada (Sul / Poente), vendo-se ao longe a muralha virada ao mar. Em baixo, aspecto dos escombros interiores do Forte, estando a ser retirado o entulhamento de um compartimento abobadado. À direita, vista sobre a muralha derruída do lado de terra (Poente), e ao fundo o lado Sul, com o local da entrada.

Medida a altura da cisterna obtivemos 4,60 metros até à linha de nascença da abóbada que a cobria, da qual existe ainda uma (por vezes duas) fiadas.

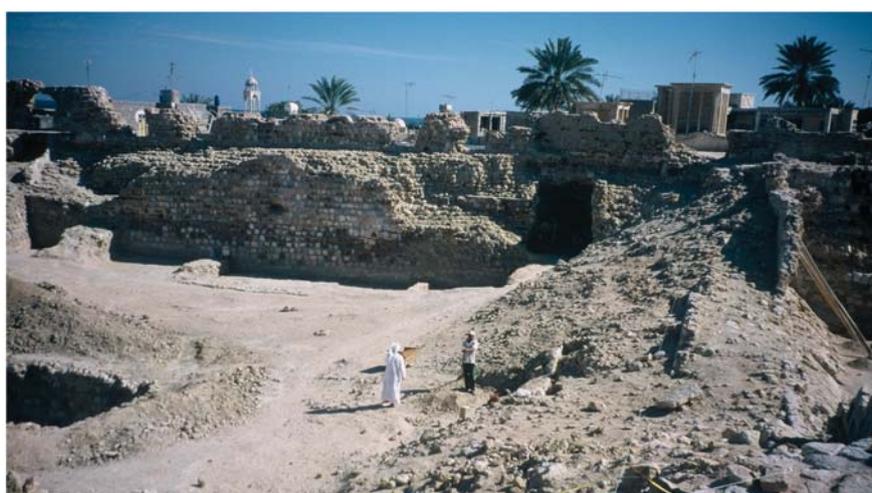
A cubicagem deste reservatório atinge assim, com os seus 13 metros de comprimento por 3,60 metros de largura, um total de 2150 metros cúbicos - o que representa uma capacidade notável, apropriada para fazer a aguada de toda uma armada. Aliás, no desenho de Herédia (Códice de S. Julião da Barra) está escrito no mapa que contém a “*Y dequexime: onde fas A agoada*”.

Anota-se ainda a observação de alvanéis conduzindo ao topo da cisterna, designadamente do lado Sul, onde foram descobertas bocas (pelo menos duas, uma delas já totalmente escavada) cilíndricas, as quais deveriam receber água das chuvas. Além dessas entradas à cota da praça de armas, existe um ducto no canto do bastião Nascente/Sul, o qual poderá eventualmente ser um condutor da água, desde o nível do caminho de ronda.

A captação da precipitação pluviométrica seria um aspecto muito importante para a função do Forte. Por isso observámos rebocos e argamassas quinhentistas de extraordinária qualidade, incluindo nas zonas de ar livre.



Em cima, trabalhos na cisterna grande do centro da praça-de-armas (Fevereiro de 2002). Ao lado, imagens do interior do Forte, na altura da campanha arqueológica.



## **B - NÚCLEO DOS COMPARTIMENTOS ABOBADADOS**

Situados contra a parede do caminho de ronda do pano de muralha virado ao mar, observa-se (com forte expressão) um conjunto de compartimentos no qual sobressaem dois deles ainda com abóbadas de berço.



Encostados à muralha, do lado Nascente (virado ao mar), subsistem algumas abóbadas de berço em compartimentos que faziam, por certo, parte das instalações do aquartelamento. Num deles, ainda se achou uma peça de artilharia (foto inferior, à esquerda).

Os compartimentos com as abóbadas apresentam o pavimento a um nível inferior ao da cota geral da parada, talvez por razões de adaptação às condições climáticas da zona.

No maior - onde se acham dois canhões de ferro - resta apenas metade do tecto, mas num outro, intercomunicando lateralmente, existe uma sala quadrangular com um tipo de aparelho de pedra imbricado de pequenas dimensões, e com rebocos (por camadas) de grande qualidade impermeabilizante, a toda a volta e até à altura da bordadura de um degrau de bordo que relaciona uma entrada por três alturas de espelho bastante alto.

A nossa leitura é de se tratar de uma pequena cisterna, para uso quotidiano da praça militar.

A situação actual das escavações mostra uma confusa relação entre níveis de compartimentos, sendo porém certo que a cota destes dois compartimentos ainda abobadados constituirá um piso original, um pouco abaixo (os três degraus referidos pelo Sr. Jamsipour) da cota geral da praça de armas.

À parte o da cisterna, a outra sala não mostra sinais que evidenciem a função. No entanto, é admissível poder tratar-se de um paiol, já que era virtualmente defendida do ataque por mar - dada a cota a que se situava, a espessura da muralha e a certeza de que a balística que sobrevoasse o muro de defesa não poderia alvejar aquela zona construída.

Junto do bastião Nascente/Norte estão neste momento a ser descobertos dois “depósitos” com dezenas de balas de pedra (muitos outros “pilouros” foram encontrados), tendo surgido, num compartimento contíguo à parede do mesmo bastião uma peça de fogo muito fragmentada pela oxidação e incompleta na parte da boca de fogo (prenunciando a hipótese de ali estar arrumado ou ter colapsado do caminho de ronda, já com uma destruição parcial por explosão).





### **C - APARELHOS DE ALVENARIA E NÍVEIS DA ELEVÇÃO DO FORTE**

Observação do baluarte Norte / Nascente, a partir do interior da fortificação. Este ângulo da construção apresenta o extraordinário interesse histórico de comprovar que, antes de uma grande reforma (eventualmente de 1621), outra ou outras fases construtivas existiram, sendo a primeira muito semelhante à da inicialmente levada a cabo em Ormuz. Não seria despendiosa. Aliás, a possibilidade de Inofre de Carvalho ter intervindo em Keshm nos finais dos anos de 1550 ou princípios de 1560, dadas as semelhanças patentes com técnicas por ele utilizadas nos trabalhos da grande fortaleza.

Já referimos a particularidade especial do tipo de alvenaria da(s) cisterna(s). Mas todo um conjunto demonstrativo da tecnologia da construção se torna aparente no estado de grande ruína a que o Forte chegou.

As superfícies, exteriores e interiores, dos muros são adjunções a uma primeira fase da edificação. Neste primeiro momento, com uma cêrcea mais reduzida e de óbvia espessura menor, encontra-se uma metodologia que consistiu na elevação das paredes com pedras vulcânicas da ilha de Ormuz (não existem noutro lado), aparelhadas numa das faces para formar os planos verticais com pequeno jorramento.

As argamassas dessa primeira fase, de muito boa qualidade, utilizaram parcialmente a terra vermelha de Ormuz (não existe noutro lado), ainda bem visível em alguns troços da elevação das alvenarias, mas particularmente nos níveis do caminho de ronda primitivo.

O tipo construtivo de uma segunda fase, consistindo sobretudo no considerável aumento da espessura das muralhas (bastiões incluídos) e no alteamento da cêrcea (com a consequente disponibilização de um parapeito mais elevado e, sobretudo, com maior área para manobras das peças de artilharia), foi executado por camadas sucessivas travadas obliquamente em certo número de fiadas das pedras. Estas são sempre do tipo sedimentar (existente em Keshm), idênticas às do interior do aparelho de preenchimento dos muros da 1ª fase.

Diversos tipos de alvenaria e de soluções de argamassas, verificando-se o uso de gesso e de terras locais e de “terra vermelha” de Ormuz. Utilização de “polmes”, de casca-lheiras de conchas para aproveitamento de calcário e de enchimentos com fracos ligantes - ao lado de técnicas impermeabilizadoras e de forte resistência mecânica. Revestimento externo de pedras aparelhadas já destacadas das argamassas de suporte.

A ligação do segundo tipo de alvenaria não cuida de uma fixação particularmente eficaz com a do tipo anterior, dando a sensação de que o conjunto se comporta autonomamente - como uma “carapaça” de um esqueleto - que, por tal via, se apresenta ainda bastante bem conservado.

Esta realidade dá-nos a possibilidade de ler a primeira feição da fortificação, embora existam hiatos na observação actual do conjunto, confirmando-se a hipótese, através da observação feita agora, de poder ter sido erigido o Forte de Keshm em 1521, uma meia dúzia de anos após a conclusão da 2ª fase da obra de Albuquerque em Ormuz (1515) - o que significa que a tecnologia e os princípios da arquitectura militar (embora de transição) estão já mais evoluídos que os exemplares “práticos” de Quíloa ou de Aguz.

Tão-pouco o Forte apresenta uma configuração de quadrilátero regular, antes se assistindo a uma “maturação” dos princípios do projecto face às questões muito específicas da sua implantação cuidadosa, podendo considerar-se o esquema renascentista da entrada como pertencendo ao traçado original.

Na verdade, nenhuma possibilidade de identificação de outra porta para o Forte se detecta nas alvenarias inspeccionadas.





Alvenarias impermeabilizantes interiores de grande qualidade, para constituir reservatório de água num dos compartimentos abobadados (fotos da esquerda e centro). Na imagem da direita vê-se o reboco de um compartimento de habitação ainda em bom estado.

#### 6.6.2.2 - PARA UMA TEORIA DA ARQUITECTURA DO FORTE DE KESHM

Aqui chegados, e com a restituição desenhada que a seguir apresentamos, verificam-se alguns dados de grande interesse, possibilitando estabelecer algumas conclusões tendentes a uma definição tipológica desta arquitectura militar.

Datando de 1521, poderá eventualmente classificar-se o Forte dentro de uma “arquitectura de transição”, embora com apontamentos que introduzem já as novas tendências renascentistas.

Não obstante, o esquema de Aguz o de Quíloa (peças arquitectónicas regimentais, de programa pré-estabelecido e preparado para uma rápida execução) tem ainda algumas reminiscências no caso de Keshm.

De facto, há um desenvolvimento concentrado em dois pontos opostos da diagonal do quadrilátero, numa evolução do torreão (não redondo, apenas arredondado) para bastião.

Porém (e fazendo jus à leitura da primitiva construção por desmoronamento das componentes exteriores da reforma seiscentista) um dos outros cantos (em ângulo) também não contém a simplicidade do modelo de Forte do início do século XVI. No ângulo Nascente/Sul vêem-se reminiscências de traçado que parece aproximar-se embrionariamente de uma outra forma de bastião, mas deixando todo o campo livre para o tiro que fosse produzido do bastião da porta (do lado de terra, Sul/Poente).

A porta apresenta um dispositivo de antecâmara abobadada, com uma área suplementar face à entrada, antes da viragem em ângulo recto para o interior da praça de armas. Embora o nível do solo esteja bastante alteado em relação à soleira original (de que se não vêem vestígios) - pelo menos cerca de 1 metro, conquanto o nível do interior devesse descer mais uns 50 centímetros - não nos parece que nesta zona houvesse qualquer torre / casa de guarda. Esta atitude já é um carácter distintivo da modernidade desta arquitectura militar. A cêrcea dos primeiros panos de muralha era bastante baixa (são visíveis os pavimentos do caminho de ronda, com argamassa vermelha da terra de Ormuz e do mesmo tipo nas superfícies dos terraços dos dois quase-bastiões.

Sendo o da porta abobadado, é possível que outros dois compartimentos existissem sob o terraço dos outros dois quase-bastiões dos ângulos da praia. A observação local não foi conclusiva, visto não se ter detectado a existência segura de um vão de passagem, quer no canto Nascente/Norte, quer no Nascente/Sul.

A situação mista deste Forte apresenta ainda a diferenciação da cota do parapeito ameado do caminho de ronda e a maior altura dos (3) cantos com torreões / baluartes.

A aparência do Forte, fruto de uma vasta reforma empreendida pouco tempo antes de ser abandonado pelos Portugueses (1622), consistiu num aumento geral das espessuras das alvenarias do recinto muralhado, talvez com nova reconfiguração do pano de muralha Nascente (já que não vimos sinais explícitos de parede da 1ª fase, nem detectámos níveis de pavimento relativos ao primeiro caminho de ronda).

Na sua compleição final, sendo alterados os panos de muralha



**Baluarte Norte / Nascente, vendo-se o estado dos merlões e das embocaduras das canhoneiras. Na parte inferior nota-se a diferente condição da alvenaria, correspondente à compleição inicial do Forte quinhentista.**

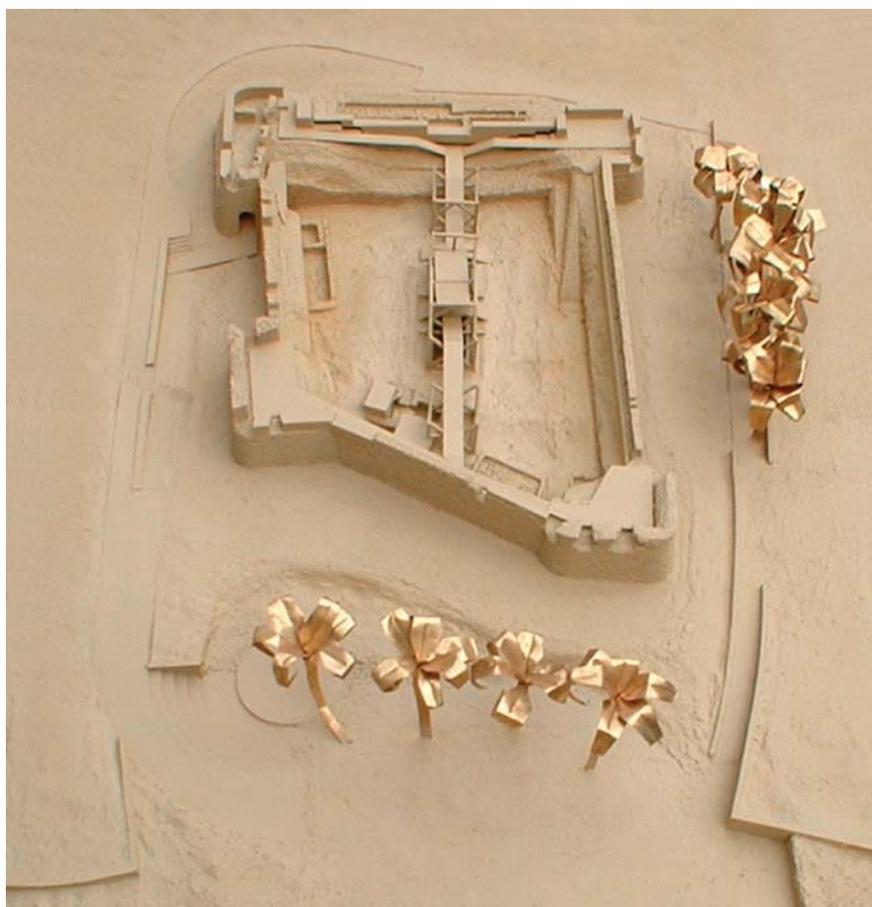
<sup>87</sup> A cêrcea dos panos de muralha da primeira edificação era bastante baixa (são visíveis registos de pavimentos do caminho de ronda, com argamassa vermelha da terra de Ormuz).

<sup>88</sup> As argamassas dessa primeira fase, de muito boa qualidade, utilizaram parcialmente a terra vermelha de Ormuz (não existe noutro lado), ainda bem visível em alguns troços da elevação das alvenarias, mas particularmente presente nos níveis do caminho de ronda primitivo.

para a cota dos bastiões (incluindo uma configuração “reduzida” do ângulo Norte/Poente), o Forte surge com uma imagem “actualizada”, pretendendo conformar uma teoria dos ângulos de tiro (para o que “corrige” alguns alinhamentos dos bastiões), embora a aparência deva muito ao tipo de alvenaria (de qualidade “apressada”).

A reforma “modernista” - parecendo querer evoluir explicitamente da forma circular dos torreões/bastiões para pequenos baluartes de orelhões (mais ou menos incipientemente repetidos em todos os ângulos da fortificação, e fazendo lembrar Inofre de Carvalho, até pelas suas formas arredondadas) -, apresenta um interesse particular. A ruína apresenta uma evolução arquitectónica bastante contida ao fim de um século, na reforma concluída sob o comando de Rui Freire de Andrade, nas vésperas do abandono do Forte<sup>87</sup>.

No primeiro momento (com uma cêrcea mais reduzida e de óbvia espessura menor) encontra-se uma metodologia construtiva que consistiu na elevação das faces das paredes com pedras vulcânicas da ilha de Ormuz (não existem noutro lado), aparelhadas numa das faces para formar os planos verticais com pequeno jorramento<sup>88</sup>.



**Maqueta da proposta de projecto apresentado para execução (João Campos, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda do Forte de Quexome*, Fundação Calouste Gulbenkian, Novembro de 2002).**

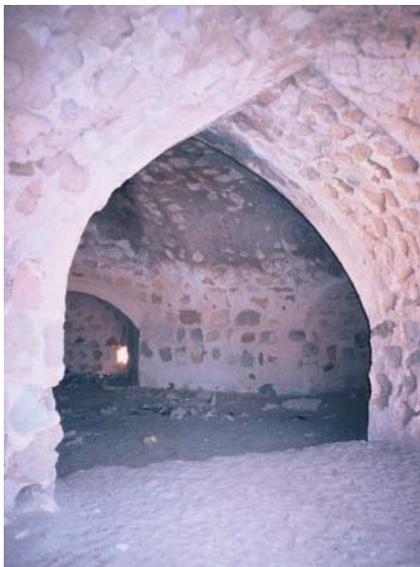
<sup>89</sup>A ligação do segundo tipo de alvenaria não cuida de uma fixação particularmente eficaz com a do tipo anterior, dando a sensação de que o conjunto se comporta autonomamente (como uma “carapaça” de um esqueleto) que, por tal via, se apresenta ainda bastante bem conservado.

<sup>90</sup>Já que não existem sinais explícitos de parede da 1ª fase, nem detectámos nesta cortina os níveis de pavimento relativos ao primitivo caminho de ronda.

<sup>91</sup>Na equipa de arqueologia que trabalhava no forte de Keshm um jovem universitário havia dado sinal do interesse do Ministério da Cultura iraniano em conhecer com rigor o que existia em Larak, sabendo-se que não se tratava de fortificação árabe ou persa, mas de que não se conhecem fontes explicativas.

<sup>92</sup>Amavelmente facultada por Willelm Floor, a quem agradecemos. Complementarmente confirmou-nos que “the Dutch noted that in 1645 the island was

**Curiosa perspectiva do nível intermédio de um dos bastiões do Forte de Larak (Nascente), com o vão da entrada em arco de ligeira querena e o desenvolvimento radial da posição das canhoneiras para as peças de artilharia, sendo o conjunto do piso abobadado num interessante cruzamento com tecnologias construtivas persas igualmente utilizadas na fase “moderna” de Ormuz.**



O tipo construtivo da segunda fase<sup>89</sup>, consistindo sobretudo no considerável aumento da espessura das muralhas (bastiões incluídos) e no alteamento da cércea (com a consequente disponibilização de um parapeito mais elevado e, sobretudo, com maior área para manobras das peças de artilharia), foi executado por camadas sucessivas travadas obliquamente em certo número de fiadas das pedras. Estas são sempre do tipo sedimentar (existente em Keshm), idênticas às do interior do aparelho de preenchimento dos muros da primeira fase.

A aparência do Forte, fruto de uma vasta reforma empreendida pouco tempo antes do abandono das possessões na entrada do Golfo Pérsico (1622), consistiu num alteamento geral e no aumento substancial das espessuras das alvenarias do recinto muralhado, talvez com reconstrução do pano de muralha Nascente<sup>90</sup>.

Na sua compleição final, sendo alterados os panos de muralha para a cota dos bastiões, o Forte surge com uma imagem “actualizada”, pretendendo corresponder a uma postura de acordo com a teoria dos ângulos de tiro, e assim “corrigindo” alguns alinhamentos na sua nova configuração abaluartada.

### 6.6.3 - A DESCONHECIDA FORTIFICAÇÃO DE LARAK

A ilha de Larak triangula com a de Ormuz e com o ponto avançado de Keshm no controlo da entrada do Golfo Pérsico, sendo um dos vértices da hipotenusa que une as fortalezas implantadas naquelas duas pequenas ilhas. O desconhecimento da fortificação de Larak é quase absoluto. E só a circunstância de haver más condições de mar para o trajecto entre a nossa base de Keshm e as tarefas a cumprir em Ormuz, permitiu desviar-nos para uma rápida exploração<sup>91</sup> e registo de um tesouro histórico de que se não fala.

Merece referência a notícia<sup>92</sup> de que uma edição de um académico da Universidade de Teerão contém menção específica sobre o assunto. Trata-se de Athar-e Shahrha-ye Savahel va Jazayer-e Khalij-e Fars va Darya-ye ‘Oman, da autoria de Ahmad Eqtedari, segundo o qual o forte de Larak é do mesmo tipo do de Keshm, e portanto de origem portuguesa, embora não apresente documentação de suporte<sup>93</sup>. É certo que os desenhos de Pedro Barreto de Resende, no Códice de António Bocarro,

uninhabited and that the governor-general of the VOC considered occupying the island and moving the Dutch factory there due to the war with Pérsia. Although the Dutch fleet was lying at anchor off Larak, there does not seem to have been any major building activity; at least I did not come across any mention of this”.

<sup>93</sup>Op. cit., p.740, Tehran, 1348 / 1969.

<sup>94</sup>O mapa de Herédia, do Códice de S. Julião da Barra, também assinala uma construção militar na pequena ilha de Engam (muito chegada a Keshm) e, tanto quanto pudemos apurar, não existem quaisquer memória ou vestígios.

<sup>95</sup>*Os poços de Quéixome encontraram-se cheios de sardinha podre, mas a esquadra abastecia-se de água da ilha de Laraque. As quatro naus [de Albuquerque, no cerco de 1507] tomaram posições em volta de Ormuz, mas cada uma tinha de estar de guarda por sua vez aos poços de Laraque* (Elaine Sanceau, *O Sonho da Índia / Afonso de Albuquerque*, 1939, Liv. Civilização, Porto, pág.104).

<sup>96</sup>Entre mito e realidade (ou numa sobreposição das duas vertentes), também em certas regiões do Irão se acolhe a tradição do “português

ou os de Godinho de Herédia<sup>94</sup>, assinalam a existência de uma fortificação em Larak.

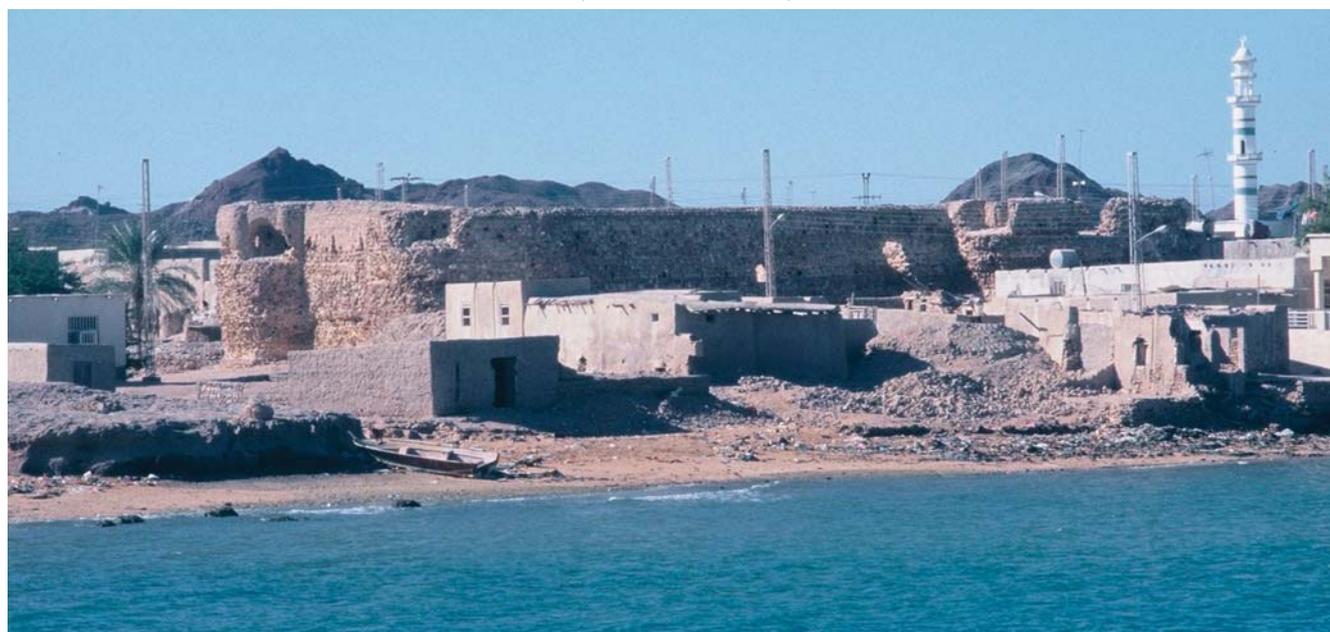
E conta-nos Gaspar Correia que, quando Afonso de Albuquerque negociou o sítio com o representante do Xá, Cogear, para a erecção da fortaleza, a ilha de Larak, bem como a de Keshm ou o lugar de Turumbaque (na costa oposta à cidade, na ilha de Ormuz), foram apresentados como alternativa e fazendo parte do jogo de “dissimulação” que conduziu à decisão final. Confirma-se, de todo o modo, que os portugueses concretizaram toda uma apertada trama edificada na entrada do Golfo, começando com submissões e possessões na banda arábica e realizando, do lado pérsico, Ormuz, e logo depois Keshm, bem como, na terra firme, Comorão (na actual Bandar-Abbas, e de que nada parece existir), seguindo-se-lhes Larak.

Larak era um ponto de apoio compreensivelmente importante na organização do controlo da navegação e defesa, conjugada com Keshm e com Comoran (este no Continente), para a posição principal de Ormuz.

De resto, a pequena ilha de Laraque servira, já no tempo inicial de Afonso de Albuquerque, como fornecedora de água para Ormuz, devido a esta ilha ser completamente desprovida de água e a de Keshm ter sido sabotada naquela altura<sup>95</sup>.

Mais tarde, a grande feitoria fortificada de Bandar-e Kong, ainda com testemunhos arqueológicos significativos, prolonga, já com novos enquadramentos político-estratégicos, o esforço de uma constante presença portuguesa na região<sup>96</sup>.

**Vista sobre a fortificação, a partir do porto de serventia da pequena povoação de Larak (Fevereiro de 2002).**

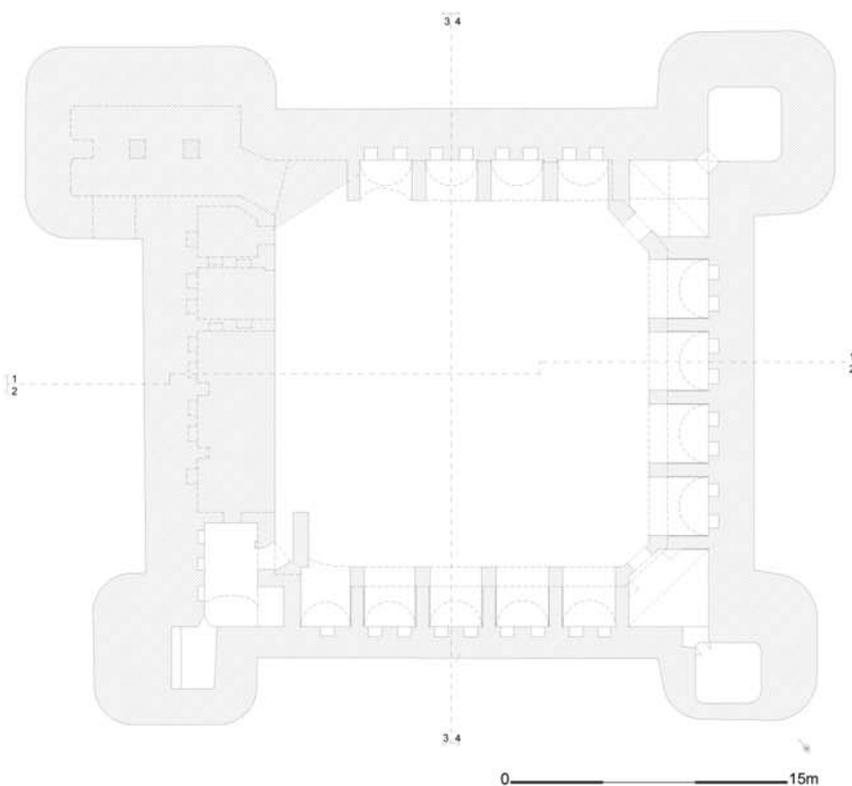




construtor de fortalezas”, como por exemplo, sobre a possível origem lusitana da fortificação de Sha-Bahar (cujas ruínas tivemos ocasião de visitar), próximo da fronteira com o Paquistão.

Em cima, face Nascente/Sul com os bastiões arredondados que possuem dois níveis de fogo acasamatados, para além do nível do terraço. O parapeiro da cortina e a própria configuração do remate do bastião Sul foram alteados, em função de uso posterior à fase inicial.

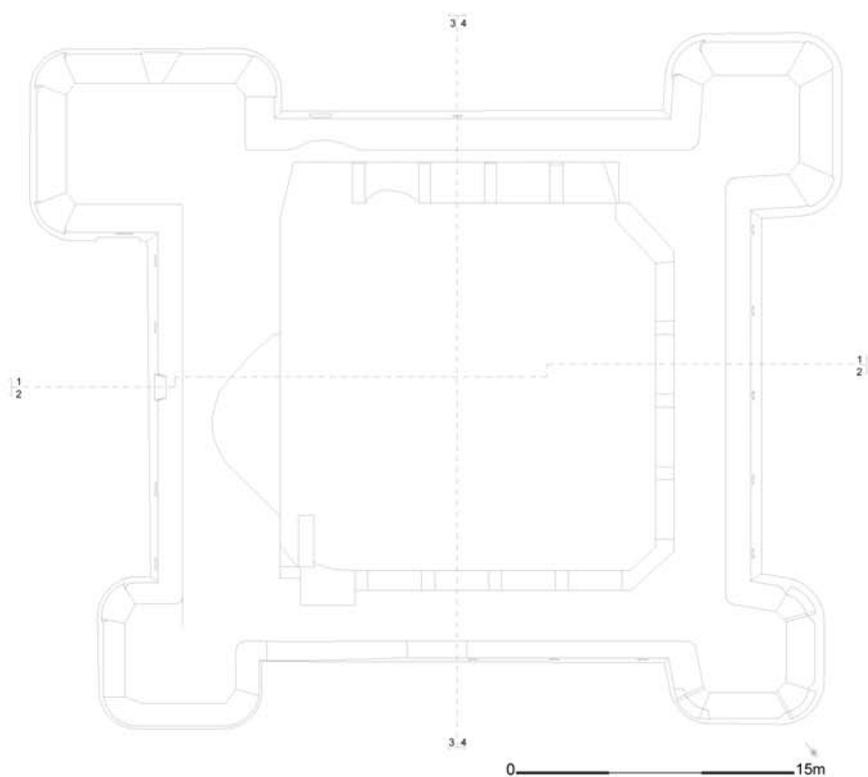
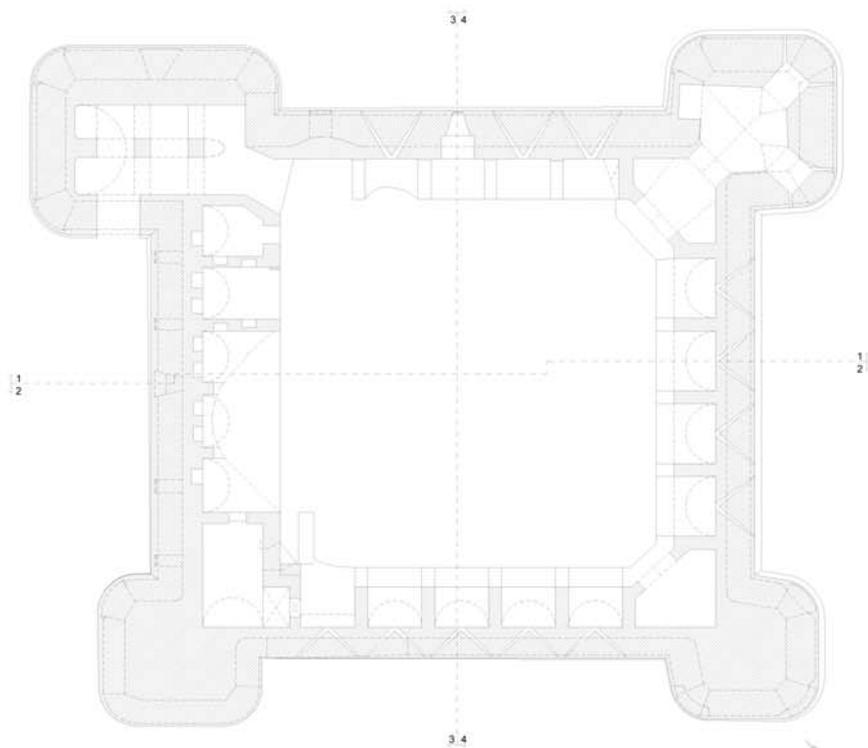
Plantas do piso inferior e (na página seguinte) do piso intermédio e do caminho de ronda, in João Campos, Viagem a Malta e ao Irão (24 Jan - 12 Fev, 2002) / II. *Levantamento Arquitectónico de Keshm e de Ormuz, com uma Incursão a Bandar-e-Cong e Visita ao Forte de Laraqe* - Março de 2002, 112 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto, e João Campos, *Levantamento Arquitectónico do Forte de Laraqe / Architectural Survey of the Larak Fort* - Novembro de 2003, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

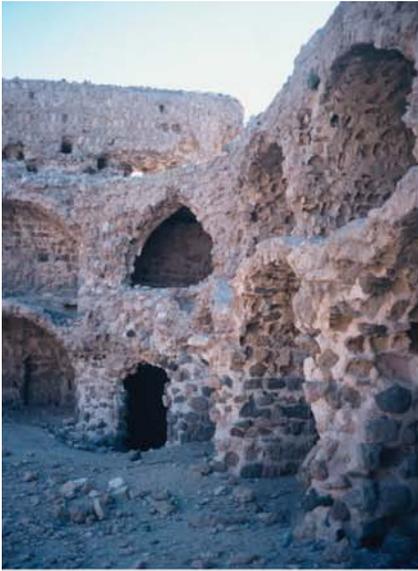




Vista exterior e vão da entrada do Forte. Observa-se a retirada do vigaumento de madeira da padieira. Por informação local (não confirmada) sabemos que a porta da fortificação estará no Museu de Mascate.

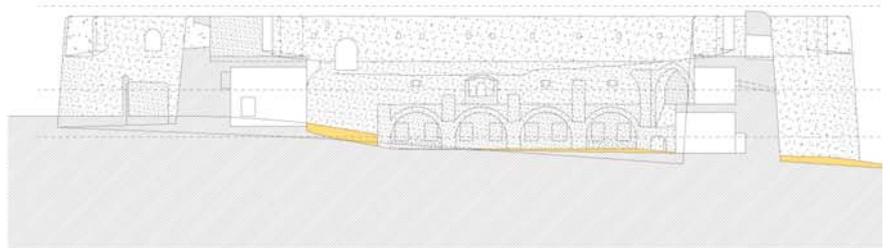
Na foto inferior vê-se ainda um dos pilares em que construtivamente se apoia, de forma curiosa, a organização estrutural do espaço abobadado do quase-baluarte Norte.





Aspectos das casamatas da praça-de-armas, com destaque para a resolução construtiva dos ângulos internos do quadrilátero.

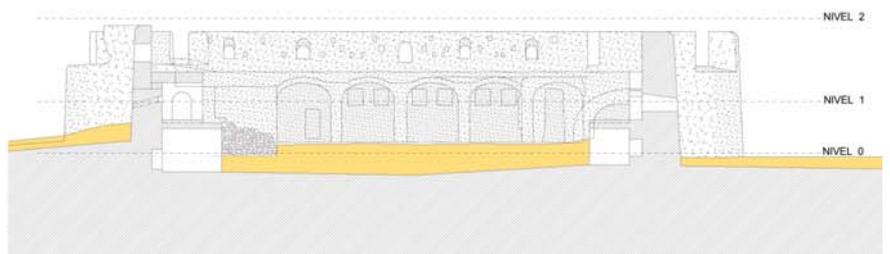
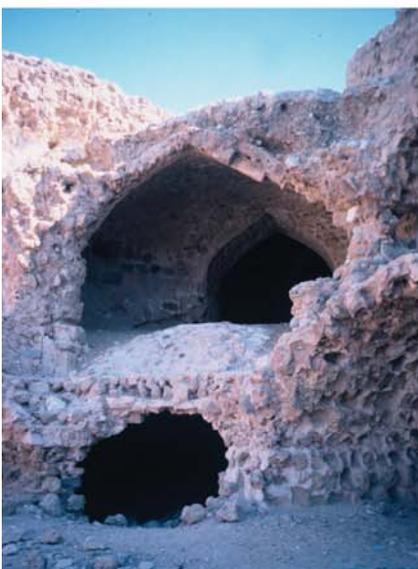
Perfis, segundo os eixos indicados nas plantas - in João Campos, *Levantamento Arquitectónico do Forte de Laraqe / Architectural Survey of the Larak Fort* - Nov. 2003, policopiado, Fund. Calouste Gulbenkian, Porto.



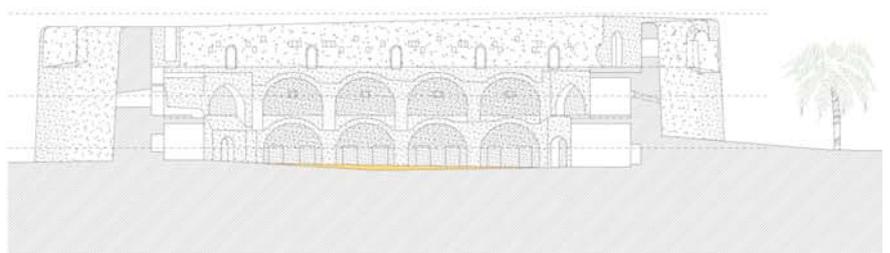
CORTE 1



CORTE 2

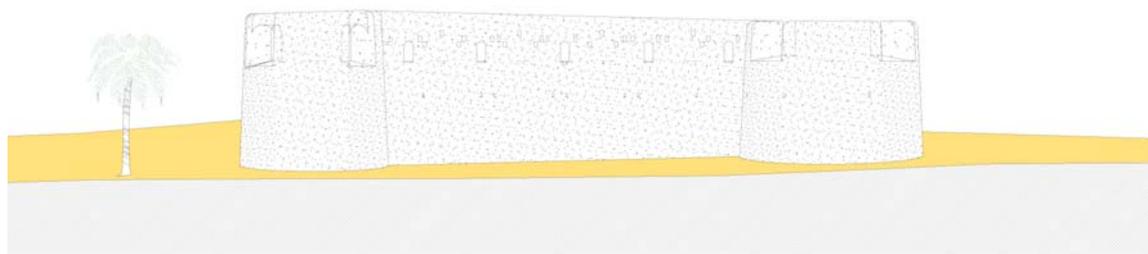


CORTE 3



CORTE 4

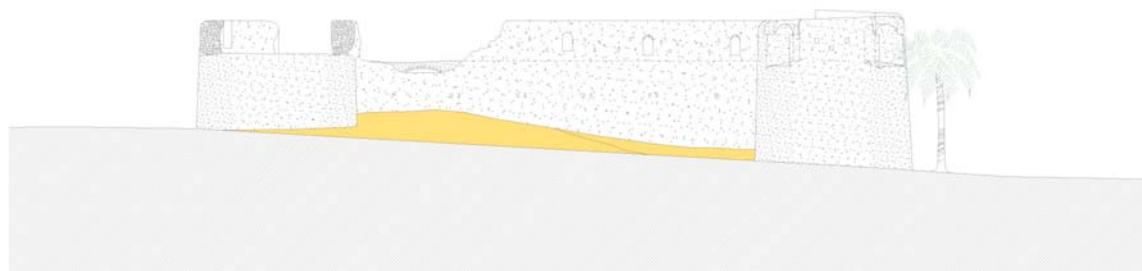
0 15m



ALÇADO SUL / NASCENTE



ALÇADO NASCENTE / NORTE



ALÇADO POENTE / SUL



ALÇADO NORTE / POENTE

0 ————— 15m

### 6.6.3.1 - DESCRIÇÃO DA FORTIFICAÇÃO

Afinal, ali tão perto, esperava-nos a surpresa impressionante de um monumento português que conserva um alto interesse arquitectónico.

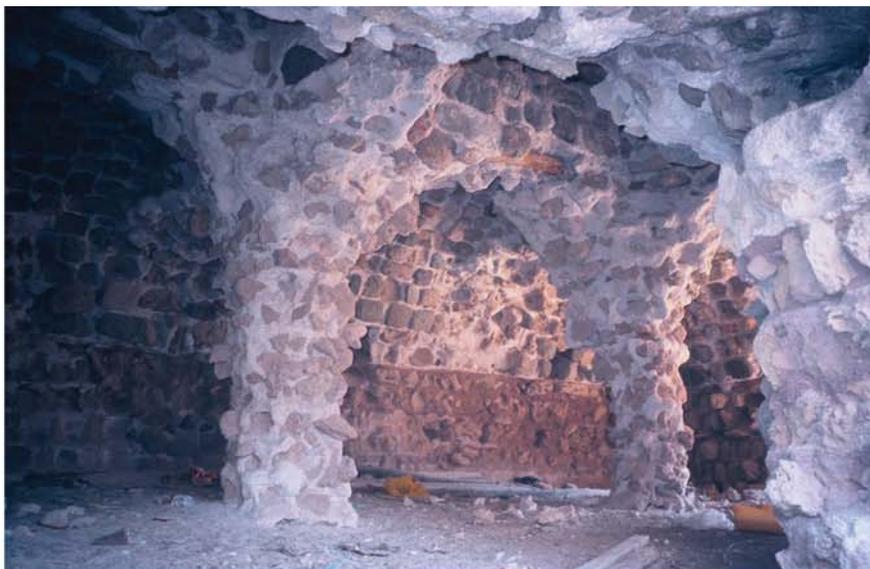
A existência da fortificação em Larak compreende-se quando se lê o triângulo estratégico Ormuz/Keshm/Larak. E após a novidade da descoberta, a ausência de informação a propósito deste monumento ainda mais espanta, face à pureza



Imagem representativa do tipo de alvenaria utilizado, distinguindo-se a arrumação cuidada das pedras e o preenchimento das sucessivas camadas por um polme de gesso e terra que, secando, argamassava os diversos componentes, unificando-os

Ao lado, espaço interior da entrada do Forte (bastião Norte) com duas formações verticais de alvenaria funcionando organicamente como pilares de apoio da estrutura abobadada da cobertura.

Em baixo, diversos aspectos do ângulo Norte do espaço interno do quadrilátero de Larak. Para além da abóbada da entrada, observam-se outras com grande altura, indicativas da existência de pisos em madeira, de que vimos entregas de travejamentos nas paredes.



arquitectónica e relativa integridade de um belo forte em ruínas.

As características construtivas observadas indicam um forte parentesco com a grandiosa reforma da fortaleza de Ormuz, empreendida por Inofre de Carvalho na primeira década da segunda metade do século XVI.

É certo, porém, que o complexo refinamento dos sistemas arquitectónicos dos baluartes acasamatados de orelhão projectados por Inofre de Carvalho (quer em Ormuz, quer no Bahrein) não se encontra em Larak. Aqui, os ângulos do quadrilátero fortificado são exteriormente mais simplificados, não alcançando a expressão típica vanguardista. Não obstante apresentarem uma boa condição projectual na sua organização arquitectónica, a solução dos cantos aparenta-se mais com bastiões quadrangulares de ângulos fortemente arredondados,



Ao lado e em cima, ângulo interno Poente, vendo-se o alteamento excessivo da guarda do caminho de ronda.



Aspecto geral das casamatas, abobadadas nos dois níveis de serventia. Na fotografia pequena, pormenor de canhoneira situada na cortina virada ao porto (Norte/Nascente). Em baixo, ala compreendida entre os bastiões Nascente e Sul, com o curioso e progressivo alteamento do parapeito.

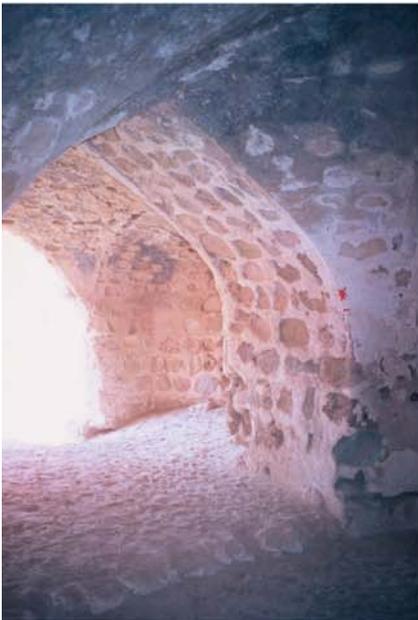
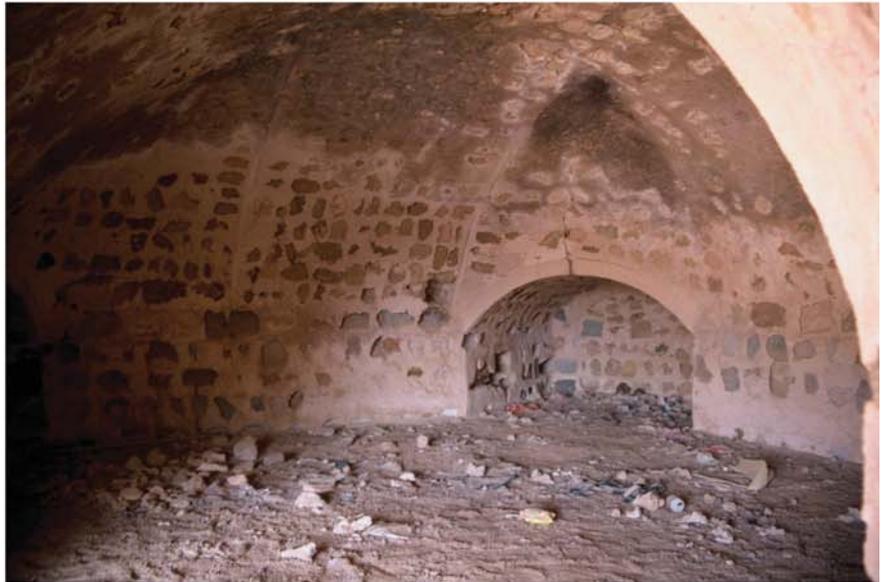


# ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK



Em cima, três imagens da ruína do ângulo Poente, sendo a do lado direito tomada do interior do bastião no ângulo oposto.

Diversos aspectos do abobadamento do espaço central e das canhoneiras do piso intermédio do bastião Nascente do Forte de Larak.



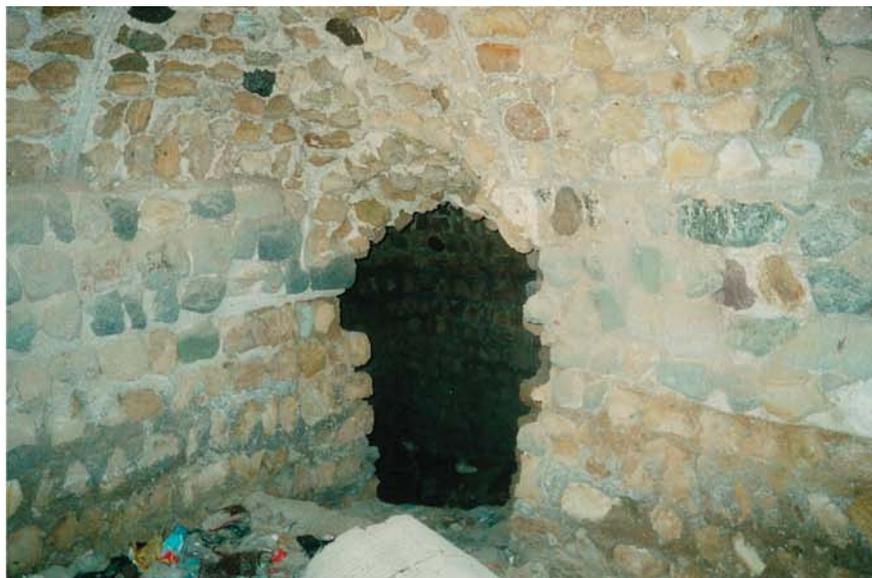


**Bastião Sul - espaços abobadados da casamata do piso térreo.**



**Ao lado, interior do Forte, a partir do bastião Nascente, sobre a face interna do lado Norte/Poente. Na linha do horizonte, a grande ilha de Keshm.**

<sup>97</sup> Enquanto que na reforma de Keshm, feita meio século depois dos trabalhos de Inofre de Carvalho (e cerca de um ano antes do seu abandono), se detectam soluções de menor qualidade (quer projectual, quer construtiva), em Larak somos confrontados com uma segurança similar à dos princípios exercitados em Ormuz.



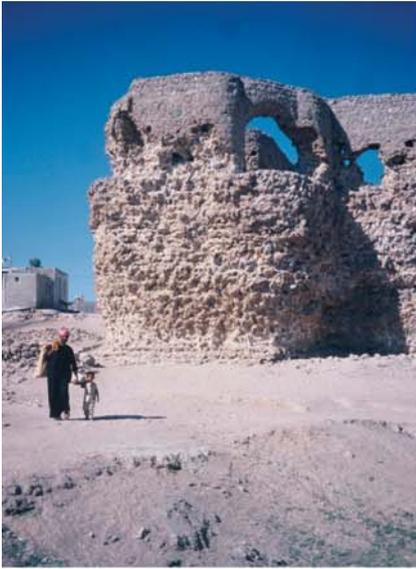
com excepção do da entrada. Neste caso, a sua configuração rectangular não permite escamotear tão facilmente a natureza não circular do espaço interno, aproximando-se mais da natureza dos baluartes.

O projecto, em geral, é muito requintado, possuindo características reveladoras de uma capacidade técnica de grande mérito<sup>97</sup>. Mesmo alguns aspectos da realização das concórdias de abóbadas nos bastiões de três níveis de Larak (tal como em Ormuz) encontram similitude com a característica maneira de realizar a cobertura da grande cisterna da ampliação da fortaleza de Afonso de Albuquerque.

No tocante às alvenarias nota-se a similaridade com o tipo de aparelho de pedra utilizado em Ormuz na realização das abóbadas dos compartimentos do aquartelamento. Aqui, porém, assinala-se o facto de o piso intermédio das casernas também ser construído com pavimento de argamassas sobre a abóbada, enquanto que na grande fortaleza (com excepção dos baluartes e do complexo da ampliação do lado de terra, aí incluída a grande cisterna), tais pavimentos serem de madeira, dividindo em dois



## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK



Em cima, bastião Sul, com o alçamento dos merlões formando paredes (e eventualmente tendo o terraço sido coberto).

À direita em cima, vista da cortina da muralha desde o bastião Nascente até ao bastião Sul.

Ao lado, a face de terra (Poente/Sul) do Forte de Larak.

Em baixo, vista geral, com as duas cortinas das muralhas do ângulo do bastião virado a Sul.



<sup>98</sup>Particularmente com a utilização da característica terra vermelha (exclusivamente proveniente da ilha de Ormuz).

<sup>99</sup>Em especial, todo o pátio interior da praça-de-armas poderá conter relevantes indicações para atingirmos uma interpretação dos aspectos funcionais e formais da fortaleza. Por exemplo, deverá descobrir-se a quase certa cisterna central, para além de uma clarificação do jogo de circulações entre os diversos pisos.

<sup>100</sup>Tratar-se-á, assim, de um exemplar da arquitectura militar portuguesa do terceiro quartel do século XVI, atestando a alta valia dos conhecimentos técnicos que, naquela época, eram experimentados e vulgarizados por Portugal a uma escala planetária.

**Na fotografia abaixo apercebemo-nos da compleição do Forte, através da leitura do seu alçado mais impositivo, entre os bastiões Sul e Nascente.**

o volume gerado pela métrica da construção das abóbadas sobre as quais se dispõe o largo caminho de ronda.

A realização de argamassas, designadamente as impermeabilizantes, é também idêntica à de Keshm e de Ormuz<sup>98</sup>, ainda perceptível na constituição das coberturas em terraço, onde se processa a circulação superior.

A condição presente do monumento encobre, provavelmente, informação de grande relevância. Uma campanha de limpeza dos escombros acumulados - e que nalgumas zonas deverão atingir pelo menos dois metros de altura - decerto revelará componentes interessantes<sup>99</sup> para uma melhor compreensão daquela insuspeitada <sup>100</sup> arquitectura.

Podendo dizer-se que concorrendo para os princípios da tratadística (não fora a hibridez dos bastiões arredondados, a pequena fortaleza de Larak terá sido edificada de uma só vez, provavelmente nos finais da década de 1550. As alvenarias são de tipo semelhante à da fase de alargamento da grande fortificação de Ormuz, deste modo contribuindo para a eventual datação e autoria. Assim sendo, e pela segurança que o seu risco demonstra, poderá ser atribuída a Inofre de Carvalho, pese embora nos faltar o desenho inconfundível da composição arquitectónica dos seus baluartes.

Trata-se de uma peça de planta quadrangular quase perfeita,



implantada a escassas dezenas de metros da praia. Possui quatro bastiões de configuração igualmente quadrangular com as arestas expressivamente boleadas, e acompanha o princípio da resposta arquitectónica aos desenvolvimentos da balística. A dimensão da fortificação teve em conta a concepção das casamatas em dois pisos. No nível da cobertura desenvolvia-se um largo caminho de ronda, na continuação das plataformas dos bastiões - o que garantia um eficiente manejo do equipamento militar por uma guarnição razoavelmente grande.

Todos os espaços eram abobadados (com excepção de três pavimentos intermédios na muralha Norte/Nascente, em que haveria soalhos).

A fortaleza provavelmente teria cisterna central, tendo sido impossível averiguar devido ao volume de escombros que entulham o interior da edificação.

Pela dimensão contida e pela inteireza da tecnologia construtiva que corresponde ao seu tempo de execução (por certo curto), estamos perante um exemplar arquitectónico que apresenta de raiz uma configuração que se autonomizou totalmente do tipo de procedimentos das fortificações do período de transição. A regularidade e complexidade do desenho tornam este exemplar da arquitectura militar portuguesa de Quinhentos num caso do mais alto interesse.

**A partir do ângulo Nascente, com o seu bastião quase redondo, temos uma visão do estado recente da construção, vendo-se ao fundo o quase-baluarte da entrada (Norte).**







Espécie de landmark na linha da praia, uma “torre” (que estaria adossada a outras edificações) subsiste, altaneira. Trata-se provavelmente de um reaproveitamento de uma estrutura seiscentista, e questiona-se sobre o seu papel de vigia/farol. Situada sensivelmente a meio do conjunto longitudinal das ruínas, parece balizar uma separação entre uma área de porto e o complexo construído da extensa feitoria.

Nesta imagem de satélite do “Google Earth”, com um grau de aproximação de 282 pés de altitude, recolhida em Janeiro de 2008, abarca-se a extensão de praia onde se localizam ruínas de alvenarias antigas, relacionadas com a cidade portuária e feitoria portuguesa de Bandar-e Kong. No canto superior direito vê-se claramente o desenho pentagonal do baluarte fortificado, rodeado pelas águas do mar. Consegue também divisar-se o que supomos tratar-se de uma protecção da estrutura arqueológica vertical (foto anterior), face ao avanço das águas.

## I - ADENDA SOBRE O “BASTIÃO DE MAR” E OUTRAS ARQUEOLOGIAS DE BANDAR-E KONG

### I.1 - UMA LEITURA HISTÓRICA

A queda de Ormuz iniciou-se a 11 de Fevereiro de 1622, com o abandono do Forte de Keshm, sendo consumada no dia 12 de Maio do mesmo ano (com a saída para Mascate de uma população de 2000 súbditos portugueses), depois do cerco posto por uma armada persa com 3000 homens e a concorrência de 6 navios de guerra ingleses. Já em Janeiro de 1621 tinha havido recontros entre os portugueses e os britânicos em Jasques, cabo onde os ingleses dispunham de feitoria e fortificação.

O último Governador da Praça-Forte, Rui Freire de Andrade, “General do Mar de Ormuz e da Costa da Pérsia e Arábia” (sendo neste posto que morrerá em Setembro de 1633, tendo sepultura na Igreja de Santo Agostinho de Mascate) tinha empreendido, após a sua tomada de posse, em 1619, alguns melhoramentos no Forte abaluartado de Keshm, com a aparência que a ruína apresenta, ficando a mesma concluída em 1621 (cem anos após a fundação), nas vésperas da sua queda.

A animosidade contra Portugal teve como primeira consequência a tomada da fortaleza de Comorão (Bandar-Abbas, no continente fronteiro a Ormuz), levada a cabo pelos persas em 1615, coincidindo com a autorização dada aos ingleses para a



construção da feitoria fortificada em Jasques, relativamente próxima de Comorão. Uma tal situação acabara mesmo por gerar recontros navais luso-britânicos, salientando-se o mais importante, ocorrido no final de 1620.

Depois, fora a reconstrução de Keshm que terá sido mal vista pelo Xá, pretextando hostilização em contraponto, sustentada pela crescente influência inglesa no Golfo, manobrando para a substituição da presença portuguesa, num complemento da situação político-militar que opunha Espanha (e Portugal, reunido sob a mesma soberania) aos Países Baixos e Inglaterra.

Os portugueses não aceitaram facilmente a derrota em Ormuz. E, enquanto procuravam retomar a Fortaleza de Ormuz, sem sucesso (1623, 1624, 1625, 1627 e 1631, desta vez por via diplomática), outras tentativas de permanência no Golfo tiveram algum sucesso - desde logo com a criação da feitoria em Bassorá, na foz do Eufrates, em 1623 (e que havia sido perdida com Ormuz), para além da nova fixação em Cassapo.

Em 1624 são reconquistados as posições de Quelba e de Mada, tendo o comércio subsistido igualmente em Doba, Libédia e Corfação, para além de Julfar, com fortaleza construída em 1631, num ponto estratégico da península de Musandam.

Rui Freire de Andrade era o responsável por um estado de terror instalado no Golfo e no Mar de Oman. Em troca de uma paragem nessas acções, que prejudicavam gravemente as populações locais e o comércio naval, o Governador-geral da Província de Fars ofereceu o estabelecimento de uma feitoria no litoral safávida, com direito a metade da renda dos impostos cobrados pelas mercadorias. A escolha recaiu então



<sup>1</sup> Willem Floor, *The Persian Gulf : A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* - 2006, Mage Publishers, Washington, p. 430: “A título de exemplo, a protecção de não condenação à morte ou de obrigatoriedade de conversão ao Islão por parte de um português apanhado com uma mulher muçulmana, ou o facto de os persas se obrigarem a arranjar instalações para um convento dos Agostinhos”.

sobre Bandar-e Kong, uma via alternativa para o predomínio crescente do comércio inglês e holandês estabelecidos na costa de Comoran, em Bandar-Abbas. O Acordo estabelecido apontava para privilégios especiais que continuavam mesmo a ser vedados aos ingleses e holandeses, e até sobre questões altamente improváveis, como as do foro religioso<sup>1</sup>.

## I.2 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA FEITORIA PORTUGUESA

Uma feitoria fortificada, construída na sequência de um tratado estabelecido com o representante do Xá da Pérsia em 1630, correspondendo ao início de um período posterior à morte de Shah Abbas (durante cujo reinado a incompatibilidade com os

**Baixa-mar.** Percebe-se a extensão do monumento arqueológico, estimando-se em pelo menos 300 metros de significativas evidências. Ao longe a “torre” e, dentro da linha de água, o baluarte. Na aproximação ao baluarte é perceptível a existência de uma passagem-pontão (esporão-couraça, possivelmente ameaçada) de ligação à construção dentro de água. Sabe-se que a linha de praia vem sofrendo, nas últimas décadas, significativas alterações, devido a fortes assoreamentos - o que explicará a conservação de fundações e estruturas, bem como (*a contrario*, por hoje parecer improvável a sua escolha como ancoradouro) o facto de o mar ter permitido fundos praticáveis para abrigar navios em quantidade e de calado consideráveis.



<sup>2</sup>“Bandar-e Kong não tinha mais do que algumas pobres cabanas de pastores, antes de os portugueses terem levantado a sua feitoria, e assim dando início a uma pequena cidade”, in Willem Floor, *The Persian Gulf : A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* - 2006, Mage Publishers, Washington, p. 436.

<sup>3</sup>Op. cit., p. 438.

<sup>4</sup>Op. cit., p. 437.

<sup>5</sup>J. de Thevenot, *The Travels of M. de Thevenot into the Levant*, 1686, Londres, Vol. 2, p. 175.

<sup>6</sup>A. W. Stiffe, *Ancient Trading Centres of the Persian Gulf. V. Kung*, “Geographic Journal” 13, 1899, pp. 294-287, p. 294.

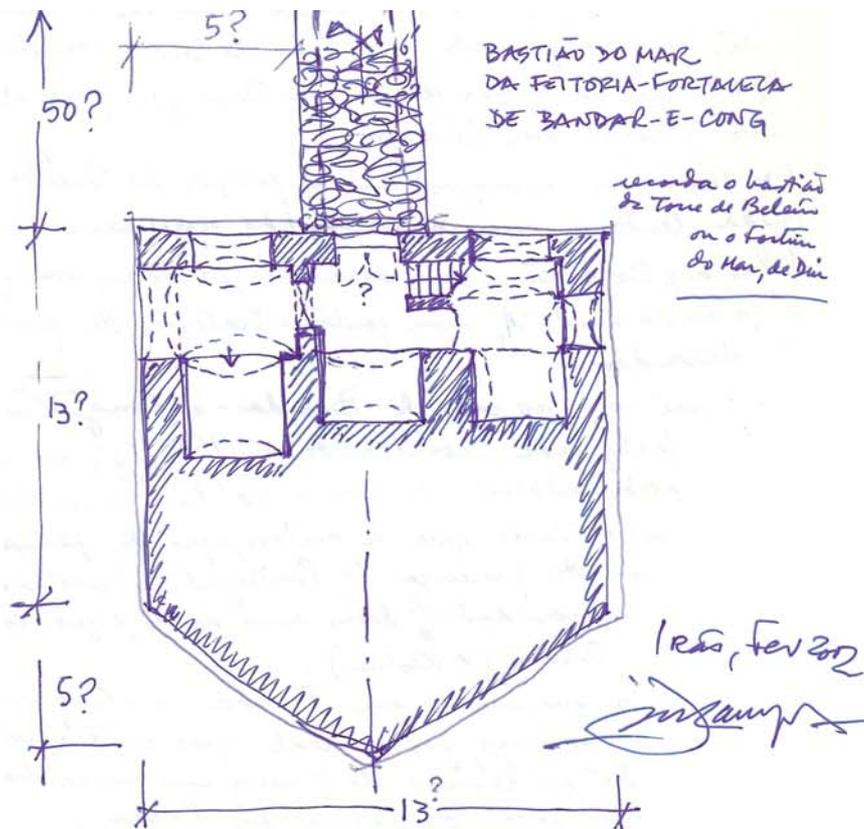
<sup>7</sup>Pese embora nada adiantar para o caso, anote-se que o arqueólogo alemão Wolfram Kleiss (*Europäische Befestigungsarchitektur in Iran vom XVI. Bis zum XIX. Jahrhundert*, AMI N.S. XIII, 1980, pp. 167-178) faz confusão com uma asserção por demonstrar (“dado o facto de os portugueses apenas terem construído um forte nas costas da Pérsia Safávida”) e com a situação prévia ao acordo estabelecido para a criação da feitoria, referindo uma incursão de Rui Freire de Andrade em 1621 contra um posto defensivo persa que nessa data existia em Bandar-e Kong.

<sup>8</sup>Willem Floor, *Bandar-e Kong, the last Portuguese Toehold in the Persian Gulf 1630-1721*, in *The Persian Gulf : A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* - 2006, Mage Publishers, Washington, cap. 7, p. 438.

portugueses fora uma tónica dominante), resume uma atitude de grande significado, após a forçada queda de Ormuz.

Não se compreende exactamente a razão por que Rui Freire escolheu Bandar-e Kong, dado que outros portos safávidas ofereceriam vantagens similares<sup>2</sup>, tanto como ancoraduro como para ligação com o interior da Pérsia. A razão mais aparente é a de poder constituir-se como a infraestrutura estrategicamente mais interessante, do ponto de vista da proximidade de Bandar-Abbas e de Ormuz (sendo ambos de interesse estratégico para os portugueses) e continuando suficientemente próximo do Estreito e de Mascate, então o porto mais importante de apoio dos portugueses no Golfo. Mas, por outro lado, está distante quanto necessário relativamente a Bandar-Abbas para dispor de uma vantagem de aviso de aproximação de alguma acção naval hostil, fosse da parte dos ingleses, fosse dos holandeses. A sinopse que W. Floor nos traz<sup>3</sup> é bastante útil: “Nos dias claros podia divisar-se Jolfar no outro lado do Golfo Pérsico.(...)”Um forte pequeno protegia a praia com quatro canhões de ferro, segundo relata Gemelli-Careri<sup>4</sup>, informando que o mesmo foi mandado edificar por D. Constantino de Noronha. Thevenot<sup>5</sup> indica a existência de um pequeno fortim defendido com três peças de canhão. Por sua vez, Stiffe<sup>6</sup> referencia uma fortificação fronteira à feitoria portuguesa: fica cercada pela água do mar na maré alta; tem forma circular, com não mais de 20 jardas de extensão, e dispõe de várias bocas para peças de artilharia, e algumas casamatas de abóbada ou compartimentos inferiores.”<sup>7</sup>

A fonte que utilizamos não presta importância ao documento que o monumento representa: Willem Floor<sup>8</sup> conclui por exclusão de partes que, não tendo encontrado nenhuma fonte escrita afirmando que houve erecção de uma fortificação por portugueses, conclui que aquela que referencia no seu texto é persa, conquanto também não apresente nenhuma fonte que o ateste. Diz o autor: “A fort of 30 square palms guarded the beach with four iron cannons. It is not clear who occupied and had built the fortress. However Le Gouz relates that in 1649 he visited Bandar-e Kong, where *the Qezelbash commanded a small fort*, which implies that Safavid soldiers held the fort, as one would expect. It also seems likely that the Safavids built the fort as there is no Portuguese report mentioning that it was done by the Portuguese (François Le Gouz, *Les Voyages et Observations du Sieur de la Boullaye-Le Gouz*, Paris, 1653). With the growing power of the Omani navy after the 1650s, the



Em cima, imagem da ponta do baluarte pentagonal, com base e fundação em condição relativamente boa, e as alvenarias verticais do terraço em degradação (não possuindo já qualquer merlão ou parapeito com embocadura para peça de artilharia). As imagens mostram as más

condições actuais das alvenarias subsistentes, e em particular nos compartimentos da área da entrada, (abobadados) dispoendo de aberturas para peças de fogo, no piso inferior ao do terraço (ao qual se acedia por escada, de que subsistem restos). Não tendo sido executado o levanta-

tamento da peça arquitectónica, pudemos contudo anotar em esquisso (com a felicidade de ocorrer a baixa-mar), os principais contornos e dimensões (em metros?) aproximadas do baluarte, reproduzindo aqui a folha do nosso caderno de apontamentos.



risk of being attacked for Portuguese and other shipping grew significantly. Because the port was unprotected, the vizier of Lar built a rampart armed with two pieces to defend the port and ships against attacks of pirates (Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, p. 60 wrote that the port was without any protection, but that changed in the 1660s. Godinho, *Relação do Novo Caminho que Fez por Terra e Mar Vindo da Índia para Portugal, no Ano de 1663 o Padre Manuel Godinho*, Lisboa, 1944, p. 101).”

O Padre Manuel Godinho<sup>9</sup>, que visitou Bandar-e Kong em 1656, calcula para a população o número de 300 vizinhos, ou cerca de 1800 persas, árabes e alguns banianes e portugueses. De acordo com Gemello-Careri<sup>10</sup>, por volta de 1690 haveria cerca de 10000 habitantes. Este número é muito superior ao quantitativo de Bandar-Abbas, porto muito mais importante. Também um documento português não-datado, mas provavelmente escrito na década de 1690, estabelece um quantitativo de 300 proprietários em Bandar-e Kong<sup>11</sup>. Nesse tempo, a população, tal como em tempos mais recuados, era composta por Muçulmanos, Indianos, Árabes, Judeus e alguns Arménios, os quais tinham lojas no mercado.

“Todos os grupos religiosos tinham as suas festividades. (...) Para os Católicos Romanos havia uma pequena igreja agostiniana de Nossa senhora da Assunção, e um pequeno convento de quatro frades, para quem eram reservados 1500 xerafins anuais da alfândega de Bandar-e Kong, o que significa que eles nem sempre seriam pagos. Poucos anos após a sua fundação, o número de frades reduziu-se ao prior. Os Agostinhos estavam ainda em Bandar-e Kong em 1720, mas provavelmente já não em 1721, o que coincide com o ano em que os portugueses abandonaram o porto”<sup>12</sup>.

<sup>9</sup>Manuel Godinho, *Relação do Novo Caminho que Fez por Terra e Mar Vindo da Índia para Portugal, no Ano de 1663 o Padre Manuel Godinho*, Lisboa, 1944, p. 100.

<sup>10</sup>Gio Francesco Gemello-Careri, *Giro del Mondo*, 6 vols., Ed. Giuseppe Roselli, Napoli, 1699, vol. 2, p. 287.

<sup>11</sup>Willem Floor, *Bandar-e Kong, the last Portuguese Toehold in the Persian Gulf 1630-1721*, in *The Persian Gulf : A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* - 2006, Mage Publishers, Washington, cap. 7, p. 438.

<sup>12</sup>Op. cit., p. 439.

<sup>13</sup>Op. cit., p. 441-442.

### **I.3 - IMPORTÂNCIA FINANCEIRA DA FEITORIA**

Na parte final da presença portuguesa nas águas do Golfo Pérsico, e continuando a servir-nos do manancial informativo da edição de W. Floor<sup>13</sup>, “o governo da feitoria portuguesa de Bandar-e Kong, incluindo o recebimento de metade das receitas da alfândega, estava nas mãos do Vedor da Fazenda de Mascate, o qual nomeava o feitor, “porque todos estes mares



Relação do baluarte de mar com a linha de praia, vendo-se o estado geral das estruturas arqueológicas em Fevereiro de 2002.



são tributários de Mascate (Charles Boxer, *Commentaries of Rui Freyre de Andrada* - 1930, London, p. 206: os portugueses tinham a metade das alfândegas, e passavam autorizações para os barcos navegarem sob pagamento, *because all these seas are tributary to the generality of Masqat*). Depois da queda de Mascate, em Janeiro de 1650, o governo da feitoria de Bandar-e Kong foi temporariamente combinado com o da feitoria portuguesa em Thatta<sup>14</sup>, com a designação de “Administrador da Fazenda Real na Pérsia e Sinde”. Os funcionários portugueses

<sup>14</sup>Thatta, cidade classificada como Património Mundial pela UNESCO em 1981, situa-se a cerca de 100 Kms. a Nascente de Karachi (Paquistão), na célebre região de Sinde no vale do Indo. Conheceu o esplendor durante o Império Mogol, com o embelezamento promovido pela dinastia Samma, no século XVI.



<sup>15</sup>Gio Francesco Gemello-Careri, *Giro del Mondo*, 6 vols., Ed. Giuseppe Roselli, Napoli, 1699, vol. 2, p. 310: *Uma viagem de Bandar-e Kong para Damão custava 1 “tuman” para mim e 30 “abbasis” para o meu criado*, in Willem Floor, *The Persian Gulf : A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730 - 2006*, Mage Publishers, Washington, p. 441

em Bandar-e Kong recebiam o presente anual de cinco cavalos e a metade do rendimento da alfândega, e com o decorrer do tempo, o “shabandar” e o feitor português acordaram num pagamento anual de 1100 “tumans”. O feitor estava autorizado a usar 100 “tumans” dos fundos recebidos de acordo com as ordens escritas, as quais eram controladas pelo secretário. A feitoria portuguesa era chefiada pelo feitor, assistido por um vedor da fazenda e um secretário da alfândega, sendo todos portugueses. Complementarmente havia um intérprete, um “sarraf” ou cambista, e guardas, que tanto podiam ser muçulmanos como hindus (gentios). O feitor mais tarde passou a emitir passes para os navios islâmicos navegarem com segurança no Índico; além disso ele vendia bens apresados por navios portugueses. Os funcionários portugueses ganhavam 50 “tumans” por cada período, enquanto que cinco serventes e respectivo alojamento estavam às custas do Estado. O feitor recebia um adicional de 28 “tumans” para custear despesas com estrangeiros<sup>15</sup>. Gio Francesco Gemello-Careri, *Giro del Mondo*, 6 vols., Ed. Giuseppe Roselli, Napoli, 1699, vol. 2, p. 310: *Uma viagem de Bandar-e Kong para Damão custava 1 “tuman” para mim e 30 “abbasis” para o meu criado*, in Willem Floor, *The Persian Gulf : A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730 - 2006*, Mage Publishers, Washington, p. 441.

“O porto de Bandar-e Kong servia maioritariamente o mercado de Bassorá e, numa escala menor, a Pérsia Safávida central. A maior parte do tráfico de Bandar-e Kong consistia no movimento transitério dos navios com têxteis de Sínde e das especiarias do Sudeste asiático, vindos directamente ou via



<sup>16</sup>Manuel Godinho, *Relação do Novo Caminho que Fez por Terra e Mar Vindo da Índia para Portugal, no Ano de 1663 o Padre Manuel Godinho*, Lisboa, 1944, p. 100.

<sup>17</sup>Op. cit., p. 101.

Mascate em direcção a Bassorá. Havia, porém, outra razão para acorrer a Bandar-e Kong, para conseguir piloto para conduzir os navios para a ilha de Khark. O piloto local devia ser fretado em Bandar-e Kong para o último troço da viagem até Bassorá. Até 1640 a permissão para angariar tais pilotos era passada pelo governador de Bandar-Abbas, devido ao estado de guerra entre os Otomanos e os Safávidas.

“Deste modo, galeões de Sinde, Damão, Diu, Surate e outros portos indianos frequentavam o porto, o qual, em 1665, de acordo com Godinho<sup>16</sup>, estava sempre cheio deles. (...) Bandar-e Kong tornou-se um importante mercado de pérolas. De facto, e ainda de acordo com Godinho<sup>17</sup>, todas as pérolas (*aljôfar*) pescadas junto à ilha de Bahrein eram vendidas em Bandar-e Kong, o que faz do lugar um centro de negócios rico e importante (segundo Boxer, *Anglo-Portuguese Rivalry*, p.



**Linha da praia, desde a zona fronteiriça ao baluarte, em direcção a Sul, onde restam estruturas de grande valor arqueológico. Diversos aspectos de alvenarias que restam, possivelmente relacionadas com a antiga feitoria portuguesa**



As ruínas perceptíveis em plena praia de Bandar-e Kong impressionam pela sua complexidade e grandiosidade, para além da longevidade que já ostentará. Não conseguimos obter qualquer informação segura sobre a identificação de elementos relevantes deste imenso campo arqueológico...



*128, the chief importance of Kung to the Portuguese lay in the revenues derived from the neighbouring pearl fisheries)”*.

A importância económica de Bandar-e Kong para o Estado da Índia pode aferir-se facilmente através da leitura do quadro coligido de W. Floor, observando-se que constituía mesmo a fonte mais lucrativa dos diversos portos colectados nos anos apresentados. A renda era fixa, estando estabelecida por acordo com o governador de Lar, na sequência de problemas com a cobrança da metade prevista no Tratado celebrado. O pagamento era garantido pela chegada anual de uma armada ao Golfo, vinda de Goa, tornando-se um financiamento crucial para o funcionamento do Estado. Nas últimas décadas do século XVII, praticamente já não havia comércio directo dos portugueses em Bandar-e Kong, sendo os interesses portugueses garantidos apenas por mercadores persas e indianos.

RECEITAS E DESPESAS NO ESTADO DA ÍNDIA - 1682 E 1686 (XERAFINS)

	1682		1686	
	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS
Goa	359 579	211 485	356 310	551 735
Chaul	19 579	25 515	45 347	44 730
Baçaim	161 274	75 853	171 920	107 164
Manorá	4 872	5 961	4 806	5 900
Damão	89 240	49 168	102 240	41 168
Diu	30 773	54 130	92 240	65 610
Mombaça	21 110	235 154	34 200	24 579
Angediva	-	-	1 889	6 359
Mangalore	1 397	1 065	4 165	1 839
Bandar-e Kong	44 000	6 339	44 000	6 359

Fonte: Hanson, C. A., *Economy and Society in Baroque Portugal 1668-1703* (Minneapolis, 1981), Table VII; Barendse, *Arabian Seas*, p. 322, Table 7.2, in Willem Floor, *The Persian Gulf : A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* - 2006, p. 468. .

<sup>18</sup>Em 1642, no outro extremo do Índico, sucumbindo à acção dos holandeses.

<sup>19</sup>Dois anos antes, houvera um prenúncio do fim quando, na sequência de um cerco dos árabes a essa cidade, os portugueses se obrigaram ao desmantelamento das fortificações de Curiate, Doba e Matará.

De pequena vila piscatória, Bandar-e Kong transformou-se num esteio importante dos interesses comerciais do Estado da Índia no Golfo Pérsico sobretudo na segunda metade do século XVII, após a queda de Mascate, em parte devido ao comportamento extorsionário do “shabandar” de Bandar-Abbas, o qual era familiar do grão-vizir. A política de atractivos oferecida pela gestão do porto de Kong, através de créditos e de taxas alfandegárias mais baixas (7% em vez de 11% em Abbas), alçou o porto e a feitoria portuguesa para uma posição de grande importância económica.

A ascensão do poderio omanita, em particular após meados da segunda década do século XVIII, com frequentes raids navais contra as posições portuguesas, levou a um progressivo abandono da povoação por parte da própria população em direcção à ilha de Keshm, deixando o porto inoperativo a partir de 1722.

Outras fontes apontam o fim da presença portuguesa em Kong no ano de 1730. Na verdade, as rivalidades persas em relação aos omanitas foram apoiadas militar e diplomaticamente por Portugal, com forte expressão nos finais do século XVII e princípios do seguinte. A inter-ajuda luso-iraniana está bem expressa ainda na batalha naval de 1719 contra as forças de Oman, na qual a presença dos portugueses fora essencial para a vitória.

Em qualquer das datas, porém, tratou-se então do fim do Império Marítimo de Albuquerque, mais de dois séculos passados sobre a chegada dos portugueses à região, já depois da perda de Malaca<sup>18</sup>, e consumada a saída de Mascate em 1650<sup>19</sup>.



<sup>20</sup>Willem Floor, *The Persian Gulf : A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* - 2006, Mage Publishers, Washington, p. 438: “Os navios tinham que lançar âncora ao largo a cerca de 11,4 metros de profundidade (6,5 braças), ou ainda mais longe na maré baixa, para então serem carregados ou descarregados através de embarcações mais pequenas. Pequenos barcos faziam o percurso dentro de um campo de acção de um tiro de mosquete desde a margem até à profundidade de três braças (5,3 metros).”

#### **I.4 - DESCRIÇÃO BREVE DAS RUÍNAS DE BANDAR-E KONG**

O que fomos encontrar em Bandar-e Kong constitui o sinal esmorecido de um poder real que continuava a ser exercido a 25 léguas de Ormuz - numa base de entendimento com os potentados locais - após a chegada de novos senhores dos mares substituindo os portugueses.

A visita a Bandar-e Kong revelou uma surpreendente expressão arqueológica, avultando no conjunto das ruínas (numa extensão de uns bons trezentos metros ao longo da praia) um baluarte que se implanta, na ortogonal da série de construções que constituirá o complexo comercial fortificado, uns cinquenta metros dentro da linha de água da preia-mar.

Regista-se igualmente o facto de ter existido uma missão dos Agostinhos, com a respectiva igreja.

A área está assoreada, tendo podido visitá-la na maré baixa, e daí a facilidade de acesso ao baluarte de que dispusemos, caminhando sobre a fundação de um cais/espigão ainda perfeitamente visível, a aflorar a areia da praia.

No fim dessa passagem (que eventualmente possuiria parapeitos de defesa), implanta-se uma edificação de traçado pentagonal, razoavelmente conservada para a falta de manutenção que sofre desde há 300 anos...

Esta ligação ao bastião assume a função da couraça, praticada desde cedo nas obras militares da Expansão. Mas revela um sentido de utilidade muito evoluído, aliado a um apego às lições da técnica e à representação de uma identidade: uns cento e vinte anos depois, o “Bastião do Mar” da Feitoria de Bandar-e Kong faz lembrar a ponta da Torre de Belém ou mesmo, por uma certa similitude geográfica e cronológica, também um pouco o Fortim de Mar do porto de Diu.

A utilidade do bastião era eminente: eficácia militar, protecção do ancoradouro, contribuição para a organização portuária, eventual apoio de cais, controlo de movimentos em geral. Quanto a este último aspecto, não merece contestação o facto de se tratar de uma posição privilegiada. Já no que respeita a uma concepção como cais, tal seria admissível, sobretudo se admitirmos que o assoreamento (que vem sendo uma constante) tornava difícil o movimento dos barcos pequenos na praia (como sugere a observação local), e a decisão de o construir surgisse depois dos relatos de que nos dá conta W. Floor<sup>20</sup>, já por meados do século XVII.

Aliado a tudo isso, a existência de um esporão daria vantagem para a organização do movimento portuário, eventualmente especializando sectores. Mas, sobretudo, face ao progresso das areias retirando fundo a uma linha de costa sem recorte que configure um porto natural, a existência da obra decerto constituiria uma intervenção de engenharia hidráulica de grande alcance.

Quanto aos aspectos da arquitectura militar, eis-nos perante a constância da determinante naval: é um novo “barco” de pedra que se apresenta, implantado no meio da água, fazendo jus aos princípios experimentados por D. João II na barra do Tejo.

Para além de um amplo terraço (e possivelmente cais), primordialmente destinado à artilharia, a ruína deixa ainda compreender facilmente a compleição global da fortificação, com uma disposição de compartimentos abobadados dispostos axialmente ao espigão/couraça que conduzia à porta de entrada. Do centro da composição, a partir da cota da entrada, aceder-se-ia por meio de escadas ao piso superior.

Sendo embora muito pouco o tempo de contacto com o local, pudemos aperceber-nos da importância arquitectónica do “Bastião do Mar” de Bandar-e Kong - peça de grande qualidade estilística e de acordo com as mais avançadas tecnologias construtivas de então. Há também que sublinhar a valia histórica que aquele testemunho tão belamente documenta.

Nessa rápida visita anotámos alguns elementos que permitem uma hipótese de reconstituição do desenho deste “Bastião do Mar”, transpostos para o bloco de apontamentos cuja folha reproduzimos, acompanhando as imagens fotográficas reunidas em Fevereiro de 2002.

**Interligando-se com todo o extenso complexo edificado, deparamos com uma construção circular, cuja função permite especulações sobre a sua razão de ser como torre/baluarte redondo e/ou cisterna, por exemplo. Outras perguntas ocorrem: será crível que ainda subsistam os restos da igreja e do convento dos Agostinhos? Para além do “Bastião do Mar” haveria algum fortim com quartelamentos e outras facilidades para os residentes? A alfândega, que era persa, também fazia parte das infraestruturas portuárias relacionadas com a feitoria? O Xá dispunha de alguma pequena fortificação na cidade?...**





Imagem espectacular de satélite colhida da *Internet*, em que é legível parte substancial do Golfo Pérsico, desde o Estreito de Ormuz para Ocidente. À esquerda na foto, junto da mancha esbranquiçada das nuvens, a ilha de Bahrein.

## II - ADENDA SOBRE QAL'AT AL-BAHRAIN E O ARQUITECTO INOFRE DE CARVALHO



### II.1 - A ILHA DE BAHREIN E A FORTALEZA PORTUGUESA

A intervenção portuguesa na ilha do Bahrein, seguindo as indicações de ataque e utilizando máquinas de guerra construídas sob direcção do Arquitecto Inofre de Carvalho, ocorreu sobre uma pré-existência datada do século XV, realizada sob controlo do sultão de Ormuz.

Os senhores locais tinham abandonado o velho forte de Tylos em meados do século XIII e a potência persa dominante no Golfo tomara posição na costa oposta do Mar Pérsico subordinando a nova fortificação à ordem reinante na região. Quando foi tomada pelos portugueses, como extensão do acordo com o rei de Ormuz, foram melhoradas as condições de defesa, realizando-se, à semelhança de obras também levadas a cabo noutros pontos, importantes trabalhos de arquitectura e engenharia militar.

Desde tempos remotos, no conhecimento europeu, a fonte da substância nativa mais saliente da riqueza das águas do Golfo eram as pérolas, remontando as referências à descrição de Marco Polo e à concreta indicação do Atlas Catalão. E logo nas primeiras informações com que D. Manuel se assina Senhor da Pérsia, ainda sem qualquer reconhecimento feito, faz saber que é lá que se encontra o grande aljôfar...

Antes mesmo da fixação em Ormuz, Albuquerque “sent his

<sup>1</sup>Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - "The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain", Brepols, Belgium, pp 345-418.

<sup>2</sup>"At Bahrain the Christians were attacked and massacred, the factor Ruy Bale being tortured and crucified", S. B. Miles, 1919 (2<sup>a</sup> ed. 1966) - *The Countries and Tribes of the Persian Gulf*, «Studia Iranica», II, pp. 247-261, cit, in op cit., p. 348.

A Fortaleza de Qal'at al-Bahrain, através de imagem do "Google Earth" e num levantamento realizado em 1988 pela equipa N. Faucherre, M. Kervran, M. Renizio, G. Rizzi, A. Rougeulle e C. Vogt, in Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - "The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain", Brepols, Belgium, p. 361. A parte nascente foi desenhada antes da realização de escavações, sendo a outra parte restituída após trabalhos arqueológicos e antes da campanha de restauro empreendida.

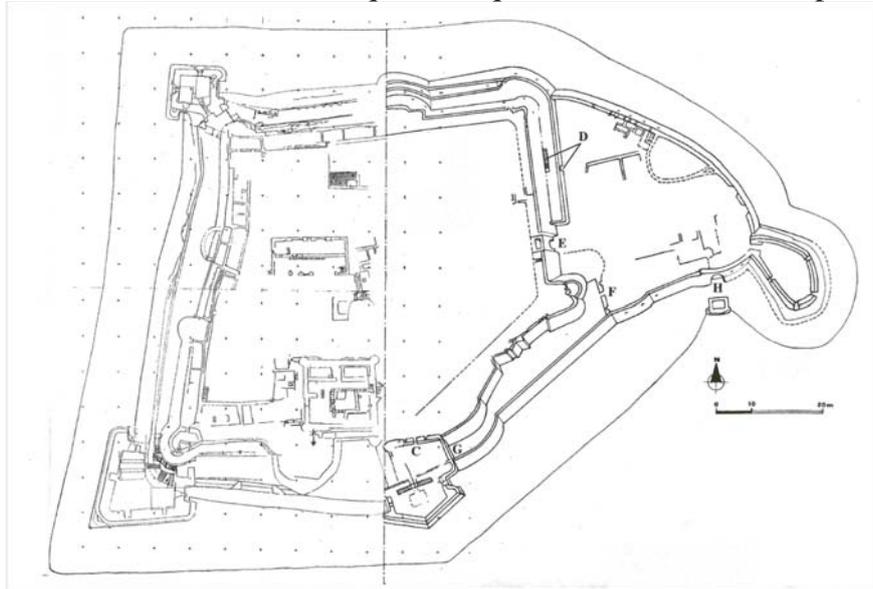


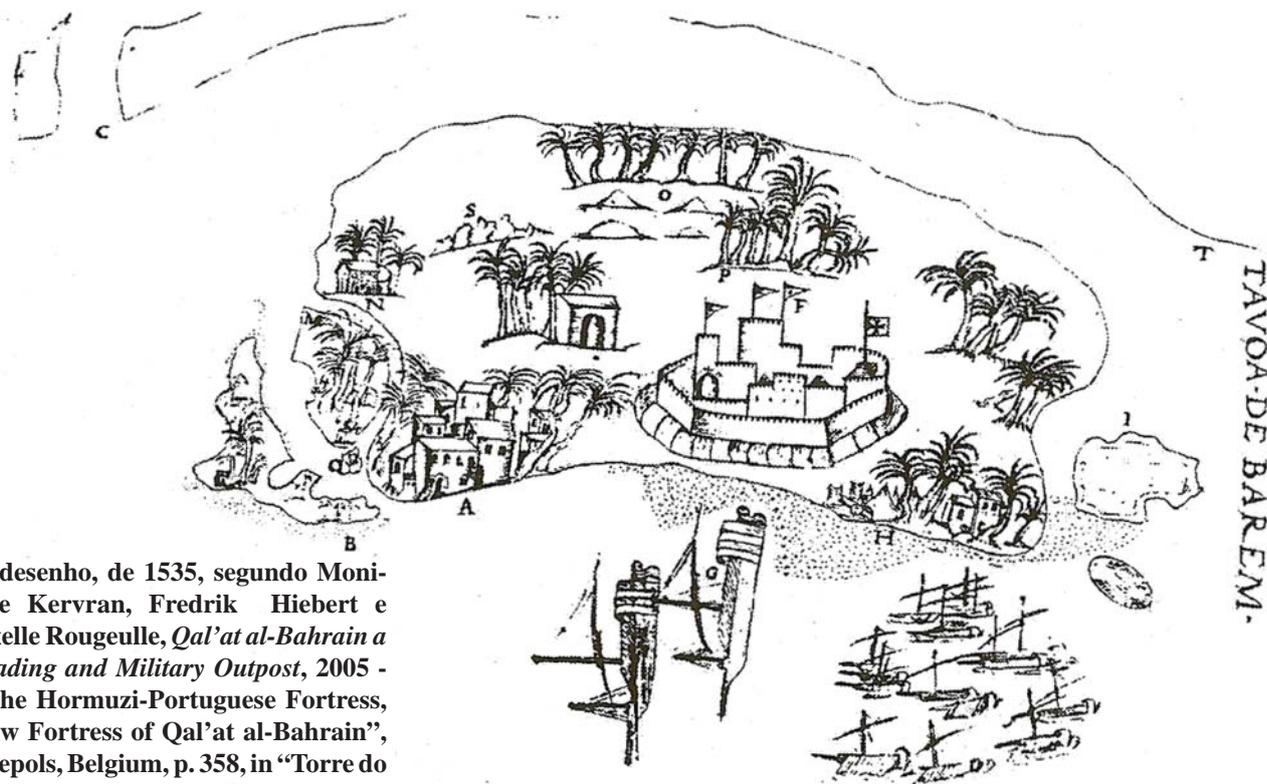
nephew Pêro to recognize the approaches to the island [Bahrein] in 1514, having been made aware that the Portuguese ships with greater draft than the Arab dows would have great difficulty manoeuvring in the sandbars near Bahrain (in Góis, *Crónica*, III, LXV, pp 244-245; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, LXXVIII, t. I, p. 330). Five years later, Gomes de Soutomaior landed on the island in the company of a few men, but found no one to give battle to, as it was the period when Muqrin was absent on his pilgrimage to Mecca. As a precaution, he had taken along all the influential people in the island. It was only in 1521 that the Hormuzi-Portuguese landing took place *in the city of Bahrain*"<sup>1</sup>.

Esta conquista terá sido de pouca duração, posto que meses depois, por instigação do vizir de Ormuz, os árabes revoltaram-se e atacaram a feitoria aí instalada<sup>2</sup>. Em 1529 houve uma séria tentativa de ocupação, a qual se revelou desastrosa. Nessa altura, a razão fundamental da posse pretendida, para além do ajuste de contas, prendia-se com a taxação alfandegária necessária à cobertura do tributo estabelecido com o rei de Ormuz, tio do senhor do Bahrein, Badr al-Din, compelido agora a pagar 100 000 em vez dos 10 000 *ashrafis* (xerafins) de ouro.

Três décadas depois, e desta vez como aliados dos persas e em socorro do senhor local, os portugueses ocupam-se novamente do Bahrein para repelir o cerco das forças otomanas do Pachá Mustafá, as quais entretanto haviam tomado a fortaleza de assalto.

É neste episódio de guerra que se destaca, em 1559, o nome de Inofre de Carvalho, o Arquitecto que nessa altura se ocupava





O desenho, de 1535, segundo Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, 2005 - "The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain", Brepols, Belgium, p. 358, in "Torre do Tombo, Col. S. Vicente, vol. 15-Título III(?), fls. 180-248", representa com bastante fidedignidade uma descrição da ilha, anotando as barreiras de coral, a ilha de Jiddah e Budaya à direita (Poente), Manamá e a ilha de Muharraq à esquerda (Nascente). No interior da ilha anotam-se os palmeirais, e uma focalização na parte do litoral Norte, densamente povoado. A fortaleza mostra a sua forma pentagonal, com a torre de protecção da entrada à esquerda e a torre de menagem anexa, As indicações do Crescente islâmico e da Cruz de Santo André são bem explícitas no interior, testemunhando a aliança ambígua que era mantida entre os Portugueses e o senhor local, Jalâl al-din Murâd Mahmûd Shâh.

<sup>3</sup>"The troops of Mustafâ Pasha, denied both ammunition and the means of escape, since their fleet had been burned in the port of Manama, experienced a bitter defeat" - Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - "The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain", Brepols, Belgium, p. 350.

da grande reforma da fortaleza de Ormuz. Foi do seu engenho, e segundo a ciência mais recente de que era conhecedor, que se construíram torres de assalto em madeira com rodas para aproximação do ataque (com peças de artilharia montadas na plataforma superior), as quais se mostraram plenamente eficazes<sup>3</sup>. Os Portugueses fazem nas águas do Golfo o que a força internacional da Ordem de S. João realiza contra os Turcos na bacia oriental do Mediterrâneo: suster. Tanto quanto possível, o avanço do Império Otomano. Continua a existir a mais estreita identificação entre a arte da fortificação moderna e o domínio da balística e é pela artilharia que a vanguarda da engenharia militar afirma as mais ousadas e duradouras arquitecturas da História do Ocidente.

A fortaleza do Bahrein representou, durante a segunda metade do século XVI, um ponto de apoio estratégico a que era atribuída grande importância, quer pelos Portugueses, quer pelos Turcos, estes então já instalados em Bassorá. Mas em 1602-3, os Persas retomaram o controlo da sua antiga possessão ormuzina, não mais revertendo a posse da fortificação para os Portugueses, embora tenha havido forte movimentação diplomática junto de Isfahan, por intermédio dos frades Agostinhos.

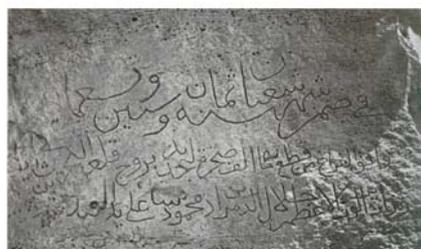
A verdade é que o assoreamento do porto tornava também menos apetecível a posição comercial, sendo referida a vantagem de a feitoria poder ter localização na cidade principal de

<sup>4</sup>Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 -“The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain”, Brepols, Belgium, p. 350.

Imagem da inscrição existente na pedra da ilha de Jiddah, com a respectiva transcrição, através da qual se atesta que

DURANTE O MÊS DE SA'BÂN DO ANO 968 [ABRIL-MAIO DE 1561] / DEU-SE POR TERMINADO O CORTE DE 100 000 PEDRAS PARA A RENOVAÇÃO DAS / TORRES DA FORTALEZA DE BAHARAYN.../(SOB) O VIZIRATO DO MUI GRANDE VIZIR GALĀL AL-DIN MURĀD MAHMŪD SĀH, PELOS / CUIDADOS DO SERVIDOR FIRŪZ / ...

(leitura de L. Kallus, *Inscriptions Arabes des Îles de Bahrain*, 1990, Geuthner, Paris, p. 72, cit. in Monique Kervran, Fredrik Hiebert, e Axelle Rougeulle, *The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at Al-Bahrain - 2005*, in «Qal'at al-Bahrain, a Trading and Military Outpost», Brepols Pub., Turnhout, Belgium, p. 381).



Manamá, conforme relata a descrição contida numa carta de um funcionário da corte portuguesa, Pinto da Fonseca, então em Bassorá, enviada a 17 de Setembro de 1609: “The fortress of Bahrain is of no use, because it is a musket shot from the sea and is set on shallows over which no ship can pass except at high tide. It is powerless to attack or defend the many vessels that trade in Benamar (=Manama), the main city, or to prevent them from taking on fresh water, foodstuffs, or from pearl-fishing. The fortress is nearly half a league from the city and is only a strongbox (*casa forte*). In fact, if we sent a squadron to Bahrain, we need not worry about this fortress, but need only take the city, where there will be no resistance, since there are no more than eight hundred men in either the city, the island or the fortress and they are worth nothing. Ships can land quite close to the city and disembark with artillery in total safety. And in this city, in the houses of a man named Camis Bonsalemo [Khamis b. Salem], we can erect a safe shelter (*força*) with the wood of other people, where many can find protection, with all the artillery and necessities. This stronghold will be lasting and effective, because it is impossible to encircle, if not by sea, of which I am the absolute master thanks to my fleets. My enemies have not enough artillery to bring it down nor the means to receive help from the sea as long as I have a fleet and a competent captain”<sup>4</sup>.

- (١) في ضمن شهر شعبان سنة ثمان و ستين و تسعمائة
- (٢) وافق الفراغ من قطع مائة الف صخرة لتجديد بروج قلعة البحرين ...
- (٣) وزارة الوزير الاعظم جلال الدين مراد محمود شاه على يد العبد فيروز
- (٤) ....

## II.2 - DESCRIÇÃO DA FORTALEZA

Sérios avanços sobre a história do sítio arqueológico de Bahrein têm sido feitos, devido a esforços internacionais, designadamente por arqueólogos dinamarqueses e franceses, documentando aspectos importantes da estratégica ilha e do seu assentamento urbano, suas fortificações (designadamente a antiga fortaleza de Tylos) e serventias portuárias, para além da que também é chamada de Fortaleza Portuguesa.

A primeira fase desta edificação, de promoção persa, já existia nos finais do século XV ou inícios do século XVI,

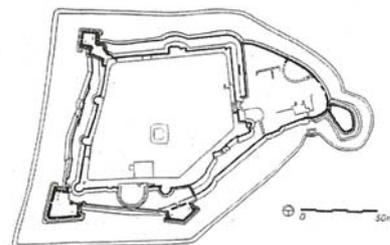
<sup>5</sup>Fig. 156, página 358, Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, 2005 - «The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain», Brepols, Belgium, pp 345-418. A legenda adianta tratar-se de um “anonymous Portuguese drawing”, aliás com um grafismo e uma caligrafia onde parece reconhecer-se a expressão (ou imitação) do traço de D. João de Castro nos seus famosos roteiros, conquanto este só tenha feito a primeira viagem ao Oriente em 1538.

correspondendo ao *corral*, como depreciativamente era descrita pelo senhor de Ormuz em 1518 ou 1519 para fazer abranger os interesses da alfândega de Bahrein (por si dominada) no pagamento das páreas contratadas com Portugal. Aquela negativa qualificação poderá interpretar-se de dois modos: induzir os portugueses num desejo de conquista - a qual veio a revelar-se impossível no assalto, visto que o senhor local preparara eficazmente a fortificação - ou, desconhecedor de facto de tais melhoramentos, ter de todo o modo induzido as forças portuguesas em erro, ao pensar-se que se tratava da mesma protecção defensiva que tinham efemeramente ocupado em 1521.

A segunda fase consistiu nessa adaptação da pré-existência que já servira para uma coexistência ambígua de alguns meses, e foi superiormente levada a cabo por Badr al-Din para fazer face às novas tendências da guerra que os portugueses representavam. A ampliação e os trabalhos de reforço para responder à balística, resultaram então na derrota da tentativa de ocupação portuguesa de 1529.

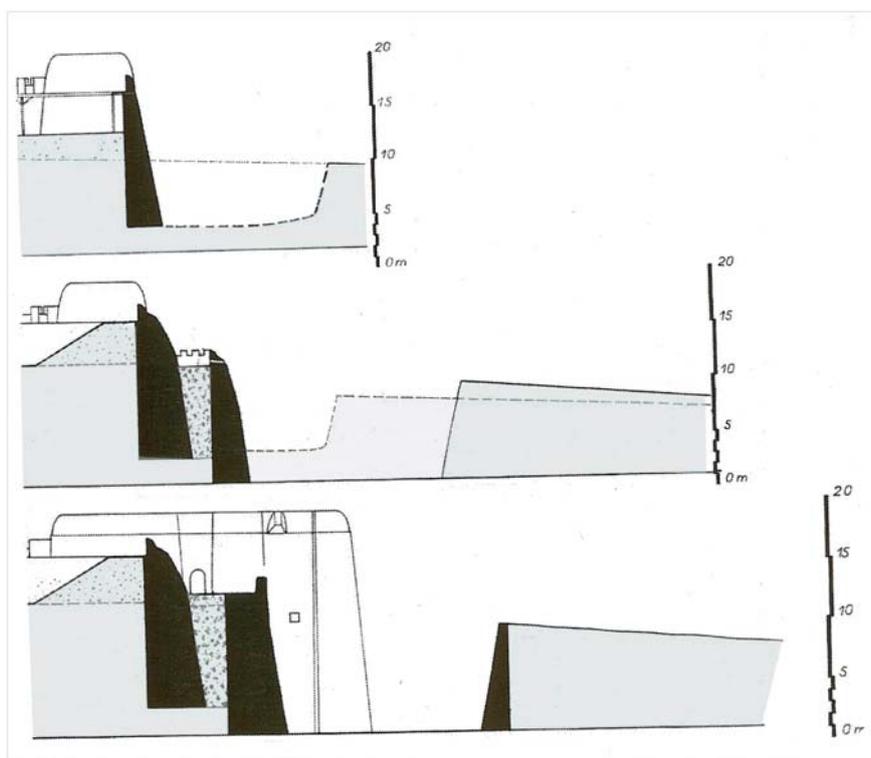
Monique Kervran, no trabalho a que atrás fizemos referência, apresenta a reprodução de um desenho que data de 1535, especificando como fonte, em nota de rodapé, “Torre do Tombo, Col. S. Vicente, vol. 15-Título III(?), fls. 180-248”<sup>5</sup>. A curiosidade, para além doutros interesses iconográficos próprios da peça, é justamente essa ambiguidade, com a fortificação arvorando simultaneamente o estandarte português e três outros islâmicos, podendo significar (estando correcta a data atribuída à fonte de onde provém a representação da ilha de Bahrein), que se trata do tempo da construção existente na primeira fase, retratada por volta de 1521.

A terceira fase corresponde à intervenção de Inofre de Carvalho, a partir de 1661, dois anos após a presúria da fortificação, data que corresponde a uma sequência da grande empreitada de Ormuz, e que está documentada com a inscrição existente nas pedreiras da ilha de Jiddah, vizinha de Bahrein, de onde provieram as pedras para a realização das obras das muralhas. A excepcional qualidade da intervenção técnica está expressa na introdução de novos dispositivos, sobretudo nos flancos Sul e Poente, com a edificação de baluartes de orelhões de geometria variável, extraordinariamente calculados face às exigências da adaptação à circunstância de remodelação que a solução impunha. Realizou igualmente, com uma nova geometria na elevação e reforço geral das cortinas, caminhos



O diagrama resume as três fases da existência da fortaleza de Qal'at al-Bahrain, segundo Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - "The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain", Brepols, Belgium, p. 354, observando-se a evolução operada através dos perfis pelo fosso (a negro estão representadas as partes de alvenaria de pedra das escarpas e, na 3ª fase, também da contra-escarpa). Na primeira fase de construção, com um perímetro bastante irregular, havia torres semi-circulares adossadas à muralha. A segunda fase assiste a um desmesurado incremento da superfície (de 8500 para mais de 12000 m<sup>2</sup>), com a adição de uma área adjacente a Nascente, verificando-se a realização do extenso acréscimo de muralhas com caminhos cobertos. Na concepção do alargamento parece presidir uma ideia de obra avançada, funcionando como uma espécie de revelim.

Na terceira fase, não se alterando a dimensão geral, reestrutura-se qualitativamente a máquina de guerra, com três baluartes novos e uma torre cavaleira de grandes dimensões, alteando os caminhos de ronda, redimensionando o fosso, melhorando os caminhos cobertos e reforçando as escarpas das cortinas, dotando a fortaleza de casamatas para artilharia, devidamente calculada para cruzar fogos, num sistema unificado e integral de defesa, e reganhando uma imagem plenamente moderna e eficaz.



cobertos exteriores e um grande bastião redondo, a meio da nova muralha Sul.

Os três baluartes e um meio baluarte sobre a entrada são de um traço altamente qualificado, desenhando a cobertura integral da defesa do sítio com fogo cruzado a partir das casamatas, de modo a eliminar todos os ângulos mortos nos fossos, e com o fogo de artilharia das plataformas superiores a assegurar a protecção do conjunto, cuja silhueta foi remodelada com um propósito preciso e integrado.

Cada baluarte apresenta uma composição arquitectónica específica para os objectivos militares que desempenha no conjunto, tal como acontece em Ormuz.

Socorremo-nos da apreciação carregada por Nicolas Faucherre (com desenhos de M. Renízio) para dar a informação sobre a leitura do longo trabalho de campo e de reconstituição

<sup>6</sup>Monique Kervran (ed.), *Baharain in the 16th Century - An Impregnable Island* - 1988, French Archaeological Mission at Bahrain, Min. of Information, State of Bahrain.

<sup>7</sup>Op. cit., p. 372.

<sup>8</sup>Rui Carita, *A Fortaleza de São Brás de Ponta Delgada no século XVI* - 2008, CEAMA, nº 1, pp. 148-185 - Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, p. 160: “As actividades específicas e diferenciadas desta Provedoria [das Obras e Fortificações] devem ter-se iniciado em 1551, quando se enviou o famoso arquitecto Inofre de Carvalho ao Oriente, *por mestre das obras que lá mandar fazer o Visorrei e governador das ditas partes*” (A.N.T.T., Chancelaria de D. João III, *Doacções*, L. 69, II, fl. 165vº., Almeirim, 22 de Fevereiro de 1551).

<sup>9</sup>Fernando Cobos, *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., «Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)» - 2002, pp. 677-696, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, p. 677.

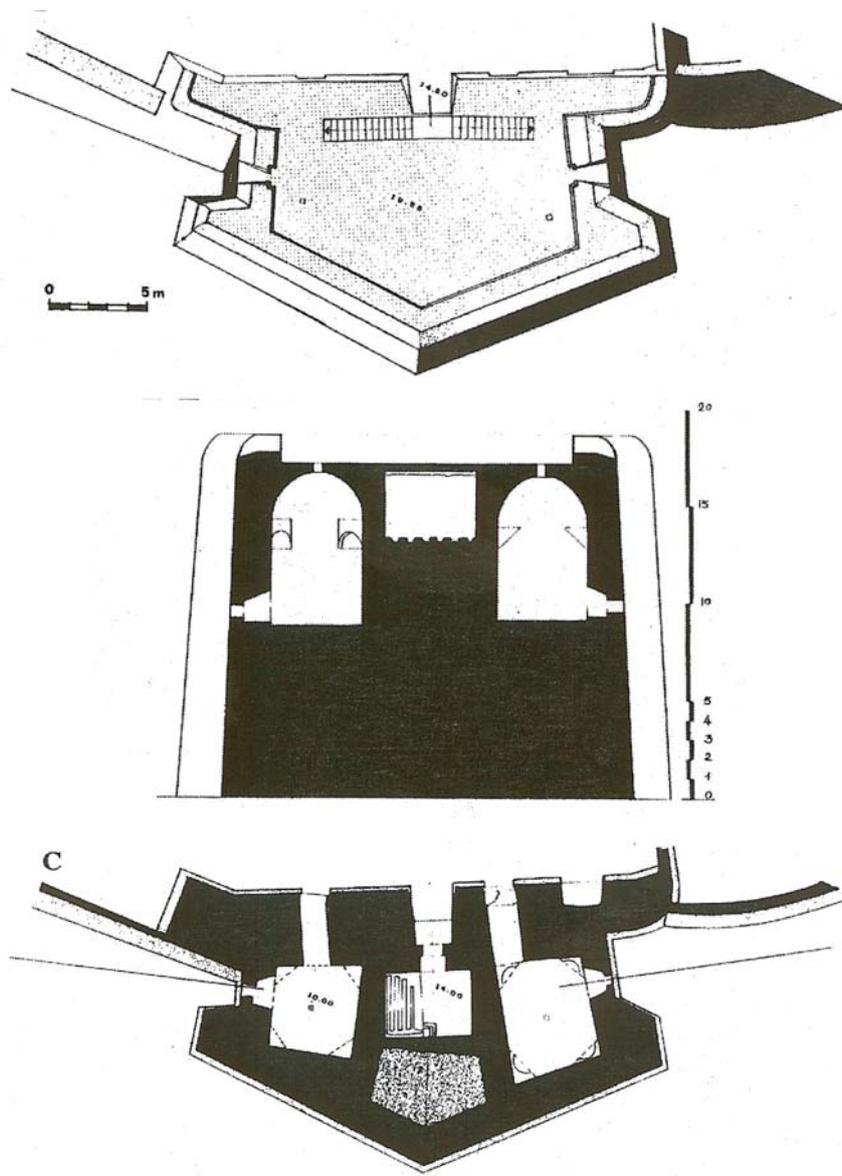
(1990) que a equipa de investigação francesa desenvolveu<sup>6</sup>. Faucherre conclui através da sua análise que a construção foi conduzida por um grande arquitecto, perfeitamente ao corrente do desenvolvimento da arte da fortificação e com os princípios mais recentes de defesa e de assalto no começo da segunda metade do século XVI e com uma compreensão muito qualificada do sítio e da pré-existência. O arquitecto não só riscou a obra como a terá acompanhado em detalhe, adaptando com mestria as particularidades que cada situação concreta levantava.

Segundo o perito francês<sup>7</sup>, a obra de Qal’at al-Baharain é um exemplar de grande valor documental e técnico, assemelhando-se a uma espécie de exercício precoce dos ensaios teóricos da moderna tratadística italiana, aplicados (com uma marca pessoal) num contexto complexo, quer do ponto de vista morfológico, quer da interpretação e adaptação dos legados anteriores.

A capacidade de adaptação aos constrangimentos existentes é evidente, por exemplo numa série de aspectos que, parecendo à primeira vista arcaicos, ganham forte expressividade visual, ao mesmo tempo que encerram soluções refinadas, como é o caso no baluarte Sul: a construção é articulada segundo dois eixos geradores de geometrias diferenciadas para as casamatas dos flancos - levando a pensar que Inofre de Carvalho tivera, segundo Faucherre, aturado contacto com a obra teórica de Pietro Cattaneo de Veneza, publicada em 1554, isto é, pouco tempo antes do empreendimento no Golfo Pérsico - mas que muito provavelmente não lhe deveria ter chegado às mãos, posto que ele fora nomeado para ocupar um cargo no Oriente em 1551<sup>8</sup>, para onde partiria, se não nesse ano, pelo menos no seguinte...

Perante tal circunstância não podemos deixar de dar razão às dúvidas quanto ao método de eger tratados em fontes, o mesmo é dizer, dar prioridade à tratadística sobre a efectividade da concretização: “suponer que los tratados, “qualquier tratado” son una elaboración conceptual y cronologicamente previa a la arquitectura real es básicamente erróneo, sobre todo en un campo como el de la fortificación en el que la urgencia de los cañones se impone a la minuciosidad del copista o a la laboriosidad de la imprenta”<sup>9</sup>.

O baluarte Sudeste da Fortaleza de Bahrein. De cima para baixo: planta da plataforma, secção pelas casamatas e compartimento do paiol e planta pelo nível das canhoneiras. (in Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost, in 2005*-“The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain”, Brepols, Belgium, p. 362).



## II.2.1 - O BALUARTE SUDESTE

Acompanhando a geometria da cortina da muralha na direcção Poente / Nascente, é o baluarte com a menor altura dos seus pares, casando-se com o desenvolvimento da escarpa. Foi objecto de restauro, completado no começo dos anos de 1990. Apresenta duas casamatas flanqueando o tiro de artilharia, e relacionando-se com o interior da fortaleza através da gola, podendo ser bloqueado do exterior. As casamatas são abobadadas, tendo a do lado Poente uma cúpula assente sobre nichos, enquanto a de Nascente é realizada com pendentes nos cantos. Ambos os compartimentos dispõem de ventilação para evacuação dos fumos das explosões da pólvora. Ao meio da ligação do interior com o baluarte, uma escada ou

rampa levaria a uma cota intermediária central, a partir da qual dois lanços opostos de escada sobem, na espessura murária da gola, até à plataforma do terraço.

Para além de outras funções, no nível intermédio referido ainda existe um compartimento que serviria para armazenamento da pólvora.

Na cobertura, a posição da artilharia pesada sobrepunha-se à das casamatas, com duas canhoneiras. O parapeito seria contínuo, apenas dando possibilidade ao uso de armamento de tiro ligeiro.

### II.2.2 - O BALUARTE SUDOESTE

É o mais volumoso baluarte da Fortaleza, resultando de uma evolução profunda da anterior torre altaneira da fortificação árabe. Oferece uma posição de protecção avançada sobre o *glacis*, com uma franca facilitação de tiro de artilharia a partir da grande superfície da plataforma de cobertura. O desenho dos merlões deixa inscritas cinco canhoneiras no parapeito da plataforma.

O ângulo saliente do pentágono é fortemente arredondado, para dificultar a depredação pelos projecteis inimigos. Tal como nos outros baluartes, o canto externo é maciçado com enchimento do compartimento cego que o configura, o que, neste caso, lhe dá uma consistência fora do comum.

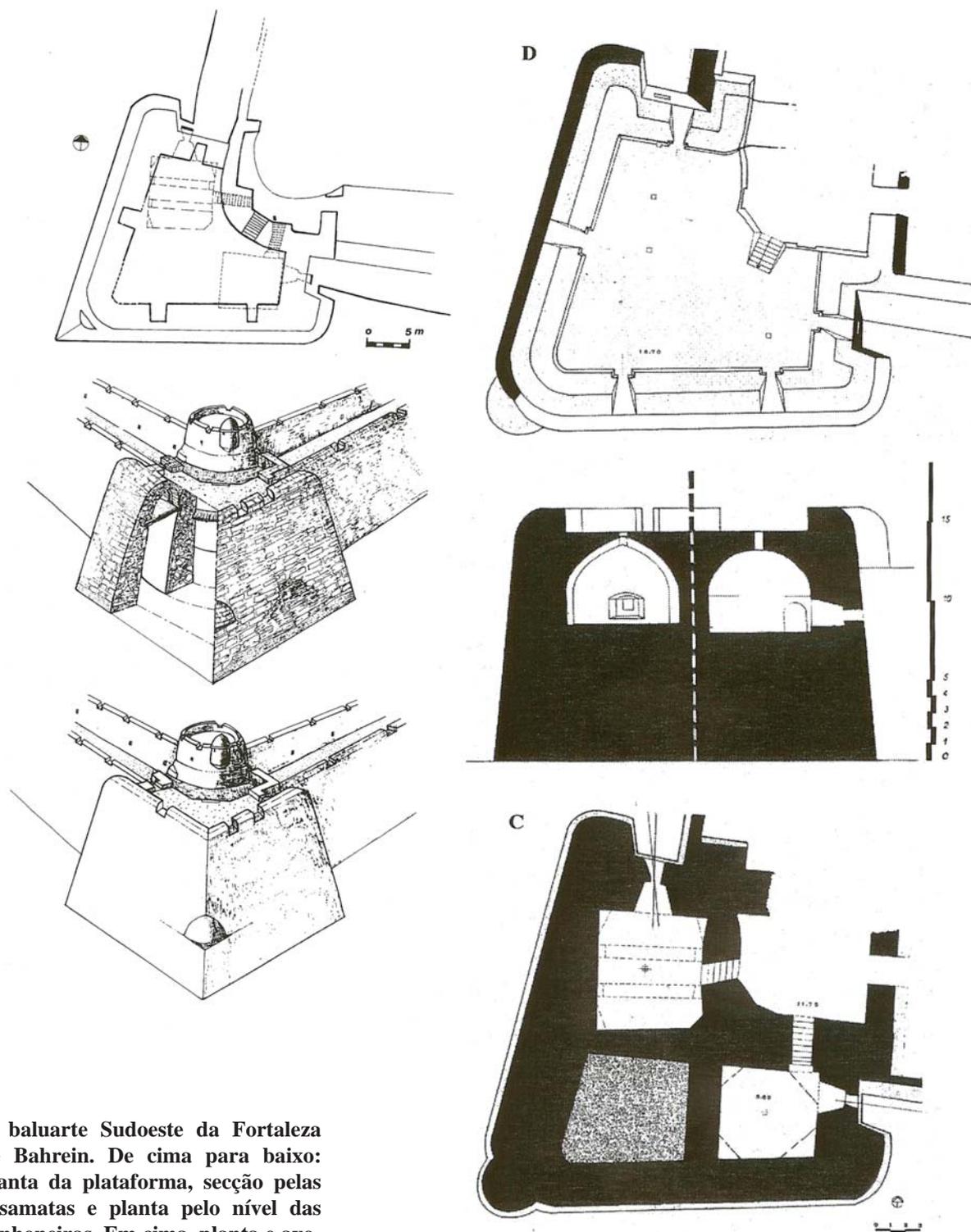
O piso das casamatas tem dois compartimentos para artilharia, sendo o tecto de um em abóbada de berço e o outro com uma cúpula, e dispondo de saída de fumos e gases.

A gola do baluarte articula-se, por meio de escadas, com falsas-bragas de cada lado das cortinas.

### II.2.3 - O BALUARTE NOROESTE

Trata-se do mais pequeno dos baluartes desenhados por Inofre de Carvalho. Não obstante, é o mais elaborado e, de todos, foi o que mais bem conservado chegou aos nossos dias.

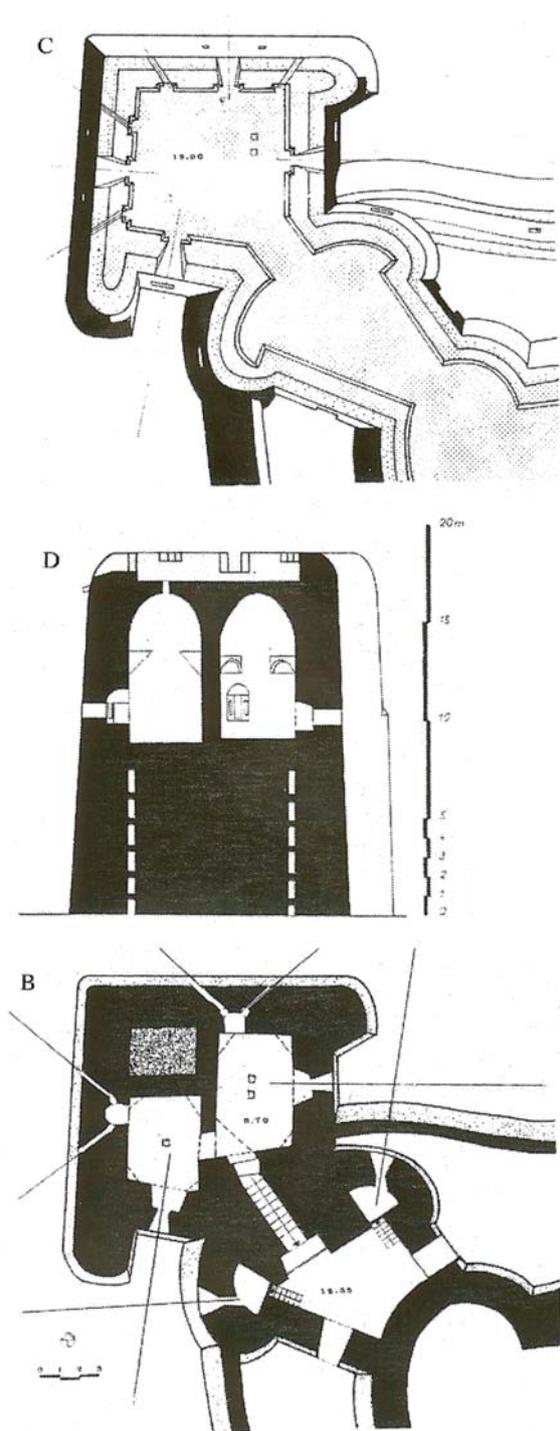
A engenhosa solução para ligação da obra nova à pré-existente mostra a habilidade projectual do autor, reabilitando e reforçando a valia funcional de um imóvel, assim reganhando mais acuidade. O jogo tridimensional é deveras interessante, resultando num exemplar arquitectónico que se desmultiplica



O baluarte Sudoeste da Fortaleza de Bahrein. De cima para baixo: planta da plataforma, secção pelas casamatas e planta pelo nível das canhoneiras. Em cima, planta e axonometrias com a explicação construtiva do baluarte. (in Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - «The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain», Brepols, Belgium, pp. 364-365).

em potencialidades de defesa. A partir de uma câmara de distribuição com abóbada de berço, sobre a qual se desdobra o terraço da construção geral, é assegurado o eficaz funcionamento do conjunto. Em caso de assalto, este nó funciona como um ponto de estrangulamento que pode ser barrado, impedindo a progressão aos invasores e continuando, a partir do nível

O baluarte Noroeste da Fortaleza de Bahrein. De cima para baixo: planta da plataforma, secção pelas casamatas e planta pelo nível das canhoneiras. (in Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - «The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain», Brepols, Belgium, p. 367).



superior, a permitir a defesa.

Possui, à semelhança dos outros baluartes já analisados, duas boas câmaras de abóbadas esféricas, sendo a do lado Sul sobre óculos e a outra de pendentes. Também apresentam os pontos para ventilação - que, é preciso notar, também serviam para comunicar ordens de fogo para o interior. O acesso às casamatas, descendo, faz-se por meio de uma escada postada segundo o eixo da gola, e na bissectriz do ângulo da muralha. Acrescendo às posições de fogo das peças de artilharia, e

secundando o esquema de tiro ligeiro, cada casamata permite duas posições para fuzis ou bacamartes, simétricas, nas faces do baluarte, a meia altura da sua elevação - o que coincidiria com uma posição aproximada de alvo frontal.

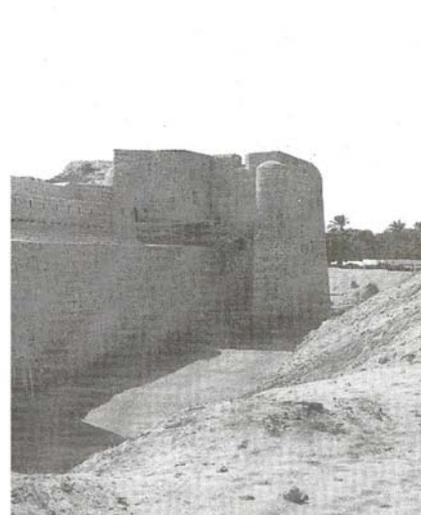
A ligação à restante edificação privilegia a cota dos caminhos cobertos das muralhas, de onde se tem igualmente acesso a duas posições de fogo frontal no arranque da cortina, junto de cada flanco, e ainda beneficiando da protecção do orelhão de cada face.

O terraço dispunha de quatro postos para peças de artilharia, estando dois posicionados frontalmente ao *glacis*, nas direcções Norte e Poente. Além destes dispositivos, o parapeito apresenta ainda um par de aberturas para bacamartes, simetricamente a cada canhão.

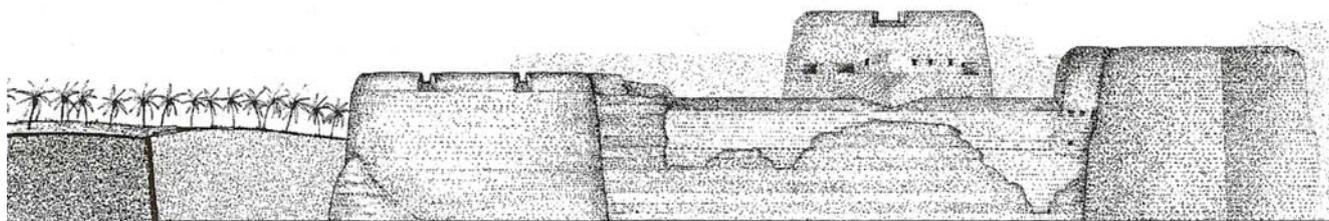
## II.2.4 - OUTROS DISPOSITIVOS DA CONSTRUÇÃO

O exemplar do Bahrein é considerado um monumento de grande interesse pelo seu enquadramento geral, avultando a fase que pertenceu à última transformação estilística ocorrida à maneira da moderna arquitectura abaluartada europeia. Já assinalámos algumas particularidades, a que se juntam outras, provenientes de dispositivos construtivos que ostenta ainda, transformando o local num documento de grande valor. Entre outros avulta a leitura ainda possível do fosso e sua correlação projectual com o traçado das muralhas do conjunto, bem como a porta com o meio-baluarte Nascente (que lhe fica próximo), ou o grande baluarte redondo, um verdadeiro bastião cavaleiro situado a meio da cortina virada a Sul, atingindo a altura de 24 metros.

Imagens posteriores ao restauro da obra de Inofre de Carvalho, relativas aos baluartes da Fortaleza do Bahrein. À esquerda, em primeiro plano, o baluarte sudeste, com o seu oposto (sudoeste) ao fundo. No centro, é bastante esclarecedora a imagem com o caminho coberto (ou falsa-braga) unindo ao baluarte Noroeste, de cuja articulação nos apercebemos em segundo plano. À direita, vista do orelhão do baluarte sudeste, a partir do fosso. (in Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - «The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain», *Brepols, Belgium*, pp. 406, 410 e 408).



A fotografia (de 2007, de autoria de João Lizardo, cuja cortesia na cedência registamos e agradecemos) e o desenho (in Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - «The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain», Brepols, Belgium, p. 367) mostram o resultado do restauro da frente Sul dos trabalhos executados no começo da década de 1660 por Inofre de Carvalho na Fortaleza do Bahrein. No desenho, para além da proeminente torre cavaleira redonda, com casamatas e terraço para tiro de artilharia, observa-se a posição relativa dos baluartes acasamatados de orelhões.



0 10 20 30 40 50m

Trata-se de uma plataforma notável, especialmente apta à vigia dos movimentos e para operações de artilharia.

Esta componente agora estudada e restaurada por uma equipa internacional, guarda o interesse particular de explicar facilmente a imagem provável do grande torreão de que subsistem importantes ruínas (também na face Sul), no sítio arqueológico de Ormuz.

É certo que se atribui ao Capitão Martim Afonso de Melo a realização do “baluarte redondo” de Ormuz em 1540. Mas, devido à localização intrínseca do mesmo, no contexto da reforma operada por Inofre de Carvalho, é absolutamente credível que este tivesse necessidade de o reconfigurar no decurso dos seus trabalhos de adaptação. Para não dizer que a mole gigantesca do volume afeiçoado ao paramento da muralha e sua semiologia, não deixariam de ser notados, tal como em Bahrein, logo de seguida: “built on two levels separated by a wooden floor, the tower was certainly open at the gorge in order to remind under the control of the homage tower. The ground floor, two meters higher than the boulevard, was equipped

<sup>10</sup> Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - «The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain», Brepols, Belgium, p. 369.

with several frontal fusillade openings, two of which were set at divergent angles from the same high recess in the room, thus framing the beak on the outside, as if in the form of eyes”<sup>10</sup>.

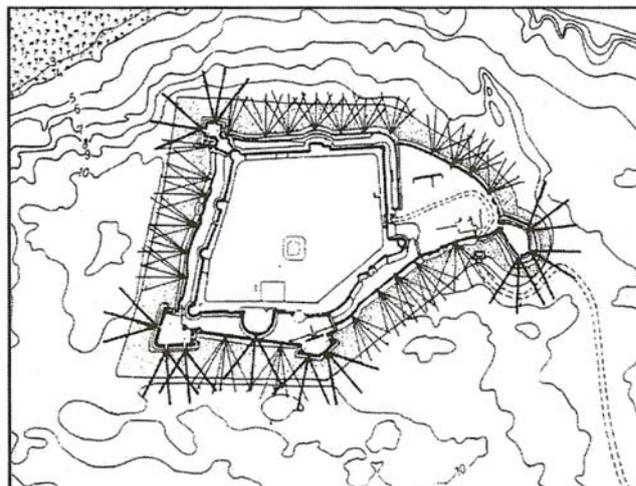
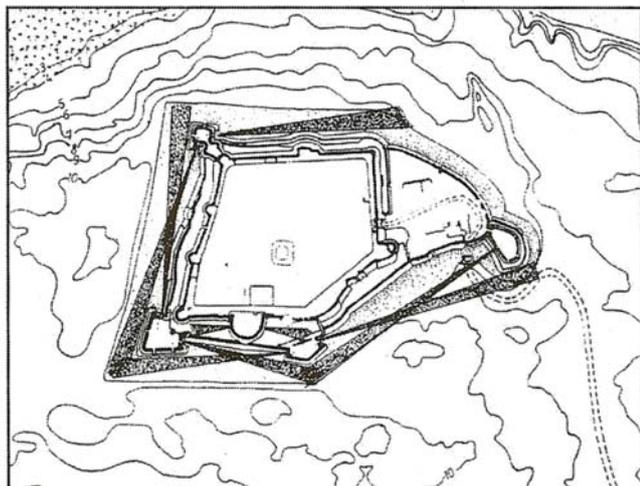
Naturalmente, outras componentes da praça-de-guerra faziam parte do complexo, desde os aquartelamentos às cavalariações, passando por uma torre de menagem que se conservava desde as fases anteriores. Há que realçar igualmente o sábio jogo de protecção que as falsas-bragas faziam na inter-ligação entre os baluartes, ao mesmo tempo que permitiam uma primeira linha de defesa.

Nesse sentido é muito instrutiva a observação da evolução do perfil-tipo das muralhas, que aqui reproduzimos, com a devida vénia (extensível à utilização feita para os restantes desenhos desta Adenda), a M. Renizio, contidos no capítulo “The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain”, da edição de Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, 2005 - Brepols, Belgium, pp 345-418.

Nos dois diagramas estão representadas as interpretações da equipa N. Faucherre, M. Kervran, M. Renizio, G. Rizzi, A. Rougeulle e C. Vogt sobre o poder de fogo da Fortaleza de Qal'at al-Bahrain. À esquerda da artilharia dos baluartes, à direita dos postos de tiro de infantaria - in Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - «The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bahrain», Brepols, Belgium, p. 370.

## II.2.5 - A ADAPTAÇÃO DO PROJECTO À BALÍSTICA

O alcance de um projectil de metal lançado por um canhão em meados do século XVI atingia, na descrição de uma parábola, a distância de cerca de 600 metros. Porém, a eficácia de tiro em linha recta não excederia os 80 metros. Os mosquetes eram capazes de uma precisão de fogo da ordem dos 100 metros. A linha de defesa, medindo a distância da protecção efectiva de um posto de artilharia no flanco de um baluarte ao ponto oposto do fosso não excederia os 120 metros, assegurando que cruzava fogos com as peças no baluarte oposto, impedindo toda



<sup>11</sup>Colhidos in Monique Kervran, Fredrik Hiebert e Axelle Rougeulle, *Qal'at al-Bahrain a Trading and Military Outpost*, in 2005 - «The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress of Qal'at al-Bah-rain», Brepols, Belgium, p. 370.

<sup>12</sup>Op. cit., p. 371.

a aproximação inimiga das cortinas.

Estes valores<sup>11</sup> estavam na base do cálculo das proporções do desenho da fortificação. A engenharia militar e o traçado matemático enfatizavam os procedimentos já assentes pela teoria, passando de cada vez à prática uma tabela de ângulos e consequente trigonometria.

A racionalização do consumo da pólvora (que era sempre muito oneroso) tendia a uma parcimónia no uso de peças de artilharia, sendo preferível apostar no fogo frontal de mosquete pela infantaria, a partir dos merlões e parapeitos, com vantagem da mobilidade e fácil adaptação ao alvo.

Os baluartes de Inofre de Carvalho desenham-se de um modo perfeito na sua relação com o todo, tornando possível, com as capacidades de fogo da artilharia da altura, abolir todos os campos cegos dos fossos através da artilharia colocada nas casamatas. Cada baluarte tem um objectivo expressamente traduzido no seu desenho, determinando a sua estrutura na articulação com o previamente existente.

Segundo os restauradores da Fortaleza de Bahrein, “with eight embrasures under casemates and thirteen in the parapet, the defence of the fortress could have been assured by fourteen canons - one cãnon serving several embrasures. Counting 20 men per bastion and 300 musketeers in the boulevards and in the inner enclosure, 400 men deployed following the development of the assault could defend the fortress”<sup>12</sup>.

### **II.3 - EM BUSCA DO PERFIL BIOGRÁFICO DE INOFRE DE CARVALHO**

Em pleno Renascimento, coincidindo na produção bélica com o apuro da pirometalúrgica, já ultrapassada a fase da neurobalística, Inofre de Carvalho apresenta-se-nos como um dos autores da maior importância, mas a quem (dada a circunstância geográfica da sua maior produção e as vicissitudes da História no relacionamento de Portugal serem com a região do Golfo) não foi ainda prestado o reconhecimento devido.

Trata-se, com efeito, de um dos mais apurados e inventivos arquitectos, imbuído do conhecimento e do espírito de modernidade que lhe fornece a capacidade de marcar um período notável da arquitectura portuguesa.

Na ressaca de um inebriamento de estilo alcançado com a Arte Manuelina, a produção arquitectónica nacional superou

<sup>13</sup>All elements of Inofre's culture were present in mid-century Portugal. There existed an intense search for new style in fortification, and John III tried to attract Portuguese engineers having an European background.

To draw plans for the Azores came in 1550 Isidoro de Almeida, a veteran of imperial campaigns in Italy and Germany, who was then translating *De arcibus contendis*, the Latin edition (Paris, 1535) of Dürer's *Instruction on how to fortify towns* (Nuremberg, 1527), the first treatise on military architecture to appear in print.

Diogo Teles, the Portuguese engineer who had worked on Henry VIII's coastal forts in England, was called in 1549 from Germany to work in Tangiers.

An Italian master, *Micer Antonio, very great man in fortifying* (certainly Antonio Ferramolino, the winner of Barbarossa and author of the celebrated defences of La Goletta, Ragusa and Sicily) was then in Ceuta to give his advice.

Two French engineers were also called there by John III, one of whom, a certain Grandval, was a very clever man and a close companion of Arruda (H. Lopes de Mendonça, *Notas sobre alguns engenheiros nas praças de África*, Biblioteca Nacional, mss. 1758 e 1762, Lisboa, 1922, cit. in Rafael Moreira, *Inofre de Carvalho, a Renaissance Architect in the Gulf*, p. 89, in «Bahrain in the 16th Century - An Impregnable Island», ed. by Monik Kervran, French Archaeological Mission at Bahrain. Min. of Information, State of Bahrain, 1988, pp. 85-93).

as dificuldades espantosas advenientes da programação de uma quantidade impressionante de realizações, ainda para mais repartida por todos os continentes conhecidos, com uma qualidade talvez inesperada.

Embora socorrendo-se de nomes estrangeiros, sobretudo no reinado de D. João III e durante o período filipino, desde Benedetto de Ravena a Filippo Terzi e Giovanni Baptista Cairatti, surgem no panorama dos construtores ilustres referências do mais alto coturno. Primeiramente, aquele rei soube atrair técnicos portugueses que estavam ao serviço de cortes europeias, ao mesmo tempo que promovia a contratação de outros<sup>13</sup>, servindo para preparar um escol nacional de arquitectos e engenheiros. Entre os mais profícuos e, ao mesmo tempo, injustamente ignorado construtor de fortalezas figura certamente o nome cimeiro de Inofre de Carvalho.

Nascido provavelmente em Óbidos, no início do século XVI, aparece referenciado como profissional liberal, proprietário da sua própria oficina, em documento datado de 1538, trabalhando para o estaleiro do Hospital das Caldas (fundado pela Rainha D. Leonor em 1488), havendo registos da sua actividade até 1547.

Caldas da Rainha, a pouco mais de 50 quilómetros a Norte de Lisboa, é uma povoação vizinha de Óbidos, onde Inofre de Carvalho encontrou apoio para a sua formação por parte de D. João de Noronha, então alcaide do burgo, e cuja família lhe proporcionará protecção ao longo da sua vida.

A excepcional importância do programa real para a realização, em 1546, das extraordinárias reformas das fortificações de Tânger, S. Salvador da Baía, Moçambique e Diu - na sequência das experiências orientadas por Benedetto da Ravena em Ceuta e com o projecto para Mazagão (1541), em colaboração com Miguel de Arruda e superior execução de João de Castilho-, deverá ter atraído o arquitecto para outros voos noutras latitudes.

Em 1551 é nomeado *Mestre das Obras Reais* na Índia, sendo atribuída uma pensão a sua mulher, Filipa Lopes, que continuava residindo em Óbidos. D. João III provia a subsistência da família na ausência do cabeça de casal, outorgando-lhe 20 000 reais, a ser paga no almoxarifado daquela vila, *com certidão de huu dos veadores da minha fazemda das ditas partes [da Índia] ou do scprivão da matricolla ou do capitão da fortaleza, onde o dito Inofre de Carualho estiver seruidno, que declare como hee viuo e serue o dito carreguo* (Chancelaria

de D. João III, *Doações*, Liv. 69, fol.185vº., in Sousa Viterbo, *Diccionario Histórico e Documental do Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, p. 530).

Nessa altura o Vice-rei no Oriente era D. Afonso de Noronha, sobrinho do referido alcaide de Óbidos, o qual tinha ordens para afrontar o poderio Otomano no Golfo, reforçando a fortificação de Ormuz e construindo um forte na foz do Eufrates.

Em 1552, Inofre de Carvalho acompanha o sobrinho do Vice-rei, D. Antão de Noronha, numa incursão até ao topo do Golfo Pérsico, Bassorá, sendo sob seu comando feito o cerco e a minagem e destruição da fortaleza turca de al-Qatif. No ano seguinte, sob o mesmo comando, uma segunda campanha é levada a cabo na região, tendo sido tomada a ilha de Bahrain.

“Diogo do Couto (*Décadas da Ásia*, liv. 7, p. 19), falando da empresa de D. Antão de Noronha sobre a ilha de Baharem, traz a seguinte passagem a respeito de Inofre de Carvalho: «*e um Inofre de Carvalho Portuguez, grande Architecto (que ElRey D: Sebastião tinha mandado a reformar a fortaleza de Ormuz) ordenou uma máquina de madeira sobre rodas altas, pêra de cima pelejarem alguns homens e lhe poz algumas peças de artilheria...»*”, in Sousa Viterbo, op. cit. p. 530).

Em Abril de 1558, o seu protector nomeia-o *Capitão do Mar de Ormuz*. A grande reforma da Fortaleza de Ormuz e, quase por certo, a reconfiguração do Forte de Keshm e a construção da fortificação de Larak, bem como obras nas fortalezas de Soar e de Muscate, e bem assim a grande reforma de Qal’at al-Bahrain, ordenadas por D. Constantino de Bragança, o novo Vice-rei chegado à Índia em Setembro de 1558, fazem parte do seu curriculum profissional no Golfo Pérsico.

É de espantar o nível de conhecimentos de que Inofre de Carvalho era possuidor, habilitando-o a empreender, com segurança e elegância, a realização de complexas edificações abaluartadas com casamatas, todas com um inconfundível traço pessoal.

À parte as novas e largas tarefas que lhe estão cometidas, com toda a actividade construtiva passando-lhe pelas mãos naquela região do Império Marítimo do Oriente, inaugurado por Afonso de Albuquerque umas quatro dezenas de anos antes, “it seems reasonable that he worked in other areas too, as the Malabar cast, Ceylon and Malacca, vital points that need closer study. We recognize his hand in the Forte dos Reis Magos on the Bardez promontory in Goa, built in 1551-54, whose two half

<sup>14</sup>Rafael Moreira, Inofre de Carvalho, a Renaissance Architect in the Gulf, in “Bahrain in the 16th Century - An Impregnable Island”, ed. by Monik Kervran, French Archaeological Mission at Bahrain. Min. of Information, State of Bahrain, 1988, p. 91.

<sup>15</sup>Rafael Moreira, op. cit., p. 92.

bastions have a large heart-shaped form that recalls Barhain’s. Also a strong possibility exists that he gave drawings for public or religious buildings, as the monumental Goa cathedral (1562), that follows the model of Portuguese mid-century churches created by Miguel de Arruda and carried out by his disciples. The *Rome of the Orient* was then receiving its “roman” (that is, Renaissance) profile, and it is virtually inconceivable that it would not have raised the interest of its main architect, a key figure hitherto ignored by historians and art historians alike, Portuguese or Indian. We may expect that further research will increase the importance of his presence in Asia for two decades”<sup>14</sup>.

Inofre de Carvalho é um construtor de vanguarda, possuindo informação técnica ou contactando com realizações de grande qualidade. Teria porventura o Capitão do Mar de Ormuz acesso a correio qualificado de Itália, tendo em conta a constante presença de venezianos na Pérsia e, especificamente, na cosmopolita Ormuz?

“Modern bastioned system is employed to the smallest detail for the first time outside Europe, in an effort of rationality that could not fail to exert an influence on those who had to defend or attack it. The sharp “spike” (*espigam*) projecting from the basis of the tower as a parrot’s beak, already prescribed by Goa’s royal engineer Francisco Pires in 1546 and much used in later Portuguese fortifications (Ceuta, Tangiers, Outão, Foz do Douro), makes here its appearance. Furthermore, the bastions’ flattened surfaces and wide angles, recalling those planned by Arruda for the Algarve forts in Southern Portugal (1555), are a feature so up to date in its “plain style” and show such a mastery of design, that it seems more than probable that Inofre de Carvalho’s acquaintance with Italy’s new fortification methods went far beyond his brief contact with Antonio Ferramolino in Ceuta 1549, and that in distant Goa he had access to recent information, maybe even Italian drawings and technical literature”<sup>15</sup>.

Desconhecemos traços posteriores da biografia do Arquitecto, o qual já não ocupava o cargo em 1568, ano em que o mesmo foi suprido por novo Arquitecto-mor da Índia, Simão de Rouen.



**O GOVERNADOR AFFONÇO DE ALBOQVERQVE, SUÇEDEO NA INDIA A DOM FRANCISCO DE ALMEIDA EM NOVEMBRO DE 509 TOMOV DVAS VEZES A CIDADE DE GOA E AS DE MALACA TE ORUZ E FEZ A FORTALEZA DE CALECVTE FOI A PERCIA E AO ESTRETO DE ORMVZ E MAR ROXO // GOVERNOR ESTE ESTADO ATE O ANNO DE 1515 FEZ A FORTALEZA DA CIDADE E GOA E FALECEO NA BARRA DELLA - Retrato de Afonso de Albuquerque que fez parte da galeria do Palácio dos Vice-Reis de Goa (2ª metade do século XVI), óleo sobre madeira, 182 x 108 cm, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.**

<sup>1</sup>D. Garcia Silva e Figueroa, *Comentário de la Embajada que de parte del Rey de España don Filipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*. Los publica la Sociedad de Bibliófilos Españoles, Madrid, MCMIII, 2 vols. Ils coincident avec les calculs de la “Descrição da Ilha de Ormuz e o que nella ha” (BNM ms. 3015 fs 81-84r) de la fin du XVIème siècle : *hauera nesta cidade gente da terra christa e casada, que serão passante de sete mil almas, a fora os Portugueses mercadores que vam, e vem, a fora soldados que ali residen*.

## 7 - CONCLUSÃO: O ORIENTE PORTUGUÊS E O ARQUITECTO INFRE DE CARVALHO NA EMERGÊNCIA DA MODERNA ARQUITECTURA MILITAR EUROPEIA

A permanência de Portugal nas águas do Golfo Pérsico durante mais de dois séculos (cerca de metade dos quais com o apoio logístico principal de uma importante fortificação, fundada em Ormuz em 1507 -1515), foi o esquema táctico passível para dar continuidade a um plano, perante a impossibilidade de cumprir toda uma estratégia que interessava a mais vastas aspirações imperiais do país.

A abertura da rota do Cabo da Boa Esperança deveria ter, como corolário, o desvio do tráfego comercial do Oriente, para o que serviria todo um rosário de portos, cidades e fortificações entretanto criados ao longo de dois Oceanos. O plano, porém, nunca foi verdadeiramente consumado em plenitude, já que falhou a presúria de Adém e o estabelecimento de uma base adequada na ilha de Socotorá. Mesmo as incursões devastadoras no Mar Vermelho, por vezes chegando a Suez (como a de Estêvão da Gama, em 1541), nunca alcançaram objectivos consideráveis.

Instalados no Cairo desde 1517, os Otomanos senhoreavam o Egipto e eram os receptadores das rotas do comércio árabe, persa, indiano e chinês que chegava à bacia do Mediterrâneo - com ou sem a intermediação de genoveses, judeus, arménios ou venezianos.

Deste modo, em vez de bloqueadores do comércio através das águas arábicas, os portugueses tornaram-se parte dele, aspirando a um papel de comando através da imposição de uma supremacia militar.

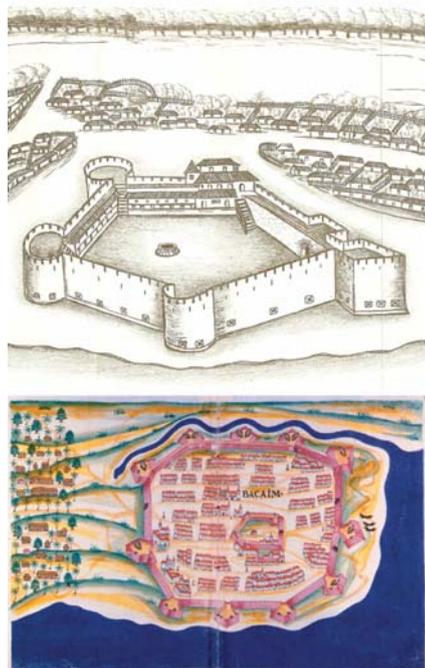
A escolha da base de operações, perante a ressonância internacional adquirida pela cidade de Ormuz, foi intencional. Impunha-se uma presença armada, ainda que mediada por um tratado de paz, expressivamente significante num sítio opulentamente afirmado no contexto de então: “La ville comptait en 1617, selon le calcul de Silva qui y vécut cette même année, une population de quelques quarante mille habitant<sup>1</sup>, dans sa majorité des ‘Maures arabes’ de langue persane, de gentils indiens du Sind et de Cambaya et une minorité très pauvre de juifs, parmi lesquels se trouvaient des sépharades qui parlaient encore du ‘ladino’. Le sommet de la pyramide sociale était constitué par deux cents foyers ou familles portugaises, dont les

*Hauera entre Mouros, Judeus e Gento passante de quarenta mil almas, a fora Pérsios, Turcos, Mogores, e outros infieis mercadores, que ali vão, e vem a fazer suas mercancias* - in Luís Gil Fernandéz, *Ormuz pendant l'Union Dynastique (1582-1622)* - 2007, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Conférence Internationale «Les Portugais à Ormuz», 15, 16, 17, Mars 2007, policopiado, Paris.

<sup>2</sup>“A arquitectura militar da primeira metade do século XVI prende-se progressiva e especificamente às características do emprego da artilharia

**Baçaim (parcial)** - in Gaspar Correia, *Lendas da Índia* (c. 1530/40) - 1975 (fac-simile 1860), Livro II, Tomo II, Lello & Irmão Ed., Porto, e em baixo e ao lado (pormenor), **Baçaim** - in António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Estampa XXII (BAÇAIM) do Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

Na centro da representação da cidade do Códice de Bocarro figura o núcleo inicial proto-abaluartado da fortificação pentagonal, retratada um século antes por Gaspar Correia.



membres possédaient des chevaux et de nombreux esclaves“<sup>1</sup>. Num tal panorama, e abarcando uma peça edificada representativa da soberania que, retrovertidamente, parece lembrar a Torre de Belém, compreende-se que, mesmo como “arquitectura de transição”, a primitiva fortaleza erigida por Afonso de Albuquerque extravase significativamente das dimensões que conhecemos para as outras duas grandes realizações (Goa e Malaca), igualmente levadas a cabo, sob suas ordens, por Tomás Fernandes.

Às importantes novidades contidas na Ormuz albuquerqueiana, apresentando uma desenvoltura e articulação que em muito se distancia das primícias contidas nos planos inovadores registados no Livro das Fortalezas de Duarte Darnas, damos, com o nosso trabalho, a seguinte nota da extraordinária evolução verificada nos meados do século XVI no domínio da arquitectura militar portuguesa e europeia<sup>2</sup>.

Mas importa não esquecer que também houvera importantes avanços temporãos, como a Torre de Belém, uma torre gótica articulada com um baluarte pentagonal - e que é uma metáfora realista da razão fundamental do caminho da arte da guerra, passando pelo experimento dos fogos de artilharia nas naus, antes de se cristalizarem as formas pétreas das muralhas das



naval portuguesa, que disparava quase ao nível da água, dispensando assim as operações de pontaria em alcance. Mais tarde, o aumento da potência das bocas de fogo, com mais peso, necessidade de campo de manobra, e uma muito maior produção de fumos e detritos, impossibilitou o seu uso no cavername dos navios, perto da linha de água, assim como nas canhoneiras baixas das fortificações.

Comparando os trabalhos iconográficos de Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia*, de 1550/63, com os trabalhos de Manuel Godinho Herédia, Pedro Barreto de Resende, António Bocarro e António de Mariz Carneiro, todos já do século XVII, poderemos determinar com certa segurança a evolução das fortificações portuguesas no Oriente nos séculos XVI e XVII. A evolução nas Ilhas Atlânticas não teria sido muito diferente” - in Rui Carita, *A Fortaleza de São Brás de Ponta Delgada no século XVI - 2008*, CEAMA, n.º 1, p. 159 - Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, Almeida.

<sup>3</sup>“A estruturação da provedoria das obras e fortificações deve ter surgido na sequência da reestruturação da Mesa do Desembargo do Paço, sucessivamente pela legislação de 10 de Outubro de 1534 e 10 de Maio de 1553, de que vieram a resultar os regimentos de 2 de Novembro de 1564 e 10 de Julho de 1568 (cf. *Leis Extravagantes e Repositório das Ordenações de Duarte Nunes Lião*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987).

A situação que não teria sido de modo algum linear, levando inclusivamente, a uma certa resistência dos velhos desembargadores, que, mediante a nomeação de um presidente da Mesa, se sentiram de certa forma afastados da figura real” - in Rui Carita, *A Fortaleza de São Brás de Ponta Delgada no século XVI - 2008*, CEAMA, n.º 1, p. 159 - Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, Almeida.

praças-fortes. E fizeram-se, entretantes, as experiências dos baluartes de Azamor, e do inovador Castelo Artilheiro de Vila Viçosa, ou até do de Vila Viçosa ou do baluarte joanino do Funchal, depois integrado na fortaleza de S. Lourenço.

Não é muito conhecida a biografia do Arquitecto Inofre de Carvalho, pelo que esperamos que a divulgação da sua obra, a que agora damos consecução, traga merecida repercussão. Ele parece corporizar a figura do técnico capaz de operar num ambiente diferente do seu mundo conhecido, como aliás era apanágio dos arquitectos portugueses, já tarimbados desde as complexas, vastas e por vezes simultâneas empreitadas no Norte de África, e tinha acontecido com a realização inovadora, e até então única, de criação da cidade abaluartada de Mazagão, em 1541-1542.

As condições para operar num meio como o Médio Oriente, por certo resultam igualmente da modernização de mentalidades, da agilização de atitudes e do sentido do próprio aparelho de Estado<sup>3</sup> : “As actividades específicas e diferenciadas desta Provedoria [das Obras Reais] devem ter-se iniciado em 1551, quando se enviou o famoso arquitecto Inofre de Carvalho ao



Diu, numa fotografia de satélite («Google Earth»), ao lado da reprodução do fólio duplo do Códice da Biblioteca Pública de Évora - in António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Estampa XV (DIO) do Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.



<sup>4</sup> Rui Carita, *A Fortaleza de São Brás de Ponta Delgada no século XVI* - 2008, CEAMA, n.º 1, p. 160 - Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, Almeida.

<sup>5</sup> "Todo o sistema da *Pax Lusitana* pousava nessa rede de fortes [modernos] à roda do globo" - Rafael Moreira, *O Enquadramento Geo-Estratégico da Arquitectura Militar no Atlântico Norte no Início da Idade Moderna*-2005, in «Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual», p. 26, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo.

<sup>6</sup> "...onde 500 Portugueses resistiram a 150 000 Marroquinos"..." - in Rui Carita, *A Defesa do Atlântico nos séculos XV e XVI* - 1994, in AA VV, "A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa", p. 118, Com. Nac. Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto.

*Fortaleza de S. Lourenço aonde está o presidio & Governador Na Ilha da Madeira, Funchal, desenho de Bartolomeu João, século XVII.*

Depois do roubo de duas naus à carga no porto da cidade, em 1528, por corsários biscainhos, então foi tempo de reclamar pela defesa do Funchal. As ordens vieram logo no ano seguinte, sendo que "a construção era vagamente definida como um *baluarte com torre*. A Torre deveria ser construída onde o capitão achasse melhor, pelo que a escolha recaiu nas casas do mesmo.(...) Dirigiu a obra o pedreiro Estêvão Gomes, entre 1540 e 1541". A Fortaleza de S. Lourenço vai conhecer um processo menos canónico do ponto de vista dos princípios da projectação arquitectónica. Após a fase inicial no tempo de D. João III, e constatada a insuficiência da defesa, face ao ataque e ao saque do Funchal por parte de Luteranos franceses (1566), foi nomeado Mateus Fernandes, mestre das obras reais da Madeira que aplicará um "regimento" aprovado pela Provedoria das Obras Reais em 1572, de que resultou a fortificação da cidade.

Oriente, por mestre das obras que lá mandar fazer o Viso-rei e governador das ditas partes (AN TT, *Chancelaria de D. João III, Doações*, L.º 69, fl. 185 v.º. Almeirim, 22 de Fevereiro de 1551), e em 1552, com o envio de Isidoro de Almeida aos Açores, cujas ordens aparecem mandadas passar por Álvaro Pires de Landim".<sup>4</sup>

Note-se que só depois da nomeação de Inofre de Carvalho para o Oriente se inicia o processo da construção de S. Julião da Barra, em Oeiras, onde o sistema abaluartado tem a sua primeira aplicação no Continente português, com Miguel de Arruda, em 1553.

Não obstante, a empreitada que aquele arquitecto irá consumir em Ormuz, no mais puro sistema abaluartado, dar-se-á por concluído antes da finalização da obra da foz do Tejo (1560).

Comprova-se, portanto, que mais do que na Europa, ou até nas Ilhas do Atlântico, é para a Índia (e, crescentemente, para o Brasil) que o rei volta as suas preocupações maiores<sup>5</sup>.

Com a sua morte (1557), verifica-se um precipitar de acontecimentos com directas implicações na esfera da castramentação: o assédio de Mazagão em 1562 (servindo para demonstrar como era realmente adequado<sup>6</sup> o projecto realizado vinte anos antes), a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro em 1565 e a consumação do assalto dos corsários ao Funchal, em 1566.

Conforme mostra Rui Carita nos seus estudos, é então dirigida



*Planta da Cidade de Angra Capital das Ilhas dos Açores, Offerecida ao Illmo. E Exmo. Snr. Conde de Villa Flor, Membro da Regência, Commandante das Forças Militares e Marechal de Campo. Tirada e Dezenhada por IR. D'Almd<sup>a</sup> 1830.*

“No período da união ibérica veio a nascer a fortaleza de São Filipe do Monte Brasil, em frente a Angra e porventura a mais importante e monumental fortificação da expansão ibérica. A fortaleza começou a ser planeada em 1572 e teria sido reformulada e ampliada depois pelo engenheiro Tibúrcio Spanochi, que conheceu o local em 1583/84, quando aí esteve integrado nas forças de ocupação de D. Álvaro de Bazan, marquês de Santa Cruz”. [Spanochi esteve na Terceira, aliás acompanhado do engenheiro João Baptista Cairati, que depois seguiria para a Índia. O projecto teria sido elaborado depois, em 1590, muito provavelmente com base num desenho existente (Arquivo Geral de Simancas, GA, XV-35), tendo esse desenho incorporado a exposição «A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa» (catálogo coord. por Rafael Moreira, CNCDP, Porto, Junho/Setembro de 1994, entrada n.º 90)]. “A reformulação foi novamente recomendada em 1590, num vasto plano de defesa reelaborado por D. António de La Puebla e as obras decorriam em 1592, sob a direcção de João de Vilhena. Viriam a arrastar-se ao longo do século seguinte, sofrendo ainda ampliações em 1643, então já sob a denominação de São João Baptista” - Rui Carita, *A Fortaleza de São Brás de Ponta Delgada no século XVI* - 2008, CEAMA, nº 1, p. 152 - Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, Almeida.

uma particular atenção à organização defensiva e administrativa do Atlântico, sendo criados os primeiros cargos específicos da área das obras de fortificação (com a nomeação de Álvaro Pires como «Provedor dos Açores» e de Mateus Fernandes III, “fortificador da Madeira”, este com regimento de 1567), sendo igualmente regulamentado todo o sistema de vigias e guardacostas do Algarve ao Monte Brasil, isto é, resguardando-se o troço oceânico, entre as Ilhas e o Continente, da cobiça do corso<sup>7</sup>.

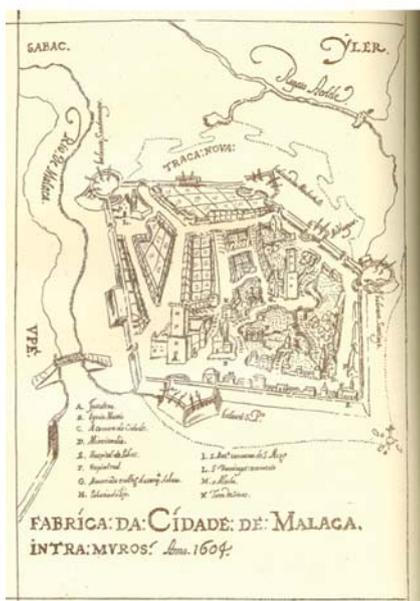
“Na sequência do ataque francês de Outubro de 1566 ao Funchal, na Primavera seguinte, foram enviados aos arquipélagos atlânticos vários especialistas militares. Participaram nesta

<sup>7</sup>Note-se, porém, que já existia um dispositivo de segurança que funcionava para protecção das naus de longo curso, designadamente para a chamada Carreira da Índia: “O Regimento para as Naus da Índia nos Açores surge em 1520 e o cargo de «provedor das armadas e naus da Índia», estudados por Artur Teodoro de Matos, com a missão de zelar pela segurança das rotas e abastecimentos das frotas, na pessoa do fidalgo Pêro Anes do Canto, e depois

de seu filho António Pires do Canto. A importância do Provedor e dos seus filhos, no quadro da segurança das naus da Índia, levou mesmo a constantes ordens reais para a sua deslocação entre os Açores e Lisboa.”- Rui Carita, *A Fortaleza de São Brás em Ponta Delgada no século XVI* - 2005, in “Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual”, pp. 88-89, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo.



Em baixo, duas reproduções de Manuel Godinho de Herédia, *Malaca, l'Inde Méridionale et le Cathay, manuscrit original autographe de - 1882*, por Léon Janssen, *Librairie Européenne C. Mucquardt, Bruxelas, Fábrica da cidade de Malaca e Planta Fortificada da cidade*. Ao lado, imagem do Códice de António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Estampa XLVI (MALACA) do Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

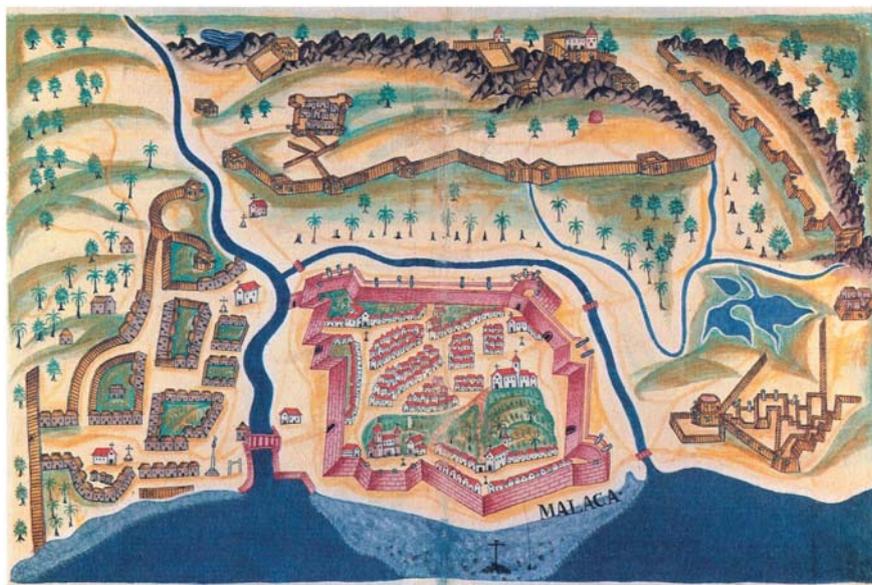


viagem o capitão Pompeu Artidi, o engenheiro Tomás Benedito e o novo mestre da fortaleza de Ponta Delgada, Pedro de Maeda, assim como ainda poderia ter integrado este grupo o mestre das obras reais da Madeira, Mateus Fernandes (III). Desta viagem ficaram-nos vários trabalhos, entre os quais uma *planta da Fortaleza que se faz na ilha de São Miguel, na cidade de Ponta Delgada*, dotada de dois desenhos amovíveis, correspondentes aos vários andares e a indicação de *Petipé de cinquenta braças*. A fortaleza de São Brás aparece-nos desenhada como praticamente a conhecemos hoje, sendo assim o primeiro projecto de fortificação abaluartada regular que se conhece em Portugal e igualmente a mais antiga fortificação de que se conhece desenho contemporâneo<sup>8</sup>.” O carácter inovador da sua concepção implicava mesmo cuidados especiais para negar o seu conhecimento a olhos estranhos<sup>9</sup>.

<sup>8</sup>“Desaparecem totalmente as torres redondas medievais das muralhas e as centrais, que funcionavam como torre de menagem, ou residência senhorial, também foram suprimidas. A residência do governador ou do capitão do lugar e senhor da fortificação, aparece a adaptar-se ao esquema geral de segurança, sendo identificável por dentro, mas não por fora. O projecto de São Brás não deixa de lembrar os publicados por Pietro de Cataneo e depois por Jacomo Castriotto, em Veneza, 1564 (Girolamo Maggi e Jacomo Castriotto, *Della Fortificazione delle Citta*, L.º III, Veneza, 1564. Existe exemplar na BNL, proveniente do

antigo Convento da Graça). Esta concepção de fortificação abaluartada só veio a ser especificamente definida e teorizada nos meados do século XVII por Vauban”- Rui Carita, *A Fortaleza de São Brás em Ponta Delgada no século XVI - 2005*, in “Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual”, pp. 88-89, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo .

<sup>9</sup>“As obras continuaram em bom ritmo e despertavam inclusivamente alguma curiosidade internacional, em princípio, pelo que a 4 de Junho de 1574, D. Sebastião proibia mesmo a entrada de



estrangeiros na fortaleza, por certo para evitar que tomassem conhecimento dos seus detalhes. Portugal encontrava-se na vanguarda dos processos de fortificação europeus e, embora com base em fortificadores italianos e em desenhos já publicados, era à época nos territórios ibéricos e seus domínios que se levantavam as mais importantes obras deste campo. Nesse quadro era recomendado que se retirassem ainda do interior da fortaleza “as casas de recolher pastel, para que os estrangeiros que o vão comprar, não vejam ou examinem o dito Castelo”.

<sup>10</sup>Rui Carita, *A Fortaleza de São Brás em Ponta Delgada no século XVI - 2005*, in “Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual”, pp. 120-121, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo. Pode talvez considerar-se, de acordo com o autor citado, que “a primitiva fortaleza da Ponta de São Brás em Ponta Delgada foi iniciada em 1551 com trabalhos de terraplanagem, pelo mestre regional Manuel Machado, segundo planta sua, no ano seguinte possivelmente alterada por Isidoro de Almeida e a pedido da câmara municipal de Ponta Delgada. Como podemos deduzir de documentação existente, tratava-se essencialmente de uma estância para artilharia e para defesa de um molhe de cais. As referências da documentação apontam essencialmente para a construção do molhe de cais e quase que só por acréscimo referenciam a fortaleza que lhe dava protecção. Nos anos seguintes as referências apontam essencialmente a fortaleza e só por acréscimo o molhe que lhe estava anexo.”

**Mombaça, projecto do Arquitecto-mor da Índia, João Baptista Cairato, 1593.**

**Ao lado, reprodução da Estampa III do Códice de António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.**

Tudo leva assim a crer que o primeiro projecto de arquitectura militar abaluartada e regular em Portugal se deve ao engenheiro italiano Tomás Benedito, natural de Pézaro, e que o teria efectuado entre Junho e Julho de 1567.<sup>10</sup>”

Entre a nomeação para o ultramar e a sua actividade em estaleiro, sabemos que Inofre de Carvalho empreende, entre 1558-1560, a extraordinária reforma arquitectónica de Ormuz, valendo como um manifesto para uma nova era da fortificação no Oriente e em todo o mundo, arrastando atitudes construtivas (possivelmente sua autoria) em Keshm e Larak e, no meio do Golfo, rejuvenescendo e modernizando a grande fortaleza de Bahrein.

São meia dúzia de anos da actividade de um meteoro de génio, com uma capacidade de visionar conceptual e pragmaticamente uma nova dimensão na resposta ao fenómeno da arte da guerra, contaminando outras realizações que lhes foram próximas, desde a Fortaleza de S. Sebastião da Ilha de Moçambique ao complexo defensivo da barra de Goa, continuando-se depois com a modernização no Ceilão e em Malaca.

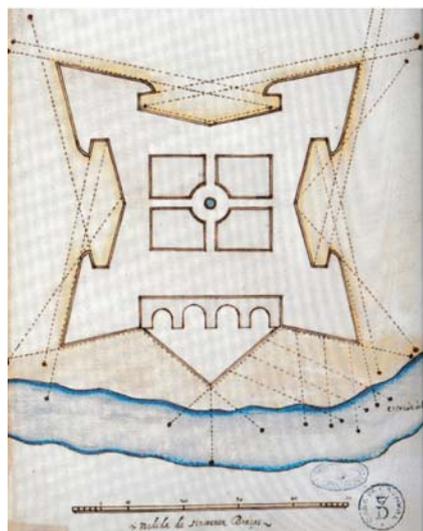
Não sabemos do resto do seu percurso, mas possivelmente muito haverá a encontrar ainda, como resultado de uma investigação descomprometida com paradigmas explicativos insuficientes. Com o olvido a que a história da arquitectura portuguesa no Golfo (e noutras paragens, sobretudo onde é difícil aceder) se remeteu, assistiu-se a um refúgio estrénuo de uma parte dos investigadores ao que é lido nas fontes (e não vão surgindo novas...), preferindo registos de segunda ou terceira mão (às vezes repetindo erros ou imprecisões) a uma abertura crítica



<sup>11</sup>Francisco Pato de Macedo, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante*, Dissertação de Doutoramento, 2006, policopiado, F.L. U.C., Coimbra, p.105.

**Forte de Gaspar Dias, Planta do Códice Cadaval (ANTT, Lisboa) e desenho de António Lopes Mendes no livro *A Índia Portuguesa* - in Pedro Dias, *De Goa a Pangim - Memórias Tangíveis da Capital do Estado Português da Índia* - 2005, pp. 86 e 87, Santander Totta, Lisboa.**

Construção ordenada pelo Cardeal-Infante, estava em obras em 1598 segundo planta riscada por João Baptista Cairato. Quando este regressa ao reino em 1598 estava em execução, queixando-se, ainda em 1622, Diogo do Couto (*Décadas*) que estava então por concluir. Ficou com 10 peças de artilharia, cruzando tiro com a Fortaleza dos Reis Magos, que lhe ficava do outro lado do rio Mandovi. A descrição do Códice de Bocarro caracteriza a construção dizendo: *...forte de pedra e cal de altura de quinze pés e as paredes de groçura de sinco, em quadro. Não está de todo acabado mas já se lhe podem por des ou doze peças de artilharia pera defender a entrada da barra, em cuja frente está do banco que ha atraveça, por cujo respeito se fes aly este forte, e, como adiante na fortaleza da Aguada e na de Nossa Senhora do Cabo...*



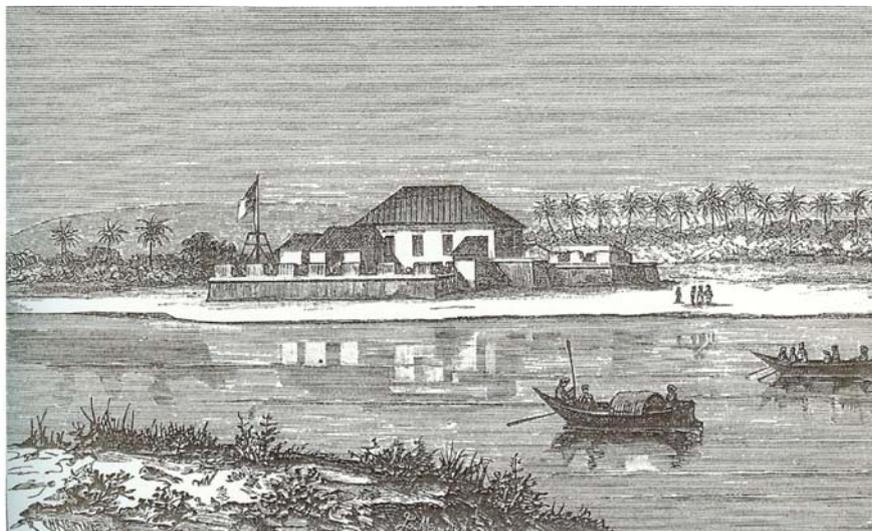
a outro tipo de documento: o monumento. Desejamos que o importante núcleo de documentos trabalhado nesta dissertação, e que permanecia inédito, permita agora não mais descansar outras componentes da investigação (a começar pela arqueologia e continuando com a arquitectura), prolongando assim a nossa análise e retirando daí novas e úteis consequências.

No caso vertente dos monumentos culturais de origem portuguesa na República Islâmica do Irão, redobrados esforços deverá merecer o enquadramento de tal património. Parece-nos que está ainda por fazer um importante, largo e longo, caminho de convergência para o entendimento da sua salvaguarda. “Apropriar-se da memória e do esquecimento constituiu, desde sempre, uma das magnas preocupações para os que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os monumentos, por neles se consubstanciar a lembrança e o tempo, foram utilizados na formação de uma memória colectiva, instrumento e objectivo de poder.

“A palavra monumento tem a sua origem latina em *moneo* que significa fazer pensar, trazer à memória, daí que a sua primeira função seja a reflexão, a evocação. Tal obriga a responder à questão básica de saber o que o torna peculiar e de como o seu carácter especial deve ser conservado, visto que, para valorizar um monumento, é prioritário compreender a essência da sua singularidade”<sup>11</sup>.

No caso de Ormuz e das obras arquitectónicas complementares do Golfo Pérsico que podemos atribuir à mesma época e ao mesmo autor - a reformulação de Bahrein e de Keshm e o Forte de Larak - transportam uma marca importante que lhes advém da extraordinária desenvoltura demonstrada por Inofre de Carvalho na resolução dos respectivos programas funcionais e construtivos.

Estamos perante uma atitude profissional amadurecida, própria

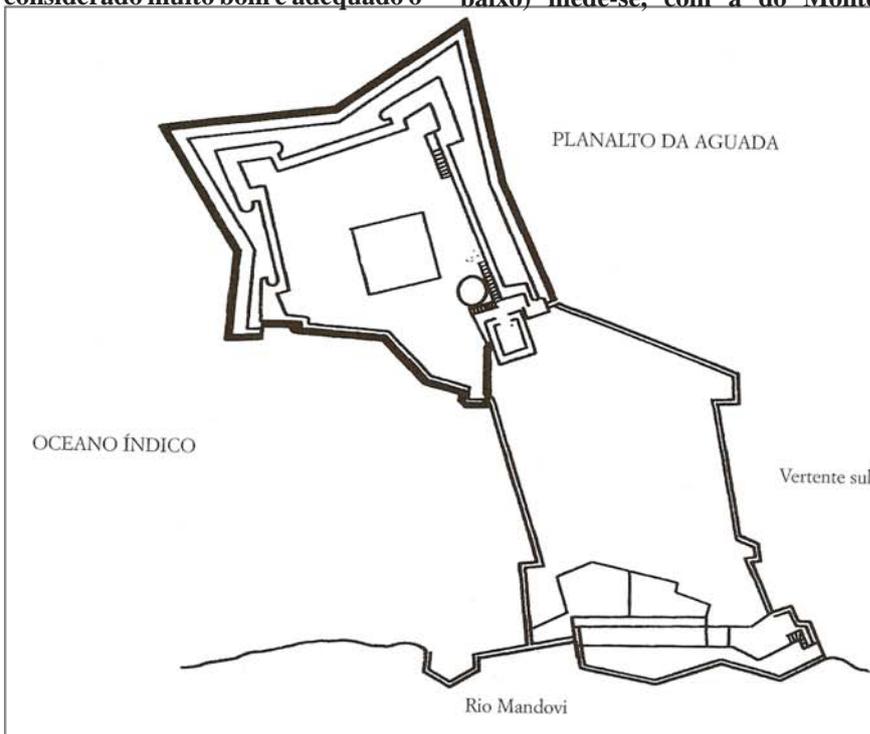
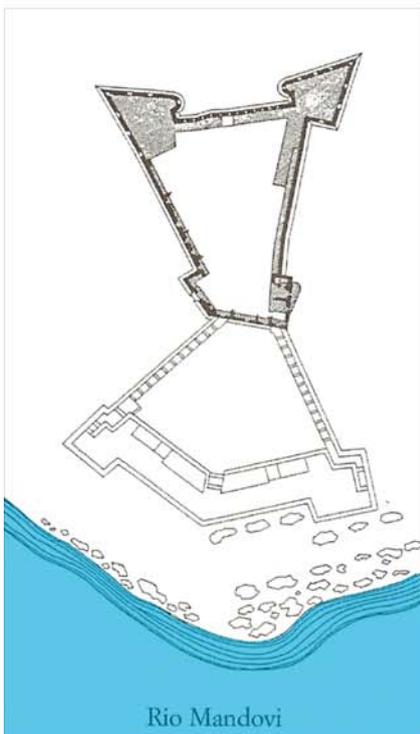




Na entrada da barra do Mandovi, que dá acesso a Goa, a grande Fortaleza dos Reis Magos (fotos e planta na coluna à esquerda) vigiava o movimento dos navios que demandassem a cidade. Segundo Pedro dias, “as primeiras obras de adaptação remontam ao tempo do governo de D. Afonso de Noronha, entre 1551 e 1554. Em 1591 o vice-rei Matias de Albuquerque mandou construir uma couraça para poder cruzar fogos com as defesas situadas na margem esquerda, nomeadamente o forte de Gaspar Dias. Em 1595 os vereadores da cidade de Goa declaram ao rei que tinham visitado o forte na companhia de João Baptista Cairato, e que este tinha considerado muito bom e adequado o

plano que se estava a desenvolver -... a teve por uma força de muito boa traça...- o que parece indiciar que era projecto de outrem. Mas por outra carta do mesmo ano fica-se com a certeza de que ao engenheiro-mor do Estado da Índia coube o desenho da zona baixa da fortificação, concretamente da couraça que fica ao nível da praia. Em 1598 o rei mandou continuar a construção da nova fortaleza, junto à antiga, o que prova que a que hoje se vê já não é a primeira” - in Pedro Dias, *De Goa a Pangim - Memórias Tangíveis da Capital do Estado Português da Índia* - 2005, p. 88, Santander Totta, Lisboa.

A Fortaleza da Aguada (planta em baixo) mede-se, com a do Monte



Brasil, em Angra do Heroísmo ou a de S. Salvador da Bahia no Brasil, como uma das maiores fortalezas construídas pelos portugueses. No seu gigantismo, é difícil abarcar a vastidão do complexo militar abrangido e, quando apercebido nas suas articulações com as peças complementares de defesa da entrada da via fluvial que levava à capital do Estado da Índia, interligando-se com as Fortalezas dos Reis Magos e de Nossa Senhora do Cabo (começada em 1597 e concluída em 1626, mas ainda sem artilharia no início desse ano), o Forte de Gaspar Dias e a Bateria de D. Maria (coucha / bastião redondo dentro do mar na praia do Índico, a Norte da foz do Mandovi - fotografia em baixo) bem como a Fortaleza de Mormugão, então apercebemo-nos da amplitude do esforço investido. Todas estas realizações abaluartadas são demonstrativas de uma normalidade de relacionamento com a temática da moderna arquitectura militar, produzindo-a, nas melhores condições teórico-práticas, a milhares de quilómetros da Europa.



de um técnico possuidor de metodologias de acção informadas, dominando em simultâneo as problemáticas colocadas pelas diversas proveniências onde era chamado a intervir, e provavelmente actuando em simultâneo em diferentes estaleiros. As obras dos casos por nós abordados, possivelmente realizadas num escasso período de menos de uma meia dúzia de anos, são vultuosas e exigentes: apenas a segurança de um projecto capaz asseguraria o sucesso de tais empresas. E a realização desses projectos significa que a teoria da arquitectura estava já assumida para garantir uma condução eficiente dos trabalhos. Uma tal destreza (fazendo lembrar a capacidade empresarial de João de Castilho com a construção de Mazagão), ganhou foros de expressão corrente com os arquitectos e engenheiros portugueses aplicando no Estado da Índia os mais avançados caminhos da arquitectura militar europeia - na linha do que acontecia com a Ordem dos Cavaleiros de S. João na sua transferência de Rodes para Malta. Inofre de Carvalho será, porventura, um dos nomes mais singulares do primeiro escol da moderna arte de fortificar, adaptada, pronta e efectiva e, nesse sentido, também se distanciando das formulações algo redundantes da Tratadística.



**ANEXO**

**RELAÇÃO DE FACTOS SINGULARES DA HISTÓRIA PORTUGUESA  
RELACIONADOS COM A PRESENÇA LUSITANA NO GOLFO PÉRSICO,  
ACOMPANHADA DE  
ALGUMAS TÁBUAS CRONOLÓGICAS SOBRE OS REIS DE PORTUGAL E OS  
TITULARES DOS REINOS E GOVERNOS DA PÉRSIA, DE ORMUZ E DO  
“ESTADO DA ÍNDIA”,  
DOS CAPITÃES DE ORMUZ E DE MASCATE E DOS GOVERNADORES DE  
BASSORÁ**



## **CRONOLOGIA PRINCIPAL RELATIVA A ACONTECIMENTOS ENVOLVENDO PORTUGAL NO GOLFO PÉRSICO**

**1506** - Partida da armada de Afonso de Albuquerque (este pela segunda vez) e de Tristão da Cunha para a Índia, no decurso de cuja viagem são descobertas as ilhas que tomam o nome deste último.

- Conquista da cidade de Socotorá, fazendo uma fortaleza.

- Breve do Papa Júlio II concedendo indulgência plenária a quantos morressem na Índia ou em viagem de ida ou regresso.

**1507** - Campanha militar e de terror de Afonso de Albuquerque no Mar da Arábia e Mar de Oman, conquistando Calaiate, Curiate, Mascate, Soar, Orçafão e, finalmente, Ormuz, em Setembro, e fazendo essas cidades tributárias de Portugal.

- 24 de Outubro, início da construção da fortaleza.

**1508** - Amotinação dos capitães João da Nova, António do Campo, Afonso Lopes da Costa, Manuel Teles e Francisco de Távora, recusando a missão de patrulha da entrada do Mar Vermelho, e propondo a saída de Socotorá e o abandono da realização do projecto de construção de Afonso de Albuquerque, partindo para a Índia.

**1509** - Afonso de Albuquerque substitui D. Francisco de Almeida como Vice-Rei da Índia.

**1510** - Afonso de Albuquerque conquista Goa.

**1511** - Afonso de Albuquerque conquista Malaca.

**1512** - Extinção das feitorias de Quíloa e de Melinde.

**1513** - Afonso de Albuquerque explora o Mar Vermelho e tenta, sem sucesso, conquistar Adém, o que tornará mais determinante a ideia de Ormuz.

- Envio da embaixada (que chegará no ano seguinte) chefiada por Tristão da Cunha ao Papa Leão X, como sinal de obediência de D. Manuel.

- Carta de Afonso de Albuquerque ao rei dando conta do estabelecimento de tratados de paz com potentados locais, desde o Senhor de Ormuz a Coromandel.

- Miguel Pereira é enviado como embaixador à Pérsia.

**1515** - 1 de Abril, Afonso de Albuquerque aporta pela segunda vez a Ormuz e retoma a construção da fortaleza.

- 24 de Dezembro, morte de Afonso de Albuquerque, na barra da cidade de Goa, no regresso de Ormuz.

- Lopo Soares assume o governo da Índia.

- Início da construção da Torre de Belém, concluída em 1519.

**1516** - Lopo Soares de Albergaria zarpa de Goa para o Mar Vermelho, falhando nos objectivos de dominar a rota do Suez.

- Publicação do “Livro de Duarte Barbosa”.

**1521** - Morte de D. Manuel I e subida ao trono de D. João III.

- D. Duarte de Menezes é o quarto Governador da Índia.

- Levantamento do rei de Ormuz contra os Portugueses.

**1522** - João de Castilho fecha a abóbada do transepto da igreja do Mosteiro dos Jerónimos.

**1524** - 24 de Março, Vasco da Gama, Conde da Vidigueira e Almirante da Índia, parte para Goa para tomar posse do cargo de Vice-rei, vindo a falecer no final do ano em Cochim, onde é sepultado.

**1526** - Morre o quinto Governador da Índia, D. Henrique de Menezes, em Cananor, sucedendo-lhe interinamente Lopo Vaz de Sampaio.

- Casamento da Infanta D. Isabel com Carlos V.

**1527** - Primeiro “numeramento” da população de Portugal: 1 200 000 habitantes.

**1528** - D. Nuno da Cunha, sétimo Governador da Índia, parte para o Oriente com onze naus.

-- António Tenreiro viaja por terra da Índia para Portugal.

**1538** - Parte para a Índia o terceiro Vice-rei, D. Garcia de Noronha, acompanhado por D. João de Castro, que capitaneia a nau “Gripo”.

- “Roteiro de Lisboa a Goa”, D. João de Castro.

**1539** - “Roteiro de Goa a Diu”, D. João de Castro.

**1540** - Morre D. Garcia de Noronha e assume funções o oitavo Governador, D. Estêvão da Gama, filho de Vasco da Gama.

**1541** - “Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo”, D. João de Castro.

**1542** - Martim Afonso de Sousa é o nono Governador da Índia.

**1545** - “Tratado da Sphera”, D. João de Castro.

**1547** - D. João de Castro é nomeado por D. João III, quarto Vice-rei da Índia.

**1548** - Garcia de Sá sucede a D. João de Castro, como 10º Governador da Índia.

- Francisco de Holanda escreve “Da Pintura Antiga”.

**1549** - Jorge Cabral é investido como 11º Governador da Índia.

**1550** - Edição da “Suma Oriental” de Tomé Pires.

- D. Afonso de Noronha nomeado quinto Vice-rei da Índia.

**1551** - Início da edição da “História do Descobrimento e Conquista da Índia” de Fernão Lopes de Castanheda.

**1552** - Breve de Júlio III autorizando o rei de Portugal a negociar cavalos e metais com os infiéis,

- Início da edição das “Décadas da Ásia” de João de Barros.

**1553** - Os Turcos sitiaram Ormuz.

- 1554** - D. Pedro de Mascarenhas é o sexto Vice-rei da Índia.
- 1555** - Francisco Barreto é o 12º Governador da Índia.
- 1556** - Chegam a Lisboa os restos mortais de Afonso de Albuquerque.
- 1557** - Publicação dos “Comentários de Afonso de Albuquerque”, de Brás de Albuquerque.
- 1558** - D. Constantino de Bragança é o sétimo Vice-rei da Índia.
- 1561** - D. Francisco Coutinho é o oitavo Vice-rei da Índia.
- “Atlas Universal”, Diogo Homem.
  - “Lendas da Índia”, Gaspar Correia.
- 1563** - “Atlas”, Lázaro Luís.
- “Tratado”, António Galvão.
- 1564** - João de Mendonça é o 13º Governador da Índia.
- D. Antão de Noronha é nomeado como nono Vice-rei da Índia.
- 1565** - Publicação do “Itinerário” de Mestre Afonso, cirurgião da Índia, descrevendo o roteiro por terra de Ormuz ao reino.
- 1566** - “Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel”, Damião de Góis.
- 1567** - “Crónica do Príncipe D. João, o Segundo do Nome”, Damião de Góis.
- 1568** - D. Luís de Ataíde, 3º Conde de Atouguia, é o décimo Vice-rei da Índia.
- “Atlas”, Fernão Vaz Dourado.
- 1571** - D. António de Noronha é nomeado o 11º Vice-rei da Índia.
- 1572** - Jerónimo de Ruão conclui a capela-mor da igreja do Mosteiro dos Jerónimos.
- 1574** - António Moniz Barreto é o 14º Governador da Índia, ao tomar posse do lugar a que foi obrigado a resignar, por mau governo, o 11º Vice-rei.
- 1577** - D. Diogo de Noronha assume o cargo de 15º Governador da Índia.
- 1577** - D. Luís de Ataíde, 3º Conde de Atouguia, é novamente nomeado como décimo segundo Vice-rei da Índia.
- 1578** - Expedição de D. Sebastião a Marrocos, com a derrota em Alcácer-Quibir e morte do rei.
- 1581** - Aclamação de Filipe II como rei de Portugal nas Cortes de Tomar, mantendo-se a separação da Casa Real portuguesa, e entrada em Lisboa.
- 1583** - Cortes de Lisboa, com juramento do Infante D. Filipe como herdeiro do trono português, regressando o rei a Madrid e ficando o Cardeal-Arquiduque Alberto de Áustria no Governo de Portugal.
- 1584** - Inicia-se a construção da fortaleza de Mascate.
- 1585** - Proibição do comércio com a Holanda.
- 1586** - Corte das relações diplomáticas e comerciais com a Inglaterra.
- 1588** - Desastre da “Invencível Armada”.
- 1593** - Regresso a Castela de Alberto de Áustria, substituído pelos governadores D. Miguel de Castro, D. João da Silva., D. Francisco de Mascarenhas, D. Duarte de Castelo-Branco e D. Miguel de Moura.
- Construção da Fortaleza de Jesus, em Mombaça, por António Batista Cairato.
- 1595-1604** - Diogo do Couto, Cronista, organiza os arquivos de Goa como Guarda-mor da Torre do Tombo da Índia.
- 1598** - Início do reinado de Filipe II de Portugal.
- Restabelecimento do monopólio régio sobre o comércio da Ásia.

- 1604** - Criação do Conselho da Índia.  
- Ataque dos Holandeses à Fortaleza de Moçambique.
- 1605** - Conquista holandesa da ilha de Amboíno.
- 1607** - “Ethiopia Oriental”, João dos Santos.
- 1609-1622** - “Trégua dos Doze Anos” entre a Espanha e a Holanda.
- 1611** - “Itinerário da Índia por Terra”, Frei Gaspar de S. Bernardino.
- 1614** - Extinção do Conselho da Índia.
- 1619** - Cortes de Lisboa, com juramento do Infante D. Filipe como herdeiro do trono, na presença de Filipe II de Portugal.  
- Nomeação de Rui Freire de Andrade como capitão do mar de Ormuz.
- 1620** - Acordo Anglo-Holandês, segundo o qual Inglaterra não interviria na Insulíndia, ao passo que a Holanda deixaria liberto a campo de acção do Golfo Pérsico ao Reino Unido.
- 1621** - Com apenas 16 anos de idade sobe ao trono de Portugal Filipe III, sendo o governo de Lisboa assumido por Gaspar Filipe de Guzman, o poderoso Conde (depois Duque) de Olivares.
- 1622** - Janeiro, recontros anglo-lusos em Jasques e em torno de Keshm e Ormuz.  
- 20 de Janeiro, cerco de Ormuz, por uma força anglo-persa com uma armada de mais de 3000 homens, sendo 6 naus britânicas.  
- 11 de Fevereiro, abandono do Forte de Keshm.  
- 12 de Maio, rendição de Ormuz aos Persas com o apoio dos Ingleses, os quais fazem um saque considerável da Fortaleza. Cerca de 2000 "portugueses" são transferidos para Mascate. Foram feitas várias tentativas de reconquista por Rui Freire de Andrade (1623, 1624, 1625, 1627 e em 1631, desta vez por via diplomática).
- 1623** - Repellido ataque anglo-holandês a Mascate.
- 1624-1625** Tratado com os Persas para o estabelecimento de uma feitoria fortificada em Bandar-e Kong.
- 1631** - Declínio geral do poderio português no Oriente, com perda de influência no Golfo Pérsico e na Costa Arábica, registando-se também um massacre em Mombaça por parte dos cafres e dos mouros, com perda da Fortaleza.
- 1632** - Recuperação da Fortaleza de Jesus de Mombaça.
- 1633** - Setembro, morre Rui Freire de Andrade, sepultado na Igreja de Santo Agostinho de Mascate.
- 1635** - Assinatura de uma trégua com a Holanda para vigorar no Oriente.  
- “Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental, António Bocarro.
- 1637-1644** - Bloqueio holandês à barra da cidade de Goa, chegando a ser queimados alguns dos melhores barcos portugueses do serviço da Índia, estacionados no porto de Pangim.
- 1640** - Dezembro, Revolta dos Conjurados e juramento de D. João IV como rei de Portugal, a 13 de Dezembro.  
- População portuguesa: cerca de 2 000 000 de habitantes em 466 000 fogos.
- 1641** - 14 de Janeiro, Malaca cai em poder dos Holandeses.  
- 21 de Janeiro, concedida liberdade de comércio dos Holandeses em Portugal.  
- 28 de Janeiro, Cortes de Lisboa, com ratificação do soberano e juramento do príncipe herdeiro (D. Teodósio).

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

- 12 de Junho, Tratado de Aliança com os Estados Gerais das Províncias Unidas, com liberalização do comércio e suspensão de hostilidades por 10 anos (mas continuará o saque e posse de colónias portuguesas no Oriente).

- 29 de Junho, Tratado com a Suécia.

**1642** - 29 de Janeiro, Tratado de paz com a Inglaterra, com privilégios de comércio livre para os britânicos em alguns pontos do Império.

- Perda de Malaca para os Holandeses.

- “Vida de D. João de Castro, Quando Vizo-Rei da Índia”, Jacinto Freire de Andrade.

**1647-1648** - De Dezembro a Dezembro, os Holandeses aprisionam 249 navios portugueses, dos cerca de 300 que anualmente cruzam o Atlântico.

**1650** - Mascate cai sob domínio de Oman.

### REIS DE PORTUGAL

#### Dinastia de Aviz

Manuel II.....(1495-1521)

João III.....(1521-1557)

Sebastião I.....(1557-1578)

Henrique I.....(1578-1580)

#### Dinastia de Habsbourg

Filipe I.....(1580-1598)

Filipe II.....(1598-1621)

Filipe III.....(1621-1640)

#### Dinastia de Bragança

João IV.....(1640-1656)

Afonso VI.....(1656-1667)

Pedro II.....(1667-1706)

João V.....(1706-1750)

### XÁS DA PÉRSIA

#### Dinastia Safávida

Isma' il I.....(1501-1524)

Tahmasp I .....(1524-1576)

Isma' il II.....(1576 -1577)

Mohammad Khodabandeh.....(1577-1587)

‘A bbas I.....(1587-1629)

Safi I.....(1629-1642)

‘Abbas II.....(1642-1666)

Soleyman.....(1666 -1694)

Soltan Hoseyn .....(1694-1722)

#### Dinastia Ghalzais

Mahmud.....(1722-1725)

Ashraf.....(1725-1729)

#### Dinastia Safávida

Tahmasp II.....(1722-1732)

‘Abbas III.....(1732-1736)

**VICE-REIS, GOVERNADORES E JUNTAS DE GOVERNO  
DO “ESTADO DA ÍNDIA” E REIS DE ORMUZ,  
NO PERÍODO DA PRESENÇA PORTUGUESA NO GOLFO PÉRSICO**

<b>Vice-reis e Governadores da Índia</b>	<b>Reis de Ormuz</b>
Francisco de Almeida .....	1505-1509.....Seyf al-Din Abu Nasr
Afonso de Albuquerque, Governador.....	1509-16 Dez.1515 (1507-1513)
Lopo Soares de Albergaria, Governador.....	1515-1518.....Turan Shah IV
Diogo Lopes de Sequeira, Governador.....	1518-1522 (1513-1521)
Duarte de Meneses, Governador.....	1522-1524.....Mohammad Shah II
Vasco da Gama, conde de Vidigueira.....	1524 (1521-1534)
Henrique de Meneses, Governador.....	1524-1526
Lopo Vaz de Sampaio, Governador.....	1526-1529
Nuno da Cunha, Governador.....	1529-1538.....Salghur Shah II
Garcia de Noronha.....	1538 -1540 (1534-1543)
Estêvão da Gama, Governador.....	1540-1542
Martim Afonso de Sousa, Governador.....	1542-1545.....Turan Shah V
João de Castro.....	1545-1548 (1543-1565)
Garcia de Sá.....	1548-1549
Jorge Cabral.....	1549-1550
Afonso de Noronha.....	1550-1554
Pedro Mascarenhas.....	1554-1555
Francisco Barreto, Governador.....	1555-1558
Constantino de Bragança.....	1558-1561
Francisco Coutinho, conde do Redondo.....	1561-1564
João de Mendonça, Governador.....	1564
Antão de Noronha.....	1564-1568.....Mohammad Shah III (1565)
Luís de Ataíde, conde de Atouguia (1ª vez).....	1568-1571.....Farrukh Shah I
António de Noronha.....	1571-1573 (1565-1597)
António Moniz Barreto, Governador.....	1573-1576
Diogo de Meneses, Governador.....	1576-1578
Luís de Ataíde, conde de Atouguia (2ª vez).....	1578-1581
Fernão Teles de Meneses, conde de Vilar Maior, Gov. ....	1581
Francisco Mascarenhas, conde de Vila da Horta .....	1581-1584
Duarte de Meneses, conde de Tarouca.....	1584-1588
Manuel de Sousa Coutinho, Governador.....	1588-1591
Matias de Albuquerque.....	1591-1597.....Turan Shah VI (1597)
Francisco da Gama, conde de Vidigueira (1ª vez)....	1597-1600.....Farrukh Shah II
Aires de Saldanha.....	1600-1605 (1597-1602)
Martim Afonso de Castro.....	1605-1607.....Firuz Shah
Aleixo de Meneses, Frei, Governador.....	1607-1609 (1602-1609)
André Furtado de Mendonça, Governador.....	1609
Rui Lourenço de Távora.....	1609-1612.....Mohammad Shah IV

ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

Jerónimo de Azevedo.....	1612-1617	(1609-1622)
João Coutinho, conde de Redondo.....	1617-1619	
Fernão de Albuquerque.....	1619-1622	
Francisco da Gama, conde de Vidigueira (2ª vez)...	1622-1628	
Luís de Brito, Governador.....	1628-1629	
Miguel de Noronha, conde de Linhares.....	1629-1635	
Pedro da Silva.....	1635-1639	
António Teles de Meneses, Governador.....	1639-1640	
João da Silva Telo de Meneses, conde de Aveiras ...	1640-1645	
Filipe Mascarenhas.....	1645 -1651	
Vasco Mascarenhas, conde de Óbidos.....	1652-1653	
Brás de Castro, Governador.....	1653 -1655	
Rodrigo da Silveira, conde de Sarzedas.....	1655-1656	
Manuel Mascarenhas Homem, Governador.....	1656	
JUNTA GOVERNATIVA.....	1656-1662	
António de Melo Castro.....	1662-1666	
João Nunes da Castro, conde de São Vicente.....	1666-1668	
JUNTA GOVERNATIVA.....	1668-1671	
Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque, conde do Lavradio.....	1671-1677	
Pedro de Almeida, conde de Assumar.....	1677-1678	
JUNTA GOVERNATIVA.....	1678 -1681	
Francisco de Távora, conde de Alvor.....	1681-1686	
Rodrigo da Costa, Governador (1ª vez).....	1686-1690	
Miguel de Almeida, Governador .....	1690-1691	
JUNTA GOVERNATIVA.....	1691-1693	
Pedro António de Noronha de Albuquerque, conde de Vila Verde.....	1693-1698	
António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho.....	1698-1701	
JUNTA GOVERNATIVA.....	1701 - 2 OUT 1703	
Frei Agostinho da Anunciação Vasco Luís Coutinho Caetano de Mello e Castro.....	2 OUT 1703 - 28 OUT 1707	
Rodrigo da Costa (2ª vez).....	28 OUT 1707 -21 SET 1712	
Vasco Fernandes César de Meneses .....	21 SET 1712 -13 JAN 1717	
Sebastião de Andrade Pessanha, Governador .....	13 JAN 1717 -16 OUT 1717	
Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses, conde de Ericeira.....	16 OUT 1717 -14 SET 1720	
Francisco José de Sampaio e Castro.....	14 SET 1720 -13 JUL 1723	
Cristóvão de Melo .....	13 JUL 1723 - 3 SET 1723	
JUNTA GOVERNATIVA .....	3 SET 1723-28 OUT 1725	
Cristóvão de MeIo Frei Inácio de Santa Teresa Cristóvão Luís de Andrade João de Saldanha da Gama.....	28 OUT 1725-1732	

## **CAPITÃES DE ORMUZ**

Pêro de Albuquerque.....	1515-1518
D. Garcia Coutinho .....	1518-1521
João Rodrigues de Noronha .....	1521-1523
Diogo de Melo .....	1523-1528 (11/06)
Cristóvão de Mendonça.....	1528-1531
Belchior de Sousa (interino).....	1532
António da Silveira de Meneses.....	1532-1535
Martim Afonso de Melo Jusarte (1ª vez).....	1535-1537
D. Pedro de Castelo Branco.....	1537-1538
Pêro Fernandes (interino).....	1538
D. Fernão de Lima.....	1538 (Maio)
Fernão de Álvarez Cernache (interino).....	1538
Martim Afonso de Melo Jusarte (2ª vez).....	1538-1541
Luís Falcão.....	1541-1544
Manuel da Silveira.....	1544-1547
D. Manuel de Lima.....	1547-1550
D. Álvaro de Noronha.....	1550-1552?
Fernão Gomes de Sousa.....	1554-155?
Bernardim de Sousa.....	155?-1556
João de Ataíde (1ª vez).....	1556-1557
Francisco Barreto.....	1557-155?
Antão de Noronha.....	1558-1561
João de Ataíde (2ª vez).....	1561-1563
D. Pedro de Sousa.....	1564-1566
Luís de Melo.....	1566-1569
Francisco Mascarenhas.....	1569 -1572
Fernão Teles.....	1572-1574
Diogo de Meneses.....	1574-1577
Rui Gonçalves da Câmara.....	1577-1580
D. Gonçalo de Meneses.....	1580-1583
Matias de Albuquerque.....	1584-1587
João Gomes da Silva.....	1587-1589
D. João Pereira.....	1589-1593
Jerónimo Mascarenhas.....	1593 -1597
António de Lima.....	1597-1599
António da Silveira.....	1600
Diogo Moniz Barreto.....	1600-1605
D. Pedro Coutinho.....	1605-1607
D. Henrique de Noronha.....	1607-1609

## **CAPITÃES DE MASCATE**

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

Jorge de Castelo Branco.....	1610-1612	
Pedro de Brito de Lima.....	1612-1613	
D. Luís da Gama.....	1614-1619	Paulo Castanho 1619 (també de Soar)
	m	
Luís de Sousa.....	1619-1620	
D. Francisco de Sousa.....	1620-1622	Miguel de Lima Torres
Simão de Melo Pereira.....	1622-1622 (3 de Maio)	
		Pascoal Henriques 1623
		Martim Afonso de Melo 1623 -1625
		António Calado 1629
		Júlio de Moniz da Silva 1630-1632 ?
		Gomes Lobo da Silva 1640
		Belchior Calaça [?] 1589
		Francisco Velho 1590-1593?
		António de Sousa Falcão 1595
		Francisco Velho (2ª vez) 1597
		Bartolomeu Lobo da Gama ?
		António Moreira de Fonseca 1608
		André Pacheco 1614
		Gaspar Ferreira ?
		Gaspar de Andrade Rego 1616

### GOVERNADORES DE BASSORÁ (1515-1747) NO PERÍODO DO TRATO PORTUGUÊS DO COMÉRCIO DO GOLFO PÉRSICO - ORMUZ, MASCATE E BANDAR-E KONG

#### Pachás Árabes

‘Ali Moghames.....	1515-152~
Rashed b. Moghames.....	1529-1539
Mane’ b. Rashed.....	1539-154~
Sheikh Yahya Bani Yaman .....	154~-1547

#### Pachás Otomanos

Belal Mehmed Pasha.....	1547
Kubad Pachá.....	1552
Mostafa Pachá.....	1552
Oervish ‘Ali Pachá.....	1566
‘Ali Pachá.....	1572?
Aiyud or ‘Ali Pasha até c. ....	1612

#### Pachás Afrasiyab

Afrasiyab Pachá.....	1612-1624
‘Ali Pachá.....	1624-1650

Hoseyn Pachá, derrubado pelos Otomanos.....	1650-1668
Yahya Pachá, derrubado pelos Otomanos.....	668-1669
<b>Pachás Otomanos</b>	
Qara Mostafa Pachá.....	1669-1672 (t)
Chelebi Hasan Pachá.....	1672-SET 1674
Hoseyn Pachá.....	1674- AGO 1677
Chelebi Hasan Pachá (2ª vez).....	1677-1680
Hoseyn Pachá (2ª vez) :.....	1680-1 JAN
1683	
‘Abdul-Rahman Pachá.....	1683-finais 1686
Hosein Pachá, morto 4 dias depois de entronizado.....	16/12/1686
‘Abdul-Rahman Pachá (2ª vez).....	1687-1688 [?]
Hoseinin Pachá.....	1688-1690 [?]
Khalil Pachá.....	1690-1692
Ahmad, filho de ‘Othman Pachá.....	1692 final (t)
Hosein Jamal/Hasan Agha Jamal(representante local) 1693	
Hasan Pachá.....	1693
Qapichi Khalil Pachá, derrubado por Montafeq.....	1693-1694
Sheikh Mane’ b. Moghames.....	1694-1697
INTERLÚDIO SAFÁVIDA.....	1697-1701
‘Ali Pachá.....	10/03/1701- 27/09/1703
Mohammad Pachá.....	27 /09/1703-14/03/1704
‘Ali Pachá (2ª vez).....	11/09/1705- 25/10/1705
Khalil Pachá.....	25/11/1705 - 01/03/1707
Hasan Pachá.....	1708
(Desconhecidos).....	1709-1714 *
‘Othman Pachá.....	1714- MAR 1715
Hasan Pachá.....	1715
Rajab Pachá.....	1715-1716 [?]
Ahmad Pachá, desde finais de.....	1716- JUN 1720
Mostafa Pachá.....	1720- FEV 1721
Sarkish ‘Othman Pachá.....	1721- final de 1721 [?]
Hamid ou Ahmad Pachá.....	1723
Khalil Pachá.....]	1723 -1725
Ahmad Pachá.....	1725 -1747, governando Bagdade e tendo representante

\* Bassorá era uma mera dependência comercial e administrativa de Bagdade. Pelo menos desde 1720 a cidade passou novamente a ser governada por Pachás independentes.

## BIBLIOGRAFIA

A preparação dos materiais de investigação e a redacção da dissertação implicaram a utilização de um considerável número de fontes, de que a presente bibliografia indicativa se ocupa apenas para os casos dos títulos que serviram para deles fazermos citações ou extrairmos elementos iconográficos.

### - EDIÇÕES

AA VV, Joel Serrão, dir., *Dicionário da História de Portugal* - 1976, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

AA VV, Rafael Moreira, dir., *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* - 1989, Publicações Alfa, Lisboa.

AA VV, Pedro Dias, Comissário Científico, *No Tempo das Feitorias - A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos* - 1992, 2 vols., Museu Nacional de Arte Antiga, Instituto Português de Museus, Lisboa.

AA VV, Regina Anacleto, Comissária Científica, *O Neomanuelino, ou a Reinvenção da Arquitectura dos Descobrimentos* - 1994, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

AA VV, Rafael Moreira, Comissário Científico, *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* - 1994, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto.

AA VV, José Manuel Garcia, Comissário Científico, *Tesouros da Cartografia Portuguesa* - 1997, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

AA VV, Jorge Manuel Flores, Comissário Científico, *Os Construtores do Oriente Português* - 1998, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto.

AA VV, *Fortificações Portuguesas no Brasil, dos Descobrimentos à Época Pombalina* - 1999, Centro de Estudos Patrimoniais Lusófonos da Fundação Convento da Orada, Monsaraz.

AA VV, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Coord., *História da Expansão Portuguesa* - 1999, 6 vols., Círculo de Leitores, Lisboa.

AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)* - 2002, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa.

AA VV, *Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual* - 2005, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo.

AA VV, Zoltán Biedermann, Coord., *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe Siècles)* - 2006, Brepols Pub. Turnhout, Belgium.

AA VV, ed. Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro, *Revisiting Hormuz / Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period* - 2008, Actas da Conferência Internacional “Les Portugais à Ormuz / The Portuguese in Hormuz (1507-1622)”, 15-17 de Março de 2007, Centre Culturel, Paris, Calouste Gulbenkian Foundation, Harrassowitz Verlag, Wiesbaden.

ANDRADE, EUGÉNIO DE, *Excessivo é ser Jovem* - 1971, in “Memórias de Alegria”, Ed. Inova, Porto.

AUBIN, JEAN, *Le Royaume d’Ormuz au début du XVIe siècle*, in “Latin et l’Astrolabe” - 1996 / 2006, 3 vols., (I, 1973, «Mare Indicum», pp. 77-179) Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa e Paris.

ALBUQUERQUE, MARTIM DE, *A Expressão do Poder em Luís de Camões* - 1988, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

ALBUQUERQUE, MARTIM DE, dir., *A Ordem de Malta e o Mundo* - 1998, Edições Inapa, Lisboa.

AVILLEZ, MARIA JOÃO, *As Sete Partidas para o Mundo* - 2000, Círculo de Leitores, Lisboa.

BRANDÃO, AUGUSTO PEREIRA, *O Oriente* - 1989, in AA VV “História das Fortificações Portuguesas no Mundo” (Rafael Moreira, dir.), pp. 159-187, Edições Alfa, Lisboa.

BOXER, CHARLES R., *Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf* - 1935, in “Chapters in Anglo Portuguese Relations”, Edgar Prestage ed., Voss & Michael Limited, Watford.

BOXER, CHARLES R., *O Império Colonial Português* - 1977, Edições 70, Lisboa.

BRANCAFORTE, ELIO, *Les Cartographes Allemands de la Renaissance et du Baroque et leurs représentations du Golfe Persique de 1650 à 1760* - 2006, in “Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe-XVIIIe siècles)”, pp. 365-371, Brepols Pub. Turnhout, Belgium.

BETHENCOUT, FRANCISCO, *A Administração da Coroa*, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Coord.), “História da Expansão Portuguesa” - 1999, Vol. 1, pp. 387-411., Círculo de Leitores, Lisboa.

BURY, JOHN B., *Benedetto da Ravenna (c. 1485-1556)* - 1994, in AA VV “A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa”, pp. 130-134, Comissão Nacional para as Comemorações dos

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

Descobrimientos Portugueses, Porto.

BRANCO, MANUEL DA SILVA CASTELO, *Introdução* ao “Livro das Fortalezas” de Duarte de Armas (1510 ?) - 1990, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, Lisboa.

BALLONG-WEN-MEWUDA, JOSEPH B., *La Stratégie Économique et Militaire de la Forteresse de São Jorge da Mina dans le Commerce Portugais du Golfe de Guinée aux XVe et XVIe Siècles* - 2005, in “Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual”, pp.123-129, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo

BORGES, JOSÉ CALVÃO, *Estudo*, in "O Livro do Armeiro-Mor" - 2007, Academia Portuguesa de História, Edições Inapa, Lisboa.

BAÊNA, MIGUEL SANCHES DE, *A Artilharia Moderna*, in AA VV, Rafael Moreira (dir.) “História das Fortificações Portuguesas no Mundo”- 1989, pp.73-90, Publicações Alfa, Lisboa.

BIEDERMAN, ZOLTÁN, *La Cartographie Française du Golfe Persique aux XVIIe et XVIIIe siècles* - 2006, in “Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe-XVIIIe siècles)”, pp. 237-239, Brepols Pub., Turnhout, Belgium.

BIEDERMAN, ZOLTÁN, *Ormuz et sa Région dans les Cartes Portugaises du XVIe siècle* - 2008, in “Revisiting Hormuz - Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period”, pp. 121-133, Calouste Gulbenkian Foundation, Harrassowitz Verlag, Wiesbaden.

BIEDERMAN, ZOLTÁN e COUTO, DEJANIRAH, *La Cartographie Portugaise du Golfe Persique au XVIe siècle et ses reflets en Europe* - 2006, in “Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe-XVIIIe siècles)”, pp. 59-65, Brepols Pub., Turnhout, Belgium.

CORTESÃO, ARMANDO e THOMAS, HENRY, *Carta das Novas que Vieram a El Rei Nosso Senhor do Descobrimento do Peste João* (Lisboa, 1521) - 1938, Bertrand (Irmãos), Lda., Lisboa.

CARVALHO, CARLOS ALBERTO DE, *Panorama do Sistema Defensivo das Ilhas de Cabo Verde, com Incidência na ex-Cidade da Ribeira Grande* - 2005, in “Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual”, pp. 131-139, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo.

COUTO, DEJANIRAH e LOUREIRO, RUI MANUEL, *Ormuz /1507 e 1622 / Conquista e Perda* - 2007, Tribuna da História, Lisboa.

COOPER, EDWARD, *Desarrollo de la Fortificación Tardomedieval Española* - 2002, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no

Magreb (500-1500)”, pp. 667-676, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa.

COBOS, FERNANDO, *Artillería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)” - 2002, pp. 677-696, C. Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa.

COBOS, FERNANDO, *Los Ingenieros y las Escuelas de Fortificación Hispánicas en Europa y América* - 2008, CEAMA, nº 1 - Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida.

CARITA, HÉLDER, *Evolução da Arquitectura Civil Indo-Portuguesa e as suas Estruturas Espaço-Sociais* - 1999, in “Vasco da Gama e a Índia”, Conferência Internacional, Paris, 11-13 de Maio de 1998, vol. III, pp. 257-270, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

CORTESÃO, JAIME, *O Império Português do Oriente* - 1968, Portugália Editora, Lisboa.

CAMPOS, JOÃO, *Ilha de Moçambique*, Coord. - 1983, catálogo da exposição “A Ilha de Moçambique em Perigo de Desaparecimento /Uma Perspectiva Histórica, um Olhar para o Futuro”, Org. Viana de Lima, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto

CAMPOS, JOÃO, *Arzila, Torre de Menagem / Le Donjon d’Asilah*, Coord. - 1995, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

CAMPOS, JOÃO, *Para uma Explicação da Arquitectura dos Impérios do Espírito Santo* - 2002, dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, policopiado, Universidade Aberta.

CAMPOS, JOÃO, *Dicionário Temático da Lusofonia* (16 entradas sobre património cultural construído fora de Portugal), Dir. e Coord. Fernando Cristóvão - 2005, ACLUS - Associação de Cultura Lusófona, Texto Editores, Lisboa / Luanda / Praia / Maputo.

CAMPOS, JOÃO, *Impérios, Património e Identidade - Intervenções Pioneiras e Novidades Adquiridas* - 2007, In Libris, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Some Notes on Portuguese Military Architecture in the Persian Gulf: Hormuz, Keshm and Larak* - 2008, in “Revisiting Hormuz - Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period”, pp. 149-161, Calouste Gulbenkian Foundation, Harrassowitz Verlag, Wiesbaden.

CONCEIÇÃO, MARGARIDA TAVARES DA, *A Praça da Guerra-Aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação* - 2000, in “Oceanos” nº 41, Jan./Mar., pp. 24-38, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

COSTA, PAULA MARIA DE CARVALHO PINTO e ROSAS, LÚCIA MARIA CARDOSO, *Leça do Balio, no Tempo dos Cavaleiros do Hospital* - 2001, Edições INAPA, Lisboa.

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

CARITA, RUI, *O Atlântico: Ilhas e Costa Africana* - 1989, in AA VV, Rafael Moreira, dir., “História das Fortificações Portuguesas no Mundo”, pp. 188-206, Publicações Alfa, Lisboa.

CARITA, RUI, *A Defesa do Atlântico nos séculos XV e XVI* - 1994, in AA VV, “A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa”, pp. 111-125, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto.

CARITA, RUI, *Ensaio*, in “O Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de S. João da Barra” - (inícios do séc. XVII), 1999, Ministério da Defesa Nacional / Edições Inapa, Lisboa.

CARITA, RUI, *As Fortificações das Ilhas Atlânticas*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)” - 2002, pp.773-779, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa.

CARITA, RUI, *A Fortaleza de São Brás em Ponta Delgada no século XVI* - 2005, in “Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual”, pp. 87-121, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo.

CARITA, RUI, *A Fortaleza de São Brás de Ponta Delgada no século XVI* - 2008, CEAMA, nº 1 - Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, Almeida.

CORREIA, VERGÍLIO, *Obras*, Vol. II - Estudos de História de Arte: Arquitectura - 1949, Por Ordem da Universidade, Coimbra.

DUBY, GEORGES, *O Tempo das Catedrais* - 1979, Editorial Estampa. Lisboa.

DALCHÉ, PATRICK GAUTIER, *Connaissance et Représentation du Golfe Persique dans l'Antiquité et au Moyen Âge* - 2006, in “Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe-XVIIIe siècles)”, pp. 39-47, Brepols Pub., Turnhout, Belgium.

DESWARTE, SYLVIE, *Les Enluminures de la Leitura Nova, 1504-1552 - Étude sur la Culture Artistique au Portugal au Temps de l'Humanisme*, prefácio de André Chastel - 1977, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris.

DESWARTE-ROSA, SYLVIE, *A mais homrrada cousa de similhante calydade que em parte alguma do mundo se posa ver* - 1997, Prólogo, in “Leitura Nova de Dom Manuel I”, Vol. 2-Introduções, Edições Inapa, Lisboa.

DIAS, PEDRO, *A Arquitectura de Coimbra na Transição do Gótico para a Renascença, 1490-1540* - 1982, EPARTUR, Ed. Portuguesas de Arte e Turismo, Lda., Coimbra.

DIAS, PEDRO, *A Igreja de Jesus de Setúbal na Evolução da Arquitectura Manuelina* - 1987,

Publicações Ciência e Vida, Lda., Lisboa.

DIAS, PEDRO, *A Arquitectura Manuelina* - 1988, Livraria Civilização, Porto.

PEDRO DIAS, *Nota Introdutória* e legendas de “Descrição das Fortalezas de Sofala e das mais da Índia”, de António Mariz Carneiro, (1639) - 1990, Fundação Oriente, Lisboa.

DIAS, PEDRO, *A Viagem das Formas - Estudos sobre as relações artísticas de Portugal com a Europa, a África, o Oriente e as Américas* - 1995, Editorial Estampa, Lisboa.

DIAS, PEDRO, *A Crónica Iluminada de D. João I da Biblioteca Nacional de Madrid* - 1996, in “Oceanos” n° 26, Abr./Jun., “A Luz do Mundo - Iluminura Portuguesa Quinhentista”, pp. 10-26, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

DIAS, PEDRO, *As Fortificações Portuguesas da Cidade Magrebina de Safi* - 1996, in “Oceanos” n° 28, Out./Dez., “Fortalezas da Expansão Portuguesa”, pp. 10-22, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

DIAS, PEDRO, *Fortificações Portuguesas, Além-mar, no Tempo de D. João II (1481-1495)* - 1998 a, Actas do Colóquio “A Arte na Península Ibérica ao Tempo do Tratado de Tordesilhas”, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Coimbra.

DIAS, PEDRO, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 - 1822). O Espaço do Índico* - 1998 b, Círculo de Leitores, Lisboa.

DIAS, PEDRO, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos, 1415-1769* - 2000, Livraria Minerva Editora, Coimbra.

DIAS, PEDRO, *Malaca, A Evolução Urbana ao Tempo do Domínio Português* - 2001, Actas do Colóquio Internacional “Universo Urbanístico Português, 1415-1822”, pp. 235-245, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

DIAS, PEDRO, *As Defesas do Estado da Índia ao Tempo de D. Francisco de Almeida* - 2005, IX Simpósio de História Marítima “D. Francisco de Almeida, 1º Vice-rei Português”, Academia de Marinha, Lisboa.

DIAS, PEDRO, *De Goa a Pangim - Memórias Tangíveis da Capital do Estado Português da Índia* - 2005, Santander Totta, Lisboa.

FARINHA, ANTÓNIO DIAS, *A Dupla Conquista de Ormuz por Afonso de Albuquerque* - 1989, “Studia” n° 48, pp. 455-472, Lisboa.

FARINHA, ANTÓNIO DIAS, *Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538). Contribuição*

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

*Documental e Crítica para a sua história* - 1991, “Mare Liberum”, nº 3, pp. 1-159, Lisboa.

FERNANDEZ, JOSÉ JAVIER DE CASTRO, *Reformas y Adaptaciones de las Fortificaciones Medievales de Ciudad Rodrigo al Uso de la Artillería*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)” - 2002, pp. 927-933, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa.

FLOOR, WILLELM, *The Persian Gulf: A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* - 2006, Mage Publishers, Washington.

GONI, CARLOS BARQUERO, *Los Castillos de la Orden Militar del Hospital en la Corona de Castilla durante la Edad Media (Siglos XII-XV)*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)” - 2002, pp. 899-907, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa.

GARCIA, JOSÉ MANUEL, *Os Portugueses no Golfo* - 1991, in “Oceanos” nº 6, Abr., “A Descoberta da Natureza / Os Portugueses no Golfo”, pp. 8-18, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

GARCIA, JOSÉ MANUEL, *Poder, História e Exotismo na Iluminura Portuguesa Quinhentista* - 1996, in “Oceanos” nº 26, Abr./Jun., “A Luz do Mundo - Iluminura Portuguesa Quinhentista”, pp. 25-48, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

GARCIA, JOSÉ MANUEL, *Portugal e o Irão nos Séculos XVI e XVII* - 2002, policopiado, 83 pp., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GARCIA, JOSÉ MANUEL, *O Livro de Francisco Rodrigues / O Primeiro Atlas do Mundo Moderno*, com o fac-simile do Códice da Biblioteca da Assembleia Nacional de França - 2008, Editora da Universidade do Porto, Porto.

GIL FERNANDEZ, LUIS, *Ormuz pendant l'Union Dynastique du Portugal et de l'Espagne (1582-1622)* - 2007/2008, in “Revisiting Hormuz - Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period”, pp. 177-190, Calouste Gulbenkian Foundation, Harrassowitz Verlag, Wiesbaden.

GOMES, RITA COSTA, *Castelos da Raia*, Vol. I - *Beira* - 1996, I. P.P.A.R., Lisboa.

GOMES, RITA COSTA, *Castelos da Raia*, Vol. II - *Trás-os-Montes* - 2003, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

GULBENKIAN, ROBERTO, *L'Ambassade en Perse de Luís Pereira de Lacerda et des Pères Portugais de l'Ordre de Saint-Augustin, Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho, 1604-1605* - 1972, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la

Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GODINHO, VITORINO MAGALHÃES, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial - 1963/71*, s/ed., Lisboa.

HAUPT, ALBRECHT, *A Arquitectura da Renascença em Portugal - s/d*, J. Rodrigues & C<sup>a</sup>, Lisboa.

(H)ERÉDIA, GODINHO DE, *Malaca, l'Inde Méridionale et le Cathay, manuscrit original autographe de - 1882*, por Léon Janssen, Librairie Européenne C. Mucquardt, Bruxelas.

KERVAN, MONIQUE (ed.), *Bahrain in the 16th Century - An Impregnable Island - 1988*, French Archaeological Mission at Bahrain, Min. of Information, State of Bahrain.

KERVAN, MONIQUE; HIEBERT, FREDRIK e ROUGEULLE, AXELLE, *The Hormuzi-Portuguese Fortress, New Fortress Of Qal'at Al-Bahrain - 2005*, in "Qal'at al-Bahrain, a Trading and Military Outpost", Brepols Pub., Turnhout, Belgium.

LOBO, FRANCISCO SOUSA, *Um Olhar sobre o Castelo Artilheiro - 2007*, "Monumentos" n<sup>o</sup> 27, Dez., Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Lisboa.

LIZARDO, JOÃO, *The Evolution of the Fortress of Hormuz up to its Renovation by Inofre de Carvalho - 2008*, in "Revisiting Hormuz - Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period", pp. 135-148, Calouste Gulbenkian Foundation, Harrassowitz Verlag, Wiesbaden.

LOBATO, MANUEL, *Fortalezas do Estado da Índia: do Centro à Periferia - 1994*, in AA VV, "A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa", pp. 43-55, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto.

LOBATO, MANUEL, *A Ilha de Moçambique antes de 1800 - Algumas Notas sobre a História e o Património de uma Capital Colonial - 1996*, in "Oceanos" n<sup>o</sup> 25, Jan./Mar., "Ilha de Todos - Ilha de Moçambique", pp. 10-26, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

LETAN, ROBERT, *Azzemour et Mazagan - Deux Places Fortifiées Marocaines au XVIe siècle - 1996*, s/ed., Rabat.

LOUREIRO, RUI e COUTO, DEJANIRAH, *Conquista e Perda de Ormuz (1507 - 1622) - 2007*, Tribuna da História, Lisboa.

LIMA, VIANA DE, *Reviver Malaca / Malacca- A Revival - 1988*, colaboração de João Campos, Livraria Figueirinhas, Porto.

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

MONOX, EDWARD, *Relation of the late Ormus businesses - 1625*, Fetherstone, London.

MACEDO, FRANCISCO PATO DE, *A Iluminura em Portugal na Época dos Descobrimentos - 1992*, in AA VV, Pedro Dias, Comissário Científico, “No Tempo das Feitorias - A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos”, pp. 191 e segs. Vol. 2, Museu Nacional de Arte Antiga, Instituto Português de Museus, Lisboa.

MACEDO, FRANCISCO PATO DE, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro Mendicante - 2006*, Dissertação de Doutoramento, policopiado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MATTOS, GASTÃO DE MELLO DE, *Nicolau de Langres e a sua Obra em Portugal - 1941*, Comissão de História Militar, Gráfica Santelmo, Lisboa.

MONTEIRO, JOÃO GOUVEIA, *Reformas Góticas nos Castelos Portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)” - 2002, pp. 659-666, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa.

MAGALHÃES, JOAQUIM ROMERO, *Portugueses no Mundo do Século XVI - Espaços e Produtos - 1998*, Com. Nac. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

MATOS, LUÍS DE, *Das Relações entre Portugal e a Pérsia / 1500-1758, “Introdução” e dir.* - 1972, Catálogo Bibliográfico da Exposição Comemorativa do XXV Centenário da Monarquia no Irão, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

MATOS, LUÍS DE, *Introdução a “Imagens do Oriente no Século XVI / Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense”*, - 1985, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

MORA-FIGUEROA, LUIS DE, *Transformaciones Artilleras en la Fortificación Tardomedieval Española*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)” - 2002, pp. 651-657, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa.

MOREIRA, RAFAEL, *Arquitectura*, catálogo da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa - 1983, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.

MOREIRA, RAFAEL, *Inofre de Carvalho, a Renaissance Architect in the Gulf - 1988*, in «Bahrain in the 16th Century - An Impregnable Island», ed. by Monik Kervran, French Archaeological Mission at Bahrain, Min. of Information, State of Bahrain.

MOREIRA, RAFAEL, *A Época Manuelina*, in AA VV, “História das Fortificações Portuguesas no Mundo” - 1989, pp. 91-142, Publicações Alfa, Lisboa.

MOREIRA, RAFAEL, *O Enquadramento Geo-Estratégico da Arquitectura Militar no Atlântico Norte no Início da Idade Moderna* - 2005, in “Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual”, pp. 25-33, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo.

MOURA, VASCO GRAÇA, *Introdução a "O Livro do Armeiro-mor"* - 2007, com “Estudo” de José Calvão Borges, Academia Portuguesa de História, pp. XIII-XV, Edições Inapa, Lisboa.

NOBRE, ANTÓNIO, *Despedidas* - 1944, 3ª ed., Porto.

OLIVEIRA, NUNO VILLAMARIZ, *A Influência do Oriente em Portugal através da Arquitectura Militar Templária: o paralelo entre Chastel Blanc e Castelo Branco*, in AA VV, Isabel Cristina F. Fernandes, Coord., “Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)” - 2002, pp. 909-913, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa.

PIMENTEL, ANTÓNIO FILIPE, *A Morada da Sabedoria. 1. O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade* - 2005, (Dissertação de Doutoramento), Almedina, Coimbra.

PIRES, BENJAMIM VIDEIRA, S. J., *Taprobana e mais além... Presenças de Portugal na Ásia* - 1995, Instituto Cultural de Macau, Macau.

PINTO, Frei HEITOR, *Imagens da Vida Cristã*, in “As Armas da Cidade de Coimbra” (1681), - 1971, in “Memórias de Alegria”, Editorial Inova.

PEREIRA, MÁRIO, *Da Torre ao Baluarte* - 1994, in AA VV, “A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa”, pp. 35-42, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto.

PEREIRA, PAULO, *Évoramonte: A Fortaleza. Monografia* - 1989, Catálogo da exposição fotográfica, Set./Out., M. Céu Pina, Coord., Instituto Português do Património Cultural, Lisboa.

PEREIRA, PAULO, *A Esfera Armilar na Arquitectura do Tempo de D.Manuel* - 1990, in “Oceanos” nº 4, Jul., “A Ordem de Santiago”, pp. 44-50, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

RAMALHO, MARGARIDA MAGALHÃES, *A Torre de Cascais*, in AA VV, Rafael Moreira (Comissário Científico), “A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa” - 1994, pp. 96-99, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto.

RIBEIRO, ORLANDO, *Geografia e Civilização* - 1961, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.

ROSSA, WALTER, *Cidades Indo-Portuguesas, Contribuições para o Estudo do Urbanismo Português no Hindustão Ocidental* - 1997, Comissão Nacional para as Comemorações dos

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

Descobrimientos Portugueses, Lisboa.

SILVA, JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA, *O Tardo-Gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo* - 1989, Livros Horizonte, Lisboa.

SILVA, JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA, *Arquitectura em Madeira na Expansão Portuguesa* - 1994, in AA VV, “A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa”, pp. 27-34, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto.

SILVA, JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA, *Paços Medievais Portugueses* - 2002 (2ª ed., 1ª ed.-1995), Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

SILVA, NUNO VASSALLO E, *O Ouro de Quiloa* - 1992, in “Oceanos” nº 10, Abr., “Portugal e o Mar”, pp. 54-61, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa.

SANTOS, REYNALDO DOS, *O Estilo Manuelino* - 1952, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa.

SPITERI, STEPHEN C., *Fortresses of the Knights* - 2001, Book Distributors Limited, Malta.

SPITERI, STEPHEN C., *The Castles and Fortresses of Rhodes* - 2008, “ARX - On Line Journal of Military Architecture”, issue 5, pp. 39-47, Malta.

THOMAZ, LUÍS FILIPE, *De Ceuta a Timor* - 1994, Difel, Lisboa.

TORGA, MIGUEL, 1943 - *Diário*, vol. II, Coimbra.

VIEIRA, ANTÓNIO, *Sermão de Santa Catarina Pregado à Universidade de Coimbra em 1663* - 1959, “Sermões”, Lello & Irmão Ed., Porto.

### - INTERNET

<http://www.dataxinfo.com/hormuz/illustrations.htm> (rowland@dataxinfo.com)

[http://en.wikipedia.org/wiki/Castel\\_Sant%27Angelo](http://en.wikipedia.org/wiki/Castel_Sant%27Angelo)

<http://www.nationaalarchief.nl/amh/detail.aspx?page=dafb&lang=NL&id=1810>

<http://www.colonialvoyage.com/viaggi/itapoggibonsi.html>

In: <http://wwwes.wikipedia.org/wiki/Imagen:Coupe.hourds.courine.png>

“Google Earth”

**- FONTES IMPRESSAS**

AA VV, Zoltán Biedermann, Coord., *Atlas Historique du Golfe Persique (XVIe - XVIIIe Siècles)* - 2006, Brepols Pub. Turnhout, Belgium.

ARMAS, DUARTE DE, *Livro das Fortalezas - 1510 (?)*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco / 1990, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, Lisboa.

ALBUQUERQUE, AFONSO DE, *Cartas* (ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 14, Doc. 15 - 1884, Academia Real das Ciências de Lisboa.

ALBUQUERQUE, BRÁS DE, *Comentários de Afonso de Albuquerque - 1973*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

AUBIN, JEAN, *L'Ambassade de Gregório Pereira Fidalgo à la Cour de Châh Soltân-Hosseyn, 1696-1697 - 1971*, "Comité National Portugais pour la célébration du 2500e anniversaire de la fondation de la monarchie en Iran", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

BOCARRO, ANTÓNIO, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Códice da Biblioteca Pública Municipal de Évora (1635) - 1992, 3 Vols., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

COUTO, DIOGO DO, *Décadas da Ásia - 1975*, Livraria Sam Carlos, Lisboa.

CARNEIRO, ANTÓNIO MARIZ, *Descrição das Fortalezas de Sofala e das mais da Índia, 1639 - 1990*, Nota Introdutória e legendas de Pedro Dias, Fundação Oriente, Lisboa

BARROS, JOÃO DE, *Décadas da Ásia - 1973*, Livraria Sam Carlos, Lisboa.

BRÁUNIO, G. e HOGENBERG, F., *Civitates Orbis Terrarum* (Colónia, 1572) / *Cities of the World / Europe-Africa-Asia - 1990*, Magna Books, Leicester.

CASTANHEDA, FERNÃO LOPES, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols. 1979, Porto.

CORREIA, GASPAR, *Lendas da Índia - (c. 1530/40)*, 1975 (fac-simile 1860), 4 vols, Lello & Irmão Ed., Porto.

CASTRO, (D.) JOÃO DE, *Roteiro do Mar Roxo*, Ms. Cott. Tib. Dix da British Library / c. 1530, "Introdução" de Luís de Albuquerque, 1991, Edições INAPA, Lisboa.

CRAESBEECK, PAULO, *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrada - 1940*, ed. José Gervásio Leite, Agência Geral das Colónias, Lisboa.

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

(DESWARTE-ROSA, SYLVIE, “A mais homrrada cousa de similhante calydade que em parte alguma do mundo se posa ver”), *Leitura Nova de Dom Manuel I* - 1997, Vol. 1- Fac-similes, Edições Inapa, Lisboa.

GULBENKIAN, ROBERTO, *L'Ambassade en Perse de Luís Pereira de Lacerda et des Pères Portugais de l'Ordre de Saint-Augustin, Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho, 1604-1605* -1972, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GÓIS, DAMIÃO DE, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, composta por (1469-1521) - 1926, ed. J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, Imprensa da Universidade, Coimbra.

FIGUEROA, MARTÍN FERNÁNDEZ DE, *Conquista de las Índias de Pérsia e Rabia que fizo la armada del rey don Manuel de Portugal e de la muchas tierras, diversas gentes, extrañas riquezas y grandes batallas que allá hubo. En sumario de Juan Agüero de Trasmiera* - 1999, ed. Luís Gil Fernandez, Universidad de Valladolid.

HOLANDA, FRANCISCO DE, *Álbum dos Desenhos das Antigualhas* - (c. 1540), 1989, Introdução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa.

(H)ERÉDIA, GODINHO DE, *Malaca, l'Inde Méridionale et le Cathay, manuscrit original autographe de* - 1882, por Léon Janssen, Librairie Européenne C. Mucquardt, Bruxelas.

HERÉDIA, MANUEL GODINHO DE, *O Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de S. João da Barra* - (inícios do séc. XVII), 1999, Ministério da Defesa Nacional / Edições Inapa, Lisboa.

LINSCHOTEN, JAN HUYGEN, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen von Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas* - (1596, Biblioteca Real de Haia), Arie Pos e Rui Manuel Loureiro, eds., 1977, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa.

MATOS, LUÍS DE, *Imagens do Oriente no Século XVI / Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense*, “Introdução” - 1985, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

MOÇAMBIQUE, ILHA DE, *Catálogo da Exposição “A Ilha de Moçambique em Perigo de Desaparecimento”* - 1983, Alfredo Viana de Lima, João Campos, Armando Alves, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RODRIGUES, FRANCISCO, *O Livro de*, fac-simile do Códice da Biblioteca da Assembleia Nacional de França, in José Manuel Garcia, “O Livro de Francisco Rodrigues / O Primeiro Atlas do Mundo Moderno” - 2008, Editora da Universidade do Porto, Porto.

SERRÃO, JOAQUIM VERÍSSIMO, *Un Voyageur Portugais en Perse au Début du XVIIe Siècle - Nicolau de Orta Rebelo* - 1972, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

SILVEIRA, LUÍS, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, vol. III, s/d (1957 ?), Ministério do Ultramar / Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

TOLOSAIN, P. PIERRE DU IARRIC, *L'Histoire des Choses plus Mémorables advenues tant es Indes qu'autres parts de la Découverte des Portugais* - 1610/14, 2 vols, Bovrdeavs.

VITERBO, SOUSA, *Diccionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, tomo 1-1899; tomo 2-1904 - 1989, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

**- PRINCIPAIS RELATÓRIOS E PROJECTOS  
ELABORADOS NA SEQUÊNCIA DE MISSÕES AO ESTRANGEIRO PARA O  
SERVIÇO INTERNACIONAL DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN  
UTILIZADOS NA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO**

CAMPOS, JOÃO, *Ruínas da Catedral Manuelina / Missão a Safi, Marrocos* - Abril de 1998, 116 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Projecto de Revalorização do Forte Português de Quíloa-Tanzânia / Revaluation Project of the Old Portuguese Fort-Kilwa Kisiwane* - Fevereiro de 1999, 49 pp.+ desenhos, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Relatório de Desenvolvimento da Missão na Tanzânia sobre o Forte Português de Quíloa, Antecedido das Impressões sobre a Viagem ao Quénia (Forte de Jesus em Mombaça; Gedi, Melinde)* - Março de 1999, 84 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Relatório da Viagem a Arzila* - Janeiro de 2000, 12 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Cananor - Da Primeira Igreja Portuguesa na Índia à Última Catedral do Segundo Milénio* - Viagem ao Oriente, III, Set./Out. 2000 - Novembro de 2000, 73 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Diu - Marco Impressivo de Fortaleza e Esplendor / Viagem ao Oriente*,

## ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NA PÉRSIA - ORMUZ, KESHM E LARAK

II, Set./Out. 2000 - Dezembro de 2000, 178 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Três Momentos de uma Acção Pioneira. I - Quénia (Fortaleza de Jesus, em Mombaça)* - Relatório da Viagem a África e ao Oriente, 7-21 Dez. 2000 - Janeiro de 2001, 96 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Forte de Jesus, Mombaça, Quénia - Projecto / Fort Jesus, Mombasa, Kenya - Project* - Janeiro de 2001, 15 pp.+ desenhos, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Missão a Ormuz e Keshm - Reencontro com o Mítico Império Marítimo Português do Oriente / Relatório da Viagem ao Irão* - Maio de 2001, 106 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Projecto de Reabilitação da Cour-d'Honneur do Palácio Magisterial de António Manoel de Vilhena / Mdina, Malta* - Agosto de 2001, 40 pp.+ desenhos, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto

CAMPOS, JOÃO, *Viagem a Malta e ao Irão (24 Jan - 12 Fev, 2002) / II. Levantamento Arquitectónico de Keshm e de Ormuz, com uma Incursão a Bandar-e-Cong e Visita ao Forte de Laraque* - Março de 2002, 112 pp.+ desenhos, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Working with History and Affections / Seminar on Maltese-Portuguese Relations* - July 2002, La Valetta, 30 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto

CAMPOS, JOÃO, *Levantamento Arquitectónico e Projecto de Salvaguarda do Forte de Quexome / Architectural Survey and Proposal for the Project of Safeguarding of Keshm Fort* - Novembro de 2002, 79 pp.+ desenhos, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Para o Esplendor da Mais Rara Jóia Manuelina de Ultramar / Relatório da Viagem a Safi* - Junho de 2003, 36 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Levantamento Arquitectónico do Forte de Laraque / Architectural Survey of the Larak Fort* - Novembro de 2003, 95 pp.+ desenhos, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Levantamento Arquitectónico da Fortaleza de Ormuz / Architectural Survey of the Hormuz Fortress* - Fevereiro de 2004, 95 pp.+ desenhos, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Relatório da Viagem à Etiópia, ao Quénia e à Indonésia (Março, 2004)*

*I. Etiópia / Ressonância Mítica da História Perdida* - Abril de 2004, 159 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Proposta Preliminar para o Projecto de Salvaguarda da Fortaleza de Ormuz / Preliminary Proposal for the Project for the Safeguarding of the Hormuz Fortress* - Julho de 2004, 19 pp.+ desenhos, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Levantamento Arquitectónico e Proposta Preliminar para o Projecto de Salvaguarda da Catedral Portuguesa de Safim-Marrocos / Relevé Architectural et Proposition Préliminaire pour le Projet de Sauvegarde de la Cathédrale Portugaise de Safi-Maroc* - Setembro de 2004, 22 pp.+ desenhos, policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.

CAMPOS, JOÃO, *Torre de Menagem de Arzila, Relatório da Viagem de Inspeção* (Julho de 2005) - Julho de 2005, 21 pp., policopiado, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto.



